Folha nº 01
Processo nº 170-2023
Rubrica

SOLICITAÇÃO

São João do Paraíso - MA, 04 de dezembro de 2023.

Em atenção ao disposto no Art. 38, caput da Lei Federal n.º 8.666/93, requer de Vossa Excelência, que determine a abertura do Processo Licitatório, para Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA.

O valor estimado para as obras e serviços do objeto a ser licitado é de aproximadamente **R$ 4.700.000,00 (quatro milhões, e setecentos mil reais).**

As despesas decorrentes da presente licitação irão onerar valores e dotações orçamentárias futuras, somente de acordo com as necessidades.
A presente licitação de registro de preços será somente para registrar preços de mercado sem a necessidade de Reserva Orçamentária, em casos que a Administração resolver fazer uma possível contratação dos preços registrados, terá que ter nº. De Dotação no contrato na nota de empenho ou na ordem de fornecimento, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

O prazo para a entrega do objeto é de **12 (MESES)**.

Atenciosamente,

VALDEMAR ALVES DE SOUSA
Secretário Municipal de Governo e Planejamento

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 a 2024

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROJETO BÁSICO

- **DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, localizados tanto na zona urbana como na zona rural do município de São João do Paraíso, distribuídos em 4 (quatro) lotes, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos descritos na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custose Índices da Construção Civil – SINAPI e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

1.2 A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por **MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI**.

1.3 O prazo de contratação será de 12 (doze) meses podendo ter sua duração prorrogada por iguais ou sucessivos períodos, tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, até 60 (sessenta) meses, contados a partir do 1º dia útil após a publicação, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os requisitos:

I - os serviços tenham sido prestados regularmente;

II- a Administração mantenha o interesse na realização dos serviços;

III - o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

IV - a CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação; e

V - a Autoridade competente autorize a celebração do ajuste a ser realizado por meio de Termo Aditivo, antes do fim do contrato.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-22
GESTÃO 2021 a 2024

- **DO ORÇAMENTO DETALHADO DO CUSTO DOS SERVIÇOS**

2.1 O valor estimado para este termo de referência foi estabelecido tecnicamente, com base na análise dos valores globais de licitações anteriores, com o mesmo objeto deste. Além disso, também foi observado que com base na variação dos dois últimos anos de licitação, o valor para estes contratos de demanda tem aumentado, por conta inclusive do crescimento constante da idade das edificações fazendo com que as mesmas necessitem de mais intervenções, bem como o aumento no número de unidades pertencentes à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO.

2.2 Base legal: O objeto deste termo de referência enquadra-se como serviço comum. O critério de julgamento adotado será do tipo menor preço.

VALOR PREVISTO POR LOTES PARA OS SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO PREDIAL	
Secretário Municipal de Obras.....	R$ 1.500.000,00
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento.....	R$ 1.000.000,00
Secretaria Municipal de Educação.....	R$ 2.000.000,00
Secretaria Municipal de Saúde.....	R$ 200.000,00
VALOR PROPOSTO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:.....	**R$ 4.700.000,00**

Com base nos dados acima, bem como levando-se em consideração que a quantidade de imóveis abrangidos pela secretaria municipal de obras supera em muito as outras secretarias, visto que a mesma abrange os logradouros públicos como praças e outros equipamentos comunitários cuja manutenção fica na competência da referida secretaria. Considerando também que em todos os lotes, por conta do uso público continuado, o estado de conservação das unidades sempre apresentam serviços as sererem recuperados e/ou revistos. Da mesma forma que as ocorrências e demandas acontecem de forma distribuída e imprevisível em todos os lotes, o valor proposto, ficou distribuido como demonstrado em quadro acima, perfazendo um valor total de R$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais).

A estimativa de custo dos objetos contratados em anos anteriores foi elaborada com base nos preços praticados pela SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

Foram também utilizados como parâmetros os seguintes itens:

- Tamanho das edificações

- Estado de conservação das edificações
- Idade das edificações
- Serviços executados nos anos anteriores

2.3 O contrato deverá abarcar todos os prédios pertencentes a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, em conformidade com o que cada secretaria municipal tem em sua responsabilidade. Todas as edificações que possam vir a ser ocupados provisória ou permanentemente pela administração pública, através das secretarias municipais: OBRAS, GOVERNO E PLANEJAMENTO, EDUCAÇÃO E SAÚDE. Os imóveis existentes hoje no município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO ocupados e próprios.

2.4 O percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens que compõe o grupo e insumos da tabela SINAPI.

2.5 Os orçamentos das ordens de serviço deverão utilizar a composição de preço extraídos da tabela SINAPI, tendo a mesma como data base, o mês da demanda dos serviços pelas secretarias da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA para esta Licitação.

- **DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO conta em todo o município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA com diversos prédios de competência de suas secretarias municipais: administração, educaçã, saúde e ação social.

O dinamismo das atividades para funcionamento das diversas repartições públicas, da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA (unidades escolares, unidades de saúde, praças, parques e logradouros públicos e demais edificações) marcado por constantes mudanças decorrentes da criação e extinção de unidades, do crescimento de demandas por atendimento, das variações de quadro de funcionários, juntamente com a necessidade de modernização das instalações eas intercorrências naturais ou acidentais a que estão sujeitos os imóveis do Poder Público Municipal, no município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, demandam desta coordenação, uma permanente disponibilidade e agilidade para atendimento que não podem ser garantidas se, para cada nova demanda, for necessária a abertura de um novo processo de contratação.

Considerando a prioridade de atendimento para as diversas demandas das secretarias municipais em função do grande número de unidades e relevância de seus serviços e, sobretudo, considerando que a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA não dispõe de quadro de pessoal para atender com a indispensável celeridade que os serviços requerem, logo, necessário se faz a efetivação da presente contratação o quanto antes, inclusive por razões de economicidade para a administração pública.

Assim faz-se necessária a contratação de empresa especializada nos serviços deste objeto,

mediante processo licitatório, nos termos que definem este Projeto Básico.

Este objeto irá possibilitar a manutenção corretiva, por demanda, dos diversos edifícios tanto na zona urbana como na zona rural do município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, garantindo as condições necessárias de trabalho aos servidores e usuários das edificações;

A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência, englobando também o fornecimento, por parte da empresa contratada, dos equipamentos e materiais necessários para a realização destes serviços é fundamental para conservação da integridade física dos prédios, evitando a violação e depredação dos mesmos. Com esta contratação será possível a realização de diversos reparos e correções, resguardando o patrimônio público de forma eficiente, evitando maiores degradações.

Em razão da indisponibilidade de mão de obra específica, qualificada e especializada que este tipo de serviço requer no quadro funcional da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, se faz necessária tal contratação para que as inúmeras solicitações de diversos gestores administrativos no tangente reparos e correção civil, elétrica, hidrossanitárias e rede lógica, dentre outras, possam ser resolvidas;

A falta de intervenções de reparo, manutenção preditiva e corretiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso alguns sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelas Unidades/ Repartições Públicas. Além da necessidade de constante manutenção preditiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar e corrigir problemas ou defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados, bem como a estrutura física das referidas edificações.

Vale salientar que esta contratação tem a premissa de garantir a eficiência dos prédios e/ou logradouros públicos tornando a vida dos funcionários e pessoas que os ocupam, mais agradável, seguro e saudável, minimizando futuros transtornos e contratempos;

As ocorrências de correções e recuperações nos prédios dos prédios e/ou logradouros públicos ***podem acontecer sem previsão e/ou aviso prévio***, daí a necessidade de manter contrato vigente com fornecedor apto para reparos nas redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, nos sistemas de proteção de descargas atmosféricas, bem como na reconstituição das partes civis afetadas ou que precisem ser refeitas ou recondicionadas e revitalizadas, dentre outros.

No tocante a contratação deste objeto, justifica-se uma vez que viabiliza a execução desses serviços que são paulatinamente demandados, e ao mesmo tempo, evita o desencadeamento de uma série de contratações de pequenos serviços.

Vale ressaltar que a contratação para o atendimento dos 04 (quatro) setores da administração pública incluem as edificações e/ou logradouros na zona urbana e rural:

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 a 2024

SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PREFEITURA MUNICPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA		
LOTE I	SEC. MUN. DE OBRAS	Diversas edificações de competência da secretaria: toda e qualquer edificação própria ou locada vinculada à secretaria municipal de OBRAS, incluindo praças, parques e logradouros públicos
LOTE II	SEC. MUN. DE GOV E PLANEJAMENTO	Diversas edificações de competência da secretaria: toda e qualquer edificação própria ou locada vinculada à secretaria municipal de GOVERNO E PLANEJAMENTO.
LOTE III	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO	Diversas edificações de competência da secretaria: todas as escolas da zona urbana e rural, quadras, prédios e /ou edificações próprias ou locadas vinculadas a secretaria municipal de EDUCAÇÃO.
LOTE IV	SEC. MUN. DE SAÚDE	Diversas edificações de competência da secretaria: todas as unidades de saúde, hospital, academias de saúde, toda e qualquer edificação própria ou locada vinculada à secretaria municipal de SAÚDE.

- **DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

Considerando as características técnicas e especializadas e valor solicitado de contratação do serviço objeto dessa licitação, bem como a necessidade de contratações frequentes e que pela natureza objeto não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado, justifica-se portanto a realização desta licitação por meio da modalidade CONCORRENCIA, do tipo MENOR PREÇO, apurado com base no critério de julgamentode maior percentual de desconto "K", menor ou igual a 1,00 (um inteiro), aplicado à Tabela SINAPI já que objeto da licitação tem a natureza de serviço especializado de engenharia, por setratar de serviço técnico especializado e não comum.

Portanto, resta evidenciado que a própria natureza do objeto deste TR já o caracteriza como serviço especializado de engenharia devido à existência de determinada complexidade na sua execução, além de exigir especialização para a sua perfeita execução, excluindo o mesmo do hall de serviços comuns. Ficando definida a modalidade CONCORRENCIA para a licitação do objeto deste TR.

O percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens que compõe tanto o grupo de insumos como o grupo de serviços da tabela SINAPI.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 a 2024

A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário sob demanda.

- **DO ESCOPO DOS SERVIÇOS E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- ESCOPO DOS SERVIÇOS.

Os serviços abrangidos nesta contratação são todos relacionados a intervenções sobre as instalações físicas de todas as Unidades pertencentes ou em uso do Poder Público Municipal da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA (próprias, cedidas ou locadas), situadas tanto na zona urbana como na zona rural, para atendimento de demandas de serviços de engenharia inerentes à reparos e manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Públicoo Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, e compreendem os serviços de INFRA E SUPERESTRUTURAS; ALTERAÇÕES DE LAYOUT; ADEQUAÇÕES PARA ACESSIBILIDADE EM GERAL, DEMOLIÇÕES, RECOMPOSIÇÃO, REPOSIÇÃO OU CONSERTO DE ALVENARIAS E DIVISÓRIAS, RODAPÉS, SOLEIRAS, PEITORIS, VIDROS, PAVIMENTAÇÕES, FORROS, COBERTURAS, ESQUADRIAS, SERVIÇOS DE SERRALHERIA, METAIS, LOUÇAS, PAISAGISMO, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, DE TELECOMUNICAÇÕES E HIDRO-SANITÁRIAS, TRANSPORTES,
dentre outros conforme Normas e Especificações, SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Quaisquer serviços auxiliares ou provisórios, necessários à execução dos itens constantes das planilhas orçamentárias fornecidas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, ou de itens de serviços que venham a ser aditados, mesmo que não mencionados explicitamente, serão considerados conforme o Sistema de Composição de Preço da SINAPI utilizando-se a mesma data base da contratação. Que se refere a data base do mês referente a demanda dos serviços pelas secretarias municipais. E, caso não exista nesta tabela, será adotado outras referências: SBC, SICRO3, SICRO2 , ORSE , SEDOP , SEINFRA , SETOP , IOPES , SIURB , SIURB INFRA , SUDECAP , CPOS , FDE, AGESUL , AGETOP CIVIL , AGETOP RODOVIARIA , CAEMA , EMBASA , CAERN , COMPESA , EMOP , DERPR , SCO, e caso em nenhuma das referências mencionadas aí tambémnão exista, será elaborada uma composição baseada nos índices de produtividade da SINAPI com o preço de insumos praticado no mercado e comprovado através de pesquisa de mercado, incluídos nos preços unitários correspondentes.

Os serviços serão desenvolvidos pela empresa contratada, com a participação de engenheiros/arquitetos com experiências, legalmente habilitados, e com comprovantes que assegurem a sua capacitação na execução dos serviços de características semelhantes, sob a coordenação da fiscalização, composta por técnicos da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA ou outros contratados, a serem designados oportunamente.

Os serviços apresentados nesta contratação serão executados sob demanda, obedecendo a uma programação feita pela PREEFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, e/ou eventuais necessidades. Sendo demandados, através de Ordens de Serviço, emitidas após o respectivo levantamento das demandas. As necessidades dos serviços serão levantadas pela empresa contratada "in loco" e/ou por técnico representante PREEFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. Após o levantamento, este deverá ser planilhado de acordo com os itens disponíveis na Tabela SINAPI (sem desoneração), utilizando-se a mesma data base da contratação. Que se refere à data base do mês em que os serviços forem demandados pelas secretarias municipais. Na ausência de itens na referida tabela e nas tabelas auxiliares citadas nesse documento, deverão ser realizadas, pela empresa Contratada, cotações de mercado visando a definição do seu preço global (mantendo o desconto ofertado com acréscimo de BDI);

Os materiais, equipamentos, aparelhos e ferramentas serão disponibilizados pela Contratada aos profissionais para execução dos serviços.

Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos e de primeira linha. Poderão ser aceitos materiais classificados como de segunda linha, linha popular ou econômica quando se tratar de reconstituição de partes afetadas, quando seja necessário se utilizar materiais de qualidade similar ao existente.

Os serviços eventuais somente poderão ser realizados mediante prévia e expressa autorização da fiscalização, através de Ordem de Serviço - OS, sob pena de não pagamento.

Caso a contratada identifique durante a execução de um serviço a necessidade de serviços adicionais, tal fato deverá imediatamente ser informado à fiscalização do ajuste, que analisará a viabilidade de sua execução caso a caso, devendo à contratada, sempre que possível, efetuar registros fotográficos para posterior comprovação e pagamento.

Em relação a garantia dos serviços executados, a Contratada deverá assumir as responsabilidades previstas nos Artigos 1.101 e 1.245 do Código Civil Brasileiro, no Código do Consumidor, bem como nos demais normativos e legislações brasileiras sobre o tema.

Durante o prazo legal de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar qualquer vício relacionado à má execução dos serviços, sem ônus para a Contratante;

O recebimento dos trabalhos executados não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados.

A Contratada deverá arcar com todos os procedimentos necessários à execução dos trabalhos acordados e, ao final, solicitar o pagamento dos serviços com base no preço proposto;

A retirada de motores, bombas ou qualquer outro equipamento para a realização de reparos somente poderá ser efetuada pela contratada após comunicação ao fiscal do contrato e autorização do responsável pelo setor, os quais deverão ser devolvidos ao local de origem e instalados, sem ônus adicional para o Contratante;

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO - MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 a 2024

Serão objeto das intervenções previstas neste Termo de Referência os ambientes internos e externos das edificações pertencentes e/ou ocupadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, de acordo com as ordens de serviços emitidas pela CONTRATANTE;

A Contratada deverá fazer a movimentação de móveis e equipamentos, eventuais desmontagens e remontagens de móveis, quando for necessário à desobstrução do local onde serão realizados os trabalhos além de protegê-los com manta plástica. A Contratada deverá realizar o reposicionamento dos móveis e equipamentos no local, imediatamente após a conclusão dos serviços, seguindo-se a limpeza do local;

- **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA**

- O serviço objeto deste termo de referência é descrito como serviço especializado de engenharia, *sem dedicação exclusiva de mão de obra,* a ser contratado mediante licitação, na modalidade concorrência pública, em sua forma presencial.
- Os serviços a serem contratados não se constituem em quaisquer das atividades, previstasna legislação, cuja execução indireta é vedada.
- A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- Os serviços não são passíveis de enquadramento na classificação de serviços comuns, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 2º do Decreto nº 5.450/2005, pois seus padrões não podem ser precisamente definidos neste edital, devido a imprevisibilidade da quantidade dos serviços que podem ser demandado e frente à diversidade de serviços que pode ser demandados.
- .Não será admitido que um mesmo profissional indicado como responsável técnico participe de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos.
- Declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, de que os documentos que compõem o projeto básico foram colocados à sua disposição e de que tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dosserviços a serem executados.

- **DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

8.1 A vistoria será facultativa. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência, podendo a licitante, caso desejar, realizar vistoria nas condições abaixo:

- A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 18:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado com antecedência mínima de um dia útil;

- O Atestado de Vistoria será emitido pelo representante da PREFEITURA

MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

- O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até dois dias úteis anteriores à data prevista para abertura do certame;

- Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

- Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação.

- A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

- **DO HORÁRIO DE TRABALHO**

- Os serviços serão realizados em horário normal ao estabelecido na C.L.T (Consolidação das Leis Trabalhistas) e em casos especiais aos acordados com a fiscalização, obedecendo aos procedimentos estabelecidos pela Direção de Cada Unidade, nestes casos a CONTRATADA deverá prever nos seus custos as despesas com possíveis horas extras e outras decorrentes para serviços que identifique a necessidade de serem realizados fora do horário normal acima estabelecido, prevendo-os no seu plano de trabalho, não podendo ser apresentada cobrança em separado dos referidos custos.

- **DOS PRAZOS**

- O prazo de contratação será de 12 (doze) meses podendo ter sua duração prorrogada por iguais ou sucessivos períodos, tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, até 60 (sessenta) meses, contados a partir do 1º dia útil após a publicação, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os requisitos:

I - os serviços tenham sido prestados regularmente;

II- a Administração mantenha o interesse na realização dos serviços;

III - o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

IV - a CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação; e

V - a Autoridade competente autorize a celebração do ajuste a ser realizado por meio de Termo Aditivo, antes do fim do contrato.

- Poderão ser emitidas Ordens de Serviço simultâneas em cada contrato, devendo a

CONTRATADA executar todas no mesmo período acima estipulado.

- A Coordenação de Obras estabelecerá o prazo para execução das Ordens de Serviço, levando-se em consideração o tamanho, complexidades das intervenções e a disponibilidade da unidade a ser atendida.

- O prazo de execução dos serviços será estabelecido nas respectivas ordens de serviço emitidas.

- Quando o prazo previsto para conclusão de serviços se encerrar em final de semana (sábado e domingo) ou quaisquer feriados, a entrega do serviço deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente
- Em casos emergenciais poderá a contratante, acionar a contratada formalmente para realização de serviços urgentes com prazo de execução de até 24 horas. Sendo que nesses casos o valor do orçamento será apurado com base nas medições feitas durante a execução.

- **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

  - A vigência do contrato será iniciada a partir da data estabelecida no Termo de Contrato ede acordo com as solicitações da Administração.

  - Antes do início da vigência, a Contratada deverá efetuar o registro da ART referente à "serviços de engenharia inerentes à reparos e manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargasatmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda" constando todas as comarcas do lote contratado, onde serão prestados os serviços, com prazo de execução previsto de 12 meses.

  - A vigência da ART deverá coincidir com a vigência do Contrato.

  - No decorrer, e/ou ao final da execução dos serviços, a fiscalização irá exigir relatórios fotográficos à Contratada.

  - Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada informar a Fiscalização, a qual competirá à verificação dos serviços executados.

  - Constatada a regularidade dos serviços executados e materiais fornecidos a Fiscalização comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

  - O recebimento dos serviços conforme objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas e por força das disposições legais em vigor.

- Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- A contratação visa a prestação de serviços especializados de serviços de engenharia inerentes à reparos e manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, de refrigeração, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, além de demais instalações físicas como pisos, alvenarias, estruturas, forros, esquadrias, pintura, cobertura/telhado, impermeabilizações, vidros, pavimentação, portões, alambrados, caixas d'águas, guaritas, dentre outras.

- Na execução do objeto deste Termo de Referência, a definição do valor dos serviços a serem executados, dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela do SINAPI, acrescidos do BDI de referência estipulado pela Administração, referente à unidade da federação correspondente, vigente na data da formalização da solicitação dos serviços e/ou materiais, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora.

- Os principais serviços de manutenção a serem realizados são os descritos na Tabela Sinapi (CLASSES E SUBCLASSES da Tabela SINAPI). Entretanto, podem ser demandados outros serviços e materiais além dos listados, desde que se enquadrem no objeto deste Termo de Referência.

- O desconto ofertado aumentará o poder de compra dos serviços necessários, uma vez que o valor estimado neste edital não sofrerá diminuição;

- Deverão ser observados os percentuais do imposto sobre serviços - ISS, vigente no município;

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO - MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 a 2024

- Estes percentuais foram retirados do acórdão 2.622/2013 do TCU - plenário.

- Na eventualidade dos serviços ou materiais não estarem no SINAPI, serão utilizados os bancos de dados abaixo hierarquizados (tabelas auxiliares), observando o texto do Cap. II do Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013:

  - ORSE;
  - SICRO e SICRO NOVO;
  - SEINFRA;
  - SCO/RJ
  - IOPES/ES
  - SICRO
  - SUDECAP/BH
  - AGETOP
  - SETOP/MG
  - SIURB;
  - EMOP;
  - Informativo SBC;

- O Art. 6º do Decreto Federal nº 7.983/2013 cita que: "Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º , 4º e 5º , a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado".

- Todo e qualquer serviço somente será executado, sob a demanda e a determinação da CONTRATANTE, não sendo esta obrigada a adquirir a quantidade estimada total.

- O processo de solicitação de serviço por demanda abrange o seguinte:

- Sempre que acionada pela fiscalização, o fornecedor deverá, caso necessário, realizar a vistoria e apresentar a planilha orçamentária proposta para o serviço.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 a 2024

- A planilha deverá conter a listagem dos serviços e/ou materiais, bemcomo ser acompanhada do prazo para a conclusão e cronograma de execuçãodas atividades.

- Havendo necessidade, será agendada nova vistoria para que o fornecedor realize avaliação prévia à execução dos serviços planilhados no local onde será prestado o serviço.

- A fiscalização aprovará a planilha orçamentária proposta e autorizaráde modo formal o início do serviço através de emissão de Ordem de Serviço – OS publicada no Diário Oficial do TJBA.

- O prazo para a execução da obra terá sua contagem iniciada no segundo dia útil após a Publicação da Ordem de serviço no DJE.

- Quando o prazo previsto para conclusão de serviços se encerrar em final de semana (sábado e domingo) ou quaisquer feriados, a entrega do serviço deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente.

- Após a realização dos serviços/fornecimento dos materiais, a fiscalização fará a verificação da conformidade dos mesmos. Em caso positivo, fará o ateste dos serviços para liberação do pagamento, devendo a realização ser evidenciada também por meio de registros fotográficos do fiscal constantes na medição e atestado pelo mesmo.

- Em casos emergenciais poderá a contratante, acionar a contratada formalmente para realização de serviços urgentes com prazo de execução de até 24 horas. Sendo que nesses casos o valor do orçamento será apurado com base nas medições feitas durante a execução.

- Consideram-se serviços urgentes àqueles que a não realização imediata implicará em prejuízo ao patrimônio público e/ou a segurança das pessoas e edificações.

- Deverão ser apresentadas as planilhas com as composições analíticas de caso sejam usadas fontes não previstas anteriormente, ou caso sejam modificadas as composições dos bancos de dados previstos;

- Deverão ser indicadas nas planilhas orçamentária as fontes dos dados das precificações onde deverão estar informados, por item, de modo a ser verificado com clareza, qual a origemde cada composição (bases relacionadas, banco de composições ou pesquisa de mercado) de forma a atender ao inciso V do Art. 11 da Lei 9.433/2005;

- A tabela de preços (base de dados, banco de composição) utilizada deverá ser a última publicada na data de publicação do contrato em DJE;

- A CONTRATANTE sempre fará a aprovação do orçamento, corrigindo eventuais erros. No caso de reincidência de erros que possam sugerir aumento de

custo, a empresa será notificadae estará sujeita às sanções previstas no Edital.

- É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão-de-obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.

- A contratada deverá atender todas as demandas da CONTRATANTE para a execução dosserviços, que serão solicitadas mediante a emissão da Ordem de Serviço – OS, levando em consideração a natureza e/ou especialidade do serviço ou solicitação do requisitante/fiscal dacontratação e deverão ser precedidas, de planilha de orçamento proposta, solicitada previamente à contratada.

- O período para execução dos serviços será, em regra, de segunda à sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de as execuções no período mencionado anteriormente, a critério da Administração, os serviços poderão ser executados nos finais de semana, feriados ou no período noturno.

- Os serviços somente serão realizados mediante emissão prévia da autorizaçãodo serviço.

- Somente a fiscalização ou requisitante autorizado por ela está autorizado a alterar o andamento dos serviços.

- Todas as solicitações de alterações devem ser encaminhadas por escrito à CONTRATANTE.

- A contratada deverá manter registro dos serviços executados ou à executar e apresentar à Fiscalização sempre que solicitado e durante as reuniões periódicas com a Contratante.

- As Ordens de Serviço - OS serão emitidas pela Contratante, de acordo com o grau de prioridade ou necessidade do serviço, de acordo com o seu modo de execução ou com sua finalidade.

- **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

  - A fiscalização deverá analisar a planilha de medição verificando a conformidade dos serviços executados no período;
  - Após fechada a planilha e apresentada à Contratada, esta será autorizada a emitir Nota Fiscal/Fatura que será atestada pelo fiscal do Contrato;
  - A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento dos serviços por parte do contratante.
  - A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou únicamedição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências quepossam vir a ser apontadas no Recebimento.

- O recebimento também poderá ficar sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

- **DO PAGAMENTO E DA MEDIÇÃO**

- Só serão medidos os serviços efetivamente concluídos.

- O pagamento do valor global CONTRATADO será efetuado em parcelas correspondentes a cada ordem de serviço emitida, ou em parcelas mensais correspondentes às etapas efetivamente concluídas, quando se tratar de ordem de serviço com prazo superior um mês. Em ambos os casos, o pagamento será realizado no prazode até 08 (oito) dias úteis, contados da data de aprovação da respectiva Nota Fiscal pela fiscalização mediante apresentação de toda a documentação referente à medição.

- Qualquer pagamento, somente será efetuado mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal emitida em nome do contratante, acompanhada da Fatura correspondente em 03 (três) vias. Além disso, a partir da 2ª fatura, deverão também ser apresentadas as guias de recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS cujo vencimento estabelecido em lei tenha ocorrido no mês anterior, juntamente com específica da Contratada.

- Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

- O acompanhamento do cronograma será feito proporcionalmente ao número de dias decorridos na data de encerramento de cada período.

- O período de competência referente às medições será a cada 30 (trinta) dias após a data de início dos serviços.

- **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- Fornecer informações e cópias de projetos que se façam necessários para a prestação dos serviços;

- Assinar tempestivamente as ART, formulários, guias e pranchas de desenho relativas aos serviços em tela;

- Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;

- Analisar os trabalhos dentro das condições e prazos previstos neste projeto básico;

- Avaliar a obra entregue pela CONTRATADA, e julgar quanto ao seu acatamento ou não, determinando as impugnações parciais ou total no faturamento dos serviços.

- Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;

- Fiscalizar o contrato.

- **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- Não é permitido subcontratar totalmente, sob nenhum pretexto, os serviços objeto desta contratação. Somente será admitida a subcontratação parcial quanto aos serviços complementares e relacionados a instalações elétricas, de telecomunicações e de climatização, devendo preferencialmente ser subcontratadas, micro ou pequenas empresas, em consonância à Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 155/16, sem subordinação e pessoalidade com o CONTRATANTE. Na hipótese de ser realizada a subcontratação, a CONTRATADA diligenciará junto a esta no sentido de serem rigorosamente cumpridas as obrigações contratuais, especialmente quanto à fiel e perfeita execução dos serviços subcontratados, ficando diretamente responsável, perante o CONTRATANTE, pelas obrigações assumidas pela subcontratada. Fica ainda a CONTRATADA obrigada a emitir ART dos serviços subcontratados. O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outros, sejam profissionais ou empresas subcontratadas. Atrasos acarretados pelo não cumprimento deste item possuem suas penalidades previstas no item 18.

- Como condição para subcontratação e durante o curso da execução contratual, as empresas subcontratadas deverão comprovar mediante documentação regular, perante a Administração, que estão em situação regular fiscal, previdenciária e a qualificação técnica necessária exigidas neste Termo de Referência. E entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constem funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado do TJBA.

- Em qualquer hipótese da subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

- Caso ocorra a subcontratação, esta deverá ser firmada pela Contratada atravésde instrumento independente.

- Os pagamentos continuarão sempre sendo efetuados à CONTRATADA e nunca diretamente a subcontratada.

- As regras estabelecidas entre a contratada e a subcontratada não modificarão as obrigações contratuais e legais entre a Contratante e a Contratada, sendo nula qualquer

cláusula que porventura disponha de forma contraria, transferindo ou isentando responsabilidade da CONTRATADA.

- A realização da subcontratação não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelo integral cumprimento de todos os termos e condições do contrato, nemtampouco alterará as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

- Indicar o Responsável Técnico, que será o representante da CONTRATADA junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA para tratar de todos os assuntos técnicos pertinentes ao presente contrato, inclusive para participar de reuniões e outros eventos demandados pela no âmbito de suas dependências ou fora dela, e que responderá formalmente em todas as tratativas técnicas entre as partes, bem como nos atos e demais providências de incumbência da CONTRATADA junto a Órgãos Públicos, Conselhos de Classe e Concessionárias.

- A CONTRATADA deve cumprir as formalidades do presente contrato, no que tange aos processos e rotinas técnicas aqui estabelecidas, comunicando a FISCALIZAÇÃO TÉCNICA fatos pertinentes e do interesse do melhor desenvolvimento dos trabalhos, providenciando a compatibilização dos serviços técnicos que envolvem mais de um Responsável Técnico e praticando todos os atos técnicos necessários à condução e ao fiel cumprimento do presente contrato.

- A CONTRATADA quando solicitada deverá realizar vistorias de imóveis em até 48 horas, apresentando laudo, parecer ou estudo técnico, conforme solicitação da FISCALIZAÇÂO TÉCNICA das pendências e possíveis soluções relativos aos serviços projeto básico.

- O Engenheiro de Segurança do Trabalho ou profissional habilitado ficará responsável pela emissão do item 16.5 do sistema de combate à incêndio que incluem a rede de hidrantes, rede de sprinklers, extintores, detecção e alarmes de incêndio.

- Matricular o contrato no INSS, e entregar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA as guias de recolhimento das contribuições devidas ao INSS, de FGTS mês a mês em cada processo de pagamento de medição, nos termos da legislação específica em vigor, referente à equipe disponibilizada pela contratada para execução do serviço e lotada no referida contrato. Atrasos acarretados pelo não cumprimento deste constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Registrar o contrato no CREA, apresentar o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica" e/ou "Registro de Responsabilidade Técnica" referente à execução do contrato, antes do efetivo início dos serviços. Atrasos acarretados pelo não cumprimento deste item possuem suas Penalidades previstas no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Fornecer e colocar no local dos serviços, placas de divulgação e identificação da mesma, em conformidade com os Órgãos normativos, as quais serão confeccionadas, de acordo o padrão fornecido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. O não

cumprimento deste item constituirá mensalmente uma infração de natureza leve conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Observar e cumprir os prazos para execução das Ordens de Serviço, o não cumprimento deste item constitui infração de natureza grave, com multa prevista na tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES"

- Planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas e em seu entorno.

- Obedecer às normas vigentes de higiene, segurança do trabalho e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança no local dos serviços. O não cumprimento deste item, quando relativo a trabalhos que envolvam risco de vida constituirão infrações de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Providenciar, às suas expensas, cópias dos documentos que venham a ser necessários, não só para licitação e assinatura do Contrato, como também para execução dos serviços.

- azer com que os componentes da equipe de mão de obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados em padrão único (farda), e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas - E.P.I (Equipamentos de Proteção Individual). O não cumprimento deste item quando envolver risco de vida constitui infração de natureza gravíssima e estará sujeito a penalidades conforme a tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES", e quando não envolver risco de vida constituirá infração de natureza grave e estará sujeito a penalidades conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Executar todos os serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos apresentados na OS – Ordem de Serviço obedecendo rigorosamente as Normas Técnicas da ABNT e das concessionárias de serviços públicos, assim como as determinações da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA e a Legislação pertinente. Atrasos acarretados pelo não cumprimento deste item possuem suas penalidades previstas no item "MULTAS E PENALIDADES"

- A CONTRATADA deverá fornecer cronograma físico com o início e término das etapas para a realização da demanda sempre que solicitado pela fiscalização, juntamente com a planilha de serviços.

- Comunicar à Fiscalização em tempo hábil, e proceder às correções necessárias, sempre que ocorrer falhas, erros ou omissões nos projetos, especificações e demais elementos técnicos apresentados na OS – Ordem de Serviço, assumindo integral responsabilidade pela correta execução de todos os serviços. Tais correções somente serão efetuadas com a aprovação da Fiscalização, que por sua vez consultará os autores dos projetos para efeito de autorização.

- Quando por motivo de força maior, houver a necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter o pretendido à Fiscalização, para que a mesma, através de

laudos, pareceres e levantamentos de custos, possa se pronunciar pela aprovação ou não do material substituto.

- Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção dos serviço sem qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa.

- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do Contrato, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados ou não, correspondentes às especificações. Promover reuniões quinzenais com a fiscalização para avaliação dos serviços. Quando estas falhas gerarem atrasos, constituirão infração tendo a penalidade prevista no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Manter no local dos serviços, além da equipe técnica retro mencionada, técnico especializado em controle de medidas e padrões, assim como promover as suas expensas e a critério da fiscalização, o controle tecnológico dos materiais a serem empregados nos serviços.

- Manter permanentemente no local dos serviços equipe técnica suficiente, composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada que assuma perante a fiscalização, a responsabilidade técnica dos mesmos até a entrega completa, inclusive com poderes para deliberar sobre qualquer determinação de emergência que se torne necessária. O não cumprimento desta obrigação no prazo previsto constituirá falta mediana tendo a penalidade prevista na tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Executar as suas expensas as ligações definitivas das instalações as redes públicas quando necessário.

- Manter a obra limpa e retirar diariamente do corpo do imóvel, todo o entulho decorrente da execução das obras. O não cumprimento desta obrigação no prazo previsto constituirá falta mediana tendo a penalidade prevista na tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES"

- A empresa contratada deverá colocar a disposição da PREFEITURA MUNICIPAAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, meios de comunicação com o responsável técnico, todos os dias da semana, para atender todas as necessidades pertinentes ao serviço, devendo o mesmo se fazer presente quando chamado pelo coordenador de obras ou pessoas designadas por ele. O não cumprimento desta obrigação constituirá falta grave e a penalidade prevista na tabela constante no item "MULTASE PENALIDADES".

- Fica a contratada obrigada a absorver, na execução do contrato, egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%.

- Fica a contratada obrigada em apresentar relatório fotográfico do ambiente antes da intervenção e após a conclusão do atendimento.

- Executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos e nos prazos ajustados, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-

se a indenizar A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços.

- Dar sempre como conferidos e perfeitos os serviços prestados, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA e sem prejuízo das multas contratuais previstas.

- Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer profissional, quando se verificar o seguinte:

  - Atuação ou comportamento julgado inconveniente ou prejudicial ao bom andamento dos serviços;
  - Ocorrência sistemática de erros ou falhas na execução dos trabalhos;
  - Atos que comprometam a própria segurança ou a de terceiros;
  - Não atendimento às determinações do preposto.

- Dar ciência a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.

- Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

- Diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste contrato.

- Pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta e apresentar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, juntamente com a fatura mensal.

- Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

- Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. A omissão da CONTRATADA, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à

aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia defesa.

- Indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA, aindaque extinta a relação contratual entre as partes.

- Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA,devidamenteidentificados com crachás, os quais deverão ser confeccionados pela CONTRATADA. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza média conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato.

- Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes da má execução quando não houver notificação da construtora.

- Comunicar por escrito a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA a existência de impedimento de ordem técnica, econômica, ética ou legal em serviço que lhe tenha sido encaminhado, devolvendo-o imediatamente e fundamentando a inviabilidade. Atrasos acarretados pelo não cumprimentodeste item possuem suas penalidades previstas no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA a pretensão de substituição, inclusão ou exclusão de profissional(ais) na equipe técnica, atendendo ao seguinte:

  - A exclusão de profissionais da equipe técnica não poderá ocorrer em prejuízo do mínimo fixado no item "DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA", bem como da capacidade técnica da contratada;
  - A substituição de profissional cujo acervo tenha sido utilizado para comprovação da capacidade técnica da licitante só poderá ser feita por profissional que possua acervo equivalente ou superior às características técnicas exigidas, na(s) modalidade(s) técnica(s) em que o profissional a ser substituído tenha sido aceito na fase de qualificação técnica da licitação.

- Fornecer, tempestivamente, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, quando solicitado, cópias das ARTs recolhidas, atas de reunião, diário de obras, relatórios de fiscalização, pareceres, laudos, estudos, vistorias, cronogramas atualizados dos serviços em andamento e relatório dos serviços executados e pendentes.

- Dar imediato conhecimento a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA

de autuações ou notificações porventura lavradas pela Contratada, bem como erros e omissões, relativas aos serviços ou obras sob sua responsabilidade técnica ou fiscalização. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES"

- Não manter negócios com empresas Contratadas pela para execução de obras e prestação de serviço de manutenção, durante o prazo do presente contrato. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Não utilizar o nome ou o logotipo da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA em quaisquer atividades de divulgação profissional, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Não se pronunciar em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA a órgãos da imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Não utilizar, nem divulgar ou reproduzir, fora dos serviços contratados, os normativos, documentos e materiais encaminhados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. O não cumprimento deste item constituiráuma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de qualificações exigidas na licitação, nos termos do Art. 126, XVI, da Lei 9.433/2005.

- Manter perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico (e-mail), telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos. E sempre na capital ou região metropolitana. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza média conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. (art. 98, inciso V da Lei 9.433/2005). O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Comprovar no prazo máximo de até 10 dias após a assinatura do contrato, através da apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA/CAU, que os demais profissionais que irão compor a equipe da obra, incluindo um Engenheiro de Segurança do trabalho, Engenheiro Eletricista e Engenheiro Mecânico, constam do quadro de responsáveis técnicos da CONTRATADA, sob pena de rescisão contratual.

- Comunicar, por escrito, imediatamente, à Fiscalização do contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

- Solicitar à Fiscalização do contrato esclarecimentos de dúvidas, detalhes, nomenclaturas ou definições porventura não explicitadas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

- São de responsabilidade da contratada:

- Todo e qualquer dano que causar ao imóvel ou a terceiros, ainda que culposos praticados por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA;

- Qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao TJBA o exercício do direito de regresso, eximindo a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

- Quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

- A ausência ou omissão da fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

- Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

  - Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

  - As normas regulamentadoras (NR) do Trabalho, relativas à segurança e saúde do trabalho;

  - Os disposições legais vigentes;

  - Os regulamentos das empresas concessionárias;

  - As prescrições e recomendações dos fabricantes;

  - As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

- Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO do TJBA, para manter o padrão de qualidade previsto para os serviços.

- Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de seus preços unitários.

- Considerar-se-á a CONTRATADA como especializado nos serviços objeto da contratação, o que significa que deverá ter computado nos preços unitários ou no BDI propostos todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais etc., necessários à completa execução dos serviços.

- Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta da CONTRATADA, salvo justificativas aceitas pela FISCALIZAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

- A CONTRATADA ficará responsável por lavrar as atas das reuniões pertinentes ao objeto do contrato, realizadas entre as partes envolvidas, incluindo órgãos públicos, empreiteiros, fornecedores e demais interessados nos projetos em questão. Cópias dessas atas serão remetidas, em até 2 (dois) dias úteis, à FISCALIZAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA para aprovação. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza leve conforme tabela constanteno item "MULTAS E PENALIDADES".

- É vedada a contratação, pela contratada, de servidor do quadro da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, ativo ou inativo há menos de cinco anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela 01 do Item 18.10,conforme § 3º, do art. 18, da Lei 9.433/2005.

- Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos equipamentos, materiais e insumos nas quantidades e especificações necessárias para a perfeita execução do objeto deste Projeto Básico.

- Caberá também a contratada responder, após o recebimento dos serviços e obras, por sua qualidade e segurança nos termos do Artigo 618 do Código Civil Brasileiro e demais legislações vigentes, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do Contratante.

- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos

documentos relativos à execução do empreendimento.

- Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

- Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações na descrição da solução proposta.

- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

- Assegurar à CONTRATANTE direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada serviço, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

- Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

- Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

- Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

- Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

- Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

- Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

- Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

- Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

- Apresentar e manter durante toda a vigência do contrato, um preposto que atenda às solicitações da contratante, com formação adequada. Caberá à fiscalização, durante a execução, solicitar a troca do preposto em caso de dificuldades na execução dos serviços e no atendimento dos pleitos da contratante;

- Caberá ao preposto representar a empresa contratada, respondendo todas as solicitações da contratante, notadamente os temas relativos à execução do objeto contratual, tais como: questões técnicas de execução de serviços, seu detalhamento, cronograma, orçamentos, questões tributárias, substituições de serviços e/ou equipes de trabalho. O contato será sempre feito entre a fiscalização e o preposto, não podendo este, repassar responsabilidade para outros agentes da empresa contratada.

- A Contratada será convocada a participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à prestação dos serviços, com o esclarecimento das obrigações, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, os fiscais, o gestor do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

- Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1° e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105. O não cumprimento deste item constitui infração de natureza gravíssima, conforme tabela constante no item 18;

- **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA exercerá a fiscalização dos serviços através de Equipede Fiscalização ou Técnico especialmente designado para este fim, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da Contratada.

- Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso, não previsto no contrato, no Edital, nas Especificações, nos Projetos, quando houver, nas Leis, nas Normas, nos Regulamentos e em tudo mais que, de

qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com os serviços em questão e seus complementos.

- Independentemente da Equipe de Fiscalização ou técnico designado para Fiscalização dos serviços, poderão ser contratados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO /MA técnicos ou firmas especializadas para apoio da mesma, embora a ela subordinados.

- A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, sendo que sua ocorrência, não deverá implicar corresponsabilidade do Poder Publico ou de seus agentes e prepostos, salvo seja caracterizada a omissão funcionalpor parte destes.

- Exigir o cumprimento integral dos Projetos, Detalhes, Especificações e Normas Técnicas da ABNT, e outros porventura aplicáveis;

- Rejeitar todo e qualquer material da má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada do local dos serviços;

- Exigir a imediata substituição de técnicos, mestres ou operários que não correspondam tecnicamente ou disciplinarmente às necessidades dos serviços;

- Decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;

- Esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela Contratada;

- Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à Contratada;

- Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;

- Promover com presença da Contratada, as medições dos serviços executados;

- Transmitir por escrito, instruções sobre as modificações dos serviços que porventura venham a ser feitos, bem como as alterações de prazo e cronograma;

- Relatar oportunamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relaçãoa terceiros;

- Dar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO /MA imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a Contratada, ou mesmo à rescisão de Contrato.

- A substituição de qualquer integrante da equipe técnica proposta pela Contratada, durante a execução dos serviços, somente será admitida, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, mediante a comprovação de experiência equivalente ou superior do substituto proposto.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 a 2024

- Os serviços deverão desenvolver-se sempre em regime de estreito entendimento entre a Contratada, sua equipe e a fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Contrato.

CONCLUSÕES FINAIS:

Para a definição da empresa contratada será adotado o seguinte critério:

- O maior percentual de desconto apresentado pelos licitantes, que deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens que compõe tanto o grupo de insumos como o grupo de serviços da tabela SINAPI.

- Valor final dos serviço:

PREÇO FINAL DOS SERVIÇOS =	**(VALOR DO ORÇAMENTO REFERENCIADO – % DE DESCONTO EM CIMA DOS CUSTOS SINAPI) X BDI ADOTADO PELA PREFEITURA**

- O BDI SÓ INCIDIRÁ NO VALOR FINAL PROPOSTO DOS SERVIÇOS APÓS A APLICAÇÃO DO DEVIDO DESCONTO EM CIMA DOS CUSTOS SINAPI

- O BDI estará predefinido conforme quadro abaixo, considerando para tanto um regime com desoneração conforme planilha abaixo:

Proponente:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO			
Empreendimento:	REPAROS E MANUNTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EDIFICAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO /MA			
Tipo de Obra:	Construção de Edifícios e Reformas (Quadras, unidades habitacionais, escolas, restaurantes etc.)			
Base de Cálculo do ISS da Prefeitura:	100%			
Orçamento Desonerado? (Sim ou Não)	SIM			
DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO - %
	1º Quartil	MEDIA	3º Quartil	
Administração Central	3,00	4,00	5,50	3,00
Seguros e Garantias (*)	0,80	0,80	1,00	0,80
Riscos	0,97	1,27	1,27	0,97
Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39	0,59
Lucro	6,16	7,40	8,96	6,16
COFINS	3,00	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
ISS (**)	2,00	3,50	5,00	3,00
CPRB - Alíquota 4,5% Receita Bruta (Desoneração)	4,50	4,50	4,50	4,50

Folha nº 30
Processo nº 170-2023
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 a 2024

LIMITE BDI C/ DESONERAÇÃO	26,58	28,45	31,48	28,83
LIMITE BDI S/ DESONERAÇÃO	20,34	22,12	25,00	

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário

Desoneração: Lei nº13.161/2015

Verificação do BDI: OK

BDI s/ desoneração: 22,48

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração Central;
DF = taxa das despesas financeiras;

R, S, G = taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;

I = taxa de tributos (Onerado: I = COFINS+PIS+ISS / Desonerado: I = COFINS+PIS+ISS+CPRB);
L = taxa de lucro.

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo do ISS para Construção de Edifícios e Reformas (Quadras, unidades habitacionais, escolas, restaurantes, etc.) é de 100%, com a respectiva alíquota de 5%. Declaramos ainda que adotamos orçamento Com Desoneração e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

São João do Paraíso, 01 de dezembro de 2023

RICARDO PETUBA DE MORAES:05166113306

Assinado de forma digital por RICARDO PETUBA DE MORAES:05166113306
Dados: 2023.12.01 09:21:12 -03'00'

Ricardo Petuba de Moraes
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 119658241 – MA
Pref. Mun. de São João do Paraíso/MA
Portaria nº: 031/2023

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20230720930

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

1. Responsável Técnico

RICARDO PETUBA DE MORAES
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL
RNP: 1119658241
Registro: 1119658241MA

2. Dados do Contrato

Contratante: MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PARAISO
CPF/CNPJ: 01.597.629/0001-23
AVENIDA DO COMERCIO
Nº: 150
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: SÃO JOÃO DO PARAÍSO
UF: MA
CEP: 65973000

Contrato: Não especificado
Celebrado em:
Valor: R$ 5.000,00
Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação Institucional: Agricultura familiar

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA DO COMERCIO
Nº: 150
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: SÃO JOÃO DO PARAÍSO
UF: MA
CEP: 65973000
Data de Início: 19/12/2023
Previsão de Término: 31/12/2024
Coordenadas Geográficas: -6.466658, -47.057097
Finalidade: Misto
Código: Não Especificado
Proprietário: MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PARAISO
CPF/CNPJ: 01.597.629/0001-23

4. Atividade Técnica

Descrição	Quantidade	Unidade
78 - Projeto > CONSTRUCAO CIVIL > EDIF... DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO > #1.1.2.1 - ALVENARIA	1,00	un
79 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > ... ÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.4 - DE LIGAÇÃO INDIVIDUAL DE REDE DE AGU...	1,00	un
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > ... ÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.5 - DE LIGAÇÃO INDIVIDUAL DE REDE DE ESGO...	1,00	un
81 - Projeto > ELETROTÉCNICA > INSTALA...S ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA ... COMERCIAIS	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO DE REGISTRO DE PREÇO PARA R... DE PRÉDIO PÚBLICOS NA ZONA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAISO - MA.

6. Declarações

Declaro que estou cumprindo as regras de ac... previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. ... 2004

Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ... do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por ... de acordo com a Lei no. 9.307, de ... de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-MA. ... respectivo regulamento de arbit... Expressamente, as partes ... contaram concordar.

7. Entidade de Classe

... INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

RICARDO PETUBA DE MORAES:05166113306
Assinado de forma digital por RICARDO PETUBA DE MORAES:05166113306
Dados: 2023.12.21 10:00:01 -03'00'

RICARDO PETUBA DE MORAES - CPF: 051.661.133-06

... são verdadeiras as informações acima

... de ...

Local ... data

MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PARAISO - CNPJ: 01.597.629/0001-23

9. Informações

... ART e valida somente quando quitada, mediante a ... ção do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R$ 96,62 Registrada em: 21/12/2023 Valor pago: R$ 96,62 Nosso Número: 8305138764

A autenticidade deste documento pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 83xy5
Impresso em: 21/12/2023 às 09:55:11 por: ... ip: 189.89.9.46

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

ATESTADO

Atesto para os devidos fins de prova em cumprimento ao Art. 7º § 1º e § 2º Inciso I da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, que **APROVO** o Projeto Básico visando o Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA.

São João do Paraíso (MA), 12 de dezembro de 2023

VALDEMAR ALVES DE SOUSA
Secretário Municipal de Governo e Planejamento

RICARDO PETUBA DE MORAES:05166113306
Assinado de forma digital por RICARDO PETUBA DE MORAES:05166113306
Dados: 2023.12.12 14:22:39 -03'00'

RICARDO PETUBA DE MORAIS
Engenheiro Civil

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

São João do Paraíso (MA), 13 de dezembro de 2023

Na qualidade de ordenador de despesas, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa especificada no processo administrativo nº 170/2023, tendo por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO).Sendo que a mesmanão ultapassará os limites estabelecidos para o excercicio financeiro

anteciosamente.

VALDEMAR ALVES DE SOUSA
Secretário Municipal de Governo e Planejamento

Folha nº 34
Processo nº 170-2023
Rubrica

AUTORIZAÇÃO

AO
ILUSTRÍSSIMO SENHOR
ILTON RODRIGUES DE SOUSA
MD. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
NESTA

ASSUNTO: **AUTORIZAÇÃO** PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO VISANDO A EFETIVAÇÃO, NA FORMA DA LEI, DA DESPESA CONSTANTE NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **170/2023**.

Prezado Senhor,

Pelo presente, autorizo a douta Comissão Permanete de Licitação – CPL a realizar o proceso licitatório, na forma da lei, visando a efetivação da despesa constante no autos do processo administrativo nº 170/2023, cujo objeto e referente ao Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA.

Agradecendo a atenção que este pleito demandará a vossa senhoria, renovo Protestos de respeito e consideração.

Gabinete do Secretario Municipal de Governo e Planejamentode São João do Paraíso, Estado do Maranhão, em 13 de dezembro de 2023.

VALDEMAR ALVES DE SOUSA
Secretário Municipal de Governo e Planejamento

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2017 A 2020
GABINETE DO PREFEITO

Decreto 019/2021 SÃO JOAO DO PARAISO 28 DE MAIO DE 2021

Este decreto dispõe sobre, a CPL que fica designada, para julgar e conduzir os processos licitatórios, na modalidade pregão, ou outra qualquer modalidade de certame contido na Le 8666/93, na Administração Publica Municipal.

O prefeito municipal dentro das suas atribuições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO as disposições na Lei Orgânica Municipal, nas Leis Federais : 8.666/93 e 10520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Decreta

Art. 1 que fica designado como Presidente da CPL(Comissão Permanent de Licitação) o senhor : **Ilton Rodrigues de Sousa** brasileiro, casado, servidor públic portador do CPF/MF: 972296283-34, RG de número: 062762282017-1.

Art. 2 que ficam designados como membros da equipe de apoio da CPL o servidores efetivos: **Raimundo Joeé Santana Brito**, brasileiro, casado, servidor públic portador do CPF/MF 759686813-49 e RG de numero 46937195-1 e **Adecirene Miranda de Sousa Marinho**, brasileira, casada, servidora pública portador do CPF/MF: 02593931 45 e RG de número 2546190200032.

Art. 3º- os trabalhos da CPL, serão regidos pelas Leis Federais 10520/2002, 8666 /1993 e Decreto Federal de nº 10.024/2019 e suas respectivas alterações.

Art.4º- a Comissão Permanente de Licitação terá sua atividade até 31/12/2021.

Art.5º- revogam se as disposições em contrario, este decreto entrara em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

São Joao do Paraiso/MA 28 de maio de 2021.

ROBERTO REGIS DE ALBUQUERQUE
PREFEITO MUNICIPAL

Folha nº 37
Processo nº 170-2023
Rubrica

Decreto 091/2023 **SÃO JOAO DO PARAISO 30 DE NOVEMBRO DE 2023**

Este decreto dispõe sobre a substituição de servidor na CPL de São João do Paraíso/MA..

O prefeito municipal dentro das suas atribuições constitucionais e legais, vem decretar substituição de membro da CPL de São João do Paraiso/MA .

Art.1º Estabelecido substituição da servidora Adecirene Miranda de Sousa Marinho, portadora do CPF :025939313-45, pela servidora Vania Marinho Abreu portadora do CPF:040559973-02, uma vez que a substituída encontra-se em licença maternidade.

Paragrafo Único: a duração da substituição perdurara ate o retorno das atividades laborais da servidora licenciada.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário

.

São Joao do Paraiso/MA 30 de novembro de 2023

ROBERTO REGIS DE ALBUQUERQUE
PREFEITO MUNICIPAL

Folha nº 38
Processo nº 170-2023
Rubrica

AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Hoje, nesta cidade, na sala da Comissão de Licitação, AUTUO o Processo Administrativo **170/2023**, que deu origem ao processo licitatório que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu, Ilton Rodrigues de Sousa, o subscrevo.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo nº. **170/2023**
- Modalidade: Tomada de Preços
- Tipo de Licitação: Menor Preço Global
- Regime de Execução: Empreitada por Maior desconto
- Requisitante: Secretaria Municipal de Infraestrutura.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Este procedimento licitatório está fundamentado na nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 9.488/2018, que altera o Decreto nº 7.892/13, regulamentador do Sistema de Registro de Preços – SRP, Decreto Municipal nº 031/2020 – SRP, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010 e demais legislações pertinentes.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- Descrição: Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA.

ESTIMATIVA DO VALOR

- O preço considerado como estimativa para o objeto da presente licitação foi determinado com base na (s) planilha (s) orçamentária (s) constante dos autos. Com base em tal procedimento, foi estimado o valor total **R$ 4.700.000,00 (quatro milhões, e setecentos mil reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- As despesas decorrentes da presente licitação irão onerar valores e dotações orçamentárias futuras, somente de acordo com as necessidades.

A presente licitação de registro de preços será somente para registrar preços de mercado sem a necessidade de Reserva Orçamentária, em casos que a Administração resolver fazer uma possível contratação dos preços registrados, terá que ter nº. De Dotação no contrato na nota de empenho ou na ordem de fornecimento, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993

PEÇAS PRÉ-EXISTENTES:

- São consideradas peças pré-existentes: Oficio para Abertura de Licitação devidamente acompanhada do respectivo Projeto básico e Planilhas Orçamentárias, da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, datado de 11/12/2023 e Autorização para Abertura de Procedimento Licitatório, datada de 13/12/2023, constantes dos autos.

São João do Paraíso – MA, 14 de dezembro de 2023

ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da CPL
Decreto nº 019/2021

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

À
Procuradoria Jurídica

Referente:
Concorrência Pública N° 002/2023-CPL

Para exame e manifestação sobre as minutas na forma do parágrafo único do artigo 38 da Lei Federal n.º 8.666/93.

São João do Paraíso (MA), 14 de dezembro de 2023.

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

CONCORRÊNCIA Nº XXX/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 170/2023

EDITAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, torna público que, às **ONDE SE LÊ**: **08:30 horas do dia 26 de JANEIRO de 2023**, LEIA-SE: **08:30 horas do dia 26 de JANEIRO de 2024** na Rua Marcos Silva s/nº, bairro Centro, cep 65.973-000, no Prédio da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Sala de Reuniões da CPL, no Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, serão recebidas a Documentação e Propostas e iniciada a abertura dos envelopes relativos à **CONCORRÊNCIA**, em epígrafe, através de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, através de **SERVIÇOS**, adotados **como regime de execução a Empreitada por MAIOR DESCONTO DA TABELA SINAP**, conforme o Artigo 45, Parágrafo Primeiro, Inciso I da Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, de interesse da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO**, nos termos da Lei nº 8.666, de21 de junho de 199 do Decreto nº 9.488/2018, que altera o Decreto nº 7.892/13, regulamentador do Sistema de Registro de Preços – SRP, Decreto Municipal nº 031/2020 – SRP, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2 Decreto nº 7.9 de 08 de abril de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro 2010, da Instru Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo n°.170/2023**, e atendidas as especificações formalidades s intes:

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. As licitantes devem ater-se à fiel observância os procedimentos estabelecidos neste Edital e seus anexos, podendo qualquer interessado assistir a ão, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realiza trabalho

1.2. Este Edital poderá ser obti na Comiss manente de Licitação – CPL, no endereço Rua Marcos Silva s/nº, bair entro, cep 973-000, no Prédio da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Sala de Reuni da CPL, horário das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira, bem como no Portal da Transparên Os esclarecimentos poderão ser realizados através do email: **cplsjparaiso@ .com**.

1.3. Ocorrendo decretação de fe o ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data ac na mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, salvo comunicação em contrário.

1.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

1.5. É proibido, expressamente, às licitantes ou interessados presentes à sessão desta licitação, sob pena de apreensão do aparelho utilizado e adoção das devidas providências legais:

a) fotografar, gravar ou filmar qualquer pessoa presente no recinto, em respeito aos direitos decorrente da imagem, sem a prévia e expressa autorização da Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO;

b) fotografar qualquer documento, considerando a possibilidade de posterior concessão de cópias mediante solicitação, devidamente justificada.

MINUTA

1.6. É facultado ao Presidente da Comissão:

a) promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

b) solicitar aos setores competentes da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO a elaboração de pareceres técnicos ou jurídicos para fundamentação de suas decisões;

c) no julgamento da Documentação de Habilitação e da Proposta de Preços sanar erros ou falhas que não alterem a substância destes documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados;

d) relevar omissões puramente formais observadas na Documentação de Habilitação ou na Proposta de Preços, desde que não contrariem a legislação e não comprometam a lisura da licitação;

e) restringir o uso de celulares e outros meios de comunicação durante a sessão para evitar tumultona realização dos trabalhos;

f) suspender os trabalhos das sessões públicas para análise de documentos, diligências, pareceres técnicos ou jurídicos, quando do julgamento da Documentação de Habilitação e da Proposta de Preços.

1.7. Qualquer divergência entre o Projeto Básico (ANEXO I) e o Edital, prevalecerá o Edital.

1.8. Qualquer divergência entre as especificações, obrigações ou condições existentes entre o Projeto Básico (ANEXO I) e a minuta do Contrato Administrativo (ANEXO VIII), prevalecerá as cláusulas contratuais.

1.9. Os casos omissos e eventuais dúvidas quanto à aplicação deste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, conforme descrição contida no Projeto Básico, **ANEXO I,** deste Edital.

2.1. O valor máximo para o Serviços do objeto desta licitação é de **R$ 4.700.000,00 (quatro milhões, e setecentos mil reais).**

2.2. O prazo de contratação será de 12 (doze) meses podendo ter sua duração prorrogada por iguais ou sucessivos períodos, tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, até 60 (sessenta) meses, contados a partir do 1° dia útil após a publicação, desde que haja autorização formal da autoridade competente.

3. CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e comprovem a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, exigidas neste Edital, nos termos dos artigos 28 ao 31 da

MINUTA

Lei nº 8.666/93.

3.2. A simples apresentação da Proposta de Preços implicará, por parte da licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão Permanente deLicitação do disposto no art. 97 da Lei Federal nº 8.666/1993.

4. IMPEDIMENTOS

4.1. Não poderá participar desta licitação, diretamente ou indiretamente, pessoas jurídicas:

a) cujo objeto social não seja pertinente nem compatível com o objeto desta licitação;

b) em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e empresas controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si;

c) que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

d) autor do Projeto Básico;

e) que tenham sócios, gerentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores públicos da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO;

f) suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, conforme art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, durante o prazo da sanção aplicada;

g) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, conforme art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

h) impedidas de licitar e contratar com o Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, durante o prazo da sanção aplicada;

i) impedidas de licitar e contratar com o Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, conforme art. 47 da Lei Federal nº 12.462/2011 (RDC), durante o prazo da sanção aplicada;

j) proibida de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção derivada de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, de acordo com o art. 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais);

k) proibida de participar de licitação, tendo por objeto aquisições, alienações, realização de serviços, concessão de serviços públicos, na administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como em entidades da administração indireta, por prazo não inferior a5 (cinco) anos, em razão de pena por prática de infração da ordem econômica, de acordo com o art. 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011 (Lei Antitruste);

l) proibida de contratar com o Poder Público por ato de improbidade, com decorrente inclusão no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIAI, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

m) sociedades empresariais estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

MINUTA

n) integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

o) que mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou familiar com servidores lotados nesta Comissão de Licitações;

p) enquadradas nas demais vedações estabelecidas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

5. DO CREDENCIAMENTO DAS LICITANTES

5.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos **em separado dos Envelopes nº 01 e 02**:

a) **tratando-se de representante legal:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) **tratando-se de procurador:** instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (ANEXO II), no qual constem poderes para representá-la no ato da sessão pública, interpor recursos ou desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a esta licitação;

b.1) procuração por instrumento particular e Carta Credencial (ANEXO II) deverão estar acompanhadas de cópia do documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, dentre os indicados na alínea "a";

b.2) instrumento de procuração público ou particular, ou Carta Credencial (ANEXO II) deverão, obrigatoriamente, sob pena de não ser aceito o credenciamento, ser firmados por tantos responsáveis pela empresa, quantos estabeleça o contrato social ou estatuto de constituição, com permissão para outorgar poderes no que tange a sua representatividade;

c) cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial que contenha foto do representante (legal ou procurador) da empresa interessada e de todos os sócios/proprietários.

5.2. Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original ou cópia previamente autenticada por cartório competente ou por servidor da Comissão Permanente de Licitação, ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial.

5.2.1. A autenticação por servidor da Comissão Permanente de Licitação poderá ser realizada até o primeiro dia útil anterior à data marcada para a sessão de abertura desta licitação, localizado à Rua Marcos Silva s/nº, Bairro Centro, cep 65.973-000, no Prédio da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Sala de Reuniões da CPL, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no horário das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira.

5.2.2. Somente serão aceitas cópias legíveis e não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

5.3. É facultada a apresentação do credenciamento de que trata o item 5.1. a não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento não inabilitará ou desclassificará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar ou responder em nome

MINUTA

Folha nº 14
Processo nº 170-2023
Rubrica

da empresa durante as sessões públicas.

5.4. Não será admitida a participação de dois representantes para a mesma empresa, bem como de um mesmo representante para mais de uma empresa.

5.5. Os documentos de credenciamento serão conferidos pela Comissão a cada sessão pública realizada. Na hipótese de substituição da pessoa inicialmente credenciada, novo credenciamento deverá obedecer a regras do item 5.1deste Edital.

5.6. No ato da entrega dos documentos de credenciamento, as licitantes deverão apresentar. separados dos Envelopes contendo a Proposta de Preços e a documentação de habilitação, os seguintes documentos:

a) Declaração de Enquadramento e/ou Reenquadramento, Certidão Simplificada ou Certidão Específica emitida pela Junta Comercial da sede da licitante para fins de comprovação de que é Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, nos termos da Lei Complementar n° 123/2006;

a.1) O Presidente poderá determinar a realização de diligência para dirimir eventual dúvida quanto à Receita Bruta da licitante no exercício anterior, com a ressalva de que o Balanço é considerado exigível após 1º de maio.

b) Declaração Negativa de Nepotismo, com a indicação de que não empregará, durante a vigência do Contrato, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afim, até o 3º grau, de cargo em comissão ou função de confiança da Prefeitura de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, conforme modelo constante no ANEXO V deste Edital;

5.7. Antes de concluir o credenciamento, o Presidente da Comissão deverá consultar os seguintes cadastros, com o intuito de verificar eventual descumprimento de condições de participação:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, atualmente mantido pelo **Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle** (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIAI, atualmente mantido pelo **Conselho Nacional de Justiça – CNJ** (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

5.7.1. A consulta ao CNIAI será realizada em nome das pessoas jurídicas licitantes e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.7.2. Constatada a existência de sanção, o Presidente da Comissão poderá excluir do certame a licitante, por falta de condição de participação, conforme previsto no **item 4 deste Edital**.

5.8. Encerrada a fase do credenciamento, serão recebidos os Envelopes contendo a Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

MINUTA

6.1. No dia, hora e local citados no preâmbulo deste Edital e após o credenciamento, a licitante deverá apresentar a Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços, em envelopes distintos, opacos, devidamente lacrados e rubricados em seus fechos, com os seguintes dizeres em sua parte externa:

ENVELOPE Nº 01 Documentação de Habilitação Concorrência nº 002/2023-CPL Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA Data: 26/01/2023 Hora: 08h30min Razão Social da Pessoa Jurídica Licitante	**ENVELOPE Nº 02** Proposta de Preços Concorrência nº 002/2023-CPL Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA Data: 26/01/2024 Hora: 08h30min Razão Social da Pessoa Jurídica Licitante

6.2. Não será admitida a entrega de apenas um envelope.

6.3. Não serão consideradas Documentação de Habilitação e Propostas de Preços apresentadas por internet (e-mail), via postal ou fac-símile.

6.4. Após a entrega dos envelopes, aquele contendo a Propostas de Preços será rubricado pelo Presidente, membros da CPL e representantes credenciados das licitantes.

6.5. Os documentos de habilitação exigidos deverão ser legíveis e poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia previamente autenticada por Cartório competente ou por servidor da Comissão Permanente de Licitação – CPL, mediante a apresentação do documento original, ou ainda por publicação em órgão da Imprensa Oficial.

6.5.1. A autenticação pela Comissão Permanente de Licitação poderá ser realizada até o dia útil anterior à data marcada para a sessão de abertura desta Concorrência Pública à Rua Marcos Silva s/nº, bairro Centro, cep 65.973-000, SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, no horário das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira.

6.5.2. Somente serão aceitas cópias legíveis e não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

6.6. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das Propostas de Preço.

6.7. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

6.8. Após abertura dos envelopes, a Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços deverão ser juntados aos autos do Processo e não serão devolvidas à licitante.

6.9. Os documentos constantes nos Envelopes nº 01 e 02 deverão, de preferência, ser entregues numerados sequencialmente e na ordem indicada neste Edital.

7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1. As licitantes deverão apresentar a Documentação de Habilitação em 01 (uma) via, no Envelope nº 01, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme **itens 6.1 deste Edital**, conforme o caso, contendo os seguintes documentos referentes a:

MINUTA

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Formulário de Empresário, no caso de empresa individual;
b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todas suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores; no caso de Sociedades simples o ato constitutivo, inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos) acompanhado da prova de Diretoria em exercício;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de regularidade com a **FAZENDA FEDERAL** do domicílio ou sede da licitante;

b) Prova de **Regularidade com a FAZENDA ESTADUAL** do domicílio ou sede da licitante, emitida até 120 (cento e vinte) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante a:

b.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, ou, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.
b.2) Certidão Negativa de Inscrição da Dívida Ativa, ou, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa da Dívida Ativa.

c) quando a prova de regularidade for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e nela não constar expressamente essa informação, o Presidente da Comissão poderá diligenciar para dirimir eventuais dúvidas;

d) Prova de **Regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL** do domicílio ou sede da licitante, emitida até 90 (noventa) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante a:

d.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, referente ao ISSQN, ou, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.
d.2) Certidão Negativa de Inscrição da Dívida Ativa, ou, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa da Dívida Ativa;
d.3) Alvará de Localização e Funcionamento, referente à sede da licitante.
d.4) Certidão Negativa de Débito Tributário Relativo ao Imóvel sede da empresa Licitante.
d.5) Quando a prova de regularidade for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e nela não constar expressamente essa informação, o Presidente da Comissão poderá diligenciar para dirimir eventuais dúvidas;
e) Prova de Regularidade relativa à **Seguridade Social** e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS,** demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

g) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual,** se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a

MINUTA

apresentação de certidão negativa de débito trabalhista - CNDT, em conformidade com o disposto na CLT com alterações da Lei nº 12.440/2011.

7.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Prova de inscrição ou registro do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU da sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a entidade profissional competente, que comprove atividade relacionada com o objeto; as empresas sediadas em outras regiões de jurisdições do CREA/MA, deverão apresentar visto do CREA-MA.

b) Capacitação **TÉCNICO-OPERACIONAL**: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo a execução de obra ou serviços de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

c) Apresentação de Inscrição e Certidão negativa do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, emitida pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente).

d)Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente inabilitado.

e) Para atendimento à **qualificação técnico-profissional**: comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior, ARQUITETO OU ENGENHEIRO, reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s) que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta, indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada.

7.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio dentro do prazo de validade previsto na própria certidão;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, acompanhado dos termos de abertura e encerrado do Livro diário e notas explicativas autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicilio da licitante.

c) ***O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade acompanhado das Certidões CRC e CRP***.

d) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

e) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG),

MINUTA

Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta com o setor contábil do Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PR}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULA}}{\text{PASSIVO CIRCULAN}}$$

f) O licitante deverá possuir capital mínimo equival[illegible]te a [illegible] (cinco por ce[illegible]) do valor total estimado da contratação.

g) Da Garantia da Proposta;

g.1) Comprovação de prestação de garanti[illegible] para manu[illegible]ção da proposta, equivalente a **1% (um por cento) do valor proposto no edital**[illegible] validade de [illegible]0 (sessenta) dias a partir da data de apresentação das propostas em uma das moda[illegible]des: em din[illegible]iro, seguro garantia, fiança bancária e títulos da Dívida Pública, este últim[illegible] devendo o[illegible]riosamente[illegible]se dar na forma do Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93. Em se tratando de dinh[illegible]o, este de[illegible]rá ser depositado na conta da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

g.2) No caso de opção p[illegible] ca[illegible] "dinheiro", esta deverá ser efetuada através de transferência/depósito na Conta do Município de [illegible] JOÃO DO PARAÍSO.

g.3) No caso de opção [illegible]o "título da [illegible]ívida pública", este deverá estar acompanhado de avaliação da Secretaria do [illegible]esouro Na[illegible]nal, no qu[illegible]tá informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de [illegible]lização e c[illegible]dições de resgate.

g.4) Seguro-gar[illegible]ntia[illegible] caso da [illegible]ção pelo "seguro-garantia" o mesmo será feito mediante entrega da com[illegible]tente apó[illegible]e e[illegible]da por entidade em funcionamento no País e em nome da Prefeitura Munic[illegible] SÃO J[illegible]O D[illegible]ARAÍSO-MA, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração [illegible] co[illegible]to, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, in[illegible]dependente de notificação da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA. Deverá a apó[illegible] conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

g.5) Fiança bancária: No caso de "fiança bancária", esta deverá ser, a critério do licitante, fornecida por um banco localizado no Brasil, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil. Deverá a carta de fiança bancária conter cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade

g.6) A garantia de manutenção da proposta, será liberada para as empresas licitantes no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após esgotada a fase de julgamento das propostas de preços, exceto para a empresa vencedora, onde está será liberada após a assinatura do contrato.

7.1.5. OUTROS DOCUMENTOS:

MINUTA

a) Certidões Simplificada e Específica expedida pela Junta Comercial do Estado domicílio da sede da licitante, no exercício em curso.

b) **Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de sua Habilitação**, na forma § 2º do artigo 32 da Lei nº. 8.666/93, assinada por sócio, gerente, dirigente proprietário ou procurador, nos termos do modelo **ANEXO IV**, deste Edital.

c) Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor, informando que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988 e do art. 27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993, incluído pela Lei Federal nº 9.854/1999, conforme **ANEXO VI** deste Edital.

7.2. É de exclusiva responsabilidade das licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.

7.3. As declarações e outros documentos julgados necessários à habilitação, quando produzidos pela própria licitante, deverão estar emitidas em papel timbrado e conter data, identificação e assinatura do titular da empresa ou do seu representante legal.

7.4. É facultada a autenticação nas cópias das Certidões de Regularidade Fiscal apresentadas pelas licitantes cuja autenticidade possa ser verificada pela Internet, de acordo com a norma especifica.

7.5. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado na Documentação de Habilitação ena Proposta de Preço deverá ser o mesmo do estabelecimento que efetivamente vai realizar o Serviços do objeto da licitação, com exceção dos seguintes documentos:

a) Certificado de Regularidade do FGTS, que poderá ser da sede da pessoa jurídica;
b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata que deverá ser do local do principal estabelecimento da licitante conforme art. 3º da Lei Federal nº 11.101/2004;

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, que deverá serda sede da pessoa jurídica.

7.6. A Comissão se reserva ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal ou procurador da licitante, com o seguinte conteúdo:

a) Carta-Proposta contendo os dados da empresa (razão social, número do CNPJ, endereço completo, fone/fax/celular, e-mail, banco, número da conta e a respectiva agência), nome completo do responsável pela assinatura do Contrato Administrativo, com indicação do cargo na empresa, CPF e RG, prazo de validade da Proposta, Preço Global Proposto, expresso em algarismo e por extenso, em conformidade com as especificações previstas no Projeto Básico, de acordo com o modelo constante no ANEXO III deste Edital;

MINUTA

a.1) a licitante poderá utilizar modelo próprio, desde que contenha todas as informações pertinentes e constantes da Carta Proposta, de forma que não altere e/ou descaracterize a substância do modelo indicado;

a.2) o CNPJ registrado na Carta-Proposta deverá ser o mesmo da Nota Fiscal emitida por ocasião do pagamento do objeto contratado;

a.3) prazo de validade da Proposta: no mínimo 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão pública.

b) **Planilha Orçamentária** – com indicação dos preços unitários e totais de cada item, em algarismos, e o valor total da Proposta em algarismos e por extenso, em Real (R$), de acordo com as unidades e os quantitativos determinados na Planilha Orçamentária Base contida no Projeto Básico;

8.2. somente serão aceitos preços com até 2 (duas) casas decimais após a vírgula, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.069/1995;

8.3. Os documentos exigidos no subitem 8.1 deverão, necessariamente, ser assinados pelo representante legal da licitante.

8.4. Nos preços unitários propostos deverão estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos, contribuições, encargos sociais trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

8.3.1. A inadimplência da contratada com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

8.3.2. No preenchimento das Planilhas deve ser observado, no mínimo, os valores dos salários fixados nas Convenções, Acordos ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias, e os encargos sociais e tributos de acordo com a legislação vigente.

8.3.3. Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexequível. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a licitante vencedora prestar os serviços sem ônus adicionais.

8.5. A apresentação da Proposta de Preços implica para a licitante a observância dos preceitos legais em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

8.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer item que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, alterações essas que serão avaliadas pela Comissão.

8.7. A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta não será causa de desclassificação.

MINUTA

8.8. Decorridos o prazo de validade da Proposta, sem convocação para a assinatura do Contrato, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos, podendo a Comissão Permanente de Licitações, solicitar a prorrogação do prazo de validade por mais 60 (sessenta) dias consecutivos.

8.7.1. A licitante poderá recusar ou aceitar o pedido de prorrogação, entretanto, no caso de concordância, a Proposta de Preços não poderá ser modificada.

8.9. A CPL poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

8.10. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista [illegible]itação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.11. Não se admitirá Proposta que apresente valores sim[illegible]bólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços praticados no mercado, exc[illegible] quando se refe[illegible]rem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais e[illegible] renuncie à parcela [illegible] à totalidade de remuneração.

8.12. Não serão aceitos Propostas com valor gl[illegible] ou unitário su[illegible]ores ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis, nos termos deste [illegible]ital.

8.13. Não se admitirá Proposta que apre[illegible] alternativas [illegible] preços.

8.14. A licitante que não manti[illegible] sua Pro[illegible]ta ficará [illegible]ujeita às sanções administrativas estabelecidas neste Edital.

9. DO JULGAMENTO DA [illegible]ENTAÇ[illegible] DE HABILITAÇÃO

9.1. **A presente Cont[illegible]itação ad[illegible]tará como [illegible]e de execução MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA SINAP,** será [illegible]izada pela [illegible]omissão Permanente de Licitação – CPL no dia, hora e local estabelecidos no Preâmbu[illegible] ocasião em[illegible]ue o Presidente declarará aberta a sessão pública e iniciará o credenciament[illegible] das licitant[illegible] de acordo [illegible]m as normas estabelecidas no **item 5** deste Edital.

9.2. Encerrad[illegible] o [illegible]denciamen[illegible] o Presidente da Comissão receberá os envelopes contendo a Documentação d[illegible] H[illegible]itação e [illegible] Propostas de Preços, informando a metodologia a ser desen[illegible]ida e os e[illegible]clare[illegible]entos sobre o desenvolvimento dos trabalhos.

9.3. Ap[illegible] a [illegible]n do [illegible]nvelope nº 01, o julgamento da habilitação será processado com observância[illegible] seguin[illegible] procedimento:

9.3.1. A Doc[illegible]entação de Habilitação será examinada e rubricada pelos membros da Comissão e pelas licitantes p[illegible]sentes.

9.3.2. Concluído o exame da documentação a Comissão declarará as licitantes habilitadas ou inabilitadas, tendo em vista dos critérios estabelecidos neste Edital.

9.3.3. Após a divulgação do resultado as licitantes poderão renunciar ao direito de interpor Recurso Administrativo, o que constará na Ata circunstanciada da Sessão, procedendo-se de imediato à abertura dos Envelopes nº 02 contendo as Proposta de Preços das licitantes habilitadas.

9.3.4. Não havendo renúncia ao direito de recorrer, na forma do **item 9.3.3**, a Comissão

MINUTA

suspenderá a Sessão, lavrando Ata circunstanciada dos trabalhos até então executados. Nessa hipótese, os Envelopes nº 02 – Proposta de Preços, devidamente fechados e rubricados pelas licitantes e membros da Comissão, permanecerão sob a guarda e responsabilidade do Presidente até que se reabra a Sessão.

9.3.5. Às licitantes inabilitadas serão devolvidos os Envelopes nº 02 – Proposta de Preços, devidamente lacrados, desde que não tenha havido Recurso ou após seu julgamento.

9.3.6. Depois de cumpridas as formalidades do Recurso, a Comissão comunicará às licitantes habilitadas, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a data, hora e local de reabertura da sessão para continuidade do certame.

9.3.7. Os Envelopes nº 02 – Proposta de Preços das licitantes inabilitadas não reclamados no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de Adjudicação do objeto desta licitação, serão destruídos pela Comissão, independentemente de notificação ao interessado.

9.4. A Comissão poderá em qualquer fase da habilitação promover diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre os documentos de habilitação apresentados, sem implicar a modificação de seu teor ou a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente nos documentos, consoante permite o art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.5. No julgamento da documentação a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos, mediante justificativa fundamentada, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

9.6. Quando todas as licitantes forem inabilitadas a Comissão poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, conforme interpretação extensiva do art. 48, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.7. As Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.7.2. A declaração do vencedor de que trata o item 9.7.1 acontecerá no momento posterior ao julgamento das Propostas, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.7.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no **item 16.1** deste Edital.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. Ultrapassada a fase de habilitação, em Sessão Pública, serão abertos os **Envelopes n° 2 – Proposta de Preços** das licitantes habilitadas, divulgando-se os preços e condições oferecidas, sendo as Propostas rubricadas pelos membros da Comissão e licitantes presentes.

MINUTA

10.1.1. Após a abertura do **Envelope nº 2** não será admitido pedido de desistência de Proposta de Preços, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente analisado e aceito pela Comissão.

10.1.2. As Propostas de Preços serão analisadas e comparadas com os critérios e especificações preestabelecidas neste Edital, podendo a Comissão convocar as licitantes para esclarecimentos de qualquer natureza, que venham facilitar o seu entendimento na fase do julgamento.

10.2. Na análise da Proposta de Preços considerar-se-á que os preços são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as despesas.

10.3. Para análise da **Planilha Orçamentária** apresentada serão consideradas as alíquotas padrão de impostos, tributos ou contribuições, conforme legislação vigente. Caso a licitante goze de isenção, benefício ou se enquadre em condição que lhe permita recolhimento com alíquota diferenciada, deverá informá-la em sua Proposta de Preços, justificando, assim, percentuais diferentes daqueles usuais na composição de custos.

10.4. No julgamento das Propostas de Preços, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância deste documento, mediante justificativa fundamentada, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de classificação.

10.5.1. Os erros aritméticos serão corrigidos automaticamente pela Comissão, bem como as eventuais divergências entre o preço unitário e total ofertado para os itens que compõem o objeto licitado, prevalecendo sempre o primeiro. Se a licitante não aceitar a correção de tais erros, sua Proposta será rejeitada.

10.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas e depois de obedecido o disposto no artigo 3°, §2°, da Lei Federal n° 8.666/1993, proceder-se-á ao empate, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, ressalvada a hipótese de empate ficto previsto no item seguinte, em cumprimento ao disposto no artigo 44 da Lei Complementar n° 123/2006.

10.6. As Propostas de Microempresas – ME e de Empresas de Pequeno Porte – EPP que ofertarem valores iguais ou até 10% (dez por cento) superior à menor Proposta apresentada por média ou grande empresa, serão consideradas empatadas com a primeira colocada e deverão ser convocadas, ato da sessão pública, na ordem de classificação, uma na falta da outra, para apresentar Proposta menor que a do certame, se for do seu interesse.

10.7.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas – ME e de Empresas de Pequeno Porte – EPP que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.7.2. O convocado que não apresentar Proposta no ato da sessão pública decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.7.3. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7.4. Aplica-se o disposto neste item somente no caso da Proposta de menor valor não ter sido apresentada por Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.

10.7. A classificação das Propostas de Preços se dará por ordem crescente dos preços.

10.8. Serão desclassificadas as Propostas que:

MINUTA

a) não atenderem aos critérios, especificações e exigências estabelecidas neste Edital;

b) **apresentarem proposta alternativa**;

c) **apresentarem preço global superior ao limite estabelecido na Planilha Orçamentária Base**;

d) **apresentarem preços unitários superiores aos constantes na Planilha Orçamentária Base**;

e) **apresentarem preços unitários ou global manifestamente inexequíveis**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto:

e.1) a Comissão utilizará o critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei Federal nº 8.666/1993 como indicativo de **presunção relativa de inexequibilidade dos preços unitários propostos**, concedendo à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua Proposta, conforme Súmula nº 262/2010-TCU;

e.1.1) para os efeitos do disposto no artigo art. 48, inciso II, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, a Comissão aplicará as fórmulas para verificar a exequibilidade das Propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinqüenta por cento) do valor global orçado pela Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, conforme consta no Projeto Básico - Anexo I deste Edital, ou;
- valor das Cotações de Preços (Anexo I do Projeto Básico), apresentadas pela administração;

e.1.2)) a média aritmética indicada na alínea anterior será calculada somando-se o preço de cada uma das propostas de valor superior a 50% (cinquenta por cento), dividindo-se o resultado obtido pelo respectivo número de Propostas envolvidas nesta operação;

e.1.3) as propostas que forem desclassificadas por outro motivo previsto nas alíneas deste **item 10.8** não entrarão no cálculo da média a que se refere o item acima;

e.2) caso a Proposta indique preço unitário e/ou global ofertado que possa vir a ser considerado inexequível, a Comissão diligenciará determinando que a licitante demonstre a exequibilidade dos preços, admitindo-se:

e.2.1) planilhas de custos elaboradas pela própria licitante;

e.2.2) contrato, ainda que em execução, com preço semelhante;

e.3) confirmada a inexequibilidade ou o não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo resultará na desclassificação da Proposta;

e.4) a licitante que ofertar preço considerado inexequível pela Comissão, e que não demonstre posteriormente sua exequibilidade, sujeita-se às sanções administrativas pela não manutenção da Proposta, previstas no **item 20.1** deste Edital.

10.9. Quando todas as Propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá conceder o prazo de até 8(oito) dias úteis para a apresentação de novas Propostas, consoante dispõe art. 48, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

MINUTA

11.1. Dos atos da administração decorrentes da aplicação deste Edital, cabem:

11.1.1. Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

a) Habilitação ou inabilitação de licitante;

b) Julgamento das propostas;

c) Anulação ou revogação da licitação.

11.1.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

11.1.3. Pedido de reconsideração de decisão da Comissão Permanente de Licitações, na hipótese do art.87, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

11.2. O recurso será dirigido a Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, por intermédio da Comissão Permanentede Licitação – CPL que, após notificação das demais licitantes e cumprido o prazo estabelecido no art. 109, §3°, da Lei Federal nº 8.666/1993, irá se manifestar, submetendo o Recurso à decisão do Prefeito Municipal .

11.3. Os recursos pertinentes ao julgamento da Documentação de Habilitação ou ao julgamento das Propostas de Preços terão efeito suspensivo.

11.4. A intimação dos atos referentes à habilitação ou inabilitação da licitante, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação, será feita mediante publicação na imprensa oficial.

11.4.1. Se presentes todos os procuradores credenciados das licitantes ao final da sessão em que fordivulgado o julgamento da habilitação e o julgamento das propostas, a intimação do ato será feita diretamente aos interessados mediante registro em Ata.

11.5. O acolhimento do Recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. Depois de decididos todos os eventuais recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o objeto será adjudicado à licitante declarada vencedora.

13. <u>DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO</u>

13.1. Não havendo manifestação de recurso ou após seu julgamento, a Comissão procederá à adjudicação do objeto à licitante vencedora e encaminhará o Processo ao Prefeito Municipal, para apreciação e decisão podendo este homologar o resultado e ordenar a sua publicação na imprensa oficial. O Prefeito também poderá proceder à revogação ou à anulação do certame, conforme item seguinte.

13.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

14. <u>DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO</u>

14.1. O Prefeito Municipal, se reserva ao direito de revogar a licitação por razões deinteresse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e, anulá-la se constatada insanável ilegalidade, em ambos os casos baseado em parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos prazos estabelecidos nos referidos atos.

14.2. A anulação desta licitação induz a do respectivo Contrato Administrativo.

MINUTA

14.3. Não caberá qualquer indenização aos proponentes em caso de revogação ou nulidade deste procedimento licitatório, ressalvada a hipótese prevista no artigo 59 da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.4. Em decisão na qual não se evidencie lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria CPL.

15. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. Após a publicação da homologação do resultado desta licitação, a licitante vencedora será convocada para retirar a Nota de Empenho e assinar o Contrato, observado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de recebimento da Notificação.

14.1.1. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Prefeito Municipal .

15.2. É facultado à Administração, quando a licitante vencedora não comparecer, não apresentar todos os documentos de regularidade exigidos no ato de assinatura do Contrato, recusar-se a retirar a Nota de Empenho da Despesa e a assinar o Contrato, convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, sem prejuízo preferir proceder nova licitação, consoante determina o art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, independentemente da aplicação das sanções administrativas previstas no **item 2** deste Edital.

15.3. No ato da assinatura do Contrato Administrativo, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) todos os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidos no **item 7.1.2 deste Edital**, que tiverem vencido no período entre a data de abertura do Envelope nº 01 e a data da celebração do Contrato;

b) visto do CREA/CAU do Estado do Maranhão, no caso da licitante vencedora ser sediada em outra região, a teor do disposto no art. 58 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e na forma das Resoluções CONFEA nº 413, de 27 de junho de 1997, e nº 1007, de 05 de dezembro de 2003;

15.4. Antes da emissão da Nota de Empenho, enquanto condição para celebrar o Contrato Administrativo, a CPL providenciará consulta prévia ao:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, atualmente mantido pelo **Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle** (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIAI, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

15.5. Caso exista registro de restrição em um dos Cadastros acima consultados, a Adjudicatária estará impossibilitada de contratar com a Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, a Secretaria Municipal de Governo e Planejamento (Órgão Gerenciador) convocará a licitante vencedora, durante a validade de sua Proposta, para assinar a Ata de Registro de Preços, observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de

MINUTA

recebimento da Notificação.

a) O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

b) Caso a convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preço não seja emitida dentro do período de validade da proposta, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos. A Administração poderá solicitar prorrogação por mais 60 (sessenta) dias antes de findo o prazo de validade.

16.2. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido no item 15.1 e subitem 15.1.1 do Edital de Licitação caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às sanções previstas no item deste Edital.

a) É facultado a Comissão reabrir o certame com a convocação das licitantes remanescentes.

16.3. Na sessão de reabertura da Concorrência, o presidente da sessão deverá negociar diretamente com a proponente, obedecido a ordem crescente de preços das propostas remanescentes, para queseja obtido preço melhor.

16.4. A Ata de Registro de Preços será firmada entre a Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, representada pela Secretaria Municipal de Governo e Planejamento (Órgão Gerenciador), e os licitantes vencedores, para atendimento de demandas dos Órgãos Participantes.

16.5. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data da publicação da sua resenha no Diário Oficial do Município.

16.6. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

17. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após a publicação da resenha da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, os órgãos públicos poderão utilizar o Sistema de Registro de Preços para contratação do Serviços dos produto registrados, observadas as normas editadas pela Secretaria Municipal de Governo e Planejamento (Órgão Gerenciador).

17.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame licitatório ("Carona"), mediante prévia consulta à Prefeitura de SÃO JOÃO DO PARAÍSO para adesão, desde que devidamente comprovada a vantagem e observadas as normas em vigor.

17.3. Os órgãos e entidades que não participaram do Sistema de Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão formalizar o processo administrativo de adesão junto à Secretaria Municipal de Governo e Planejamento.

17.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do Serviços, independente dos quantitativos registrados em Ata de Registro de Preços, desde que este Serviços não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

17.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por

MINUTA

Folha nº 59
Processo nº 170-2023
Rubrica

órgão ou entidade, a 100% (**cem por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, em conformidade com o Decreto nº 9.488/2018, que altera o Decreto nº 7.892/13, regulamentador do Sistema de Registro de Preços – SRP, e Decreto Municipal nº 031/2020 – SRP.

17.6. O fornecedor beneficiário se obriga a manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

17.7. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do produto registrado, cabendo à Secretaria Municipal de Governo e Planejamento (Órgão Gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

17.8. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
a) convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

17.9. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, respeitadas a legislação relativa às licitações.

18. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS CONTRATADOS

18.1. O fornecedor terá seu registro cancelado pela Secretaria Municipal de Governo e Planejamento (órgão gerenciador), quando:

a) descumprir as condições previstas no Edital desta concorrência a que se vincula o preço registrado;
b) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
c) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou assinar o Contrato Administrativo ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e) houver razões de interesse público, nos termos do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
f) forem aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n° 8.666/93.

a) O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

b) O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor.

MINUTA

19.2. Serão aceito o registro adicional de preços somente para os demais licitantes habilitados.

19.3. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor.
19.4. Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor.
19.5. O registro a que se refere o item 19.4 tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços.

20. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

20.1. O Contrato Administrativo será celebrado entre o Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO e a licitante adjudicatária, observada as disposições contidas na legislação pertinente.

20.2. Constam na minuta do Contrato Administrativo (ANEXO VIII), as possíveis modalidades para prestação de garantia, prazo de vigência, prazo de execução, condições e a forma de execução e de recebimento do produto, pagamentos, reajuste, sanções, rescisão e demais obrigações dos contratantes, de acordo com os requisitos fixados no art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993.

a) O prazo de vigência poderá ser prorrogado por intermédio de Aditivo, com fulcro no art. 57, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/1993, desde que apresentadas as justificativas técnicas pertinentes à prorrogação do prazo de execução e autorizado formalmente pela autoridade competente.

20.3. O prazo previsto para o Serviços será o determinado na respectiva Ordem de Serviços.

a) O prazo de Serviços poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, observado o disposto no art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

20.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observado os limites previstos no art. 65, § 1º, da Lei Federal n° 8.666/1993.

20.5. **É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, para a execução do objeto desta licitação**.

20.6. A Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas nesta licitação, em especial no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ÀS LICITANTES

21.1. Se algum licitante, injustificadamente, recusar-se a manter sua Proposta de Preços durante o prazo de validade, não comparecer ou recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o Contrato Administrativo, a sessão poderá ser retomada e as licitantes remanescentes chamadas na ordem de classificação, sujeitando-se a proponente desistente as seguintes sanções administrativas:
a) suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, pelo prazo de até 2 (dois) anos, conforme art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993;
b) multa de 2% (dois por cento) do valor da Proposta de Preços.

21.2. As sanções administrativas pertinentes à inexecução parcial ou total do Serviços estão

MINUTA

indicadas em cláusula específica constante na minuta do Contrato, ANEXO VIII deste Edital.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. A despesa decorrente da execução do objeto desta licitação ocorrerá a conta do orçamento geral do Município, sendo que o programa de trabalho e o elemento de despesa específico constarão quando for formalizado o contrato ou outro instrumento hábil, conforme faculta o art. 7º § 2 da Lei 7.892/13 c/c Art. 62 da Lei nº 8.666/93.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. As licitantes que participarem deste certame sujeitam-se a todos os termos, condições, especificações e normas previstas neste Edital e seus anexos e se comprometem a cumprir plenamente, independentemente de qualquer manifestação escrita ou verb

23.2. A falta de data e/ou rubrica e/ou assinatura nas declarações expedi s pela ória licitante ou na proposta poderão ser supridas pelo representante legal p ente à s são de a a dos envelopes com poderes para esse fim.

23.3. A qualquer tempo, antes da data fixada para a resen ação das Prop tas, a Comissão Permanente de Licitação poderá adiar a sessão de aber a do ce me por razões administrativas e ainda modificar o Edital, hipótese em que deverá proceder a di ação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestion lmente, a alte o não afetar a formulação da Documentação de Habilitação e/ou a Proposta de P s.

23.4. Para quaisquer questões judiciais o das do pres e Edital, fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de PORTO FRANCO, Esta do Maranhão om exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.5. Integram o presente Edital, indepen ntemente scrição, os seguintes anexos:

Anexo I	**TERMO DE E /P JETO BÁSICO** - Planilha Orçamentária, Especificações, ÓPIA DO P TO BÁSICO ORIGINAL poderão ser solicitados atra o E-mail: lsjparaiso@gmail.com. Esclarecimento adicional no mesmo endereço
Anexo II	**MODELO CARTA C DENCIAL**
Anexo III	**ODELO DE ARTA PROPOSTA COMERCIAL**
Anexo IV	**M ELO DE D LARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOSUPERVENIENTE**
Anexo V	**MODE DE DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO**
Anexo	**MODELO DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR**
Anexo VII	**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
Anexo	**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, 15 de dezembro de 2023

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

MINUTA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

CONCORRÊNCIA Nº XXX/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL
PROJETO BÁSICO – SÍNTESE

A	**OBJETO** Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO MA.
B	**PRAZOS** O prazo de contratação será de 12 (doze) meses podendo ser sua duração prorrogada poriguais ou sucessivos períodos, tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, até 60 (sessenta) meses, contados a partir do 1º dia útil apósa publicação, desde que haja autorização formal da autoridade competente.
C	**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** **R$ 4.700.000,00 (quatro milhões, setecentos mil reais).** **EMPREITADA:** ( ) Preço Global (X) **MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI** **ADJUDICAÇÃO DO OBJETO:** ( ) Global ( ) Por Lote
D	**LOCAL DE EXECUÇÃO** (A) de acordo com o projeto básico na Zona Urbana e Rural do Município de São João do Paraíso – MA.
E	**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJETO** Secretaria Municipal de Governo e Planejamento. **UNIDADE FISCALIZADORA** Secretaria Municipal de Governo e Planejamento.
F	**LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMINADO E ADQUIRIDO O PROJETO BÁSICO** Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, localizada na Rua Maranhão, S/N, Centro São João do Paraíso – MA, Sala da Comissão Permanente de Licitação– CPL.
G	**ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO** Ficará a cargo da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, por equipe composta de engenheiro (s), e/ou arquiteto (s) e técnicos nomeados pela Autoridade Superior, para acompanhar a realização dos serviços.
H	**CONTEÚDO A SER ENTREGUE EM PENDRIVE** 1. Projeto Básico, com conjunto de critérios, condições e procedimentos estabelecidos pelo contratante para a contratação; 3. **Planilha Orçamentária**, planilha de composição do BDI, planilha de composição dos Encargos Sociais.

MINUTA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

- **DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, localizados tanto na área urbana como na zona rural do município de São João do Paraíso, distribuídos em 4 (quatro) lotes, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos descritos na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

1.2 A presente contratação adotará o regime de execução a empreitada por **MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI**.

1.3 O prazo de contratação será de 12 (doze) meses podendo ter sua duração prorrogada por iguais ou sucessivos períodos, tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até 60 (sessenta) meses, contados a partir do 1º dia útil após a publicação, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os requisitos:

I - os serviços tenham sido prestados regularmente;

II- a Administração mantenha o interesse na realização dos serviços;

III - o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; IV - a CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação; e

V - a Autoridade competente autorize a celebração do ajuste a ser realizado por meio de Termo Aditivo, antes do fim do contrato.

- **DO ORÇAMENTO DETALHADO DO CUSTO DOS SERVIÇOS**

MINUTA

2.1 O valor estimado para este termo de referência foi estabelecido tecnicamente, com base na análise dos valores globais de licitações anteriores, com o mesmo objeto deste. Além disso, também foi observado que com base na variação dos dois últimos anos de licitação, o valor para estes contratos de demanda tem aumentado, por conta inclusive do crescimento constante da idade das edificações fazendo com que as mesmas necessitem de mais intervenções, bem como o aumento no número de unidades pertencentes à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO.

2.2 Base legal: O objeto deste termo de referência enquadra-se [illegible] serviço comum. O critério de julgamento adotado será do tipo menor preço.

VALOR PREVISTO POR LOTES PARA OS SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO PREDIAL	
Secretário Municipal de Obras.....	R$ 1.500.000,00
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento.....	R$ 1.000.000,00
Secretaria Municipal de Educação.....	2.000.000,00
Secretaria Municipal de Saúde.....	R$ 200.000,00
VALOR PROPOSTO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.....	**R$ 4.700.000,00**

Com base nos dados acima [illegible] levando-se em consideração que a quantidade de imóveis abrangidos pela secretaria municipal de [illegible] era em muito as outras secretarias, visto que a mesma abrange os logradouros públicos como praças e outros equipamentos comunitários cuja manutenção fica na competência da referida secretaria. Considerando também que em todos os lotes, por conta do uso público continuado, o estado de conservação das unidades sempre apresentam serviços as serem recuperados e/ou revistos. Da mesma forma que as ocorrências e demandas acontecem de forma distribuída e imprevisível em todos os lotes, o valor proposto, ficou distribuido como demonstrado em quadro acima, perfazendo um valor total de R$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais).

A estimativa de custo dos objetos contratados em anos anteriores foi elaborada com base nos preços praticados pela SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

Foram também utilizados como parâmetros os seguintes itens:

- Tamanho das edificações
- Estado de conservação das edificações
- Idade das edificações
- Serviços executados nos anos anteriores

MINUTA

2.3 O contrato deverá abarcar todos os prédios pertencentes a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, em conformidade com o que cada secretaria municipal tem em sua responsabilidade. Todas as edificações que possam vir a ser ocupados provisória ou permanentemente pela administração pública, através das secretarias municipais: OBRAS, GOVERNO E PLANEJAMENTO, EDUCAÇÃO E SAÚDE. Os imóveis existentes hoje no município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO ocupados e próprios.

2.4 O percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens que compõe o grupo e insumos da tabela SI

2.5 Os orçamentos das ordens de serviço deverão utilizar a composição de extraídos da tabela SINAPI, tendo a mesma como data base, o mês demand do serv pelas secretarias da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D PARAÍSO/MA ara esta licitação.

- **DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃ**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAÍSO conta todo o município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA com diversos prédios de mpetência de s secretarias municipais: administração, educaçã, saúde e ação social.

O dinamismo das atividades para funcionamento das diversas repartições públicas, da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAÍSO/MA (unidades escolares, unidades de saúde, praças, parques e logradouros públicos e demais edificações) marcado por constantes mudanças decorrentes da criação e ex ção de u , do crescimento de demandas por atendimento, das variações quadro de funcionários, juntamente com a necessidade de modernização das instalações as rências naturais ou acidentais a que estão sujeitos os imóveis do Poder Públic Municipal no mun de SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, demandam desta coordenação, permanente disponibilidade e agilidade para atendimento que não podem ser garantidas s para cada nova demanda, for necessária a abertura de um novo processo de con atação.

Considerando a dade de at imento para as diversas demandas das secretarias municipais em função do g n número unidades e relevância de seus serviços e, sobretudo, consid ando que PR ITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA não dispõe de quad pessoal para at com a indispensável celeridade que os serviços requerem, logo, necessá se efetivação da presente contratação o quanto antes, inclusive por razões de economicid e para administração pública.

Assim faz-se nec ária a contratação de empresa especializada nos serviços deste objeto, mediante processo licitatório, nos termos que definem este Projeto Básico.

Este objeto irá possibilitar a manutenção corretiva, por demanda, dos diversos edifícios tanto na zona urbana como na zona rural do município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, garantindo as condições necessárias de trabalho aos servidores e usuários das edificações;
A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência, englobando também o fornecimento, por parte da empresa contratada, dos equipamentos e materiais necessários para a realização destes serviços é fundamental para conservação da integridade física dos prédios,

MINUTA

evitando a violação e depredação dos mesmos. Com esta contratação será possível a realização de diversos reparos e correções, resguardando o patrimônio público de forma eficiente, evitando maiores degradações.

Em razão da indisponibilidade de mão de obra específica, qualificada e especializada que este tipo de serviço requer no quadro funcional da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, se faz necessária tal contratação para que as inúmeras solicitações de diversos gestores administrativos no tangente reparos e correção civil, elétrica, hidrossanitárias e rede lógica, dentre outras, possam ser resolvidas;

A falta de intervenções de reparo, manutenção preditiva e corretiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso alguns sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelas Unidades/ Repartições Públicas. Além da necessidade de constante manutenção preditiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar e corrigir problemas, defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados, bem como a estrutura física das referidas edificações;

Vale salientar que esta contratação tem a premissa de garantir a eficiência dos prédios e/ou logradouros públicos tornando a vida dos funcionários e pessoas que os ocupam, mais agradável, seguro e saudável, minimizando futuros transtornos e contratempos;

As ocorrências de correções e recuperações nos prédios dos prédios e/ou logradouros públicos ***podem acontecer sem previsão e/ou aviso prévio***, daí a necessidade de manter contrato vigente com fornecedor apto para reparos nas redes de instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, nos sistemas de proteção de descargas atmosféricas, bem como na reconstituição das partes civis afetadas ou que precisem ser refeitas ou recondicionadas e revitalizadas, dentre outras.

No tocante a contratação deste objeto justifica-se uma vez que viabiliza a execução desses serviços que são paulatinamente demandados, e ao mesmo tempo, evita o desencadeamento de uma série de contratações de pequenos serviços.

Vale ressaltar que a contratação para o atendimento dos 04 (quatro) setores da administração pública abrangem as edificações e/ou logradouros na zona urbana e rural:

SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PREFEITURA MUNICPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA		
LOTE I	SEC. MUN. DE OBRAS	Diversas edificações de competência da secretaria: toda e qualquer edificação própria ou locada vinculada à secretaria municipal de OBRAS, incluindo praças, parques e logradouros públicos

MINUTA

LOTE II	SEC. MUN. DE GOV E PLANEJAMENTO	Diversas edificações de competência da secretaria: toda e qualquer edificação própria ou locada vinculada à secretaria municipal de GOVERNO E PLANEJAMENTO.
LOTE III	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO	Diversas edificações de competência da secretaria: todas as escolas da zona urbana e rural, quadras, prédios e /ou edificações próprias ou locadas vinculadas a secretaria municipal de EDUCAÇÃO.
LOTE IV	SEC. MUN. DE SAÚDE	Diversas edificações de competência da secretaria: todas as unidades de saúde, hospital, ambulatório de saúde, toda e qualquer edificação própria ou locada vinculada à secretaria municipal de SAÚDE.

- **DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

Considerando as características técnicas e especializadas e variáveis solicitado de contratação do serviço objeto dessa licitação, bem como a necessidade de contratações frequentes e que pela natureza objeto não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado, justifica-se portanto a realização desta licitação por meio da modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo MENOR PREÇO, apurado com base no critério de julgamento de menor percentual de desconto "K", menor ou igual a 1,00 (um inteiro), aplicado à Tabela SINAPI já que objeto da licitação tem a natureza de serviço especializado de engenharia por se tratar de serviço técnico especializado e não comum.

Portanto, resta evidenciado que a própria natureza do objeto deste TR já o caracteriza como serviço especializado de engenharia devido à existência de determinada complexidade na sua execução, além de exigir especialização para a perfeita execução, excluindo o mesmo do hall de serviços comuns. Ficando definida a modalidade CONCORRENCIA para a licitação do objeto deste TR.

O percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens que compõem tanto o grupo de insumos como o grupo de serviços da tabela SINAPI.

A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário sob demanda.

- **DO ESCOPO DOS SERVIÇOS E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- ESCOPO DOS SERVIÇOS.

Os serviços abrangidos nesta contratação são todos relacionados a intervenções sobre as instalações físicas de todas as Unidades pertencentes ou em uso do Poder Público Municipal da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA (próprias, cedidas ou locadas), situadas tanto na zona urbana como na zona rural, para atendimento de demandas de serviços de engenharia inerentes à reparos e manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de

MINUTA

combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Públicoo Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, e compreendem os serviços de INFRA E SUPERESTRUTURAS; ALTERAÇÕES DE LAYOUT; ADEQUAÇÕES PARA ACESSIBILIDADE EM GERAL, DEMOLIÇÕES, RECOMPOSIÇÃO, REPOSIÇÃO OU CONSERTO DE ALVENARIAS E DIVISÓRIAS, RODAPÉS, SOLEIRAS, PEITORIS, VIDROS, PAVIMENTAÇÕES, FORROS, COBERTURAS, ESQUADRIAS, SERVIÇOS DE SERRALHERIA, METAIS, LOUÇAS, PAISAGISMO, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, DE TELECOMUNICAÇÕES E HIDRO-SANITÁRIAS, TRANSPORTES,
dentre outros conforme Normas e Especificações, SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Quaisquer serviços auxiliares ou provisórios, necessários à execução dos itens constantes das planilhas orçamentárias fornecidas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, ou de itens de serviços que venham a ser solicitados, mesmo que não mencionados explicitamente, serão considerados conforme o Sistema de Composição de Preço da SINAPI utilizando-se a mesma data base da contratação. Que se refere a data base do mês referente a demanda dos serviços pelas secretarias municipais. E, caso não exista nesta tabela, será adotado outras referências: SBC, SICRO3, SICRO, ORSE , SEDOP , SEINFRA , SETOP , IOPES , SIURB , SIURB INFRA , SUDECAP , CPOS , FDE, AGESUL , AGETOP CIVIL , AGETOP RODOVIARIA , CAEMA , EMBASA , CAERN , COMPESA , DNIT , DERPR , SCO, e caso em nenhuma das referências mencionadas aí também não exista, será elaborada uma composição baseada nos índices de produtividade da SINAPI com preço de insumos praticado no mercado e comprovado através de pesquisa de mercado, incluídos nos preços unitários correspondentes.

Os serviços serão desenvolvidos pela empresa contratada, com a participação de engenheiros/arquitetos com experiências, legalmente habilitados, e com comprovantes que assegurem a sua capacitação na execução dos serviços de características semelhantes, sob a coordenação da fiscalização composta por técnicos da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA ou outros contratados, a serem designados oportunamente.

Os serviços apresentados nesta contratação serão executados sob demanda, obedecendo a uma programação feita pela PREEFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, e/ou eventuais necessidades. Serão demandados, através de Ordens de Serviço, emitidas após o respectivo levantamento das demandas. As necessidades dos serviços serão levantadas pela empresa contratada "in loco" e/ou por técnico representante PREEFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. Após o levantamento, este deverá ser planilhado de acordo com os itens disponíveis na Tabela SINAPI (sem desoneração), utilizando-se a mesma data base da contratação. Que se refere à data base do mês em que os serviços forem demandados pelas secretarias municipais. Na ausência de itens na referida tabela e nas tabelas auxiliares citadas nesse documento, deverão ser realizadas, pela empresa Contratada, cotações de mercado visando a definição do seu preço global (mantendo o desconto ofertado com acréscimo de BDI);

Os materiais, equipamentos, aparelhos e ferramentas serão disponibilizados pela Contratada aos profissionais para execução dos serviços.
Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos e de primeira linha. Poderão ser

MINUTA

aceitos materiais classificados como de segunda linha, linha popular ou econômica quando se tratar de reconstituição de partes afetadas, quando seja necessário se utilizar materiais de qualidade similar ao existente.

Os serviços eventuais somente poderão ser realizados mediante prévia e expressa autorizaçãoda fiscalização, através de Ordem de Serviço - OS, sob pena de não pagamento.

Caso a contratada identifique durante a execução de um serviço a necessidade de serviços adicionais, tal fato deverá imediatamente ser informado à fiscalização competente, que analisará a viabilidade de sua execução caso a caso, devendo à contratada, sempre que possível, efetuar registros fotográficos para posterior comprovação e pagamento.

Em relação a garantia dos serviços executados, a Contratada deverá assumir as responsabilidades previstas nos Artigos 1.101 e 1.245 do Código Civil Brasileiro, no Código do Consumidor, bem como nos demais normativos e legislações brasileiras sobre a matéria.

Durante o prazo legal de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar qualquer vício relacionado à má execução dos serviços, sem ônus para a Contratante.

O recebimento dos trabalhos executados não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados.

A Contratada deverá arcar com todos os procedimentos necessários à execução dos trabalhos acordados e, ao final, solicitar o pagamento dos serviços com base no preço proposto;

A retirada de motores, bombas ou qualquer outro equipamento para a realização de reparos somente poderá ser efetuada pela contratada após comunicação ao fiscal do contrato e autorização do responsável pelo setor, os quais deverão ser devolvidos ao local de origem e instalados, sem ônus adicional para o contratante;

Serão objeto das intervenções previstas neste Termo de Referência os ambientes internos e externos das edificações pertinentes e/ou ocupadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA de acordo com as ordens de serviços emitidas pela CONTRATANTE;

A Contratada deverá fazer a movimentação de móveis e equipamentos, eventuais desmontagens e remontagens necessárias, quando for necessário à desobstrução do local onde serão realizados os trabalhos além de protegê-los com manta plástica. A Contratada deverá realizar o reposicionamento dos móveis e equipamentos no local, imediatamente após a conclusão dos serviços, seguindo-se a limpeza do local;

- **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA**

- O serviço objeto deste termo de referência é descrito como serviço especializado de engenharia, *sem dedicação exclusiva de mão de obra,* a ser contratado mediante licitação, na modalidade concorrência pública, em sua forma presencial.
- Os serviços a serem contratados não se constituem em quaisquer das atividades,

MINUTA

previstas na legislação, cuja execução indireta é vedada.

- A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- Os serviços não são passíveis de enquadramento na classificação de serviços comuns, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 2º do Decreto nº 5.450/2005, pois seus padrões não podem ser precisamente definidos neste edital, devido a imprevisibilidade da quantidade dos serviços que podem ser demandado e frente à diversidade de serviços que pode ser demandados.
- .Não será admitido que um mesmo profissional indicado como responsável técnico participe de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos.
- Declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, de que os documentos que compõem o projeto básico foram colocados à sua disposição e de que tomou conhecimento de todas as informações, condições locais, grau de dificuldade dos serviços a serem executados.

- **DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

8.1 A vistoria será facultativa. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência, podendo a licitante, caso desejar, realizar vistoria nas condições abaixo:

- A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 18:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado com antecedência mínima de um dia útil.
- O atestado de vistoria será emitido pelo representante da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.
- O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 3 dias úteis anteriores à data prevista para abertura do certame;
- Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.
- Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação.
- A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

- **DO HORÁRIO DE TRABALHO**
- Os serviços serão realizados em horário normal ao estabelecido na C.L.T (Consolidação

MINUTA

das Leis Trabalhistas) e em casos especiais aos acordados com a fiscalização, obedecendo aos procedimentos estabelecidos pela Direção de Cada Unidade, nestes casos a CONTRATADA deverá prever nos seus custos as despesas com possíveis horas extras e outras decorrentes para serviços que identifique a necessidade de serem realizados fora do horário normal acima estabelecido, prevendo-os no seu plano de trabalho, não podendo ser apresentada cobrança em separado dos referidos custos.

- **DOS PRAZOS**

- O prazo de contratação será de 12 (doze) meses podendo ter sua duração prorrogada por iguais ou sucessivos períodos, tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, até 60 (sessenta) meses, contados a partir do 1º dia útil após a publicação, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os requisitos:

I - os serviços tenham sido prestados regularmente;

II- a Administração mantenha o interesse na realização dos serviços;

III - o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; IV - a

CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação; e

V - a Autoridade competente autorize a celebração do ajuste a ser realizado por meio de Termo Aditivo, antes do fim do contrato.

- Poderão ser emitidas Ordens de Serviço simultâneas em cada contrato, devendo a CONTRATADA executar todas no mesmo período acima estipulado.

- A Coordenação de Obras estabelecerá o prazo para execução das Ordens de Serviço, levando-se em consideração o tamanho, complexidades das intervenções e a disponibilidade de unidade a ser atendida.

- O prazo de execução dos serviços será estabelecido nas respectivas ordens de serviço emitidas.

- Quando o prazo previsto para conclusão de serviços se encerrar em final de semana (sábado e domingo) ou quaisquer feriados, a entrega do serviço deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente
- Em casos emergenciais poderá a contratante, acionar a contratada formalmente para realização de serviços urgentes com prazo de execução de até 24 horas. Sendo que nesses casos o valor do orçamento será apurado com base nas medições feitas durante a execução.

- **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- A vigência do contrato será iniciada a partir da data estabelecida no Termo de Contrato e de acordo com as solicitações da Administração.
- Antes do início da vigência, a Contratada deverá efetuar o registro da ART referente

MINUTA

à "serviços de engenharia inerentes à reparos e manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargasatmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda" constando todas as comarcas do lote contratado, onde serão prestados os serviços, com prazo de execução previsto de 12 meses.

- A vigência da ART deverá coincidir com a vigência do Contrato.

- No decorrer, e/ou ao final da execução dos serviços, a fiscalização poderá exigir relatórios fotográficos à Contratada.

- Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada informar a Fiscalização, a qual competirá à verificação dos serviços executados.

- Constatada a regularidade dos serviços executados e materiais fornecidos a Fiscalização comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

- O recebimento dos serviços conforme objeto solicitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas e por força das disposições legais em vigor.

- Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- A contratação visa a prestação de serviços especializados de serviços de engenharia inerentes à reparos e manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, de recuperação, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, além de demais instalações físicas como pisos, alvenarias, estruturas, forros, esquadrias, pintura, cobertura/telhado, impermeabilizações, vidros, pavimentação, portões, gradeamento, caixas d'águas, guaritas, dentre outras.

- Para execução do objeto deste Termo de Referência, a definição do valor dos serviços a serem executados, dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela do SINAPI, acrescidos do BDI de referência estipulado pela Administração, referente à unidade da federação correspondente, vigente na data da formalização da solicitação dos serviços e/ou materiais, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora.

- Os principais serviços de manutenção a serem realizados são os descritos na Tabela Sinapi (CLASSES E SUBCLASSES da Tabela SINAPI). Entretanto, podem ser demandados outros serviços e materiais além dos listados, desde que se enquadrem no objeto deste Termo de Referência.

MINUTA

- O desconto ofertado aumentará o poder de compra dos serviços necessários, uma vez que o valor estimado neste edital não sofrerá diminuição;

- Deverão ser observados os percentuais do imposto sobre serviços - ISS, vigenteno município;

- Estes percentuais foram retirados do acórdão 2.622/2013 do TCU - plenário.

- Na eventualidade dos serviços ou materiais não estarem no SINAPI, são utilizados os bancos de dados abaixo hierarquizados (tabelas auxiliares), observando o texto do Cap. II do Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013:

- ORSE;
- SICRO e SICRO NOVO;
- SEINFRA;
- SCO/RJ
- IOPES/ES
- SICRO
- SUDECAP/BH
- AGETOP
- SETOP/MG
- SIURB;
- EMOP;
- Sistema Referencial SBC;

- O Artigo 6º do Decreto Federal nº 7.983/2013 cita que: "Em caso de inviabilidadeda definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º , 4º e 5º , a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado".

- Todo e qualquer serviço somente será executado, sob a demanda e a determinação da CONTRATANTE, não sendo esta obrigada a adquirir a quantidade estimada total.

- O processo de solicitação de serviço por demanda abrange o seguinte:
- Sempre que acionada pela fiscalização, o fornecedor deverá, caso necessário,

MINUTA

realizar a vistoria e apresentar a planilha orçamentária proposta para o serviço.

- A planilha deverá conter a listagem dos serviços e/ou materiais, bem como ser acompanhada do prazo para a conclusão e cronograma de execução das atividades.

- Havendo necessidade, será agendada nova vistoria para que o fornecedor realize avaliação prévia à execução dos serviços planilhados no local onde será prestado o serviço.

- A fiscalização aprovará a planilha orçamentária proposta e autorizará de modo formal o início do serviço através de emissão de Ordem de Serviço – OS publicada no Diário Oficial do TJBA.

- O prazo para a execução da obra terá sua contagem iniciada no segundo dia útil após a Publicação da Ordem de serviço no DJE.

- Quando o prazo previsto para conclusão de serviços se encerrar em final de semana (sábado e domingo) ou quaisquer feriados, a entrega do serviço deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente.

- Após a realização dos serviços/fornecimento dos materiais, a fiscalização fará a verificação da conformidade dos mesmos. Em caso positivo, fará o ateste dos serviços para liberação do pagamento, devendo a realização ser evidenciada também por meio de registros fotográficos do fiscal constantes na medição e atestação do mesmo.

- Em casos emergenciais declarados pela contratante, acionar a contratada formalmente para realização de serviços urgentes com prazo de execução de até 24 horas. Sendo que nesses casos o valor do orçamento será aprovado com base nas medições feitas durante a execução.

- Consideram-se serviços urgentes àqueles que a não realização imediata implicará em prejuízo ao patrimônio público e/ou a segurança das pessoas e edificações.

- Deverão ser apresentadas as planilhas com as composições analíticas de caso sejam usadas fontes não previstas anteriormente, ou caso sejam modificadas as composições dos bancos de dados previstos;

- Deverão ser indicadas nas planilhas orçamentária as fontes dos dados das precificações onde deverão estar informados, por item, de modo a ser verificado com clareza, qual a origem de cada composição (bases relacionadas, banco de composições ou pesquisa de mercado) de forma a atender ao inciso V do Art. 11 da Lei 9.433/2005;

- A tabela de preços (base de dados, banco de composição) utilizada deverá ser a última publicada na data de publicação do contrato em DJE;

- A CONTRATANTE sempre fará a aprovação do orçamento, corrigindo eventuais erros. No caso de reincidência de erros que possam sugerir aumento de custo, a empresa será notificada e estará sujeita às sanções previstas no Edital.

MINUTA

- É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão-de-obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.

- A contratada deverá atender todas as demandas da CONTRATANTE para a execução dos serviços, que serão solicitadas mediante a emissão da Ordem de Serviço – OS, levando em consideração a natureza e/ou especialidade do serviço ou solicitação do requisitante/fiscal da contratação e deverão ser precedidas, de planilha de orçamento proposta, solicitada previamente à contratada.

- O período para execução dos serviços será, em regra, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas, contudo, considerando a natureza do serviço ou a possibilidade de as execuções no período mencionado anteriormente, a critério da Administração, os serviços poderão ser executados nos finais de semana, feriados ou período noturno.

- Os serviços somente serão realizados mediante emissão prévia da autorização do serviço.

- Somente a fiscalização ou requisitante autorizado por ela está autorizado a alterar o andamento dos serviços.

- Todas as solicitações de alterações devem ser encaminhadas por escrito à CONTRATANTE.

- A contratada deverá manter registro dos serviços executados ou à executar e apresentar à Fiscalização sempre que solicitado durante as reuniões periódicas com a Contratante.
- As Ordens de Serviço - OS serão emitidas pela Contratante, de acordo com o grau de prioridade ou necessidade do serviço, de acordo com o seu modo de execução ou com sua finalidade.

- **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- A fiscalização deverá analisar a planilha de medição verificando a conformidade dos serviços executados no período;
- Após feita a planilha e apresentada à Contratada, esta será autorizada a emitir Nota Fiscal/Fatura que será atestada pelo fiscal do Contrato;
- A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento dos serviços por parte do contratante.

- Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento.

- O recebimento também poderá ficar sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

- **DO PAGAMENTO E DA MEDIÇÃO**

MINUTA

- Só serão medidos os serviços efetivamente concluídos.
- O pagamento do valor global CONTRATADO será efetuado em parcelas correspondentes a cada ordem de serviço emitida, ou em parcelas mensais correspondentes às etapas efetivamente concluídas, quando se tratar de ordem de serviço com prazo superior um mês. Em ambos os casos, o pagamento será realizado no prazo de até 08 (oito) dias úteis, contados da data de aprovação da respectiva Nota Fiscal pela fiscalização mediante apresentação de toda a documentação referente à medição.

- Qualquer pagamento, somente será efetuado mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal emitida em nome do contratante, acompanhada da Fatura correspondente em 03 (três) vias. Além disso, a partir da 2ª fatura, deverão também ser apresentadas as guias comprobatórias do recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS cujo vencimento estabelecido em lei tenha ocorrido no mês anterior, juntamente com específica da Contratada.

- Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

- O acompanhamento do cronograma será feito proporcionalmente ao número de dias decorridos na data de encerramento de cada período.

- O período de competência referente às medições será a cada 30 (trinta) dias após a data de inicio dos serviços.
- **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- Fornecer informações e cópias de projetos que façam necessários para a prestação dos serviços;

- Assinar tempestivamente as ART, formulários, guias e pranchas de desenho relativas aos serviços em tela;

- Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;

- Analisar os trabalhos dentro das condições e prazos previstos neste projeto básico;

- Avaliar a obra entregue pela CONTRATADA, e julgar quanto ao seu acatamento ou não, determinando impugnações parciais ou total no faturamento dos serviços.

- Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;
- Fiscalizar o contrato.

- **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- Não é permitido subcontratar totalmente, sob nenhum pretexto, os serviços objeto desta contratação. Somente será admitida a subcontratação parcial quanto aos serviços complementares e relacionados a instalações elétricas, de telecomunicações e de climatização, devendo preferencialmente ser subcontratadas, micro ou pequenas empresas, em consonância

MINUTA

à Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 155/16, sem subordinação e pessoalidade com o CONTRATANTE. Na hipótese de ser realizada a subcontratação, a CONTRATADA diligenciará junto a esta no sentido de serem rigorosamente cumpridas as obrigações contratuais, especialmente quanto à fiel e perfeita execução dos serviços subcontratados, ficando diretamente responsável, perante o CONTRATANTE, pelas obrigações assumidas pela subcontratada. Fica ainda a CONTRATADA obrigada a emitir ART dos serviços subcontratados. O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outros, sejam profissionais ou empresas subcontratadas. Atrasos acarretados pelo não cumprimento des[illegible] possuem suas penalidades previstas no item 18.

- Como condição para subcontratação e[illegible]rante o [illegible]urso da [illegible]ecução contratual, as empresas subcontratadas deverão comprov[illegible] mediante doc[illegible]mentação regular, perante a Administração, que estão em situação regula[illegible]al, previdenciá[illegible] e a qualificação técnica necessária exigidas neste Termo de Referê[illegible]a. E [illegible]e seus direto[illegible] responsáveis técnicos ou sócios não constem funcionários, emprega[illegible]s ou oc[illegible]antes de ca[illegible]go comissionado do TJBA.

- Em qualquer hipótese da subco[illegible]ratação, perma[illegible]ce a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execu[illegible]ão contrat[illegible] cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontrata[illegible] bem como[illegible]sponder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contrat[illegible] correspon[illegible]ntes ao objeto da subcontratação.

- Caso ocorra a sub[illegible]ntratação[illegible]sta deverá ser firmada pela Contratada através de instrumento independente.

- Os pagame[illegible]os co[illegible] sempre sendo efetuados à CONTRATADA e nunca diretamente a s[illegible]contrata[illegible]

- As re[illegible] estabele[illegible]as entre a contratada e a subcontratada não modificarão as obrigações [illegible]ntratuais e[illegible]gais entre a Contratante e a Contratada, sendo nula qualquer cláusula que po[illegible]ura dispo[illegible] de forma contraria, transferindo ou isentando responsabilidade da CONTRATAD[illegible]

- A [illegible]ização da subcontratação não eximirá a CONTRATADA da respons[illegible]bilid[illegible] pel[illegible] integ[illegible] cumprimento de todos os termos e condições do contrato, nem tampouco [illegible]terará [illegible]brigações assumidas pela CONTRATADA.

- Indi[illegible]r o Responsável Técnico, que será o representante da CONTRATADA junto à PREFEITURA MU[illegible]CIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA para tratar de todos os assuntos técnicos pertinentes ao presente contrato, inclusive para participar de reuniões e outros eventos demandados pela no âmbito de suas dependências ou fora dela, e que responderá formalmente em todas as tratativas técnicas entre as partes, bem como nos atos e demais providências de incumbência da CONTRATADA junto a Órgãos Públicos, Conselhos de Classe e Concessionárias.

- A CONTRATADA deve cumprir as formalidades do presente contrato, no que tange

MINUTA

aos processos e rotinas técnicas aqui estabelecidas, comunicando a FISCALIZAÇÃO TÉCNICA fatos pertinentes e do interesse do melhor desenvolvimento dos trabalhos, providenciando a compatibilização dos serviços técnicos que envolvem mais de um Responsável Técnico e praticando todos os atos técnicos necessários à condução e ao fiel cumprimento do presente contrato.

- A CONTRATADA quando solicitada deverá realizar vistorias de imóveis em até 48 horas, apresentando laudo, parecer ou estudo técnico, conforme solicitação da FISCALIZAÇÂO TÉCNICA das pendências e possíveis soluções relativos aos serviços p básico.

- O Engenheiro de Segurança do Trabalho ou profissional habili do fica sponsável pela emissão do item 16.5 do sistema de combate à incêndio q luem a r e hidra s, rede de sprinklers, extintores, detecção e alarmes de incêndio.
- Matricular o contrato no INSS, e entregar a PR TURA MUNICI L DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA as guias de recolhimento das contri ições vidas ao INS FGTS mês a mês em cada processo de pagamento de medição, nos rmos d gislação específica em vigor, referente à equipe disponibilizada pela contratada ra execução d erviço e lotada no referida contrato. Atrasos acarretados pelo não cumprimento deste constituirá infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTA E PENALIDA ES".
- Registrar o contrato no CREA esentar o co rovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica" e/ou "Registro Responsab lidade Técnica" referente à execução do contrato, antes do efetivo início do serviços. Atrasos acar tados pelo não cumprimento deste item possuem suas Penalidades previ s no item ULTAS E PENALIDADES".

- Fornecer e colo local do serviços, placas de divulgação e identificação da mesma, em conformidade com s o ativos, as quais serão confeccionadas, de acordo o padrão fornecido pel PREFE URA MU AL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. O não cumprimento deste it constituirá ensalmente uma infração de natureza leve conforme tabela constante no item "MUL E PENA ADES".

- Obs r e cump os prazos para execução das Ordens de Serviço, o não cumprimento de te em consti infração de natureza grave, com multa prevista na tabela constante no item MU AS E PE LIDADES"

- lanej os se os de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvo das u entorno.

- C edecer às normas vigentes de higiene, segurança do trabalho e prevenção de acidentes, a fim d garantir a salubridade e a segurança no local dos serviços. O não cumprimento deste item, quan relativo a trabalhos que envolvam risco de vida constituirão infrações de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Providenciar, às suas expensas, cópias dos documentos que venham a ser necessários, não só para licitação e assinatura do Contrato, como também para execução dos serviços.

- azer com que os componentes da equipe de mão de obra operacional (operários)

MINUTA

exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados em padrão único (farda), e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas - E.P.I (Equipamentos de Proteção Individual). O não cumprimento deste item quando envolver risco de vida constitui infração de natureza gravíssima e estará sujeito a penalidades conforme a tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES", e quando não envolver risco de vida constituirá infração de natureza grave e estará sujeito a penalidades conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Executar todos os serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos apresentados na OS – Ordem de Serviço, obedecendo rigorosamente as Normas Técnicas da ABNT e das concessionárias de serviços públicos, assim como as determinações da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA e a Legislação pertinente. Atrasos acarretados pelo não cumprimento deste item possuem suas penalidades previstas no item "MULTAS E PENALIDADES".

- A CONTRATADA deverá fornecer cronograma físico com o início e término das etapas para a realização da demanda sempre que solicitado pela fiscalização, juntamente com a planilha de serviços.
- Comunicar à Fiscalização em tempo hábil e proceder às correções necessárias, sempre que ocorrer falhas, erros ou omissões nos projetos, especificações e demais elementos técnicos apresentados na OS – Ordem de Serviço; assumindo integral responsabilidade pela correta execução de todos os serviços. Tais correções somente serão efetuadas com a aprovação da Fiscalização, que por sua vez consultará os autores dos projetos para efeito de autorização.

- Quando por motivo de força maior, houver a necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter tal intenção à Fiscalização, para que a mesma, através de laudos, pareceres e levantamentos de custos possa se pronunciar pela aprovação ou não do material substituto.

- Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção dos serviço sem qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa.

- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do Contrato, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução inadequar, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados ou não, correspondentes às especificações. Promover reuniões quinzenais com a fiscalização para avaliação dos serviços. Quando estas falhas gerarem atrasos, constituirão infração tendo a penalidade prevista no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Manter no local dos serviços, além da equipe técnica retro mencionada, técnico especializado em controle de medidas e padrões, assim como promover as suas expensas e a critério da fiscalização, o controle tecnológico dos materiais a serem empregados nos serviços.

- Manter permanentemente no local dos serviços equipe técnica suficiente, composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada que assuma perante a fiscalização, a responsabilidade técnica dos mesmos até a entrega completa, inclusive com poderes para deliberar sobre qualquer determinação de emergência que se torne necessária. O não

MINUTA

cumprimento desta obrigação no prazo previsto constituirá falta mediana tendo a penalidade prevista na tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Executar as suas expensas as ligações definitivas das instalações as redes públicas quando necessário.

- Manter a obra limpa e retirar diariamente do corpo do imóvel, todo o entulho decorrente da execução das obras. O não cumprimento desta obrigação no prazo previsto constituirá falta mediana tendo a penalidade prevista na tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES"

- A empresa contratada deverá colocar a disposição da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, meios de comunicação com o responsável técnico todos os dias da semana, para atender todas as necessidades pertinentes ao serviço, devendo o mesmo se fazer presente quando chamado pelo coordenador de obras ou pessoas designadas por ele. O não cumprimento desta obrigação constituirá falta grave e a penalidade prevista na tabela constante no item "MULTASE PENALIDADES".

- Fica a contratada obrigada em apresentar relatório fotográfico do ambiente antes da intervenção e após a conclusão do atendimento.

- Executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos e nos prazos ajustados por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços.

- Dar sempre como concluídos e perfeitos os serviços prestados, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar, de forma direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA e sem prejuízo das multas contratuais previstas.

- Efetuar de imediato, o afastamento de qualquer profissional, quando se verificar o seguinte:

- Atuação ou comportamento julgado inconveniente ou prejudicial ao bom andamentodos serviços;
- Ocorrência sistemática de erros ou falhas na execução dos trabalhos;
- Atos que comprometam a própria segurança ou a de terceiros;
- Não atendimento às determinações do preposto.

- Dar ciência a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.

MINUTA

- Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

- Diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste contrato.

- Pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta e apresentar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, juntamente com a fatura mensal.

- Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros encargos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

- Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. A omissão da CONTRATADA, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia defesa.

- Indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual entre as partes.

- Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, devidamente identificados com crachás, os quais deverão ser confeccionados pela CONTRATADA. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza média, conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato.

- Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes da má execução quando não houver notificação da construtora.

- Comunicar por escrito a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA a existência de impedimento de ordem técnica, econômica, ética ou legal em serviço que lhe tenha sido encaminhado, devolvendo-o imediatamente e fundamentando a

MINUTA

inviabilidade. Atrasos acarretados pelo não cumprimento deste item possuem suas penalidades previstas no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA a pretensão de substituição, inclusão ou exclusão de profissional(ais) na equipe técnica, atendendo ao seguinte:

- A exclusão de profissionais da equipe técnica não poderá ocorrer em prejuízo do mínimo fixado no item "DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA", bem como da capacidade técnica da contratada;
- A substituição de profissional cujo acervo tenha sido utilizado para comprovação da capacidade técnica da licitante só poderá ser feita por profissional que possua acervo equivalente ou superior às características técnicas exigidas, na(s) modalidade(s) técnica(s) em que o profissional a ser substituído tenha sido aceito na fase de qualificação técnica da licitação.

- Fornecer, tempestivamente, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, quando solicitado, cópias das ART's recolhidas, atas de reunião, diário de obras, relatórios de fiscalização, pareceres, laudos, estudos, vistorias, cronogramas atualizados dos serviços em andamento e relatório dos serviços executados e pendentes.

- Dar imediato conhecimento à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA de autuações ou notificações porventura lavradas pela Contratada, bem como erros e omissões, relativas aos serviços ou obras sob sua responsabilidade técnica ou fiscalização. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES"

- Não manter negócios com empresas Contratadas pela para execução de obras e prestação de serviço de manutenção, durante o prazo do presente contrato. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Não utilizar o nome ou o logotipo da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA em quaisquer atividades de divulgação profissional, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Não se pronunciar em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA a órgãos da imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Não utilizar, nem divulgar ou reproduzir, fora dos serviços contratados, os normativos, documentos e materiais encaminhados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".
- Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de qualificações exigidas na licitação, nos termos do Art. 126, XVI, da Lei 9.433/2005.

MINUTA

MINUTA

- Manter perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico (e-mail), telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos. E sempre na capital ou região metropolitana. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza média conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. (art. inciso V da Lei 9.433/2005). O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Comprovar no prazo máximo de até 10 dias após a assinatura do contrato, através da apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA/CAU que os demais profissionais que irão compor a equipe da obra, incluindo um Engenheiro de Segurança do trabalho, Engenheiro Eletricista e Engenheiro Mecânico, constam no quadro de responsáveis técnicos da CONTRATADA, sob pena de rescisão contratual.

- Comunicar, por escrito, imediatamente, à Fiscalização do contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

- Solicitar à Fiscalização do contrato esclarecimentos de dúvidas, detalhes, nomenclaturas ou definições porventura não explicitadas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

- São de responsabilidade da CONTRATADA:

- Todo e qualquer dano que causar ao imóvel ou a terceiros, ainda que culposos praticados por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA;

- Qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao TJBA o exercício do direito de regresso, eximindo a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

- Quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

- A ausência ou omissão da fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

- Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
- Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- As normas regulamentadoras (NR) do Trabalho, relativas à segurança e saúde do trabalho;
- Os disposições legais vigentes;
- Os regulamentos das empresas concessionárias;
- As prescrições e recomendações dos fabricantes;
- As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.
- Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO do TJ para manter o padrão de qualidade previsto para os serviços.
- Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de seus preços unitários.
- Considerar-se-á a CONTRATADA com especializado nos serviços objeto da contratação, o que significa que deverá ter computado nos preços unitários ou no BDI propostos todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais etc., necessários à completa execução dos serviços.
- Após a adjudicação do objeto da licitação será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta da CONTRATADA, salvo justificativas aceitas pela FISCALIZAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.
- A CONTRATADA fica responsável por lavrar as atas das reuniões pertinentes ao objeto do contrato, realizadas entre as partes envolvidas, incluindo órgãos públicos, empreiteiros, fornecedores e demais interessados nos projetos em questão. Cópias dessas atas serão remetidas, em até 2 (dois) dias úteis, à FISCALIZAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA para aprovação. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza leve conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".
- É vedada a contratação, pela contratada, de servidor do quadro da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, ativo ou inativo há menos de cinco anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela 01 do Item 18.10, conforme § 3º, do art. 18, da Lei 9.433/2005.
- Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos equipamentos, materiais e insumos nas quantidades e especificações necessárias para a perfeita execução do objeto deste Projeto Básico.
- Caberá também a contratada responder, após o recebimento dos serviços e obras,

MINUTA

por sua qualidade e segurança nos termos do Artigo 618 do Código Civil Brasileiro e demais legislações vigentes, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do Contratante.

- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, higiene, segurança e bem-estar no trabalho;

- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

- Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações na descrição da solução proposta.

- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores referidos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

- Assegurar à CONTRATANTE direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser

MINUTA

realizadas, logo após o recebimento de cada serviço, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

- Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

- Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais edistribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

- Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição de empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que for constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

- Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato, com capacidade para tomar decisões compatíveiscom os compromissos assumidos;

- Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

- Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

- Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

- Responder por qualquer incidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

- Apresentar e manter durante toda a vigência do contrato, um preposto que atenda às solicitações da Contratante, com formação adequada. Caberá à fiscalização, durante a execução solicitar a troca do preposto em caso de dificuldades na execução dos serviços e no atendimento dos prazos da contratante;

- Caberá ao preposto representar a empresa contratada, respondendo todas as solicitações da contratante, notadamente os temas relativos à execução do objeto contratual, tais como: questões técnicas de execução de serviços, seu detalhamento, cronograma, orçamentos, questões tributárias, substituições de serviços e/ou equipes de trabalho. O contato será sempre feito entre a fiscalização e o preposto, não podendo este, repassar responsabilidade para outros agentes da empresa contratada.

- A Contratada será convocada a participar de reunião inicial, devidamente registrada emAta, para dar início à prestação dos serviços, com o esclarecimento das obrigações, em que

MINUTA

estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, os fiscais, o gestor do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

- Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1° e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105. O não cumprimento deste item constitui infração de natureza gravíssima, conforme tabela constante no item 18;

- **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA exercerá a fiscalização dos serviços através de Equipe de Fiscalização ou técnico especialmente designado para este fim, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da Contratada.

- Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso, não previsto no contrato, no Edital, nas Especificações, nos Projetos, quando houver, nas Leis, nas Normas, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com os serviços em questão e seus complementos.

- Independentemente da Equipe de Fiscalização ou técnico designado para Fiscalização dos serviços, poderão ser designados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO /MA técnicos ou firmas especializadas para apoio da mesma, embora a ela subordinados.

- A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, sendo que sua ocorrência, não deverá implicar corresponsabilidade do Poder Publico ou de seus agentes e prepostos, salvo seja caracterizada a omissão funcional por parte destes.

- Exigir o cumprimento integral dos Projetos, Detalhes, Especificações e Normas Técnicas da ABNT, e outros porventura aplicáveis;

- Rejeitar todo e qualquer material da má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada do local dos serviços;

- Exigir a imediata substituição de técnicos, mestres ou operários que não correspondam tecnicamente ou disciplinarmente às necessidades dos serviços;

- Decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;

MINUTA

- Esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela Contratada;
- Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à Contratada;
- Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- Promover com presença da Contratada, as medições dos serviços executados;
- Transmitir por escrito, instruções sobre as modificações dos serviços que porventura venham a ser feitos, bem como as alterações de prazo e cronograma.
- Relatar oportunamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;
- Dar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO /MA imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a Contratada, ou mesmo à rescisão de Contrato.
- A substituição de qualquer integrante da equipe técnica proposta pela Contratada, durante a execução dos serviços, somente será admitida, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, mediante comprovação de experiência equivalente ou superior do substituto proposto.
- Os serviços deverão desenvolver-se sempre em regime de estreito entendimento entre a Contratada, sua equipe técnica, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Contrato.

CONCLUSÕES FINAIS:

Para a definição da empresa a ser contratada será adotado o seguinte critério:

- O maior percentual de desconto apresentado pelos licitantes, que deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens que compõe tanto o grupo de insumos como o grupo de serviços da tabela SINAPI.
- Valor final dos serviços:

PREÇO FINAL DOS SERVIÇOS =	**(VALOR DO ORÇAMENTO REFERENCIADO - % DE DESCONTO EM CIMA DOS CUSTOS SINAPI) X BDI ADOTADO PELA PREFEITURA**

- O BDI SÓ INCIDIRÁ NO VALOR FINAL PROPOSTO DOS SERVIÇOS APÓS A APLICAÇÃO DO DEVIDO DESCONTO EM CIMA DOS CUSTOS SINAPI
- O BDI estará predefinido conforme quadro abaixo, considerando para tanto um regime com desoneração conforme planilha abaixo:

MINUTA

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

Proponente:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
Empreendimento:	REPAROS E MANUNTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EDIFICAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO /MA
Tipo de Obra:	Construção de Edifícios e Reformas (Quadras, unidades habitacionais, escolas, restaurantes etc.)
Base de Cálculo do ISS da Prefeitura:	100%
Orçamento Desonerado? (Sim ou Não)	SIM

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - % (1° Quartil)	MÉDIA	(3° Quartil)	BDI ADOTADO - %
Administração Central	3,00	4,00	5,50	3,00
Seguros e Garantias (*)	0,80	0,80	1,00	0,80
Riscos	0,97	1,27	1,27	0,97
Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39	0,59
Lucro	6,16	[illegible]	[illegible]96	6,16
COFINS	3,00	[illegible]	[illegible]	3,00
PIS	0,65	0,[illegible]	0,[illegible]	0,65
ISS (**)	2,00	3,50	5,0[illegible]	5,00
CPRB - Alíquota 4,5% Receita Bruta (Desoneração)	4,50	4,50	4,5[illegible]	4,50
LIMITE BDI C/ DESONERAÇÃO	**26,58**	**[illegible].45**	**31,48**	**28,83**
LIMITE BDI S/ DESONERAÇÃO	**20,34**	**22,12**	**25,00**	

Fonte da composição, valores de refer[illegible] BDI: Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário
Desoneração: Lei nº13.161/2015

Verificação do BDI: OK

BDI s/ desoneração: 22,48

Os valores de BDI acima fo[illegible] calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração Central;

DF = taxa das despesas financeiras;

R, S, G = taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;

I = taxa de tributos (Onerado: I = COFINS+PIS+ISS / Desonerado: I = COFINS+PIS+ISS+CPRB);

L = taxa de lucro.

MINUTA

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo do ISS para Construção de Edifícios e Reformas (Quadras, unidades habitacionais, escolas, restaurantes, etc.) é de 100%, com a respectiva alíquota de 5%. Declaramos ainda que adotamos orçamento Com Desoneração e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

São João do Paraíso, ____ de dezembro de 2023

Ricardo Petuba de Mora
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 11965824 – MA
Pref. Mun. de São João do Paraíso/M
Portaria nº: 1/2023

MINUTA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

CONCORRÊNCIA Nº XXX/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO II

MODELO DE CARTA CREDENCIAL PARA REPRESENTANTE

SÃO JOÃO DO PARAÍSO, __de___de 2023.

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA

REF.: CONCORRÊNCIA Nº ___ / 2023 – CPL

O abaixo assinado, na qualidade de representante legal da Empresa _____, vem, pela presente, informar a V. S.ª., que o Sr. _____, carteira de identidade nº_____é pessoa designada pela Empresa para representá-la perante essa Comissão, inclusive com poderes para renunciar ao direito de interposição de recurso em qualquer fase da Licitação em epígrafe.

Atenciosamente

(nome e assinatura do representante legal pela proponente, devidamente identificado)

MINUTA

Folha nº 92
Processo nº 170-2023
Rubrica

CONCORRÊNCIA Nº XXX/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO III

MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL

À
Comissão Permanente de Licitação
Ref.: CONCORRÊNCIA N° XXX/2023 - CPL

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para Serviços de equipamento novo (draga de sucção e pontique flutuante), para atender as necessidades do Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, objeto do Edital de Concorrência n° XXX/2023- CPL, no valor de... (.....), com prazo de vigência de 03 (três) meses a partir da data de assinatura do Contrato Administrativo.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr.
....., Carteira de Identidade n°. ..... expedida em ...../...../....., Órgão
Expedidor .....e CPF n°....., como representante legal desta empresa.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de..... (.....) dias, a contar da data de abertura deste.

Cumpriremos rigorosamente toda a legislação aplicável ao Serviços contratado.

Outras informações: Razão Social da Proponente, Endereço, Telefone, CNPJ N° ...., Inscrição Estadual e Inscrição Municipal, se houver, Banco ....., Agência nº.e Conta Corrente
nº .....

Finalmente, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação em epígrafe e seus anexos.

Cidade/Estado, ... de..... de 2023.

Local, data e assinatura.
(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação e qualificação).

MINUTA

Folha nº 93
Processo nº 170-2023
Rubrica

CONCORRÊNCIA Nº XXX/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

REF.: CONCORRÊNCIA Nº ___ / 2023 – CPL

O signatário da presente, para fins de participação na Concorrência em referência, em nome da Empresa_____DECLARA, sob as penas da lei, nos termos do parágrafo 2º doArt. 32 da Lei 8.666/93 que até esta data não há conhecimento de si, qualquer fato que a impeça de participar desta licitação.

E, por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Local e data

(nome e assinatura do responsável legal pela proponente) (em papel timbrado da Empresa, devidamente qualificado).
RG..... CIC.....

MINUTA

CONCORRÊNCIA Nº XXX/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO V

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE NEPOTISMO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

End.: Rua Marcos Silva s/nº, bairro Centro, cep 65.973-000 - SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

Prezado Presidente,

A (nome da empresa)_____, CNPJ nº_____ sediada___ (endereço completo), declara, que não contratará durante a vigência da avença decorrente da Concorrência nº XXX/2023 - CPL/PMSJP empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afim, até o 3º grau, de cargo em comissão ou função de confiança.

Local, data e assinatura
Nome da empresa e do seu representante legal com a devida identificação e qualificação

MINUTA

CONCORRÊNCIA Nº XXX/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Ref.: CONCORRÊNCIA N.º___ / 2023 – CPL

....., inscrito no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º. ..... e do CPF n.º....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ☐

.....
.....
data

.....
(representante legal)

MINUTA

CONCORRÊNCIA Nº XXX/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, sediada na **Praça da Matriz, nº 185, bairro da Matriz, CEP. 65973-000, SÃO JOÃO DO PARAÍSO – Maranhão**, inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo Secretária Municipal de Governo e Planejamento, , brasileiro,
inscrito no CPF sob o nº ....., RG nº ....., residente e domiciliado nesta cidade, doravante designada simplesmente ORGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS, CONCORRÊNCIA Nº XXX/2023, RESOLVE registrar os preços da empresa ....., CNPJ n.º ..... com sede na ....., nº ..... -..... – ...../.., neste ato representada pelo Sr. ....., brasileiro, , , portador CPF nº .....-.., portador da Cédula de Identidade RG n.º ..... expedida pela SSP/.., e daqui por diante denominada simplesmente EMPRESA REGISTRADA, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo nº 170/2023, **"ex vi"** do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei n° 8.666/93, tudo com fulcro nas disposições das **DECRETO Nº 9.488/2018, QUE ALTERA O DECRETO Nº 7.892/13, REGULAMENTADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP; DECRETO Nº 9.507/2018;** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006,** Decreto e Municipal nº 031/2020 – SRP, subsidiariamente pela **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

RESOLVE:

Registrar os preços ofertados dos produtos propostos pela(s) empresa(s) _____, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas apresentada, MAIOR DESCONTO DA TABELA SINAP, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **DECRETOS Nº 9.507/2018; DECRETO Nº 9.488/2018, QUE ALTERA O DECRETO Nº 7.892/13, REGULAMENTADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006,** Decreto e Municipal nº 031/2020 – SRP, subsidiariamente pela **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Parágrafo Primeiro - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal,

MINUTA

vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I** do Edital do **CONCORRÊNCIA-SRP Nº XXX/2023 –PMSJP/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº XX/2023 – CPL.

Parágrafo Segundo - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro - O gerenciamento deste instrumento caberá à **SECRETARIA MUNICIPAL DEGOVERNO E PLANEJAMENTO/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, do Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO.

Parágrafo Segundo – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE SERVIÇOS

Parágrafo Primeiro – A Contratada fica obrigada a prestar os serviços no endereço contidos na Ordem de Serviços emitida pelo Órgão Contratante

Parágrafo Segundo – O prazo para a contagem do início do Serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviços" ou "Nota de Empenho", de acordo com o Projeto Básico **- Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE SERVIÇOS

A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de Serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência,

MINUTA

poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

Parágrafo Primeiro - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

Parágrafo Segundo - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do Serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Parágrafo Terceiro - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos do item do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, o dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

Parágrafo Primeiro - Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido à análise das documentações de habilitação;

Parágrafo Segundo - A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

Parágrafo Terceiro - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as propostas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

Parágrafo Quarto - O registro que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

a) O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/1993.

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou por fato surpeveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o(s) Fornecedor(es) será(ão) comunicado(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.

Parágrafo Terceiro – No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação seráfeita através de publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.

MINUTA

Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, facultando-se à este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o extrato da presente Ata no Diário Oficial, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - Integra esta Ata, o Edital de **CONCORRÊNCIA-SRP Nº XXX/2023 PMSJP/MA** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

Parágrafo Terceiro - Poderá haver modificações nos locais de entrega dos materiais caso em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.

Parágrafo Quarto - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de Junhode 1993, a Lei Complementar 123/2006.

CLÁUSULA TREZE - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca da cidade de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas as partes assinam o presente, na presença de duas testemunhas.

SÃO JOÃO DO PARAISO, ___ de de 2023.

Secretário Municipal

Nome
EMPRESA

MINUTA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

ANEXO ÚNICO REF.: **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
Nº -----/2023
CONCORRÊNCIA-SRP N.º 000/2023 - PMSJP/MA

PROCESSO N.º xxxx/2023 – CPLVIGENCIA: 12 MESES

Este documento integra a Ata de Registro de Preços nº ...../2023, celebrada perante a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, tendo como partes o Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO e as Empresas que tiveram seus preços registrados, em face à realização da CONCORRÊNCIA-SRP nº xx/2023 – PMSJP/MA.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA.

QUADRO 1 – DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA.

EMPRESA:	
CNPJ:	Telefone / Fax: .....
Endereço:	E-mail: .....

QUADRO 2 – VALOR REGISTRADO

Nº	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	EMPRESA BENEFICIÁRIA	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
VALOR TOTAL REGISTRADO						

SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA, ___ de _ de 2023.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO, ___ de de 2023.

Secretário Municipal

Nome
EMPRESA

MINUTA

CONCORRÊNCIA Nº XXX/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO VIII
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO E, DE OUTRO LADO,---------- NA FORMA ABAIXO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, ente [illegible]ito Público, sediada na XXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ n.º_____, doravante designada **CO[illegible]ATANTE,** neste ato, representada por seu titular_____, CI N.º CPF n.º,
residente e domiciliado nesta Cidade, e de outro lado.....,
doravante denominada **CONTRATADA,** s[illegible]diada.....,CNPJ .....,
neste ato representado(a) pelo Sr(a).....CPF n.º. ,residente e domiciliado à Rua , têm entre si, [illegible]stado o pres[illegible]nte **CONTRATO DE SERVIÇOS**, cuja lavratura foi regularmente aut[illegible]zada em despa[illegible] do Secretário desta Pasta, conforme consta no Processo Administrativo n.º 6[illegible]023, do Edital [illegible] Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA N.º XXX/2023 – CPL, submetendo-se[illegible] partes às dis[illegible]sições constantes da Lei n.º 8.666/93, suas alterações, e às cláusulas [illegible]condições s[illegible]intes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO - O p[illegible]sente CONTR[illegible]TO tem por objeto a contratação sob demanda de serviços de engenharia [illegible]herentes [illegible]manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes [illegible] instalaçõ[illegible]elétricas telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, s[illegible]emas de p[illegible]ão de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como interve[illegible]de obra c[illegible], fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertenc[illegible]tes [illegible]s pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE [illegible]O JOAO [illegible]PARAÍSO-MA, conforme descrição do produto constante do **ANEXO I**.

CLÁUSULA SEGU[illegible]DA – DA VI[illegible]CULAÇÃO

2.1. O [illegible]ONTRATA[illegible]E e a CO[illegible]TATADA vinculam-se plenamente ao presente Contrato e aos documen[illegible]diante enu[illegible]ados co[illegible]acionados ao Processo Administrativo nº 170/2023 e que são partes integra[illegible]este instru[illegible]nto, independente de transcrição:

a) Proj[illegible]to B[illegible]ico e resp[illegible]ctivos anexos;

b) Edital da C[illegible]ORRÊNCIA Nº XXX/2023-CPL;

c) [illegible]posta de [illegible]reços da CONTRATADA e demais documentos apresentados no procedimen[illegible]da lici[illegible]o.

CLÁU[illegible]LA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. O [illegible]sente Contrato rege-se pelas seguintes normas:

a) Con[illegible]tituição Federal de 1988;

b) Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como suas alterações posteriores;

c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016;

d) Edital da CONCORRÊNCIA Nº XXX/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL/PMSJP;

e) demais normas regulamentares aplicáveis à matéria.

MINUTA

3.2. Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições deste Contrato e as disposições dos documentos que o integram, deverá prevalecer o conteúdo das cláusulas contratuais.

3.3. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUARTA – DO SERVIÇOS

4.1. O serviço deverá ser entregue no Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias após o recebimento da Ordem de Serviços, atendidas as especificações constantes do edital.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR ESTIMADO

5.1. O valor total estimado deste Contrato é de R$ _____ (_____), conforme Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

5.2. No valor acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, contribuições, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício vigente:

Despesa decorrente da execução do objeto desta licitação ocorrerá a conta do orçamento geral do Município, sendo que o programa de trabalho e o elemento de despesa específico constarão quando forformalizado o contrato ou outro instrumento hábil, conforme faculta o art. 7º § 2 da Lei 7.892/13 c/c Art. 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

7.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo do objeto contratado, de acordo com o teor do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.1.1. Os acréscimos deverão observar o percentual de até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

7.1.2. As supressões deverão observar o percentual de até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, podendo exceder este limite desde que celebrado acordo com a CONTRATADA, conforme o caso, nos termos art. 65, § 2º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência deste Contrato é até o final do exercício financeiro, contado da data de assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato na imprensa oficial.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Não será exigido

CLÁUSULA DECIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA, dentre outras obrigações definidas no Projeto Básico e neste Contrato, conforme o caso e no que couber, obriga-se a:

a) fornecer o produto, conforme especificações estabelecidas no Edital e em sua Proposta de Preços, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado a partir do recebimento da Autorização de Serviços;

b) entregar no Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA;

c) substituir o produto, acaso devolvidos pela Contratante, por estarem em desacordo com as

MINUTA

especificações e/ou com a Proposta de Preços, no prazo de até 15 (quinze) dias, contadas a partir da respectiva Notificação;

d) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia autorização da Contratante;

e) identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos produtos;

f) designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac- símiles, nomes dos responsáveis, para fins de contato;

g) comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;

h) responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;

i) arcar com as despesas de embalagem, frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes do Serviços;

j) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do local onde será entregue o produto;

k) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;

l) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão de obra necessárias ao Serviços dos medicamentos, como única e exclusiva empregadora;

m) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;

n) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do Serviços dos medicamentos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

o) manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. O CONTRATANTE, dentre outras obrigações previstas no Projeto Básico e neste Contrato, obriga-se a:

a) emitir cada autorização de Serviços;

b) acompanhar e fiscalizar o serviços, através de servidor designado pelo Prefeito Municipal;

c) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega do produto, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;

d) notificar a Contratada para a substituição de produto reprovado

e) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;

f) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o Serviços dos produtos;

g) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

h) proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Será designado pela Administração o Fiscal do contrato que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas com o Serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

MINUTA

12.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

13.1. O CONTRATANTE, por intermédio da Comissão de Recebimento designada pela autoridade competente, efetuará o recebimento dos serviços deste Contrato, observando os seguintes procedimentos:

I. Recebimento Provisório: os serviços será recebido provisoriamente, mediante verificação concomitante quanto à conformidade e qualidade, de acordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na Proposta de Preços da empresa, bem como atestamento das obrigações estipuladas no Contrato;

II. Recebimento Definitivo: os serviços será recebido definitivamente após a verificação pela Comissão de Recebimento e consequente aceitação, mediante "ateste" dos serviços.

13.2. O Recebimento Definitivo será realizado pela Comissão de Recebimento em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório dos serviços.

13.3. Qualquer irregularidade na especificação do serviço obrigará a CONTRATADA a refazer, às suas expensas, por sua conta e riscos, a substituição, observado o prazo a ser estabelecido na respectiva Notificação.

13.4. O Recebimento Definitivo é condição indispensável para o pagamento dos serviços.

13.5. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços, durante o prazo de garantia.

13.6.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PRAZO DE GARANTIA DO SERVIÇO

14.1. A garantia dos SERVIÇOS será de 5 (cinco) anos, a contar de seu recebimento definitivo, conforme previsto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/1993 c/c art. 618 do Código Civil Brasileiro.

14.1.1. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA responderá pela qualidade e segurança do serviço, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período independentemente de qualquer pagamento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura do atestado que formaliza o recebimento definitivo do serviço, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente às contribuições previdenciárias e as de terceiros;

b) Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

c) Certidões Negativas de Débitos Fiscais e de Inscrição na Dívida Ativa, emitidas pela Fazenda Estadual;

d) Certidões Negativa de Débitos Fiscais e de Inscrição na Dívida Ativa, emitidas pela Fazenda Municipal;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

f) Declaração Formal da CONTRATADA de que está cumprindo integralmente todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste Contrato, de acordo com o disposto no art. 71da Lei Federal nº 8.666/1993;

MINUTA

15.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, observado o prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura efetuado pela Comissão de Recebimento.

15.3. Em caso de equívoco na Nota Fiscal, ausência, validade expirada ou qualquer outra irregularidade identificada nos documentos indicados no **item 15.1**, a Comissão de Recebimento irá notificar a CONTRATADA para apresentação de novo documento. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do documento, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

15.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, [illegible]mente na Conta Corrente indicada pela CONTRATADA.

15.5. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores co[illegible]dentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REAJUSTE

17.1. O valor do Serviços proposto pela **CONTRATADA** não será alterado durante a vigência do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste Contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis, salvo, expressamente autorizado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O não Serviços contratado sujeitará a CONTRATADA à multa correspondente 0,33%(trinta e três centésimos por cento) sobre o valor estimado do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Além da multa acima prevista a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, nos casos que ensejarem a rescisão determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE;

c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções previstas nas alíneas "**a**", "**c**" e "**d**" poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "**b**".

PARÁGRAFO TERCEIRO

MINUTA

A multa prevista não tem caráter compensatório, e seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO

20.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Cláusula anterior.

20.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade do CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

20.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

20.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme o caso, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do presente Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

21.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito deste Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1. O resumo deste Contrato, assim como os respectivos aditamentos, serão publicados pelo CONTRATANTE na imprensa oficial, conforme dispõe o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA– DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, da Comarca de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Estado do Maranhão, para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato.

Nada mais havendo a tratar, as partes assinam o presente Contrato, na presença das testemunhas abaixo declinadas, em 03 (três) vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surtam todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA,

.....

CONTRATANTE

.....

CONTRATADA

Testemunhas:

.....

CI n.º CPF n.º

.....

CI n.º CPF n.º

MINUTA

Folha nº 107
Processo nº 170-2023
Rubrica

PARECER JURÍDICO SOBRE A MINUTA DO EDITAL E DO CONTRATO

LEGISLAÇÃO:
LEI FEDERAL 8.666/93 E DEMAIS NORMAS PERTINENTES

Processo Administrativo: 170/2023

Modalidade: CONCORRENCIA PUBLICA

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA.

RELATÓRIO

Excelentíssimo Sr. **VALDEMAR ALVES DE SOUSA**, Requereu, que iniciasse o Processo Administrativo nº 170/2023, autorizando para abertura de Processo Licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA.

À vista da necessidade comprovada da referida licitação, para a contratação acima especificada, o Senhor Prefeito Municipal, autorizou a abertura do Processo Licitatório requerido.

Face à autorização e autuação do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços, uma vez elaborado e confeccionado o Edital de Licitação, regulando as normas e procedimentos a serem observados para realização da referida Licitação (art. 40 da Lei nº 8.666/93), obedecendo ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, vieram os autos do Processo de Licitação conclusos à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, para PARECER.

EXAME

Observa-se que o Processo Licitatório em questão objetiva a contratação de empresa, na modalidade **Concorrência Pública**, haja vista enquadrar-se monetariamente, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei nº

8.883/94, bem como a Lei Complementar 123/2006 dentre os limites estabelecidos para este tipo de licitação.

Por outro lado, autorizado e autuado o Processo Licitatório, deu-se à confecção e elaboração do Edital Convocatório, que nos termos do art. 40 da Lei nº 8.666/93, dita as regras e procedimentos a serem adotados pela Administração e observados pelos Licitantes para a realização da Licitação.

Analisando o Edital bem como seus anexos tais como, minuta do contrato, constantes do Processo Licitatório, vislumbra-se possuir o mesmo todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pela Lei nº 8.666/93, segundo a redação constante dos art. 38 e 40.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade do Processo Licitatório na modalidade **Concorrência Pública**, observadas as normas estatuídas pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.883/94, Lei Complementar nº 123/2006, presente os requisitos indispensáveis à realização de Licitação na modalidade Tomada de Preços, APROVO para os fins de mister o Edital de Convocação e a Minuta do Contrato e, por conseguinte a Licitação para **VALDEMAR ALVES DE SOUSA**.

É o parecer. Salvo Melhor Juízo.

Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, em 14 de dezembro 2023.

RAWLISON LOPES BEZERRA DE SÁ
Procurador do Município
CPF. 027.553.013-25
OAB – MA 14578

Folha nº 109
Processo nº 170-2023
Rubrica

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA

CONCORRÊNCIA Nº. 002/2023

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, através da CPL, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação em epigrafe na seguinte forma: OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA; MODALIDADE: Empreitada por MAIOR DESCONTO DA TABELA SINAP; **Data de abertura: 26 de JANEIRO de 2024, as 08:30 horas**, LOCAL: Sala de reunião da CPL, na sede da Prefeitura Municipal, localizada a Rua Marco Silva, s/n, Centro, na cidade de São João do Paraíso/MA. Na forma da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no mesmo endereço de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 as 12:00 horas, onde poderão ser consultados gratuitamente ou retirados na CPL, no mesmo endereço, ou ainda pelo portal da transparência (www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br). E-mail: cplsjparaiso@gmail.com Esclarecimento adicional no mesmo endereço.

São João do Paraíso – MA, 15 de dezembro de 2023.

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL.

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 170/2023

EDITAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, torna público que, às **ONDE SE LÊ: 08:30 horas do dia 26 de JANEIRO de 2023**, LEIA-SE: **08:30 horas do dia 26 de JANEIRO de 2024** na Rua Marcos Silva s/nº, bairro Centro, cep 65.973-000, no Prédio da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Sala de Reuniões da CPL, no Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, serão recebidas a Documentação e Propostas e iniciada a abertura dos envelopes relativos à **CONCORRÊNCIA**, em epígrafe, através de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, através de **SERVIÇOS**, adotados **como regime de execução a Empreitada por MAIOR DESCONTO DA TABELA SINAP**, conforme o Artigo 45, Parágrafo Primeiro, Inciso I da Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, de interesse da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO**, nos termos da Lei nº 8.666, de21 de junho de 1993, do Decreto nº 9.488/2018, que altera o Decreto nº 7.892/13, regulamentador do Sistema de Registro de Preços – SRP, Decreto Municipal nº 031/2020 – SRP, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo n°.170/2023**, e atendidas as especificações e formalidades seguintes:

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. As licitantes devem ater-se à fiel observância dos procedimentos estabelecidos neste Edital e seus anexos, podendo qualquer interessado assistir a sessão, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

1.2. Este Edital poderá ser obtido na Comissão Permanente de Licitação – CPL, no endereço Rua Marcos Silva s/nº, bairro Centro, cep 65.973-000, no Prédio da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Sala de Reuniões da CPL, no horário das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira, bem como no Portal da Transparência. Os esclarecimentos poderão ser realizados através do email: **cplsjparaiso@gmail.com**.

1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, salvo comunicação em contrário.

1.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

1.5. É proibido, expressamente, às licitantes ou interessados presentes à sessão desta licitação, sob pena de apreensão do aparelho utilizado e adoção das devidas providências legais:

a) fotografar, gravar ou filmar qualquer pessoa presente no recinto, em respeito aos direitos decorrente da imagem, sem a prévia e expressa autorização da Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO;

b) fotografar qualquer documento, considerando a possibilidade de posterior concessão de cópias mediante solicitação, devidamente justificada.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

1.6. É facultado ao Presidente da Comissão:

a) promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

b) solicitar aos setores competentes da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO a elaboração de pareceres técnicos ou jurídicos para fundamentação de suas decisões;

c) no julgamento da Documentação de Habilitação e da Proposta de Preços sanar erros ou falhas que não alterem a substância destes documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados;

d) relevar omissões puramente formais observadas na Documentação de Habilitação ou na Proposta de Preços, desde que não contrariem a legislação e não comprometam a lisura da licitação;

e) restringir o uso de celulares e outros meios de comunicação durante a sessão para evitar tumulto na realização dos trabalhos;

f) suspender os trabalhos das sessões públicas para análise de documentos, diligências, pareceres técnicos ou jurídicos, quando do julgamento da Documentação de Habilitação e da Proposta de Preços.

1.7. Qualquer divergência entre o Projeto Básico (ANEXO I) e o Edital, prevalecerá o Edital.

1.8. Qualquer divergência entre as especificações, obrigações ou condições existentes entre o Projeto Básico (ANEXO I) e a minuta do Contrato Administrativo (ANEXO VIII), prevalecerá as cláusulas contratuais.

1.9. Os casos omissos e eventuais dúvidas quanto à aplicação deste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, conforme descrição contida no Projeto Básico, **ANEXO I,** deste Edital.

2.1. O valor máximo para o Serviços do objeto desta licitação é de **R$ 4.700.000,00 (quatro milhões, e setecentos mil reais).**

2.2. O prazo de contratação será de 12 (doze) meses podendo ter sua duração prorrogada por iguais ou sucessivos períodos, tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, até 60 (sessenta) meses, contados a partir do 1º dia útil após a publicação, desde que haja autorização formal da autoridade competente.

3. CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e comprovem a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, exigidas neste Edital, nos termos dos artigos 28 ao 31 da

Lei nº 8.666/93.

3.2. A simples apresentação da Proposta de Preços implicará, por parte da licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão Permanente deLicitação do disposto no art. 97 da Lei Federal nº 8.666/1993.

4. IMPEDIMENTOS

4.1. Não poderá participar desta licitação, diretamente ou indiretamente, pessoas jurídicas:

a) cujo objeto social não seja pertinente nem compatível com o objeto desta licitação;

b) em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e empresas controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si;

c) que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

d) autor do Projeto Básico;

e) que tenham sócios, gerentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores públicos da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA;

f) suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, conforme art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, durante o prazo da sanção aplicada;

g) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, conforme art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

h) impedidas de licitar e contratar com o Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, durante o prazo da sanção aplicada;

i) impedidas de licitar e contratar com o Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, conforme art. 47 da Lei Federal nº 12.462/2011 (RDC), durante o prazo da sanção aplicada;

j) proibida de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção derivada de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, de acordo com o art. 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais);

k) proibida de participar de licitação, tendo por objeto aquisições, alienações, realização de serviços, concessão de serviços públicos, na administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como em entidades da administração indireta, por prazo não inferior a5 (cinco) anos, em razão de pena por prática de infração da ordem econômica, de acordo com o art. 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011 (Lei Antitruste);

l) proibida de contratar com o Poder Público por ato de improbidade, com decorrente inclusão no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIAI, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

m) sociedades empresariais estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

n) integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

o) que mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou familiar com servidores lotados nesta Comissão de Licitações;

p) enquadradas nas demais vedações estabelecidas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

5. DO CREDENCIAMENTO DAS LICITANTES

5.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos, **em separado dos Envelopes n° 01 e 02**:

a) **tratando-se de representante legal:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) **tratando-se de procurador:** instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (ANEXO II), no qual constem poderes para representá-la no ato da sessão pública, interpor recursos ou desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a esta licitação;

b.1) procuração por instrumento particular e Carta Credencial (ANEXO II) deverão estar acompanhadas de cópia do documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, dentre os indicados na alínea "a";

b.2) instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (ANEXO II) deverão, obrigatoriamente, sob pena de não ser aceito o credenciamento, ser firmados por tantos responsáveis pela empresa, quantos estabeleça o contrato social ou estatuto de constituição, com permissão para outorgar poderes no que tange a sua representatividade;

c) cópia da Cédula de Identidade ou outro documento oficial que contenha foto do representante (legal ou procurador) da empresa interessada e de todos os sócios/proprietários.

5.2. Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original ou cópia previamente autenticada por cartório competente ou por servidor da Comissão Permanente de Licitação, ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial.

5.2.1. A autenticação por servidor da Comissão Permanente de Licitação poderá ser realizada até o primeiro dia útil anterior à data marcada para a sessão de abertura desta licitação, localizado à Rua Marcos Silva s/nº, bairro Centro, cep 65.973-000, no Prédio da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Sala de Reuniões da CPL, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no horário das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira.

5.2.2. Somente serão aceitas cópias legíveis e não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

5.3. É facultada a apresentação do credenciamento de que trata o item 5.1. a não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento não inabilitará ou desclassificará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar ou responder em nome

da empresa durante as sessões públicas.

5.4. Não será admitida a participação de dois representantes para a mesma empresa, bem como de um mesmo representante para mais de uma empresa.

5.5. Os documentos de credenciamento serão conferidos pela Comissão a cada sessão pública realizada. Na hipótese de substituição da pessoa inicialmente credenciada, novo credenciamento deverá obedecer a regras do item 5.1deste Edital.

5.6. No ato da entrega dos documentos de credenciamento, as licitantes deverão apresentar. separados dos Envelopes contendo a Proposta de Preços e a documentação de habilitação, os seguintes documentos:

a) Declaração de Enquadramento e/ou Reenquadramento, Certidão Simplificada ou Certidão Específica emitida pela Junta Comercial da sede da licitante para fins de comprovação de que é Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;

a.1) O Presidente poderá determinar a realização de diligência para dirimir eventual dúvida quanto à Receita Bruta da licitante no exercício anterior, com a ressalva de que o Balanço é considerado exigível após 1º de maio.

b) Declaração Negativa de Nepotismo, com a indicação de que não empregará, durante a vigência do Contrato, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afim, até o 3º grau, de cargo em comissão ou função de confiança da Prefeitura de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, conforme modelo constante no ANEXO V deste Edital;

5.7. Antes de concluir o credenciamento, o Presidente da Comissão deverá consultar os seguintes cadastros, com o intuito de verificar o eventual descumprimento de condições de participação:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, atualmente mantido pelo **Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle** (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIAI, mantido pelo **Conselho Nacional de Justiça – CNJ** (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

5.7.1. A consulta ao CNIAI será realizada em nome das pessoas jurídicas licitantes e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.7.2. Constatada a existência de sanção, o Presidente da Comissão poderá excluir do certame a licitante, por falta de condição de participação, conforme previsto no **item 4 deste Edital**.

5.8. Encerrada a fase do credenciamento, serão recebidos os Envelopes contendo a Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. No dia, hora e local citados no preâmbulo deste Edital e após o credenciamento, a licitante deverá apresentar a Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços, em envelopes distintos, opacos, devidamente lacrados e rubricados em seus fechos, com os seguintes dizeres em sua parte externa:

ENVELOPE Nº 01 Documentação de Habilitação Concorrência nº 002/2023-CPL Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA Data: 26/01/2023 Hora: 08h30min Razão Social da Pessoa Jurídica Licitante	**ENVELOPE Nº 02** Proposta de Preços Concorrência nº 002/2023-CPL Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MAData: 26/01/2024 Hora: 08h30min Razão Social da Pessoa Jurídica Licitante

6.2. Não será admitida a entrega de apenas um envelope.

6.3. Não serão consideradas Documentação de Habilitação e Propostas de Preços apresentadas por internet (e-mail), via postal ou fac-símile.

6.4. Após a entrega dos envelopes, aquele contendo a Propostas de Preços será rubricado pelo Presidente, membros da CPL e representantes credenciados das licitantes.

6.5. Os documentos de habilitação exigidos deverão ser legíveis e poderão ser apresentados no originalou por qualquer processo de cópia previamente autenticada por Cartório competente ou por servidor da Comissão Permanente de Licitação – CPL, mediante a apresentação do documento original, ou aindapor publicação em órgão de Imprensa Oficial.

6.5.1. A autenticação por servidor da Comissão Permanente de Licitação poderá ser realizada atéo dia útil anterior à data marcada para a sessão de abertura desta Concorrência Pública à Rua Marcos Silva s/nº, bairro Centro, cep 65.973-000, SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, no horário das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira.

6.5.2. Somente serão aceitas cópias legíveis e não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

6.6. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das Propostas de Preço.

6.7. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

6.8. Após abertura dos envelopes, a Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços deverão ser juntados aos autos do Processo e não serão devolvidas à licitante.

6.9. Os documentos constantes nos Envelopes nº 01 e 02 deverão, de preferência, ser entregues numerados sequencialmente e na ordem indicada neste Edital.

7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1. As licitantes deverão apresentar a Documentação de Habilitação em 01 (uma) via, no Envelope nº 01, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme **itens 6.1 deste Edital**, conforme o caso, contendo os seguintes documentos referentes a:

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Formulário de Empresário, no caso de empresa individual;
b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todas suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores; no caso de Sociedades simples o ato constitutivo, inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos) acompanhado da prova de Diretoria em exercício;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de regularidade com a **FAZENDA FEDERAL** do domicílio ou sede da licitante;

b) Prova de **Regularidade com a FAZENDA ESTADUAL** do domicílio ou sede da licitante, emitida até 120 (cento e vinte) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante a:

b.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, ou, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.
b.2) Certidão Negativa de Inscrição da Dívida Ativa, ou, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa da Dívida Ativa.

c) quando a prova de regularidade for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e nela não constar expressamente essa informação, o Presidente da Comissão poderá diligenciar para dirimir eventuais dúvidas;

d) Prova de **Regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL** do domicílio ou sede da licitante, emitida até 90 (noventa) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante a:

d.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, referente ao ISSQN, ou, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.
d.2) Certidão Negativa de Inscrição da Dívida Ativa, ou, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa da Dívida Ativa;
d.3) Alvará de Localização e Funcionamento, referente à sede da licitante.
d.4) Certidão Negativa de Débito Tributário Relativo ao Imóvel sede da empresa Licitante.
d.5) quando a prova de regularidade for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e nela não constar expressamente essa informação, o Presidente da Comissão poderá diligenciar para dirimir eventuais dúvidas;
e) Prova de Regularidade relativa à **Seguridade Social** e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS,** demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

g) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual,** se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a

apresentação de certidão negativa de débito trabalhista - CNDT, em conformidade com o disposto na CLT com alterações da Lei nº 12.440/2011.

7.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Prova de inscrição ou registro do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU da sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a entidade profissional competente, que comprove atividade relacionada com o objeto; as empresas sediadas em outras regiões de jurisdições do CREA/MA, deverão apresentar visto do CREA-MA.

b) Capacitação **TÉCNICO-OPERACIONAL**: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo a execução de obra ou serviços de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

c) Apresentação de Inscrição e Certidão negativa do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, emitida pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente).

d)Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente inabilitado.

e) Para atendimento à **qualificação técnico-profissional**: comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior, ARQUITETO OU ENGENHEIRO, reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada.

7.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio dentro do prazo de validade previsto na própria certidão;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, acompanhado dos termos de abertura e encerrado do Livro diário e notas explicativas autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicilio da licitante.

c) ***O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade acompanhado das Certidões CRC e CRP***.

d) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

e) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez (LG),

Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta com o setor contábil do Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

f) O licitante deverá possuir capital mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

g) Da Garantia da Proposta;

g.1) Comprovação de prestação de garantia para manutenção da proposta, equivalente a **1% (um por cento) do valor proposto no edital**, com validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de apresentação das propostas em uma das modalidades: em dinheiro, seguro garantia, fiança bancária e títulos da Dívida Pública, este último, devendo criteriosamente se dar na forma do Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93. Em se tratando de dinheiro, este deverá ser depositado na conta da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

g.2) No caso de opção pela "caução em dinheiro", esta deverá ser efetuada através de transferência/depósito na Conta do Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO.

g.3) No caso de opção pelo "título da dívida pública", este deverá estar acompanhado de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual está informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização e condições de resgate.

g.4) Seguro-garantia: No caso da opção pelo "seguro-garantia" o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País e em nome da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA. Deverá a apólice conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

g.5) Fiança bancária: No caso de "fiança bancária", esta deverá ser, a critério do licitante, fornecida por um banco localizado no Brasil, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil. Deverá a carta de fiança bancária conter cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade

g.6) A garantia de manutenção da proposta, será liberada para as empresas licitantes no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após esgotada a fase de julgamento das propostas de preços, exceto para a empresa vencedora, onde está será liberada após a assinatura do contrato.

7.1.5. OUTROS DOCUMENTOS:

a) Certidões Simplificada e Específica expedida pela Junta Comercial do Estado domicílio da sede da licitante, no exercício em curso.

b) **Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de sua Habilitação**, na forma § 2º do artigo 32 da Lei nº. 8.666/93, assinada por sócio, gerente, dirigente proprietário ou procurador, nos termos do modelo **ANEXO IV**, deste Edital.

c) Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor, informando que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988 e do art. 27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993, incluído pela Lei Federal nº 9.854/1999, conforme **ANEXO VI** deste Edital.

7.2. É de exclusiva responsabilidade das licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.

7.3. As declarações e outros documentos julgados necessários à habilitação, quando produzidos pela própria licitante, deverão estar emitidas em papel timbrado e conter data, identificação e assinatura do titular da empresa ou do seu representante legal.

7.4. É facultada a autenticação nas cópias das Certidões de Regularidade Fiscal apresentadas pelas licitantes cuja autenticidade possa ser verificada pela Internet, de acordo com a norma especifica.

7.5. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado na Documentação de Habilitação ena Proposta de Preço deverá ser o mesmo do estabelecimento que efetivamente vai realizar o Serviços do objeto da presente licitação, com exceção dos seguintes documentos:

a) Certificado de Regularidade do FGTS, que poderá ser da sede da pessoa jurídica;
b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata que deverá ser do local do principal estabelecimento da licitante, conforme art. 3º da Lei Federal nº 11.101/2004;

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, que deverá serda sede da pessoa jurídica.

7.6. A Comissão se reserva ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal ou procurador da licitante, com o seguinte conteúdo:

a) Carta-Proposta contendo os dados da empresa (razão social, número do CNPJ, endereço completo, fone/fax/celular, e-mail, banco, número da conta e a respectiva agência), nome completo do responsável pela assinatura do Contrato Administrativo, com indicação do cargo na empresa, CPF e RG, prazo de validade da Proposta, Preço Global Proposto, expresso em algarismo e por extenso, em conformidade com as especificações previstas no Projeto Básico, de acordo com o modelo constante no ANEXO III deste Edital;

a.1) a licitante poderá utilizar modelo próprio, desde que contenha todas as informações pertinentes e constantes da Carta Proposta, de forma que não altere e/ou descaracterize a substância do modelo indicado;

a.2) o CNPJ registrado na Carta-Proposta deverá ser o mesmo da Nota Fiscal emitida por ocasião do pagamento do objeto contratado;

a.3) prazo de validade da Proposta: no mínimo 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão pública.

b) **Planilha Orçamentária** – com indicação dos preços unitários e totais de cada item, em algarismos, e o valor total da Proposta em algarismos e por extenso, em Real (R$), de acordo com as unidades e os quantitativos determinados na Planilha Orçamentária Base contida no Projeto Básico;

8.2. somente serão aceitos preços com até 2 (duas) casas decimais após a vírgula, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.069/1995;

8.3. Os documentos exigidos no subitem 8.1 deverão, necessariamente, ser assinados pelo representante legal da licitante.

8.4. Nos preços unitários propostos deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos, contribuições, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

8.3.1. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

8.3.2. No preenchimento das Planilhas deve ser observado, no mínimo, os valores dos salários fixados nas Convenções, Acordos ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias, e os encargos sociais e tributos de acordo com a legislação vigente.

8.3.3. Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexequível. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a licitante vencedora prestar os serviços sem ônus adicionais.

8.5. A apresentação da Proposta de Preços implica para a licitante a observância dos preceitos legais em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

8.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer item que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, alterações essas que serão avaliadas pela Comissão.

8.7. A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta não será causa de desclassificação.

8.8. Decorridos o prazo de validade da Proposta, sem convocação para a assinatura do Contrato, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos, podendo a Comissão Permanente de Licitações, solicitar a prorrogação do prazo de validade por mais 60 (sessenta) dias consecutivos.

8.7.1. A licitante poderá recusar ou aceitar o pedido de prorrogação, entretanto, no caso de concordância, a Proposta de Preços não poderá ser modificada.

8.9. A CPL poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

8.10. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.11. Não se admitirá Proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços praticados no mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.12. Não serão aceitos Propostas com valor global ou unitário superiores ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis, nos termos deste Edital.

8.13. Não se admitirá Proposta que apresentar alternativas de preços.

8.14. A licitante que não mantiver sua Proposta ficará sujeita às sanções administrativas estabelecidas neste Edital.

9. DO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. **A presente Contratação adotará como regime de execução MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA SINAP,** será realizada pela Comissão Permanente de Licitação – CPL no dia, hora e local estabelecidos no Preâmbulo, ocasião em que o Presidente declarará aberta a sessão pública e iniciará o credenciamento das licitantes de acordo com as normas estabelecidas no **item 5** deste Edital.

9.2. Encerrado o credenciamento, o Presidente da Comissão receberá os envelopes contendo a Documentação de Habilitação e as Propostas de Preços, informando a metodologia a ser desenvolvida e os esclarecimentos sobre o desenvolvimento dos trabalhos.

9.3. Após a abertura do Envelope nº 01, o julgamento da habilitação será processado com observância do seguinte procedimento:

9.3.1. A Documentação de Habilitação será examinada e rubricada pelos membros da Comissão e pelas licitantes presentes.

9.3.2. Concluído o exame da documentação a Comissão declarará as licitantes habilitadas ou inabilitadas, tendo em vista dos critérios estabelecidos neste Edital.

9.3.3. Após a divulgação do resultado as licitantes poderão renunciar ao direito de interpor Recurso Administrativo, o que constará na Ata circunstanciada da Sessão, procedendo-se de imediato à abertura dos Envelopes nº 02 contendo as Proposta de Preços das licitantes habilitadas.

9.3.4. Não havendo renúncia ao direito de recorrer, na forma do **item 9.3.3**, a Comissão

suspenderá a Sessão, lavrando Ata circunstanciada dos trabalhos até então executados. Nessa hipótese, os Envelopes nº 02 – Proposta de Preços, devidamente fechados e rubricados pelas licitantes e membros da Comissão, permanecerão sob a guarda e responsabilidade do Presidente até que se reabra a Sessão.

9.3.5. Às licitantes inabilitadas serão devolvidos os Envelopes nº 02 – Proposta de Preços, devidamente lacrados, desde que não tenha havido Recurso ou após seu julgamento.

9.3.6. Depois de cumpridas as formalidades do Recurso, a Comissão comunicará às licitantes habilitadas, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a data, hora e local de reabertura da sessão para continuidade do certame.

9.3.7. Os Envelopes nº 02 – Proposta de Preços das licitantes inabilitadas não reclamados no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de Adjudicação do objeto desta licitação, serão destruídos pela Comissão, independentemente de notificação ao interessado.

9.4. A Comissão poderá em qualquer fase da habilitação promover diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre os documentos de habilitação apresentados, sem implicar a modificação de seu teor ou a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente nos documentos, consoante permite o art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.5. No julgamento da documentação a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos, mediante justificativa fundamentada, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

9.6. Quando todas as licitantes forem inabilitadas a Comissão poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, conforme interpretação extensiva do art. 48, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.7. As Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.7.2. A declaração do vencedor de que trata o item 9.7.1 acontecerá no momento posterior ao julgamento das Propostas, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.7.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no **item 16.1** deste Edital.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. Ultrapassada a fase de habilitação, em Sessão Pública, serão abertos os **Envelopes nº 2 – Proposta de Preços** das licitantes habilitadas, divulgando-se os preços e condições oferecidas, sendo as Propostas rubricadas pelos membros da Comissão e licitantes presentes.

10.1.1. Após a abertura do **Envelope nº 2** não será admitido pedido de desistência de Proposta de Preços, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente analisado e aceito pela Comissão.

10.1.2. As Propostas de Preços serão analisadas e comparadas com os critérios e especificações preestabelecidas neste Edital, podendo a Comissão convocar as licitantes para esclarecimentos de qualquer natureza, que venham facilitar o seu entendimento na fase do julgamento.

10.2. Na análise da Proposta de Preços considerar-se-á que os preços são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as despesas.

10.3. Para análise da **Planilha Orçamentária** apresentada serão consideradas as alíquotas padrão de impostos, tributos ou contribuições, conforme legislação vigente. Caso a licitante goze de isenção, benefício ou se enquadre em condição que lhe permita recolhimento com alíquota diferenciada deverá informá-la em sua Proposta de Preços, justificando, assim, percentuais diferentes daqueles usuais na composição de custos.

10.4. No julgamento das Propostas de Preços, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância deste documento, mediante justificativa fundamentada, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de classificação.

10.5.1. Os erros aritméticos serão corrigidos automaticamente pela Comissão, bem como as eventuais divergências entre o preço unitário e o total ofertados para os itens que compõem o objeto licitado, prevalecendo sempre o primeiro. Se a licitante não aceitar a correção de tais erros, sua Proposta será rejeitada.

10.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas e depois de obedecido o disposto no artigo 3°, §2°, da Lei Federal nº 8.666/1993, proceder-se-á ao desempate, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, ressalvada a hipótese de empate ficto previsto no item seguinte, em cumprimento ao disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.6. As Propostas de Microempresas – ME e de Empresas de Pequeno Porte – EPP que ofertarem valores igual ou até 10% (dez por cento) superior à menor Proposta apresentada por média ou grande empresa, serão consideradas empatadas com a primeira colocada e deverão ser convocadas no ato da sessão pública, na ordem de classificação, uma na falta da outra, para apresentar Proposta menor que a do certame, se for do seu interesse.

10.7.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas – ME e de Empresasde Pequeno Porte – EPP que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.7.2. O convocado que não apresentar Proposta no ato da sessão pública decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.7.3. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7.4. Aplica-se o disposto neste item somente no caso da Proposta de menor valor não ter sido apresentada por Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.

10.7. A classificação das Propostas de Preços se dará por ordem crescente dos preços.

10.8. Serão desclassificadas as Propostas que:

a) não atenderem aos critérios, especificações e exigências estabelecidas neste Edital;

b) **apresentarem proposta alternativa**;

c) **apresentarem preço global superior ao limite estabelecido na Planilha Orçamentária Base**;

d) **apresentarem preços unitários superiores aos constantes na Planilha Orçamentária Base**;

e) **apresentarem preços unitários ou global manifestamente inexequíveis**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto:

e.1) a Comissão utilizará o critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei Federal nº 8.666/1993 como indicativo de **presunção relativa de inexequibilidade dos preços unitários propostos**, concedendo à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua Proposta, conforme Súmula nº 262/2010-TCU;

e.1.1) para os efeitos do disposto no artigo art. 48, inciso II, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, a Comissão aplicará as fórmulas para verificar a exequibilidade das Propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinqüenta por cento) do valor global orçado pela Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, conforme consta no Projeto Básico - Anexo I deste Edital, ou;
- valor das Cotações de Preços (Anexo I do Projeto Básico), apresentadas pela administração;

e.1.2)) a média aritmética indicada na alínea anterior será calculada somando-se o preço de cada uma das propostas com valor superior a 50% (cinquenta por cento), dividindo-se o resultado obtido pelo respectivo número de Propostas envolvidas nesta operação;

e.1.3) as propostas que forem desclassificadas por outro motivo previsto nas alíneas deste **item 10.8** não entrarão no cálculo da média a que se refere o item acima;

e.2) caso a Proposta indique preço unitário e/ou global ofertado que possa vir a ser considerado inexequível, a Comissão diligenciará determinando que a licitante demonstre a exequibilidade dos preços, admitindo-se:

e.2.1) planilha de custos elaborada pela própria licitante;

e.2.2) contrato, ainda que em execução, com preço semelhante;

e.3) confirmada a inexequibilidade ou o não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo resultará na desclassificação da Proposta;

e.4) a licitante que ofertar preço considerado inexequível pela Comissão, e que não demonstre posteriormente sua exequibilidade, sujeita-se às sanções administrativas pela não manutenção da Proposta, previstas no **item 20.1** deste Edital.

10.9. Quando todas as Propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá conceder o prazo de até 8(oito) dias úteis para a apresentação de novas Propostas, consoante dispõe art. 48, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Dos atos da administração decorrentes da aplicação deste Edital, cabem:

11.1.1. Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

a) Habilitação ou inabilitação de licitante;

b) Julgamento das propostas;

c) Anulação ou revogação da licitação.

11.1.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

11.1.3. Pedido de reconsideração de decisão da Comissão Permanente de Licitações, na hipótese do art. 87, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

11.2. O recurso será dirigido a Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, por intermédio da Comissão Permanentede Licitação – CPL que, após notificação das demais licitantes e cumprido o prazo estabelecido no art. 109, §3°, da Lei Federal nº 8.666/1993, irá se manifestar, submetendo o Recurso à decisão do Prefeito Municipal .

11.3. Os recursos pertinentes ao julgamento da Documentação de Habilitação ou ao julgamento das Propostas de Preços terão efeito suspensivo.

11.4. A intimação dos atos referentes à habilitação ou inabilitação da licitante, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação, será feita mediante publicação na imprensa oficial.

11.4.1. Se presentes todos os procuradores credenciados das licitantes ao final da sessão em que fordivulgado o julgamento da habilitação e o julgamento das propostas, a intimação do ato será feita diretamente aos interessados mediante consignação em Ata.

11.5. O acolhimento do Recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. Depois de decididos todos os eventuais recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o objeto será adjudicado à licitante declarada vencedora.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

13.1. Não havendo manifestação de recurso ou após seu julgamento, a Comissão procederá à adjudicação do objeto à licitante vencedora e encaminhará o Processo ao Prefeito Municipal, para apreciação e decisão, podendo este homologar o resultado e ordenar a sua publicação na imprensa oficial. O Prefeito também poderá proceder à revogação ou à anulação do certame, conforme item seguinte.

13.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

14. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

14.1. O Prefeito Municipal, se reserva ao direito de revogar a licitação por razões deinteresse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e, anulá-la se constatada insanável ilegalidade, em ambos os casos baseado em parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos prazos estabelecidos nos referidos atos.

14.2. A anulação desta licitação induz a do respectivo Contrato Administrativo.

14.3. Não caberá qualquer indenização aos proponentes em caso de revogação ou nulidade deste procedimento licitatório, ressalvada a hipótese prevista no artigo 59 da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.4. Em decisão na qual não se evidencie lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria CPL.

15. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. Após a publicação da homologação do resultado desta licitação, a licitante vencedora será convocada para retirar a Nota de Empenho e assinar o Contrato, observado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de recebimento da Notificação.

14.1.1. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Prefeito Municipal .

15.2. É facultado à Administração, quando a licitante vencedora não comparecer, não apresentar todos os documentos de regularidade exigidos no ato de assinatura do Contrato, recusar-se a retirar a Nota de Empenho da Despesa e a assinar o Contrato, convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, se não preferir proceder nova licitação, consoante determina o art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, independentemente da aplicação das sanções administrativas previstas no **item 20.1** deste Edital.

15.3. No ato da assinatura do Contrato Administrativo, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) todos os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidos no **item 7.1.2 deste Edital**, que tiverem vencido no período entre a data de abertura do Envelope nº 01 e a data da celebração do Contrato;

b) visto do CREA/CAU do Estado do Maranhão, no caso da licitante vencedora ser sediada em outra região, a teor do disposto no art. 58 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e na forma das Resoluções CONFEA nº 413, de 27 de junho de 1997, e nº 1007, de 05 de dezembro de 2003;

15.4. Antes da emissão da Nota de Empenho, enquanto condição para celebrar o Contrato Administrativo, a CPL procederá consulta prévia ao:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, atualmente mantido pelo **Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle** (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIAI, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

15.5. Caso exista registro de restrição em um dos Cadastros acima consultados, a Adjudicatária estará impossibilitada de contratar com a Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, a Secretaria Municipal de Governo e Planejamento (Órgão Gerenciador) convocará a licitante vencedora, durante a validade de sua Proposta, para assinar a Ata de Registro de Preços, observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de

recebimento da Notificação.

a) O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

b) Caso a convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preço não seja emitida dentro do período de validade da proposta, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos. A Administração poderá solicitar prorrogação por mais 60 (sessenta) dias antes de findo o prazo de validade.

16.2. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido no item 15.1 e subitem 15.1.1 do Edital de Licitação caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às sanções previstas no item 20 deste Edital.

a) É facultado a Comissão reabrir o certame com a convocação das licitantes remanescentes.

16.3. Na sessão de reabertura da Concorrência, o presidente da sessão deverá negociar diretamente com a proponente, obedecido a ordem crescente de preços das propostas remanescentes, para queseja obtido preço melhor.

16.4. A Ata de Registro de Preços será firmada entre a Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, representada pela Secretaria Municipal de Governo e Planejamento (Órgão Gerenciador), e os licitantes vencedores, para atendimento de demandas dos Órgãos Participantes.

16.5. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12(doze) meses, contados da data da publicação da sua resenha no Diário Oficial do Município.

16.6. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

17. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após a publicação da resenha da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, os órgãos públicos poderão utilizar o Sistema de Registro de Preços para contratação do Serviços dos produto registrado, observadas as normas editadas pela Secretaria Municipal de Governo e Planejamento (Órgão Gerenciador).

17.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame licitatório ("Carona"), mediante prévia consulta à Prefeitura de SÃO JOÃO DO PARAÍSO para adesão, desde que devidamente comprovada a vantagem e observadas as normas em vigor.

17.3. Os órgãos e entidades que não participaram do Sistema de Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão formalizar o processo administrativo de adesão junto à Secretaria Municipal de Governo e Planejamento.

17.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do Serviços, independente dos quantitativos registrados em Ata de Registro de Preços, desde que este Serviços não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

17.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por

órgão ou entidade, a 100% (**cem por cento**) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos nãoparticipantes que aderirem, em conformidade com o Decreto nº 9.488/2018, que altera o Decreto nº 7.892/13, regulamentador do Sistema de Registro de Preços – SRP, e Decreto Municipal nº 031/2020 – SRP.

17.6. O fornecedor beneficiário se obriga a manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

17.7. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do produto registrado, cabendo à Secretaria Municipal de Governo e Planejamento (Órgão Gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

17.8. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
a) convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

17.9. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, respeitadas a legislação relativa às licitações.

18. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS CONTRATADOS

18.1. O fornecedor terá seu registro cancelado pela Secretaria Municipal de Governo e Planejamento (órgão gerenciador), quando:

a) descumprir as condições previstas no Edital desta concorrência a que se vincula o preço registrado;
b) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
c) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou assinar o Contrato Administrativo ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e) houver razões de interesse público, nos termos do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
f) forem aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n° 8.666/93.

a) O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

b) O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor.

19.2. Serão aceito o registro adicional de preços somente para os demais licitantes habilitados.

19.3. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor.
19.4. Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor.
19.5. O registro a que se refere o item 19.4 tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços.

20. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

20.1. O Contrato Administrativo será celebrado entre o Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO e a licitante adjudicatária, observada as disposições contidas na legislação pertinente.

20.2. Constam na minuta do Contrato Administrativo (ANEXO VIII) as possíveis modalidades para prestação de garantia, prazo de vigência, prazo de execução, as condições e a forma de execução e de recebimento do produto, pagamentos, reajuste, sanções, rescisão e demais obrigações dos contratantes, de acordo com os requisitos fixados no art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993.

a) O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por intermédio de Aditivo, com fulcro no art. 57, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que apresentadas as justificativas técnicas pertinentes à prorrogação do prazo de execução e autorizado formalmente pela autoridade competente.

20.3. O prazo previsto para o Serviços será o determinado na respectiva Ordem de Serviços.

a) O prazo de Serviços poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, observado o disposto no art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

20.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, observado os limites previstos no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

20.5. **É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, para a execução do objeto desta licitação.**

20.6. A Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas nesta licitação, em especial no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ÀS LICITANTES

21.1. Se alguma licitante, injustificadamente, recusar-se a manter sua Proposta de Preços durante o prazo de validade, não comparecer ou recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o Contrato Administrativo, a sessão poderá ser retomada e as licitantes remanescentes chamadas na ordem de classificação, sujeitando-se a proponente desistente as seguintes sanções administrativas:
a) *suspensão de participar* de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, pelo prazo de até 2 (dois) anos, conforme art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993;
b) multa de 2% (dois por cento) do valor da Proposta de Preços.

21.2. As sanções administrativas pertinentes à inexecução parcial ou total do Serviços estão

indicadas em cláusula específica constante na minuta do Contrato, ANEXO VIII deste Edital.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. A despesa decorrente da execução do objeto desta licitação ocorrerá a conta do orçamento geral do Município, sendo que o programa de trabalho e o elemento de despesa específico constarão quando for formalizado o contrato ou outro instrumento hábil, conforme faculta o art. 7º § 2 da Lei 7.892/13 c/c Art. 62 da Lei nº 8.666/93.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. As licitantes que participarem deste certame sujeitam-se a todos os termos, condições, especificações e normas previstas neste Edital e seus anexos e se comprometem a cumprir plenamente, independentemente de qualquer manifestação escrita ou verbal.

23.2. A falta de data e/ou rubrica e/ou assinatura nas declarações expedidas pela própria licitante ou na proposta poderão ser supridas pelo representante legal presente à sessão de abertura dos envelopes com poderes para esse fim.

23.3. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das Propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá adiar a sessão de abertura do certame por razões administrativas e ainda modificar o Edital, hipótese em que deverá proceder a divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da Documentação de Habilitação e/ou a Proposta de Preços.

23.4. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de PORTO FRANCO, Estado do Maranhão com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.5. Integram o presente Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I	**TERMO DE REFERENCIA/PROJETO BÁSICO** - Planilha Orçamentária, Especificações, CÓPIA DO PROJETO BÁSICO ORIGINAL poderão ser solicitados através do E-mail: cplsiparaiso@gmail.com. Esclarecimento adicional no mesmo endereço
Anexo II	**MODELO DE CARTA CREDENCIAL**
Anexo III	**MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL**
Anexo IV	**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO SUPERVENIENTE**
Anexo V	**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO**
Anexo VI	**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR**
Anexo VII	**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
Anexo VIII	**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, 15 de dezembro de 2023

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL
PROJETO BÁSICO – SÍNTESE

A	**OBJETO** Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA.
B	**PRAZOS** O prazo de contratação será de 12 (doze) meses podendo ter sua duração prorrogada poriguais ou sucessivos períodos, tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, até 60 (sessenta) meses, contados a partir do 1º dia útil apósa publicação, desde que haja autorização formal da autoridade competente.

C	**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** **R$ 4.700.000,00 (quatro milhões, setecentos mil reais).** **EMPREITADA:** ( ) Preço Global (X) **MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI** **ADJUDICAÇÃO DO OBJETO:** ( ) Global ( ) Por Lote

D	**LOCAL DE EXECUÇÃO** (A) de acordo com o projeto básico na zona Hurbana e Rural do Município de São João do Paraíso – MA.

E	**UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJETO** Secretaria Municipal de Governo e Planejamento. **UNIDADE FISCALIZADORA** Secretaria Municipal de Governo e Planejamento.

F	**LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMINADO E ADQUIRIDO O PROJETO BÁSICO** Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, localizada na Rua Maranhão, S/N, Centro – São João do Paraíso/MA, Sala da Comissão Permanente de Licitação– CPL.

G	**ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO** Ficará a cargo da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, por equipe composta de engenheiro (s), e/ou arquiteto (s) e técnicos nomeados pela Autoridade Superior, para acompanhar a realização dos serviços.

H	**CONTEÚDO A SER ENTREGUE EM PENDRIVE** 1. Projeto Básico, com conjunto de critérios, condições e procedimentos estabelecidos pelo contratante para a contratação; 3. **Planilha Orçamentária**, planilha de composição do BDI, planilha de composição dos Encargos Sociais.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

- **DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, localizados tanto na zona urbana como na zona rural do município de São João do Paraíso, distribuídos em 4 (quatro) lotes, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos descritos na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

1.2 A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por **MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI.**

1.3 O prazo de contratação será de 12 (doze) meses podendo ter sua duração prorrogada por iguais ou sucessivos períodos, tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, até 60 (sessenta) meses, contados a partir do 1º dia útil após a publicação, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os requisitos:

I - os serviços tenham sido prestados regularmente;

II- a Administração mantenha o interesse na realização dos serviços;

III - o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; IV - a CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação; e

V - a Autoridade competente autorize a celebração do ajuste a ser realizado por meio de Termo Aditivo, antes do fim do contrato.

- **DO ORÇAMENTO DETALHADO DO CUSTO DOS SERVIÇOS**

2.1 O valor estimado para este termo de referência foi estabelecido tecnicamente, com base na análise dos valores globais de licitações anteriores, com o mesmo objeto deste. Além disso, também foi observado que com base na variação dos dois últimos anos de licitação, o valor para estes contratos de demanda tem aumentado, por conta inclusive do crescimento constante da idade das edificações fazendo com que as mesmas necessitem de mais intervenções, bem como o aumento no número de unidades pertencentes à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO.

2.2 Base legal: O objeto deste termo de referência enquadra-se como serviço comum. O critério de julgamento adotado será do tipo menor preço.

VALOR PREVISTO POR LOTES PARA OS SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO PREDIAL	
Secretário Municipal de Obras.....	R$ 1.500.000,00
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento.....	R$ 1.000.000,00
Secretaria Municipal de Educação.....	R$ 2.000.000,00
Secretaria Municipal de Saúde.....	R$ 200.000,00
VALOR PROPOSTO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:.....	**R$ 4.700.000,00**

Com base nos dados acima, bem como levando-se em consideração que a quantidade de imóveis abrangidos pela secretaria municipal de obras supera em muito as outras secretarias, visto que a mesma abrange os logradouros públicos como praças e outros equipamentos comunitários cuja manutenção fica na competência da referida secretaria. Considerando também que em todos os lotes, por conta do uso público continuado, o estado de conservação das unidades sempre apresentam serviços as sererem recuperados e/ou revistos. Da mesma forma que as ocorrências e demandas acontecem de forma distribuída e imprevisível em todos os lotes, o valor proposto, ficou distribuido como demonstrado em quadro acima, perfazendo um valor total de R$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais).

A estimativa de custo dos objetos contratados em anos anteriores foi elaborada com base nos preços praticados pela SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

Foram também utilizados como parâmetros os seguintes itens:

- Tamanho das edificações
- Estado de conservação das edificações
- Idade das edificações
- Serviços executados nos anos anteriores

2.3 O contrato deverá abarcar todos os prédios pertencentes a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, em conformidade com o que cada secretaria municipal tem em sua responsabilidade. Todas as edificações que possam vir a ser ocupados provisória ou permanentemente pela administração pública, através das secretarias municipais: OBRAS, GOVERNO E PLANEJAMENTO, EDUCAÇÃO E SAÚDE. Os imóveis existentes hoje no município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO ocupados e próprios.

2.4 O percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre ospreços de todos os itens que compõe o grupo e insumos da tabela SINAPI.

2.5 Os orçamentos das ordens de serviço deverão utilizar a composição de preço extraídos da tabela SINAPI, tendo a mesma como data base, o mês da demanda dos serviços pelas secretarias da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA para esta Licitação.

- **DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO conta em todo o município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA com diversos prédios de competência de suas secretarias municipais: administração, educaçã, saúde e ação social.

O dinamismo das atividades para funcionamento das diversas repartições públicas, da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA (unidades escolares, unidades de saúde, praças, parques e logradouros públicos e demais edificações) marcado por constantes mudanças decorrentes da criação e extinção de unidades, do crescimento de demandas por atendimento, das variações de quadro de funcionários, juntamente com a necessidade de modernização das instalações eas intercorrências naturais ou acidentais a que estão sujeitos os imóveis do Poder Público Municipal, no município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, demandam desta coordenação, uma permanente disponibilidade e agilidade para atendimento que não podem ser garantidas se, para cada nova demanda, for necessária a abertura de um novo processo de contratação.

Considerando a prioridade de atendimento para as diversas demandas das secretarias municipais em função do grande número de unidades e relevância de seus serviços e, sobretudo, considerando que a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA não dispõe de quadro de pessoal para atender com a indispensável celeridade que os serviços requerem, logo, necessário se faz a efetivação da presente contratação o quanto antes, inclusive por razões de economicidade para a administração pública.

Assim faz-se necessária a contratação de empresa especializada nos serviços deste objeto, mediante processo licitatório, nos termos que definem este Projeto Básico.

Este objeto irá possibilitar a manutenção corretiva, por demanda, dos diversos edifícios tanto na zona urbana como na zona rural do município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, garantindo as condições necessárias de trabalho aos servidores e usuários das edificações;
A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência, englobando também o fornecimento, por parte da empresa contratada, dos equipamentos e materiais necessários para a realização destes serviços é fundamental para conservação da integridade física dos prédios,

evitando a violação e depredação dos mesmos. Com esta contratação será possível arealização de diversos reparos e correções, resguardando o patrimônio público de forma eficiente, evitando maiores degradações.

Em razão da indisponibilidade de mão de obra específica, qualificada e especializada que este tipo de serviço requer no quadro funcional da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, se faz necessária tal contratação para que as inúmeras solicitações de diversos gestores administrativos no tangente reparos e correção civil, elétrica, hidrossanitárias e rede lógica, dentre outras, possam ser resolvidas;

A falta de intervenções de reparo, manutenção preditiva e corretiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso alguns sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelas Unidades/ Repartições Públicas. Além da necessidade de constante manutenção preditiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar e corrigir problemas ou defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados, bem como a estrutura física das referidas edificações.

Vale salientar que esta contratação tem a premissa de garantir a eficiência dos prédios e/ou logradouros públicos tornando a vida dos funcionários e pessoas que os ocupam, mais agradável, seguro e saudável, minimizando futuros transtornos e contratempos;

As ocorrências de correções e recuperações nos prédios dos prédios e/ou logradouros públicos ***podem acontecer sem previsão e/ou aviso prévio***, daí a necessidade de manter contrato vigente com fornecedor apto para reparos nasredes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção aincêndios, nos sistemas de proteção de descargas atmosféricas, bem como na reconstituição das partes civis afetadas ou que precisem ser refeitas ou recondicionadas e revitalizadas, dentre outros.

No tocante a contratação deste objeto, justifica-se uma vez que viabiliza a execução desses serviços que são paulatinamente demandados, e ao mesmo tempo, evita o desencadeamentode uma série de contratações de pequenos serviços.

Vale ressaltar que a contratação para o atendimento dos 04 (quatro) setores da administração pública incluem as edificações e/ou logradouros na zona urbana e rural:

SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PREFEITURA MUNICPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA		
LOTE I	SEC. MUN. DE OBRAS	Diversas edificações de competência da secretaria: toda e qualquer edificação própria ou locada vinculada à secretaria municipal de OBRAS, incluindo praças, parques e logradouros públicos

LOTE II	SEC. MUN. DE GOV E PLANEJAMENTO	Diversas edificações de competência da secretaria: toda e qualquer edificação própria ou locada vinculada à secretaria municipal de GOVERNO E PLANEJAMENTO.
LOTE III	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO	Diversas edificações de competência da secretaria: todas as escolas da zona urbana e rural, quadras, prédios e /ou edificações próprias ou locadas vinculadas a secretaria municipal de EDUCAÇÃO.
	SEC. MUN. DE SAÚDE	Diversas edificações de competência da secretaria: todas as unidades de saúde, hospital, academias de saúde, toda e qualquer edificação própria ou locada vinculada à secretaria municipal de SAÚDE.

- **DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

Considerando as características técnicas e especializadas e valor solicitado de contratação do serviço objeto dessa licitação, bem como a necessidade de contratações frequentes e que pela natureza objeto não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado, justifica-se portanto a realização desta licitação por meio da modalidade CONCORRENCIA, do tipo MENOR PREÇO, apurado com base no critério de julgamento de maior percentual de desconto "K", menor ou igual a 1,00 (um inteiro), aplicado à Tabela SINAPI já que objeto da licitação tem a natureza de serviço especializado de engenharia, por se tratar de serviço técnico especializado e não comum.

Portanto, resta evidenciado que a própria natureza do objeto deste TR já o caracteriza como serviço especializado de engenharia devido à existência de determinada complexidade na sua execução, além de exigir especialização para a sua perfeita execução, excluindo o mesmo do hall de serviços comuns. Ficando definida a modalidade CONCORRENCIA para a licitação do objeto deste TR.

O percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens que compõe tanto o grupo de insumos como o grupo de serviços da tabela SINAPI.

A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário sob demanda.

- **DO ESCOPO DOS SERVIÇOS E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- ESCOPO DOS SERVIÇOS.

Os serviços abrangidos nesta contratação são todos relacionados a intervenções sobre as instalações físicas de todas as Unidades pertencentes ou em uso do Poder Público Municipal da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA (próprias, cedidas ou locadas), situadas tanto na zona urbana como na zona rural, para atendimento de demandas de serviços de engenharia inerentes à reparos e manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de

combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Públicoo Municipal de SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, e compreendem os serviços de INFRA E SUPERESTRUTURAS; ALTERAÇÕES DE LAYOUT; ADEQUAÇÕES PARA ACESSIBILIDADE EM GERAL, DEMOLIÇÕES, RECOMPOSIÇÃO, REPOSIÇÃO OU CONSERTO DE ALVENARIAS E DIVISÓRIAS, RODAPÉS, SOLEIRAS, PEITORIS, VIDROS, PAVIMENTAÇÕES, FORROS, COBERTURAS, ESQUADRIAS, SERVIÇOS DE SERRALHERIA, METAIS, LOUÇAS, PAISAGISMO, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, DE TELECOMUNICAÇÕES E HIDRO-SANITÁRIAS, TRANSPORTES,
dentre outros conforme Normas e Especificações, SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Quaisquer serviços auxiliares ou provisórios, necessários à execução dos itens constantes das planilhas orçamentárias fornecidas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, ou de itens de serviços que venham a ser aditados, mesmo que não mencionados explicitamente, serão considerados conforme o Sistema de Composição de Preço da SINAPI utilizando-se a mesma data base da contratação. Que se refere a data base do mês referente a demanda dos serviços pelas secretarias municipais. E, caso não exista nesta tabela, será adotado outras referências: SBC, SICRO3, SICRO2 , ORSE , SEDOP , SEINFRA , SETOP , IOPES , SIURB , SIURB INFRA , SUDECAP , CPOS , FDE, AGESUL , AGETOP CIVIL , AGETOP RODOVIARIA , CAEMA , EMBASA , CAERN , COMPESA , EMOP , DERPR , SCO, e caso em nenhuma das referências mencionadas aí também não exista, será elaborada uma composição baseada nos índices de produtividade da SINAPI com o preço de insumos praticado no mercado e comprovado através de pesquisa de mercado, incluídos nos preços unitários correspondentes.

Os serviços serão desenvolvidos pela empresa contratada, com a participação de engenheiros/arquitetos com experiências, legalmente habilitados, e com comprovantes que assegurem a sua capacitação na execução dos serviços de características semelhantes, sob a coordenação da fiscalização, composta por técnicos da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA ou outros contratados, a serem designados oportunamente.

Os serviços apresentados nesta contratação serão executados sob demanda, obedecendo a uma programação feita pela PREEFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, e/ou eventuais necessidades. Sendo demandados, através de Ordens de Serviço, emitidas após o respectivo levantamento das demandas. As necessidades dos serviços serão levantadas pela empresa contratada "in loco" e/ou por técnico representante PREEFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. Após o levantamento, este deverá ser planilhado de acordo com os itens disponíveis na Tabela SINAPI (sem desoneração), utilizando-se a mesma data base da contratação. Que se refere à data base do mês em que os serviços forem demandados pelas secretarias municipais. Na ausência de itens na referida tabela e nas tabelas auxiliares citadas nesse documento, deverão ser realizadas, pela empresa Contratada, cotações de mercado visando a definição do seu preço global (mantendo o desconto ofertado com acréscimo de BDI);

Os materiais, equipamentos, aparelhos e ferramentas serão disponibilizados pela Contratada aos profissionais para execução dos serviços.
Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos e de primeira linha. Poderão ser

aceitos materiais classificados como de segunda linha, linha popular ou econômica quando se tratar de reconstituição de partes afetadas, quando seja necessário se utilizar materiais de qualidade similar ao existente.

Os serviços eventuais somente poderão ser realizados mediante prévia e expressa autorizaçãoda fiscalização, através de Ordem de Serviço - OS, sob pena de não pagamento.

Caso a contratada identifique durante a execução de um serviço a necessidade de serviços adicionais, tal fato deverá imediatamente ser informado à fiscalização do ajuste, que analisaráa viabilidade de sua execução caso a caso, devendo à contratada, sempre que possível, efetuar registros fotográficos para posterior comprovação e pagamento.

Em relação a garantia dos serviços executados, a Contratada deverá assumir as responsabilidades previstas nos Artigos 1.101 e 1.245 do Código Civil Brasileiro, no Código do Consumidor, bem como nos demais normativos e legislações brasileiras sobre o tema.

Durante o prazo legal de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar qualquer vício relacionado à má execução dos serviços, sem ônus para a Contratante;

O recebimento dos trabalhos executados não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados.

A Contratada deverá arcar com todos os procedimentos necessários à execução dos trabalhos acordados e, ao final, solicitar o pagamento dos serviços com base no preço proposto;

A retirada de motores, bombas ou qualquer outro equipamento para a realização de reparos somente poderá ser efetuada pela contratada após comunicação ao fiscal do contrato e autorização do responsável pelo setor, os quais deverão ser devolvidos ao local de origem e instalados, sem ônus adicional para o Contratante;

Serão objeto das intervenções previstas neste Termo de Referência os ambientes internos e externos das edificações pertencentes e/ou ocupadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, de acordo com as ordens de serviços emitidas pela CONTRATANTE;

A Contratada deverá fazer a movimentação de móveis e equipamentos, eventuais desmontagens e remontagens de móveis, quando for necessário à desobstrução do local ondeserão realizados os trabalhos além de protegê-los com manta plástica. A Contratada deverá realizar o reposicionamento dos móveis e equipamentos no local, imediatamente após a conclusão dos serviços, seguindo-se a limpeza do local;

- **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA**

- O serviço objeto deste termo de referência é descrito como serviço especializado de engenharia, *sem dedicação exclusiva de mão de obra,* a ser contratado mediante licitação, na modalidade concorrência pública, em sua forma presencial.
- Os serviços a serem contratados não se constituem em quaisquer das atividades,

previstas na legislação, cuja execução indireta é vedada.

- A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- Os serviços não são passíveis de enquadramento na classificação de serviços comuns, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 2º do Decreto nº 5.450/2005, pois seus padrões não podem ser precisamente definidos neste edital, devido a imprevisibilidade da quantidade dos serviços que podem ser demandado e frente à diversidade de serviços que pode ser demandados.
- .Não será admitido que um mesmo profissional indicado como responsável técnico participe de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos.
- Declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, de que os documentos que compõem o projeto básico foram colocados à sua disposição e de que tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados.

- **DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

8.1 A vistoria será facultativa. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência, podendo a licitante, caso desejar, realizar vistoria nas condições abaixo:

- A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 18:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado com antecedência mínima de um dia útil;

- O Atestado de Vistoria será emitido pelo representante da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

- O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até dois dias úteis anteriores à data prevista para abertura do certame;

- Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

- Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação.

- A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

- **DO HORÁRIO DE TRABALHO**
- Os serviços serão realizados em horário normal ao estabelecido na C.L.T (Consolidação

das Leis Trabalhistas) e em casos especiais aos acordados com a fiscalização, obedecendo aos procedimentos estabelecidos pela Direção de Cada Unidade, nestes casos a CONTRATADA deverá prever nos seus custos as despesas com possíveis horas extras e outras decorrentes para serviços que identifique a necessidade de serem realizados fora do horário normal acima estabelecido, prevendo-os no seu plano de trabalho, não podendo ser apresentada cobrança em separado dos referidos custos.

- **DOS PRAZOS**

- O prazo de contratação será de 12 (doze) meses podendo ter sua duração prorrogada por iguais ou sucessivos períodos, tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, até 60 (sessenta) meses, contados a partir do 1º dia útil após a publicação, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os requisitos:

I - os serviços tenham sido prestados regularmente;

II- a Administração mantenha o interesse na realização dos serviços;

III - o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; IV - a

CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação; e

V - a Autoridade competente autorize a celebração do ajuste a ser realizado por meio de Termo Aditivo, antes do fim do contrato.

- Poderão ser emitidas Ordens de Serviço simultâneas em cada contrato, devendo a CONTRATADA executar todas no mesmo período acima estipulado.

- A Coordenação de Obras estabelecerá o prazo para execução das Ordens de Serviço, levando-se em consideração o tamanho, complexidades das intervenções e a disponibilidade da unidade a ser atendida.

- O prazo de execução dos serviços será estabelecido nas respectivas ordens de serviço emitidas.

- Quando o prazo previsto para conclusão de serviços se encerrar em final de semana (sábado e domingo) ou quaisquer feriados, a entrega do serviço deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente
- Em casos emergenciais poderá a contratante, acionar a contratada formalmente para realização de serviços urgentes com prazo de execução de até 24 horas. Sendo que nesses casos o valor do orçamento será apurado com base nas medições feitas durante a execução.

- **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- A vigência do contrato será iniciada a partir da data estabelecida no Termo de Contrato e de acordo com as solicitações da Administração.
- Antes do início da vigência, a Contratada deverá efetuar o registro da ART referente

à "serviços de engenharia inerentes à reparos e manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargasatmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda" constando todas as comarcas do lote contratado, onde serão prestados os serviços, com prazo de execução previsto de 12 meses.

- A vigência da ART deverá coincidir com a vigência do Contrato.

- No decorrer, e/ou ao final da execução dos serviços, a fiscalização irá exigir relatórios fotográficos à Contratada.

- Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada informar a Fiscalização, a qual competirá à verificação dos serviços executados.

- Constatada a regularidade dos serviços executados e materiais fornecidos a Fiscalização comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

- O recebimento dos serviços conforme objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas e por força das disposições legais em vigor.

- Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- A contratação visa a prestação de serviços especializados de serviços de engenharia inerentes à reparos e manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, de refrigeração, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, além de demais instalações físicas como pisos, alvenarias, estruturas, forros, esquadrias, pintura, cobertura/telhado, impermeabilizações, vidros, pavimentação, portões, alambrados, caixas d'águas, guaritas, dentre outras.

- Na execução do objeto deste Termo de Referência, a definição do valor dos serviços a serem executados, dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela do SINAPI, acrescidos do BDI de referência estipulado pela Administração, referente à unidade da federação correspondente, vigente na data da formalização da solicitação dos serviços e/ou materiais, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora.

- Os principais serviços de manutenção a serem realizados são os descritos na Tabela Sinapi (CLASSES E SUBCLASSES da Tabela SINAPI). Entretanto, podem ser demandados outros serviços e materiais além dos listados, desde que se enquadrem no objeto deste Termo de Referência.

- O desconto ofertado aumentará o poder de compra dos serviços necessários, uma vez que o valor estimado neste edital não sofrerá diminuição;

- Deverão ser observados os percentuais do imposto sobre serviços - ISS, vigenteno município;

- Estes percentuais foram retirados do acórdão 2.622/2013 do TCU - plenário.

- Na eventualidade dos serviços ou materiais não estarem no SINAPI, serão utilizados os bancos de dados abaixo hierarquizados (tabelas auxiliares), observando o texto do Cap. II do Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013:

- ORSE;
- SICRO e SICRO NOVO;
- SEINFRA;
- SCO/RJ
- IOPES/ES
- SICRO
- SUDECAP/BH
- AGETOP
- SETOP/MG
- SIURB;
- EMOP;
- Informativo SBC;

- O Art. 6º do Decreto Federal nº 7.983/2013 cita que: "Em caso de inviabilidadeda definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º , 4º e 5º , a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado".

- Todo e qualquer serviço somente será executado, sob a demanda e a determinação da CONTRATANTE, não sendo esta obrigada a adquirir a quantidade estimada total.

- O processo de solicitação de serviço por demanda abrange o seguinte:
- Sempre que acionada pela fiscalização, o fornecedor deverá, caso necessário,

realizar a vistoria e apresentar a planilha orçamentária proposta para o serviço.

- A planilha deverá conter a listagem dos serviços e/ou materiais, bem como ser acompanhada do prazo para a conclusão e cronograma de execução das atividades.

- Havendo necessidade, será agendada nova vistoria para que o fornecedor realize avaliação prévia à execução dos serviços planilhados no local onde será prestado o serviço.

- A fiscalização aprovará a planilha orçamentária proposta e autorizará de modo formal o início do serviço através de emissão de Ordem de Serviço – OS publicada no Diário Oficial do TJBA.

- O prazo para a execução da obra terá sua contagem iniciada no segundo dia útil após a Publicação da Ordem de serviço no DJE.

- Quando o prazo previsto para conclusão de serviços se encerrar em final de semana (sábado e domingo) ou quaisquer feriados, a entrega do serviço deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente.

- Após a realização dos serviços/fornecimento dos materiais, a fiscalização fará a verificação da conformidade dos mesmos. Em caso positivo, fará o ateste dos serviços para liberação do pagamento, devendo a realização ser evidenciada também por meio de registros fotográficos do fiscal constantes na medição e atestado pelo mesmo.

- Em casos emergenciais poderá a contratante, acionar a contratada formalmente para realização de serviços urgentes com prazo de execução de até 24 horas. Sendo que nesses casos o valor do orçamento será apurado com base nas medições feitas durante a execução.

- Consideram-se serviços urgentes àqueles que a não realização imediata implicará em prejuízo ao patrimônio público e/ou a segurança das pessoas e edificações.

- Deverão ser apresentadas as planilhas com as composições analíticas de caso sejam usadas fontes não previstas anteriormente, ou caso sejam modificadas as composições dos bancos de dados previstos;

- Deverão ser indicadas nas planilhas orçamentária as fontes dos dados das precificações onde deverão estar informados, por item, de modo a ser verificado com clareza, qual a origem de cada composição (bases relacionadas, banco de composições ou pesquisa de mercado) de forma a atender ao inciso V do Art. 11 da Lei 9.433/2005;

- A tabela de preços (base de dados, banco de composição) utilizada deverá ser a última publicada na data de publicação do contrato em DJE;

- A CONTRATANTE sempre fará a aprovação do orçamento, corrigindo eventuais erros. No caso de reincidência de erros que possam sugerir aumento de custo, a empresa será notificada e estará sujeita às sanções previstas no Edital.

- É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão-de-obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.

- A contratada deverá atender todas as demandas da CONTRATANTE para a execução dos serviços, que serão solicitadas mediante a emissão da Ordem de Serviço – OS, levando em consideração a natureza e/ou especialidade do serviço ou solicitação do requisitante/fiscal da contratação e deverão ser precedidas, de planilha de orçamento proposta, solicitada previamente à contratada.

- O período para execução dos serviços será, em regra, de segunda à sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de as execuções no período mencionado anteriormente, a critério da Administração, os serviços poderão ser executados nos finais de semana, feriados ou no período noturno.

- Os serviços somente serão realizados mediante emissão prévia da autorização do serviço.

- Somente a fiscalização ou requisitante autorizado por ela está autorizado a alterar o andamento dos serviços.

- Todas as solicitações de alterações devem ser encaminhadas por escrito à CONTRATANTE.

- A contratada deverá manter registro dos serviços executados ou à executar e apresentar à Fiscalização sempre que solicitado e durante as reuniões periódicas com a Contratante.
- As Ordens de Serviço - OS serão emitidas pela Contratante, de acordo com o grau de prioridade ou necessidade do serviço, de acordo com o seu modo de execução ou com sua finalidade.

- **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- A fiscalização deverá analisar a planilha de medição verificando a conformidade dos serviços executados no período;
- Após fechada a planilha e apresentada à Contratada, esta será autorizada a emitir Nota Fiscal/Fatura que será atestada pelo fiscal do Contrato;
- A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento dos serviços por parte do contratante.

- A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento.

- O recebimento também poderá ficar sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

- **DO PAGAMENTO E DA MEDIÇÃO**

- Só serão medidos os serviços efetivamente concluídos.
- O pagamento do valor global CONTRATADO será efetuado em parcelas correspondentes a cada ordem de serviço emitida, ou em parcelas mensais correspondentes às etapas efetivamente concluídas, quando se tratar de ordem de serviço com prazo superior um mês. Em ambos os casos, o pagamento será realizado no prazo de até 08 (oito) dias úteis, contados da data de aprovação da respectiva Nota Fiscal pela fiscalização mediante apresentação de toda a documentação referente à medição.

- Qualquer pagamento, somente será efetuado mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal emitida em nome do contratante, acompanhada da Fatura correspondente em 03 (três) vias. Além disso, a partir da 2ª fatura, deverão também ser apresentadas as guias de recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS cujo vencimento estabelecido em lei tenha ocorrido no mês anterior, juntamente com específica da Contratada.

- Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

- O acompanhamento do cronograma será feito proporcionalmente ao número de dias decorridos na data de encerramento de cada período.

- O período de competência referente às medições será a cada 30 (trinta) dias após a data de inicio dos serviços.
- **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- Fornecer informações e cópias de projetos que se façam necessários para a prestação dos serviços;

- Assinar tempestivamente as ART, formulários, guias e pranchas de desenho relativas aos serviços em tela;

- Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;

- Analisar os trabalhos dentro das condições e prazos previstos neste projeto básico;

- Avaliar a obra entregue pela CONTRATADA, e julgar quanto ao seu acatamento ou não, determinando as impugnações parciais ou total no faturamento dos serviços.

- Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;
- Fiscalizar o contrato.

- **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- Não é permitido subcontratar totalmente, sob nenhum pretexto, os serviços objeto desta contratação. Somente será admitida a subcontratação parcial quanto aos serviços complementares e relacionados a instalações elétricas, de telecomunicações e de climatização, devendo preferencialmente ser subcontratadas, micro ou pequenas empresas, em consonância

à Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 155/16, sem subordinação e pessoalidade com o CONTRATANTE. Na hipótese de ser realizada a subcontratação, a CONTRATADA diligenciará junto a esta no sentido de serem rigorosamente cumpridas as obrigações contratuais, especialmente quanto à fiel e perfeita execução dos serviços subcontratados, ficando diretamente responsável, perante o CONTRATANTE, pelas obrigações assumidas pela subcontratada. Fica ainda a CONTRATADA obrigada a emitir ART dos serviços subcontratados. O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outros, sejam profissionais ou empresas subcontratadas. Atrasos acarretados pelo não cumprimento deste item possuem suas penalidades previstas no item 18.

- Como condição para subcontratação e durante o curso da execução contratual, as empresas subcontratadas deverão comprovar mediante documentação regular, perante a Administração, que estão em situação regular fiscal, previdenciária e a qualificação técnica necessária exigidas neste Termo de Referência. E entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constem funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado do TJBA.

- Em qualquer hipótese da subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

- Caso ocorra a subcontratação, esta deverá ser firmada pela Contratada através de instrumento independente.

- Os pagamentos continuarão sempre sendo efetuados à CONTRATADA e nunca diretamente a subcontratada.

- As regras estabelecidas entre a contratada e a subcontratada não modificarão as obrigações contratuais e legais entre a Contratante e a Contratada, sendo nula qualquer cláusula que porventura disponha de forma contraria, transferindo ou isentando responsabilidade da CONTRATADA.

- A realização da subcontratação não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelo integral cumprimento de todos os termos e condições do contrato, nem tampouco alterará as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

- Indicar o Responsável Técnico, que será o representante da CONTRATADA junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA para tratar de todos os assuntos técnicos pertinentes ao presente contrato, inclusive para participar de reuniões e outros eventos demandados pela no âmbito de suas dependências ou fora dela, e que responderá formalmente em todas as tratativas técnicas entre as partes, bem como nos atos e demais providências de incumbência da CONTRATADA junto a Órgãos Públicos, Conselhos de Classe e Concessionárias.

- A CONTRATADA deve cumprir as formalidades do presente contrato, no que tange

aos processos e rotinas técnicas aqui estabelecidas, comunicando a FISCALIZAÇÃO TÉCNICA fatos pertinentes e do interesse do melhor desenvolvimento dos trabalhos, providenciando a compatibilização dos serviços técnicos que envolvem mais de um Responsável Técnico e praticando todos os atos técnicos necessários à condução e ao fiel cumprimento do presente contrato.

- A CONTRATADA quando solicitada deverá realizar vistorias de imóveis em até 48 horas, apresentando laudo, parecer ou estudo técnico, conforme solicitação da FISCALIZAÇÂO TÉCNICA das pendências e possíveis soluções relativos aos serviços projeto básico.

- O Engenheiro de Segurança do Trabalho ou profissional habilitado ficará responsável pela emissão do item 16.5 do sistema de combate à incêndio que incluem a rede de hidrantes, rede de sprinklers, extintores, detecção e alarmes de incêndio.
- Matricular o contrato no INSS, e entregar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA as guias de recolhimento das contribuições devidas ao INSS, de FGTS mês a mês em cada processo de pagamento de medição, nos termos da legislação específica em vigor, referente à equipe disponibilizada pela contratada para execução do serviço e lotada no referida contrato. Atrasos acarretados pelo não cumprimento deste constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".
- Registrar o contrato no CREA, apresentar o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica" e/ou "Registro de Responsabilidade Técnica" referente à execução do contrato, antes do efetivo início dos serviços. Atrasos acarretados pelo não cumprimento deste item possuem suas Penalidades previstas no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Fornecer e colocar no local dos serviços, placas de divulgação e identificação da mesma, em conformidade com os Órgãos normativos, as quais serão confeccionadas, de acordo o padrão fornecido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. O não cumprimento deste item constituirá mensalmente uma infração de natureza leve conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Observar e cumprir os prazos para execução das Ordens de Serviço, o não cumprimento deste item constitui infração de natureza grave, com multa prevista na tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES"

- Planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas e em seu entorno.

- Obedecer às normas vigentes de higiene, segurança do trabalho e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança no local dos serviços. O não cumprimento deste item, quando relativo a trabalhos que envolvam risco de vida constituirão infrações de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Providenciar, às suas expensas, cópias dos documentos que venham a ser necessários, não só para licitação e assinatura do Contrato, como também para execução dos serviços.
- azer com que os componentes da equipe de mão de obra operacional (operários)

exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados em padrão único (farda), e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas - E.P.I (Equipamentos de Proteção Individual). O não cumprimento deste item quando envolver risco de vida constitui infração de natureza gravíssima e estará sujeito a penalidades conforme a tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES", e quando não envolver risco de vida constituirá infração de natureza grave e estará sujeito a penalidades conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Executar todos os serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos apresentados na OS – Ordem de Serviço obedecendo rigorosamente as Normas Técnicas da ABNT e das concessionárias de serviços públicos, assim como as determinações da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA e a Legislação pertinente. Atrasos acarretados pelo não cumprimento deste item possuem suas penalidades previstas no item "MULTAS E PENALIDADES"

- A CONTRATADA deverá fornecer cronograma físico com o início e término das etapas para a realização da demanda sempre que solicitado pela fiscalização, juntamente com a planilha de serviços.
- Comunicar à Fiscalização em tempo hábil, e proceder às correções necessárias, sempre que ocorrer falhas, erros ou omissões nos projetos, especificações e demais elementos técnicos apresentados na OS – Ordem de Serviço, assumindo integral responsabilidade pela correta execução de todos os serviços. Tais correções somente serão efetuadas com a aprovação da Fiscalização, que por sua vez consultará os autores dos projetos para efeito de autorização.

- Quando por motivo de força maior, houver a necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter o pretendido à Fiscalização, para que a mesma, através de laudos, pareceres e levantamentos de custos, possa se pronunciar pela aprovação ou não do material substituto.

- Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção dos serviço sem qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa.

- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do Contrato, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados ou não, correspondentes às especificações. Promover reuniões quinzenais com a fiscalização para avaliação dos serviços. Quando estas falhas gerarem atrasos, constituirão infração tendo a penalidade prevista no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Manter no local dos serviços, além da equipe técnica retro mencionada, técnico especializado em controle de medidas e padrões, assim como promover as suas expensas e a critério da fiscalização, o controle tecnológico dos materiais a serem empregados nos serviços.

- Manter permanentemente no local dos serviços equipe técnica suficiente, composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada que assuma perante a fiscalização, a responsabilidade técnica dos mesmos até a entrega completa, inclusive com poderes para deliberar sobre qualquer determinação de emergência que se torne necessária. O não

cumprimento desta obrigação no prazo previsto constituirá falta mediana tendo a penalidade prevista na tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Executar as suas expensas as ligações definitivas das instalações as redes públicas quando necessário.

- Manter a obra limpa e retirar diariamente do corpo do imóvel, todo o entulho decorrente da execução das obras. O não cumprimento desta obrigação no prazo previsto constituirá falta mediana tendo a penalidade prevista na tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES"

- A empresa contratada deverá colocar a disposição da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, meios de comunicação com o responsável técnico, todos os dias da semana, para atender todas as necessidades pertinentes ao serviço, devendo o mesmo se fazer presente quando chamado pelo coordenador de obras ou pessoas designadas por ele. O não cumprimento desta obrigação constituirá falta grave e a penalidade prevista na tabela constante no item "MULTASE PENALIDADES".

- Fica a contratada obrigada em apresentar relatório fotográfico do ambiente antes da intervenção e após a conclusão do atendimento.

- Executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos e nos prazos ajustados, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços.

- Dar sempre como conferidos e perfeitos os serviços prestados, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA e sem prejuízo das multas contratuais previstas.

- Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer profissional, quando se verificar o seguinte:

- Atuação ou comportamento julgado inconveniente ou prejudicial ao bom andamento dos serviços;
- Ocorrência sistemática de erros ou falhas na execução dos trabalhos;
- Atos que comprometam a própria segurança ou a de terceiros;
- Não atendimento às determinações do preposto.

- Dar ciência a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.

- Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

- Diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste contrato.

- Pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta e apresentar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, juntamente com a fatura mensal.

- Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

- Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. A omissão da CONTRATADA, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia defesa.

- Indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual entre as partes.

- Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, devidamente identificados com crachás, os quais deverão ser confeccionados pela CONTRATADA. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza média conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato.

- Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes da má execução quando não houver notificação da construtora.

- Comunicar por escrito a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA a existência de impedimento de ordem técnica, econômica, ética ou legal em serviço que lhe tenha sido encaminhado, devolvendo-o imediatamente e fundamentando a

inviabilidade. Atrasos acarretados pelo não cumprimento deste item possuem suas penalidades previstas no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA a pretensão de substituição, inclusão ou exclusão de profissional(ais) na equipe técnica, atendendo ao seguinte:

- A exclusão de profissionais da equipe técnica não poderá ocorrer em prejuízo do mínimo fixado no item "DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA", bem como da capacidade técnica da contratada;
- A substituição de profissional cujo acervo tenha sido utilizado para comprovação da capacidade técnica da licitante só poderá ser feita por profissional que possua acervo equivalente ou superior às características técnicas exigidas, na(s) modalidade(s) técnica(s) em que o profissional a ser substituído tenha sido aceito na fase de qualificação técnica da licitação.

- Fornecer, tempestivamente, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, quando solicitado, cópias das ARTs recolhidas, atas de reunião, diário de obras, relatórios de fiscalização, pareceres, laudos, estudos, vistorias, cronogramas atualizados dos serviços em andamento e relatório dos serviços executados e pendentes.

- Dar imediato conhecimento a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA de autuações ou notificações porventura lavradas pela Contratada, bem como erros e omissões, relativas aos serviços ou obras sob sua responsabilidade técnica ou fiscalização. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES"

- Não manter negócios com empresas Contratadas pela para execução de obras e prestação de serviço de manutenção, durante o prazo do presente contrato. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Não utilizar o nome ou o logotipo da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA em quaisquer atividades de divulgação profissional, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Não se pronunciar em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA a órgãos da imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Não utilizar, nem divulgar ou reproduzir, fora dos serviços contratados, os normativos, documentos e materiais encaminhados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".
- Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de qualificações exigidas na licitação, nos termos do Art. 126, XVI, da Lei 9.433/2005.

- Manter perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico (e-mail), telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos. E sempre na capital ou região metropolitana. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza média conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. (art. 98, inciso V da Lei 9.433/2005). O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".

- Comprovar no prazo máximo de até 10 dias após a assinatura do contrato, através da apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA/CAU, que os demais profissionais que irão compor a equipe da obra, incluindo um Engenheiro de Segurança do trabalho, Engenheiro Eletricista e Engenheiro Mecânico, constam do quadro de responsáveis técnicos da CONTRATADA, sob pena de rescisão contratual.

- Comunicar, por escrito, imediatamente, à Fiscalização do contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

- Solicitar à Fiscalização do contrato esclarecimentos de dúvidas, detalhes, nomenclaturas ou definições porventura não explicitadas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

- São de responsabilidade da contratada:

- Todo e qualquer dano que causar ao imóvel ou a terceiros, ainda que culposos praticados por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA;
- Qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao TJBA o exercício do direito de regresso, eximindo a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

- Quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

- A ausência ou omissão da fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

- Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
- Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- As normas regulamentadoras (NR) do Trabalho, relativas à segurança e saúde do trabalho;
- Os disposições legais vigentes;
- Os regulamentos das empresas concessionárias;
- As prescrições e recomendações dos fabricantes;
- As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.
- Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO do TJBA, para manter o padrão de qualidade previsto para os serviços.
- Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de seus preços unitários.
- Considerar-se-á a CONTRATADA como especializado nos serviços objeto da contratação, o que significa que deverá ter computado nos preços unitários ou no BDI propostos todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais etc., necessários à completa execução dos serviços.
- Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta da CONTRATADA, salvo justificativas aceitas pela FISCALIZAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.
- A CONTRATADA ficará responsável por lavrar as atas das reuniões pertinentes ao objeto do contrato, realizadas entre as partes envolvidas, incluindo órgãos públicos, empreiteiros, fornecedores e demais interessados nos projetos em questão. Cópias dessas atas serão remetidas, em até 2 (dois) dias úteis, à FISCALIZAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA para aprovação. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza leve conforme tabela constante no item "MULTAS E PENALIDADES".
- É vedada a contratação, pela contratada, de servidor do quadro da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, ativo ou inativo há menos de cinco anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau. O não cumprimento deste item constituirá uma infração de natureza gravíssima conforme tabela 01 do Item 18.10, conforme § 3º, do art. 18, da Lei 9.433/2005.
- Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos equipamentos, materiais e insumos nas quantidades e especificações necessárias para a perfeita execução do objeto deste Projeto Básico.
- Caberá também a contratada responder, após o recebimento dos serviços e obras,

por sua qualidade e segurança nos termos do Artigo 618 do Código Civil Brasileiro e demais legislações vigentes, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do Contratante.

- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

- Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações na descrição da solução proposta.

- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

- Assegurar à CONTRATANTE direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser

realizadas, logo após o recebimento de cada serviço, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

- Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

- Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

- Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

- Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

- Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

- Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

- Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

- Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

- Apresentar e manter durante toda a vigência do contrato, um preposto que atenda às solicitações da contratante, com formação adequada. Caberá à fiscalização, durante a execução, solicitar a troca do preposto em caso de dificuldades na execução dos serviços e no atendimento dos pleitos da contratante;

- Caberá ao preposto representar a empresa contratada, respondendo todas as solicitações da contratante, notadamente os temas relativos à execução do objeto contratual, tais como: questões técnicas de execução de serviços, seu detalhamento, cronograma, orçamentos, questões tributárias, substituições de serviços e/ou equipes de trabalho. O contato será sempre feito entre a fiscalização e o preposto, não podendo este, repassar responsabilidade para outros agentes da empresa contratada.

- A Contratada será convocada a participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à prestação dos serviços, com o esclarecimento das obrigações, em que

estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, os fiscais, o gestor do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

- Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1° e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105. O não cumprimento deste item constitui infração de natureza gravíssima, conforme tabela constante no item 18;

- **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA exercerá a fiscalização dos serviços através de Equipe de Fiscalização ou Técnico especialmente designado para este fim, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da Contratada.

- Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso, não previsto no contrato, no Edital, nas Especificações, nos Projetos, quando houver, nas Leis, nas Normas, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com os serviços em questão e seus complementos.

- Independentemente da Equipe de Fiscalização ou técnico designado para Fiscalização dos serviços, poderão ser contratados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO /MA técnicos ou firmas especializadas para apoio da mesma, embora a ela subordinados.

- A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, sendo que sua ocorrência, não deverá implicar corresponsabilidade do Poder Publico ou de seus agentes e prepostos, salvo seja caracterizada a omissão funcional por parte destes.

- Exigir o cumprimento integral dos Projetos, Detalhes, Especificações e Normas Técnicas da ABNT, e outros porventura aplicáveis;

- Rejeitar todo e qualquer material da má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada do local dos serviços;

- Exigir a imediata substituição de técnicos, mestres ou operários que não correspondam tecnicamente ou disciplinarmente às necessidades dos serviços;

- Decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;

- Esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela Contratada;
- Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à Contratada;
- Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- Promover com presença da Contratada, as medições dos serviços executados;
- Transmitir por escrito, instruções sobre as modificações dos serviços que porventura venham a ser feitos, bem como as alterações de prazo e cronograma;
- Relatar oportunamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;
- Dar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO /MA imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a Contratada, ou mesmo à rescisão de Contrato.
- A substituição de qualquer integrante da equipe técnica proposta pela Contratada, durante a execução dos serviços, somente será admitida, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, mediante a comprovação de experiência equivalente ou superior do substituto proposto.
- Os serviços deverão desenvolver-se sempre em regime de estreito entendimento entre a Contratada, sua equipe e a fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Contrato.

CONCLUSÕES FINAIS:

Para a definição da empresa contratada será adotado o seguinte critério:

- O maior percentual de desconto apresentado pelos licitantes, que deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens que compõe tanto o grupo de insumos como o grupo de serviços da tabela SINAPI.
- Valor final dos serviço:

PREÇO FINAL DOS SERVIÇOS =	**(VALOR DO ORÇAMENTO REFERENCIADO – % DE DESCONTO EM CIMA DOS CUSTOS SINAPI) X BDI ADOTADO PELA PREFEITURA**

- O BDI SÓ INCIDIRÁ NO VALOR FINAL PROPOSTO DOS SERVIÇOS APÓS A APLICAÇÃO DO DEVIDO DESCONTO EM CIMA DOS CUSTOS SINAPI
- O BDI estará predefinido conforme quadro abaixo, considerando para tanto um regime com desoneração conforme planilha abaixo:

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

Proponente:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
Empreendimento:	REPAROS E MANUNTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EDIFICAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO /MA
Tipo de Obra:	Construção de Edifícios e Reformas (Quadras, unidades habitacionais, escolas, restaurantes etc.)
Base de Cálculo do ISS da Prefeitura:	100%
Orçamento Desonerado? (Sim ou Não)	SIM

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO - %
	(1° Quartil)	MÉDIA	(3° Quartil)	
Administração Central	3,00	4,00	5,50	3,00
Seguros e Garantias (*)	0,80	0,80	1,00	0,80
Riscos	0,97	1,27	1,27	0,97
Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39	0,59
Lucro	6,16	7,40	8,96	6,16
COFINS	3,00	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
ISS (**)	2,00	3,50	5,00	5,00
CPRB - Alíquota 4,5% Receita Bruta (Desoneração)	4,50	4,50	4,50	4,50
LIMITE BDI C/ DESONERAÇÃO	**26,58**	**28,45**	**31,48**	**28,83**
LIMITE BDI S/ DESONERAÇÃO	**20,34**	**22,12**	**25,00**	

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário
Desoneração: Lei nº13.161/2015

Verificação do BDI: OK

BDI s/ desoneração: 22,48

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa de rateio da

Administração Central;

DF = taxa das despesas

financeiras;

R, S, G = taxa de risco, seguro e

garantia do empreendimento;

I = taxa de tributos (Onerado: I =

COFINS+PIS+ISS / Desonerado:

I = COFINS+PIS+ISS+CPRB);

L = taxa de lucro.

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo do ISS para Construção de Edifícios e Reformas (Quadras, unidades habitacionais, escolas, restaurantes, etc.) é de 100%, com a respectiva alíquota de 5%. Declaramos ainda que adotamos orçamento Com Desoneração e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

São João do Paraíso, ____ de dezembro de 2023

Ricardo Petuba de Moraes
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 119658241 – MA
Pref. Mun. de São João do Paraíso/MA
Portaria nº: 031/2023

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO II

MODELO DE CARTA CREDENCIAL PARA REPRESENTANTE

SÃO JOÃO DO PARAÍSO, __de___de 2023.

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA

REF.: CONCORRÊNCIA Nº ___ / 2023 – CPL

O abaixo assinado, na qualidade de representante legal da Empresa _____, vem, pela presente, informar a V. S.ª., que o Sr. _____, Carteira de Identidade nº_____é pessoa designada pelaEmpresa para representá-la perante essa Comissão, inclusive com poderes para renunciar ao direito de interposição de recursos em qualquer fase da Licitação em epígrafe.

Atenciosamente

(nome e assinatura do representante legal pela proponente, devidamente identificado)

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO III

MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL

À
Comissão Permanente de Licitação
Ref.: CONCORRÊNCIA N° XXX/2023 - CPL

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para Serviços de equipamento novo (draga de sucção e recalque flutuante), para atender as necessidades do Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, objeto do Edital de Concorrência n° XXX/2023- CPL, no valor de..... (.....), com prazo de vigência de 03 (três) meses a partir da data de assinatura do Contrato Administrativo.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. ....., Carteira de Identidade n°. ..... expedida em ...../...../....., Órgão Expedidor .....e CPF n°....., como representante legal desta empresa.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de..... (.....) dias, a contar da data de abertura da licitação.

Cumpriremos rigorosamente toda a legislação aplicável ao Serviços contratado.

Outras informações: Razão Social da Proponente, Endereço, Telefone, CNPJ N°....., Inscrição Estadual e Inscrição Municipal, se houver, Banco ....., Agência nº .e Conta Corrente nº .....

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação em epigrafe e seus anexos.

Cidade/Estado, ... de ..... de 2023.

Local, data e assinatura.
(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação e qualificação).

Folha nº 162
Processo nº 170-2023
Rubrica

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

REF.: CONCORRÊNCIA Nº ___ / 2023 – CPL

O signatário da presente, para fins de participação na Concorrência em referência, em nome da Empresa_____DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do parágrafo 2º doArt. 32 da Lei 8.666/93 que até esta data não há contra si, qualquer fato que a impeça de participar desta licitação.

E, por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Local e data

(nome e assinatura do responsável legal pela proponente) (em papel timbrado da Empresa, devidamente qualificado).
RG.....CIC.....

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO V

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE NEPOTISMO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

End.: Rua Marcos Silva s/nº, bairro Centro, cep 65.973-000 - SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

Prezado Presidente,

A (nome da empresa)_____, CNPJ nº_____, sediada___ (endereço completo), declara, que não contratará durante a vigência da avença decorrente da Concorrência nº XXX/2023 - CPL/PMSJP empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afim, até o 3º grau, de cargo em comissão ou função de confiança.

Local, data e assinatura
Nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação e qualificação

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Ref.: CONCORRÊNCIA N.º___ / 2023 – CPL

....., inscrito no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade n.º.....e do CPF
n.º....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho

de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoitoanos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: **emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz** ☐

.....
.....
data

.....
(representante legal)

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, sediada na **Praça da Matriz, nº 185, bairro da Matriz, CEP. 65973-000, SÃO JOÃO DO PARAÍSO – Maranhão**, inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo Secretária Municipal de Governo e Planejamento, , brasileiro,
inscrito no CPF sob o nº ....., RG nº ....., residente e domiciliado nesta cidade, doravante designada simplesmente ORGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS, CONCORRÊNCIA Nº 002/2023, RESOLVE registrar os preços da empresa ....., CNPJ n.º ...../XXXX-.... com sede na ....., nº ..... -..... – ...../.., neste ato representada pelo Sr. ....., brasileiro, , , portador CPF nº .....-.., portador da Cédula de Identidade RG n.º ..... expedida pela SSP/.., e daqui por diante denominada simplesmente EMPRESA REGISTRADA, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo nº 170/2023, "**ex vi**" do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, tudo com fulcro nas disposições das **DECRETO Nº 9.488/2018, QUE ALTERA O DECRETO Nº 7.892/13, REGULAMENTADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP; DECRETO Nº 9.507/2018;** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006,** Decreto e Municipal nº 031/2020 – SRP, subsidiariamente pela **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**, e mediante as seguintes cláusulas econdições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

RESOLVE:

Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) _____, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, MAIOR DESCONTO DA TABELA SINAP, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **DECRETOS Nº 9.507/2018; DECRETO Nº 9.488/2018, QUE ALTERA O DECRETO Nº 7.892/13, REGULAMENTADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006,** Decreto e Municipal nº 031/2020 – SRP, subsidiariamente pela **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Parágrafo Primeiro - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal,

vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I** do Edital do **CONCORRÊNCIA-SRP Nº 002/2023 –PMSJP/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº XX/2023 – CPL.

Parágrafo Segundo - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro - O gerenciamento deste instrumento caberá à **SECRETARIA MUNICIPAL DEGOVERNO E PLANEJAMENTO/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, do Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO.

Parágrafo Segundo – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE SERVIÇOS

Parágrafo Primeiro – A Contratada fica obrigada a prestar os serviços no endereço contidos na Ordem de Serviços emitida pelo Órgão Contratante

Parágrafo Segundo – O prazo para a contagem do início do Serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviços" ou "Nota de Empenho", de acordo com o Projeto Básico **- Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE SERVIÇOS

A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de Serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preço praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência,

poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

Parágrafo Primeiro - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
Parágrafo Segundo - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do Serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
Parágrafo Terceiro - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS
Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;
Parágrafo Primeiro - Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido à análise das documentações de habilitação;
Parágrafo Segundo - A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;
Parágrafo Terceiro - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;
Parágrafo Quarto - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Parágrafo Primeiro - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

a) O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/1993.
e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ÓRGÃO(S PARTICIPANTE(S) ou pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou por fato surpeveniente, decorrente de cas fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o(s) Fornecedor(es) será(ão) comunicado(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.

Parágrafo Terceiro – No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação seráfeita através de publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.

Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, facultando-se à este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o extrato da presente Ata no Diário Oficial, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - Integra esta Ata, o Edital de **CONCORRÊNCIA-SRP Nº 002/2023 – PMSJP/MA** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

Parágrafo Terceiro - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.

Parágrafo Quarto - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de Junhode 1993, a Lei Complementar 123/2006.

CLÁUSULA TREZE - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca da cidade de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, na presença de duas testemunhas.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO, ___ de de 2023.

Secretário Municipal

Nome
EMPRESA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

ANEXO ÚNICO REF.: **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
Nº -----/2023
CONCORRÊNCIA-SRP N.º 000/2023 - PMSJP/MA

PROCESSO N.º xxxx/2023 – CPLVIGENCIA: 12 MESES

Este documento integra a Ata de Registro de Preços nº ...../2023, celebrada perante a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, tendo como partes o Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO e as Empresas que tiveram seus preços registrados, em face à realização do CONCORRÊNCIA-SRP nº xx/2023 – PMSJP/MA.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA.

QUADRO 1 – DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA.

EMPRESA:	
CNPJ:	Telefone / Fax: .....
Endereço:	E-mail: .....

QUADRO 2 – MATERIAL REGISTRADO

Nº	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	EMPRESA BENEFICIÁRIA	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
VALOR TOTAL REGISTRADO						

SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA, ___ de _ de 2023.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO, ___ de de 2023.

Secretário Municipal

Nome
EMPRESA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

ANEXO VIII
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO E, DE OUTRO LADO,---------- NA FORMA ABAIXO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, ente de Direito Público, sediada na XXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ n.º_____, doravante designada **CONTRATANTE,** neste ato, representada por seu titular_____, CI N.º CPF n.º,
residente e domiciliado nesta Cidade, e de outro lado ....., doravante denominada **CONTRATADA,** sediada.....,CNPJ ....., neste ato
representado(a) pelo Sr(a).....,CPF n.º. ,residente e domiciliado à Rua , têm entre si, ajustado o presente **CONTRATO DE SERVIÇOS**, cuja lavratura foi regularmente autorizada em despacho do Secretário desta Pasta, conforme consta no Processo Administrativo n.º 61/2023, do Edital da Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA N.º 002/2023 – CPL, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei n.º 8.666/93, suas alterações, e às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO - O presente CONTRATO tem por objeto a contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, conforme descrição do produto constante do **ANEXO I**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente Contrato e aos documentos adiante enumerados colacionados ao Processo Administrativo nº 170/2023 e que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição:

a) Projeto Básico e respectivos anexos;

b) Edital da CONCORRÊNCIA Nº 002/2023-CPL;

c) Proposta de Preços da CONTRATADA e demais documentos apresentados no procedimento da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. O presente Contrato rege-se pelas seguintes normas:

a) Constituição Federal de 1988;

b) Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como suas alterações posteriores;

c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016;

d) Edital da CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL/PMSJP;

e) demais normas regulamentares aplicáveis à matéria.

3.2. Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições deste Contrato e as disposições dos documentos que o integram, deverá prevalecer o conteúdo das cláusulas contratuais.

3.3. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUARTA – DO SERVIÇOS

4.1. O serviço deverá ser entregue no Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias após o recebimento da Ordem de Serviços, atendidas as especificações constantes do edital.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR ESTIMADO

5.1. O valor total estimado deste Contrato é de R$ _____(_____), conforme Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

5.2. No valor acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, contribuições, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício vigente:

Despesa decorrente da execução do objeto desta licitação ocorrerá a conta do orçamento geral do Município, sendo que o programa de trabalho e o elemento de despesa específico constarão quando forformalizado o contrato ou outro instrumento hábil, conforme faculta o art. 7º § 2 da Lei 7.892/13 c/c Art. 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

7.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo do objeto contratado, de acordo com o teor do art. 65, § 1º, da Lei Federal n° 8.666/1993.

7.1.1. Os acréscimos deverão observar o percentual de até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

7.1.2. As supressões deverão observar o percentual de até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, podendo exceder este limite desde que celebrado acordo com a CONTRATADA, conforme o caso, nos termos art. 65, § 2º, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência deste Contrato é até o final do exercício financeiro, contado da data de assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato na imprensa oficial.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Não será exigido

CLÁUSULA DECIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA, dentre outras obrigações definidas no Projeto Básico e neste Contrato, conforme o caso e no que couber, obriga-se a:

a) fornecer o produto, conforme especificações estabelecidas no Edital e em sua Proposta de Preços, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado a partir do recebimento da Autorização de Serviços;

b) entregar no Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA;

c) substituir o produto, acaso devolvidos pela Contratante, por estarem em desacordo com as

especificações e/ou com a Proposta de Preços, no prazo de até 15 (quinze) dias, contadas a partir da respectiva Notificação;

d) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia autorização da Contratante;

e) identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos produtos;

f) designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac- símiles, nomes dos responsáveis, para fins de contato;

g) comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;

h) responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;

i) arcar com as despesas de embalagem, frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes do Serviços;

j) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do local onde será entregue o produto;

k) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;

l) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias ao Serviços dos medicamentos, como única e exclusiva empregadora;

m) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;

n) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do Serviços dos medicamentos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

o) manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. O CONTRATANTE, dentre outras obrigações previstas no Projeto Básico e neste Contrato, obriga-se a:

a) emitir cada Autorização de Serviços;

b) acompanhar e fiscalizar o Serviços, através de servidor designado pelo Prefeito Municipal;

c) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega do produto, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato;

d) notificar a Contratada para a substituição de produto reprovado

e) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;

f) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o Serviços dos produtos;

g) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

h) proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Será designado pela Administração o Fiscal do contrato que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas com o Serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

13.1. O CONTRATANTE, por intermédio da Comissão de Recebimento designada pela autoridade competente, efetuará o recebimento dos serviços deste Contrato, observando os seguintes procedimentos:

I. Recebimento Provisório: os serviços será recebido provisoriamente, mediante verificação concomitante quanto à conformidade e qualidade, de acordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na Proposta de Preços da empresa, bem como atendimento das obrigações estipuladas no Contrato;

II. Recebimento Definitivo: os serviços será recebido definitivamente após a verificação pela Comissão de Recebimento e consequente aceitação, mediante "ateste" dos serviços.

13.2. O Recebimento Definitivo será realizado pela Comissão de Recebimento em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório dos serviços.

13.3. Qualquer irregularidade na especificação do serviço obrigará a CONTRATADA a refazer, às suas expensas, por sua conta e riscos, a substituição, observado o prazo a ser estabelecido na respectiva Notificação.

13.4. O Recebimento Definitivo é condição indispensável para o pagamento dos serviços.

13.5. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços, durante o prazo de garantia.

13.6.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PRAZO DE GARANTIA DO SERVIÇO

14.1. A garantia dos SERVIÇOS será de 5 (cinco) anos, a contar de seu recebimento definitivo, conforme previsto no art. 73, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993 c/c art. 618 do Código Civil Brasileiro.

14.1.1. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA responderá pela qualidade e segurança do serviço, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo do serviço, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente às contribuições previdenciárias e as de terceiros;

b) Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

c) Certidões Negativa de Débitos Fiscais e de Inscrição na Dívida Ativa, emitidas pela Fazenda Estadual;

d) Certidões Negativa de Débitos Fiscais e de Inscrição na Dívida Ativa, emitidas pela Fazenda Municipal;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

f) Declaração Formal da CONTRATADA de que está cumprindo integralmente todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste Contrato, de acordo com o disposto no art. 71da Lei Federal nº 8.666/1993;

15.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, observado o prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura efetuado pela Comissão de Recebimento.

15.3. Em caso de equívoco na Nota Fiscal, ausência, validade expirada ou qualquer outra irregularidade identificada nos documentos indicados no **item 15.1**, a Comissão de Recebimento irá notificar a CONTRATADA para apresentação de novo documento. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do documento, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

15.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, diretamente na Conta Corrente indicada pela CONTRATADA.

15.5. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REAJUSTE

17.1. O valor do Serviços proposto pela **CONTRATADA** não será alterado durante a vigência do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste Contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis, salvo, expressamente autorizado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O não Serviços conforme solicitado sujeitará a CONTRATADA à multa correspondente 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor estimado do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Além da multa acima citada a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, nos casos queensejarem sua rescisão determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE;

c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com aAdministração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Públicaenquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções previstas nas alíneas "**a**", "**c**" e "**d**" poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "**b**".

PARÁGRAFO TERCEIRO

A multa prevista não tem caráter compensatório, e seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO

20.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Cláusula anterior.

20.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade do CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

20.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

20.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme o caso, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do presente Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

21.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito deste Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– DA PUBLICAÇÃO

22.1. O resumo deste Contrato, assim como os respectivos aditamentos, serão publicados pelo CONTRATANTE na imprensa oficial, conforme dispõe o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA– DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, da Comarca de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Estado do Maranhão, para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato.

Nada mais havendo a tratar, as partes assinam o presente Contrato, na presença das testemunhas abaixo declinadas, em 03 (três) vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA,

.....

CONTRATANTE

.....

CONTRATADA

Testemunhas:

.....

CI n.º CPF n.º

.....

CI n.º CPF n.º

com fundamentação na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 10.024/2019, no Decreto Federal nº 7.892/2013 e alterações, na Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste Certame, processo cujo objeto é o registro de preços para eventual e futura aquisição de água e gás. Data da Abertura: 18/01/2024 às 10hs00min. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no sistema eletrônico supracitado. Presidente Médici – MA, 18 de dezembro de 2023. Edvane Rubem Teodoro. Secretário Municipal de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1810.01/2023. A Prefeitura Municipal de Presidente Médici/MA, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados que realizará em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET através do site www.licitanet.com.br com fundamentação na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 10.024/2019, no Decreto Federal nº 7.892/2013 e alterações, na Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste Certame, processo cujo objeto é o registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços de capina e roço. Data da Abertura: 19/01/2024 às 09hs00min. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no sistema eletrônico supracitado. Presidente Médici – MA, 18 de dezembro de 2023. Edvane Rubem Teodoro. Secretário Municipal de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1810.02/2023. A Prefeitura Municipal de Presidente Médici/MA, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados que realizará em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET através do site www.licitanet.com.br com fundamentação na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 10.024/2019, no Decreto Federal nº 7.892/2013 e alterações, na Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste Certame, processo cujo objeto é o registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços de dedetização e sanitização. Data da Abertura: 19/01/2024 às 10hs00min. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no sistema eletrônico supracitado. Presidente Médici – MA, 18 de dezembro de 2023. Edvane Rubem Teodoro. Secretário Municipal de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1710.02/2023. A Prefeitura Municipal de Presidente Médici/MA, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados que realizará em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET através do site www.licitapresidentemedicima.com.br com fundamentação na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 10.024/2019, no Decreto Federal nº 7.892/2013 e alterações, na Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste Certame, processo cujo objeto é o registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços de internet. Data da Abertura: 22/01/2024 às 09hs00min. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no sistema eletrônico supracitado. Presidente Médici – MA, 18 de dezembro de 2023. Edvane Rubem Teodoro. Secretário Municipal de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0910.02/2023. A Prefeitura Municipal de Presidente Médici/MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público para conhecimento dos interessados que realizará em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET através do site www.licitanet.com.br com fundamentação na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 10.024/2019, no Decreto Federal nº 7.892/2013 e alterações, na Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste Certame, processo cujo objeto é o registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços funerários. Data da Abertura: 22/01/2024 às 10hs00min. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no sistema eletrônico supracitado. Presidente Médici – MA, 18 de dezembro de 2023. Eliane Pinto de Azevedo. Secretária Municipal de Assistência Social.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2010.01/2023. A Prefeitura Municipal de Presidente Médici/MA, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados que realizará em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET através do site www.portaldepresidentemedici.com.br com fundamentação na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 10.024/2019, na Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste Certame, processo cujo objeto é a Contratação de consultoria e assessoria contábil. Data da Abertura: 23/01/2024 às 09hs00min. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no sistema eletrônico supracitado. Presidente Médici – MA, 18 de dezembro de 2023. Edvane Rubem Teodoro. Secretário Municipal de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1910.01/2023. A Prefeitura Municipal de Presidente Médici/MA, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados que realizará em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET através do site www.licitapresidentemedicima.com.br com fundamentação na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 10.024/2019, no Decreto Federal nº 7.892/2013 e alterações, na Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/19933 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste Certame, processo cujo objeto é o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para realização de eventos. Data da Abertura: 09/01/2024 às 11hs00min. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no sistema eletrônico supracitado. Presidente Médici – MA, 18 de dezembro de 2023. Edvane Rubem Teodoro. Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA CONCORRENCIA Nº. 002/2023
A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, através da CPL, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação em epigrafe na seguinte forma: OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA; MODALIDADE: Empreitada por MAIOR DESCONTO DA TABELA SINAP; **Data de abertura: 26 de janeiro de 2023, as 08:30 horas**, LOCAL: Sala de reunião da CPL, na sede da Prefeitura Municipal, localizada a Rua Marco Silva, s/n, Centro, na cidade de São João do Paraíso/MA. Na forma da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no mesmo endereço de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 as 12:00 horas, onde poderão ser consultados gratuitamente ou retirados na CPL, no mesmo endereço, ou ainda pelo portal da transparência (www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br). E-mail: cplsjparaiso@gmail.com Esclarecimento adicional no mesmo endereço. São João do Paraíso – MA, 15 de dezembro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Presidente da CPL.**

28	Prestação de Serviços de Podagem de grama	Mts	Serviços Próprios	2000	R$57,60	R$115.200,00
Valor Total da Proposta de Preços						**R$827.400,00**

Folha nº 171
Processo nº 170-2023
Rubrica

São Domingos do Maranhão (MA), 20 de dezembro de 2023.

Jorges Fran Costa Ramalho Silva
Presidente da CPL
Órgão Gerenciador do SRP

M. LACERDA MARROCOS (M & M MANUTENÇÃO DE BOMBAS SUMERSAS), - CNPJ nº 32.206.598/0001-66
Sr. Manoel Lacerda Marrocos, RG nº 126411519996 SEJUSP/MA e CPF nº 921.652.573-87
Representante Legal da empresa

Publicado por: MARAN JÚNIOR OLIVEIRA SOARES
Código identificador: adfcb50ed4a3b9a7a8232c86d463bca1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA CONCORRENCIA Nº. 002/2023

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
CONCORRENCIA Nº. 002/2023
A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, através da CPL, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação em epígrafe na seguinte forma: OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA; MODALIDADE: Empreitada por MAIOR DESCONTO DA TABELA SINAP; **Data de abertura: 26 de janeiro de 2023, as 08:30 horas**, LOCAL: Sala de reunião da CPL, na sede da Prefeitura Municipal, localizada a Rua Marco Silva, s/n, Centro, na cidade de São João do Paraíso/MA. Na forma da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no mesmo endereço de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 as 12:00 horas, onde poderão ser consultados gratuitamente ou retirados na CPL, no mesmo endereço, ou ainda pelo portal da transparência (www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br). E-mail: cplsjparaiso@gmail.com Esclarecimento adicional no mesmo endereço. São João do Paraíso - MA, 15 de dezembro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Presidente da CPL.**

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 2671ae3dfff1f405191c0ef5e20ce1a8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

ATA N°010/2023 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS

Ata n°010/2023 da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, de São João do Sóter-Maranhão.
Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte três, às dez horas, no Centro de Convivência do Idoso-CCI, situado na Avenida Esperança s/n-Centro, São João do Sóter-Maranhão, reuniram-se em Assembleia Extraordinária os membros do Conselho Municipal de Assistência Social e os representantes do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS para deliberarem sobre as seguintes pautas: 1-Apresentação dos valores que estão em divergência no Demonstrativo do IGD-PBF 2021, e valores corretos a serem informados; 2-Apreciação e Aprovação dos novos valores, bem como a aprovação da solicitação de Reabertura do Sistema para ser corrigido. Para iniciar a assembleia, a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, Iraci de Oliveira Silva Cardoso, apresentou aos conselheiros presentes a pauta acima citada e em seguida, franqueou a palavra para a representante do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS, Francisca Rosa de Oliveira que agradeceu a presença de todos e logo após, fez a explanação da pauta, destacando os valores que estão em divergência e apresentando os valores corretos constantes em documentos comprobatórios, colocando-o à disposição de todos para apreciação. Informou ainda, que será necessária a solicitação de Reabertura do Demonstrativo de IGD-PBF 2021 para as devidas correções. Após a apreciação dos documentos apresentados, a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social Iraci de Oliveira Silva Cardoso colocou em votação para aprovação dos novos valores e a reabertura do Sistema para ser corrigido, as quais foram aprovadas por unanimidade. Para encerrar esta assembleia, a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social Iraci de Oliveira Silva Cardoso, informou que será feita uma Resolução constando as deliberações desta assembleia. Nada havendo mais a tratar, foi lavrada a presente ATA que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.São João do Sóter-Maranhão, 21 de dezembro de 2023.
Iraci de Oliveira Silva Cardoso
Francisca Rosa de Oliveira
Francisco Henrique Júnior
Edmilson Alves de Sá Coutinho
Antônia de Oliveira Abreu
Valdirene Cavalcante da Silva Bezerra
Antônia Nalda Rocha Oliveira
Francismar Ribeiro do Espírito Santos
Claúdia de França da Cruz
Nara Rejane Leitão Araújo
Lívia Maria Pereira de Sousa
Maria Antônia da Silva Moura

Publicado por: FRANCISCO ONETE DA SILVA CARDOSO
Código identificador: a0659386ac9f3116ff60453d267282b7

EDITAL DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 1/2023, CAISAN

EDITAL DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 1/2023, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023
Prefeitura Municipal de São
Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN

O Município de São João do Sóter – MA, por intermédio da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, no âmbito

Judiciário e município de Porto Franco inauguram 12º Escritório Social do Maranhão

Foi inaugurado o 12º Escritório Social do estado do Maranhão, no município de Porto Franco. A solenidade contou com a presença do desembargador Ronaldo Maciel, coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA); do juiz coordenador do sistema carcerário, Douglas Martins; do juiz da 1ª Vara de Porto Franco, José Francisco de Sousa, a juíza da 2ª Vara do município, Alessandra Limado; do coordenador executivo da UMF, Miguel Moyses; do prefeito de Porto Franco, Deoclides Macedo; entre outros.

O equipamento público faz parte da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 307/2019), desenvolvido por meio de parceria entre o Poder Judiciário, Executivo e a gestão municipal, objetivando garantir políticas de apoio voltadas a pessoas que deixam o sistema prisional após cumprimento de pena e a seus familiares.

Localizado à Rua Joaquim Pereira, nº 220, o Escritório Social de Porto Franco disponibilizará políticas públicas voltadas às pessoas egressas do sistema carcerário, com a realização de cursos profissionalizantes, indicações ao mercado de trabalho, tratamentos de saúde, dentre outros serviços que contribuem com a ressocialização e redução da reincidência criminal.

Com o fomento da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA junto às gestões municipais do Estado, o Maranhão já conta com Escritórios Sociais em funcionamento, além de Itapecuru-Mirim e São Luís (pré-existentes), nos municípios de Açailândia, Coroatá, Balsas, Pinheiro, Bacabal, Codó, Chapadinha, Grajaú e Caxias. Ao todo, 30 Escritórios Sociais já foram fomentados junto aos Municípios, com 20 lançados em evento de junho deste ano.

O desembargador Ronaldo Maciel destacou que o Maranhão é o estado brasileiro com maior número de escritórios sociais, sendo reconhecido recentemente como referência no cumprimento de penas. "O Escritório Social é a mão amiga para aquele que errou, foi condenado, cumpriu a pena e que precisa ser reinserido na sociedade. Se não fizermos isso, a porta aberta será a criminalidade", afirmou.

O juiz Douglas de Melo Martins parabenizou o município de Porto Franco por aderir à política de atenção às pessoas egressas do sistema prisional, ressaltando o papel da sociedade. "É preciso que a sociedade também contribua, acolha e não discrimine, todos queremos viver em uma sociedade de paz, sem violência, com diminuição da criminalidade, mas todos também têm o compromisso, com oportunidades de trabalho e cada um fazendo sua parte conseguiremos uma cidade mais segura para todos", frisou.

Divulgação: Ascom/TJMA



O Escritório Social tem como objetivo acolher pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares

"Porto Franco a partir de hoje conta com um instrumento para acolher os egressos e seus familiares encaminhá-los para programas sociais, capacitações para que possam levar uma vida diferente daquela e principalmente se afastarem das organizações criminosas que, ao contrário do escritório social, pretendem cooptá-los, mas não para que tenham uma vida livre na sociedade, mas sim para que cometam novos crimes e retornem ao ambiente prisional", avaliou o juiz José Francisco de Sousa.

O prefeito Deoclides Macedo agradeceu a importante parceria, reforçando que os escritórios sociais resultam de colaboração entre os Poderes Judiciário e Executivo. "Os municípios precisam estabelecer e concretizar essas políticas públicas que são feitas através de estudos que comprovadamente ajudam na ressocialização daqueles que passam por períodos de privação de liberdade, que precisam sair de forma que possam se reintegrar na sociedade", avaliou o prefeito Deoclides Macedo.

Também participaram da inauguração o inspetor da Polícia Penal, Flávio Soares; o diretor da UPR, Raimundo Santiago; a secretária da SMAS, Margareth Macedo, sua adjunta Elh Milhomem, o promotor de Justiça Eduardo André Lopes, advogados, vereadores e familiares de pessoas encarceradas.

ESCRITÓRIOS SOCIAIS

O fomento à expansão e qualificação dos Escritórios Sociais é uma das frentes de ação do programa Fazendo Justiça e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que atuam em parceria com poderes locais para funcionamento das unidades, ainda com apoio da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).

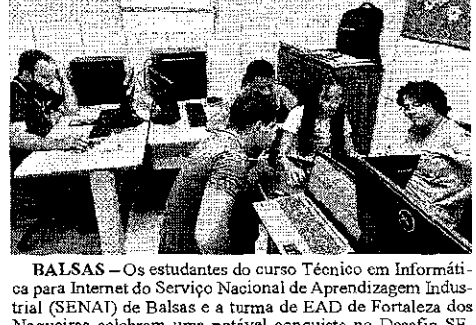
A iniciativa dos Escritórios Sociais faz parte da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, instituída por meio da Resolução CNJ nº 307/2019. O objetivo é dar uma resposta de Estado mais qualificada às cerca de 230 mil pessoas que recebem alvarás de soltura a cada semestre, segundo dados do Executivo Federal do primeiro semestre de 2020.

A política dos Escritórios sociais possui metodologia própria de atenção ao público, como a singularização do atendimento e mobilização de pré-egressos, que estão sendo trabalhadas em diversas capacitações pelo país. *(Agência TJMA de Notícias)*

Alunos de Balsas alcançam destaque no Desafio SENAI de Projetos Integradores

Equipe desenvolveu solução que otimiza o processo de gestão de estoque

Divulgação



BALSAS – Os estudantes do curso Técnico em Informática para Internet do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Balsas e a turma de EAD de Fortaleza dos Nogueiras celebram uma notável conquista no Desafio SENAI de Projetos Integradores ao concluírem um programa inovador de controle destinado a simplificar e otimizar processos de gestão de estoque da Associação Precavi, entidade que atua na região Sul do Maranhão com projetos sociais, beneficiando centenas de crianças e adultos.

O programa desenvolvido pelos estudantes do SENAI visa aprimorar a eficiência dos processos de controle dos insumos utilizados pela Associação, representando um avanço na organização interna da entidade. A aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no curso Técnico em Informática para Internet foi evidente na solução apresentada, consolidando a expertise dos alunos do SENAI Balsas.

Sob a orientação do instrutor Cristian Avozani, os alunos aplicaram os conhecimentos adquiridos em sala de aula para oferecer à instituição uma solução eficaz para gerenciamento de estoque. A consultoria prestada pelo SENAI Balsas possibilitou a implementação direta do projeto, enfatizando a importância da Educação Profissional e dos Serviços Tecnológicos na ampliação e organização do setor industrial do Maranhão.

"Esta conquista não apenas ressalta a excelência educacional do SENAI, mas também destaca o compromisso da instituição em preparar os estudantes para enfrentar desafios reais e contribuir significativamente para o avanço tecnológico e industrial da região", destaca o instrutor de informática do SENAI, Cristian Avozani.

O Desafio SENAI de Projetos Integradores é reconhecido por proporcionar aos estudantes a oportunidade de aplicar suas habilidades e conhecimentos em contextos do mundo real. A equipe de alunos do SENAI Balsas demonstrou excelência ao desenvolver um programa que não apenas atendeu às necessidades da Associação Precavi, mas também introduziu inovações significativas.

Os alunos envolvidos expressaram sua gratidão pela oportunidade de participar do projeto. "Este desafio nos permitiu ir além das salas de aula e aplicar nossos conhecimentos em um contexto real. A colaboração com a associação foi enriquecedora, e estamos felizes em contribuir para melhorar seus processos de controle de estoque", afirmou o estudante e membro da equipe, Pedro Rusvel. *(Coordenadoria de Comunicação e Eventos)*

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA)
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023 – CPL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP OBJETO: Aquisição eventual e futura de combustível na bomba para a Administração Pública Municipal **ABERTURA:** 11 de janeiro de 2024 às 08:00 horas. **ENDEREÇO:** Rua Padre Cícero nº 51 Centro – São Francisco do Brejão – MA. **TIPO LICITAÇÃO:** Maior Desconto Percentual por Item **OBTENÇÃO DO EDITAL:** O Edital e seus anexos poderão ser consultados gratuitamente por meio do site www.saofranciscodobrejao.ma.gov.br ou obtidos mediante solicitação ao Pregoeiro por meio do e-mail prefeiturabrejao2021@gmail.com e, ainda, por meio presencial, mediante o pagamento no valor de R$ 20,00 (vinte reais), a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, estando disponível para atendimento em dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas, na sede da Comissão Permanente de Licitações sito na Rua Padre Cícero nº 51, Centro, São Francisco do Brejão – MA. **LUCAS SILVA ALENCAR - PREGOEIRO**

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA Nº. 002/2023

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, através da CPL, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação em epígrafe na seguinte forma: OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA; MODALIDADE: Empreitada por MAIOR DESCONTO DA TABELA SINAP; **Data de abertura: 26 de janeiro de 2023, as 08:30** horas, LOCAL: Sala de reunião da CPL, na sede da Prefeitura Municipal, localizada a Rua Marco Silva, s/n, Centro, na cidade de São João do Paraíso/MA. Na forma da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no mesmo endereço de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 as 12:00 horas, onde poderão ser consultados gratuitamente ou retirados na CPL, no mesmo endereço, ou ainda pelo portal da transparência (www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br). E-mail: cplsjparaiso@gmail.com Esclarecimento adicional no mesmo endereço. São João do Paraíso – MA, 15 de dezembro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Presidente da CPL.**

PORTO FRANCO
Prefeitura Municipal de Porto Franco
Praça Senador Hilkemann – Nº 80 – Centro
Telefone – CEP: 65.970-000 – CNPJ nº 06.240.946/0001-26
Fone: 99 3571-2231

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 082/2023-SME
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2023-SRP

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO/MA por meio de sua Pregoeira, torna público que a licitação em epígrafe, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, cujo objeto é a Aquisição de Pamonhas e Derivados do Milho para atender as demandas do Programa de Alimentação Escolar das escolas da rede municipal de Porto Franco/MA, anteriormente marcada para o dia 07 de agosto de 2023 às 09h00min, e adiada até ulterior deliberação, fica **REMARCADA** para o dia **12 de janeiro de 2024 às 09h00min.** Informa ainda, que o Edital encontra-se disponível na página web https://transparencia.portofranco.ma.gov.br/ , onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente. Esclarecimentos adicionais na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, localizada na Praça Demétrio Milhomem, nº 10, Centro, Porto Franco/MA, no horário das 08:00h (oito horas) às 12:00h (doze horas), ou pelo e-mail: cpl.portofranco@gmail.com.

Porto Franco/MA, 19 de dezembro de 2023.

JAILMA CIRQUEIRA DE SOUZA
Pregoeira Oficial

COMUNICADO

W SANTOS SOUSA COMERCIO/DIFFERENCIAL PEDRAS - CNPJ Nº 02.555.466/0001-89

Torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMMARH, pedido de Licença ambiental de regularização, para atividades de - Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras, conforme Processo Administrativo nº 4992/2023, localizada a AV SILVINO SANTIS Nº 200 OURO VERDE - Imperatriz - MA.

o progresso
FUNDADO EM 1970
OS DE MAIO DE 1970

REPRESENTANTES
Imperatriz MA e Araguaína TO
São Paulo SP
Rio de Janeiro RJ
Brasília DF

Editado por **OPROGRESSONET** Sistema Integrado de Comunicação Digital Ltda. Rua Amazonas, 55 Centro • Imperatriz • MA • Cep 65.901-520
Registro no INPI sob o nº 923142337

CASAL DO CRIME

Mulher suspeita de praticar vários furtos a residências em Xambioá é presa com o companheiro

Companheiro da investigada era foragido por homicídio praticado em Goiás

Imagem ilustrativa



Casal foi preso no sul do Pará

Uma mulher, de 46 anos, e o seu companheiro, de 49 anos, foram presos em São Geraldo do Araguaia (PA), na última terça-feira (26/12) pela Polícia Civil do Tocantins.

O delegado Márcio Lopes da Silva, titular da 22ª DP, explicou que a mulher vinha sendo investigada em pelo menos três inquéritos por furtos a residências, ocorridos no final deste ano na cidade de Xambioá. Ela foi capturada em cumprimento a mandado de prisão preventiva, expedido pela Vara Criminal de Xambioá.

"Após reunirmos fortes indícios de que a mulher estava de fato envolvida nos crimes contra o patrimônio, por meio das investigações dos policiais civis da 22ª DP, representamos, junto ao Poder Judiciário, pela prisão preventiva da suspeita, a qual foi deferida pelo juízo local, após parecer favorável do Ministério Público do Estado do Tocantins", disse a autoridade policial.

De posse da ordem judicial, os policiais civis do Tocantins e do Pará intensificaram as investigações e conseguiram localizar a mulher em São Geraldo do Araguaia, onde ela foi presa.

Companheiro procurado pela polícia

Na ocasião, a mulher estava acompanhada de seu companheiro de 49 anos, o qual era procurado pelo crime de homicídio qualificado, praticado na cidade de Novo Gama (GO), fato ocorrido no ano de 2021. Dessa forma, o homem também recebeu voz de prisão.

A mulher e o homem foram conduzidos para a Delegacia de Polícia Civil de São Geraldo do Araguaia e, após a realização dos procedimentos legais cabíveis, foram encaminhados para unidades prisionais na cidade de Marabá, onde estão à disposição do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. *(Com Informações da PC-TO/Axixá)*

Doação de órgãos marca o Natal no Hospital Regional de Araguaína; paciente tinha 63 anos

Órgãos foram encaminhados para Porto Alegre, Brasília e Palmas



Divulgação/Saúde

Essa é a terceira captação no mês de dezembro

Um gesto de amor e solidariedade condizente com o dia de Natal ocorreu na segunda-feira (25/12), no Hospital Regional de Araguaína (HRA). Uma família proporcionou a 13ª captação de múltiplos órgãos do Estado do Tocantins, em 2023. Na ocasião foram captados os rins, fígado e córneas que foram encaminhados respectivamente para Porto Alegre, Brasília e Palmas. A doadora foi uma paciente de 63 anos, que evoluiu para morte encefálica.

A enfermeira da Comissão Intra-hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes (CIHDOTT/HRA), Luna Baum, ressaltou que "o papel da equipe é viabilizar todo processo e diagnóstico e principalmente acolher aos familiares e com a confirmação da morte encefálica ofertar aos mesmos a oportunidade de transformar o que seria um ponto final na continuidade da vida, com o aceite da doação de órgão. A doação de órgãos é um ato de nobreza e amor ao próximo, após o sim de uma família toda uma estrutura é mobilizada para atender."

"Tivemos o apoio de um avião da Força Aérea Brasileira, eles transportaram três profissionais que fizeram o procedimento no centro cirúrgico do HRA. Essa logística é primordial para atender os pacientes da fila nacional", destacou.

Segundo a diretora geral do HRA, Cristiane Uchoa, o trabalho da equipe da Comissão de Doação de Órgãos é essencial. "Eles vêm conduzindo esse papel com muito cuidado e responsabilidade, pois sabemos que o transplante é a única esperança de vida ou a oportunidade de um recomeço para as pessoas que aguardam em fila por uma doação de órgãos".

O psicólogo da Comissão, Eduardo de Pinho, relatou o sentimento da família em relação à doação. "Apesar do impacto e tristeza em perder a matriarca da família e dos planos de comemorações de natal e fim de ano interrompidos, os entes queridos da nossa paciente optaram pela doação de órgãos. No tempo conosco os familiares relatam o legado altruísta da doadora, os bons momentos vividos como herança e sobre o prazer da convivência. Neste sentido, mesmo com a perda, o Natal será de homenagens e de contemplação das imagens alegres de quem doou a vida até o fim".

A responsável pela Central de Transplante do Tocantins, Suziane Aguiar Crateús Vilela, explicou que atualmente as captações ocorrem em Palmas e Araguaína e Governos do Tocantins têm trabalhado para iniciar a captação também em Gurupi e Augustinópolis."Com a ampliação da rede de cuidados intensivos nas unidades hospitalares geridas pelo Estado teremos condições de captar órgãos nessas unidades o que ampliará o serviço de captação no nosso Estado e consequentemente a possibilidade de vida para milhares de pacientes que aguardam na fila para um transplante". *(Assessoria Hospital Dom Orione)*

A UNIMED MARANHÃO DO SUL – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, CNPJ: 07.057.185/0002-09, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, a Licença Ambiental de Regularização - LAR, sob processo nº 4960/2023, para a unidade localizada Rua Santa Teresa, nº 23, Centro em Imperatriz – Maranhão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR LA ROCQUE/MA
EXTRATO DE ADESÃO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/PE/069/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2022 – "ADESÃO" Nº 008/2023: com base no Decreto nº 7.892/2013; OBJETO: eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de pré-moldados de concreto (blocos sextavados, meio-fio, tubos, entre outros), de interesse da Secretaria Municipal de Infraestrutura., Considerando o aceite de adesão da Prefeitura Municipal de Açailândia-MA., órgão gerenciador da ata, bem como a autorização da empresa vencedora do certame, e considerando a análise da Comissão de Licitação e do Parecer Jurídico favorável a adesão da Ata de Registro de Preços nº 02/PE/069/2022. Válida e de 12 (doze) meses. Valor Aderido: R$ 2.823.866,00 (Dois Milhões Oitocentos e Vinte e Três Mil Oitocentos e Sessenta e Seis Reais). Detentora dos preços registrados pela empresa: X1 EMPREENDIMENTOS EIRELI - CNPJ Nº: 39.145.885/0001-52, sediada na rua 15 de Novembro Letra A, Centro, Cep: 65.922-000, João Lisboa -MA, representada pela Srº Eliandro Leitão da Silva, CPF: 610.133.303-68. Senador La Rocque (MA), 28 de Dezembro de 2023. BATOLOMEU GOMES ALVES- Prefeito Municipal.

AVISO DE RETIFICAÇÃO
DE LICITAÇÃO PÚBLICA
CONCORRENCIA Nº. 002/2023

A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, através da CPL, torna público para conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO** do aviso da licitação publicado no **O PROGRESSO dia 22/12/2023 Pág. 30**, na seguinte forma **ONDE SE LÊ**: Data de abertura: **26 de janeiro de 2023, as 08:30 horas, LEIA-SE**: Data de abertura: **26 de janeiro de 2024, as 08:30 horas** cplsjparaiso@gmail.com Esclarecimento adicional no mesmo endereço. São João do Paraiso – MA, 28 de dezembro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Presidente da CPL.**

Calendário escolar de 2024 é oficializado com início das aulas no final de janeiro e 15 feriados

Educação terá de cumprir o mínimo de 200 dias letivos



Márcio Vieira

Aulas na rede estadual vão começar em 29 de janeiro de 2024

Nesta terça-feira (26/12), a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), em conjunto, oficializaram o calendário escolar do Tocantins para o ano letivo de 2024. O documento traz a informação de que serão 15 feriados durante todo o ano. O documento foi publicado no Diário Oficial (DOE-TO).

O calendário define que o início das aulas está programado para o dia 29 de janeiro de 2024, delimitando um cronograma que compreende atividades educacionais presenciais e não presenciais ao longo do ano letivo. O objetivo do Calendário Escolar é organizar e adaptar as atividades educacionais.

Conforme o artigo 4º do calendário, as escolas edvem "organizar o registro detalhado das atividades presenciais e não presenciais, para a Rede Estadual, desenvolvidas em cada Unidade Escolar (UE), durante o fechamento da oferta bimestral, o que é fundamental para a reorganização e o cômputo da equivalência de horas cumpridas em relação às 800 horas e 1.000 horas anuais previstas na legislação e normas educacionais, contendo descrição das atividades relacionadas com os objetivos de aprendizagem da BNCC, dos Documentos Curriculares do Estado do Tocantins, considerando a equivalência das atividades propostas em relação ao cumprimento dos objetivos propostos no currículo, para cada ano e cada componente curricular".

O Calendário Escolar de 2024 estabelece 200 dias letivos, flexibilizando-se para atender às peculiaridades locais, contemplando eventos como formação continuada, planejamento pedagógico, conselho de classe pedagógico, férias escolares e recuperação final. Algumas exceções são mencionadas, como Escolas Família Agrícolas (Calendário específico na Página 21) e casos específicos de comunidades indígenas (Calendário específico nas páginas 21 e 22), que têm calendários adaptados às suas realidades. *(Governo do Tocantins)*

Secretário briga em bar, joga carro contra outro veículo, passa 1 dia na prisão e segue no cargo

Paulo Henrique Ferreira ficou apenas um dia preso e deve cumprir medidas cautelares



Reprodução

Momento da prisão do secretário de Axixá

O secretário municipal de Administração da Prefeitura de Axixá do Tocantins, Paulo Henrique Ferreira Gomes, de 37 anos, foi preso após se envolver numa briga em um bar no centro da cidade. Segundo a Polícia Militar, ele é suspeito de ameaçar e jogar o próprio carro contra o veículo de um jovem de 22 anos.

O caso foi registrado na última terça-feira (26/12) e o secretário recebeu liberdade provisória no dia seguinte. De acordo com o relatório da ocorrência, no local da confusão, a vítima contou que Paulo Henrique teria pegado uma garrafa para lhe agredir, mas foi contido por amigos. Em seguida, os dois trocaram socos e o jovem contou que foi perseguido e ameaçado com uma garrafa quebrada.

Depois da briga, o secretário entrou no próprio carro e bateu várias vezes no veículo da vítima. A parte dianteira, portas e farol foram danificados. Ainda de acordo com a PM, um homem de 59 anos tentou conter o secretário e quase foi atropelado.

Momentos depois, o secretário deixou o bar e foi localizado em casa pelos policiais militares. A PM afirmou que deu voz de prisão ao gestor e foi necessário o uso da força após o suspeito desacatar os militares ao dizer que "a polícia de Axixá só tem covardes e o mais covardes é você [...], por que você quer me prender?"

Paulo Henrique foi levado para a 3ª Central de Atendimento da Polícia Civil em Araguatins, onde foi autuado pelos crimes de embriaguez ao volante, injúria, dano, ameaça e desacato. Em seguida ele foi encaminhado à Cadeia Pública da cidade. *(Com informações da PM-TO/Axixá)*

2ª

Folha nº 180
Processo nº 170-2023
Rubrica

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2023-SRP – PORTAL LICITANET.COM.BR

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2023-SRP – PORTAL LICITANET.COM.BR

A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso – MA, com sede na rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 – Centro - São João do Paraiso – MA, por intermédio do Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 109/2021 de 28 de maio de 2021, torna público **RETIFICAÇÃO** do aviso da licitação publicado na FAMEM **dia 28/12/2023**. na seguinte forma; **ONDE SE LÊ: 08:30hs(oito horas e trinta minutos) do dia 11 de janeiro de 2023**, LEIA-SE: **08:30hs(oito horas e trinta minutos) do dia 11 de janeiro de 2024.** São João do Paraiso – MA, em 28 de dezembro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Pregoeiro.**

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 4dc368bf86c050a833179086cfdb1e2a

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA CONCORRENCIA Nº. 002/2023

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA CONCORRENCIA Nº. 002/2023

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, através da CPL, torna público para conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO** do aviso da licitação publicado na FAMEM, **dia 22/12/2023 Pág. 30**. na seguinte forma **ONDE SE LÊ: Data de abertura: 26 de janeiro de 2023, as 08:30 horas. LEIA-SE**: **Data de abertura: 26 de janeiro de 2024, as 08:30 horas** cplsjparaiso@gmail.com Esclarecimento adicional no mesmo endereço. São João do Paraíso – MA, 28 de dezembro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Presidente da CPL.**

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: f7c621bae5286ce14a195d4e7ea4a17e

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2023

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2023

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, através da CPL, torna público para conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO** do aviso da licitação publicado na FAMEM **dia 28/12/2023**. na seguinte forma; **ONDE SE LÊ: Data de abertura: 16 de janeiro de 2023, as 08:30 horas**, **LEIA-SE**: **Data de abertura: 16 de janeiro de 2024, as 08:30 horas** E-mail: cplsjparaiso@gmail.com. Esclarecimento adicional no mesmo endereço. São João do Paraíso – MA, 28 de dezembro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Presidente da CPL.**

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 301d271c809d93f4ff6f859426e4492c

EXTRATO DE CONTRATO: Nº. 001/2024 - DISPENSA DE LOCAÇÃO: 002/2023

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA

EXTRATO DE CONTRATO: Nº. **001/2024** - DISPENSA DE LOCAÇÃO: **002/2023**; CONTRATANTE: SAAE do Município de São João do Paraíso/MA; CONTRATADA: **IOLANDA COUTINHO RODRIGUES,** residente na Avenida Piauí, S/N Centro, São João do Paraíso–MA, RG: 921.215 SSP/TO e CPF. Nº 024.339.513-21; OBJETO: **Locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas do Serviço Autônomo de Agua e Esgoto – SAAE de São João do Paraíso - MA. (Locação de Imóvel para atividades do SAAE)**; FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 - X da Lei Federal Nº. 8.666/93; **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 27/12/2023**; **VIGÊNCIA INICIAL 02/01/2024**, VIGENCIA FINAL: 31 de dezembro de 2024; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.122.0052.2070.000; FONTE DE RECURSOS: Manutenção do SAAE, Natureza da Despesa: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. VALOR TOTAL: **R$ 13.200,00** (treze mil e duzentos reais), a serem pagos em 12 (doze) parcelas iguais, sendo o valor mensal de **R$ 1.100,00 (um mil e cem reais)** p/mês.
São João do Paraíso (MA), 27 de dezembro de 2023.
Luis Carlos Rosa Caldeira
Diretor geral do SAAE.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 491dc03f195d8ac5e0d94b3b2f92b829

RATIFICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

ASSUNTO: Ratificação e celebração de contrato.
Locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE. (Locação de Imóvel para atividades do SAAE).
Ratifico o parecer da Assessora Jurídica e determino a contratação do imóvel pertencente à **IOLANDA COUTINHO RODRIGUES**, portadora do CPF. 024.339.513-21, para a execução dos aludidos serviços.
Encaminha-se a presente ratificação para publicação.
São João do Paraíso - MA, 27 de dezembro de 2023.
LUIS CARLOS ROSA CALDEIRA
CPF: 270.665.253-53
Diretor do SAAE

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d9d12e5b30e4adf480ba2ac8e6865577

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

AVISO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando os autos do processo, RATIFICO os termos e AUTORIZO a contratação por inexigibilidade de licitação nº 005/2023 a empresa: **DANIEL QUEIROGA GOMES - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, para a contratação de escritório de advocacia com o objetivo de propiciar judicialmente e extrajudicialmente os interesses desta Prefeitura Municipal, em face da União Federal, a fim de proceder com a retenção e ao produto da arrecadação do IRRF incidente sobre todos os pagamentos realizados por ele, a pessoas físicas ou jurídicas, impedindo que a Receita Federal do Brasil proceda com a autuação do município relativamente ao período de vigência das Instruções Normativas RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015 e nº 2.005, de

horas, no endereço eletrônico www.comprassantoamaro.com.br. Esclarecimento adicional no mesmo endereço ou através do E-mail: cpl-santoamaro.ma@gmail.com ou na página portal.santoamaro.ma.gov.br. Santo Amaro do Maranhão/MA, 29 de dezembro de 2023. Izabel Curim dos Santos Neta Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Portaria: 04/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA CONCORRENCIA Nº. 002/2023. A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, através da CPL, torna público para conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO** do aviso da licitação publicado no **DOE dia 22/12/2023 Pág. 30**. na seguinte forma **ONDE SE LÊ**: Data de abertura: 26 de janeiro de **2023, as 08:30 horas, LEIA-SE**: Data de abertura: 26 de janeiro de **2024, as 08:30 horas** cplsjparaiso@gmail.com Esclarecimento adicional no mesmo endereço. São João do Paraíso – MA, 28 de dezembro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Presidente da CPL.**

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2023. A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso/MA, através da CPL, torna público para conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO** do aviso da licitação publicado no **DOE dia 28/12/2023**. na seguinte forma: **ONDE SE LÊ: Data de abertura: 16 de janeiro de 2023, as 08:30 horas, LEIA-SE**: **Data de abertura: 16 de janeiro de 2024, as 08:30 horas** E-mail: cplsjparaiso@gmail.com. Esclarecimento adicional no mesmo endereço. São João do Paraíso – MA, 28 de dezembro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Presidente da CPL.**

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2023-SRP – PORTAL LICITANET.COM.BR. A Prefeitura Municipal de São João do Paraiso - MA, com sede na rua Marcos Silva – CEP: 65973-000 – Centro - São João do Paraiso – MA, por intermédio do Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 109/2021 de 28 de maio de 2021, torna público **RETIFICAÇÃO** do aviso da licitação publicado no **DOE dia 28/12/2023**. na seguinte forma: **ONDE SE LÊ: 08:30hs(oito horas e trinta minutos) do dia 11 de janeiro de 2023**, LEIA-SE: **08:30hs(oito horas e trinta minutos) do dia 11 de janeiro de 2024**. São João do Paraíso - MA, em 28 de dezembro de 2023 Ilton Rodrigues de Sousa **Pregoeiro.**

COMUNICAÇÕES

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO - CAEMA
CNPJ Nº 06.274.757/0001-50

A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão, CNPJ Nº 06.274.757/0001-50, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM, de São Luís, em 21/12/2023 a Isenção de Licença Ambiental nº22/2023 para atividade de hidrometração, localizada na Rua Silva Jardim, nº 307, CEP: 65020-560, Centro, São Luís/MA, conforme processo SEMMAM Nº1535/2023. André Luis Silva Oliveira Coordenador de Licenciamento Ambiental e Outorga de Recursos Hídricos.

AGRO PROGRESO AGRÍCOLA LTDA
CNPJ Nº 46.899.604/0001-12

Agro Progreso Agricola Ltda, CNPJ 46.899.604/0001-12, requereu da SEMA/MA, em 27/12/2023 a Outorga para captar água através de um poço tubular na Fazenda Borges, Timon, 05°11'39"S e 43°09'24"W, finalidade Outros, processo nº 485742/2023. Bacia Hidrográfica do rio Parnaíba.

A A DA SILVA JUNIOR COMÉRCIO LTDA
CNPJ Nº 08.923.291/0001-00

A A DA SILVA JUNIOR COMÉRCIO LTDA, CNPJ Nº 08.923.291/0001-00 torna público que REQUEREU junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMMARH, a licença ambiental de regularização para a atividade de Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos, conforme o processo nº 4903/2023, localizado na Rua Joao Lisboa, nº 43, quadra 483, entroncamento, CEP 65.903-120, município de Imperatriz – Ma.

AUTO POSTO ESPERANÇA LTDA
CNPJ Nº 46.553.581/0001-90

Torna público que REQUEREU, em dezembro de 2023, junto à Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, a Outorga de Direito de Uso – ODU, E-processo Nº 516432/2023, para atividade de Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores, localizada na Rua do Comércio, Bairro Chega Tudo, Centro Novo do Maranhão – MA. CEP: 65.299-000.

C D DE MELO PINHEIRO LTDA
CNPJ Nº 18.124.275/0001 - 00

C D DE MELO PINHEIRO LTDA CNPJ: 18.124.275/0001-00, torna público que **RECEBEU** junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMAM, a Licença Prévia-LP de nº 49/2023 com validade até 28/06/2024 para a Construção do condomínio residencial multifamiliar, a ser localizado na Rua São Geraldo, nº 07, Lote A, Quadra 10, Olho d' Água, São Luís-MA, conforme Processo SEMMAM nº 1537/2023.

B P C ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA PREDMIX
CNPJ Nº 13.324.748/0001-91

B P C ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (PREDMIX) CNPJ Nº 13.324.748/0001-91 Torna público que **RECEBEU** junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAM, a Renovação de Licença de Operação-RLO de nº 90/2023 com validade até 28/12/2025 para a atividade de Fabricação de artefatos de cimento para uso da construção civil, localizado na Rua três, s/nº, Quadra B, Mod-01, Distrito Industrial, São Luís-MA, conforme processo SEMMAM nº 1276/2023.

CARLOS SÉRGIO ROCHA
CPF Nº 055.781.709 - 94

CARLOS SÉRGIO ROCHA, portador dos **CPF: 055.781.709-94**, tornou público que requereu LUA com ASV na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-MA) localizada na Fazenda São João dos Poleiros, com finalidade para atividade de plantio de grãos em geral e pecuária, no município São João do Sóter /MA, estado do Maranhão, conforme dados constantes no processo nº 105763/2023.

CAXUXA EMPREENDIMENTOS LTDA

Caxuxa Empreendimentos Ltda, torna público que requereu da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, Renovação da Licença de Operação para a atividade comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, processo nº. 389001/2024, localizado no município de Alto Alegre do Maranhão – Ma.

CÉSAR LUÍS WEBBER
CPF Nº 335.977.150 - 87

César Luís Webber, CPF Nº **335.977.150-87**, torna público que RECEBEU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA/MA, a Licença Única Ambiental – LUA e Autorização de Supressão Vegetal – ASV, para a atividade Agrossilvipastoril, conforme processo SEMA nº 94699/2023, localizado na Fazenda Veado Branco, Zona Rural, município de Milagres do Maranhão/MA.

DOMINIOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Folha nº 181-A
Processo nº 170-2023
Rubrica

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA.

REF.: TOMADA DE PREÇOS N° 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

A empresa DOMINIOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 21.398.119/0001-34, vem com o devido respeito à esta CPL, com fundamento na Lei n° 8.666/93, **IMPUGNAR** o Edital de convocação da Concorrência n° 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL, pela exigência contida no item 7.1.3 letra c **"Apresentação de inscrição e certidão negativa do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, emitida pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente)"**.

JUSTIFICATIVA

Em nenhum outro certame com características e objetos semelhantes, realizado pela Prefeitura Municipal de São João do Paraiso-MA., tal exigência fez parte do editais, o que facilmente se conclui que tal exigência, fora da curva, alem de incoerente caracteriza também uma forma de retaliação e restrição às empresas interessadas em participar normalmente do certame e que já se vêem antecipadamente inabilitadas por não terem condições de atender a exigência contida no item 7.1.3 letra c do edital.

A própria natureza do objeto licitado nada tem a ver com atividade poluidora, perigosa ou que causa qualquer risco ao meio ambiente, pois trata-se de manutenção predial corretiva e preventiva e recuperação, envolvendo instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e combate e prevenção a incêndios e SPDA, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de materiais e serviços sob demanda em todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, porem toda essa demanda citada são ações isoladas e superficial em prédios públicos que em nada agride o meio ambiente, pois não se trata nem mesmo de reformas estruturais.

O que mais soa estranho em relação a tal exigência, voltamos a repetir, é que em nenhum outro certame de objeto e natureza semelhante, tal exigência foi contida nos editais. Aí, fica muito claro, a restrição à participação da grande maioria das empresas interessadas e isso macula o certame, pois trata-se de um princípio de direcionamento, prática inaceitável em qualquer processo licitatório.

DOMINIOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Folha nº 181-B
Processo nº 170-2023
Rubrica

Por outro lado, todos sabemos que as licenças ambientais de qualquer natureza, envolvendo órgãos federais, não se consegue da noite para o dia o que torna uma tarefa impossível, qualquer empresa conseguir uma licença dessas entre a publicação do edital e a realização do certame. Aí, tal exigência vai beneficiar, talvez, a uma única empresa que de forma antecipada se habilitou ao certame.

DO PEDIDO

Diante do exposto, firmamos a impugnação ao Edital da Concorrência n° 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL, solicitando desta CPL a supressão do sub item letra c do item 7.1.3 do edital ou a publicação de um novo edital sem a exigência ora impugnada.

BARRA DO CORDA-MA., 23 DE JANEIRO DE 2023

DOMINIOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

JOÃO PAULO DOS REIS NETO

SÓCIO ADM.

Folha nº 181-C
Processo nº 170-2023
Rubrica

AVISO DE INDEFERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO

BOM DIA SENHOR
JOÃO ALFREDO NASCIMENTO
Em resposta ao seu pedido de impugnação

VENHO INFORMAR QUE O PRESIDENTE DA CPL INDEFERE O SEU PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO POR UM MOTIVO O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO DESDE A DATA DO DECRETO DE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ATUAL DE LICITAÇÕES, NUNCA TINHA PUBLICADO UMA CONCORRÊNCIA PÚBLICA, SOMENTE A PARTIR DO ANO DE 2023 FOI PUBLICADO A PRIMEIRA.

NO QUAL NO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023 FOI SOLICITADA A MESMA DECLARAÇÃO QUE ESTÁ SOLICITANDO NA SEGUNDA CONCORRÊNCIA PORTANTO NÃO ESTÁ SENDO DE NENHUMA FORMA UM DIRECIONAMENTO E SIM DEVIDO SEREM UMA OUTRA MODALIDADE ESTÁ SENDO SOLICITADA EM TODAS AS CONCORRÊNCIAS PÚBLICA DO MUNICÍPIO, E A DEMAIS, OS LICITANTES TEVE SIM UM PRAZO BEM AMPLO PRA SE PREPARAR PARA O CERTAME POIS A LICITAÇÃO EM QUESTÃO FOI PUBLICADA COM UM PRAZO MÍNIMO DE **40 DIAS** PARA ABERTURA DA CESSÃO.

ATT: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

São João do Paraíso-MA 23 de janeiro 2024

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

ISSN 2763-860X

SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, 23 de janeiro de 2024

ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da CPL
Decreto 019/2021

Vania Marinho Abreu
Membro da CPL

Raimundo josé Santana de Brito
Membro da CPL

Folha nº 181-D
Processo nº 170-2023
Rubrica

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: e80cd5e5ca5b9bf3cb21d39a9d15c4e3

AVISO DE INDEFERIMENTO

AVISO DE INDEFERIMENTO
BOM DIA SENHOR
JOÃO ALFREDO NASCIMENTO
Em resposta ao seu pedido de impugnação

VENHO INFORMAR QUE O PRESIDENTE DA CPL INDEFERE O SEU PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO POR UM MOTIVO O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO DESDE A DATA DO DECRETO DE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ATUAL DE LICITAÇÕES, NUNCA TINHA PUBLICADO UMA CONCORRÊNCIA PÚBLICA, SOMENTE A PARTIR DO ANO DE 2023 FOI PUBLICADO A PRIMEIRA.
NO QUAL NO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023 FOI SOLICITADA A MESMA DECLARAÇÃO QUE ESTÁ SOLICITANDO NA SEGUNDA CONCORRÊNCIA PORTANTO NÃO ESTÁ SENDO DE NENHUMA FORMA UM DIRECIONAMENTO E SIM DEVIDO SEREM UMA OUTRA MODALIDADE ESTÁ SENDO SOLICITADA EM TODAS AS CONCORRÊNCIAS PÚBLICA DO MUNICÍPIO, E A DEMAIS, OS LICITANTES TEVE SIM UM PRAZO BEM AMPLO PRA SE PREPARAR PARA O CERTAME POIS A LICITAÇÃO EM QUESTÃO FOI PUBLICADA COM UM PRAZO MÍNIMO DE **40 DIAS** PARA ABERTURA DA CESSÃO.
ATT: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

São João do Paraíso-MA 23 de janeiro 2024

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 98ab8e405fbfda8c9b520fa7dd767c09

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2024, ASSINADO EM 15/01/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2024, assinado em 15/01/2024. Objeto: Contrato para aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as necessidades da Secretaria de Governo e Planejamento do Município de São João do Paraíso – MA.. Processo Administrativo nº 099/2023. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 024/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: COMERCIAL S A EIRELI, CNPJ nº 18.422.703/0001-73. Valor Global: R$ 13.819,85 (treze mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos). Vigência Inicial: 15 de Janeiro de 2024. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2024. Valdemar Alves de Sousa. São João do Paraíso - MA, 15 de Janeiro de 2024.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 0dc008a0eb5b3eb96d4aa5d3a0d3393d

EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2024, ASSINADO EM 15/01/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2024, assinado em 15/01/2024. Objeto: Contrato para aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de São João do Paraíso – MA.. Processo Administrativo nº 099/2023. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 024/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: COMERCIAL S A EIRELI, CNPJ nº 18.422.703/0001-73. Valor Global: R$ 112.754,89 (cento e doze mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e nove centavos). Vigência Inicial: 15 de Janeiro de 2024. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2024. Justo Coelho de Sá Filho. São João do Paraíso - MA, 15 de Janeiro de 2024.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 14359793b8dbae7763242947ff0f4f58

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2024, ASSINADO EM 15/01/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2024, assinado em 15/01/2024. Objeto: Contrato para aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de São João do Paraíso – MA.. Processo Administrativo nº 099/2023. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 024/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 31.049.486/0001-86, CONTRATADO: COMERCIAL S A EIRELI, CNPJ nº 18.422.703/0001-73. Valor Global: R$ 13.198,87 (treze mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos). Vigência Inicial: 15 de Janeiro de 2024. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2024. Maria Zenaide Cordeiro de Freitas Vilela. São João do Paraíso - MA, 15 de Janeiro de 2024.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 5a7f4f898cfa02cc69c9b01b25fc1ff7

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2024, ASSINADO EM 15/01/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2024, assinado em 15/01/2024. Objeto: Contrato para aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as necessidades da da Secretaria de Assistência

Folha nº 181-E
Processo nº 170-2023
Rubrica

W.A EMPREENDIMENTOS
CNPJ 15.133.172/0001-00
ALDER DE ARAUJO SOARES LTDA

A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO -MA

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

A EMPRESA ALDER DE ARAUJO SOARES LTDA, inscrita no CNPJ no-15.133.172/0001-00, sediada na Rua -03 , No -16, Q-04, Residencial Araguaia, cidade de Paço do Lumiar, vem atraves do seu representante legal o sro Alder de Araújo Soares, respeitosamente a vossas senhorias apresentar pedido de impugnação ao edital da Licitação CONCORRÊNCIA 02/2023, promovida por esta Comissão de Licitação na data de 26 de Janeiro de 2024

A presente impugnação refere-se especificamente à exigência contida na exigência da **Certidão negativa do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, emitida pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente . do ITEM 7.1.3, ALINEA C, DO EDITAL.**

Considerando que o objeto da licitação trata-se da reforma de prédios públicos, questiono a necessidade da apresentação dessa certidão, uma vez que a atividade não envolve potencial poluidor ou utilização significativa de recursos ambientais.Essa exigência contraria os princípios da **isonomia**, pois impõe obrigações desnecessárias e onerosas aos licitantes, restringindo a participação de empresas qualificadas e gerando um ônus desnecessário ao processo licitatório.

Dessa forma, solicito a revisão imediata do edital, com a retirada da exigência da certidão do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais do IBAMA para a presente licitação, a fim de assegurar a igualdade de condições entre os participantes.

Afim de que não haja nescessidade de recorrer há outros orgãos competente e com a certeza de que nossa fundamentação é legal desde já aradeço a atenção e aguardo resposta oficial a respeito desta impugnação no prazo estabelecido pelo edital.

Paço do lumiar /MA. 24 de Janeiro de 2024

gov.br Documento assinado digitalmente
ALDER DE ARAUJO SOARES
Data: 24/01/2024 15:50:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Sócio proprietário

Alder de Araujo Soares- CPF: 602.245.033-08

ALDER DE A. SOARES EIRELI
CNPJ ;15.133.172/0001-00

Rua 03, nº 16, Quadra 04, Residencial Araguaia, Paço do Lumiar/MA,
CEP 65.130-000 MUNICÍPIO PAÇO DO LUMIAR/MA
alderaraujo123@gmail.com / TELEFONE (98) 98907-3276

Folha nº 181-F
Processo nº 170-2023
Rubrica

AVISO DE INDEFERIMENTO

A empresa W.A EMPREENDIMENTOS, inscrita no CNPJ 15.133.172/0001-00
Em resposta ao seu pedido de impugnação.

VENHO INFORMAR QUE O PRESIDENTE DA CPL INDEFERE O SEU PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO POR UM MOTIVO O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO DESDE A DATA DO DECRETO DE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ATUAL DE LICITAÇÕES, NUNCA TINHA PUBLICADO UMA CONCORRÊNCIA PÚBLICA, SOMENTE A PARTIR DO ANO DE 2023 FOI PUBLICADO A PRIMEIRA.
NO QUAL NO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023 FOI SOLICITADA A MESMA DECLARAÇÃO QUE ESTÁ SOLICITANDO NA SEGUNDA CONCORRÊNCIA PORTANTO NÃO ESTÁ SENDO DE NENHUMA FORMA UM DIRECIONAMENTO E SIM DEVIDO SEREM UMA OUTRA MODALIDADE ESTÁ SENDO SOLICITADA EM TODAS AS CONCORRÊNCIAS PÚBLICA DO MUNICÍPIO, E A DEMAIS, OS LICITANTES TEVE SIM UM PRAZO BEM AMPLO PRA SE PREPARAR PARA O CERTAME POIS A LICITAÇÃO EM QUESTÃO FOI PUBLICADA COM UM PRAZO MÍNIMO DE **40 DIAS** PARA ABERTURA DA CESSÃO.

ATT: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

São João do Paraíso-MA 24 de janeiro 2024

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

35.271.465/0001-61.
OBJETO: Contratação de empresa para confecção de abadás para evento o Carnaval 2024 do Município de São Domingos do Azeitão/MA.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 001/2024
BASE LEGAL: art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.
VALOR DO CONTRATO: R$ 54.945,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos e quarenta e cinco reais).
VIGÊNCIA CONTRATUAL: 60 (sessenta) dias.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes para a obtenção do objeto deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

02.09.04.122.06.2.038 Manut. Func. Ativ. Sec. Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
3390.32.00 Mat. Distrib. Gratuita
Ficha 269

02.06.04.122.08.2.022 Manut.Func.Sec.de Assistência Social
3390.32.00 Mat. Distrib. Gratuita
Ficha 156

DATA DA ASSINATURA: 23 de janeiro de 2024.
ASSINAM: LOURIVAL LEANDRO DOS SANTOS JUNIOR **(CONTRATANTE)** E KAROLINNE COSTA SILVA FERREIRA **(CONTRATADA).**

Hugo Ribeiro Cardoso
Presidente da CPL

Publicado por: HUGO RIBEIRO CARDOSO
Código identificador: a9ea83fb60d4e57e2ccbd3d4d376fcde

PORTARIA Nº 017/2024 - GAB - DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 017/2024 - GAB - DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

Dispõe sobre a designação de gestor fiscal do contrato 003-2024.

O **Prefeito Municipal** no uso das atribuições conferidas por meio do Decreto Municipal nº 001-2024, e tendo em vista o que determina a Lei nº 14.133/2021 e, considerando a necessidade de Controle, Acompanhamento e Fiscalização nos Contratos Administrativos,

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR o servidor **EFISSON GOMES PEREIRA**, CPF nº 609.391.373-21, lotado na (o) GABINETE DO PREFEITO DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO, como GESTOR do Contrato nº 003/2024.

Art. 2º - DESIGNAR a servidora **ÂNGELA SOUSA REIS**, CPF nº 610.483.443-47, lotada na (o) SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO, como FISCAL do Contrato nº 003/2024.

Art. 3º - Os servidores designados representarão as Secretarias requisitantes da contratação perante a contratada e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle, conforme a Lei 14.133/2021, os Decretos Municipais que regem a matérias e a legislação em vigor.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO.
Estado do Maranhão, 23 de janeiro de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Lourival Leandro dos Santos Junior
Prefeito Municipal

Folha nº 181-G
Processo nº 170-2023

Publicado por: HUGO RIBEIRO CARDOSO
Código identificador: 5efec6b670a1a721a7f790fff01d961e

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

AVISO DE INDEFERIMENTO

A empresa W.A EMPREENDIMENTOS, inscrita no CNPJ 15.133.172/0001-00
Em resposta ao seu pedido de impugnação

VENHO INFORMAR QUE O PRESIDENTE DA CPL INDEFERE O SEU PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO POR UM MOTIVO O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO DESDE A DATA DO DECRETO DE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ATUAL DE LICITAÇÕES, NUNCA TINHA PUBLICADO UMA CONCORRÊNCIA PÚBLICA, SOMENTE A PARTIR DO ANO DE 2023 FOI PUBLICADO A PRIMEIRA.
NO QUAL NO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023 FOI SOLICITADA A MESMA DECLARAÇÃO QUE ESTÁ SOLICITANDO NA SEGUNDA CONCORRÊNCIA PORTANTO NÃO ESTÁ SENDO DE NENHUMA FORMA UM DIRECIONAMENTO E SIM DEVIDO SEREM UMA OUTRA MODALIDADE ESTÁ SENDO SOLICITADA EM TODAS AS CONCORRÊNCIAS PÚBLICA DO MUNICÍPIO, E A DEMAIS, OS LICITANTES TEVE SIM UM PRAZO BEM AMPLO PRA SE PREPARAR PARA O CERTAME POIS A LICITAÇÃO EM QUESTÃO FOI PUBLICADA COM UM PRAZO MÍNIMO DE **40 DIAS** PARA ABERTURA DA CESSÃO.
ATT: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

São João do Paraíso-MA 24 de janeiro 2024

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 67cb04fd8e50c115ab9097073ef8c61e

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2024, ASSINADO EM 15/01/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2024, assinado em 15/01/2024. Objeto: Contrato para aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as necessidades da Secretaria de Governo e Planejamento do Município de São João do Paraíso – MA.. Processo Administrativo nº 099/2023. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 024/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: COMERCIAL GOA EIRELI, CNPJ nº 33.614.584/0001-44. Valor Global: R$ 15.218,84 (quinze mil, duzentos e dezoito reais e oitenta e quatro centavos). Vigência Inicial: 15 de Janeiro de 2024. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2024. Valdemar Alves de Sousa, São João do Paraíso - MA, 15 de Janeiro de 2024.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: c6968bcdb99948f046650572b25c8cd9

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2024, ASSINADO EM 15/01/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2024, assinado em 15/01/2024. Objeto: Contrato para aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de São João do Paraíso – MA.. Processo Administrativo nº

Folha nº 182
Processo nº 170-2023
Rubrica

CREDENCIAL

Folha nº 183
Processo nº 170-2023
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC

CRC Nº: 14112023

CNPJ/CPF Nº: 05.703.869/0001-16

RAZÃO SOCIAL/NOME: ALVORADA CONSTRUIR LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA:
41.20-4-00 - Construção de edifícios
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
49.24-8-00 - Transporte escolar
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
ENDEREÇO DA EMPRESA: RUA CEARA Nº 65 BAIRRO: VILA MARIANA - RIBAMAR FIQUENE - MA.
TELEFONE – (99) 8132-2202

VALIDADE: 180 (Cento e Oitenta) dias a partir da data de emissão.
DATA DE EMISSÃO: SÃO JOÃO DO PARAISO 14/11/2023.

Folha nº
Processo nº 184-2023
Rubrica 170-2023

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

Certifico de que a empresa acima identificada está devidamente cadastrada nesta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 34 da Lei nº 8.666/93 e do Decreto Municipal nº 030/2020.

Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Ilton Rodrigues de Sousa
PRESIDENTE DA CPL

SÉTIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA – ALVORADA CONSTRUIR LTDA

Folha nº 185
Processo nº 170-2023
Rubrica

CNPJ Nº. 05.703.869/0001-16
NIRE Nº. 21200544885

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual e consolidação ao contrato social de sociedade limitada, os abaixo assinados:

REINALDO GOMES DA SILVA, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Natural de Montes Altos – MA, nascido em 28/04/1975, portador do CPF nº. 505.086.953-68 e Cédula de Identidade nº. 15535762000-6 – GEJUSPC – MA, residente e domiciliado a Rua Ceará, nº. 65, Bairro Vila Mariana, CEP 65938-000, Ribamar Fiquene – MA. e **AURIA NUBIA SILVA DO NASCIMENTO**, brasileira, empresária, casada sob regime de comunhão parcial de bens, Natural de Imperatriz - MA, nascida em 14/11/1974, portadora do CPF nº. 436.231.153-04 e Cédula de Identidade nº. 030464622006-1 – SSP – MA, residente e domiciliado a Rua Ceará, nº. 65, Bairro Vila Mariana, CEP 65938-000, Ribamar Fiquene – MA. **ALVORADA CONSTRUIR LTDA**, com o nome de fantasia: **CONSTRUTORA ALVORADA**, com sede na **Rua Ceará, nº. 65, Bairro Vila Mariana, CEP 65938-000, Ribamar Fiquene – MA**. Devidamente inscrita no CNPJ nº. **05.703.869/0001-16**, devidamente registrada na JUCEMA – Junta Comercial do Estado do Maranhão sob nº. **21200544885** por despacho em 20/06/2003, deliberam de pleno e comum acordo, e na melhor forma de direito, ajustarem a presente alteração e consolidar o Contrato Social, conforme cláusulas e condições seguintes.

1ª. – A sociedade tem de como objetivo: Comércio varejista de artigos de papelaria; Coleta de resíduos não-perigosos; Construção de edifícios; Construção de rodovias e ferrovias; Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de instalações esportivas e recreativas; Obras de terraplenagem; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Arroz, Óleo vegetal, farinha. etc.); Comércio varejista de materiais de construção em geral; Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Comércio varejista de móveis; Transporte escolar; Locação de automóveis sem condutor; Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; Tendo de acordo com CNAE fiscal a atividade principal e secundária os seguintes códigos:

Folha nº 186
Processo nº 170-2023
Rubrica

Principal:
4761-0/03 – Comércio varejista de artigos de papelaria;

Secundária:
3811-4/00 – Coleta de resíduos não-perigosos;
4120-4/00 – Construção de edifícios;
4211-1/01 – Construção de rodovias e ferrovias;
4213-8/00 – Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
4221-9/02 – Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica;
4222-7/01 – Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
4299-5/01 – Construção de instalações esportivas e recreativas;
4313-4/00 – Obras de terraplenagem;
4712-1/00 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns;
4729-6/99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Arroz, Óleo vegetal, farinha. etc.);
4744-0/99 – Comércio varejista de materiais de construção em geral;
4751-2/01 – Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;
4753-9/00 – Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo;
4754-7/01 – Comércio varejista de móveis;
4924-8/00 – Transporte escolar;
7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;

2ª. – Neste ato fica alterada seu objetivo para as atividades: Construção de edifícios; Coleta de resíduos não-perigosos; Construção de rodovias e ferrovias; Construção de obras de arte especiais; Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de instalações esportivas e recreativas; Obras de terraplenagem; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Arroz, Óleo vegetal, farinha. etc.); Comércio varejista de materiais de construção em geral; Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Comércio varejista de móveis; Comércio varejista de artigos

de papelaria; Transporte escolar; Locação de automóveis sem condutor; Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes Tendo como atividade principal e secundária de acordo com CNAE os seguintes códigos:

Principal:
4120-4/00 – Construção de edifícios;

Secundaria:
3811-4/00 – Coleta de resíduos não-perigosos;
4211-1/01 – Construção de rodovias e ferrovias;
4212-0/00 – Construção de obras de arte especiais;
4213-8/00 – Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
4221-9/02 – Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica;
4222-7/01 – Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
4299-5/01 – Construção de instalações esportivas e recreativas;
4313-4/00 – Obras de terraplenagem;
4712-1/00 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns;
4729-6/99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Arroz, Óleo vegetal, farinha. etc.);
4744-0/99 – Comércio varejista de materiais de construção em geral;
4751-2/01 – Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;
4753-9/00 – Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo;
4754-7/01 – Comércio varejista de móveis;
4761-0/03 – Comércio varejista de artigos de papelaria;
4924-8/00 – Transporte escolar;
7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;

3ª – Neste ato retira-se da sociedade a sócia Sra. AURIA NUBIA SILVA DO NASCIMENTO, que cede transfere ao sócio remanescente Sr. REINALDO GOMES DA SILVA, respectivamente 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real), cada uma, que corresponde a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

4ª - A sócia cedente declara haver recebido neste ato a quantia equivalente ao total de suas quotas na sociedade, dando-lhe plena, geral e irrevogável quitação das quotas, sendo capital social integralizado em moeda nacional, ficando assim, o capital social distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R$
REINALDO GOMES DA SILVA	100,00	400.000	400.000,00
TOTAIS	100,00	400.000	400.000,00

5ª – O capital social que é R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dividido em 400.000 (quatrocentas mil), quotas de capital no valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma, totalmente subscrito e integralizado, passará a partir da presente data para R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (Um milhão) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma, cujo aumento de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), será integralizado neste ato em moeda corrente nacional, pelos sócios na proporção da participação de cada um dos sócios ficando assim subscrito:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R$
REINALDO GOMES DA SILVA	100,00	1.000.000	1.000.000,00
TOTAIS	100,00	1.000.000	1.000.000,00

6ª. – O sócio declara sob penas da lei, que se desenquadra da condição de MICROEMPRESA – ME, nos termos da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006. e passando à condição de Empresa porte EPP, excluída do regime da mencionada lei, Inciso I e II do artigo 3º, exclusão relacionada no § 4º.

7ª. – A administração da sociedade e a representação ativa e passiva serão exercidas pelo a sócia Sr. REINALDO GOMES DA SILVA, já qualificado anteriormente. conforme artigos 997, VI, 1.013, 1015 e 1.064 da Lei 10.406/2002.

8ª. – O administrador terá os mais amplos poderes na gestão dos negócios socais, podendo, individualmente ou isoladamente pratica todos os atos, transações e operações necessárias à realização dos objetivos sociais, tais como abertura e encerramento de contas bancarias, emissão de cheques, emissão e endosso de duplicatas, aceites de notas promissórias, onerar ou alienar o patrimônio social, assinaturas de contrato de empréstimos, investimentos e financiamentos bancários e todos e quaisquer atos necessários para concessão dos objetivos sociais. conforme artigos 997, VI, 1.013, 1015 e 1.064 da Lei 10.406/2002.

9ª. – O administrador poderá nomear procuradores em nome da sociedade, cujos mandatos deverão especificar os respectivos poderes e em se tratando de procuradores "ad negotia" deverá especificar os respectivos poderes e prazos e validade.

10ª. – O administrador declara sob as penas de lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente ou acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (Art. 1.011, § 1º do C/C 2002).

11ª. – Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato social não alteradas por este instrumento.

Á Vista da modificação ora ajustada, e para total adequação a Lei 10.406/02, consolida-se o presente contrato social, de acordo com seguinte redação:

1ª. – A sociedade é EMPRESÁRIA do tipo SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, fazendo parte como integrante o sócio devidamente nomeado e qualificado.

2ª. – A sociedade gira sob o nome empresarial: **ALVORADA CONSTRUIR LTDA**, tendo como nome fantasia: **CONTRUTORA ALVORADA**. Com sede e domicílio na **Rua Ceará, nº. 65, Bairro Vila Mariana, CEP 65938-000, Ribamar Fiquene – MA**

3ª. – O objetivo da sociedade é de: Construção de edifícios; Coleta de resíduos não-perigosos; Construção de rodovias e ferrovias; Construção de obras de arte especiais; Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de instalações esportivas e recreativas; Obras de terraplenagem; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Arroz, Óleo vegetal, farinha. etc.); Comércio varejista de materiais de construção em geral; Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Comércio varejista de móveis; Comércio varejista de artigos de papelaria; Transporte escolar; Locação de automóveis sem condutor; Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto

andaimes Tendo como atividade principal e secundária de acordo com CNAE os seguintes códigos:

Folha nº 190
Processo nº 170-2023
Rubrica

Principal:
4120-4/00 – Construção de edifícios;

Secundaria:
3811-4/00 – Coleta de resíduos não-perigosos;
4211-1/01 – Construção de rodovias e ferrovias;
4212-0/00 – Construção de obras de arte especiais;
4213-8/00 – Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
4221-9/02 – Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica;
4222-7/01 – Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
4299-5/01 – Construção de instalações esportivas e recreativas;
4313-4/00 – Obras de terraplenagem;
4712-1/00 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns;
4729-6/99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Arroz, Óleo vegetal, farinha. etc.);
4744-0/99 – Comércio varejista de materiais de construção em geral;
4751-2/01 – Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;
4753-9/00 – Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo;
4754-7/01 – Comércio varejista de móveis;
4761-0/03 – Comércio varejista de artigos de papelaria;
4924-8/00 – Transporte escolar;
7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;

4ª. – O Capital social é de R$ 1.000.000,00 (um milhão reais), dividido em 1.000.000 (Um milhão) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do país. Distribuídos da seguinte forma:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R$
REINALDO GOMES DA SILVA	100,00	1.000.000	1.000.000,00
TOTAIS	100,00	1.000.000	1.000.000,00

5ª. – A sociedade iniciou suas atividades em 20/05/2003 e seu prazo de duração é indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do sócio conforme artigo 997, II da Lei 10.406/2002.

6ª – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas, sem a consentimento do sócio, aquém fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito de preferência para aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (Art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).

7ª – A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos responde solidariamente pela integralização do capital social (Art. 1.052, CC/2002).

8ª. – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial, depósitos, escritórios, ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por seu sócio.

9ª. – A administração da **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** caberá ao sócio Sr. **REINALDO GOMES DA SILVA**, que recebe poderes e atribuições de representar a empresa ativa, passiva, judicial, e extrajudicialmente, na gestão dos negócios, podendo, individualmente ou isoladamente pratica todos os atos, transações e operações necessárias à realização dos objetivos sociais, tais como: abertura e encerramento de contas bancarias, emissão de cheques, emissão e endosso de duplicatas, aceites de notas promissórias, onerar ou alienar o patrimônio social, assinaturas de contrato de empréstimos, investimentos e financiamentos bancários e todos e quaisquer atos necessários para concessão dos objetivos sociais. Artigos 997, VI, art. 1.060, art., 1.061, 1.062, art. 1.063 e 1.064 todos do CC/2002).

10ª. – O sócio **REINALDO GOMES DA SILVA**, poderá designar o administrador não sócio da sociedade em contrato social ou em ato separado, indicando suas atribuições e poderes, dentre eles o de usar o nome empresarial e o prazo de gestão, se determinado (artigo 1.061 da Lei 10.406/200.

11ª. – O sócio **REINALDO GOMES DA SILVA**, poderá de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

12ª. – Fica estabelecido que a sociedade não terá Conselho Fiscal.

13ª. – O exercício social inicia-se a 01 de janeiro e encerra-se a 31 de dezembro de cada ano, levantando-se nesta data; Inventário, balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício, sendo o lucro ou prejuízo apurado em cada exercício transferido para a conta de

lucros ou prejuízo do exercício, cuja destinação será dada por deliberação do sócio. (art. 1.065, CC/2002), (art. 1.078 CC/2002).

14ª. – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o sócio deliberará sobre as contas e designará o sócio, quando for o caso (Artigos 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

15ª. – Falecendo ou interditado o sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e incapaz. Não sendo possível ou existindo interesses destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço geral especifico para esse fim. (Artigos 1.028 e 1.031, CC/2002).

16ª. – O sócio **REINALDO GOMES DA SILVA**, declara sob as penas da lei, que de não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

17ª. – Os sócios elegem o foro de Ribamar Fiquene, Estado Maranhão, para dirimir eventuais dúvidas inerentes ao presente contrato. Com expressão renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. (Art. 53, III, "e" do Dec. 1.800/96).

E, por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento, lavrado em 01 (uma) via de igual teor e forma, processando-se em seguida os devidos registros.

Ribamar Fiquene – MA. 01 de janeiro de 2023.

REINALDO GOMES DA SILVA

AURIA NUBIA SILVA DO NASCIMENTO

Folha nº 193
Processo nº 170-2023
Rubrica

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ALVORADA CONSTRUIR LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
43623115304	AURIA NUBIA SILVA DO NASCIMENTO
50508695368	REINALDO GOMES DA SILVA

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/01/2023 11:34 SOB Nº 20230038557.
PROTOCOLO: 230038557 DE 30/01/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12301356569. CNPJ DA SEDE: 05703869000116.
NIRE: 21200544885. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/01/2023.
ALVORADA CONSTRUIR LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

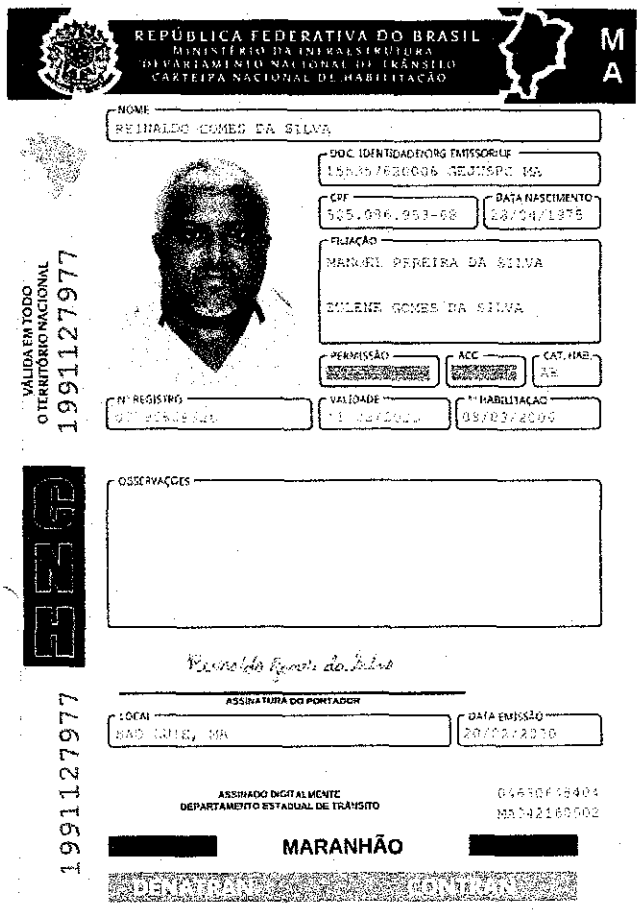
A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

Folha nº 194
Processo nº 170-2023
Rubrica

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Folha nº 195
Processo nº 170-2023
Rubrica

EMPRESA FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

EMPRESA FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: ALVORADA CONSTRUIR LTDA **NIRE :** 21200544885 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada	**Protocolo:** MAC2403192200

NIRE (Sede)	**CNPJ**	**Data de Ato Constitutivo**	**Início de Atividade**
21200544885	05.703.869/0001-16	20/06/2003	20/05/2003

Endereço Completo
Rua CEARÁ, Nº 65, VILA MARIANA - Ribamar Fiquene/MA - CEP 65938-000

Objeto Social
CONSTRUCAO DE EDIFICIOS COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS CONSTRUCAO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS OBRAS DE TERRAPLENAGEM COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (ARROZ, OLEO VEGETAL, FARINHA. ETC.) COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA TRANSPORTE ESCOLAR LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS SEM OPERADOR ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES

Capital Social	**Porte**	**Prazo de Duração**
R$ 1.000.000,00 (um milhão reais) **Capital Integralizado** R$ 1.000.000,00 (um milhão reais)	EPP (Empresa de Pequeno Porte)	Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	**CPF/CNPJ**	**Participação no capital**	**Espécie de sócio**	**Administrador**	**Término do mandato**
REINALDO GOMES DA SILVA	505.086.953-68	R$ 1.000.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	**CPF**	**Término do mandato**
REINALDO GOMES DA SILVA	505.086.953-68	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data	**Número**	**Ato/eventos**	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS
04/04/2023	20230448070	223 / 223 - BALANCO	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 24/01/2024, às 09:28:20 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **IPLJQSEN**.

MAC2403192200

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

Folha nº 196
Processo nº 170-2023
Rubrica

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que ALVORADA CONSTRUIR LTDA **encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:**

Protocolo: MAC2403192230

NIRE 21200544885
CNPJ 05.703.869/0001-16

Situação
ATIVA
Status
SEM STATUS

Endereço Completo Rua CEARÁ, Nº 65, xxxxx, VILA MARIANA - Ribamar Fiquene/MA - CEP 65938-000

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
223	20230448070	04/04/2023	BALANCO
002	20230038557	31/01/2023	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20230038557	31/01/2023	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
223	20220396930	31/03/2022	BALANCO
223	20210333189	05/03/2021	BALANCO
223	20200255053	02/04/2020	BALANCO
223	20190764260	07/06/2019	BALANCO
223	20180397745	25/05/2018	BALANCO
223	20170569365	04/07/2017	BALANCO
223	20160229065	08/03/2016	BALANCO
002	20160061504	26/02/2016	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20140523405	04/08/2014	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20140043357	29/01/2014	BALANCO
223	20120441799	18/07/2012	BALANCO
223	20110052803	27/01/2011	BALANCO
315	20100757693	20/12/2010	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
002	20100757685	20/12/2010	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20100571352	20/09/2010	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20060061243	16/02/2006	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20050087096	17/03/2005	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
090	21200544885	20/06/2003	CONTRATO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 24/01/2024, às 09:28:41 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **5DUXVFAA**.

MAC2403192230

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023

Folha nº 197
Processo nº 170-2023
Rubrica

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

Declaração de não possuir em seu quadro societário servidor público ou de economia mista

A Empresa Alvorada construir Ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio- diretor, o Sr° Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75, DECLARA sob as penas da lei, que não sou e nem possui em seu quadro societário servidor público da administração municipal de **SÃO JOÃO DO PARAISO-MA** da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista, não estando portanto enquadrada no art, 9º, inciso III, da Lei 8.666/93, não havendo, também qualquer outro impedimento para participar de licitações e firmar contrato com a administração pública.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68

Folha nº 198
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EPP EMRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa Alvorada Construir LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº: 05.703.869/0001-16, sediada na Rua Ceará nº 65, Vila Mariana, Ribamar Fiquene-MA, representada pelo Srº Reinaldo Gomes da Silva, R.G. Nº: 155357620006, CPF Nº: 505.086.953-68, D E C L A R A, para os fins do disposto na Lei Complementar Nº: 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que se enquadra como, **EPP (EMPRESA DE PEQUENO PORTE),** conforme inc.I do art 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva
Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68

ALVORADA CONSTRUIR LTDA

Construção, Serviços e Locação

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023

Folha nº 199
Processo nº 170-2023
Rubrica

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa , Alvorada construir ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio- diretor, o Srº Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75; **DECLARA,** para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68

Folha nº 200
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

DECLARAÇÃO EXPRESA DE TOTAL CONCORDANCIA COM OS TERMOS DO EDITAL

A empresa, Alvorada construir ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio-diretor, o Sr° Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75; DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos para habilitação na **CONCORRENCIA Nº002/2023**, assim como, conhece e aceita todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos da referida licitação.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO Folha nº 201
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO Processo nº 170-2023
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023 Rubrica
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES À MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

Declaração De Superveniência De Fato Impeditivo Da Habilitação

A Empresa Alvorada construir Ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio- diretor, o Sr° Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação ou que comprovem a idoneidade da proponente, nos termos do inc 2º do art. 32 e do art.97 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações subseqüentes relativamente ao presente processo licitatório **COMCORRENCIA Nº002/2023**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68

ALVORADA CONSTRUIR LTDA

Construção, Serviços e Locação

SRº:

PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023

Folha nº 202
Processo nº 170-2023
Rubrica

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa, Alvorada construir ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio-diretor, o Srº Reinaldo Gomes da Silva, RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75; DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação na **CONCORRENCIA Nº002/2023 – CPL**, que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68

Folha nº 203
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE Á CORRUPIÇÃO E AO CONLUIO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADES SÓCIOS-AMBIENTAL

A empresa, Alvorada construir ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará nº 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio-diretor, o Srº Reinaldo Gomes da Silva, RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará nº 75; DECLARA, para fins dos dispostos do edital da licitação acima identificada.

Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do país, assim como anseio pela efetiva prática de tais princípios;

Desejosa de oferecer a nação uma resposta a altura das suas expectativas;

Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;

Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro e art. 90 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, se compromete a:

1 – Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas ao autuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente na condição de fornecedor de bens e serviços para a Prefeitura Municipal de **SÃO JOÃO DO PARAISO-MA**

2 – Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário da Prefeitura Municipal de **SÃO JOÃO DO PARAISO-MA**

Folha nº 204
Processo nº 170-2023

nem mesmo para obter decisão favorável á os seus negócios;

3 – Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatário ou sob qualquer outro vinculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários da Prefeitura Municipal DE **SÃO JOÃO DO PARAISO - MA**

4 – Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenha sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

5 – Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6 – Apoiar e colaborar com a Prefeitura Municipal de **SÃO JOÃO DO PARAISO-MA**

;, em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito à legislação Vigente.

E, declara que:

7 – A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fado do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8 – Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócio - ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9 – Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art, 299 do código penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº8666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes á espécie".

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006 SSP/MA, CPF nº505.086.953-68

Folha nº 205
Processo nº 170-2023
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

CARTA CREDENCIAL

SÃO JOÃO DO PARAÍSO, 22 de Janeiro de 2024

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
NESTA
REF.: CONCORRÊNCIA Nº 002 / 2023 – CPL - SRP

O abaixo assinado, na qualidade de representante legal da Empresa **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 37.651.837/0001-00**, endereço na Rua Alta Floresta, s/n – Vila Maciel, São João do Paraíso - MA, neste ato representado pelo(s) **Sr. Edson Oliveira Ramos**, empresário, brasileiro, solteiro, portador do RG nº0290423220051 e CPF nº 323.460.932-20, **vem, pela presente, informar a V. S.ª., que o Sr. MIZAEL DE OLIVEIRA COSTA,** brasileiro, portador do CPF nº 041.850.503-99 e R.G Nº 0233146220020 SSP/MA, é pessoa designada pela Empresa para representá-la perante essa Comissão, inclusive com poderes para transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, renunciar ao direito de interposição de recursos em qualquer fase da Licitação em epígrafe.

Atenciosamente,

3º OFÍCIO IMPERATRIZ - MA

Edson Oliveira Ramos

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Edson Oliveira Ramos
(Proprietário)
CPF nº323.460.932-20

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Museo
E-mail:3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3902-9407 - Rua Alagoas, 704-A, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE EDSON OLIVEIRA RAMOS. DOU FÉ. EM TEST. DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
Selo(s): 1 TJMA03429TVMNEU26R3q1086-Consulte em selo.tjma.jus.br
Emol.: 6,25 FERC: 0,16 FEMP: 0,22 FADEP: 0,22 Total: 6,25-QF:65

Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada

3º OFÍCIO - IMPERATRIZ - MA

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ 37.651.837/0001-00

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

EDSON OLIVEIRA RAMOS, nacionalidade BRASILEIRA, nascido(a) em 19/08/1972, SOLTEIRO, COMERCIANTE, CPF nº 323.460.932-20, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0290423220051, órgão expedidor GEJUSP – MA, residente e domiciliada(a) AV. BERNARDO SAYÃO, 1520, BAIRRO: NOVA IMPERATRIZ, IMPERATRIZ, MA, CEP:65907-000.

Na qualidade de único sócio titular da empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, constituída legalmente e devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Maranhão, contrato primitivo sob NIRE nº 21600189471, em 08/07/2020, com contrato de transformação de EIRELI em LTDA devidamente arquivado em 29/07/2022 e nº NIRE 21201272366, com efeitos do registro em 25/07/2022 sede na RUA ALTA FLORESTA, S/Nº, CASA, VILA MACIEL, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, MA, CEP 68973-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob nº 37.651.837/0001-00. Resolve por este ato, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas na cláusula seguinte:

CLÁUSULA I: Decide o sócio por unanimidade, re-ratificar "in totum" o Contrato Social primitivo e alterações posteriores, consolidando-os num só instrumento contratual, que após efetuadas as correções, passará a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

EDSON OLIVEIRA RAMOS, nacionalidade BRASILEIRA, nascido(a) em 19/08/1972, SOLTEIRO, COMERCIANTE, CPF nº 323.460.932-20, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0290423220051, órgão expedidor GEJUSP – MA, residente e domiciliada(a) AV. BERNARDO SAYÃO, 1520, BAIRRO: NOVA IMPERATRIZ, IMPERATRIZ, MA, CEP:65907-000.

Na qualidade de único sócio titular da empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, constituída legalmente e devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Maranhão, contrato primitivo sob NIRE nº 21600189471, em 08/07/2020, com contrato de transformação de EIRELI em LTDA devidamente arquivado em 29/07/2022 e nº **NIRE 21201272366**, com efeitos do registro em 25/07/2022 sede na RUA ALTA FLORESTA, S/Nº, CASA, VILA MACIEL, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, MA, CEP 68973-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob nº **37.651.837/0001-00** Resolve por este ato **CONSTITUIR**, como de fato constitui, uma empresa do tipo jurídico, SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL, nos termos da Lei 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 997, II, DO CC)

CLÁUSULA I - A empresa adotará o seguinte nome empresarial: **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**

DA SEDE (ART. 997, II, DO CC)

CLÁUSULA II – A empresas terá sua sede no seguinte endereço: RUA ALTA FLORESTA, S/Nº, CASA, VILA MACIEL, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, MA, CEP 68973-000.

CLÁUSULA III - A empresa pode, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo.

DO OBJETO SOCIAL (ART. 997, II, DO CC)

CLÁUSULA IV - A empresa terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas:

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; GESTÃO DE REDES DE ESGOTO; ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES; COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS; CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE-OBRAS DE OUTROS TIPOS(CONSTRUÇÃO); PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; OBRAS DE FUNDAÇÕES; ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS; SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇÃO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS; PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA; SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; TRANSPORTE ESCOLAR; TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL; SERVIÇOS DE ARQUITETURA; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s):

ATIVIDADE PRINCIPAL:
4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

ATIVIDADE(S) SECUNDÁRIA(S):
3701-1/00 - GESTAO DE REDES DE ESGOTO;
3702-9/00 - ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES;
3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS;
4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS;
4212-0/00 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS
4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4221-9/01 - CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÁTRICA;
4221-9/02 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;
42.22-7/01 - CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO;
42.99-5/01 - CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS;
42.99-5/99 - OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
43.11-8/02 - PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO;
43.13-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM;
43.19-3/00 - SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE;
43.21-5/00 - INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA;
4329-1/04 - MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS.
43.91-6/00 - OBRAS DE FUNDACOES
43.99-1/01 - ADMINISTRACAO DE OBRAS
43.99-1/04 - SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS
43.99-1/05 - PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA
43.99-1/99 - SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
49.24-8/00 - TRANSPORTE ESCOLAR;
49.29-9/01 - TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL
71.11-1/00 - SERVICOS DE ARQUITETURA;
77.32-2/01 - ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO
(ART. 53, III, F, DO DECRETO Nº 1.800, DE 1996)

CLÁUSULA V - A sociedade iniciou suas atividades em **08/07/2020** e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL (ART. 997, III E IV E ARTS. 1.052 E 1.055 DO CC)

CLÁUSULA VI - O capital é de **R$ 350.000,00 (trezentos cinquenta mil) reais**, dividido em 350000 (trezentos e cinquenta mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, em moeda corrente do País.

PARÁGRAFO ÚNICO. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelo sócio da seguinte forma:

SÓCIO	Nº QUOTAS	VALOR R$	PERCENTUAL %
EDSON OLIVEIRA RAMOS	350.000	350.000,00	100%
TOTAL	350.000	350.000,00	100%

DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)

CLÁUSULA VII - A administração da sociedade será exercida pelo sócio, **EDSON OLIVEIRA RAMOS** que representará a sociedade **ISOLADAMENTE**, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, somente em negócios de interesse da sociedade, sendo-lhes vedado o uso da denominação social ou firma para realização de negócios diversos do objetivo da empresa.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)

CLÁUSULA VIII - O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DA RESPONSABILIDADE DO SÓCIO

CLÁUSULA IX: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas responderá solidariamente pela integralização do capital social, conforme disposto no artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)

CLÁUSULA X - Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

DO PRÓ LABORE

CLÁUSULA XI - O sócio poderá fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

CLÁUSULA XII - A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA XIII -Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s)

Folha nº 210
Processo nº 170-2022

sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DA CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA XIV - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

DA RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA XV - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

PORTE EMPRESARIAL

CLÁUSULA XVI - Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

DO FORO

CLÁUSULA XVII - Fica eleito o Foro da Comarca de São João do Paraíso - MA, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja. E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obriga-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assina o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

São João do Paraíso- MA, 09 de agosto de 2022

EDSON OLIVEIRA RAMOS
Sócio / Administrador
CPF:323.460.932-20

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
32346093220	EDSON OLIVEIRA RAMOS

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/08/2022 08:50 SOB Nº 20220981221.
PROTOCOLO: 220981221 DE 10/08/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12210415521. CNPJ DA SEDE: 37651837000100.
NIRE: 21201272366. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 09/08/2022.
RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Folha nº 212
Processo nº 170-2023
Rubrica

ALTERAÇAO CONTRATUAL

CNPJ: 37.651.837/0001-00

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

EDSON OLIVEIRA RAMOS, Brasileiro, Solteiro, natural da cidade de Imperatriz – MA, nascido em 19/08/1972, Empresário, número do documento 323.460.932-20, residente e domiciliado no(a): AVENIDA BERNARDO SAYAO 1520, NOVA IMPERATRIZ, Imperatriz - MA, CEP 65907-000 **(art. 997, I, CC)**.

Sócio da sociedade limitada **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA**, sediada na RUA ALTA FLORESTA, nº SN, CASA CASA, VILA MACIEL, CEP: 65973-000, São João do Paraíso - MA com registro nessa Junta Comercial, inscrito no CNPJ sob o nº 37.651.837/0001-00 resolve alterar seu contrato sob as seguintes clausulas:

CLÁUSULA I: DO ENQUADRAMENTO

O sócio declara que a sociedade se enquadra em Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, LC 123/2006)

CLÁUSULA II: DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas constantes no contrato social e que não tenham sido mencionadas na presente alteração continuam inalteradas.

E por estar assim justo e acertado, assina a presente alteração do contrato social.

São João do Paraíso - MA, 16 de Janeiro de 2024

EDSON OLIVEIRA RAMOS
Sócio/Administrador

Folha nº 213
Processo nº 170.2023
Rubrica

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
32346093220	EDSON OLIVEIRA RAMOS

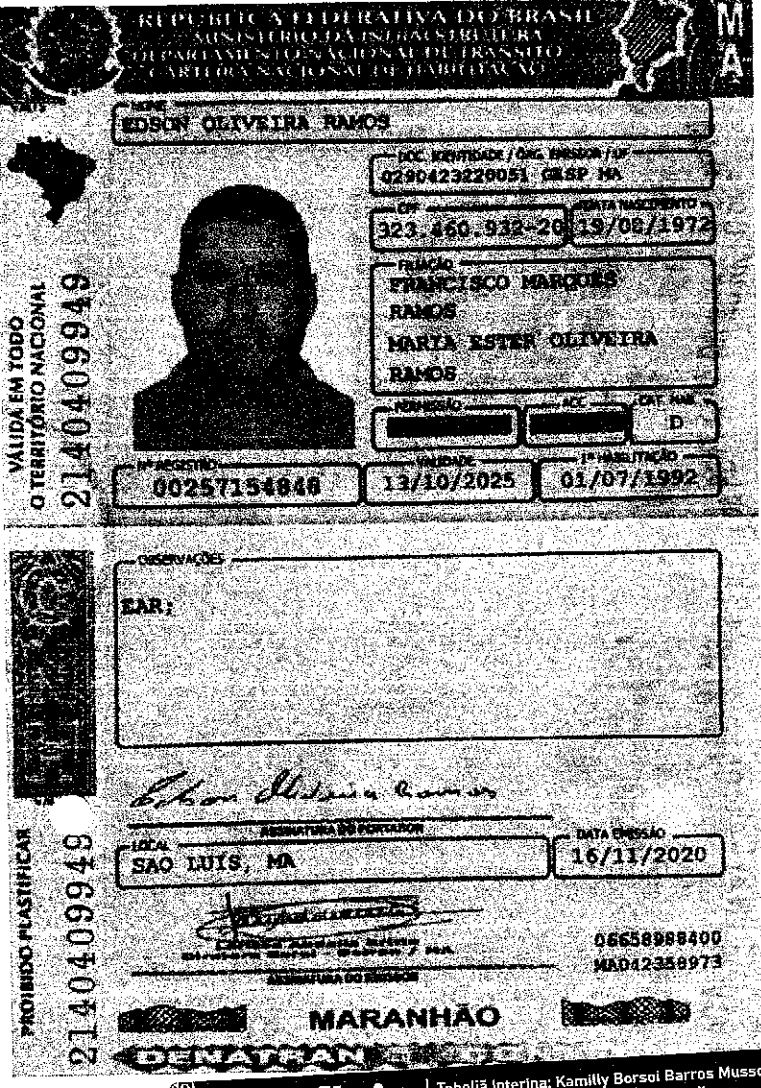
JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/01/2024 22:42 SOB Nº 20240067746.
PROTOCOLO: 240067746 DE 19/01/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12400828157. CNPJ DA SEDE: 37651837000100.
NIRE: 21201272366. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/01/2024.
RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Folha nº 214
Processo nº 170-2023
Rubrica



3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA

3 OFÍCIO - Imperatriz - MA
CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL

AUTENTICO E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO
AUTÊNTICA DA ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST.
DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
Emol.: 6,25 FERC:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,25-OB:65
Selo: AUTENT03042951703ICMFKU91720-Consulte em selo.tjma.jus.br

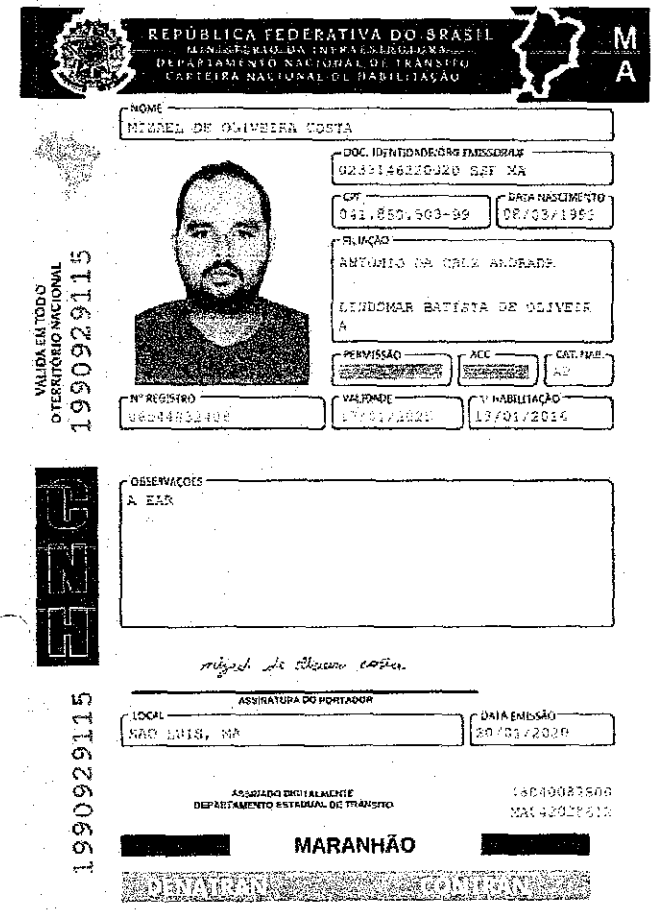
Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

Folha nº 215
Processo nº 170.2023
Rubrica

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Folha nº 216
Processo nº 170-2023
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
REF.: CONCORRÊNCIA Nº 002 / 2023 – CPL

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

A empresa, **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ nº 37.651.837/0001-00**, endereço na Rua Alta Floresta, s/n – Vila Maciel, São João do Paraíso - MA, neste ato representado pelo(s) **Sr. Edson Oliveira Ramos**, empresário, brasileiro, solteiro, portador do RG nº0290423220051 e CPF nº 323.460.932-20, **D E C L A R A**, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que se enquadra como:

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inc. II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

A licitante D E C L A R A ainda, que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão no § 4 do art. 3º da mencionada lei, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento de CONCORRÊNCIA PÚBLICA em epígrafe, realizado pela Prefeitura Mun São João do Paraíso.

São João do Paraíso, 22 de Janeiro de 2024

Edson Oliveira Ramos

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Edson Oliveira Ramos
(Proprietário)
CPF nº323.460.932-20

Rua: Alta Floresta, s/n – Vila Maciel – Cep: 65.973-000
São João do Paraíso – MA

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada

Folha nº 217
Processo nº 170.2023
Rubrica

GOVERNO DO MARANHÃO FÁCIL

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

GOVERNO DO MARANHÃO FÁCIL

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

Protocolo: MAC2403186373

NIRE : 21201272366
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Ato Constitutivo	Início de Atividade
21201272366	37.651.837/0001-00	08/07/2020	08/07/2020

Endereço Completo
Rua ALTA FLORESTA, Nº SN, CASA CASA, VILA MACIEL - São João do Paraíso/MA - CEP 65973-000

Objeto Social
Construção de edifícios; Administração de obras; Obras de urbanização - ruas, praças e calçada; Gestão de redes de esgoto; Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes; Coleta de resíduos não-perigosos; Construção de rodovias e ferrovias; Construção de obras-de-arte especiais; Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica; Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de instalações esportivas e recreativas; Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente; Preparação de canteiro e limpeza de terreno; Obras de terraplenagem; Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente; Instalação e manutenção elétrica; Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; Obras de fundações; Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; Perfuração e construção de poços de água; Serviços especializados para construção não especificados anteriormente; Transporte escolar; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal; Serviços de arquitetura; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes.

Capital Social	Porte	Prazo de Duração
R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) **Capital Integralizado** R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)	EPP (Empresa de Pequeno Porte)	Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
EDSON OLIVEIRA RAMOS	323.460.932-20	R$ 350.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
EDSON OLIVEIRA RAMOS	323.460.932-20	Indeterminado

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos	Situação
19/01/2024	20240067746	002 / 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 22/01/2024, às 17:46:15 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **X3VTCPD6.**

MAC2403186373

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

Folha nº 218
Processo nº 170.2023
Rubrica

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que a empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA
Portadora do CNPJ 37.651.837/0001-00
É registrada nesta Junta Comercial, como segue:

Protocolo: MAC2403186390

NIRE (Sede)	**CNPJ**	**Data de Arquivamento do Ato Constitutivo**	**Início de Atividade**
21201272366	37.651.837/0001-00	08/07/2020	08/07/2020

Endereço Completo
RUA ALTA FLORESTA, NºSN, CASA CASA, VILA MACIEL - São João do Paraíso/MA - CEP65973000

CERTIFICAMOS AINDA QUE CONFORME DOCUMENTO ARQUIVADO SOB NÚMERO 20240067746 POR DESPACHO DE 19/01/2024, A MENCIONADA EMPRESA ESTÁ ENQUADRADA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP.

Situação ATIVA
Status SEM STATUS

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
002	20240067746	19/01/2024	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20230656781	18/05/2023	BALANCO
002	20220981221	10/08/2022	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	21201272366	29/07/2022	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	21201272366	29/07/2022	TRANSFORMACAO
223	20220203849	16/02/2022	BALANCO
002	20210754010	08/06/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20210639741	11/05/2021	BALANCO
002	20210477466	23/04/2021	OUTROS
002	21600189471	23/04/2021	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
2	21600189471	23/04/2021	TRANSFORMACAO
002	20210176687	19/02/2021	OUTROS
002	21201114043	19/02/2021	TRANSFORMACAO
002	21201114043	19/02/2021	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
223	20200745654	16/09/2020	BALANCO
315	20200467280	08/07/2020	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
080	21102325402	08/07/2020	INSCRIÇÃO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 22/01/2024, às 12:27:50 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **QHG1GKV0.**

MAC2403186390

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

Folha nº 219
Processo nº 170-2023
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA

End.: Rua Marcos Silva s/nº, bairro Centro, cep 65.973-000 - SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 002 / 2023 – CPL

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE NEPOTISMO

Prezado Presidente,

A empresa **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 37.651.837/0001-00**, endereço na Rua Alta Floresta, s/n – Vila Maciel, São João do Paraíso - MA, **DECLARA**, que não contratará durante a vigência da avença decorrente da Concorrência nº 002/2023 - CPL/PMSJP empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afim, até o 3º grau, de cargo em comissão ou função de confiança.

E, por ser a expressão da verdade, firma a presente.

São João do Paraíso, 22 de Janeiro de 2024

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Edson Oliveira Ramos
(Proprietário)
CPF nº323.460.932-20

Rua: Alta Floresta, s/n – Vila Maciel – Cep: 65.973-000
São João do Paraíso – MA

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Folha nº 220
Processo nº 170-2023
Rubrica

Certifico que nesta data (22/01/2024 às 16:42) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 37.651.837/0001-00.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65AE.C51F.6A60.F543 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Folha nº 221
Processo nº 170-2023
Rubrica

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (22/01/2024 às 16:43) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 323.460.932-20.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65AE.C54D.5964.B589 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS

CPF / CNPJ sancionado: 37651837000100

LIMPAR

Data da consulta: 22/01/2024 16:23:53

Data da última atualização: 01/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 01/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 01/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 01/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 01/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE

Nenhum registro encontrado

Folha nº 222
Processo nº 470-2023
Rubrica

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 32346093220

LIMPAR

Data da consulta: 22/01/2024 16:23:53
Data da última atualização: 01/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 01/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 01/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 01/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 01/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE

Nenhum registro encontrado

Folha nº 223
Processo nº 140.2023
Rubrica

Folha nº 224
Processo nº 170-2023
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
37.651.837/0001-00 MATRIZ		08/07/2020

NOME EMPRESARIAL
RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
RENOVAR	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-01 - Administração de obras
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RUA ALTA FLORESTA	SN	CASA CASA

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.973-000	VILA MACIEL	SAO JOAO DO PARAISO	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RENOVAREMPREENDIMENTOS21@GMAIL.COM	(99) 8446-3772/ (99) 8204-9863

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	08/07/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/01/2024** às **20:59:18** (data e hora de Brasília).

Página: **1/2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Folha nº 225
Processo nº 170-2023
Rubrica

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
37.651.837/0001-00 MATRIZ		08/07/2020

NOME EMPRESARIAL
RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RUA ALTA FLORESTA	SN	CASA CASA

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.973-000	VILA MACIEL	SAO JOAO DO PARAISO	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RENOVAREMPREENDIMENTOS21@GMAIL.COM	(99) 8446-3772/ (99) 8204-9863

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	08/07/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/01/2024** às **20:59:18** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

Folha nº 226
Processo nº 170-2023
Rubrica

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇAO

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

REF: CONCORRENCIA Nº 002/2023.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS Á PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

DATA DA ABERTURA: 26/01/2024 AS 08:30 HORAS;

LOCAL:RUA MARCOS SILVA S/Nº, CENTRO, CEP 65.973-000

Folha nº 227
Processo nº 170-2023
Rubrica

HABILITAÇÃO JURIDICA

Folha nº 228
Processo nº 170-2023
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC

CRC Nº: 14112023

CNPJ/CPF N°: 05.703.869/0001-16

RAZÃO SOCIAL/NOME: ALVORADA CONSTRUIR LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA:
41.20-4-00 - Construção de edifícios
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
49.24-8-00 - Transporte escolar
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
ENDEREÇO DA EMPRESA: RUA CEARA Nº 65 BAIRRO: VILA MARIANA - RIBAMAR FIQUENE - MA.
TELEFONE – (99) 8132-2202

VALIDADE: 180 (Cento e Oitenta) dias a partir da data de emissão.
DATA DE EMISSÃO: SÃO JOÃO DO PARAISO 14/11/2023.

Folha nº 229
Processo nº 170.2023
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

Certifico de que a empresa acima identificada está devidamente cadastrada nesta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 34 da Lei nº 8.666/93 e do Decreto Municipal nº 030/2020.

Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Ilton Rodrigues de Sousa
PRESIDENTE DA CPL

SÉTIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA – ALVORADA CONSTRUIR LTDA

Folha nº 230
Processo nº 170-2023
Rubrica

CNPJ Nº. 05.703.869/0001-16
NIRE Nº. 21200544885

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual e consolidação ao contrato social de sociedade limitada, os abaixo assinados:

REINALDO GOMES DA SILVA, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Natural de Montes Altos – MA, nascido em 28/04/1975, portador do CPF nº. 505.086.953-68 e Cédula de Identidade nº. 15535762000-6 – GEJUSPC – MA, residente e domiciliado a Rua Ceará, nº. 65, Bairro Vila Mariana, CEP 65938-000, Ribamar Fiquene – MA. e **AURIA NUBIA SILVA DO NASCIMENTO**, brasileira, empresária, casada sob regime de comunhão parcial de bens, Natural de Imperatriz - MA, nascida em 14/11/1974, portadora do CPF nº. 436.231.153-04 e Cédula de Identidade nº. 030464622006-1 – SSP – MA, residente e domiciliado a Rua Ceará, nº. 65, Bairro Vila Mariana, CEP 65938-000, Ribamar Fiquene – MA. **ALVORADA CONSTRUIR LTDA**, com o nome de fantasia: **CONSTRUTORA ALVORADA**, com sede na **Rua Ceará, nº. 65, Bairro Vila Mariana, CEP 65938-000, Ribamar Fiquene – MA**. Devidamente inscrita no CNPJ nº. **05.703.869/0001-16**, devidamente registrada na JUCEMA – Junta Comercial do Estado do Maranhão sob nº. **21200544885** por despacho em 20/06/2003, deliberam de pleno e comum acordo, e na melhor forma de direito, ajustarem a presente alteração e consolidar o Contrato Social, conforme cláusulas e condições seguintes.

1ª. – A sociedade tem de como objetivo: Comércio varejista de artigos de papelaria; Coleta de resíduos não-perigosos; Construção de edifícios; Construção de rodovias e ferrovias; Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de instalações esportivas e recreativas; Obras de terraplenagem; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Arroz, Óleo vegetal, farinha. etc.); Comércio varejista de materiais de construção em geral; Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Comércio varejista de móveis; Transporte escolar; Locação de automóveis sem condutor; Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; Tendo de acordo com CNAE fiscal a atividade principal e secundária os seguintes códigos:

Principal:
4761-0/03 – Comércio varejista de artigos de papelaria;

Folha nº 231
Processo nº 170-2023
Rubrica

Secundária:
3811-4/00 – Coleta de resíduos não-perigosos;
4120-4/00 – Construção de edifícios;
4211-1/01 – Construção de rodovias e ferrovias;
4213-8/00 – Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
4221-9/02 – Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica;
4222-7/01 – Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
4299-5/01 – Construção de instalações esportivas e recreativas;
4313-4/00 – Obras de terraplenagem;
4712-1/00 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns;
4729-6/99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Arroz, Óleo vegetal, farinha. etc.);
4744-0/99 – Comércio varejista de materiais de construção em geral;
4751-2/01 – Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;
4753-9/00 – Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo;
4754-7/01 – Comércio varejista de móveis;
4924-8/00 – Transporte escolar;
7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;

2ª. – Neste ato fica alterada seu objetivo para as atividades: Construção de edifícios; Coleta de resíduos não-perigosos; Construção de rodovias e ferrovias; Construção de obras de arte especiais; Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de instalações esportivas e recreativas; Obras de terraplenagem; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Arroz, Óleo vegetal, farinha. etc.); Comércio varejista de materiais de construção em geral; Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Comércio varejista de móveis; Comércio varejista de artigos

de papelaria; Transporte escolar; Locação de automóveis sem condutor; Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes Tendo como atividade principal e secundária de acordo com CNAE os seguintes códigos:

Folha nº 232
Processo nº 170-2023
Rubrica

Principal:
4120-4/00 – Construção de edifícios;

Secundaria:
3811-4/00 – Coleta de resíduos não-perigosos;
4211-1/01 – Construção de rodovias e ferrovias;
4212-0/00 – Construção de obras de arte especiais;
4213-8/00 – Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
4221-9/02 – Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica;
4222-7/01 – Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
4299-5/01 – Construção de instalações esportivas e recreativas;
4313-4/00 – Obras de terraplenagem;
4712-1/00 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns;
4729-6/99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Arroz, Óleo vegetal, farinha. etc.);
4744-0/99 – Comércio varejista de materiais de construção em geral;
4751-2/01 – Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;
4753-9/00 – Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo;
4754-7/01 – Comércio varejista de móveis;
4761-0/03 – Comércio varejista de artigos de papelaria;
4924-8/00 – Transporte escolar;
7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;

3ª – Neste ato retira-se da sociedade a sócia Sra. AURIA NUBIA SILVA DO NASCIMENTO, que cede transfere ao sócio remanescente Sr. REINALDO GOMES DA SILVA, respectivamente 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real), cada uma, que corresponde a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

4ª - A sócia cedente declara haver recebido neste ato a quantia equivalente ao total de suas quotas na sociedade, dando-lhe plena, geral e irrevogável quitação das quotas, sendo capital social integralizado em moeda nacional, ficando assim, o capital social distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R$
REINALDO GOMES DA SILVA	100,00	400.000	400.000,00
TOTAIS	100,00	400.000	400.000,00

5ª – O capital social que é R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dividido em 400.000 (quatrocentas mil), quotas de capital no valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma, totalmente subscrito e integralizado, passará a partir da presente data para R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (Um milhão) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma, cujo aumento de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), será integralizado neste ato em moeda corrente nacional, pelos sócios na proporção da participação de cada um dos sócios ficando assim subscrito:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R$
REINALDO GOMES DA SILVA	100,00	1.000.000	1.000.000,00
TOTAIS	100,00	1.000.000	1.000.000,00

6ª. – O sócio declara sob penas da lei, que se desenquadra da condição de MICROEMPRESA – ME, nos termos da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006. e passando à condição de Empresa porte EPP, excluída do regime da mencionada lei, Inciso I e II do artigo 3º, exclusão relacionada no § 4º.

7ª. – A administração da sociedade e a representação ativa e passiva serão exercidas pelo a sócia Sr. REINALDO GOMES DA SILVA, já qualificado anteriormente. conforme artigos 997, VI, 1.013, 1015 e 1.064 da Lei 10.406/2002.

8ª. – O administrador terá os mais amplos poderes na gestão dos negócios socais, podendo, individualmente ou isoladamente pratica todos os atos, transações e operações necessárias à realização dos objetivos sociais, tais como abertura e encerramento de contas bancarias, emissão de cheques, emissão e endosso de duplicatas, aceites de notas promissórias, onerar ou alienar o patrimônio social, assinaturas de contrato de empréstimos, investimentos e financiamentos bancários e todos e quaisquer atos necessários para concessão dos objetivos sociais. conforme artigos 997, VI, 1.013, 1015 e 1.064 da Lei 10.406/2002.

9ª. – O administrador poderá nomear procuradores em nome da sociedade, cujos mandatos deverão especificar os respectivos poderes e em se tratando de procuradores "ad negotia" deverá especificar os respectivos poderes e prazos e validade.

10ª. – O administrador declara sob as penas de lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente ou acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (Art. 1.011, § 1º do C/C 2002).

11ª. – Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato social não alteradas por este instrumento.

Á Vista da modificação ora ajustada, e para total adequação a Lei 10.406/02, consolida-se o presente contrato social, de acordo com seguinte redação:

1ª. – A sociedade é EMPRESÁRIA do tipo SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, fazendo parte como integrante o sócio devidamente nomeado e qualificado.

2ª. – A sociedade gira sob o nome empresarial: **ALVORADA CONSTRUIR LTDA**, tendo como nome fantasia: **CONTRUTORA ALVORADA**. Com sede e domicílio na **Rua Ceará, nº. 65, Bairro Vila Mariana, CEP 65938-000, Ribamar Fiquene – MA**

3ª. – O objetivo da sociedade é de: Construção de edifícios; Coleta de resíduos não-perigosos; Construção de rodovias e ferrovias; Construção de obras de arte especiais; Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de instalações esportivas e recreativas; Obras de terraplenagem; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Arroz, Óleo vegetal, farinha. etc.); Comércio varejista de materiais de construção em geral; Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Comércio varejista de móveis; Comércio varejista de artigos de papelaria; Transporte escolar; Locação de automóveis sem condutor; Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto

andaimes Tendo como atividade principal e secundária de acordo com CNAE os seguintes códigos:

Principal:
4120-4/00 – Construção de edifícios;

Secundaria:
3811-4/00 – Coleta de resíduos não-perigosos;
4211-1/01 – Construção de rodovias e ferrovias;
4212-0/00 – Construção de obras de arte especiais;
4213-8/00 – Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
4221-9/02 – Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica;
4222-7/01 – Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
4299-5/01 – Construção de instalações esportivas e recreativas;
4313-4/00 – Obras de terraplenagem;
4712-1/00 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns;
4729-6/99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Arroz, Óleo vegetal, farinha. etc.);
4744-0/99 – Comércio varejista de materiais de construção em geral;
4751-2/01 – Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;
4753-9/00 – Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo;
4754-7/01 – Comércio varejista de móveis;
4761-0/03 – Comércio varejista de artigos de papelaria;
4924-8/00 – Transporte escolar;
7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
7731-4/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
7732-2/01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
4ª. – O Capital social é de R$ 1.000.000,00 (um milhão reais), dividido em 1.000.000 (Um milhão) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do país. Distribuídos da seguinte forma:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R$
REINALDO GOMES DA SILVA	100,00	1.000.000	1.000.000,00
TOTAIS	100,00	1.000.000	1.000.000,00

5ª. – A sociedade iniciou suas atividades em 20/05/2003 e seu prazo de duração é indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do sócio conforme artigo 997, II da Lei 10.406/2002.

6ª – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas, sem a consentimento do sócio, aquém fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito de preferência para aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (Art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).

7ª – A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos responde solidariamente pela integralização do capital social (Art. 1.052, CC/2002).

8ª. – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial, depósitos, escritórios, ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por seu sócio.

9ª. – A administração da **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** caberá ao sócio Sr. **REINALDO GOMES DA SILVA**, que recebe poderes e atribuições de representar a empresa ativa, passiva, judicial, e extrajudicialmente, na gestão dos negócios, podendo, individualmente ou isoladamente pratica todos os atos, transações e operações necessárias à realização dos objetivos sociais, tais como: abertura e encerramento de contas bancarias, emissão de cheques, emissão e endosso de duplicatas, aceites de notas promissórias, onerar ou alienar o patrimônio social, assinaturas de contrato de empréstimos, investimentos e financiamentos bancários e todos e quaisquer atos necessários para concessão dos objetivos sociais. Artigos 997, VI, art. 1.060, art., 1.061, 1.062, art. 1.063 e 1.064 todos do CC/2002).

10ª. – O sócio **REINALDO GOMES DA SILVA**, poderá designar o administrador não sócio da sociedade em contrato social ou em ato separado, indicando suas atribuições e poderes, dentre eles o de usar o nome empresarial e o prazo de gestão, se determinado (artigo 1.061 da Lei 10.406/200.

11ª. – O sócio **REINALDO GOMES DA SILVA**, poderá de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

12ª. – Fica estabelecido que a sociedade não terá Conselho Fiscal.

13ª. – O exercício social inicia-se a 01 de janeiro e encerra-se a 31 de dezembro de cada ano, levantando-se nesta data; Inventário, balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício, sendo o lucro ou prejuízo apurado em cada exercício transferido para a conta de

lucros ou prejuízo do exercício, cuja destinação será dada por deliberação do sócio. (art. 1.065, CC/2002), (art. 1.078 CC/2002).

14ª. – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o sócio deliberará sobre as contas e designará o sócio, quando for o caso (Artigos 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

15ª. – Falecendo ou interditado o sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e incapaz. Não sendo possível ou existindo interesses destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço geral especifico para esse fim. (Artigos 1.028 e 1.031, CC/2002).

16ª. – O sócio **REINALDO GOMES DA SILVA**, declara sob as penas da lei, que de não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

17ª. – Os sócios elegem o foro de Ribamar Fiquene, Estado Maranhão, para dirimir eventuais dúvidas inerentes ao presente contrato. Com expressão renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. (Art. 53, III, "e" do Dec. 1.800/96).

E, por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento, lavrado em 01 (uma) via de igual teor e forma, processando-se em seguida os devidos registros.

Ribamar Fiquene – MA. 01 de janeiro de 2023.

REINALDO GOMES DA SILVA

AURIA NUBIA SILVA DO NASCIMENTO

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ALVORADA CONSTRUIR LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
43623115304	AURIA NUBIA SILVA DO NASCIMENTO
50508695368	REINALDO GOMES DA SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/01/2023 11:34 SOB Nº 20230038557.
PROTOCOLO: 230038557 DE 30/01/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12301356569. CNPJ DA SEDE: 05703869000116.
NIRE: 21200544885. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/01/2023.
ALVORADA CONSTRUIR LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

Folha nº 239
Processo nº 170-2023
Rubrica

QR-CODE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MA

NOME
REINALDO GOMES DA SILVA

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF
[illegible] SSP MA

CPF
[illegible]

DATA NASCIMENTO
[illegible]

FILIAÇÃO
MANOEL PEREIRA DA SILVA
DULENE GOMES DA SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB
AB

Nº REGISTRO
[illegible]

VALIDADE
[illegible]

1ª HABILITAÇÃO
[illegible]

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
01127977

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SÃO LUÍS, MA

DATA EMISSÃO
[illegible]

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

[illegible]
MA

[redacted] MARANHÃO [redacted]

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Folha nº 240
Processo nº 170-2023
Rubrica

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Folha nº 241
Processo nº 170-2023
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ALVORADA CONSTRUIR LTDA
CNPJ: 05.703.869/0001-16

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:56:55 do dia 15/12/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/06/2024.
Código de controle da certidão: **6972.E30C.DC53.E72E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Folha nº 242
Processo nº 170.2023
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 309475/23 **Data da** 27/10/2023 12:34:21

Inscrição Estadual: 123424194 **CPF/CNPJ:** 05703869000116

Razão Social: ALVORADA CONSTRUIR LTDA

Endereço: RUA CEARA, 65 CEP: 65938000 - VILA MARIANA

Telefone: (99)00000000 **Município:** RIBAMAR FIQUENE **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 24/02/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: https://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 17/11/2023 16:26:50

Folha nº 243
Processo nº 70-2023
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 079041/23 **Data da** 27/10/2023 12:35:43

Inscrição Estadual: 123424194 **CPF/CNPJ:** 05703869000116

Razão Social: ALVORADA CONSTRUIR LTDA

Endereço: RUA CEARA, 65 CEP: 65938000 - VILA MARIANA

T fone: (99)00000000 **Município:** RIBAMAR FIQUENE **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 24/02/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 17/11/2023 16:29:26

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE

CNPJ: 01.598.547/0001-01

Folha nº 244

Processo nº 170-2023

Rubrica

OFÍCIO ÚNICO DE RIBAMAR FIQUENE-MA

CERTIDÃO NEGATIVA ÚNICA DE DÉBITOS

Certificamos após a realização das necessárias buscas nos assentamentos existentes nesta Prefeitura, a requerimento de parte interessada, que não existe qualquer pendência de débitos de nossa competência, até a presente data, escritos ou não em divida ativa, de responsabilidade da empresa ALVORADA CONSTRUIR LTDA, CNPJ: 05.703.869/0001-16, através de seu estabelecimento situado na rua Ceará nº. 65 Vila Mariana, no Município de Ribamar Fiquene – MA, razão pela qual expede na forma da lei, a presente **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**, com validade de 90 dias, reservando, todavia, a este Município, o direito de cobrar eventuais e/ou futuros débitos que porventura venham aparecer de responsabilidade do(s) mesmo(s).

Ribamar Fiquene - MA, 07 de Novembro de 2023.

Vitória da Silva Pinheiro
ASSESSORA ESPECIAL
PREF. RIBAMAR FIQUENE
PORT: 033/2023

VITÓRIA DA SILVA PINHEIRO

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE RIBAMAR FIQUENE-MA
OFÍCIO ÚNICO - CNS: 14919S

ANA GRÉCIA ALMEIDA RIZZO FONTANELA - TABELIÃ E REGISTRADORA
RUA LIBERATO ROCHA, Nº230 - CENTRO - CEP: 65938-000
RIBAMAR FIQUENE/MA | TEL: (98) 9 8162-3559 | (98) 9 8435-0897

Poder Judiciário - TJMA
Nº SELO AUTENT14919SEBJUMWU9VUU4TR19
Certifico e dou fé que esta fotocopia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do art. 7º da lei 8935/94. RIBAMAR FIQUENE/MA. 10/01/2024 09:06:33,Ato: 13.18, Total R$ 6,25 Emol R$ 5,65 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,22 FEMP R$ 0,22 Consulte em https://selo.tjma.jus.br.

Maria do Socorro da Costa Sousa
Escrevente Autorizada

AA001224

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE RIBAMAR FIQUENE-MA
OFÍCIO ÚNICO - CNS: 14919-5
RUA LIBERATO ROCHA, Nº220 - CENTRO - CEP: 65938-000
RIBAMAR FIQUENE/MA | TEL: (99) 9 8162-3550 | (98) 9 8435-0397

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO AUTENT1491952NCFK23VPD0X3546
Certifico e dou fé que esta fotocopia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do art. 7º da lei 8935/94. RIBAMAR FIQUENE/MA. 10/01/2024 09:08:33,Ato: 13.18, Total R$ 6,25 Emol R$ 5,65 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,22 FEMP R$ 0,22 Consulte em https://selo.tjma.jus.br.

Maria do Socorro da Costa Sousa
Escrevente Autorizada

AA001225

RIBAMAR FIQUENE - MA
01/01/1997

Folha nº 245
Processo nº 170-2023
Rubrica

...DO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE

CNPJ: 01.598.547/0001-01

Av. Principal, S/N - Centro, Ribamar Fiquene-MA

OFÍCIO ÚNICO DE RIBAMAR FIQUENE-MA

ALVARÁ

2024

LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	045
NOME:	
CPF:	
RAZÃO SOCIAL:	ALVORADA CONSTRUIR LTDA
CNPJ:	05.703.869/0001-16
RAMO DE ATIVIDADE	41.20-4-00 CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS
ENDEREÇO:	RUA CEARÁ Nº 65, - VILA MARIANA
OBSERVAÇÕES:	Empresa Engenharia e Construção Civil em Geral Item 3.18 Anexo IV Tabela XIII
DATA:	09/01/2024
VALIDADE:	31/12/2024

Prefeitura Mun. de Ribamar Fiquene
CNPJ: 01.598.547/0001-01

Vitória da Silva Pinheiro
ASSESSORA ESPECIAL
PREF. RIBAMAR FIQUENE
PORT: 083/2021-GAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE
Assessora Especial de Planejamento

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER AFIXADO EM LUGAR VISÍVEL E DE FÁCIL ACESSO!

Folha nº 246
Processo nº 170.2023
Rubrica

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.703.869/0001-16
Razão Social: ALVORADA CONSTRUIR LTDA
Endereço: R CEARA 65 / VILA MARIANA / RIBAMAR FIQUENE / MA / 65938-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:31/12/2023 a 29/01/2024

Certificação Número: 2023123100504265118583

Informação obtida em 10/01/2024 09:02:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Folha nº 247
Processo nº 170-2023
Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.703.869/0001-16 **MATRIZ**		**20/06/2003**

NOME EMPRESARIAL
ALVORADA CONSTRUIR LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONSTRUTORA ALVORADA	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
49.24-8-00 - Transporte escolar
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R CEARA	**65**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.938-000	**VILA MARIANA**	**RIBAMAR FIQUENE**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
presconta@globo.com	**(99) 8132-2202**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**03/11/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **22/01/2024** às **15:27:17** (data e hora de Brasília).

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

Folha nº 248
Processo nº 170-2023
Rubrica

CGC: 05.703.869/0001-16 **Inscrição Estadual:** 12.342419-4
Razão Social: ALVORADA CONSTRUIR LTDA
Regime Apuração: SIMPLES NACIONAL

Logradouro: RUA CEARA
Número: 65 **Complemento:**
Bairro: VILA MARIANA
Município: RIBAMAR FIQUENE **UF:** MA
CEP: 65938000 **DDD:** **Telefone:** 00000000

CNAE Principal: 4120400 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
4729699	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4744099	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
4751201	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA
4753900	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO
4754701	COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS
4761003	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
4924800	TRANSPORTE ESCOLAR
7711000	LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
7731400	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR
3811400	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
4211101	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS
4712100	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS
4212000	CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS
4213800	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4221902	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
4222701	CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO
4299501	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS
4313400	OBRAS DE TERRAPLENAGEM
7732201	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO COM RESTRIÇÃO
Data desta Situação Cadastral: 15/05/2023

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's): 01/10/2010 - (Devido emissão voluntária),
EDF a partir de:
CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 12/12/2023
Número da Consulta:

Folha nº 249
Processo nº 110-2023
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALVORADA CONSTRUIR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.703.869/0001-16
Certidão nº: 41716711/2023
Expedição: 17/08/2023, às 10:08:38
Validade: 13/02/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALVORADA CONSTRUIR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.703.869/0001-16, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Folha nº 250
Processo nº 170-2023
Rubrica

QUALIFICAÇÃO TECNICA

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 895230/2023
Emissão: 06/10/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: 82B2c

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Folha nº 251
Processo nº 170-2023
Rubrica

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que até a presente data, a referida pessoa jurídica e seu(s) responsável(is) técnico(s) estão quites com suas anuidades e demais obrigações junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão - CREA-MA, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: ALVORADA CONSTRUIR LTDA-ME

CNPJ: 05.703.869/0001-16

Registro: 0000011204

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 1.000.000,00

Data do Capital: 31/01/2023

Faixa: 4

Objetivo Social: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS; CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS; COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMETÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (ARROZ, ÓLEO VEGETAL, FARINHA, ETC.); COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; COMÉRCDIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO; COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS; COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA; TRANSPORTE ESCOLAR; LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES.

Restrições Relativas ao Objetivo Social: EMPRESA HABILITADA PARA ATUAR SOMENTE NA ÁREA DA ENGENHARIA CIVIL NO ÂMBITO DAS ATRIBUIÇÕES DE SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO.

Endereço Matriz: RUA CEARA, 65, VILA MARIANA, RIBAMAR FIQUENE, MA, 65938000

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 09/04/2012

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000011204EMMA

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: ROSILEIDE FERREIRA SILVA

Registro: 1104202913

CPF: 755.***.***-91

Data Inicio: 11/08/2022

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: 20/07/2026

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRA CIVIL

Atribuição: ART. 7 DA RESOLUÇÃO 218, DE 29/06/73, DO CONFEA.

ENGENHEIRA DE SEGURANCA DO TRABALHO

Atribuição: Artigo 4º da Resolução 359/91

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR

Registro: 1100237178

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 895230/2023
Emissão: 06/10/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: 82B2c

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Folha nº 252
Processo nº 170-2023
Rubrica

CPF: 515.***.***-49
Data Início: 09/04/2012
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ART. 7 DA RESOLUÇAO 218, DE 29/06/73, DO CONFEA.
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Sócios

Sócio: REINALDO GOMES DA SILVA
CPF: 505.***.***-68
Função: SOCIO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 82B2c
Impresso em: 06/10/2023 às 10:11:03 por: adapt, ip: 192.168.100.1

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 883400/2023
Emissão: 04/04/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: cZ940

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Folha nº 253
Processo nº 170-2023
Rubrica

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-MA.

Interessado(a)

Profissional: WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR
Registro: 1100237178
CPF: 515.***.***-49

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 31/07/2006

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ART. 7 DA RESOLUÇAO 218, DE 29/06/73, DO CONFEA.
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHAO - CAMPUS SAOLUIS
Data de Formação: 27/09/2002

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: ALVORADA CONSTRUIR LTDA-ME
Registro: 0000011204
CNPJ: 05.703.869/0001-16
Data Início: 09/04/2012
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: cZ940
Impresso em: 04/04/2023 às 06:20:10 por: adapt, ip: 186.211.161.5

TERMO DE CONTRATO Nº 003/2020

Folha nº 254
Processo nº 170-2023
Rubrica

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE OFÍCIO ÚNICO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Rua São Luís, nº 23, LT-09, QD-10, 1º Piso, Bairro Jardim Primavera
Campestre do Maranhão/MA - CEP 65.968-000 - CNPJ/MF nº 11.629.564/0001-04
Cel.: (99) 98808-8145 - E-mail: cartoriocampestre_ma@hotmail.com

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO AUTENT14851098?VBXLD9Z9NQP71
Certifico e dou fé que esta fotocopia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do art. 7º da lei 8935/94. CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA. 15/12/2023 14:24:49.Ato: 13.18, Total R$ 6,02 Emol R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br.

CLEIA DA SILVA VALE SOUZA
ESCREVENTE

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A EMPRESA ALVORADA CONSTRUIR LTDA DE OUTRO O ENGENHEIRO CIVIL WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNIOS.

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços Técnicos, de um lado a empresa **ALVORADA CONSTRUIR LTDA,** inscrita no CNPJ, sob o nº 05.703.869/0001-16, situada na Rua Ceará nº 65 – Vila Mariana, Ribamar Fiquene/MA, e seu representante legal o Srº **REINALDO GOMES DA SILVA,** brasileiro casado, portador do CPF nº 505.086.953-68 e RG nº 15535762000-6/GEJUSPC –MA, doravante denominado **Contratante** e do outro lado o Engenheiro Civil **WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR,** crea nº 1100237178 brasileiro casado residente a Quadra X, casa 18, Ipase São Luis/MA, aqui denominado **Contratado**, conforme as cláusulas e condições abaixo.

CÓPIA AUTENTICADA CARTÓRIO CAMPESTRE/MA

CLÁUSULA PRIMEIRA – Pelo presente instrumento, a **CONTRATADA** obriga-se a prestação de Serviços Técnicos como Responsável Técnico pela Pessoa Jurídica, conforme suas atribuições.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor deste contrato e de 6 (seis) salário Mínimos mensais para uma carga horária de 2 (duas) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA – A duração deste Contrato e por tempo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer uma das partes com 30 dias de antecedência.

CLÁUSULA QUARTA – Fica eleito o foro da Comarca de Montes Altos, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

Folha nº 255
Processo nº 170.2023
Rubrica

E, para a firmeza do que foi pactuado, firmam este instrumento contratual em 3 (três) vias de igual teor e um efeito na presença das testemunhas abaixo assinado.

Ribamar Fiquene, 18 de Junho de 2020

Reinaldo Gomes da Silva

Alvorada Construir Ltda
CONTATANTE

Waldegno Salustiano de Almeida Silva jUNIOR
CONTRATADO

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE OFÍCIO ÚNICO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Rua São Luís, nº 23, LT-09, QD-10, 1º Piso, Bairro Jardim Primavera
Campestre do Maranhão/MA - CEP 65.968-000 - CNPJ/MF nº 11.629.564/0001-04
Cel.: (99) 98808-8145 - E-mail: cartoriocampestre_ma@hotmail.com

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO AUTENT14855104ANGQDCJ3YQJK759
Certifico e dou fé que esta fotocopia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do art. 7º da lei 8935/94. CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA. 15/12/2023 14:24:50,Ato: 13.18, Total R$ 6,02 Emol R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br.

CLEIA DA SILVA VALE SOUZA
ESCREVENTE

1) _____
Nome:
CPF:

2) _____
Nome:
CPF:

CÓPIA AUTENTICADA
CARTÓRIO CAMPESTRE/MA

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA **CAT COM REGISTRO DE ATESTADO**

871355/2022

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Atividade concluída

Folha nº
Processo nº
Rubrica

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR**
Registro: **1100237178MA** RNP: **1100237178**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20210476526** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 23/11/2021 Baixada em: 07/08/2022
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **ALVORADA CONSTRUIR LTDA-ME**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS** CPF/CNPJ: **01.612.668/0001-52**
Endereço do contratante: PRAçA PRAÇA MUNICIPAL Nº: S/Nº
Complemento: PRAÇA MUNICIPAL Bairro: CENTRO
Cidade: BOM JESUS DAS SELVAS UF: MA CEP: 65395000
Contrato: 1108/2021 Celebrado em: 18/11/2021
Valor do contrato: R$ 1.033.450,05 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: PRAçA PRAÇA MUNICIPAL Nº: S/Nº
Complemento: PRAÇA MUNICIPAL Bairro: CENTRO
Cidade: BOM JESUS DAS SELVAS UF: MA CEP: 65395000
Coordenadas Geográficas: -4,482433, -46,852207
Data de início: 18/11/2021 Conclusão efetiva: 18/04/2022
Finalidade:
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS CPF/CNPJ: 01.612.668/0001-52

Atividade Técnica: **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.1 - DE ALVENARIA 49 - Execução de obra 1230,00 metro quadrado; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÃO > #1.1.3.4 - PARA FINS DIVERSOS 49 - Execução de obra 1230,00 metro quadrado; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.3 - DE APLICAÇÃO DE CONCRETO 49 - Execução de obra 1230,00 metro quadrado; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES DE GASES, VAPORES E À VÁCUO > #1.5.6 - DE LIGAÇÃO INDIVIDUAL DE REDE DE GÁS 49 - Execução de obra 1230,00 metro quadrado; **16 - Execução** AGRIMENSURA > LOCAÇÃO DE OBRAS CIVIS > DE LOCAÇÃO TOPOGRÁFICA > #36.9.1.1 - DE OBRAS CIVIS 49 - Execução de obra 1230,00 metro quadrado;

Observações

ART DESTINADA A CONSTRUÇÃO DE 1 (UM) CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DAS SELVAS

Informações Complementares

- O ATESTADO ESTÁ REGISTRADO APENAS PARA ATIVIDADES TÉCNICAS CONSTANTES DA ART, NÃO SENDO CONTEMPLADAS NESTE REGISTRO OS ITENS 13.1 Plantio e grama em placas; 13.4 Plantio de árvore ornamental, POR SE TRATAR DE ATIVIDADES FORA DA ATRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 6 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 871355/2022
19/08/2022, 13:13
zDAyW

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: zDAyW

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

PREFEITURA DE BOM JESUS DAS SELVAS
Folha nº 257
Processo nº 10.2023
Rubrica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestadode execução, que a empresa **ALVORADA CONSTRUIR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.703.869/0001-16, sediado na Rua Ceará, nº65, Vila Mariana – CEP: 65.938-000, na cidade de Ribamar Fiquene - MA**, Estado do Maranhão, prestou serviços a **Prefeitura Municipal do Bom Jesus das Selvas**, através do **, CNPJ nº01. 612.668/0001-52**, de execução dos serviços da construção de 01 (um) Centro de Atendimento Educacional Especializado do município de Bom Jesus das Selvas/MA de **18/11/2021 a 18/04/2022**, o valor do contrato **R$ 1.033.450,05** (Um milhão, trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais e cinco centavos),conforme as especificações descritas no instrumento de Edital **TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021** e **Processo administrativo nº 3008.1108.6.3/2021**, abaixo caracterizada, cumprindo satisfatoriamente o contratocelebrado entre as partes.

DADOS GERAIS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- **DADOS DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO:**

1. TOMADA DE PREÇOS **nº 007/2021**
2. Processo Administrativo **nº: 3008.1108.6.3/2021**
3. Contrato **nº: 1108/2021**
4. Endereço da obra: **Praça Municipal,Centro no Município deBom Jesus das Selvas -MA**

- **DADOS DAS ART´S:**

1. ART de execução **nº: MA20210476526**
2. ART de fiscalização **nº: MA20210477410**

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 871355/2022, emitida em 19/08/2022

Certidão nº 871355/2022
03/04/2023, 17:08
Chave de Impressão: zDAyW
O documento neste ato registrado foi emitido em 11/08/2022 e contém 6 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 258
Processo nº 170-2023
Rubrica

➢ **DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

Nome: **WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR**

Título: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP/Registro/Visto: **110023717-8/ 1100237178MA**

PRESTOU SERVIÇOS DE:

Item	Descrição	Und	Quant.
1	**SERVIÇOS INICIAIS**		
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²	6
1.2	LOCAÇÃO DA OBRA - EXECUÇÃO DE GABARITO	m²	471
1.3	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	m³	420,93
1.4	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	m³	117,75
1.5	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_05/2018	m²	520
3	**CONCRETO: INFRA E SUPER ESTRUTURA**		
3.1	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO CONVENCIONAL, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL MULTIFAMILIAR (PRÉDIO), FCK = 25 MPA. AF_01/2017	m³	38
4	**COBERTURA**		
4.1	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	471
4.3	Estrutura Metálica p/ Cobertura c/Vigas-Treliça Pratt e terças em UDC 127, 2 águas, sem lanternin, vãos 10,01 a 20,0m, pintada 1 d oxido ferro + 2 d esmalte epóxi branco, exceto forn. Telhas - Executada	m²	471
4.4	FORRO DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	m²	471
4.5	SUBCOBERTURA COM MANTA PLÁSTICA REVESTIDA POR PELÍCULA DE ALUMÍNO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m²	471
5	**PAVIMENTAÇÃO**		
5.2	CONTRAPISO ACÚSTICO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO EM ÁREAS SECAS MENORES QUE 15M2, ESPESSURA 7CM. AF_10/2014	m²	560

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2022.08.08 07:59:07 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 871355/2022, em 19/08/2022 emitida

Certidão nº 871355/2022
03/04/2023, 17:08
Chave de Impressão: zDAyW
O documento neste ato registrado foi emitido em 11/08/2022 e contém 6 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 259
Processo nº 170-2023
Rubrica

5.3	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO GRÉS DE DIMENSÕES 35X35 CM, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014	m²	471
6	**ALVENARIA E VEDAÇÃO**		
6.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	m²	1057,5
6.2	DIVISÓRIA DE GRANITO CINZA E=3cm	m²	23,94
7	**REVESTIMENTOS**		
7.1	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m²	2115
7.2	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	m²	2115
7.3	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS, MEIA PAREDE, OU PAREDE INTEIRA, PLACAS GRÊS OU SEMI-GRÊS DE 20X20 CM, PARA EDIFICAÇÕES HABITACIONAIS UNIFAMILIAR (CASAS) E EDIFICAÇÕES PÚBLICAS PADRÃO. AF_11/2014	m²	215
8	**PINTURA**		
8.1	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	m²	1900,5
8.2	PINTURA ESMALTE ACETINADO PARA MADEIRA, DUAS DEMAOS, SOBRE FUNDO NIVELADOR BRANCO	m²	84
8.3	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	1900,5
8.4	EMASSAMENTO DE PAREDES EXTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA ACRÍLICA	m²	1900,5
9	**ESQUADRIAS**		
9.1	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m²	23,1
9.2	JANELA BASCULANTE EM ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL, EXCLUSIVE VIDRO	m²	3,5
9.3	VIDRO LISO COMUM TRANSPARENTE, ESPESSURA 5MM	m²	3,5
9.4	PORTA 2 FOLHAS C/BANDEIRA E FIXO 2 FLS. DE VIDRO TEMPERADO E=10mm (3.60X2.90) m	CJ	1

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2022.08.08 07:59:24 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 871355/2022, emitida em 19/08/2022

Certidão nº 871355/2022
03/04/2023, 17:08
Chave de Impressão: zDAyW
O documento neste ato registrado foi emitido em 11/08/2022 e contém 6 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

BOM JESUS DAS SELVAS
Folha nº 260
Processo nº 170.2023
Rubrica

9.5	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO POPULAR, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	

10 INSTALAÇÕES ELETRICAS

10.1	Ponto de luz em teto ou parede, com eletroduto de pvc flexivel sanfonado embutido Ø 3/4"	un	93
10.2	Ponto de tomada 2p+t, ABNT, de embutir, 10 A, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", fio rigido 2,5mm² (fio 12), inclusive placa em pvc e aterramento	pt	55
10.3	Ponto de interruptor 01 seção (1 s) embutido com eletroduto de pvc flexível sanfonado Ø 3/4"	pt	20
10.4	Ponto de tomada 3p para ar condicionado até 3000 va, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", incluindo conjunto astop/30a-220v, inclusive aterramento	pt	10
10.5	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO TARTARUGA, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED DE 6 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	8
10.6	LUMINÁRIA TIPO PLAFON, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED DE 12/13 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	85
10.7	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METALICA, PARA 32 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	1
10.8	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO GERAL BAIXA TENSÃO, C/ACESSÓRIOS - 1UN DE MEDIÇÃO	UN	1

11 INSTALAÇÕES HIDRAULICAS E SANITARIAS

11.1	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA (SUBRAMAL) COM TUBULAÇÃO DE PVC, DN 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA, INCLUSOS RASGO E CHUMBAMENTO EM ALVENARIA. AF_12/2014	UN	28
11.2	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INST. TUBO PVC, SÉRIE N, ESGOTO PREDIAL, 100 MM (INST. RAMAL DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANIT., PRUMADA ESG. SANIT., VENTILAÇÃO OU SUB-COLETOR AÉREO), INCL. CONEXÕES E CORTES, FIXAÇÕES, P/ PRÉDIOS. AF_10/2015	M	28
11.3	CAIXA DE GORDURA ESPECIAL (CAPACIDADE: 312 L - PARA ATÉ 146 PESSOAS SERVIDAS NO PICO), RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 0,4X1,2 M, ALTURA INTERNA = 1 M. AF_05/2018	UN	1
11.4	SUMIDOURO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 1,6 X 5,8 X 3,0 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 50 M² (PARA 20 CONTRIBUINTES). AF_05/2018	UN	1
11.5	FILTRO ANAERÓBIO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 1,4 X 3,0 X 1,67 M, VOLUME ÚTIL: 5040 L (PARA 32 CONTRIBUINTES). AF_05/2018	UN	1
11.6	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	M	100
11.7	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2022.08.08 07:59:43 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 871355/2022, em 19/08/2022 emitida

Certidão nº 871355/2022
03/04/2023, 17:08
Chave de Impressão: zDAyW
O documento neste ato registrado foi emitido em 11/08/2022 e contém 6 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 261
Processo nº 170-2023
Rubrica

11.8	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - PADRÃO MÉDIO, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM METAL CROMADO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	7
11.9	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 45 X 55CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO MÉDIO, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL DE 40CM EM METAL CROMADO, COM TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2
11.10	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 2.20x0.60, com 03 cubas de embutir de louça, sifão plástico, válvula plástica, torneira em aço inox, inclusive rodopia 10 cm, assentada	un	2
11.11	Lavatório com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 0.80x0.60, com 01 cuba de louça de embutir, sifão cromado, válvula cromada, torneira cromada, inclusive rodopia 10 cm, assentada.	un	2
11.12	Pia de cozinha com bancada em granito cinza andorinha, e = 2cm, dim 2.40x0.60, com 01 cuba de aço inox, sifão cromado, válvula cromada, torneira em aço inox, inclusive rodopia 10 cm, assentada.	un	1
11.13	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPA, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	9
11.14	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	6
12	**PISCINA**		
12.1	ESCAVACAO MECANICA CAMPO ABERTO EM SOLO EXCETO ROCHA ATE 2,00M PROFUNDIDADE	m³	41,25
12.2	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X29 CM, (ESPESSURA 14 CM), FBK = 4,5 MPA, PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M², SEM VÃOS, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO. AF_12/2014	m²	43,35
12.3	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR COM DOIS PAVIMENTOS (CASA EM EMPREENDIMENTOS), FCK = 25 MPA. AF_01/2017	m³	8,9
12.4	IMPERMEABILIZAÇÃO DE PAREDES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 2CM. AF_06/2018	m²	50,89
12.5	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES INTERNAS DE RESERVATÓRIOS ENTERRADOS	m²	88,39
12.6	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, APLICADO MANUALMENTE, TRAÇO 1:2:8, EM BETONEIRA DE 400L, PAREDES INTERNAS, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASAS) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_12/2014	m²	43,35
12.7	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO, APLICADO EM PANOS SEM VÃOS. AF_06/2014	m²	88,39
12.8	Guarda-corpo em tubo de aço inox ø=1 1/2", duplo, L=28cm, para fixação em parede, c/acabamento polido	m	24,5
12.9	Filtro e Bomba F350 + 2 Retorno + 2 Ralos + 01 Aspiração + 2 Refletores + 2 Caixas de Passagem + Comando	un	1
12.10	D3ECK - REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_06/2014	m²	50,2

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2022.08.08 07:59:58 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 871355/2022, em 19/08/2022 emitida

Certidão nº 871355/2022
03/04/2023, 17:08
Chave de Impressão: zDAyW
O documento neste ato registrado foi emitido em 11/08/2022 e contém 6 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

PREFEITURA DE BOM JESUS DAS SELVAS
Folha nº 262
Processo nº 170-2023
Rubrica

13 SERVIÇOS FINAIS

13.1	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	m²	100
13.2	EXECUÇÃO DE PÁTIO/ESTACIONAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	m²	120
13.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS. AF_06/2016_P	M	22
13.4	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018	UN	2
13.5	EXTINTOR DE CO2 6KG - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2
13.6	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	16
13.7	Reservatorio elevado c/ caixa d'agua em fibra de vidro de 5.000 litros apoiado em estrutura pre-moldada concreto, composta de capitel p/apoio da caixa e pilar cilindrico c/altura util = 6,00m, incluso frete e montagem no local, exceto inst.hidraulica	un	1
13.8	LIMPEZA GERAL	m²	471

Registramos, ainda, os serviços acima referidos foram realizados em conformidade com o contratado, tendo o profissional cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que o desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Bom Jesus das Selvas/MA 15 de junho de 2022

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349
Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349
Dados: 2022.08.08 08:00:14 -03'00'

ROZILENE FERREIRA SILVA
Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas/MA
Eng. Civil CREA/MA 6147-D
ENG. FISCAL DO MUNICÍPIO

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 871355/2022, emitida em 19/08/2022

Certidão nº 871355/2022 em 03/04/2023, 17:08
Chave de Impressão: zDAyW
Documento neste ato registrado foi emitido em 11/08/2022 e contém 6 folhas

Folha nº 263
Processo nº 170-2023
Rubrica

CREA-MA

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
868524/2022
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s)

Profissional: **WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR**
Registro: **1100237178MA** RNP: **1100237178**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20200315419** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 27/01/2020 Baixada em: 12/06/2022
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **ALVORADA CONSTRUIR LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS** CPF/CNPJ: **01.612.668/0001-52**
Endereço do contratante: PRAÇA PRAÇA MUNICIPAL Nº: S/Nº
Complemento: PRAÇA MUNICIPAL Bairro: CENTRO
Cidade: BOM JESUS DAS SELVAS UF: MA CEP: 65395000
Contrato: 0333/2019 Celebrado em: 20/09/2019
Valor do contrato: R$ 741.347,52 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: RUA rua barreirinha Nº: S/Nº
Complemento: rua barreirinha Bairro: CENTRO
Cidade: BOM JESUS DAS SELVAS UF: MA CEP: 65395000
Coordenadas Geográficas: -4.481777 -46.852433
Data de início: 30/09/2019 Conclusão efetiva: 30/03/2020
Finalidade: Escolar
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS CPF/CNPJ: 01.612.668/0001-52

Atividade Técnica: 7 - **EXECUÇÃO** #A0131 - ESCOLA 53 - EXECUCAO 644,00 metro quadrado; 7 - **EXECUÇÃO** #A0301 - ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO 53 - EXECUCAO 644,00 metro quadrado; 7 - **EXECUÇÃO** #A0302 - ESTRUTURA METALICA 53 - EXECUCAO 644,00 metro quadrado; 7 - **EXECUÇÃO** #A0425 - REDE HIDRO-SANITARIA 53 - EXECUCAO 644,00 metro quadrado; 7 - **EXECUÇÃO** #A0602 - FUNDACOES SUPERFICIAIS 53 - EXECUCAO 644,00 metro quadrado; 7 - **EXECUÇÃO** #A0831 - ACESSIBILIDADE 53 - EXECUCAO 644,00 metro quadrado; 7 - **EXECUÇÃO** #B1106 - INSTALACAO ELETRICA EM B.TENSAO P. FINS RESID./COMERC. 53 - EXECUCAO 644,00 metro quadrado.

Observações

contratação de empresa para construção de uma unidade escolar com 8 (oito) salas de aula na rua barreirinha no município de bom jesus das selvas

Informações Complementares

- O atestado está registrado apenas para atividades técnicas constantes da ART, não sendo contempladas neste registro os itens 7.0.3 IMUNIZAÇÃO DE MADEIRAMENTO, 13 INSTALAÇÃO TELEFONICA por se tratar de atividades fora da atribuição do profissional

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 9 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 868524/2022
28/06/2022, 12:11
aB32a

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) a qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: aB32a

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 264
Processo nº 170-2023
Rubrica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestadode execução, que a empresa **ALVORADA CONSTRUIR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.703.869/0001-16, sediado na Rua Ceará, nº65, Vila Mariana – CEP: 65.938-000, na cidade de Ribamar Fiquene - MA**, Estado do Maranhão, prestou serviços a **Prefeitura Municipal do Bom Jesus das Selvas**, através do , **CNPJ nº01. 612.668/0001-52**, de execução dos serviços de Construção de 01 (uma) Unidade Escolar com 08(oito) salas de aula na Rua Barrerinha s/nº, Centro do município de Bom Jesus das Selvas/MA de **30/09/2019 a 30/03/2020**, o valor do contrato **R$ 741.347,52** (Setecentos e quarenta e um mil, trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos),conforme as especificações descritas no instrumento de Edital **TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2019** e **Processo administrativo nº 0331.03.3/2019**, abaixo caracterizada, cumprindo satisfatoriamente o contratocelebrado entre as partes.

DADOS GERAIS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- **DADOS DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO:**

1. TOMADA DE PREÇOS **nº 015/2019**
2. Processo Administrativo **nº: 0331.03.3/2019**
3. Contrato **nº: 0333/2019**
4. Endereço da obra: **Rua Barrerinha-Centro, no Município deBom Jesus das Selvas -MA**

- **DADOS DAS ART´S:**

1. ART de execução **nº: MA20200315419**
2. ART de fiscalização **nº: MA20190287800**

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 868524/2022, emitida em 28/06/2022

Certidão nº 868524/2022
28/06/2022, 20:08
Chave de Impressão: aB3za
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/06/2022 e contem 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 265
Processo nº 170.2022
Rubrica

➢ **DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

Nome: **WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR**

Título: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP/Registro/Visto: **110023717-8/ 110023717-8MA**

PRESTOU SERVIÇOS DE:

Item	DISCRIMINAÇÃO	Und.	Quant.
1.	**SERVIÇOS INICIAIS**		
1.0.1.	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, N° 22, 2 x 1,25m, MODELO CAIXA	m2	6
1.0.2.	LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE ÁGUA - KIT CAVALETE PVC COM REGISTRO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	1
10.3	LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA, ATRAVÉS DE GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PONTALETADAS	m2	644
2.	**MOVIMENTAÇÃO DE TERRA**		
2.0.1.	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	m3	225.4
2.0.2.	REGULARIZACAO DE SUPERFICIES EM TERRA COM MOTONIVELADORA	m2	644
2.0.3.	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA - DMT 1,8KM	m³xKm	405.72
2.0.4.	COMPACTACAO MECANICA, SEM CONTROLE DO GC	m3	225.4
2.0.5.	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS	m3	81.6
3.	**INFRA-ESTRUTURA - VIGAS BALDRAMES**		
3.0.1.	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS	m3	81.04
3.0.2.	PREPARO DE FUNDO DE VALA, REGULARIZAÇÃO E COMPATAÇÃO - VIGAS BALDRAMES	m2	162.08
3.0.3.	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (CIMENTO/ AREIA MEDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO	m3	16.21
3.0.5.	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO CONVENCIONAL, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL MULTIFAMILIAR (PRÉDIO), FCK = 25 MPA, AF_01/2017	m3	29.17
3.0.11	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA	m3	6.48
4.	**SUPERESTRUTURA - PILARES E VIGAS**		
4.0.1	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO CONVENCIONAL, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL MULTIFAMILIAR (PRÉDIO), FCK = 25 MPA, AF_01/2017	m3	14.09
5.	**ALVENARIA DE VEDAÇÃO EDIFICAÇÃO**		

ROZILENE FERREIRA
SILVA 34601392349

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 868524/2022, emitida em 28/06/2022

Certidão nº 868524/2022
28/06/2022, 20:06
Chave de Impressão: a6324
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/06/2022 e contém 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 266
Processo nº 170-2023
Rubrica

5.0.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), 1/2 VEZ ASSENTADOS. ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	m2	1494.675
5.0.2	87518 ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X9X19CM (ESPESSURA 14CM, BLOCO DEITADO) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF	m2	15
6.	**ESQUADRIAS**		
6.0.1	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - PM1	Unidade	16
6.0.2	ADUELA / MARCO / BATENTE PARA PORTA DE 90X210CM, FORNECIMENTO E MONTAGEM - PM1	Unidade	16
6.0.3	ALIZAR / GUARNIÇÃO DE 5X1,5CM PARA PORTA DE 90X210CM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - PM1	Unidade	16
6.0.4	PORTA DE FÓRMICA (PFO) PARA DIVISÓRIA DE BANHEIRO - INCLUSO FERRAGENS E TARJETA LIVRE OCUPADO	M2	12,96
6.0.5	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO PARA PORTA COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	16
6.0.6	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA DE BANHEIRO, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	4
6.0.7	PORTA DE FERRO PFE (2,00X2,35M) - FACHADA	M2	4,7
6.0.8	PORTA DE FERRO PFE (1,50X2,35)	M2	3,53
6.0.9	PORTA DE FERRO PFE - ABRIGO DE GÁS (0,70 X 0,80M) - COMPLETA	M2	0,56
6.0.10	JANELA DE ALUMÍNIO JA-2 (1,50X1,00M) DE CORRER, 2 FOLHAS, COM VIDROS 4MM	M2	65,05
7.	**COBERTURA**		
7.0.1	ESTRUTURA PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO EM MADEIRA APARELHADA	m2	644
7.0.2	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 10 M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO IÇAMENTO	UN	13
7.0.3	IMUNIZAÇÃO DE MADEIRAMENTO PARA COBERTURA UTILIZANDO CUPINICIDA INCOLOR	m2	644
7.0.4	TELHAMENTO COM TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO E= 6 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_06/2016	m2	644
7.0.5	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM	m	30
7.0.6	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM	m	48,69
7.0.7	CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, INCLUSO FIXAÇÃO, IÇAMENTO E ACESSÓRIOS	m	80

ROZILENE FERREIRA [illegible]
SILVA:34601392349 [illegible]

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 8685524/2022, emitida em 28/06/2022

Certidão nº 8685524/2022
28/06/2022, 20:06
Chave de Impressão: aB32a
O documento neste site registrado foi emitido em 20/06/2022 e contém 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 267
Processo nº 170-2023
Rubrica

7.0.8	ISOLAMENTO TERMICO COM MANTA DE LA DE VIDRO, ESPESSURA 2,5CM	m2	563,02
7.0.9	FORRO DE PVC, TIPO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	m2	563,02
8.	**IMPERMEABILIZAÇÃO**		
8.0.1	IMPERMEABILIZACAO COM TINTA BETUMINOSO EM FUNDAÇÕES EM BALDRAMES	m2	184,85
9.	**REVESTIMENTOS DE PAREDES**		
9.0.1	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3	m2	2943,41
9.0.2	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, APLICADO EM PAREDES, ESPESSURA DE 10MM	m2	200,1
9.0.3	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, APLICADA EM TETO, ESPESSURA DE 10MM	m2	2743,34
9.0.4	REVESTIMENTO CERÂMICO DIMENSÕES 15X15 CM - AZULEJO BRANCO ESMALTADO EXTRA	m2	290,1
10.	**PAVIMENTAÇÃO**		
10.0.1	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO, ESPESSURA 2CM	m2	563,02
10.0.2	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M² AF_06/2014	m2	602,02
10.0.3	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA	m	324,16
11.	**PINTURA**		
11.0.1	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES INTERNAS, DUAS DEMÃOS	m2	2743,34
11.0.2	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, DUAS DEMÃOS	m2	12,75
11.0.3	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO	m2	2743,34
11.0.4	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO	m2	12,75
11.0.5	PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	m2	2743,34
11.0.6	PINTURA ESMALTE SINTÉTICO 02 DEMÃOS, COM FUNDO ZARCÃO SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA, COM UTILIZAÇÃO DE REVOLVER DE AR COMPRIMIDO	m2	17,58
11.0.7	EMASSAMENTO COM MASSA A OLEO, DUAS DEMAOS, EM MADEIRA (PORTAS/BATENTES E ALIZAR)	m2	105,3
11.0.8	PINTURA ESMALTE ACETINADO EM MADEIRA, DUAS DEMAOS (PORTAS/BATENTES E ALIZAR)	m2	105,3
12.	**INSTALAÇÃO ELÉTRICA**		
12.0.1	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO LUZ E FORÇA		
12.0.2	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METALICA, PARA 18 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO	Unidade	1

Assinado por 1 pessoa: ROZILENE FERREIRA DA SILVA 34601392849
ROZILENE FERREIRA DA SILVA:34601392849 Data: 2022.06.28 11:20:44 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 868524/2022, emitida em 28/06/2022

Certidão nº 868524/2022
26/06/2022, 20:07
Chave de Impressão: 45324
O documento neste ato registrado foi emitido em 26/06/2022 e contém 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 268
Processo nº 170-2023
Rubrica

	TRIFASICO E NEUTRO. FORNECIMENTO E INSTALACAO		
12.0.3	DISJUNTORES		
12.0.4	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	Unidade	2
12.0.5	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 25A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	Unidade	3
12.0.6	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 20A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	Unidade	6
12.0.7	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 16A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	Unidade	3
12.0.8	LUMINÁRIAS		
12.0.9	LUMINÁRIAS TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM REATORES DE PARTIDA RÁPIDA E LÂMPADAS FLUORESCENTES 2X2X40W, COMPLETAS. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	75
12.0.10	FIAÇÃO E ELETRODUTOS		
12.0.11	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	m	1920
12.0.12	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	m	2709
12.0.13	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	m	1422
12.0.14	CAIXAS		
12.0.15	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" PVC INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	Unidade	82
12.0.16	TOMADAS E INTERRUPTORES		
12.0.17	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	16
12.0.18	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	8
12.0.19	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	2
12.0.20	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	1
12.0.21	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 AFORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	2
12.0.22	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	64
12.0.23	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	12
12.0.24	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	1
12.0.25	ESPELHO PLÁSTICO 4X2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	73

Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2022.08.16 15:49:05 -03'00'

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 8685324/2022, emitida em 28/06/2022

Certidão nº 8685324/2022
28/06/2022, 20:07
Chave de Impressão: 9B32a
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/06/2022 e contem 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 269
Processo nº 170-2022
Rubrica

12.0.26	**ENTRADA DE ENERGIA**		
12.0.27	ISOLADOR ROLDANA DE PORCELANA, TIPO PINO MONOCORPO, PARA TENSAO DE *15* KV	Unidade	2
12.0.28	ARMACAO SECUNDARIA QUEREX COMPLETA PARA DUAS LINHAS-FORNECIMENTO E INSTALACAO.	Unidade	2
12.0.29	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM² ANTI-CHAMA 450/750 V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	20
12.0.30	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 10MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	Unidade	4
12.0.31	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	60
12.0.32	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30
12.0.33	CAIXA DE PROTECAO PARA 1 MEDIDOR TRIFASICO, EM CHAPA DE ACO 20 USG (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL)	Unidade	1
12.0.34	CAIXA DE PASSAGEM 30X30X40 COM TAMPA E DRENO BRITA	Unidade	1
12.0.35	HASTE DE ATERRAMENTO COPERWELD 3/8X3,00M COM CONECTOR	Unidade	1
12.0.36	CABO DE COBRE NU 16MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	m	5
12.0.37	POSTE CONCRETO SEÇÃO CIRCULAR , 8,00/100 DAN 200KG INCLUSIVE ESCAVACAO, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO)	Unidade	1
12.0.38	CAIXA DE PASSAGEM 60X60X70 FUNDO BRITA COM TAMPA	Unidade	1
12.0.39	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	75
12.0.40	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	m	100
13.	**INSTALAÇÃO TELEFÔNICA**		
13.0.1	CABO TELEFONICO CTP-APL-50, 10 PARES (USO EXTERNO) - FORNECIMENTO E INSTALACAO	m	50
13.0.2	CABO TELEFONICO CCI-50 1 PAR (USO INTERNO) - FORNECIMENTO E INSTALACAO	m	84
13.0.3	TOMADA PARA TELEFONE DE 4 POLOS PADRAO TELEBRAS - FORNECIMENTO E INSTALACAO	Unidade	8
13.0.4	QUADRO DE DISTRIBUICAO PARA TELEFONE N 3, 40X40X12CM EM CHAPA METALICA, DE EMBUTIR, PADRAO TELEBRAS, FORNECIMENTO E INSTALACAO	Unidade	1
13.0.5	CAIXA ENTERRADA PARA INSTALACOES TELEFONICAS TIPO R1 0,60X0,35X0,50M EM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL	Unidade	1
14.	**INSTALAÇÃO HIDRÁULICA**		
14.0.1	INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 25 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES	m	201,15

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601692349

Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601692349

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 868524/2022.

Certidão nº 868524/2022
26/06/2022 20:07
Chave de impressão: aB32A
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/06/2022 e contém 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 270
Processo nº 170-2023
Rubrica

14.0 2	INSTALAÇÃO TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 32 MM, INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES	m	7,5
14.0 3	INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 40 MM, INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES	m	11,25
14.0 4	INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 50 MM, INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES	m	118,5
14.0 5	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 32 MM X 1", PARA CAIXA D AGUA	Unidade	2
14.0 6	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 50 MM X 1 1/2", PARA CAIXA D'AGUA	Unidade	2
14.0 7	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 (REF 1509)	Unidade	2
14.0 8	TORNEIRA METALICA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1", COM HASTE METALICA E BALAO PLASTICO	Unidade	2
14.0 9	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 1000 LITROS, COM ACESSÓRIOS	Unidade	2
15.	**INSTALAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, TUBULAÇÕES E CONEXÕES DE PVC**		
15.0 1	TUBO PVC, PL, SERIE R, DN 100 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAL (NBR 5688)	m	98,86
15.0 2	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H= 60CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	Unidade	5
15.0 3	CAIXA DE AREIA 40X40X40CM EM ALVENARIA - EXECUÇÃO	Unidade	2
16.	**INSTALAÇÃO SANITÁRIA, TUBULAÇÕES E CONEXÕES DE PVC**		
16.0 1	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO	m	161,76
16.0 2	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO	m	12
16.0 3	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO	m	90
16.0 4	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO	m	12,42
16.0 5	CAIXA SIFONADA PVC 150 X 150 X 50MM	Unidade	5
16.0 6	CAIXA DE GORDURA EM CONCRETO PRE-MOLDADO 80x50x80cm	Unidade	1
16.0 7	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO 60X60X60CM ESCAVAÇÃO E CONFECÇÃO	Unidade	5
16.0 8	TANQUE SÉPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,10 M, ALTURA INTERNA = 2,50 M, VOLUME ÚTIL = 3463,6 L (PARA 13 CONTRIBUINTES). AF_05/2018 UN AS 2 308,02	Unidade	1
16.0 9	SUMIDOURO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 1,6 X 3,4 X 3,0 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 32,9 M² (PARA 13 CONTRIBUINTES). AF_05/2018 UN AS 5 355,75	Unidade	1

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349

Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349
Dados: 2022.06.28 16:49:22 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 868524/2022, emitida em 28/06/2022

Certidão nº 868524/2022 - 28/06/2022, 20:07
Chave de Impressão: aB32a
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/06/2022 e contém 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 271
Processo nº 170-2023
Rubrica

17.	**PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO**		
17.0 1	EXTINTOR DE PQS 4KG - FORNECIMENTO E INSTALACAO	Unidade	2
17.0 2	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6 HORAS	Unidade	9
17.0 3	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, 13 X 26 CM, EM PVC 2 MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434)	Unidade	3
18.	**LOUÇAS E METAIS**		
18.0 1	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	8
18.0 2	VASO SANITARIO SIFONADO PARA PCD COM LOUÇA BRANCA COM ASSENTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2
18.0 3	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO	Unidade	10
18.0 4	LAVATORIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA 44 X 35,5 CM, INCLUSO SIFÃO FLEXIVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E COM TORNEIRA CROMADA PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_12/2013	Unidade	6
18.0 5	TANQUE DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 30L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA METÁLICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	1
18.0 6	CUBA DE EMBUTIR DE AÇO INOXIDÁVEL MÉDIA, INCLUSO VÁLVULA TIPO AMERICANA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	1
18.0 7	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPA, INCLUSO FIXAÇÃO	Unidade	9
18.0 8	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO	Unidade	3
18.0 9	PORTA TOALHA BANHO EM METAL CROMADO, TIPO BARRA, INCLUSO FIXAÇÃO	Unidade	3
18.0 10	SABONETEIRA DE LOUÇA BRANCA 7,5 X 15CM, PARA PIA DA COZINHA	Unidade	1
18.0 11	VALVULA DESCARGA 1 1/2" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	Unidade	9
18.0 12	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/2", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, INSTALADO	Unidade	4
18.0 13	TORNEIRA DE BÓIA REAL, ROSCÁVEL, 3/4", FORNECIDA E INSTALADA EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA, AF_06/2016	Unidade	1
18.0 14	TORNEIRA CROMADA COM BICO PARA JARDIM/TANQUE/ABRIGO DE LIXO	Unidade	3
18.0 15	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	1
18.0 16	SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1" X 1 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2013	UN	4

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349
Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2023.06.16 15:50:08 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 868524/2022, emitida em 28/06/2022

Certidão nº 868524/2022
26/06/2022, 20:07
Chave de Impressão: 46320
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/06/2022 e contem 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 272
Processo nº 170-2023
Rubrica

19.	**SERVIÇOS DIVERSOS**		
19.0.1	PAREDE DIVISORIA PARA SANITARIOS E BANHEIROS	m2	31,1
19.0.2	GRANITO PARA BANCADA, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, E= 2,5 CM	m2	2,196
19.0.3	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	un	6
19.0.4	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO - PADRÃO MÉDIO	un	6
19.0.5	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO PARA LAVATÓRIO 0,50 X 0,60 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	un	1
19.0.6	CONCRETAGEM FCK=20 MPA, PARA PARA CALÇADAS E RAMPAS EXTERNAS, LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	13,36
19.0.7	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO PARA PIA DE COZINHA 1,50 X 0,60 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_12/2013	Unidade	1
19.0.8	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM.	UNIDADE	4
19.0.9	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM, PARA FIXAÇÃO NA PORTA	UN	2
20.	**SERVIÇOS FINAIS**		
20.0.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m2	644
20.0.2	EXECUÇÃO DE RESERVATÓRIO ELEVADO DE ÁGUA (2000 LITROS)	UN	1

Registramos, ainda, os serviços acima referidos foram realizados em conformidade com o contratado, tendo o profissional cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que o desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Bom Jesus das Selvas/MA 15 de junho de 2022

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349
Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2022.06.16 15:50:58 -03'00'

ROZILENE FERREIRA SILVA
Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas/MA
Eng. Civil CREA/MA 6147-D
ENG. FISCAL DO MUNICÍPIO

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 868524/2022, emitida em 28/06/2022

Certidão nº 868524/2022
28/06/2022 20:07
Chave de impressão aB32a
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/06/2022 e contem 6 folhas

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
Folha nº 273
Processo nº 869881/2022 - 2023
Atividade concluída
Rubrica

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR**
Registro: **1100237178MA** RNP: **1100237178**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20190283943** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 11/09/2019 Baixada em: 12/06/2022
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **ALVORADA CONSTRUIR LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS** CPF/CNPJ: **01.612.668/0001-52**
Endereço do contratante: PRAçA PRAÇA MUNICIPAL Nº: S/Nº
Complemento: PRAÇA MUNICIPAL Bairro: CENTRO
Cidade: BOM JESUS DAS SELVAS UF: MA CEP: 65395000
Contrato: 0327/2019 Celebrado em: 05/09/2019
Valor do contrato: R$ 379.648,28 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: POVOADO POVOADO ÁGUA AMARELA II Nº: S/Nº
Complemento: POVOADO ÁGUA AMARELA II Bairro: POVOADO ÁGUA AMARELA II
Cidade: BOM JESUS DAS SELVAS UF: MA CEP: 65395000
Data de início: 13/09/2019 Conclusão efetiva: 16/01/2020
Finalidade: Esportivo
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS CPF/CNPJ: 01.612.668/0001-52

Atividade Técnica: **1 - ATUACAO** #A0123 - EDIFICIOS ESPECIFICOS - GINASIO DE ESPORTES 53 - EXECUCAO 900.00 metro quadrado;

Observações

ART DESTINADA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTE DA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA ESCOLAR COBERTA PROJETO PADRÃO FNDE/MEC, COM MOTIVAÇÃO NA TOMADA DE PREÇOS Nº011/2019 - CPL E SEUS ANEXOS E DE ACORDO COM O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0327/2019

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 9 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 869881/2022
20/07/2022, 09:01
b46Dw

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: b46Dw

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestadode execução, que a empresa **ALVORADA CONSTRUIR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.703.869/0001-16, sediado na Rua Ceará, nº65, Vila Mariana – CEP: 65.938-000, na cidade de Ribamar Fiquene** - **MA**, Estado do Maranhão, prestou serviços a **Prefeitura Municipal do Bom Jesus das Selvas**, através do **, CNPJ nº01. 612.668/0001-52**, de execução dos serviços remanescentes da Construção de Quadra Escolar Coberta com Vestiário, pertencente a Escola Municipal Bom Jesus das Selvas IV, situada no Povoado Água Amarela II, no município de Bom Jesus das Selvas/MA de **13/09/2019 a 16/01/2020**, o valor do contrato **R$ 379.648,28** (Trezentos e setenta e nove mil, trezentos e seiscentos e quarenta e oito centavos),conforme as especificações descritas no instrumento de Edital **TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2019** e **Processo administrativo nº 0327.04.3/2019**, abaixo caracterizada, cumprindo satisfatoriamente o contratocelebrado entre as partes.

DADOS GERAIS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- **DADOS DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO:**

1. TOMADA DE PREÇOS **nº 011/2019**
2. Processo Administrativo **nº: 0327.04.3/2019**
3. Contrato **nº: 0327/2019**
4. Endereço da obra: POVOADO - **Povoado Água Amarela II, no Município de Bom Jesus das Selvas -MA**

- **DADOS DAS ART´S:**

1. ART de execução **nº: MA20190283943**
2. ART de fiscalização **nº: MA20190284472**

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 869881/2022, em 20/07/2022 emitida

Certidão nº 869881/2022
20/07/2022, 10:28
Chave de Impressão: b46Dw
O documento neste ato registrado foi emitido em 13/07/2022 e contém 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 275
Processo nº 170 - 2023

➢ DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Nome: **WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR**

Título: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP/Registro/Visto: **110023717-8/ 1100237178MA**

PRESTOU SERVIÇOS DE:

01	**Serviços preliminares**		
1.1	Barracao para deposito em tabuas de madeira. cobertura em fibrocimento 4 mm. incluso piso argamassa traço 1:6 (cimento e areia)	M2	12,00
1.2	Placa de obra em chapa de aco galvanizado	M2	3,00
1.3	Locacao convencional de obra. através de gabarito de tabuas corridas p ontaletadas. sem reaproveitamento	M2	861,56
1.4	Instalações provisórias de esgoto	UND	1,00
1.5	Instalação provisória de água	UND	1,00
1.6	Instal/ligacao provisoria eletrica baixa tensao p/cant obra obra.m³-chave 100a carga 3kwh.20cv excl forn medidor	UND	1,00
02	**Movimento de terra**		
2.1	Escavacao manual de vala em material de 1a categoria ate 1.5m excluindo esgotamento / escoramento	M3	54,00
2.2	Aterro apiloado(manual) em camadas de 20 cm com material de empréstimo	M2	295,00
2.3	Reaterro apiloado (manual) de valas. com material reaproveitado. em ca madas de até 20 cm	M3	37,40
2.4	Carga manual de entulho em caminhao basculante 6 m³	M3	15,00
2.5	Transporte de material - bota-fora. d.m.t = 10.0 km	M3	15,00
03	**INFRA-ESTRUTURA**		
3.1	SAPATAS		
3.1.1	Lastro de concreto traco 1:4:8. espessura 5cm. preparo mecanico	M2	15,00
3.1.2	Concreto armado. fck = 18.0mpa - preparo com betoneira incluido lancamento)	M2	26,60
3.1.3	Forma madeira comp resinada 12mm p/estrutura reaprov 5 vezes - corte/ montagem/escoramento/desforma	M3	6,30
3.2	BALDRAME		
3.2.1	Forma madeira comp resinada 12mm p/estrutura reaprov 5 vezes - corte/ montagem/escoramento/desforma	M2	260,60
3.2.2	Concreto armado. fck = 18.0mpa - preparo com b etoneira inclui lancamento	M3	34,30
3.2.3	Impermeabilizacao com tinta betuminosa em fundacoes. baldrames e muros de arrimo. duas demaos	M2	72,00
04	**SUPER ESTRUTURA**		
4.1	PILARES		

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2022.07.10 22:27:31 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 869881/2022, em 20/07/2022 emitida

Certidão nº 869881/2022
20/07/2022, 10:28
Chave de Impressão: b46Dw
O documento neste ato registrado foi emitido em 13/07/2022 e contém 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 276
Processo nº 170.2023
Rubrica

4.1.1	Forma madeira comp resinada 12mm p/estrutura reaprov 5 vezes - corte/ montagem/escoramento/desforma	M2	185,50
4.1.2	Concreto armado. fck = 18.0mpa - preparo com b etoneira inclui lancamento	M3	18,00
4.2	VIGAS		
4.2.1	Forma madeira comp resinada 12mm p/estrutura reaprov 5 vezes - corte/ montagem/escoramento/desforma	M2	110,00
4.2.2	Concreto armado. fck = 18.0mpa - preparo com betoneira incluida lancamento	M3	7,50
4.3	LAJE PREMOLDADA		
4.3.1	Laje pre-mold beta 11 p/1kn/m² vaos 4.40m/incl vigotas tijolos armadu- ra negativa capeamento 3cm concreto 15mpa escoramento material e mao de obra	M2	88,60
05	**PAREDES E PAINÉIS**		
5.1	Alvenaria em tijolo ceramico furado 10x15x20cm. 1/2 vez. assentado em argamassa traco 1:4 (cimento e areia)	M2	331,00
5.2	Alvenaria em tijolo ceramico furado 10x20x20cm. 1 vez. assentado em ar gamassa traco 1:4 (cimento e areia)	M2	183,00
5.3	Alvenaria de tijolo macico aparente 5,5x11x23cm a chato (espessura 11c)	M2	28,00
5.4	Cobogo de concreto (elemento vazado). 7x50x50cm. assentado com argamas sa traco 1:4 (cimento e areia)	M2	6,00
5.5	Cobogo de concreto (elemento vazado). 5x50x50cm. assentado com argamas sa de cimento e areia com aco ca-25	M2	148,10
06	**COBERTURA**		
6.1	Estrutura metalica em tesouras. vao 25m	M2	1114,00
6.2	Cobertura com telha chapa aço zincado, ondulada, esp=0,5mm	M2	1114,00
07	**ESQUADRIAS**		
7.1	Porta de madeira almofadada semi-oca 1a 0.80x2.10. incluso aduela. ali zar. dobradica e fechadura externa padrao popular	M2	2,00
7.2	Porta de madeira compensada lisa para cera/verniz. 0.90x2.10m. incluso aduela 1a. alizar 1a e dobradica com anel	UND	1,00
7.3	Porta de madeira para banheiro em compensado com laminado texturizado 0.60x1.60m. incluso marco.dobradicas e tarjeta tipo livre/ocupado	UND	4,00
7.4	Porta de madeira para banheiro em compensado com laminado texturizado 0.80x1.60m. incluso marco. Dobradicas e tarjeta tipo livre/ocupado	UND	2,00
08	**REVESTIMENTOS**		
8.1	MADEIRA		
8.1.1	Chapisco em tetos traco 1:3 (cimento e areia). espessura 0.5cm. prepar o mecanico	M2	960,10
8.1.2	Emboco traco 1:7 (cimento e areia). espessura 1.5cm. preparo manual	M2	409,10
8.1.3	Reboco com argamassa pre-fabricada. espessura 0.5cm. preparo mecanico	M2	551,00

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2022.07.10 22:27:52 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 869881/2022, em 20/07/2022 emitida

Certidão nº 869881/2022
20/07/2022, 10:28
Chave de Impressão: b46Dw
O documento neste ato registrado foi emitido em 13/07/2022 e contém 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 277
Processo nº 170-2023
Rubrica

8.1.4	Ceramica esmaltada em paredes 1a. pei-4, 20x20cm. padrao medio. fixada com argamassa colante e rejuntamento com cimento branco	M2	328,00
8.1.5	Revestimento ceramico de paredes PEI - IV ceramica 10 x 10 - incl. rejunte	M2	81,10
09	**PISOS**		
9.1	Lastro de brita apiloada (esp=6cm)	M2	633,20
9.2	Piso em concreto armado impermeabilizdo com juntas de dilataçao com espaçamento de 10cm	M2	633,20
9.3	Piso em concreto simples desempenado (esp.=5cm) , inclusive contrapiso	M2	195,40
9.4	Junta de retração, serrada com disco diamantado, para pavimentos em placa de concreto, profund.= 5cm, inclusive preenchimento com mastique	M	627,05
9.5	Piso cerâmico esmaltado PEI -V - 33x33cm-incl. rejunt conforme projeto	M2	62,50
10	**PINTURA**		
10.1	Fundo selador pva ambientes internos. uma demao	M2	847,20
10.2	Demarcacao com tinta acrilica para pisos de faixas em quadra poliespor tiva	M	360,00
10.3	Pintura esmalte 2 demaos c/1 demao zarcao p/esquadria ferro	M2	1114,00
10.4	Pintura em primer epoxi em estrutura de aco carbono aplicado a revolve r. uma demao. espessura 25micra	M2	1114,00
10.5	Pintura latex acrilica ambientes internos/externos. duas demaos	M2	847,20
10.6	Pintura com tinta acrílica para pisos em quadras poliesportivas	M2	480,00
10.7	Emassamento com massa acrilica para ambientes internos/externos. duas demaos	M2	88,60
10.8	Pintura em tinta pva latex (02 demãos), inclusive emassamento	M2	476,00
11	**INSTALAÇÕES *HIDR*ÁULICAS**		
11.1	Adaptador pvc soldavel com flanges e anel para caixa d'agua 20mmx1/2" - fornecimento e instalacao	UND	4,00
11.2	Adaptador pvc soldavel com flanges e anel para caixa d'agua 25mmx3/4" - fornecimento e instalacao	UND	12,00
11.3	Adaptador pvc soldavel com flanges e anel para caixa d'agua 32mmx1" - fornecimento e instalacao	UND	4,00
11.4	Adaptador pvc soldavel com flanges e anel para caixa d'agua 50mmx1.1/2 " - fornecimento e instalacao	UND	4,00
11.5	Bucha de redução de polipropileno verde para água quente, Ø 50 x 40 mm	UND	2,00
11.6	Bucha de redução de polipropileno verde para água quente, Ø 40 x 25 mm	UND	2,00
11.7	Caixa d´água em fibra de vidro - cap. 3.000 litros	UND	1,00
11.8	Engate flexível plástico	UND	10,00
11.9	Adaptador pvc soldavel com flanges e anel para caixa d'agua 25mmx3/4" - fornecimento e instalacao	UND	3,00

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2022.07.10 22:28:10 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 869881/2022, emitida em 20/07/2022

Certidão nº 869881/2022
20/07/2022, 10:28
Chave de Impressão: b46Dw
O documento neste ato registrado foi emitido em 13/07/2022 e contém 9 folhas

11.10	Adaptador pvc soldavel com flanges e anel para caixa d'agua 50mmx1.1/2 " - fornecimento e instalacao	UND	2,00
11.11	Joelho pvc soldavel 90° agua fria 25mm - fornecimento e instalacao	UND	11,00
11.12	Joelho pvc soldavel 90° agua fria 32mm - fornecimento e instalacao	UND	6,00
11.13	Joelho pvc soldavel 90° agua fria 50mm - fornecimento e instalacao	UND	8,00
11.14	Joelho pvc soldavel 90° agua fria 20mm - fornecimento e instalacao	UND	2,00
11.15	Joelho reducao pvc soldavel 90° agua fria 32x25mm - fornecimento e ins talacao	UND	4,00
11.16	Joelho pvc soldavel com rosca 90° agua fria 25mmx1/2" - fornecimento e instalacao	UND	16,00
11.17	Luva redução soldavel 40mm - 32mm	UND	4,00
11.18	Luva reduçao soldavel 50mm - 20mm	UND	2,00
11.19	Luva pvc soldavel agua fria 32mm - fornecimento e instalacao	UND	4,00
11.20	Luva pvc rosqueavel agua fria 3/4" - fornecimento e instalacao	UND	8,00
11.21	Registro gaveta 1" com canopla acabamento cromado simples - fornecimen to e instalacao	UND	2,00
11.22	Registro gaveta 1.1/2" com canopla acabamento cromado simples - fornec imento e instalaca	UND	2,00
11.23	Registro gaveta 1/2" com canopla acabamento cromado simples - fornecim ento e instalacao	UND	2,00
11.24	Registro gaveta 3/4" com canopla acabamento cromado simples - fornecim ento e instalacao	UND	2,00
11.25	Registro pressao 3/4" com canopla acabamento cromado simples - forneci mento e instalacao	UND	8,00
11.26	Te de pvc soldavel agua fria 25mm - fornecimento e instalacao	UND	5,00
11.27	Te de pvc soldavel agua fria 40mm - fornecimento e instalacao	UND	8,00
11.28	Te de pvc soldavel agua fria 50mm - fornecimento e instalacao	UND	4,00
11.29	Te redução pvc soldavel agua fria 32x25mm - fornecimento e instalacao	UND	4,00
11.30	Te redução pvc soldavel agua fria 50x40mm - fornecimento e instalacao	UND	2,00
11.31	Torneira cromada 1/2" ou 3/4" de bancada para lavatorio. padrao popula r com engate flexivel e m metal cromado 1/2"x30cm- fornecimento e insta lacao	UND	8,00
11.32	Torneira de boia vazao total 3/4" com balao plastico - fornecimento e instalacao	UND	1,00
11.33	Tubo pvc soldavel agua fria dn 25mm. inclusive conexoes - fornecimento e instalacao	UND	27,00
11.34	Tubo pvc soldavel agua fria dn 25mm. inclusive conexoes - fornecimento e instalacao	UND	38,00

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349
Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2022.07.19 22:28:28 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 869881/2022, em 20/07/2022 emitida

Certidão nº 869881/2022
20/07/2022, 10:28
Chave de impressão: b46Dw
O documento neste ato registrado foi emitido em 13/07/2022 e contém 9 folhas

11.35	Tubo pvc soldavel agua fria dn 32mm. inclusive conexoes - fornecimento e instalacao	UND	28,00
11.36	Tubo pvc soldavel agua fria dn 40mm. inclusive conexoes - fornecimento e instalacao	UND	14,00
11.37	Tubo pvc soldavel agua fria dn 50mm. inclusive conexoes - fornecimento e instalacao	UND	36,00
11.38	União soldável - 20 mm	UND	6,00
11.39	União soldável - 50 mm	UND	2,00
11.40	Vaso sanitario com caixa de descarga acoplada - louca branca	UND	2,00
11.41	Vaso sanitario. assento plastico. caixa de descarga pvc de sobrepor. engate plastico. tubo de descida e bolsa de borracha	UND	4,00
12	**INSTALAÇÕES SANITÁRIAS**		
12.1	Bucha de redução longa 50 mm - 40 mm	UND	5,00
12.2	Caixa de areia 60x60x60cm em alvenaria - execução	UND	4,00
12.3	Caixa sifonada em pvc 100x100x50mm simples - fornecimento e instalação	UND	6,00
12.4	Caixa sifonada pvc 150x150x50mm com grelha redonda branca - fornecimen to e instalacao	UND	4,00
12.5	Curva pvc curta 90° esgoto 40mm - fornecimento e instalacao	UND	14,00
12.6	Fossa septica em alvenaria de tijolo ceramico macico dimensoes externa s 1.90x1.10x1.40m. 1.500 litros. revestida internamente com barra lisa . com tampa em concreto armado com espessura 8cm	UND	1,00
12.7	Joelho pvc 45° esgoto 40mm - fornecimento e instalacao	UND	3,00
12.8	Joelho pvc 45° esgoto 50mm - fornecimento e instalacao	UND	6,00
12.9	Joelho pvc 90° esgoto 100mm - fornecimento e instalacao	UND	7,00
12.10	Joelho pvc 45° esgoto 40mm - fornecimento e instalacao	UND	10,00
12.11	Juncao pvc esgoto 100x100mm - fornecimento e instalacao	UND	5,00
12.12	Juncao pvc esgoto 100x50mm - fornecimento e instalacao	UND	6,00
12.13	Juncao pvc esgoto 50x50mm - fornecimento e instalacao	UND	8,00
12.14	Sifao plastico para lavatorio ou pia tipo copo 1" - fornecimento e ins talacao	UND	9,00
12.15	Sumidouro em alvenaria de tijolo ceramico maciço diametro 1.40m e altu ra 5.00m. com tampa em concreto armado diametro 1.60m e espessura 10cm	UND	1,00
12.16	Te sanitario 100x50mm. com anéis - fornecimento e instalacao	UND	1,00
12.17	Tubo pvc esgoto predial dn 50mm. inclusive conexoes - fornecimento e i nstalacao	M	3,00
12.18	Tubo pvc esgoto serie r dn 100mm - fornecimento e instalacao	M	35,00
12.19	Tubo pvc esgoto js predial dn 40mm. inclusive conexoes - fornecimento e instalacao	M	20,00
12.20	Tubo pvc esgoto predial dn 50mm. inclusive conexoes - fornecimento	M	17,00

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2022.07.10 22:28:46 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 869881/2022, em 20/07/2022 emitida

Certidão nº 869881/2022
20/07/2022, 10:28
Chave de Impressão: b46Dw
O documento neste ato registrado foi emitido em 13/07/2022 e contém 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

Folha nº 280
Processo nº 170-2023

12.21	Valvula em plastico cromado 1" para lavatorio - fornecimento e instala cao	UND	9,00
13	**DRENAGEM PLUVIAL**		
13.1	Calha em chapa de aco galvanizado n.24. desenvolvimento 33cm	M	72,00
13.2	Tubo pvc esgoto serie r dn 150mm - fornecimento e instalacao	M	20,00
13.3	Joelho pvc 90° esgoto 100mm - fornecimento e instalacao	M	4,00
13.4	Ralo seco de pvc 100x100mm simples - fornecimento e instalacao	M	4,00
13.5	Canaleta em alvenaria com tijolo de 1/2 vez, dimensoes 30x15cm (lxa)	M	72,00
14	**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS 127/220**		
14.1	Condulete 3/4" em liga de alumínio fundido tipo "t" - fornecimento e i nstalacao	UND	5,00
14.2	Condulete 3/4" em liga de alumínio fundido tipo "ll" - fornecimento e instalacao	UND	5,00
14.3	Condulete 3/4" em liga de alumínio fundido tipo "t" - fornecimento e i nstalacao	UND	4,00
14.4	Condulete 3/4" em liga de alumínio fundido tipo "x" - fornecimento e i nstalacao	UND	1,00
14.5	Caixa de pvc 4x2", inclusive espelho	UND	16,00
14.6	Caixa de passagem pvc 3" octogonal	UND	7,00
14.7	Forn/instal fio isolado pvc 750v 2.5mm²	M	190,00
14.8	Forn/instal fio isolado pvc 750v 4mm²	M	820,00
14.9	Fio c/isolamento termoplastico antichama na bitola de 16mm2 com prepar	M	14,00
14.10	0ondutor de cobre unipolar, isolação em pvc/90°c, camada de proteção em pvc, não propagador de chamas, classe de tensão 1000v, encordoamento classe 5, flexível, com seção 35 mm²	M	41,00
14.11	Tomada dupla de embutir 2x2p+t 10a/250v c/ placa, tipo silentoque pial	UND	2,00
14.12	Tomada 2p + t para piso, 10 a, completa	UND	1,00
14.13	Interruptor simples - 1 tecla - fornecimento e instalacao	UND	7,00
14.14	Disjuntor termomagnetico monopolar padrao nema (americano) 10 a 30a 24 0v. fornecimento e instalacao	UND	5,00
14.15	Disjuntor termomagneticoBinopolar 20a, padrao DIN (linha branca)	UND	5,00
14.16	Disjuntor termomagnetico monopolar padrao nema (americano) 10 a 30a 24 0v. fornecimento e instalacao	UND	8,00
14.17	Disjuntor termomagnetico tripolar padrao nema (americano) 125 a 150a 2 40v. fornecimento e instalacao	UND	2,00
14.18	Disjuntor termomagnetico tripolar em caixa moldada 175 a 225a 240v. fo rnecimento e instalacao	UND	1,00
14.19	Dispositivo residual diferencial - dr 125a in 30 ma	UND	1,00
14.20	Quadro de distribuicao de energia sem porta. 4 circuitos. inclusive a cessorios	UND	1,00

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2022.07.10 22:29:10 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 869881/2022, em 20/07/2022 emitida

Certidão nº 869881/2022
20/07/2022, 10:28
Chave de impressão: b46Dw
Cdocumento neste ato registrado foi emitido em 13/07/2022 e contém 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

PREFEITURA BOM JESUS DAS SELVAS
Folha nº 281
Processo nº 170-2022
Rubrica

14.21	Quadro de distribuicao de energia em chapa metalica. de embutir. sem p orta. para 12 disjuntores termomagneticos monopolares. sem dispositivo para chave geral. sem barramentos fases e com barramento	UND	1,00
14.22	Eletroduto de pvc rigido roscavel , 1" , inclusive curvas	M	22,00
14.23	Eletroduto de pvc rígido roscável 20 mm (3/4") fornecimento e instala cao	M	32,00
14.24	Eletroduto de pvc rigido roscavel 40mm (1 1/2"). fornecimento e instal acao	M	22,00
14.25	Eletroduto de aco galvanizado eletrolítico tipo leve 3/4". inclusive c onexoes - fornecimento e instalacao	M	86,00
14.26	Eletroduto de aco galvanizado eletrolítico tipo leve 1". inclusive con exoes - fornecimento e instalacao	M	17,00
14.27	Eletroduto de aco galvanizado eletrolítico tipo semipesado 1 1/2". in clusive conexoes - fornecimento e instalacao	M	34,00
14.28	Luminaria tipo calha. de sobrepor. com reator de partida rapida e lamp ada fluorescente 2x40w. completa. fornecimento e instalacao	UND	6,00
14.29	Luminaria tipo calha. de sobrepor. com reator de partida rapida e lamp ada fluorescente 1x40w. completa. fornecimento e instalacao	UND	1,00
14.30	Refletor retangular fechado com lampada vapor metalico 400 w	UND	15,00
15	**SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)**		
15.1	Caixa de areia 40x40x40cm com tampa de ferro fundido	UND	5,00
15.2	conector de bronze para arte 5/8"	UND	12,00
15.3	Cordoalha de cobre nu. inclusive isoladores - 35.00 mm² - fornecimento e instalacao	M	24,00
15.4	Haste copperweld 5/8" x 3.0m com conector	UND	5,00
15.5	Tubo pvc 40 mm	UND	18,00
15.6	Terminal ou conector de pressao - para cabo 35mm² - fornecimento e ins talacao	UND	5,00
16	**SERVIÇOS DIVERSOS**		
16.1	Alambrado para quadra poliesportiva. estruturada em tubo de aço galv. c/costura din 2440. diâmetro 2". e tela em arame galvanizado 14 bwg. m alha quadrada com abertura de 2"	M2	147,00
16.2	Portao em tubo de ferro galvanizado 2" e tela de arame galvanizado fio 12 BWG, malha em 2" revestida PVC incl. dobradiças e fechadura	UND	4,00
16.3	Bancada em granito cinza andorinha para lavatorio com testeira ep. 2cm largura 50cm conforme projeto	M	4,80
16.4	Banco de concreto aparente larg=45cm e 10cm espessura sobre dois apoi-	M	4,80
16.5	Barra de apoio para deficiente em ferro galvanizado de 11/2", l = 140cm (lavatório), inclusive parafusos de fixação e pintura	UND	2,00
16.6	Barra de apoio para deficiente em ferro galvanizado de 11/2", l = 80cm (bacia sanitária e mictório), inclusive parafusos de fixação e pintura	UND	8,00
16.7	Espelho cristal espessura 4mm. com moldura em aluminio e compensado 6m m plastificado colado	M2	4,50

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349
Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349
Dados: 2022.07.10 22:29:29 -03'00'

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 869881/2022, emitida em 20/07/2022

Certidão nº 869881/2022
20/07/2022, 10:28
Chave de Impressão: b46Dw
O documento neste ato registrado foi emitido em 13/07/2022 e contém 9 folhas

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS
CNPJ – 01.612.668/0001-52

PREFEITURA BOM JESUS DAS SELVAS
Folha nº 282
Processo nº 170.2022
Rubrica

16.8	Estrutura metalica com tabela de basquete	Coj	1,00
16.9	Conjunto de traves para futsal pintadas. incluso rede	Coj	1,00
16.10	Estrutura metálica p/ rede de voley	Coj	1,00
16.11	Soleira de marmorite pre-moldada. largura 15cm. assentada com argamass a de cimento e areia	M	2,90
16.12	Limpeza geral de quadra policsportiva	M2	861,56

Registramos, ainda, os serviços acima referidos foram realizados em conformidade com o contratado, tendo o profissional cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que o desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Bom Jesus das Selvas/MA 08 de julho de 2022

ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Assinado de forma digital por ROZILENE FERREIRA SILVA:34601392349 Dados: 2022.07.10 22:29:48 -03'00'

ROZILENE FERREIRA SILVA
Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas/MA
Eng. Civil CREA/MA 6147-D
ENG. FISCAL DO MUNICÍPIO

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 869881/2022, 20/07/2022 em emitida

Certidão nº 869881/2022
20/07/2022, 10:28
Chave de Impressão: b46Dw
O documento neste ato registrado foi emitido em 13/07/2022 e contém 9 folhas

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Folha nº 283
Processo nº 170.2023
Rubrica

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
7989058	22/01/2024	22/01/2024	22/04/2024

Dados básicos:

CPF: 505.086.953-68
Nome: REINALDO GOMES DA SILVA

Endereço:

logradouro:	RUA CEARÁ		
N.º:	65	Complemento:	
Bairro:		Município:	RIBAMAR FIQUENE
CEP:	65938-000	UF:	MA

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
21-46	Controle de plantas aquáticas - Resolução CONAMA nº 467/2015

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigaçõe cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, po meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício d suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	RN39C71I4YYV5KHT

Folha nº 284

Processo nº 170-2023

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e
dos Recursos Naturais Renováveis

M M A

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

N.º de registro no banco de dados do Ibama: **7989058**

CPF/CNPJ: **505.086.953-68**

Nome/Razão Social/Endereço
REINALDO GOMES DA SILVA
RUA CEARÁ

RIBAMAR FIQUENE/MA 65938-000

Atividades Potencialmente Poluidoras

Não existem atividades potencialmente poluidoras

Observações:
1 - Este cartão é o documento comprobatório de inscrição no Cadastro Técnico Federal - CTF e de uso obrigatório nos casos legalmente determinados. Para qualquer orientação de natureza cadastral, procure a unidade local do cadastro do IBAMA.
3 - Para verificar a regularidade desta pessoa junto ao IBAMA, visite http://www.ibama.gov.br e procure Serviços On-Line, depois Consulta de Regularidade.
4 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício da(s) atividade(s) descrita(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente:
5 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA,obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema.
6 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente.
7 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.

Data de emissão: **22/01/2024**
Autenticação: **sy5u.w98f.zjx2.nmvz**

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Folha nº 285
Processo nº 170-2023
Rubrica

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
7989090	22/01/2024	22/01/2024	22/04/2024

Dados básicos:

CNPJ : 05.703.869/0001-16
Razão Social : ALVORADA CONSTRUIR LTDA
Nome fantasia : ALVORADA CONSTRUIR LTDA
Data de abertura : 03/11/2005

Endereço:

logradouro: RUA CEARÁ
N.º: 65 Complemento: PROX PREFEITURA
Bairro: VILA MARIANA Município: RIBAMAR FIQUENE
CEP: 65938-000 UF: MA

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
22-8	Outras obras de infraestrutura - Lei nº 6.938/1981: art. 10

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigaçõe cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, p meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissõe concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	5E55EGJJCG3FJVVQ

Folha nº 286
Processo nº 170-2023
Rubrica

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

M M A

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

N.º de registro no banco de dados do Ibama: **7989090**

CPF/CNPJ: **05.703.869/0001-16**

Nome/Razão Social/Endereço
ALVORADA CONSTRUIR LTDA
RUA CEARÁ
VILA MARIANA
RIBAMAR FIQUENE/MA 65938-000

Atividades Potencialmente Poluidoras

Categoria / Detalhe

Obras civis - não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 / Outras obras de infraestrutura - Lei nº 6.938/1981: art. 10

Observações:
1 - Este cartão é o documento comprobatório de inscrição no Cadastro Técnico Federal - CTF e de uso obrigatório nos casos legalmente determinados. Para qualquer orientação de natureza cadastral, procure a unidade local do cadastro do IBAMA.
3 - Para verificar a regularidade desta pessoa junto ao IBAMA, visite http://www.ibama.gov.br e procure Serviços On-Line, depois Consulta de Regularidade.
4 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício da(s) atividade(s) descrita(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente.
5 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA,obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema.
6 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente.
7 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.

Data de emissão: **15/11/2021**
Autenticação: **zygq.zitf.4339.gthq**

Folha nº 287
Processo nº 170-2023
Rubrica

QUALIFICAÇÃO ECÔNOMICO-FINANCEIRO

CERTJUDONE-VNMA - 72024
Código de validação: FB1D2B32B9

Número da guia: 24054401001697023.

SECRETARIA JUDICIAL DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIDÃO

USANDO da faculdade que me confere a Lei, **CERTIFICO** a requerimento de pessoa interessada que, dando buscas em nossos Arquivos dos Feitos referentes às Varas Cíveis, Comércio, Fazenda Pública, Família, Falência ou Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Insolvência Civil, Sucessão, Inventário, Interdição, Curatela, Ausência e Criminal, a partir do mês de Dezembro de 1997 até a presente data, constatei a **INEXISTÊNCIA** de **AÇÕES DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** contra **ALVORADA CONSTRUIR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. Nº **05.703.869/0001-16**, com sede na Rua: Ceara Bairro, Vila Mariana, nº 65, Ribamar Fiquene/MA.

CERTIFICO mais, que a Secretaria de Distribuição é a única existente nesta cidade e Comarca de Montes Altos/MA. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição ao meu cargo, no Fórum Des. Mário Ferraz, nesta cidade de Montes Altos, Estado do Maranhão, aos 22 de janeiro de 2024. Eu, Janete Maria Saraiva Simão , Secretária Judicial , o fiz digitar e assino. Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.

Montes Altos/MA, 22 de janeiro de 2024.

JANETE MARIA SARAIVA SIMÃO
Secretária Judicial de Entrância Inicial
Vara Única da Comarca de Montes Altos
Matrícula 165274

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Vara Única da Comarca de Montes Altos

Documento assinado. MONTES ALTOS, 22/01/2024 10:59 (JANETE MARIA SARAIVA SIMÃO)

Folha nº 290
Processo nº 170-2023
Rubrica

APÓLICE DIGITAL

junto SEGUROS

A sua apólice pode ser consultada através da leitura do QR Code. Entretanto, a simples leitura não dispensa a consulta das Condições Contratuais do produto na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (https://www.gov.br/susep) ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - Curitiba - PR

Data de Emissão: **23/01/2024 16:57:25**

Nº Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0204342**

Proposta: **4338551**

Controle Interno (Código Controle): **067477539**

Nº de Registro SUSEP: **05436202400120775020434 2**

DADOS DO SEGURADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

CPF/CNPJ: 01.597.629/0001-23 RUA DO COMÉRCIO, 150, SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA

DADOS DO TOMADOR: ALVORADA CONSTRUIR LTDA

CPF/CNPJ: 05703869000116 R CEARA 65, , VL MARIANA - CEP: 65.938-000 - RIBAMAR FIQUENE - MA

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.203293-3 **AIRAM CORRETORA DE SEGUROS LTDA**

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Roque Jr. de H. Melo

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Eduardo de O. Nobrega

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Eduardo de Oliveira Nobrega Nº de Série do Certificado: 62FF6E26A0F8B264 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 7ABF101BBB728D55D1532D0F6E57775DCFEADD87

Autenticidade, integridade e validade jurídica em forma eletrônica garantida através de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep, poderão ser consultadas no site https://www.gov.br/susep/pt-br de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta. A certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site https://www.gov.br/susep/pt-br. Este produto está protocolado através do N.º de Processo SUSEP 15414.636371/2022-53 e nº 15414.636374/2022-97. Atendimento SUSEP: 0800.021.8484. Central de Atendimento: 0800.704. 0301, deficiente auditivo 0800.742.6060, Ouvidoria: 0800.643.0301, http://www.consumidor.gov.br.

Nº Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0204342**
Proposta: **4338551**
Controle Interno (Código Controle): **067477539**
Nº de Registro SUSEP: **05436202400120775020434 2**

Folha nº 291
Processo nº 170.2023
Rubrica

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia Contratada

Licitante	R$ 47.000,00	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

		Início	Término
Licitante	R$ 47.000,00	26/01/2024	27/04/2024
Multas e Penalidades	R$ 47.000,00	26/01/2024	27/04/2024

Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Licitante	R$ 160,00
Adicional de Fracionamento	R$ 0,00
I.O.F	R$ 0,00
Prêmio Total	**R$ 160,00**

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R$)
1	30/01/2024	20200584	R$ 160,00

Em atendimento à Lei 12.741/12informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação especifica.O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s).Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, conforme termos e condições descritos no **Edital CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL.**

Ademais, esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes do inadimplemento de multas e penalidades administrativas impostas pelo Segurado ao Tomador, e não adimplidas no prazo definido no Contrato Principal ou notificação realizada ao Tomador.

O presente documento é emitido em consonância com a Circular SUSEP 662, de 11 de abril de 2022.

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

LICITANTE
PROCESSO SUSEP n.º 15414.636371/2022-53.

1. OBJETIVO DO SEGURO - RISCOS COBERTOS
1.1. Este contrato de seguro garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, ou demais inadimplementos elencados nos termos e condições descritos no Edital os quais levem à execução da garantia de oferta.

2. RISCOS EXCLUÍDOS

2.1. Não estão incluídos na cobertura quaisquer prejuízos ocasionados direta ou indiretamente e ocorridos em consequência de:

a) obrigações trabalhistas e previdenciárias;

b) riscos cobertos por outros ramos ou modalidades de seguro, tais como, mas não se limitando a seguro de responsabilidade civil, lucros cessantes e eventos e riscos de natureza ambiental;

c) eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil;

d) inadimplência de obrigações garantidas, decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado, que tenham contribuído de forma determinante para ocorrência do Sinistro;;

e) inadimplência de obrigações do Edital que não sejam de responsabilidade do Tomador;

f) penalidades decorrentes do atraso do Tomador na apresentação desta Apólice e seus Endossos, ou da inadequação da Apólice para garantia do Edital;

g) atos de terrorismo conforme definido por legislação ou regulamentação aplicável;

h) atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, bem como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país por meio de atos de terrorismo, guerra, revolução, subversão e guerrilhas;

i) quaisquer perdas, destruição ou danos, de quaisquer bens materiais, prejuízos e despesas emergentes ou consequentes de qualquer forma de radiação, contaminação, resíduo ou fissão, inclusive, mas não se limitando, às nucleares e ionizantes;

j) obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas no Objeto da presente Apólice.

3. PRÊMIO

3.1. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente a Apólice, assim como de todos seus Endossos.
3.2. Esta Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não pagar o Prêmio nas datas convencionadas.
3.3. A presente modalidade de seguro-garantia não contempla a hipótese de devolução de prêmio em caso de cancelamento.

ALTERAÇÕES, RENOVAÇÕES E ATUALIZAÇÕES

4.1. A Apólice acompanhará as modificações já previstas no Edital subscrito, mediante emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.2. Para alterações posteriores efetuadas no Edital, em virtude das quais se faça necessária a modificação da Apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.3. As alterações, renovações e atualizações não se presumem e serão precedidas de pedido do Segurado, acompanhado dos documentos que as demonstrem, inclusive para a atualização monetária do LMG pelo índice constante do Edital.
4.4. Ao aceitar a presente Apólice, Segurado e Tomador reconhecem o seu dever em comunicar à Seguradora, em prazo razoável, nunca superior a 10 (dez) dias úteis após o fato, de alterações ocorridas ao Edital ou da obrigação constante do Objeto da Garantia que influenciem o risco subscrito pela Seguradora, sendo, ou não, tais alterações formalizadas contratualmente.
4.5. A não observância pelo Segurado das obrigações constantes no item 4.4. importam em Perda de Direitos, conforme item 7, abaixo, desde que (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) isso tenha relação com o sinistro ou esteja comprovado, pela Seguradora, que Segurado silenciou de má-fé.

5. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE SINISTRO

5.1. Reclamação de Sinistro: não sanado o inadimplemento e não assinado o contrato administrativo licitado, a Reclamação de Sinistro poderá ser realizada pelo Segurado, mediante envio de comunicação à Seguradora, ao "canal de sinistro" constante do sítio eletrônico da Seguradora, informando-a acerca da conclusão do processo administrativo para apuração de Prejuízos.
5.2. **Caracterização do Sinistro**: o Sinistro restará caracterizado quando da exigibilidade dos Prejuízos causados ao Segurado, por culpa ou dolo do Tomador.
5.3. Para a Reclamação de Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:
a) cópia do Edital de licitação e seus anexos;
b) cópia integral do processo licitatório correspondente ao Edital;
c) cópia da notificação do Tomador para assinatura do contrato administrativo licitado;
d) cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do Tomador e culminou na aplicação de multas e/ou apuração de Prejuízos ao Segurado;

APÓLICE

e) planilha, relatório e/ou correspondências informando os Prejuízos sofridos;
f) planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
g) cópia de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre Segurado e Tomador, relacionados à inadimplência do Tomador;
h) cópia do novo contrato firmado pelo Segurado com o Licitante Substituto, quando aplicável.
5.4. **Regulação do Sinistro**: a Seguradora deverá apresentar Relatório Final de Regulação do Sinistro em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Reclamação de Sinistro devidamente acompanhada dos documentos acima listados.
5.4.1. A Seguradora poderá solicitar, ao Segurado, outros documentos e/ou informações complementares para a análise de cobertura da Reclamação de Sinistro apresentada, hipótese na qual o prazo previsto no item 5.4. será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências da Seguradora.
5.4.2. Em caso de decisão judicial, ou arbitral, que impeça ou de alguma forma influencie na possibilidade de execução da garantia pelo Segurado, ou suspenda os efeitos da Reclamação de Sinistro comunicada à Seguradora, o prazo de 30 (trinta) dias constante do item 5.4. será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão, ou ausência de efeito suspensivo ao recurso.

6. INDENIZAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

6.1. Caracterizado o Sinistro, a Seguradora indenizará o Segurado, ou o Beneficiário mediante pagamento em dinheiro dos Prejuízos ocasionados em razão da inadimplência do Tomador.
6.1.1. O cálculo da Indenização corresponderá ao valor das multas aplicadas ao Tomador, conforme disposto no Edital.
6.1.2. Em complemento ao cálculo descrito no item 6.1.1 acima, na ocorrência de sinistro, os eventuais saldos de créditos do Tomador apurados junto ao Segurado, serão utilizados para amortização do valor da indenização, sem prejuízo de seu pagamento no prazo devido.
6.2. Caso o pagamento da Indenização aconteça antes da apuração dos saldos de créditos do Tomador, o Segurado devolverá à Seguradora os valores por ela pagos em excesso.
6.3. O pagamento da Indenização deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o Segurado colaborar com a assinatura do termo de quitação ou do termo de retomada, conforme o caso.
6.3.1. O não pagamento da Indenização no prazo previsto sujeitará a Seguradora ao pagamento de juros de mora e correção monetária, a partir daquela data, nos termos do Edital e sua legislação específica.
6.4. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-rogará nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro.
6.4.1. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

7. PERDA DE DIREITOS

7.1. Aplicam-se à presente Apólice as obrigações e responsabilidades do Segurado constantes dos artigos 765, 766, 768, 769 e 771 do Código Civil, ou outros que venham a substitui-los, bem como os direitos e faculdades da Seguradora emergentes de tais dispositivos legais.
7.2 O Segurado está ciente das hipóteses de perda de direito quanto à descumprimentos de suas obrigações, ônus, encargos, desembolsos e despesas de sua responsabilidade,

assumidos e acordados no âmbito do Edital e/ou desta Apólice.

8. EXTINÇÃO DA COBERTURA

8.1. A responsabilidade da Seguradora extinguir-se-á, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações abaixo:
a) o contrato administrativo decorrente do Edital garantido pela Apólice for definitivamente assinado entre Segurado e Tomador;
b) quando a Seguradora e o Segurado assim o acordarem;
c) quando o pagamento da Indenização ao Segurado atingir o LMG da Apólice;
d) quando o Objeto da Garantia for extinto; ou
e) término da vigência prevista na Apólice ou Endosso.

8.2. A responsabilidade da Seguradora está limitada aos Prejuízos decorrentes dos eventos de inadimplemento ocorridos durante a Vigência da Apólice, observado o prazo prescricional de (um) ano aplicável ao contrato de seguro para sua caracterização e comunicação à Seguradora.

9. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES E GARANTIAS

9.1. É vedada a utilização de mais de um seguro-garantia na mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares.
9.2. No caso de existirem duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas obrigações do Objeto da Garantia, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas ao Edital, de modo a não resultar em auferição de lucro ao Segurado.

10. CONTROVÉRSIAS

10.1. Eventuais controvérsias entre Seguradora e Segurado serão processadas no foro do domicílio do Segurado.

11. ACEITAÇÃO

11.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.
11.2. A Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento.
11.2.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 11.2. Nesta hipótese, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 11.2 ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.
11.3. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, no prazo acima aludido, não caracterizará a aceitação tácita do seguro.
11.4. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 11.2. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a Seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.
11.5. A emissão da Apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de

aceitação da proposta.
11.6. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Fica estabelecido que, para fins indenitários, esta Apólice não cobrirá quaisquer Prejuízos, perdas e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes.
12.2. No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente Apólice/Endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente Apólice/Endosso.
12.3. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto em suas Condições Contratuais.
2.4. Tomador e Segurado reconhecem que a validade do presente negócio jurídico e a eficácia do contrato de seguro é vinculada à aceitação do Segurado da presente Apólice ou Endosso em sua integralidade.
12.5. Esta Apólice é inalienável e irrevogável.
12.6. Considera-se como âmbito geográfico de cobertura todo o território nacional.
12.7. A presente Apólice não conta com franquias, participações obrigatórias do Segurado, carência de qualquer tipo, assim como não permite a reintegração do seu Limite Máximo de Garantia.
12.8. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.
12.9. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.
12.10. O segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico https://www.gov.br/susep.

13. DEFINIÇÕES

13.1. Em acréscimo aos termos definidos constantes das Condições Contratuais, aplicam-se também esta Apólice, as seguintes definições:
I. **Apólice**: documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de seguro-garantia.
II. **Beneficiário**: pessoa jurídica, a qual possui interesse legítimo no Objeto da Garantia e que pode incorrer, direta ou indiretamente, em Prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual do Tomador.
III. **Condições Particulares**: conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.
IV. **Edital**: ato indicado no Objeto da Garantia, por intermédio do qual o Segurado faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas do eventual contrato a ser firmado, contemplando o instrumento de sua publicação, seus anexos, manuais, resumos projetos e demais informações disponibilizadas pelo Segurado para elaboração de propostas pelos licitantes.
V. **Endosso**: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice.
VI. **Indenização**: contraprestação da Seguradora perante o Segurado relativa aos Prejuízos causados pelo Tomador em razão do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro, a qua

APÓLICE

poderá se dar por meio de pagamento em dinheiro dos Prejuízos apurados no âmbito dos Prejuízos cobertos pelo seguro.

VII. **Limite Máximo de Garantia (LMG)**: valor máximo de Indenização garantido pela Seguradora considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice.

VIII. **Prejuízos**: multas e penalidades aplicadas pelo Segurado ao Tomador, em decorrência da não assinatura do contrato administrativo, conforme definido no Edital, as quais não tenham sido adimplidas no prazo definido no Edital ou notificação ao Tomador.

IX. **Prêmio**: importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.

X. **Prêmio Mínimo**: a parcela do prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.

XI. **Relatório Final de Regulação de Sinistro**: documento no qual a Seguradora comunica existência e cobertura ou, conforme o caso, as razões técnico-legais para eventual negativa de cobertura ou extinção de cobertura/responsabilidade da Seguradora.

XII. **Segurado**: ente da Administração Pública que publica o Edital, nos termos da legislação.

XIII. **Seguradora**: é a Junto Seguros S/A.

XIV. **Seguro-garantia**: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme Condições Contratuais da Apólice

XV. **Tomador**: pessoa jurídica participante de processo licitatório correspondente ao Edital.

XVI. **Vigência**: as Apólices e Endossos terão seu início e término de vigência às 23:59hs das datas para tal fim neles indicadas.

APÓLICE 04

Folha nº 999
Processo nº 170.2023
Rubrica

EMPRESA FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

EMPRESA FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: ALVORADA CONSTRUIR LTDA **NIRE :** 21200544885 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada	**Protocolo:** MAC2403192200

NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Ato Constitutivo	Início de Atividade
21200544885	05.703.869/0001-16	20/06/2003	20/05/2003

Endereço Completo
Rua CEARÁ, Nº 65, VILA MARIANA - Ribamar Fiquene/MA - CEP 65938-000

Objeto Social
CONSTRUCAO DE EDIFICIOS COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS CONSTRUCAO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS OBRAS DE TERRAPLENAGEM COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (ARROZ, OLEO VEGETAL, FARINHA, ETC.) COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA TRANSPORTE ESCOLAR LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS SEM OPERADOR ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES

Capital Social	Porte	Prazo de Duração
R$ 1.000.000,00 (um milhão reais) **Capital Integralizado** R$ 1.000.000,00 (um milhão reais)	EPP (Empresa de Pequeno Porte)	Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
REINALDO GOMES DA SILVA	505.086.953-68	R$ 1.000.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
REINALDO GOMES DA SILVA	505.086.953-68	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data	**Número**	**Ato/eventos**	**Situação**
04/04/2023	20230448070	223 / 223 - BALANCO	ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 24/01/2024, às 09:28:20 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **IPLJQSEN**.

MAC2403192200

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

Folha nº 300
Processo nº 170-2023
Rubrica

EMPRESA FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

EMPRESA FÁCIL GOVERNO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que ALVORADA CONSTRUIR LTDA **encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:**

Protocolo: MAC2403192230

NIRE 21200544885
CNPJ 05.703.869/0001-16

Situação
ATIVA
Status
SEM STATUS

Endereço Completo Rua CEARÁ, Nº 65, xxxxx, VILA MARIANA - Ribamar Fiquene/MA - CEP 65938-000

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
223	20230448070	04/04/2023	BALANCO
002	20230038557	31/01/2023	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20230038557	31/01/2023	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
223	20220396930	31/03/2022	BALANCO
223	20210333189	05/03/2021	BALANCO
223	20200255053	02/04/2020	BALANCO
223	20190764260	07/06/2019	BALANCO
223	20180397745	25/05/2018	BALANCO
223	20170569365	04/07/2017	BALANCO
223	20160229065	08/03/2016	BALANCO
002	20160061504	26/02/2016	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20140523405	04/08/2014	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20140043357	29/01/2014	BALANCO
223	20120441799	18/07/2012	BALANCO
223	20110052803	27/01/2011	BALANCO
315	20100757693	20/12/2010	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
002	20100757685	20/12/2010	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20100571352	20/09/2010	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20060061243	16/02/2006	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20050087096	17/03/2005	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
090	21200544885	20/06/2003	CONTRATO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 24/01/2024, às 09:28:41 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **5DUXVFAA**.

MAC2403192230

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

Folha nº 301
Processo nº 170-2023
Rubrica

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - MA

Certidão n.º: MA/2024/00000149
Nome: JOSE DE JESUS MARQUES CPF: 215.432.323-53
CRC/UF n.º MA-005635/O Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Validade: 22/04/2024
Finalidade: EDITAIS DE LICITAÇÃO

Confirme a existência deste documento na página www.crcma.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : **215.432.323-53** Controle : **9064.1320.1634.1948**

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

Folha nº 302
Processo nº 170-2023
Rubrica

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	JOSE DE JESUS MARQUES
REGISTRO..... :	MA-005635/O-2
CATEGORIA..... :	TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... :	***.432.323-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMA contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 22/11/2023 as 14:27:05.
Válido até: 20/02/2024.
Código de Controle: 715504.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

Folha nº 303
Processo nº 170-2023
Rubrica

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO, sob a autenticidade nº 12304576780 em 05/04/2023, protocolo 230448160. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa

Nome Empresarial:	ALVORADA CONSTRUIR LTDA
Número de Registro:	21200544885
CNPJ:	05703869000116
Munícipio:	Ribamar Fiquene

Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	6
Início e Termino da Escrituração:	01/01/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
21543232353	JOSE DE JESUS MARQUES	MA5635
50508695368	REINALDO GOMES DA SILVA	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 05/04/2023 08:12 SOB Nº 20230448160.
PROTOCOLO: 230448160 DE 03/04/2023. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12304576780. NIRE: 21200544885.
ALVORADA CONSTRUIR LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 05/04/2023
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

Folha nº 304
Processo nº 170-2023
Rubrica

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 6

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 224, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa ALVORADA CONSTRUIR LTDA, município Ribamar Fiquene, CNPJ nº 05.703.869/0001-16, Número de Registro (NIRE) 21200544885.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 20/06/2003
Ato constitutivo: 21200544885

Ribamar Fiquene, 01/01/2022

JOSE DE JESUS MARQUES
CONTADOR
CRC/MA 5635

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador, Sócio
CPF 505.086.953-68

ALVORADA CONSTRUIR LTDA - ME
CNPJ: 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA RIBAMAR FIQUENE-MA CEP: 65938-000
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022

Folha nº 305
Processo nº 140-2022
Rubrica
Folha: 1

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Atual
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
DISPONIVEL			
CAIXA			
Caixa Geral		1.1.1.1.0001	18.329,62D
=CAIXA			*****18.329,62D**
BANCOS CONTA MOVIMENTO			
Banco Conta Movimento		1.1.1.2.0001	48.004,45D
=BANCOS CONTA MOVIMENTO			*****48.004,45D**
=DISPONIVEL			*****66.334,07D**
CONTAS A RECEBER			
CLIENTES			
Títulos a Receber		1.1.3.1.0001	1.204.852,12D
=CLIENTES			****1.204.852,12D**
=CONTAS A RECEBER			****1.204.852,12D**
ESTOQUES			
MERCADORIAS DE REVENDA			
Mercadorias P/ Revenda		1.1.4.1.0001	612.747,13D
=MERCADORIAS DE REVENDA			*****612.747,13D**
ALMOXARIFADO			
Materiais de Consumo		1.1.4.3.0001	1.598.627,30D
=ALMOXARIFADO			****1.598.627,30D**
=ESTOQUES			****2.211.374,43D**
=T o t a l - ATIVO CIRCULANTE			****3.482.560,62D**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
CLIENTES			
Titulos a Receber		1.4.1.1.0001	800.782,11D

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

ALVORADA CONSTRUIR LTDA - ME
CNPJ: 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA RIBAMAR FIQUENE-MA CEP: 65938-000
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022

Folha nº 306
Processo nº 170-2023 Folha: 2
Rubrica

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Atual
=CLIENTES			****800.782,11D**
=ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO			****800.782,11D**
IMOBILIZADO			
BENS EM USO			
Terrenos		1.4.4.1.0003	67.661,04D
Veículos		1.4.4.1.0004	272.317,02D
Maquinas e Equipamentos		1.4.4.1.0005	605.459,53D
Moveis e Utensílios		1.4.4.1.0006	83.776,84D
Equipamentos de Informática		1.4.4.1.0007	14.551,28D
=BENS EM USO			***1.043.765,71D**
DEPRECIAÇÕES A AMORTIZAÇÕES			
Depreciações Acumuladas		1.4.4.3.0001	149.345,77C
=DEPRECIAÇÕES A AMORTIZAÇÕES			****149.345,77C**
=IMOBILIZADO			****894.419,94D**
=T o t a l - ATIVO NÃO CIRCULANTE			***1.695.202,05D**
=T o t a l - ATIVO			***5.177.762,67D**

**********(XXXXX)**********

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

ALVORADA CONSTRUIR LTDA - ME
CNPJ: 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA RIBAMAR FIQUENE-MA CEP: 65938-000
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022

Folha nº 307
Processo nº 170-2023 Folha: 3
Rubrica

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Atual
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
EXIGÍVEL A LOGO PRAZO			
FORNECEDORES			
Fornecedores Diversos		2.1.1.1.0001	484.782,70C
=FORNECEDORES			****484.782,70C
=EXIGÍVEL A LOGO PRAZO			****484.782,70C
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS			
OBRIGAÇÕES FISCAIS			
Simples Nacional a Recolher		2.1.2.1.0001	46.582,20C
=OBRIGAÇÕES FISCAIS			*****46.582,20C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS			
Salarios, Férias, 13º Sal, e Rescições a Pagar		2.1.2.2.0001	121.523,99C
INSS a Recolher		2.1.2.2.0002	40.357,18C
FGTS a Recolher		2.1.2.2.0003	38.827,81C
=OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS			****200.708,98C
=OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS			****247.291,18C
FINANCIAMENTOS			
ENTIDADES FINANCEIRAS			
Emprestimos Bancarios		2.1.6.1.0005	133.830,55C
=ENTIDADES FINANCEIRAS			****133.830,55C
=FINANCIAMENTOS			****133.830,55C
=T o t a l - PASSIVO CIRCULANTE			****865.904,43C
PATRIMONIO LIQUIDO			
PATRIMONIO LIQUIDO			
CAPITAL INTEGRALIZADO			
Capital Social		2.3.4.1.0001	400.000,00C
=CAPITAL INTEGRALIZADO			****400.000,00C

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

ALVORADA CONSTRUIR LTDA - ME
CNPJ: 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA RIBAMAR FIQUENE-MA CEP: 65938-000
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022

Folha nº 304
Processo nº 170-2023 Folha: 4
Rubrica

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Atual
RESERVAS DE LUCRO			
Lucros / Prejuizos Acumulados		2.3.4.6.0001	3.709.851,78C
Lucro do Exercícios		2.3.4.6.0002	202.006,46C
=RESERVAS DE LUCRO			**3.911.858,24C
=PATRIMONIO LIQUIDO			**4.311.858,24C
=T o t a l - PATRIMONIO LIQUIDO			**4.311.858,24C
=T o t a l - PASSIVO			**5.177.762,67C

**********(XXXXX)**********

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

IMPORTA O PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL SOMANDO NO ATIVO E NO PASSIVO 5.177.762,67 (CINCO MILHõES, CENTO E SETENTA E SETE MIL, SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS) DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

Ribamar Fiquene, 31 de dezembro de 2022

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
CONTADOR
CPF: 215.432.323-53 CRC: 5635

Folha nº 310
Processo nº 170.2023
Rubrica

Descrição	Classificação	Exercício Atual
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO		
RESULTADO OPERACIONAL		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
VENDAS		
Venda de Mercadorias	3.1.1.1.0001	190.366,20C
=VENDAS		******190.366,20C**
RECEITA DE SERVIÇOS		
Receita de Serviços	3.1.1.2.0001	2.654.188,00C
=RECEITA DE SERVIÇOS		****2.654.188,00C**
=RECEITA OPERACIONAL BRUTA		****2.844.554,20C**
DEDUÇÕES DAS VENDAS / SERVICOS		
IMPOSTOS S/ VENDAS / SERVICOS		
Simples Nacional	3.1.2.1.0001	345.236,20D
=IMPOSTOS S/ VENDAS / SERVICOS		******345.236,20D**
OUTRAS DEDUÇÕES		
Descontos Concedidos	3.1.2.2.0001	77.109,12D
=OUTRAS DEDUÇÕES		*******77.109,12D**
=DEDUÇÕES DAS VENDAS / SERVICOS		******422.345,32D**
=T o t a l - RESULTADO OPERACIONAL		****2.422.208,88C**
=T o t a l - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO		****2.422.208,88C**
CUSTOS E DESPESAS		
CUSTOS		
CUSTO OPERACIONAL		
CUSTO DAS VENDAS / SERVICOS		
Custo das Mercadorias Vendidas	4.1.1.1.0001	47.345,58D
Custo dos Serviços Prestados	4.1.1.1.0006	1.395.857,51D
=CUSTO DAS VENDAS / SERVICOS		****1.443.203,09I**

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

Descrição	Classificação	Exercício Atual
=CUSTO OPERACIONAL		****1.443.203,09D**
=T o t a l - CUSTOS		****1.443.203,09D**
DESPESAS		
DESPESAS OPERACIONAIS		
DESPESAS COM PESSOAL		
Salarios e Ordenados	4.3.1.1.0001	332.966,49D
Férias	4.3.1.1.0002	84.669,13D
13° Salario	4.3.1.1.0003	36.706,19D
INSS Empregador	4.3.1.1.0004	38.967,24D
FGTS	4.3.1.1.0005	36.347,34D
Rescisão	4.3.1.1.0013	60.905,69D
=DESPESAS COM PESSOAL		******590.562,08D**
=DESPESAS OPERACIONAIS		******590.562,08D**
DESPESAS GERAIS		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Manutenção de Maquinas e Equipamentos	4.3.2.1.0002	23.673,87D
Materiais de Expediente	4.3.2.1.0004	9.547,20D
Energia Eletrica	4.3.2.1.0007	12.361,88D
Água e Esgoto	4.3.2.1.0008	14.690,31D
Combustiveis e Lubrificantes	4.3.2.1.0011	34.116,34D
E.P.I	4.3.2.1.0016	19.896,06D
Serviços Prestados p/ Terceiros PJ	4.3.2.1.0017	18.491,62D
=DESPESAS OPERACIONAIS		******132.777,28D**
DESPESAS TRIBUTARIAS		
Impostos e Taxas Diversas	4.3.2.4.0001	32.752,56D
=DESPESAS TRIBUTARIAS		*******32.752,56D**
Despesas Bancarias		

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

ALVORADA CONSTRUIR LTDA - ME
CNPJ: 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA RIBAMAR FIQUENE-MA CEP: 65938-000
Balanço de Resultado Econômico de 01/01/2022 até 31/12/2022

Folha nº 312
Processo nº 470-2023
Rubrica
Folha: 8

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Despesas Bancarias	4.3.2.5.0001	20.907,41D
=Despesas Bancarias		*******20.907,41D**
=DESPESAS GERAIS		******186.437,25D**
=T o t a l - DESPESAS		******776.999,33D**
=T o t a l - CUSTOS E DESPESAS		****2.220.202,42D**

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS----------> 2.422.208,88C
DESPESAS + CUSTO----------> 2.220.202,42D
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: *****202.006,46

**********(XXXXX)**********

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

Folha nº 313
Processo nº 170-2023 Folha: 9
Rubrica

IMPORTA A PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO COM LUCRO DE 202.006,46 (DUZENTOS E DOIS MIL E SEIS Reais E QUARENTA E SEIS CENTAVOS) DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

RIBAMAR FIQUENE, 31 DE DEZEMBRO DE 2022

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
CONTADOR
CPF: 215.432.323-53 CRC: 5635

1 CONTEXTO OPERACIONALCONSTRUIR LTDA - ME é uma sociedade empresaria limitada, constituída em 20 de junho de 2003, sendo atuante nas seguintes atividades econômicas: CONSTRUCAO DE EDIFICIOS COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS CONSTRUCAO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS OBRAS DE TERRAPLENAGEM COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (ARROZ, OLEO VEGETAL, FARINHA. ETC.) COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA TRANSPORTE ESCOLAR LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS SEM OPERADOR ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3 CRITÉRIOS CONTÁBEIS UTILIZADOS

Declaramos que as Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em plena conformidade com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 1000 - Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, cujos aspectos contábeis possuem suas normas aprovadas pela Resolução CFC nº 1.418/2012, que estabelece um modelo simplificado para a escrituração e elaboração de demonstrações contábeis.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1) Praticas Contábeis
A escrituração contábil foi realizada com observância aos Princípios de Contabilidade aceitos e em conformidade com as disposições contidas na ITG 1000. Os lançamentos contábeis foram efetuados diariamente, e com a utilização do Regime de Competência.

4.2) Direitos e obrigações
Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

4.3) Ajuste de avaliação patrimonial
A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

4.4) Investimentos em empresas coligadas e controladas
A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

4.5) Impostos Federais
A empresa está no regime do Simples Nacional e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

5 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Todos os lançamentos que deram origem aos demonstrativos contábeis foram embasados em documentação idônea fornecida pela Administração da empresa, que se responsabiliza pela sua veracidade.

6 SALDOS DE DISPONIBILIDADES

Todas as receitas foram registradas no Regime de Competência, reconhecidas à medida que ocorriam e recebidas em caixa ao final de cada mês, sem qualquer diminuição ocasionada por provisão de crédito de liquidação duvidosa, não declarada pela Administração da Empresa.

7 CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 400.000,00, totalmente integralizado em moeda corrente do pais , apresentando a seguinte composição:
REINALDO GOMES DA SILVA - 50%
AURIA NUBIA SILVA DO NASCIMENTO - 50%

8 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

Folha nº 315
Processo nº 170.2023

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

9 REDUÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS

expressivo redução nos custos e despesas da Empresa no exercício de 2022 em comparação ao exercício 2021, fato que acompanhou a diminuição do faturamento. Dentre estes, destaca-se o custo com as mercadorias vendidas e serviços prestados, seguida com os custos dos Impostos Federais e ICMS.

10 IMPOSTOS FEDERAIS

A empresa está no regime do Simples Nacional e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

11 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

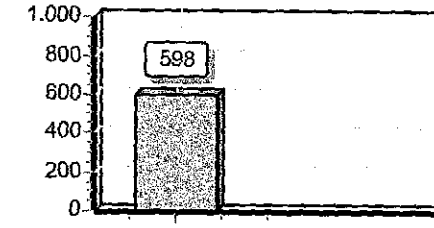
REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

Solvência Geral

Ativo	5.177.762,67	
Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP)	865.904,43	= 5,98

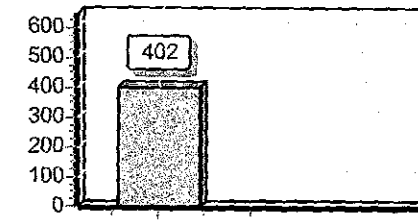
Quanto maior, melhor. O investimento total equivale a 598 % do capital de terceiros.



Liquidez Geral

Ativo Circulante + Ativo Realizável a LP	3.482.560,62	
Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP)	865.904,43	= 4,02

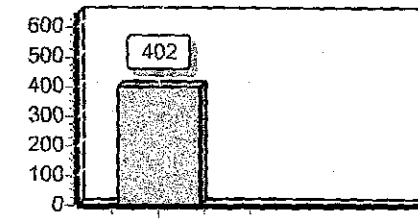
Quanto maior, melhor. A empresa possui R$4,02 de ativo Circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R$1,00 de dívida total.



Liquidez Corrente

Ativo Circulante	3.482.560,62	
Passivo Circulante	865.904,43	= 4,02

Quanto maior, melhor. A empresa possui R$4,02 de ativo circulante para cada R$1,00 de dívida de curto prazo.



Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.

Ribamar Fiquene, 31 de dezembro de 2022.

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

Folha nº 317
Processo nº 170-2023
Rubrica

ASSINATURA ELETRÔNICA

ertificamos que o ato da empresa ALVORADA CONSTRUIR LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
21543232353	JOSE DE JESUS MARQUES
50508695368	REINALDO GOMES DA SILVA

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/04/2023 10:48 SOB Nº 20230448070.
PROTOCOLO: 230448070 DE 04/04/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12304524756. CNPJ DA SEDE: 05703869000116.
NIRE: 21200544885. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 04/04/2023.
ALVORADA CONSTRUIR LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

ALVORADA CONSTRUIR LTDA
CNPJ: 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA RIBAMAR FIQUENE-MA CEP: 65938-000
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022

Folha nº 318
Processo nº 170-2023
Rubrica

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Atual
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
DISPONIVEL			
CAIXA			
Caixa Geral		1.1.1.1.0001	18.329,62D
=CAIXA			*****18.329,62D**
BANCOS CONTA MOVIMENTO			
Banco Conta Movimento		1.1.1.2.0001	48.004,45D
=BANCOS CONTA MOVIMENTO			*****48.004,45D**
=DISPONIVEL			*****66.334,07D**
CONTAS A RECEBER			
CLIENTES			
Títulos a Receber		1.1.3.1.0001	1.204.852,12D
=CLIENTES			**1.204.852,12D**
=CONTAS A RECEBER			**1.204.852,12D**
ESTOQUES			
MERCADORIAS DE REVENDA			
Mercadorias P/ Revenda		1.1.4.1.0001	612.747,13D
=MERCADORIAS DE REVENDA			****612.747,13D**
ALMOXARIFADO			
Materiais de Consumo		1.1.4.3.0001	1.598.627,30D
=ALMOXARIFADO			**1.598.627,30D**
=ESTOQUES			**2.211.374,43D**
=T o t a l - ATIVO CIRCULANTE			**3.482.560,62D**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
CLIENTES			
Títulos a Receber		1.4.1.1.0001	800.782,11D

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

ALVORADA CONSTRUIR LTDA
CNPJ: 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA RIBAMAR FIQUENE-MA CEP: 65938-000
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022

Folha nº 319
Diário: 6 1-10-2023
Processo nº
Rubrica

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Atual
=CLIENTES			****800.782,11D**
=ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO			****800.782,11D**
IMOBILIZADO			
BENS EM USO			
Terrenos		1.4.4.1.0003	67.661,04D
Veiculos		1.4.4.1.0004	272.317,02D
Maquinas e Equipamentos		1.4.4.1.0005	605.459,53D
Moveis e Utensílios		1.4.4.1.0006	83.776,84D
Equipamentos de Informática		1.4.4.1.0007	14.551,28D
=BENS EM USO			***1.043.765,71D**
DEPRECIAÇÕES A AMORTIZAÇÕES			
Depreciações Acumuladas		1.4.4.3.0001	149.345,77C
=DEPRECIAÇÕES A AMORTIZAÇÕES			*****149.345,77C**
=IMOBILIZADO			*****894.419,94D**
=T o t a l - ATIVO NÃO CIRCULANTE			***1.695.202,05D**
=T o t a l - ATIVO			***5.177.762,67D**

**********(XXXXX)**********

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

ALVORADA CONSTRUIR LTDA
CNPJ: 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA RIBAMAR FIQUENE-MA CEP: 65938-000
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022

Folha nº 320
Diário: 6
Processo nº 170-2023
Rubrica

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Atual
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
EXIGÍVEL A LOGO PRAZO			
FORNECEDORES			
Fornecedores Diversos		2.1.1.1.0001	484.782,70C
=FORNECEDORES			****484.782,70C
=EXIGÍVEL A LOGO PRAZO			****484.782,70C
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS			
OBRIGAÇÕES FISCAIS			
Simples Nacional a Recolher		2.1.2.1.0001	46.582,20C
=OBRIGAÇÕES FISCAIS			*****46.582,20C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS			
Salarios, Férias, 13° Sal, e Rescições a Pagar		2.1.2.2.0001	121.523,99C
INSS a Recolher		2.1.2.2.0002	40.357,18C
FGTS a Recolher		2.1.2.2.0003	38.827,81C
=OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS			****200.708,98C
=OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS			****247.291,18C
FINANCIAMENTOS			
ENTIDADES FINANCEIRAS			
Emprestimos Bancarios		2.1.6.1.0005	133.830,55C
=ENTIDADES FINANCEIRAS			****133.830,55C
=FINANCIAMENTOS			****133.830,55C
=T o t a l - PASSIVO CIRCULANTE			****865.904,43C
PATRIMONIO LIQUIDO			
PATRIMONIO LIQUIDO			
CAPITAL INTEGRALIZADO			
Capital Social		2.3.4.1.0001	400.000,00C
=CAPITAL INTEGRALIZADO			****400.000,00C

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

ALVORADA CONSTRUIR LTDA
CNPJ: 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA RIBAMAR FIQUENE-MA CEP: 65938-000
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022

Folha nº 324
Processo nº Diário 6 470-2023
Rubrica

Descrição	Nota	Classificação	Exercício Atual
RESERVAS DE LUCRO			
Lucros / Prejuizos Acumulados		2.3.4.6.0001	3.709.851,78C
Lucro do Exercícios		2.3.4.6.0002	202.006,46C
=RESERVAS DE LUCRO			**3.911.858,24C
=PATRIMONIO LIQUIDO			**4.311.858,24C
=T o t a l - PATRIMONIO LIQUIDO			**4.311.858,24C
=T o t a l - PASSIVO			**5.177.762,67C

**********(XXXXX)**********

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

ALVORADA CONSTRUIR LTDA
CNPJ : 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA, RIBAMAR FIQUENE - MA, CEP: 65938000
Balanço Patrimonial em 31/12/2022

Folha nº 322
Processo nº 170-2023
Diário:
Rubrica

IMPORTA O PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL SOMANDO NO ATIVO E NO PASSIVO 5.177.762,67 (CINCO MILHõES, CENTO E SETENTA E SETE MIL, SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS) DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

Ribamar Fiquene, 31 de dezembro de 2022

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
CONTADOR
CPF: 215.432.323-53 CRC: 5635

ALVORADA CONSTRUIR LTDA
CNPJ: 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA RIBAMAR FIQUENE-MA CEP: 65938-000
Balanço de Resultado Econômico de 01/01/2022 até 31/12/2022

Folha nº 323
Processo nº Diário 6 /10.2023
Rubrica

Descrição	Classificação	Exercício Atual
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO		
RESULTADO OPERACIONAL		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
VENDAS		
Venda de Mercadorias	3.1.1.1.0001	190.366,20C
=VENDAS		******190.366,20C**
RECEITA DE SERVIÇOS		
Receita de Serviços	3.1.1.2.0001	2.654.188,00C
=RECEITA DE SERVIÇOS		****2.654.188,00C**
=RECEITA OPERACIONAL BRUTA		****2.844.554,20C**
DEDUÇÕES DAS VENDAS / SERVICOS		
IMPOSTOS S/ VENDAS / SERVICOS		
Simples Nacional	3.1.2.1.0001	345.236,20D
=IMPOSTOS S/ VENDAS / SERVICOS		******345.236,20D**
OUTRAS DEDUÇÕES		
Descontos Concedidos	3.1.2.2.0001	77.109,12D
=OUTRAS DEDUÇÕES		*******77.109,12D**
=DEDUÇÕES DAS VENDAS / SERVICOS		******422.345,32D**
=T o t a l - RESULTADO OPERACIONAL		****2.422.208,88C**
=T o t a l - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO		****2.422.208,88C**
CUSTOS E DESPESAS		
CUSTOS		
CUSTO OPERACIONAL		
CUSTO DAS VENDAS / SERVICOS		
Custo das Mercadorias Vendidas	4.1.1.1.0001	47.345,58D
Custo dos Serviços Prestados	4.1.1.1.0006	1.395.857,51D
=CUSTO DAS VENDAS / SERVICOS		****1.443.203,09D**

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

ALVORADA CONSTRUIR LTDA
CNPJ: 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA RIBAMAR FIQUENE-MA CEP: 65938-000
Balanço de Resultado Econômico de 01/01/2022 até 31/12/2022

Folha nº 324
Processo nº: 6 /17-2023
Rubrica

Descrição	Classificação	Exercício Atual
=CUSTO OPERACIONAL		****1.443.203,09D**
=T o t a l - CUSTOS		****1.443.203,09D**
DESPESAS		
DESPESAS OPERACIONAIS		
DESPESAS COM PESSOAL		
Salarios e Ordenados	4.3.1.1.0001	332.966,49D
Férias	4.3.1.1.0002	84.669,13D
13° Salario	4.3.1.1.0003	36.706,19D
INSS Empregador	4.3.1.1.0004	38.967,24D
FGTS	4.3.1.1.0005	36.347,34D
escisão	4.3.1.1.0013	60.905,69D
=DESPESAS COM PESSOAL		******590.562,08D**
=DESPESAS OPERACIONAIS		******590.562,08D**
DESPESAS GERAIS		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Manutenção de Maquinas e Equipamentos	4.3.2.1.0002	23.673,87D
Materiais de Expediente	4.3.2.1.0004	9.547,20D
Energia Eletrica	4.3.2.1.0007	12.361,88D
Água e Esgoto	4.3.2.1.0008	14.690,31D
Combustiveis e Lubrificantes	4.3.2.1.0011	34.116,34D
E.P.I	4.3.2.1.0016	19.896,06D
Serviços Prestados p/ Terceiros PJ	4.3.2.1.0017	18.491,62D
DESPESAS OPERACIONAIS		******132.777,28D**
DESPESAS TRIBUTARIAS		
Impostos e Taxas Diversas	4.3.2.4.0001	32.752,56D
=DESPESAS TRIBUTARIAS		*******32.752,56D**
Despesas Bancarias		

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

ALVORADA CONSTRUIR LTDA
CNPJ: 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA RIBAMAR FIQUENE-MA CEP: 65938-000
Balanço de Resultado Econômico de 01/01/2022 até 31/12/2022

Folha nº 325
Processo nº 170-2023
Diário: 61
Rubrica

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Despesas Bancarias	4.3.2.5.0001	20.907,41D
=Despesas Bancarias		*******20.907,41D**
=DESPESAS GERAIS		******186.437,25D**
=T o t a l - DESPESAS		******776.999,33D**
=T o t a l - CUSTOS E DESPESAS		****2.220.202,42D**

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS----------> 2.422.208,88C
DESPESAS + CUSTO----------> 2.220.202,42D
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: *****202.006,46

**********(XXXXX)**********

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

Folha nº 326
Processo nº 170-2023
Diário: 6

IMPORTA A PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO COM LUCRO DE 202.006,46 (DUZENTOS E DOIS MIL E SEIS Reais E QUARENTA E SEIS CENTAVOS) DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

RIBAMAR FIQUENE, 31 DE DEZEMBRO DE 2022

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
CONTADOR
CPF: 215.432.323-53 CRC: 5635

1 CONTEXTO OPERACIONALCONSTRUIR LTDA - ME é uma sociedade empresaria limitada, constituída em 20 de junho de 2003, sendo atuante nas seguintes atividades econômicas: CONSTRUCAO DE EDIFICIOS COLETA DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS CONSTRUCAO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS OBRAS DE TERRAPLENAGEM COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (ARROZ, OLEO VEGETAL, FARINHA. ETC.) COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA TRANSPORTE ESCOLAR LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS SEM OPERADOR ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3 CRITÉRIOS CONTÁBEIS UTILIZADOS

Declaramos que as Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em plena conformidade com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 1000 - Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, cujos aspectos contábeis possuem suas normas aprovadas pela Resolução CFC nº 1.418/2012, que estabelece um modelo simplificado para a escrituração e elaboração de demonstrações contábeis.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1) Praticas Contábeis
A escrituração contábil foi realizada com observância aos Principios de Contabilidade aceitos e em conformidade com as disposições contidas na ITG 1000. Os lançamentos contábeis foram efetuados diariamente, e com a utilização do Regime de Competência.

4.2) Direitos e obrigações
Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

4.3) Ajuste de avaliação patrimonial
A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

4.4) Investimentos em empresas coligadas e controladas
A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

4.5) Impostos Federais
A empresa está no regime do Simples Nacional e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

5 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Todos os lançamentos que deram origem aos demonstrativos contábeis foram embasados em documentação idônea fornecida pela Administração da empresa, que se responsabiliza pela sua veracidade.

6 SALDOS DE DISPONIBILIDADES

Todas as receitas foram registradas no Regime de Competência, reconhecidas à medida que ocorriam e recebidas em caixa ao final de cada mês, sem qualquer diminuição ocasionada por provisão de crédito de liquidação duvidosa, não declarada pela Administração da Empresa.

7 CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 400.000,00, totalmente integralizado em moeda corrente do pais , apresentando a seguinte composição:
REINALDO GOMES DA SILVA - 50%
AURIA NUBIA SILVA DO NASCIMENTO - 50%

8 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

Folha nº 328
Processo nº 170-2023

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

9 REDUÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS

expressivo redução nos custos e despesas da Empresa no exercício de 2022 em comparação ao exercício 2021, fato que acompanhou a diminuição do faturamento. Dentre estes, destaca-se o custo com as mercadorias vendidas e serviços prestados, seguida com os custos dos Impostos Federais e ICMS.

10 IMPOSTOS FEDERAIS

A empresa está no regime do Simples Nacional e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

11 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

ALVORADA CONSTRUIR LTDA
CNPJ: 05703869/0001-16 NIRE: 21200544885
Endereço: RUA CEARA, 65 VILA MARIANA RIBAMAR FIQUENE-MA CEP: 65938-000

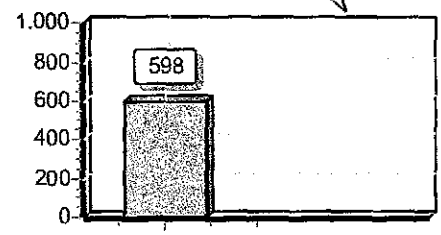
Folha nº 329
Processo nº 170-2023
Rubrica

Análise Econômica e Financeira de 01/01/2022 até 31/12/2022

Solvência Geral

Ativo	5.177.762,67	
Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP)	865.904,43	= 5,98

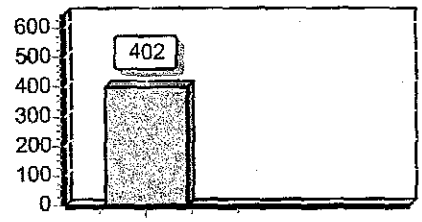
Quanto maior, melhor. O investimento total equivale a 598 % do capital de terceiros.



Liquidez Geral

Ativo Circulante + Ativo Realizável a LP	3.482.560,62	
Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP)	865.904,43	= 4,02

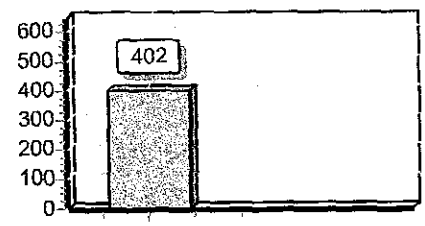
Quanto maior, melhor. A empresa possui R$4,02 de ativo Circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R$1,00 de dívida total.



Liquidez Corrente

Ativo Circulante	3.482.560,62	
Passivo Circulante	865.904,43	= 4,02

Quanto maior, melhor. A empresa possui R$4,02 de ativo circulante para cada R$1,00 de dívida de curto prazo.



Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas de acordo com a documentação que nos foi apresentada.

Ribamar Fiquene, 31 de dezembro de 2022.

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador
CPF: 50508695368

JOSE DE JESUS MARQUES
Contador
CPF:215.432.323-53 CRC: 5635

Termo de Encerramento

Folha nº 330
Processo nº 170-2023
Rubrica

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 6

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 224, e serviu para escrituração no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, da empresa ALVORADA CONSTRUIR LTDA.

Ribamar Fiquene, 31/12/2022

JOSE DE JESUS MARQUES
CONTADOR
CRC/MA 5635

REINALDO GOMES DA SILVA
Administrador, Sócio
CPF 505.086.953-68

Folha nº 331
Processo nº 170-2023
Rubrica

ASSINATURA ELETRÔNICA

ertificamos que o ato da empresa ALVORADA CONSTRUIR LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
21543232353	JOSE DE JESUS MARQUES
50508695368	REINALDO GOMES DA SILVA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 05/04/2023 08:12 SOB Nº 20230448160.
PROTOCOLO: 230448160 DE 03/04/2023. NIRE: 21200544885.
ALVORADA CONSTRUIR LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 05/04/2023
empresafacil.ma.gov.br

Folha nº 332
Processo nº 170-2023
Rubrica

OUTROS DOCUMENTOS

Folha nº 333
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

DECLARAÇÃO EXPRESA DE TOTAL CONCORDANCIA COM OS TERMOS DO EDITAL

A empresa, Alvorada construir ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio-diretor, o Sr° Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75; DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos para habilitação na **CONCORRENCIA Nº002/2023**, assim como, conhece e aceita todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos da referida licitação.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva
Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68

Folha nº 334
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

Declaração De Atendimento a lei 8.666/93

A Empresa Alvorada construir Ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio- diretor, o Srº Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75, DECLARA que atende a lei 8.666/93

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68

ALVORADA CONSTRUIR LTDA

Folha nº 335
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa , Alvorada construir ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio- diretor, o Sr° Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75; **DECLARA,** para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68

ALVORADA CONSTRUIR LTDA

SRº:

PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023

Folha nº 336
Processo nº 170-2023
Rubrica

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES À MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 29, INCISO IX COM 54, INCISO I, ALÍNEA "A", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa, Alvorada construir ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio-diretor, o Sr° Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75; DECLARA, sob as penas da Lei, que os sócios exeçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos nos artigos 29, inciso IX, com 54, inciso I, alínea "a", da constituição federal.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art, 299 do código penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº8666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes á espécie".

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68

Folha nº 337
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

Declaração de elaboração independente da proposta

A Empresa Alvorada construir Ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio- diretor, o Sr° Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75, DECLARA sob as penas da lei, que a proposta anexa foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e que o conteúdo da proposta anexo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido ou recebido de qualquer outro participante ou por qualquer pessoa. ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
Sócio Administrador
RG nº15535762000-6 SSP/MA, CPF nº 505.086.953-68

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023

Folha nº 338
Processo nº 170-2023
Rubrica

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

Declaração De Superveniência De Fato Impeditivo Da Habilitação

A Empresa Alvorada construir Ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio- diretor, o Srº Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação ou que comprovem a idoneidade da proponente, nos termos do inc 2º do art. 32 e do art.97 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações subseqüentes relativamente ao presente processo licitatório **COMCORRENCIA Nº002/2023**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva
Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68

ALVORADA CONSTRUIR LTDA

Construção, Serviços e Comércio

SRº:

PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO

REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023

Folha nº 339

Processo nº 170-2023

Rubrica

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa, Alvorada construir ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará nº 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio-diretor, o Srº Reinaldo Gomes da Silva, RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará nº 75; DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação na **CONCORRENCIA Nº002/2023 – CPL**, que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68

ALVORADA CONSTRUIR LTDA

Construções Serviços e Locação

SRº:

Folha nº 340

Processo nº 170-2023

Rubrica

PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE DE MAIOR RECEITA

A empresa, Alvorada construir ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio-diretor, o Srº Reinaldo Gomes da Silva, RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará nº 75; DECLARA, sob as penas da Lei, que a atividade descrita abaixo, devidamente enquadrada na classificação nacional de atividades econômicas/CNAE, representa a atividade de maior receita desta empresa:

CÓDIGO Nº4120-4/00, ATIVIDADE: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art, 299 do código penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº8666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes á espécie".

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68

Folha nº 341
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

Declaração De Localização e Funcionamento

Eu Reinaldo Gomes da Silva portador da cédula de identidade nº 155357620006 e CPF nº 505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75, Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma DECLARA sob as penas da lei, que a empresa Alvorada Construir Ltda inscrita no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, está localizada e em pleno funcionamento na Rua Ceará nº 65,Vila Mariana Cidade Ribamar Fiquene – Ma, sendo o local e instalações adequada e compatível para o exercício do ramo de atividade da mesma. Segue em anexos fotografia da sede da empresa em cores, da área externa (fachada) e interna (escritório e depósito, etc), comprovando que a empresa não possui endereço fictício.

Declaro ainda, que assumo inteira responsabilidade por todas as informações dispostas nesta declaração, eximindo a Prefeitura Municipal de Ribamar Fiquene – MA de qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas por esta empresa.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Álvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68

ALVORADA CONSTRUIR LTDA

Folha nº 342
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

Declaração de Disponibilidade de Máquinas e Equipamentos

A empresa , Alvorada construir ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio- diretor, o Sr° Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75.

DECLARAMOS para os fins que se fizerem necessários, que as máquinas e equipamentos adequados à execução do objeto do certame em referência estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação das obras, inclusive sujeitos a vistoria do órgão contratante para sua aceitabilidade, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
Sócio Administrador

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EPP EMRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa Alvorada Construir LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº: 05.703.869/0001-16, sediada na Rua Ceará nº 65, Vila Mariana, Ribamar Fiquene-MA, representada pelo Srº Reinaldo Gomes da Silva, R.G. Nº: 155357620006, CPF Nº: 505.086.953-68, D E C L A R A, para os fins do disposto na Lei Complementar Nº: 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que se enquadra como, **EPP (EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**, conforme inc.I do art 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68

ALVORADA CONSTRUIR LTDA

Folha nº 34
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

Declaração de não possuir em seu quadro societário servidor público ou de economia mista

A Empresa Alvorada construir Ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio- diretor, o Sr° Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75, DECLARA sob as penas da lei, que não sou e nem possui em seu quadro societário servidor público da administração municipal de **SÃO JOÃO DO PARAISO-MA** da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista, não estando portanto enquadrada no art, 9º, inciso III, da Lei 8.666/93, não havendo, também qualquer outro impedimento para participar de licitações e firmar contrato com a administração pública.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68

Folha nº 345
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROCESSO JUDICIAL COM SENTENÇA DEFINITIVA

A empresa, Alvorada construir ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará nº 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio-diretor, o Srº Reinaldo Gomes da Silva, RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará nº 75; DECLARA, sob as penas da Lei, que esta empresa incluindo empresários, sócio, dirigentes, responsáveis técnicos e qualquer outros responsáveis, independente da denominação, não estão respondendo processo judicialmente com sentença definitiva, em qualquer esferas governamentais, relativamente a fraudes em licitações públicas, danos ao erário público ou formação de quadrilha.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art, 299 do código penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº8666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes á espécie".

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023

Folha nº 346
Processo nº 170-2023
Rubrica

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E AS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

A empresa, Alvorada construir ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio-diretor, o Srº Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75; DECLARA, sob as penas da Lei, que recebeu todos os documentos e que tomou todas informações e as condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação, conforme determinado pelo art. 30 inciso III, da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art, 299 do código penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº8666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes á espécie".

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68

Folha nº 347
Processo nº 170/2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

Declaração De Responsabilidade Técnica

Declaramos, sob as penalidades legais, que o profissional apresentado para fins de qualificação técnica, conforme o Edital da CONCORRENCIA nº002/2023, está disponível e deverá participar, como Responsável Técnico, na execução do objeto da referida licitação.

WALDEGNO SALUSTIANO DE ALMEIDA SILVA JUNIOR,	**1100237178**

Declaramos estar cientes que a Administração poderá admitir e aprovar a substituição do profissional indicado, desde que possuam experiência equivalente ou superior, devidamente comprovada.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
Sócio Administrador

Folha nº 348
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

Declaração De Inteira Responsabilidade sobre a Visita Técnica

DECLARAMOS; que a Empresa Alvorada Construir Ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio- diretor, o Sr° Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75, DECLARA que não efetuou visita técnica no local onde serão executado as obras, mais assume incondicionalmente a responsabilidade de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas no edital de licitação na modalidade **CONCORRENCIA N° 002/2023**, em atendimento ao item 7.8.1.

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006, CPF nº505.086.953-68

Waldegno Salustiano de A. Silva Junior
Engenheiro Civil
CREA nº 11204 MA
Registro nº 1100237178MA

Folha nº 349
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRª:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE Á CORRUPIÇÃO E AO CONLUIO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADES SÓCIOS-AMBIENTAL

A empresa, Alvorada construir ltda, inscrito no CNPJ nº 05.703.869/0001-16, com sede à Rua Ceará n° 65, bairro Vila Mariana, Ribamar Fiquene -Ma, neste ato representada pelo seu sócio-diretor, o Srº Reinaldo Gomes da Silva, RG n°155357620006, CPF n°505.086.953-68, brasileiro, casado, residente a Rua Ceará n° 75; DECLARA, para fins dos dispostos do edital da licitação acima identificada.

Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do país, assim como anseio pela efetiva prática de tais princípios;

Desejosa de oferecer a nação uma resposta a altura das suas expectativas;

Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;

Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro e art. 90 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, se compromete a:

1 – Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas ao autuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente na condição de fornecedor de bens e serviços para a Prefeitura Municipal de **SÃO JOÃO DO PARAISO-MA**

2 – Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário da Prefeitura Municipal de **SÃO JOÃO DO PARAISO-MA**

Folha nº 350
Processo nº 170-2023
Rubrica

nem mesmo para obter decisão favorável á os seus negócios;

3 – Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatário ou sob qualquer outro vinculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários da Prefeitura Municipal DE **SÃO JOÃO DO PARAISO - MA**

4 – Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenha sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

5 – Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6 – Apoiar e colaborar com a Prefeitura Municipal de **SÃO JOÃO DO PARAISO-MA**

;, em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito à legislação Vigente.

E, declara que:

7 – A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fado do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8 – Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócio - ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9 – Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art, 299 do código penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº8666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes á espécie".

Ribamar Fiquene – Ma, 22 DE JANEIRO DE 2024

Reinaldo Gomes da Silva

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
RG nº155357620006 SSP/MA, CPF nº505.086.953-68

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO– MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Concorrência Pública nº 002/2023
Data: 26/01/2024 às 08:30hrs

Empresa: **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA**
Endereço: Rua Alta Floresta, s/n – Vila Maciel
São João do Paraíso –MA
Cep: 65.973-000

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual **contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva** e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

Folha nº 352
Processo nº 170-2023
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Concorrência Pública nº 002/2023

A Empresa Renovar Empreendimentos e Construções Ltda vem, por intermédio desta, informar que a documentação de Habilitação do certame em epígrafe contém 148/148 folhas numeradas, rubricadas e compreende a documentação relacionada abaixo:

Documentos para habilitação jurídica

- **Contrato Social Consolidado ou Estatuto Social Consolidado e Alteração Contratual de Declaração de Enquadramento como EPP;**
- **Documento do sócio;**

Registros e certidões para habilitação fiscal, social e trabalhista

- **Certidão Negativa de Débitos Tributários Federais, emitida pela Receita Federal;**
- **Certidão Negativa de Débitos e Dívida Ativa Tributários Estaduais, emitida pela Secretaria Estadual da Fazenda correspondente à sede da licitante;**
- **Certidão Negativa de Débitos Tributários Municipais, emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda correspondente à sede da licitante;**
- **Declaração de isenção IPTU;**
- **Alvará de Licença e Funcionamento;**
- **Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), emitida pela Caixa Econômica Federal;**
- **CNPJ;**
- **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Regional do Trabalho.**

Documentos para qualificação técnica

- **Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica CREA - MA;**
- **Atestados de capacidade técnico-operacional;**

Folha nº 353
Processo nº 170-2023
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 37.651.837/0001-00

- Inscrição, Certificado de Regularidade e Certidões Negativa de Embargo e Débitos, do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras - IBAMA;
- Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física - CREA-MA;
- Contrato de Prestação de Serviços;
- ART Cargo e Função;
- CAT com Registro de Atestado de Responsabilidade Técnica(diversos);
- Relatório Fotográfico Empresa;

Qualificação econômico-financeira

- Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, emitida pelo Tribunal da Justiça;
- Balanço Patrimonial Exercício 2022 com Termo de abertura, Encerramento e Notas Explicativas
- CRP e CRC;
- Seguro Garantia;

Outros documentos

- Certidão Simplificada;
- Certidão Específica;
- Declaração de superveniência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- Declaração de proteção ao trabalho de menor;
- Declaração de Enquadramento como EPP;
- Declaração negativa de nepotismo;
- Certidões negativa de Improbidade e Condenações Administrativa e Inelegibilidade;

São João do Paraíso, 22 de janeiro de 2024

RENOVAR EMPREENDIMENTOS - ME
Edson Oliveira Ramos
(Proprietário)
CPF nº323.460.932-20

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 37.651.837/0001-00

HABILITAÇÃO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 37.651.837/0001-00

Folha nº 355
Processo nº 170.2022
Rubrica

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

EDSON OLIVEIRA RAMOS, nacionalidade BRASILEIRA, nascido(a) em 19/08/1972, SOLTEIRO, COMERCIANTE, CPF nº 323.460.932-20, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0290423220051, órgão expedidor GEJUSP – MA, residente e domiciada(a) AV. BERNARDO SAYÃO, 1520, BAIRRO: NOVA IMPERATRIZ, IMPERATRIZ, MA, CEP:65907-000.

Na qualidade de único sócio titular da empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, constituída legalmente e devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Maranhão, contrato primitivo sob NIRE nº 21600189471, em 08/07/2020, com contrato de transformação de EIRELI em LTDA devidamente arquivado em 29/07/2022 e nº NIRE 21201272366, com efeitos do registro em 25/07/2022 sede na RUA ALTA FLORESTA, S/Nº, CASA, VILA MACIEL, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, MA, CEP 68973-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob nº 37.651.837/0001-00. Resolve por este ato, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas na cláusula seguinte:

CLÁUSULA I: Decide o sócio por unanimidade, re-ratificar "in totum" o Contrato Social primitivo e alterações posteriores, consolidando-os num só instrumento contratual, que após efetuadas as correções, passará a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

EDSON OLIVEIRA RAMOS, nacionalidade BRASILEIRA, nascido(a) em 19/08/1972, SOLTEIRO, COMERCIANTE, CPF nº 323.460.932-20, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0290423220051, órgão expedidor GEJUSP – MA, residente e domiciada(a) AV. BERNARDO SAYÃO, 1520, BAIRRO: NOVA IMPERATRIZ, IMPERATRIZ, MA, CEP:65907-000.

Na qualidade de único sócio titular da empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, constituída legalmente e devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Maranhão, contrato primitivo sob NIRE nº 21600189471, em 08/07/2020, com contrato de transformação de EIRELI em LTDA devidamente arquivado em 29/07/2022 e nº **NIRE 21201272366**, com efeitos do registro em 25/07/2022 sede na RUA ALTA FLORESTA, S/Nº, CASA, VILA MACIEL, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, MA, CEP 68973-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob nº **37.651.837/0001-00** Resolve por este ato **CONSTITUIR**, como de fato constitui, uma empresa do tipo jurídico, SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL, nos termos da Lei 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

01/148

Folha nº 356 Página | 2
Processo nº 170 - 2013
Rubrica

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 997, II, DO CC)

CLÁUSULA I - A empresa adotará o seguinte nome empresarial: **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**

DA SEDE (ART. 997, II, DO CC)

CLÁUSULA II – A empresas terá sua sede no seguinte endereço: RUA ALTA FLORESTA, S/Nº, CASA, VILA MACIEL, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, MA, CEP 68973-000.

CLÁUSULA III - A empresa pode, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo.

DO OBJETO SOCIAL (ART. 997, II, DO CC)

CLÁUSULA IV - A empresa terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas:

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; GESTÃO DE REDES DE ESGOTO; ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES; COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS; CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE-OBRAS DE OUTROS TIPOS(CONSTRUÇÃO); PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; OBRAS DE FUNDAÇÕES; ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS; SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇÃO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS; PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA; SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; TRANSPORTE ESCOLAR; TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL; SERVIÇOS DE ARQUITETURA; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s):

ATIVIDADE PRINCIPAL:
4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

02/148

Folha nº 357
Processo nº 170-2023
Rubrica

ATIVIDADE(S) SECUNDÁRIA(S):
3701-1/00 - GESTAO DE REDES DE ESGOTO;
3702-9/00 - ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES;
3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS;
4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS;
4212-0/00 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS
4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4221-9/01 - CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÁTRICA;
4221-9/02 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;
42.22-7/01 - CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO;
42.99-5/01 - CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS;
42.99-5/99 - OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
43.11-8/02 - PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO;
43.13-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM;
43.19-3/00 - SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE;
43.21-5/00 - INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA;
4329-1/04 - MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS.
43.91-6/00 - OBRAS DE FUNDACOES
43.99-1/01 - ADMINISTRACAO DE OBRAS
43.99-1/04 - SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS
43.99-1/05 - PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA
43.99-1/99 - SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
49.24-8/00 - TRANSPORTE ESCOLAR;
49.29-9/01 - TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL
71.11-1/00 - SERVICOS DE ARQUITETURA;
77.32-2/01 - ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO
(ART. 53, III, F, DO DECRETO Nº 1.800, DE 1996)

CLÁUSULA V - A sociedade iniciou suas atividades em **08/07/2020** e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL (ART. 997, III E IV E ARTS. 1.052 E 1.055 DO CC)

CLÁUSULA VI - O capital é de **R$ 350.000,00 (trezentos cinquenta mil) reais**, dividido em 350000 (trezentos e cinquenta mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, em moeda corrente do País.

03/548

PARÁGRAFO ÚNICO. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelo sócio da seguinte forma:

SÓCIO	Nº QUOTAS	VALOR R$	PERCENTUAL %
EDSON OLIVEIRA RAMOS	350.000	350.000,00	100%
TOTAL	350.000	350.000,00	100%

DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)

CLÁUSULA VII - A administração da sociedade será exercida pelo sócio, **EDSON OLIVEIRA RAMOS** que representará a sociedade **ISOLADAMENTE**, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, somente em negócios de interesse da sociedade, sendo-lhes vedado o uso da denominação social ou firma para realização de negócios diversos do objetivo da empresa.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)

CLÁUSULA VIII - O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DA RESPONSABILIDADE DO SÓCIO

CLÁUSULA IX: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas responderá solidariamente pela integralização do capital social, conforme disposto no artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)

CLÁUSULA X - Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

DO PRÓ LABORE

CLÁUSULA XI - O sócio poderá fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

CLÁUSULA XII - A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA XIII -Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s)

sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DA CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA XIV - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

DA RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA XV - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

PORTE EMPRESARIAL

CLÁUSULA XVI - Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

DO FORO

CLÁUSULA XVII - Fica eleito o Foro da Comarca de São João do Paraíso - MA, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja. E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obriga-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assina o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

São João do Paraíso- MA, 09 de agosto de 2022

EDSON OLIVEIRA RAMOS
Sócio / Administrador
CPF:323.460.932-20

05/348

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Folha nº 360
Processo nº 170-2023
Rubrica

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
32346093220	EDSON OLIVEIRA RAMOS

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/08/2022 08:50 SOB Nº 20220981221.
PROTOCOLO: 220981221 DE 10/08/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12210415521. CNPJ DA SEDE: 37651837000100.
NIRE: 21201272366. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 09/08/2022.
RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

061348

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Folha nº 361

CNPJ: 37.651.837/0001-00 Processo nº 170-2023

Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

EDSON OLIVEIRA RAMOS, Brasileiro, Solteiro, natural da cidade de Imperatriz – MA, nascido em 19/08/1972, Empresário, número do documento 323.460.932-20, residente e domiciliado no(a): AVENIDA BERNARDO SAYAO 1520, NOVA IMPERATRIZ, Imperatriz - MA, CEP 65907-000 **(art. 997, I, CC)**.

Sócio da sociedade limitada **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA**, sediada na RUA ALTA FLORESTA, nº SN, CASA CASA, VILA MACIEL, CEP: 65973-000, São João do Paraíso - MA com registro nessa Junta Comercial, inscrito no CNPJ sob o nº 37.651.837/0001-00 resolve alterar seu contrato sob as seguintes clausulas:

CLÁUSULA I: DO ENQUADRAMENTO

O sócio declara que a sociedade se enquadra em Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, LC 123/2006)

CLÁUSULA II: DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas constantes no contrato social e que não tenham sido mencionadas na presente alteração continuam inalteradas.

E por estar assim justo e acertado, assina a presente alteração do contrato social.

São João do Paraíso - MA, 16 de Janeiro de 2024

EDSON OLIVEIRA RAMOS
Sócio/Administrador

07/149

Folha nº 362
Processo nº 170-2023
Rubrica

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
32346093220	EDSON OLIVEIRA RAMOS

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/01/2024 22:42 SOB Nº 20240067746.
PROTOCOLO: 240067746 DE 19/01/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12400828157. CNPJ DA SEDE: 37651837000100.
NIRE: 21201272366. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/01/2024.
RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

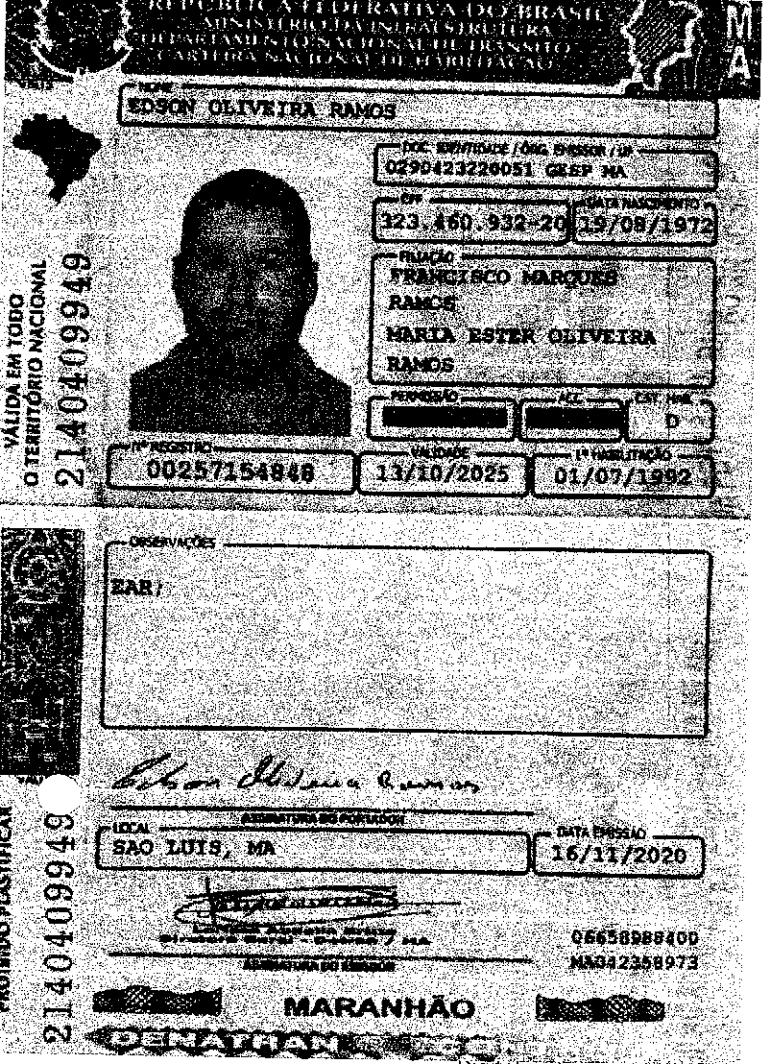
JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

08/348

Folha nº 363
Processo nº 170-2023
Rubrica



Digitalizado com CamScanner

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA

AUTÊNTICO E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DA ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST. DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
Emol:5,65 FERC:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,25-OP:65
Selo: AUTM03042970WK91CK6RF2T755-Consulte em selo.tjma.jus.br

Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL - 3º OFÍCIO - Imperatriz - MA

09/198

Folha nº 364
Processo nº 170-2023
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Rua: Alta Floresta, s/n – Vila Maciel – Cep: 65.973-000
São João do Paraíso – MA

30/5/8

Folha nº 365
Processo nº 170-2023
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:32:37 do dia 13/11/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/05/2024.
Código de controle da certidão: **212F.5154.1DCE.D991**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

11/148

Folha nº 366
Processo nº 170-2023
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 328773/23 **Data da Certidão:** 13/11/2023 12:29:28

CPF/CNPJ 37651837000100 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 12/03/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 13/11/2023 12:29:28

12/348

Folha nº 367
Processo nº 170-2023
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 083381/23 **Data da Certidão:** 13/11/2023 12:31:11

CPF/CNPJ CONSULTADO: **37651837000100**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 12/03/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 13/11/2023 12:31:11

13/148

Folha nº 368
Processo nº 170-2023
Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO PARAISO

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

AV. MARCOS SILVA, Nº 190 - CENTRO

CNPJ: 01[illegible]000123

Exercício: 2024

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

O Departamento de Arrecadação da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO PARAISO, a requerimento da pessoa interessada RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONTRUÇOES LTDA, CERTIFICA para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos para com os cofres públicos municipais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 21/04/2024, ressalvando o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos tributários ou não, constituído anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro:	000013	Matrícula:	1331
Contribuinte:	RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONTRUÇOES LTDA	CPF/CNPJ	37651837000100
Endereço:	RUA RUA ALTA FLORESTA, S/Nº Complemento: CASA CASA		
Bairro:	VILA MACIEL CEP: 65973000		
Cidade:	SÃO JOÃO DO PARAÍSO UF: MA		

DADOS ESPECÍFICOS DO CADASTRO

Data de Abertura : Inscr Municipal : 1331 Inscr Estadual : 1331 Data Encerramento Atividade

Data de Emissão: 22/01/2024 Valida Até: 21/04/2024

Código de Controle da certidão/Número:
713F.5E01.58F3.4B03

João Beloque Cerqueira de Melo
Direto Mul. de Tributos
Portaria Nº 041/2021
CPF: 736.9[illegible].983-72

João Beloque Cerqueira de Melo
Diretor de Tributos

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Mussi
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 – Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP: 65980-490, Imperatriz – MA

AUTENTICO(A) E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST. DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
Emol:6,25 FERC:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,25-OE:65
Selo(s): AUTENTICO304291YPK5H3SCHKDAP57-Consulte em selo.tjma.jus.br

Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

3º OFÍCIO - IMPERATRIZ - MA

14/148

Folha nº 369
Processo nº 170.2023
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
ADM. 2021 a 2024
CNPJ 01.597.629/0001-23

DECLARAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso-MA, através do Departamento de Tributos, declara para os devidos fins de direito e a quem interessar saber, que, o município não efetua a cobrança de I.P.T.U, sendo isento de pagamento do mesmo por não haver previsão legal de cobrança do referido imposto neste município. Válido até dia 31 de Dezembro de 2024.

São João do Paraíso-MA, aos 23 dias do mês de Janeiro de 2024.

João Beloque Cerqueira de Melo
Diretor Mun. de Tributos
Portaria 08/01/2021

João Beloque Cerqueira de Melo
Diretor do Dptº Municipal de Tributos

São João do

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 – Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP. 65900-490, Imperatriz - MA

AUTENTICO E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST.
DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
Selo:1.51.65.ESEC:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,25-OP:65
Selo: AUTE03042950NQK6LHC921FX77-Consulte em selo.tjma.jus.br

Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

15/148

Folha nº 370
Processo nº 170-2023
Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO PARAÍSO

Secretária de Administração e Finanças
CNPJ: 01597629000123
AV MARCOS SILVA, Nº 150 - CENTRO

ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO

Nº do Cadastro	Nº do Alvará	Validade
000031	27/2024	31/12/2024

Contribuinte

Nome:	RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONTRUÇOES LTDA
CPF/CNPJ:	37651837000100
RG/Insc	1331

Endereço

Logradouro:	RUA ALTA FLORESTA	Número:	S/Nº
Complemento:	CASA CASA	CEP:	65973000
Bairro:	VILA MACIEL		
Cidade:	SAO JOAO DO PARAISO	Estado:	MA

Atividade Principal

Horário de Funcionamento

Meio de Semana	Sábado	Domingo	Feriado
Das: 0 Até: 0	Das: 0 Até: 0	Das: 0 Até: 0	Das: 0 Até: 0

Observações

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Moisés
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA

AUTÊNTICO - DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST. DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
Emol:5,25 FERC:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,25-02:65
Selo: AUTE03042994RU7DCDTGD28R19-Consulte em selo.tjma.jus.br

3º OFÍCIO - CARTÓRIO JUDICIAL - Imperatriz - MA

Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

Validador: CDD933EBF44AC6F6

Data de Emissão: 22/01/2024

Estabelecimento autorizado a exercer a atividade supra por período, a critério da Administração Pública

João Beloni de Gasperi de Melo
Diretor de Tributos

João Beloni de Gasperi de Melo
Diretor de Tributação
Portaria Nº 001/2023

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO

16/148

Folha nº 371
Processo nº 170.2023
Rubrica

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.651.837/0001-00
Razão Social: RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA
Endereço: RUA ALTA FLORESTA SN CASA / VILA MACIEL / SAO JOAO DO PARAISO / MA / 65973-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/01/2024 a 11/02/2024

Certificação Número: 2024011302113923337046

Informação obtida em 21/01/2024 21:17:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

17/148

Folha nº 372
Processo nº 170-2023
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
37.651.837/0001-00 MATRIZ		08/07/2020

NOME EMPRESARIAL
RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
RENOVAR	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-01 - Administração de obras
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RUA ALTA FLORESTA	SN	CASA CASA

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.973-000	VILA MACIEL	SAO JOAO DO PARAISO	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RENOVAREMPREENDIMENTOS21@GMAIL.COM	(99) 8446-3772/ (99) 8204-9863

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	08/07/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/01/2024** às **20:59:18** (data e hora de Brasília).

Folha nº 373
Processo nº 170-2023
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
37.651.837/0001-00 MATRIZ		08/07/2020

NOME EMPRESARIAL
RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RUA ALTA FLORESTA	SN	CASA CASA

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.973-000	VILA MACIEL	SAO JOAO DO PARAISO	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RENOVAREMPREENDIMENTOS21@GMAIL.COM	(99) 8446-3772/ (99) 8204-9863

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	08/07/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/01/2024** às **20:59:18** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

19/348

Folha nº 374
Processo nº 170-2023
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 37.651.837/0001-00
Certidão nº: 63550248/2023
Expedição: 13/11/2023, às 12:34:57
Validade: 11/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **37.651.837/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Folha nº 376
Processo nº 130-2023

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Rubrica

Nº 900080/2024
Emissão: 24/01/2024
Validade: 31/03/2024
Chave: bYzz5

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que até a presente data, a referida pessoa jurídica e seu(s) responsável(is) técnico(s) estão quites com suas anuidades e demais obrigações junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão - CREA-MA, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

CNPJ: 37.651.837/0001-00

Registro: 0005433673

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 350.000,00

Data do Capital: 10/08/2022

Faixa: 3

Objetivo Social: 4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS;3701-1/00 - GESTAO DE REDES DE ESGOTO;
3702-9/00 - ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES;
3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS;
4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS;
4212-0/00 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS
4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4221-9/01 - CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÁTRICA;
4221-9/02 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;
42.22-7/01 - CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO;
42.99-5/01 - CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS;
42.99-5/99 - OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
43.11-8/02 - PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO;
43.13-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM;
43.19-3/00 - SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE;
43.21-5/00 - INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA;
4329-1/04 - MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS.
43.91-6/00 - OBRAS DE FUNDACOES
43.99-1/01 - ADMINISTRACAO DE OBRAS
43.99-1/04 - SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS
43.99-1/05 - PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA
43.99-1/99 - SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
49.24-8/00 - TRANSPORTE ESCOLAR;
49.29-9/01 - TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL
71.11-1/00 - SERVICOS DE ARQUITETURA;
77.32-2/01 - ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES.

Restrições Relativas ao Objetivo Social: EMPRESA HABILITADA PARA ATUAR SOMENTE NA ÁREA DA ENGENHARIA CIVIL E SEGURANÇA DO TRABALHO, NO ÂMBITO DAS ATRIBUIÇÕES DE SEUS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS.

Endereço Matriz: RUA ALTA FLORESTA, S/N, CASA, VILA MACIEL, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, MA, 65973000

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 19/11/2020

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000543372DDMA

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: JEREMIAS ANDRADE MACEDO

Registro: 1015071694

CPF: 601.***.***-76

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: bYzz5
Impresso em: 24/01/2024 às 13:51:36 por: adapt, ip: 186.193.177.4

Folha nº 377
Processo nº 170-2023
Rubrica

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 900080/2024
Emissão: 24/01/2024
Validade: 31/03/2024
Chave: bYzz5

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Data Início: 17/11/2023
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 14/11/2024
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7° DA RESOLUÇÃO DO CONFEA N° 218/73, SEM PREJUÍZO DAS ATRIBUIÇÕES CONSTANTES NOS ARTIGOS 28 E 29 DO DECRETO FEDERAL 23.569/33, EXCETO: PORTOS, RIOS E CANAIS.
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: ROSILEIDE FERREIRA SILVA
Registro: 1104202913
CPF: 755.***.***-91
Data Início: 19/11/2020
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRA CIVIL
Atribuição: ART. 7 DA RESOLUÇÃO 218, DE 29/06/73, DO CONFEA.

ENGENHEIRA DE SEGURANCA DO TRABALHO
Atribuição: Artigo 4° da Resolução 359/91
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Sócios

Sócio: EDSON OLIVEIRA RAMOS
CPF: 323.***.***-20
Função: EMPRESÁRIO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: bYzz5
Impresso em: 24/01/2024 às 13:51:37 por: adapt, ip: 186.193.177.4

23/148

Folha nº 378
Processo nº 170-2023
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.651.837/0001-00, estabelecida na Rua Alta Floresta, n° s/n Vila Maciel, na cidade de São João do Paraiso - MA, prestou serviços à **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO**, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, de execução dos serviços de recuperação de 5.102,31m de **ESTRADA VICINAL** para atender a Agrovila São Francisco Zona Rural do município de São João do Paraíso/MA, no período de **16/08/2022 a 16/11/2022**, o valor do contrato **R$ 155.733,56** (cento e cinquenta e cinco mil setecentos e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos), em conformidade com o ANEXO I, nas condições estipuladas na **Tomada de Preços N.º 0005/2022 e PROC. ADM. N° 066/2022**, abaixo caracterizada, cumprindo satisfatoriamente o contrato celebrado entre as partes.

DADOS GERAIS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

➢ **DADOS DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO:**

1. TOMADA DE PREÇOS **nº 005/2022**
2. Processo Administrativo **nº: 066/2022**
3. Contrato nº: **215/2022**
4. Endereço da obra: **RODOVIA ESTRADA VICINAL, RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL, ZONA RURAL - São João do Paraíso /MA; CEP: 65.973-000**

➢ **DADOS DAS ART´S:**

1. ART de execução **nº: MA20220564656**
2. ART de projeto nº: **MA20220546136**

RICARDO PETUBA DE MORAES:05166113306

Assinado de forma digital por RICARDO PETUBA DE MORAES:05166113306
Dados: 2023.11.14 17:56:14 -03'00'

PREFEITURA DE São João do PARAÍSO
CIDADE DE TODOS NÓS!

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 896666/2023, em 17/11/2023
emitida

Certidão nº 896666/2023
17/11/2023, 19:14
Chave de Impressão: ZC2az
O documento neste ato registrado foi emitido em 16/11/2023 e contém 3 folhas

24/198

Folha nº 379
Processo nº 170.2023
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

- **DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

  Nome: **ROSILEIDE FERREIRA SILVA**

  Título: **Engª CIVIL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

  RNP/Registro/Visto: **1104202913 Registro no CREA: 6964 D/MA**

- **PRESTOU SERVIÇOS DE:**

  OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de recuperação de 5.102,31m de estrada vicinal para atender a Agrovila São Francisco Zona Rural do município de São João do Paraíso/MA, em conformidade com o ANEXO I, nas condições estipuladas na Tomada de Preços N.º 0005/2022

ITEM	DESCRIÇÃO	Und	Quant.
1	**SERVIÇOS PRELIMINARES**		
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²	2,00
2	**TERRAPLANAGEM**		
2.1	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_11/2019	m²	30613,86
3	**REVESTIMENTO PRIMÁRIO**		
3.1	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF_05/2018	m²	5740,1
3.2	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	m³	3826,73
3.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	14350,25
3.4	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_11/2019	m²	30613,86
4	**SERVIÇOS DE DRENAGEM**		

São João do PARAÍSO
CIDADE DE TODOS NÓS!

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 896666/2023, em 17/11/2023
emitida

Certidão nº 896666/2023
17/11/2023, 19:14
Chave de Impressão: ZC2az
O documento neste ato registrado foi emitido em 16/11/2023 e contém 3 folhas

25/348

Folha nº 380
Processo nº 170.2023
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2021 A 2024

4.1	Corpo de BSTC D = 1,00 m PA1 - areia extraída e brita e pedra de mão produzidas	m	12,00
4.2	Corpo de BSTC D = 0,60 m PA1 - areia extraída e brita e pedra de mão produzidas	m	12,00
4.3	Boca de BSTC D = 1,00 m - esconsidade 45° - areia e brita comerciais - alas retas	un	4,00
4.4	Boca de BSTC D = 0,60 m - esconsidade 45° - areia e brita comerciais - alas retas	un	4,00

Registramos, ainda, os serviços acima referidos foram realizados em conformidade com o contratado, tendo o profissional cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que o desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

São João do Paraíso/MA, 06 de Novembro de 2023.

RICARDO PETUBA DE MORAES:05166113306
Assinado de forma digital por RICARDO PETUBA DE MORAES:05166113306
Dados: 2023.11.14 17:56:34 -03'00'

RICARDO PETUBA DE MORAES
Fiscal do Município
Engenheiro Civil - CREA/RPN: 119.658.241-MA
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CPF nº 051.661.133-06
Portaria 031/2023

Rua Maranhão - CEP: 65973-000 - Centro - São Joio do Paraíso/MA

PREFEITURA DE São João do PARAÍSO
CIDADE DE TODOS NÓS!

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 896666/2023, emitida em 17/11/2023

Certidão nº 896666/2023
17/11/2023, 19:14
Chave de Impressão: ZC2az
O documento neste ato registrado foi emitido em 16/11/2023 e contém 3 folhas

26/148

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

Rubrica

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
896666/2023
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **ROSILEIDE FERREIRA SILVA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **ROSILEIDE FERREIRA SILVA**
Registro: **1104202913MA** RNP: **1104202913**
Título profissional: ENGENHEIRA DE SEGURANCA DO TRABALHO, ENGENHEIRA CIVIL

Número da ART: **MA20220564656** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 12/09/2022 Baixada em: 06/11/2023
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO** CPF/CNPJ: **01.597.629/0001-23**
Endereço do contratante: RUA RUA SÃO MARCOS Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: SÃO JOÃO DO PARAÍSO UF: MA CEP: 65973000
Contrato: 215/2022 Celebrado em: 15/08/2022
Valor do contrato: R$ 155.733,56 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: RODOVIA ESTRADA VICINAL Nº: S/N
Complemento: RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL Bairro: ZONA RURAL
Cidade: SÃO JOÃO DO PARAÍSO UF: MA CEP: 65973000
Coordenadas Geográficas: -6.466658, -47.057097
Data de início: 16/08/2022 Conclusão efetiva: 16/11/2022
Finalidade: Infraestrutura
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO CPF/CNPJ: 01.597.629/0001-23

Atividade Técnica: **16 - Execução** TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #4.1.3 - DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA 49 - Execução de obra 5102.31 metro;

Observações

ART REFERENTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE 5.102,31m ESTRADA VICINAL PARA ATENDER A AGROVILA SAO FRANCISCO ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, NAS CONDIÇÕES ESTIPULADAS NA TOMADA DE PREÇOS Nº 0005/2022, CONTRATO Nº 215/2022 E PROC. ADM. Nº 066/2022

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 896666/2023
17/11/2023, 13:05
ZC2az

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: ZC2az

27/1348

Prefeitura Municipal
De Sítio Novo - MA

Folha nº 382
Processo nº 170.2022
Rubrica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO/MA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.631.031/0001-64, situada na Av. Leonardo de Almeida, S/N, Centro - Sítio Novo, CEP: 65925-000, **ATESTAMOS** para os devidos fins de direito, que sob a responsabilidade técnica da Engenheira Civil **ROSILEIDE FERREIRA SILVA,** portador do CREA NACIONAL nº1104202913, foram executados os serviços de **AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO - MA,** sendo contratada a Empresa **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.651.837/0001-00, situada na Rua Alta Floresta, S/N, Vila Maciel - CEP: 65973-000, na cidade de São João do Paraiso – MA, declaramos ainda, que os serviços foram executados a contento e dentro do prazo e normas contratuais, os serviços conforme descriminados abaixo:

1.0 – Tomada de Preços nº 011/2022 - CPL
2.0 - Contrato nº 128/2022 – ART nº MA20220568133.
3.0 - Valor do Contrato: R$ 476.482,37.
4.0 - Período da Execução do Contrato: 08/07/2022 a 08/07/2023
5.0 - Período da Execução da Obra: 08/07/2022 a 20/10/2022
6.0 - Objeto do Contrato: **AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO - MA.**

Portanto, desde já o **CREA-MA** está autorizado a emitir a **Certidão de Acervo Técnico -CAT,** devidamente averbado.

SERVIÇOS EXECUTADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT.
1	**SERVIÇOS PRELIMINARES**		
1.1	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	M²	2,88
2	**DEMOLIÇÕES E RETIRADAS**		
2.1	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 12/2017	M³	8,40

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musse
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA

CERTIFICO E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST. DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
Emol:5,65 FERC:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,25-QP:65
Valide em https://selodigital.tjma.jus.br
Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

Marcos André Oliveira Sousa
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843-0

28/148

2.2	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE RIPA EM TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO DE ENCAIXE, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M²	50,00
2.3	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE CAIBRO EM TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO DE ENCAIXE, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M²	50,00
2.4	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, COM ATÉ DUAS ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M²	50,00
3	**ESTRUTURA E VEDAÇÃO**		
3.1	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA PLASTIFICADA, 10 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M²	12,00
3.2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M²	6,00
3.3	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	41,31
3.4	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM.AF_12/2015	KG	166,91
3.5	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 M M - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	45,45

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 - Rua Alagoas, 706-B, Centro, CEP: 65908-490, Imperatriz - MA

AUTÊNTICO! E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO
IEL DO ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST.
A VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
Selo(s): AUTENT30429WJCGY5C7KNGRPV54-Consulte em selo.tjma.jus.br

Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL 3º OFÍCIO - Imperatriz - MA

Marcos André Oliveira Sousa
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843-0

3.6	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M³	2,12
3.7	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	M³	2,12
3.8	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	2,58
3.9	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M²	92,16
4	**PISOS E REVESTIMENTOS**		
4.1	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	M²	10,72
4.2	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	M²	174,02
4.3	ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO MECÂNICO COM MISTURADOR DE EIXO HORIZONTAL DE 600 KG. AF_08/2019	M³	1,69
4.4	ARGAMASSA TRAÇO 1:7 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) COM ADIÇÃO DE PLASTIFICANTE PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_08/2019	M³	5,10
	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5M² A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_06/2014	M²	141,00

Ofício Extrajudicial
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9407 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA

AUTENTICO E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DA ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST. DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
EMOL:5,65 FERC:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,25-OP:65
Selo 1304291IDDRFLV2RPXN932-Consulte em selo.tjma.jus.br

Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
Ofício Extrajudicial

Marcos André Oliveira Sousa
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843-0

30/348

4.6	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M^3	3,34
5	**ESQUADRIAS**		
5.1	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	4,00
5.2	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	6,00
5.3	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 60X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	2,00
5.4	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, COM VIDROS, BATENTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR, ACABAMENTO E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M^2	12,80
5.5	PORTA CORTA-FOGO 90X210X4CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	1,00
5.6	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M^2	47,85
5.7	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	M	69,50
5.8	Tela Mosquiteira Anti Inseto em Nylon para janelas. Fornecimento e instalação	M^2	60,65
6	**INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS E DE COMBATE À INCÊNDIO**		

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP. 65900-490, Imperatriz - MA

AUTÊNTICO - E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO
FIEL DA ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST.
DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
Selo: 5 65 FERC:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,25-OF:65
Selo: AUTN00030429M16ETH3AB0RR2P05-Consulte em selo.tjma.jus.br

Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL - 3º OFÍCIO - Imperatriz - MA

Marcos André Oliveira Sousa
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843-0

6.1	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO . AF_01/2020	UN	2,00
6.2	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2 OU 3/4, PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	7,00
6.3	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,00
6.4	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 0,50 X 0,60 M, PARA LAVATÓRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,00
6.5	BANCADA GRANITO CINZA 150 X 60 CM, COM CUBA DE EMBUTIR DE AÇO, VÁLVULA AMERICANA EM METAL, SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, ENGATE FLEXÍVEL 30 CM, TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, 1/2 OU 3/4, P/ COZINHA, PADRÃO POPULAR - FORNEC. E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	3,00
6.6	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA (SUBRAMAL) COM TUBULAÇÃO DE PVC, DN 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA, INCLUSOS RASGO E CHUMBAMENTO E M ALVENARIA. AF_12/2014	UN	9,00
6.7	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	6,00
6.8	COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES PARA, PRÉDIOS. AF_10/2015	M	3,00

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabelliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9467 - Rua Alagoas, 704-D, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA

AUTÊNTICO E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DA ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST. DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial
SELO: 0304292P90P7C05HOQGB11-Consulte em selo.tjma.jus.br
Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial
3º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL - IMPERATRIZ - MA

Marcos Andre Oliveira Sousa
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843-0

6.9	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INST. TUBO PVC, SÉRIE N, ESGOTO PREDIAL, 100 MM (INST. RAMAL DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANIT., PRUMADA ESG. SANIT., VENTILAÇÃO OU SUB-COLETOR AÉREO), INCL. CONEXÕES E CORTES, FIXAÇÕES, P/ PRÉDIOS. AF_10/2015	M	18,00
6.10	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00
6.11	RALO SECO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00
6.12	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS. FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF_08/2021	UN	1,00
6.13	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC,SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 20 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL OU RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	36,00
6.14	Chuveiro plástico sem registro	UN	1,00
6.15	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P	UN	10,00
6.16	Tampa de concreto armado, dimensões: 0,60x0,80mx0,07m com furos	UN	92,00
6.17	Cantoneira de ferro em "L", 1" x 1" x 1/4"	M	73,70
7	**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**		
7.1	PONTO DE ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA). AF_01/2016	UN	6,00
7.2	LÂMPADA COMPACTA DE LED 10 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	6,00
7.3	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_01/2016	UN	27,00
7.4	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2,00

3º Ofício Extrajudicial
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail:3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9467 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA

DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST.
VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
SELO: AUTENTO304296ELTMAC4QNLQ4J54 Consulte em selo.tjma.jus.br
Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada

Marcos André Oliveira Sousa
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843-0

8.1	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M²	656,70
8.2	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M²	662,70
8.3	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M²	982,09
8.4	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M²	1514,80
8.5	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	54,00
8.6	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_06/2018	M²	21,00
9	**PINTURA**		
9.1	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	M²	2816,48
9.2	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	7041,20

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP. 65900-490, Imperatriz - MA

DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO
FIEL, INTEGRAL AQUI EXIBIDA. EM TEST.
DE VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
SELO:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,25-QP:65
ATO:TJMA30429XK6I9Z3HLOK2AP88-Consulte em selo.tjma.jus.br

CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL - 3º OFÍCIO - Imperatriz - MA

María da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

Marcos Andre Oliveira Sousa
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843-0

34/194

Sítio Novo (MA), 18 de novembro de 2022.

Marcos André Oliveira Sousa
Eng.° Civil da Prefeitura Municipal de Sítio Novo/MA.
CREA/RNP N° 191948843-0
CPF N° 061.413.123-57

Antônio Coelho Rodrigues
Prefeito Municipal de Sítio Novo – MA
CPF N° 505.182.323-87

3º Ofício Extrajudicial
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA

AUTENTICO E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO
DO(A) [illegible] ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST.
DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
EMOL:5,16 FEREC:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,25-OP:65
SELO DE AUTENTICIDADE: 30429MFIDVK3Y040SG964-Consulte em selo.tjma.jus.br

Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

Marcos Andre Oliveira Sousa
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843

35 | 48

Prefeitura Municipal
De Sítio Novo - MA

Folha nº 390
Processo nº 170-2022
Rubrica

LAUDO DE CONCLUSÃO DA OBRA

Termo de recebimento definitivo da obra denominada **AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO - MA.** Objeto do contrato de **n° 128/2022, referente a Tomada de preço n°011/2022-CPL,** celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO – MA,** inscrito no **CNPJ: 05.631.031/0001-64** e a Empresa **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES - ME,** inscrito no **CNPJ: 37.651.837/0001-00**, situada na Rua Alta Floresta, S/N, Vila Maciel - CEP: 65973-000, na cidade de São João do Paraiso – MA, tendo como responsável técnico **a Eng.° Civil ROSILEIDE FERREIRA SILVA, CREA NACIONAL N° 1104202913.**

Com início dos serviços em 08 de julho de 2022 e término dos serviços em 20 de outubro de 2022. Atendendo à solicitação da empresa, foi vistoriado a obra denominada, **AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO - MA,** acompanhado pelo responsável técnico dos serviços, constatou-se que a obra foi executada sem alterações em relação ao projeto inicial, apresentado a mesma solidez e segurança, nada havendo que impeça o seu recebimento definitivo.

Sítio Novo – MA, 18 de novembro de 2022.

Eng.° Civil Marcos André Oliveira Sousa
Responsável Técnico pela Fiscalização
CREA/RNP N° 191948843-0
CPF N° 061.413.123-57

Marcos Andre Oliveira Sousa
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843-0

Antônio Coelho Rodrigues
Prefeito Municipal de Sítio Novo – MA
CPF N° 505.182.323-87

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail:3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99)3072-9497 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA
CERTIFICO E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST. VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
SELO DE AUTENTICIDADE: TJMA21043042994KU7DCD7GD28819 - Consulte em selo.tjma.jus.br
Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial
3º OFÍCIO - Imperatriz - MA - CARTÓRIO

361/148

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20220578138

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Folha nº 391 INICIAL

Processo nº 170-2023

Rubrica

1. Responsável Técnico

MARCOS ANDRÉ OLIVEIRA SOUSA
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**
RNP: **1919488430**
Registro: **118301MA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO** CPF/CNPJ: **05.631.031/0001-64**
AVENIDA LEONARDO DE ALMEIDA Nº: **S/N**
Complemento: Bairro: **CENTRO**
Cidade: **SÍTIO NOVO** UF: **MA** CEP: **65925000**

Contrato: **Não especificado** Celebrado em:
Valor: **R$ 4.120,58** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA ANA GOMES VIANA Nº: **S/N**
Complemento: Bairro: **LEONTINO NASCIMENTO**
Cidade: **SÍTIO NOVO** UF: **MA** CEP: **65925000**
Data de Início: **08/07/2022** Previsão de término: **04/11/2022** Coordenadas Geográficas: **-5.877919, -46.706470**
Finalidade: **Saúde** Código: **Não Especificado**
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO** CPF/CNPJ: **05.631.031/0001-64**

4. Atividade Técnica

18 - Fiscalização	Quantidade	Unidade
60 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	2,12	m³
60 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE VEDAÇÃO > #1.1.8.1 - EM ALVENARIA	92,16	m²
60 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE MADEIRA > #2.3.1 - DE ESTRUTURA DE MADEIRA	982,09	m²
60 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL	1,00	un
60 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO - MA, EM CONFORMIDADE COM A TP 011/2022-CPL.

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-MA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

CLUBE DE ENGENHARIA DO MA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MARCOS ANDRÉ OLIVEIRA SOUSA - CPF: 061.413.123-57

_____, _____ de _____ de _____
Local data

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO - CNPJ: 05.631.031/0001-64

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 88,78** Registrada em: **17/10/2022** Valor pago: **R$ 88,78** Nosso Número: **8304215716**

Marcos André Oliveira Sousa
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843-0

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: YbcCc
Impresso em: 17/11/2022 às 08:18:54 por: , ip: 168.232.207.7

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2017 A 2020

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRA

A **Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA**, inscrita no CNPJ 01.597.629/0001-23, certifica que a empresa **E OLIVEIRA RAMOS EIRELI**, localizada na rua Alta Floresta, s/n, Vila Maciel, nesta cidade, inscrita no CNPJ 37.651.837/00001-00, concluiu nesta data os serviços referentes à obra objeto do **contrato nº 21200520** celebrado entre as partes através de licitação **Tomada de Preço nº 03/2021** referente ao **Processo Administrativo nº 112/2021**, para execução dos serviços de reforma do prédio do **Conselho Tutelar**, neste município. Obedecendo aos padrões técnicos e exigências descritas no projeto básico.

São João do Paraíso, 18 de agosto de 2021

Marco Antonio do Nascimento
Engenheiro Civil
CREA-MA 111684149-2

Marco Antonio do Nascimento
CREA MA 111884149-2
Engenheiro Civil

Roberto Regis de Albuquerque
CPF nº237.383.083-34
Prefeito Municipal

CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL 3º OFÍCIO

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail:3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA

AUTÊNTICO - E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO
FIEL DA ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST.
DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
Qtd:2 Selo:65 FERC:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,25-OP:65
Selo AUTENTO30429220NZH3ULA2JIP9O-Consulte em selo.tjma.jus.br

Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

São João do PARAÍSO
CIDADE DE TODOS NÓS!

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO – MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
GESTÃO 2017 A 2020

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRA

A **Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA**, inscrita no CNPJ 01.597.629/0001-23, certifica que a empresa **E OLIVEIRA RAMOS EIRELI**, localizada na rua Alta Floresta, s/n, Vila Maciel, nesta cidade, inscrita no CNPJ 37.651.837/00001-00, concluiu nesta data os serviços referentes à obra objeto do **contrato nº 118/2022** celebrado entre as partes através de licitação **Tomada de Preço nº 02/2022** referente ao **Processo Administrativo nº 021/2022**, para execução dos serviços de reforma do prédio da **Escola Municipal Alexandrino Castro de Abreu**, na localidade **Cantinhos**, neste município. Obedecendo aos padrões técnicos e exigências descritas no projeto básico.

São João do Paraíso, 03 de junho de 2022

Marco Antonio do Nascimento
Engenheiro Civil
CREA-MA 111884149-2

Marco Antonio do Nascimento
CREA MA 111884149-2
Engenheiro Civil

Roberto Regis de Albuquerque
CPF nº237.383.083-34
Prefeito Municipal

CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL 3º OFÍCIO

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA

AUTENTICO E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DA ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST. DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
Selo: AUTENTO30429T6VE4LLC5WP6ED47-Consulte em selo.tjma.jus.br

Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

PREFEITURA DE São João do PARAÍSO
CIDADE DE TODOS NÓS!

Folha nº 394

Processo nº 170-2023

Rubrica

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBAMA
MMA

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

N.º de registro no banco de dados do Ibama: **8477324**

CPF/CNPJ: **37.651.837/0001-00**

Nome/Razão Social/Endereço
RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA
RUA ALTA FLORESTA
VILA MACIEL
SAO JOAO DO PARAISO/MA 65973-000

Atividades Potencialmente Poluidoras

Categoria / Detalhe

Obras civis - não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 / Rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos - Lei nº 6.938/1981: art. 10
Obras civis - não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 / Construção de barragens e diques - Lei nº 6.938/1981: art. 10
Obras civis - não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 / Construção de obras de arte - Lei nº 6.938/1981: art. 10
Obras civis - não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 / Outras obras de infraestrutura - Lei nº 6.938/1981: art. 10

Observações:
1 - Este cartão é o documento comprobatório de inscrição no Cadastro Técnico Federal - CTF e de uso obrigatório nos casos legalmente determinados. Para qualquer orientação de natureza cadastral, procure a unidade local do cadastro do IBAMA.
3 - Para verificar a regularidade desta pessoa junto ao IBAMA, visite http://www.ibama.gov.br e procure Serviços On-Line, depois Consulta de Regularidade.
4 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício da(s) atividade(s) descrita(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente:
5 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA,obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema.
6 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente.
7 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.

Data de emissão: **15/11/2023**
Autenticação: **7xci.xbrp.vlew.gmyy**

40 / 348

395

Folha nº

Ministério do Meio Ambiente

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS

CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Rubrica

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
8477324	15/11/2023	15/11/2023	15/02/2024

Dados básicos:

CNPJ : 37.651.837/0001-00

Razão Social : RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

Nome fantasia : RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

Data de abertura : 08/07/2020

Endereço:

logradouro: RUA ALTA FLORESTA

N.º: SN Complemento: CASA

Bairro: VILA MACIEL Município: SAO JOAO DO PARAISO

CEP: 65973-000 UF: MA

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
22-1	Rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos - Lei nº 6.938/1981: art. 10
22-2	Construção de barragens e diques - Lei nº 6.938/1981: art. 10
22-7	Construção de obras de arte - Lei nº 6.938/1981: art. 10
22-8	Outras obras de infraestrutura - Lei nº 6.938/1981: art. 10

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	5UEL5DJVYICK3XVB

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Folha nº 396
Processo nº 170-2023
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE EMBARGO

Número da Certidão: B6GM543LBQQ83IL6
Emitido em: 22/01/2024
Válidade até: 21/02/2024

INTERESSADO: RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 37.651.837/0001-00

NADA CONSTA

NA LISTA DE EMBARGOS DO IBAMA

Código para Consulta: B6GM543LBQQ83IL6

OBSERVAÇÕES:

1. Certidão expedida gratuitamente;
2. Esta declaração é válida sem rasuras ou emendas;
3. A presente certidão não servirá de prova contra cobrança de qualquer débito que vier a ser reclamado pelo Ibama;
4. Esta certidão é válida por 30(trinta) dias;
5. A autenticidade desta certidão pode ser averiguada no site do Ibama, endereço http://www.ibama.gov.br, Serviços On-Line, Link Certidão Negativa de Débito.

Data: 22/01/2024 18:26:17

42/148

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

IBAMA
MMA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Folha nº 397
Processo nº 170.2023
Rubrica

Número da Certidão: 40611471
Emitido em: 22/01/1998
Válida até: 21/02/2024

INTERESSADO: RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 37.651.837/0001-00

NADA CONSTA

OBSERVAÇÕES:
1. Certidão expedida gratuitamente;
2. Esta declaração é válida sem rasuras ou emendas;
3. A presente certidão não servirá de prova contra cobrança de qualquer débito que vier a ser reclamado pelo IBAMA;
4. Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias;
5. A autenticidade desta certidão pode ser averiguada no site do Ibama, endereço http://www.ibama.gov.br, menu Facilidades, link Taxas=>Certidão negativa
6. Expedida de acordo com a IN/IBAMA nº 10 de 07 de dezembro de 2012.

43/148

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 900104/2024
Emissão: 24/01/2024
Validade: 31/01/2024
Chave: YACy2

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Folha nº 398
Processo nº 170-2023
Pública

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-MA.

Interessado(a)

Profissional: JEREMIAS ANDRADE MACEDO
Registro: 1015071694
CPF: 601.***.***-76

Tipo de Registro: VISTO PROFISSIONAL
Data Inicial: 19/05/2017
Data Final: Indefinido
Número do Visto: 1000000265

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7° DA RESOLUÇÃO DO CONFEA N° 218/73, SEM PREJUÍZO DAS ATRIBUIÇÕES CONSTANTES NOS ARTIGOS 28 E 29 DO DECRETO FEDERAL 23.569/33, EXCETO: PORTOS, RIOS E CANAIS.
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PAULISTA UNIP
Data de Formação: 25/01/2016

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A certidão teve sua validade reduzida em virtude do vencimento do BOLETO de ANUIDADE em Aberto 8305216901. Data de vencimento do boleto: 31/01/2024

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (3/3)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: REISIMAR C. DE OLIVEIRA
Registro: 0005435447
CNPJ: 05.391.523/0001-20
Data Início: 26/10/2022
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 26/10/2025
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
Registro: 0005433673
CNPJ: 37.651.837/0001-00
Data Início: 17/11/2023
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 14/11/2024
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: VEREDA CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA - ME
Registro: 0005461391
CNPJ: 14.421.488/0001-35
Data Início: 06/09/2023
Data Fim: Indefinido

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: YACy2
Impresso em: 24/01/2024 às 22:01:01 por: adapt, ip: 45.169.11.109

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 900104/2024
Emissão: 24/01/2024
Validade: 31/01/2024
Chave: YACy2

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Folha nº 399
Processo nº 170-2023
Rubrica

Data Fim de Contrato: 16/03/2024
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: YACy2
Impresso em: 24/01/2024 às 22:01:01 por: adapt, ip: 45.169.11.109

45/148

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

Folha nº 400
Processo nº 170.2023
Rubrica

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, firma estabelecida na rua Alta Floresta, Sn, Vila Maciel, Cep 65.973-000, São João do Paraíso - MA, inscrita no CNPJ sob o Nº 37.651.837/0001-00, denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu proprietário o Sr. EDSON OLIVEIRA RAMOS, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF Nº 323460932-20, residente e domiciliado em São João do Paraíso - MA.

CONTRATADO: Jeremias Andrade Macedo, brasileiro, casado, Título profissional engenheiro civil, portador da Carteira Profissional do CREA Nº 1015071694/D - GO, inscrito no CPF sob o Nº 601.493.503-76 e Carteira de Identidade Nº 032071772006-8 SESP/MA, residente e domiciliado na Rua Joaquim da Ponte, s/n, Bairro Alvorada, Formosa da Serra Negra-MA.

O presente contrato se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto:

O objeto do contrato é a prestação de serviços profissionais na Área da Engenharia (Prestação de Serviço de responsabilidade técnica na área da engenharia civil), restrita às atribuições do contratado, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Remuneração e carga horária:

O contratado receberá a remuneração de R$ 3.000,00 (três mil reais), para uma jornada diária de, (2h/d) de segunda-feira a sexta-feira no horário de 12:00h às 14:00h, conforme estabelecido na Lei Federal 4.950-A/66.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo:

O prazo de validade deste contrato é: Determinado pelo período de 14/11/2023 à 14/11/2024, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30(trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA: Do foro:

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado ao Protocolo nº 2779152/2023, emitido em 17/11/2023.
Documento do Protocolo 1/5 (Vinculado ao passo 2), anexado

CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL MA
Rua: Alta Floresta, s/n – Vila Maciel – Cep: 65.973-000
São João do Paraíso – MA
3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA
AUTÊNTICO - DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO
FIEL DA ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST.
DA VERDADE. - IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
Emol:5,65 FERC:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,25-OP:65
Selo: AUTE70304299966URLUCHAXG522-Consulte em selo.tjma.jus.br
Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

Jeremias Andrade Macedo

Digitalizado com CamScanner

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

Folha nº 402
Processo nº 170-2023
Rubrica

Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz/MA para dirimir as questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, em 03(três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Imperatriz - MA, 14 de Novembro de 2023

Jeremias Andrade Macedo
CPF:601.493.503-76
Eng.Civil
CREA Nº1015071694/D-GO

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Edson Oliveira Ramos
(Proprietário)
CPF nº323.460.932-20

TESTEMUNHAS:

_____

CPF:

_____

CPF:

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
REPRODUÇÃO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE EDSON OLIVEIRA RAMOS. DOU FÉ. EM TEST DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA,16/11/2023.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
EMOL:6,25 FERC:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,85-08:36
SELO: AUTENTICA304292SE2CW32JM41AH75-Consulte em selo.tjma.jus.br
Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada
3º Ofício Extrajudicial

CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL

Rua: Alta Floresta, s/n – Vila Maciel – Cep: 65.973-000
São João do Paraíso – MA

3º Ofício EXTRAJUDICIAL
Tabeliã Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso
E-mail.3oficioextrajudicialimp@gmail.com
(99) 3072-9487 - Rua Alagoas, 704-B, Centro, CEP: 65900-490, Imperatriz - MA

alizado com CamScanner

AUTENTICO E DOU FÉ QUE A CÓPIA É A REPRODUÇÃO FIEL DA ORIGINAL AQUI EXIBIDA. EM TEST. DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
MARIA DA LUZ SOUSA DA SILVA-ESCREVENTE AUTORIZADA
EMOL:6,25 FERC:0,16 FEMP:0,22 FADEP:0,22 Total:6,25-08:55
SELO: AUTENTICA304292SE2CW32JM41AH75-Consulte em selo.tjma.jus.br
Maria da Luz Sousa da Silva
Escrevente Autorizada

Digitalizado com CamScanner

47 | 148

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado ao Protocolo nº 2779152/2023, emitido em 17/11/2023.
Documento do Protocolo 1/5 (Vinculado ao passo 2), anexado

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART CARGO-FUNÇÃO
Nº MA20230708549

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

Folha nº 402
Processo nº 470-2023
Rubrica

1. Responsável Técnico

JEREMIAS ANDRADE MACEDO
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL
RNP: 1015071694
Registro: 100000265MA

2. Contratante

Contratante: RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CPF/CNPJ: 37.651.837/0001-00
RUA ALTA FLORESTA
Nº: S/N
Complemento:
Bairro: VILA MACIEL
Cidade: SÃO JOÃO DO PARAÍSO
UF: MA
CEP: 65973000
País: Brasil
Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Ação Institucional: Outros

3. Vínculo Contratual

Unidade administrativa: undefined
RUA ALTA FLORESTA
Nº: S/N
Complemento:
Bairro: VILA MACIEL
Cidade: SÃO JOÃO DO PARAÍSO
UF: MA
CEP: 65973000
Data de Início: 14/11/2023
Previsão de término: 14/11/2024
Tipo de vínculo: PRESTADOR DE SERVIÇOS
Identificação do cargo/função: Consultor(a) técnico(a)

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
1000 - OUTRA		
45 - DESEMPENHO DE FUNÇÃO TÉCNICA > OBRAS E SERVIÇOS - CARGO/FUNÇÃO > #3367 - VÍNCULO TÉCNICO COM A EMPRESA (DESEMPENHO DE CARGO/FUNÇÃO TÉCNICA DENTRO DA EMPRESA)	10,00	Item

A mudança de cargo ou função exige o registro de nova ART

5. Observações

ART DE CARGO E FUNÇÃO COM A EMPRESA RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, firma estabelecida na na rua Alta Floresta, Sn, Vila Maciel, Cep 65.973-000,São João do Paraíso - MA, inscrita no CNPJ sob o N° 37.651.837/0001-00, denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu proprietario o Sr. EDSON OLIVEIRA RAMOS, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF N° 323.4E0.932-20, residente e domiciliado em São João do Paraíso - MA.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

CLUBE DE ENGENHARIA DO MA

Jeremias Andrade Macedo
Engenheiro Civil
1015071694 AP-GC

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

JEREMIAS ANDRADE MACEDO - CPF: 601.493.593-76

_____, _____ de _____ de _____
Local data

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 37.651.837/0001-00

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea

10. Valor

Valor da ART: R$ 96,62 Registrada em: 17/11/2023 Valor pago: R$ 96,62 Nosso Número: 8305088850

A autenticidade desta ART pode ser verificada em https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: bA7hk
Impresso em 17/11/2023 às 11:05:55 por : ip: 177.136.107.119

www.creama.org.br Tel: (98) 2106-8300 Fax: (98) 2106-8300

CREA-MA

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado ao Protocolo nº 2779152/2023, emitido em 17/11/2023. Documento do Protocolo 5/5 (Vinculado ao passo 3), anexado

401/348

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
882488/2023
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JEREMIAS ANDRADE MACEDO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JEREMIAS ANDRADE MACEDO**
Registro: **1000000265MA** RNP: **1015071694**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Folha nº 403
Processo nº 170-2023
Rubrica

Número da ART: **MA20220592986** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 01/12/2022 Baixada em: 13/03/2023
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **REISIMAR C. DE OLIVEIRA**

Contratante: **MUNICIPIO DE GRAJAU** CPF/CNPJ: **06.377.063/0001-48**
Endereço do contratante: RUA FREI BENJAMIM Nº: 01
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: GRAJAÚ UF: MA CEP: 65940000
Contrato: 122/2022 Celebrado em: 05/08/2022
Valor do contrato: R$ 528.201,14 Tipo de contratantee: Pessoa Juridica de Direito Público
Ação institucional: Agricultura familiar
Endereço da obra/serviço: POVOADO POVOADO MATA FRIA E POVOADO BOM DIA Nº: S/N
Complemento: ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE GRAJAU Bairro: ZONA RURAL
Cidade: GRAJAÚ UF: MA CEP: 65940000
Coordenadas Geográficas: -5.825371, -46.225738
Data de início: 15/08/2022 Conclusão efetiva: 15/08/2023
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: MUNICIPIO DE GRAJAU CPF/CNPJ: 06.377.063/0001-48

Atividade Técnica: **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.1 - DE ALVENARIA 49 - Execução de obra 227.92 metro quadrado; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL 49 - Execução de obra 227.92 metro quadrado; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO 49 - Execução de obra 227.92 metro quadrado; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO > #1.6.6 - DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO 49 - Execução de obra 227.92 metro quadrado; **16 - Execução** ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO 49 - Execução de obra 27.58 metro cúbico;

Observações

ART DE EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) ESOLAS DE 01 (UMA) SALA DE AULA, NOS POVOADOS MATA FRIA E POV. BOM DIA, NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE GRAJAÚ-MA). REFERENTE AO CONTRATO N° 122/2022/CPL/PMG E PROCESSO Nº 4424/2022.

Informações Complementares

- `O atestado está registrado apenas para atividades técnicas constantes da ART,não sendo contempladas neste registro os itens 29.3; 29.4 CABO LÓGICO; 30.9; por se tratar de atividades fora da atribuição do profissional.`

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 8 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 882488/2023
04/05/2023, 10:17
Z4ywb

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) á qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: Z4ywb

49 1318

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERA

Folha nº 404
Processo nº 470/2023
Rubrica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIOANL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAÚ/MA,** inscrita no CNPJ sob o nº 06.377.063/0001-48, situada na Rua: Patrocínio Jorge, Nº 05, Centro – Grajaú - MA, CEP: 65940-000, **ATESTAMOS** para os devido fins de direito, que a Empresa **REISIMAR C. DE OLIVEIRA – ME – TERRA SUL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS,** inscrita no CNPJ sob o n.º 05.391.523/0001-20, sob a responsabilidade técnica do Engenheiro **Civil JEREMIAS ANDRADE MACEDO,** portador do CREA NACIONAL Nº 1015071694 e visto 1000000265MA, executou o contrato a contento e dentro do prazo e normas contratuais, os serviços conforme descriminados abaixo:

1.0 – Processo Administrativo nº 4424/2022
2.0 - Contrato nº 122/2022/CPL/PMG – ART nº MA20220592986.
3.0 - Valor do Contrato: **R$ 528.201,14**
4.0 - Prazo de Execução do Contrato: 05/08/2022 a 05/08/2023
5.0 - Período de Execução da obra: 15/08/2022 à 03/03/2023
6.0 – Empresa contratada: REISIMAR C. DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.391.523/0001-20
7.0 - Objeto do Contrato: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) ESOLAS DE 01 (UMA) SALA DE AULA, NOS POVOADOS DA CIDADE DE GRAJAÚ-MA).**

ENDEREÇO DA OBRA: POVOADO BOM DIA E POVOADO MATA FRIA, NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE GRAJAÚ - MA.

SERVIÇOS EXECUTADOS:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID	QUANTIDADE
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	C2316	TAPUME DE CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA E= 6mm	SEINFRA	M2	77,00
1.2	C2650	INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DE LUZ , FORÇA,TELEFONE E LÓGICA	SEINFRA	UN	1,00
1.3	93214	EXECUÇÃO DE RESERVATÓRIO ELEVADO DE ÁGUA (1000 LITROS) EM CANTEIRO DE OBRA, APOIADO EM ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_02/2016	SINAPI	UN	1,00
1.4	S06459	Ligação Predial de Esgoto Tipo II - Domiciliar - em piso de ladrilho	ORSE	un	1,00
1.5	93212	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_02/2016	SINAPI	M2	2,52
1.6	93584	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_04/2016	SINAPI	M2	20,00
1.7	C1830	LOCAÇÃO DA OBRA - EXECUÇÃO DE GABARITO	SEINFRA	M2	113,96
1.8	C0954	CAPINA MANUAL	SEINFRA	M2	675,00
2	MOVIMENTO DE TERRA PARA FUNDAÇÕES				
2.1	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	SINAPI	M3	22,11
2.2	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	SINAPI	M3	14,91

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 882488/2023, emitida em 04/05/2023

Certidão nº 882488/2023
09/11/2023, 14:48
Chave de Impressão: Z4ywb
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/05/2023 e contém 8 folhas

Digitalizado com CamScanner

50/148

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERA

Folha nº 405
Processo nº 170-2023
Rubrica

2.3	121617	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	SINAPI	M2	26,44
2.4	93382	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	SINAPI	M3	8,31
3	FUNDAÇÕES CONCRETO ARMADO - BLOCOS				
3.1	121173	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 20CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE ARRANQUE. AF_05/2020	SINAPI	M	28,00
3.2	121175	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 30CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE ARRANQUE. AF_05/2020	SINAPI	M	21,00
3.3	121175	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 30CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE ARRANQUE. AF_05/2020	SINAPI	M	10,50
3.4	96619	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_08/2017	SINAPI	M2	7,74
3.5	96535	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	SINAPI	M2	27,60
3.6	92919	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SINAPI	KG	39,27
3.7	92921	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SINAPI	KG	22,91
3.8	92915	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SINAPI	KG	49,18
3.9	96558	CONCRETAGEM DE SAPATAS, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA ? LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_11/2016	SINAPI	M3	3,34
4	FUNDAÇÕES CONCRETO ARMADO - VIGAS BALDRAME				
4.1	96541	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	SINAPI	M2	15,60
4.2	96536	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	SINAPI	M2	54,13
4.3	92917	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SINAPI	KG	124,91
4.4	92915	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SINAPI	KG	52,00
4.5	96557	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAMES, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA ? LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	SINAPI	M3	2,89
5	SUPERESTRUTURA CONCRETO ARMADO - PILARES				
5.1	92530	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE LAJE MACIÇA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 12 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	SINAPI	M2	42,83
5.2	92778	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SINAPI	KG	126,18
5.3	92779	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SINAPI	KG	45,27
5.4	92775	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SINAPI	KG	49,64
5.5	92722	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MAIOR QUE 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	SINAPI	M3	1,96
6	SUPERESTRUTURA CONCRETO ARMADO - VIGAS				
6.1	92471	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA PLASTIFICADA, 12 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	SINAPI	M2	54,44
6.2	92777	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SINAPI	KG	76,04
6.3	92778	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SINAPI	KG	54,00
6.4	92775	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SINAPI	KG	56,44
6.5	92726	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=20 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM ÁREA MÉDIA DE LAJES MAIOR QUE 20 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	SINAPI	M3	2,89
7	SUPERESTRUTURA - LAJES				
7.1	00003735	LAJE PRÉ-MOLDADA CONVENCIONAL (LAJOTAS + VIGOTAS) PARA FORRO, UNIDIRECIONAL, SOBRECARGA DE 100 KG/M2, VÃO ATÉ 4,00 M (SEM COLOCAÇÃO)	SINAPI	M2	6,60
8	SUPERESTRUTURA CONCRETO ARMADO - VERGAS E CONTRA VERGAS				
8.1	93183	VERGA PRÉ-MOLDADA PARA JANELAS COM MAIS DE 1,5 M DE VÃO. AF_03/2016	SINAPI	M	43,60
9	SISTEMA DE VEDAÇÃO VERTICAL - ALVENARIA DE VEDAÇÃO				
9.1	103322	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	SINAPI	M2	226,28

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 882488/2023, emitida em 04/05/2023

Certidão nº 882488/2023
09/11/2023, 14:48
Chave de Impressão: Z4ywb
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/05/2023 e contém 8 folhas

51/148

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERA

Folha nº 406
Processo nº 170-2023
Rubrica

9.2	93202	FIXAÇÃO (ENCUNHAMENTO) DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM TIJOLO MACIÇO. AF_03/2016	SINAPI	M	31,50
10	SISTEMA DE VEDAÇÃO VERTICAL - ALVENARIA PARA EMPENAS				
10.1	101159	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE TIJOLO CERÂMICOS FURADOS DE 5X10X20CM (ESPESSURA 10CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	SINAPI	M2	12,00
11	ESQUADRIAS - PORTAS DE MADEIRA				
11.1	90843	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	2,00
11.2	90843	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	2,00
11.3	90843	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	1,00
12	ESQUADRIAS - PORTAS DE ALUMÍNIO				
12.1	100702	PORTA DE CORRER DE ALUMÍNIO, COM DUAS FOLHAS PARA VIDRO, INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, FECHADURA E PUXADOR, SEM ALIZAR. AF_12/2019	SINAPI	M2	1,68
13	ESQUADRIAS - JANELAS DE ALUMÍNIO				
13.1	94569	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, COM VIDROS, BATENTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR. ACABAMENTO E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	M2	0,80
13.2	94570	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	M2	14,30
13.3	94570	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	M2	2,00
14	SISTEMA DE COBERTURA				
14.1	92546	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 6 M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	SINAPI	UN	5,00
14.2	92565	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA PONTALETADA DE MADEIRA NÃO APARELHADA PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS E PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_12/2015	SINAPI	M2	18,00
14.3	92540	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE MAIS QUE 2 ÁGUAS PARA TELHA DE ENCAIXE DE CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M2	159,35
14.4	102213	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	SINAPI	M2	201,40
14.5	94441	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO FRANCESA, COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M2	159,35
14.6	94221	CUMEEIRA PARA TELHA CERÂMICA EMBOÇADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA) PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M	18,20
15	IMPERMEABILIZAÇÃO				
15.1	C2472	TINTA DE BASE ASFÁLTICA 2 DEMÃOS C/BROXA	SEINFRA	M2	54,13
16	REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO				
16.1	87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	SINAPI	M2	393,68
16.2	87881	CHAPISCO APLICADO NO TETO, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA TRAÇO 1:4 E EMULSÃO POLIMÉRICA (ADESIVO) COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	SINAPI	M2	8,60
16.3	87530	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	SINAPI	M2	393,68
16.4	87543	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA OU CERÂMICA, ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, PREPARO MECÂNICO, APLICADO COM EQUIPAMENTO DE MISTURA E PROJEÇÃO DE 1,5 M3/H EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 5MM, SEM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	SINAPI	M2	6,60
16.5	87273	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	SINAPI	M2	35,81
16.6	87273	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	SINAPI	M2	26,14
16.7	C4431	CERÂMICA ESMALTADA C/ ARG. CIMENTO E AREIA ATÉ 10x10cm (100 cm²) - DECORATIVA P/ PAREDE	SEINFRA	M2	1,45
16.8	96486	FORRO DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	22,57
16.9	96113	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	71,40
16.10	101738	RODAPÉ EM MADEIRA, ALTURA 7CM, FIXADO COM COLA. AF_09/2020	SINAPI	M	41,85
17	SISTEMA DE PISOS - PAVIMENTAÇÃO INTERNA				

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 882488/2023, emitida em 04/05/2023

Certidão nº 882488/2023
09/11/2023, 14:48
Chave de Impressão: Z4ywb
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/05/2023 e contém 8 folhas

Digitalizado com CamScanner

52/148

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERA

Folha nº 107
Processo nº 170-2023
Rubrica

9.2	93202	FIXAÇÃO (ENCUNHAMENTO) DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM TIJOLO MACIÇO. AF_03/2016	SINAPI	M	31,50
10	**SISTEMA DE VEDAÇÃO VERTICAL - ALVENARIA PARA EMPENAS**				
10.1	101159	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE TIJOLO CERÂMICOS FURADOS DE 5X10X20CM (ESPESSURA 10CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	SINAPI	M2	12,00
11	**ESQUADRIAS - PORTAS DE MADEIRA**				
11.1	90843	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	2,00
11.2	90843	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	2,00
11.3	90843	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	1,00
12	**ESQUADRIAS - PORTAS DE ALUMÍNIO**				
12.1	100702	PORTA DE CORRER DE ALUMÍNIO, COM DUAS FOLHAS PARA VIDRO, INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, FECHADURA E PUXADOR, SEM ALIZAR. AF_12/2019	SINAPI	M2	1,68
13	**ESQUADRIAS - JANELAS DE ALUMÍNIO**				
13.1	94569	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, COM VIDROS, BATENTE E FERRAGENS, EXCLUSIVE ALIZAR, ACABAMENTO E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	M2	0,80
13.2	94570	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS, EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	M2	14,30
13.3	94570	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS, EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	M2	2,00
14	**SISTEMA DE COBERTURA**				
14.1	92548	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 6 M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	SINAPI	UN	5,00
14.2	92565	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA PONTALETADA DE MADEIRA NÃO APARELHADA PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS E PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_12/2015	SINAPI	M2	18,00
14.3	92540	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE MAIS QUE 2 ÁGUAS PARA TELHA DE ENCAIXE DE CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M2	159,35
14.4	102213	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	SINAPI	M2	201,40
14.5	94441	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO FRANCESA, COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M2	159,35
14.6	94221	CUMEEIRA PARA TELHA CERÂMICA EMBOÇADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA) PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M	18,20
15	**IMPERMEABILIZAÇÃO**				
15.1	C2472	TINTA DE BASE ASFÁLTICA 2 DEMÃOS C/BROXA	SEINFRA	M2	54,13
16	**REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO**				
16.1	87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	SINAPI	M2	393,68
16.2	87881	CHAPISCO APLICADO NO TETO, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA TRAÇO 1:4 E EMULSÃO POLIMÉRICA (ADESIVO) COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	SINAPI	M2	6,60
16.3	87530	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	SINAPI	M2	393,68
16.4	87543	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA OU CERÂMICA, ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, PREPARO MECÂNICO, APLICADO COM EQUIPAMENTO DE MISTURA E PROJEÇÃO DE 1,5 M3/H EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 5MM, SEM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	SINAPI	M2	6,60
16.5	87273	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	SINAPI	M2	35,81
16.6	87273	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	SINAPI	M2	26,14
16.7	C4431	CERÂMICA ESMALTADA C/ ARG. CIMENTO E AREIA ATÉ 10x10cm (100 cm²) - DECORATIVA P/ PAREDE	SEINFRA	M2	1,45
16.8	96486	FORRO DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	22,57
16.9	96113	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	71,40
16.10	101738	RODAPÉ EM MADEIRA, ALTURA 7CM, FIXADO COM COLA. AF_09/2020	SINAPI	M	41,85
17	**SISTEMA DE PISOS - PAVIMENTAÇÃO INTERNA**				

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 882488/2023, emitida em 04/05/2023

Certidão nº 882488/2023
09/11/2023, 14:48
Chave de Impressão: Z4ywb
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/05/2023 e contém 8 folhas

53/148

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERA

Folha nº 408
Processo nº 170-2023
Rubrica

17.1	87630	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	SINAPI	M2	101,55
17.2	87251	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	SINAPI	M2	101,55
17.3	C2284	SOLEIRA DE GRANITO L= 15cm	SEINFRA	M	8,40
18	SISTEMA DE PISOS - PAVIMENTAÇÃO EXTERNA				
18.1	94996	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	SINAPI	M2	29,32
18.2	98679	PISO CIMENTADO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ACABAMENTO LISO, ESPESSURA 2,0 CM, PREPARO MECÂNICO DA ARGAMASSA. AF_09/2020	SINAPI	M2	29,32
19	PINTURAS E ACABAMENTOS				
19.1	96132	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA SEM PRESENÇA DE VÃOS, DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_05/2017	SINAPI	M2	88,40
19.2	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	71,40
19.3	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	163,19
19.4	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	165,41
19.5	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	SINAPI	M2	25,20
19.6	100742	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	SINAPI	M2	10,50
19.7	102215	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) POLIURETÂNICO (RESINA ALQUÍDICA MODIFICADA) EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	SINAPI	M2	0,59
20	INSTALAÇÃO HIDRÁULICA - TUBULAÇÕES E CONEXÕES DE PVC				
20.1	89401	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	M	25,00
20.2	89446	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	M	15,00
20.3	89448	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	M	10,00
20.4	89485	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	UN	1,00
20.5	89358	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	UN	8,00
20.6	89362	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	UN	3,00
20.7	89497	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	UN	7,00
20.8	89524	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM X 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	UN	3,00
20.9	89524	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM X 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	UN	2,00
20.10	89438	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	UN	1,00
20.11	89440	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	UN	2,00
20.12	89523	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	UN	1,00
21	INSTALAÇÕES HIDRÁULICA - REGISTRO E OUTROS				
21.1	89353	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	SINAPI	UN	1,00
21.2	94495	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	SINAPI	UN	2,00
21.3	94497	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	SINAPI	UN	7,00
21.4	94797	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	SINAPI	UN	2,00
21.5	00034636	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 1000 LITROS, COM TAMPA	SINAPI	UN	2,00
22	INSTALAÇÃO SANITÁRIA - TUBULAÇÕES E CONEXÕES DE PVC				
22.1	89711	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	SINAPI	M	7,50
22.2	89712	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	SINAPI	M	7,50
22.3	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	SINAPI	M	5,00
22.4	89726	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	SINAPI	UN	5,00

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 882488/2023, em 04/05/2023 emitida

Certidão nº 882488/2023
09/11/2023, 14:48
Chave de Impressão: Z4ywb
Documento neste ato registrado foi emitido em 02/05/2023 e contém 8 folhas

54/148

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERA

Folha nº 409
Processo nº 170-2023
Rubrica

22.5	89732	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	SINAPI	UN	2,00
22.6	89724	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	SINAPI	UN	3,00
22.7	89731	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	SINAPI	UN	3,00
22.8	89744	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	SINAPI	UN	2,00
22.9	89797	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	SINAPI	UN	2,00
22.10	89782	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	SINAPI	UN	1,00
22.11	89784	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	SINAPI	UN	2,00
22.12	89798	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	M	4,00
23	**INSTALAÇÃO SANITÁRIA - CAIXAS E ACESSÓRIOS**				
23.1	89707	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	SINAPI	UN	1,00
23.2	98110	CAIXA DE GORDURA PEQUENA (CAPACIDADE: 19 L), CIRCULAR, EM PVC, DIÂMETRO INTERNO= 0,3 M. AF_12/2020	SINAPI	UN	1,00
23.3	S04883	Caixa de inspeção 0.60 x 0.60 x 0.60m	ORSE	un	1,00
23.4	89710	RALO SECO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	SINAPI	UN	2,00
23.5	98099	SUMIDOURO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 1,0 X 3,0 X 3,0 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 25 M² (PARA 10 CONTRIBUINTES). AF_12/2020	SINAPI	UN	2,00
23.6	98087	TANQUE SÉPTICO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 1,0 X 4,6 X 2,4 M, VOLUME ÚTIL: 14720 L (PARA 105 CONTRIBUINTES). AF_12/2020	SINAPI	UN	1,00
24	**INSTALAÇÃO SANITÁRIA - LOUÇAS, ACESSORIOS E METAIS**				
24.1	86901	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	1,00
24.2	86904	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
24.3	86919	TANQUE DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 30L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA METÁLICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	1,00
24.4	C1151	DUCHA P/ WC CROMADO (INSTALADO)	SEINFRA	UN	2,00
24.5	86909	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE MESA, 1/2? OU 3/4?, PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	1,00
24.6	86914	TORNEIRA CROMADA 1/2? OU 3/4? PARA TANQUE, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	1,00
24.7	86906	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2? OU 3/4?, PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
24.8	86910	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE PAREDE, 1/2? OU 3/4?, PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	1,00
24.9	95544	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPA, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
24.10	S04287	Dispenser para toalha interfolhado	ORSE	un	2,00
24.11	95547	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1600 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
24.12	100868	BARRA DE APOIO RETA, EM AÇO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	4,00
24.13	100864	BARRA DE APOIO EM "L", EM AÇO INOX POLIDO 80 X 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
24.14	86931	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
25	**INSTALAÇÃO DE GÁS COMBUSTÍVEL**				
25.1	103337	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO APARENTE DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	SINAPI	M2	1,00
25.2	00003745	LAJE PRÉ-MOLDADA CONVENCIONAL (LAJOTAS + VIGOTAS) PARA FORRO, UNIDIRECIONAL, SOBRECARGA 100 KG/M2, VÃO ATÉ 5,00 M (SEM COLOCACAO)	SINAPI	M2	0,50
25.3	S04330	Portão em tubo de aço galvanizado d=1", padrão escolas	ORSE	m2	0,50
25.4	C2472	TINTA DE BASE ASFÁLTICA 2 DEMÃOS C/BROXA	SEINFRA	M2	0,50
26	**SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO**				
26.1	101907	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P	SINAPI	UN	1,00
26.2	S11688	Sinalização horizontal rodoviária, com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro	ORSE	m2	1,00

Digitalizado com CamScanner

55/148

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 882488/2023, emitida em 04/05/2023

Certidão nº 882488/2023
09/11/2023, 14:48
Chave de Impressão: Z4ywb
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/05/2023 e contém 8 folhas

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERA

Folha nº 410
Processo nº 170-2023
Rubrica

27	**INSTALAÇÃO ELETRICA 220V - CENTRO DE DISTRIBUUIÇÃO**				
27.1	101875	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	1,00
27.2	C3579	QUADRO DE MEDIÇÃO PADRÃO COELCE - PADRÃO POPULAR	SEINFRA	UN	1,00
27.3	S08309	Disjuntor termomagnetico monopolar 16 A, padrão NEMA (Americano - linha preta)	ORSE	un	3,00
27.4	S08309	Disjuntor termomagnetico monopolar 16 A, padrão NEMA (Americano - linha preta)	ORSE	un	1,00
27.5	S08309	Disjuntor termomagnetico monopolar 16 A, padrão NEMA (Americano - linha preta)	ORSE	un	1,00
27.6	S07814	Disjuntor termomagnetico bipolar 25 A, padrão NEMA (Americano - linha preta), corrente 5KA	ORSE	un	1,00
27.7	C4530	DISJUNTOR DIFERENCIAL DR-16A - 40A, 30mA	SEINFRA	UN	3,00
27.8	C4562	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO - DPS's - 40 KA/440V	SEINFRA	UN	3,00
28	**ELETRODUTOS E ACESSORIOS**				
28.1	91834	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	55,00
28.2	91836	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	20,00
28.3	S02815	Caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços esp. = 0,12m, dim. int. = 0,30 x 0,30 x 0,40m	ORSE	un	2,00
28.4	S02815	Caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços esp. = 0,12m, dim. int. = 0,30 x 0,30 x 0,40m	ORSE	un	1,00
28.5	91943	CAIXA RETANGULAR 4" X 4" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	1,00
28.6	91937	CAIXA OCTOGONAL 3" X 3", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	12,00
29	**CABOS E CONDUTORES**				
29.1	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	80,00
29.2	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	35,48
29.3	C4533	CABO LÓGICO 4 PARES, CATEGORIA 6 - UTP	SEINFRA	M	12,32
29.4	C0544	CABO LÓGICO/VÍDEO COAXIAL 50 (OHMS)	SEINFRA	M	3,00
30	**ILUMINAÇÃO, TOMADAS E INTERRUPTORES**				
30.1	91996	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	15,00
30.2	91997	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	2,00
30.3	92002	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	2,00
30.4	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	4,00
30.5	91967	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	1,00
30.6	91955	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	2,00
30.7	97585	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES FLUORESCENTES DE 18 W, COM REATOR DE PARTIDA RÁPIDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	SINAPI	UN	2,00
30.8	97586	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES FLUORESCENTES DE 36 W, COM REATOR DE PARTIDA RÁPIDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	SINAPI	UN	10,00
30.9	98307	TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	SINAPI	UN	1,00
30.10	I03889	Conector tipo F	ORSE	un	1,00
30.11	C4107	ARANDELA PARA LÂMPADA INCANDESCENTE 60W EM ALUMÍNIO ANODIZADO E PINTADO POR PROCESSO ELETROSTÁTICO COM REFLETOR EM ALUMÍNIO ANODIZADO ALTO BRILHO	SEINFRA	UN	1,00
31	**SERVIÇOS COMPLEMENTARES GERAL**				
31.1	C4068	BANCADA DE GRANITO CINZA E=2cm	SEINFRA	M2	5,64
31.2	100862	SUPORTE MÃO FRANCESA EM AÇO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	10,00
31.3	C1960	PORTA COMPENSADO P/ARMÁRIO SOB PIA	SEINFRA	M2	5,83
31.4	C1869	PEITORIL DE GRANITO L= 16 cm	SEINFRA	M	14,00
32	**ESQUADRIA, PORTÃO E GRADIL METÁLICO**				
32.1	S04330	Portão em tubo de aço galvanizado d=1", padrão escolas	ORSE	m2	4,00

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 882488/2023, em 04/05/2023 emitida

Certidão nº 882488/2023
09/11/2023, 14:48
Chave de Impressão: Z4ywb
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/05/2023 e contém 8 folhas

561348

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERA

Folha nº 411
Processo nº 170.2023
Rubrica

33	SERVIÇOS FINAIS				
33.1	502450	Limpeza geral	ORSE	m2	113,96

Grajaú (MA), 03 de março de 2023.

Eng.° Greice Pereira Santos
Responsável Técnico pela Fiscalização
CREA/MA N° 111568998-3

Mercial Lima de Arruda
Prefeito Municipal de Grajaú – MA
CPF N° 025.345.923-00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 882488/2023, em 04/05/2023 emitida

Certidão nº 882488/2023
09/11/2023, 14:48
Chave de Impressão: Z4ywb
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/05/2023 e contém 8 folhas

Digitalizado com CamScanner

571/548

Folha nº 4/12
Processo nº 170.2023
Rubrica

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
845981/2021
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JEREMIAS ANDRADE MACEDO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JEREMIAS ANDRADE MACEDO**
Registro: **1000000265MA** RNP: **1015071694**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20210414028** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 22/04/2021 Baixada em: 29/04/2021
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **REISIMAR C. DE OLIVEIRA**

Contratante: **C. V. Ramos - TRANSPORTES** CPF/CNPJ: **02.595.895/0001-80**
Endereço do contratante: RUA SILVA JARDIM Nº: 99
Complemento: GALPÃO A Bairro: CENTRO
Cidade: FORMOSA DA SERRA NEGRA UF: MA CEP: 65943000
Contrato: Celebrado em:
Valor do contrato: R$ 42.369,39 Tipo de contratantee: Pessoa Juridica de Direito Privado
Ação institucional: Agricultura familiar
Endereço da obra/serviço: FAZENDA MANEJO Nº: S/N
Complemento: Bairro: ZONA RURAL
Cidade: FORMOSA DA SERRA NEGRA UF: MA CEP: 65943000
Coordenadas Geográficas: -6.435546, -46.169613
Data de início: 04/03/2021 Conclusão efetiva: 04/07/2021
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: C. V. Ramos - TRANSPORTES CPF/CNPJ: 02.595.895/0001-80

Atividade Técnica: **17 - Execução** #A0532 - PAVIMENTACAO SEM REVESTIMENTO 49 - Execução de obra 1100.00 metro; **17 - Execução** #A0604 - TERRAPLENAGEM 49 - Execução de obra 1100.00 metro;

Observações

ART de execução de Recuperação de Estrada Vicinal no Trecho da Localidade Couro a Fazenda Manejo, com Comprimento Total de 1.100,00 metros, Zona Rural do Município de Formosa da Serra Negra/MA.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 9 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 845981/2021
12/05/2021, 09:52
cc9A5

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: cc9A5

58/149

Folha nº 113
Processo nº 170-2003
Rubrica

C.V. RAMOS TRANSPORTES

ESTADO DO MARANHÃO
C V RAMOS TRANSPORTES DE FORMOSA DA SERRA NEGRA
CNPJ: 02.595.895/0001-80
RUA SILVA JARDIMN, Nº99 – CENTRO – CEP:65.943 – 000 - FORMOSA DA SERRA NEGRA - MA
FONE /FAX: 3565-1105 cel: 99-984286222

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **C V RAMOS TRANSPORTES**, situada na Rua Silva Jardim, N° 99, Centro, Formosa da Serra Negra (MA), CNPJ n° 02.595.895/0001-80, representado pelo seu proprietário o Sr. CUSTODIO VERAS RAMOS, CPF nº 266.237.573-68, **ATESTAMOS** para os devidos fins, que sob a responsabilidade técnica pela Execução o Engenheiro Civil **Jeremias Andrade Macedo**, e portador do Registro Nacional **CREA-GO nº 101507169-4 e Visto 1000000265/MA**, e a **Empresa Contratada REISIMAR C. DE OLIVEIRA-ME – TERRA SUL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS**, Situada na AV: JOSE DO PATROCINIO MILHOMEM S/N BAIRRO VILA VIANA – CEP 65943-000, FORMOSA DA SERRA NEGRA – MA, CNPJ: **05.391.523/0001-20** foram executados os serviços de **Recuperação de Estrada Vicinal**, com Extensão total de 1.100,00m , Localizada na fazenda Manejo, Zona Rural do Município de Formosa da Serra Negra/MA, Período de Execução: 04/03/2021 à 26/04/2021, conforme Contrato n° 001/2021 e anotação de Responsabilidade Técnica de Execução da obra que foi efetivada no CREA sob o **nº MA20210414028 (Inicial)**, sendo responsável técnico pela execução o Engenheiro Civil **Jeremias Andrade Macedo**, portador do Registro Nacional **CREA-GO nº 101507169-4 e Visto 1000000265/MA**, Residente na Rua 19 Novembro, 27, Centro, Formosa da Serra Negra (MA). Declaramos ainda, que os serviços foram executados a contento, conforme o projeto e especificação, dentro do prazo estabelecido.

Portanto, desde já o **CREA – MA** está autorizado a emitir a **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, devidamente averbado.

CARACTERISTICAS PRINCIPAIS DA OBRA:

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 845981/2021, em 12/05/2021
emitida

Certidão nº 845981/2021
12/05/2021, 10:52
Chave de Impressão: cc9A5
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/05/2021 e contém 6 folhas

591348

Folha nº 4114
Processo nº 170-2023
Rubrica

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 8459812021, emitida em 12/05/2021

Certidão nº 8459812021
12/05/2021, 10:52
Chave de Impressão: cc9A5
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/05/2021 e contém 6 folhas

Digitalizado com CamScanner

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão
Rua 28 de Julho,nº 214, Centro, São Luís/MA
Tel: + 55 (98) 2106-8300 Fax: + 55 (98) 2106-8300 E-mail: felecomosco@creama.org.br
CREA-MA
Impresso em: 12/05/2021, às 10:52.

ESTADO DO MARANHÃO
C. V. RAMOS TRANSPORTES DE FORMOSA DA SERRA NEGFRA
CNPJ: 02.595.895/0001-80

R RUA SILVA JARDIMN, Nº99 – CENTRO – CEP:65.943 – 000 - FORMOSA DA SERRA NEGRA - MA
FONE /FAX: 3565-1105 cel: 99-984286222

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT.	REFERENCIA SINAPI E SICRO	CÓD. DO SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL
2	**RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL**							**R$ 34.113,10**
2.1	**SERVIÇOS PRELIMINARES**							**R$ 8.221,04**
2.1.1	Placa de obra (2,80 x 2,00) m	m2	5,60	COMPOSIÇÃO AUXILIAR		R$ 284,22	R$ 284,22	R$ 1.591,63
2.1.2	Mobilização e desmobilização de equipamento	und	1,00	COMPOSIÇÃO AUXILIAR		R$ 1.582,66	R$ 1.582,66	R$ 1.582,66
2.1.3	Barracão de obras	m2	9,00	COMPOSIÇÃO AUXILIAR		R$ 278,65	R$ 278,65	R$ 2.507,85
2.1.4	Administração local	und	1,00	COMPOSIÇÃO AUXILIAR		R$ 2.538,90	R$ 2.538,90	R$ 2.538,90
2.2	**TRECHO ÚNICO**							**R$ 25.804,06**
2.2.1	**SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM**							**R$ 15.485,40**
	REGULARIZAÇÃO DE SUBLEITO							
2.2.1.1	Limpeza mecânizada da áreas c/arv. diam. até 0,15 m	m2	5.500,00	SICRO/MA	5501700	R$ 0,39	R$ 0,39	R$ 2.145,00
2.2.1.2	Transp. local c/ basc. 10m³ rodov. não pav (bota fora)	tkm	990,00	SICRO/MA	5914359	R$ 0,65	R$ 0,65	R$ 643,50
2.2.1.3	Escavação e carga de material de jazida	m3	8,30	SICRO/MA	4816007	R$ 3,05	R$ 3,05	R$ 25,32
2.2.1.4	Transp. local c/ basc. 10m³ rodov. não pav	tkm	565,50	SICRO/MA	5914359	R$ 0,65	R$ 0,65	R$ 367,58
2.2.1.5	Regularização de subleito	m2	5.500,00	SICRO/MA	4011209	R$ 0,83	R$ 0,83	R$ 4.565,00
	BASE ESTABILIZADA							
2.2.1.6	Limpeza superficial da área de jazida	m2	412,50	SICRO/MA	5502985	R$ 0,37	R$ 0,37	R$ 152,63
2.2.1.7	Expurgo de material vegetal de jazida	m3	123,75	SICRO/MA	5502986	R$ 1,92	R$ 1,92	R$ 237,60
2.2.1.8	Escavação e carga de material de jazida	m3	825,00	SICRO/MA	4816007	R$ 3,05	R$ 3,05	R$ 2.516,25
2.2.1.9	Transp. local c/ basc. 10m³ rodov. não pav	tkm	3.385,80	SICRO/MA	5914359	R$ 0,65	R$ 0,65	R$ 2.200,77
2.2.1.10	Compactação de aterro a 100% do proctor normal	m3	825,00	SICRO/MA	5502978	R$ 3,19	R$ 3,19	R$ 2.631,75
2.2.2	**SERVIÇOS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO**							**R$ 10.318,66**
2.2.2.1	Limpeza superficial da área de jazida	m2	550,00	SICRO/MA	5502985	R$ 0,37	R$ 0,37	R$ 203,50

Folha nº 415
Processo nº 142.2023
Rubrica

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 8459812021, emitida em 12/05/2021

Certidão nº 8459812021
12/05/2021, 10:52
Chave de Impressão: cc9A5
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/05/2021 e contém 6 folhas

61/148

C.V. RAMOS TRANSPORTES

ESTADO DO MARANHÃO
C. V. RAMOS TRANSPORTES DE FORMOSA DA SERRA NEGRA
CNPJ: 02.595.895/0001-80

R RUA SILVA JARDIMN, Nº99 – CENTRO – CEP:65.943 – 000 - FORMOSA DA SERRA NEGRA - MA
FONE /FAX: 3565-1105 cel: 99-984286222

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT.	REFERENCIA SINAPI E SICRO	CÓD. DO SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL
2.2.2.2	Expurgo de material vegetal de jazida	m3	165,00	SICRO/MA	5502986	R$ 1,92	R$ 1,92	R$ 316,80
2.2.2.3	Escavação e carga de material de jazida	m3	1.100,00	SICRO/MA	4816007	R$ 3,05	R$ 3,05	R$ 3.355,00
2.2.2.4	Transp. local c/ basc. 10m³ rodov. não pav	txkm	4.514,40	SICRO/MA	5914359	R$ 0,65	R$ 0,65	R$ 2.934,36
2.2.2.5	Compactação de aterros a 100% proctor normal	m3	1.100,00	SICRO/MA	5502978	R$ 3,19	R$ 3,19	R$ 3.509,00
2.3	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS							R$ 88,00
2.3.1	Reparação de danos físicos ao meio ambiente	m2	550,00	COMPOSIÇÃO AUXILIAR		R$ 0,16	R$ 0,16	R$ 88,00
							ORÇAMENTO DA META 2	R$ 34.113,10

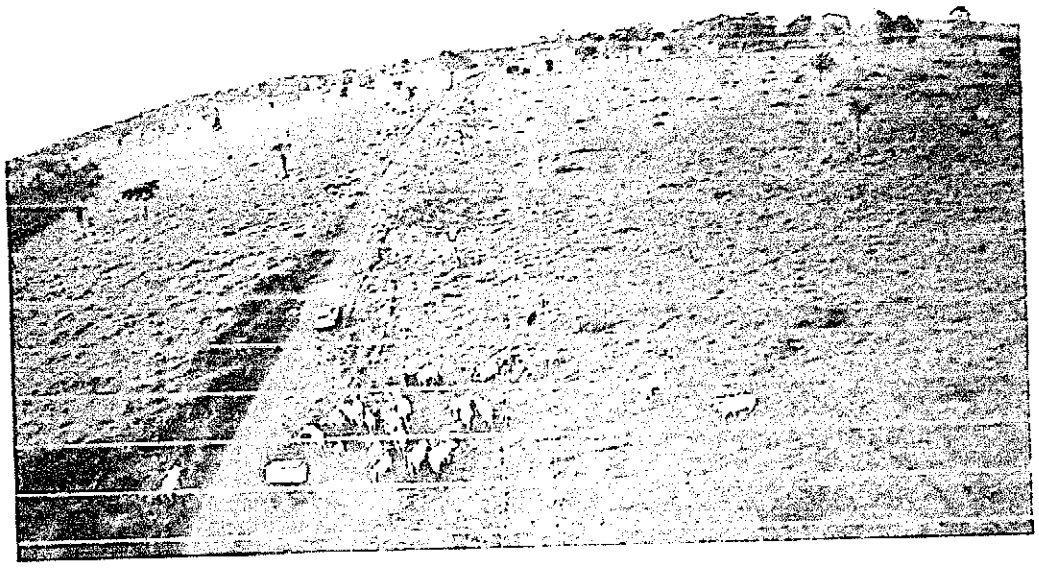
Digitalizado com CamScanner

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão
Rua 28 de Julho,nº 214, Centro, São Luís/MA
Tel: + 55 (98) 2106-8300 Fax: + 55 (98) 2106-8300 E-mail: faleconosco@creama.org.br
CREA-MA
Impresso em: 12/05/2021, às 10:52.

C.V. RAMOS

Folha nº 416
Processo nº 170-2023
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
C. V. RAMOS TRANSPORTES DE FORMOSA DA SERRA NEGRA
CNPJ: 02.595.895/0001-80
RUA SILVA JARDIMN, Nº99 – CENTRO – CEP:65.943 – 000 - FORMOSA DA SERRA NEGRA - MA
FONE /FAX: 3565-1105 cel: 99-984286222



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 845981/2021, emitida em 12/05/2021

Certidão nº 845981/2021
12/05/2021, 10:52
Chave de Impressão: cc9A5
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/05/2021 e contém 6 folhas

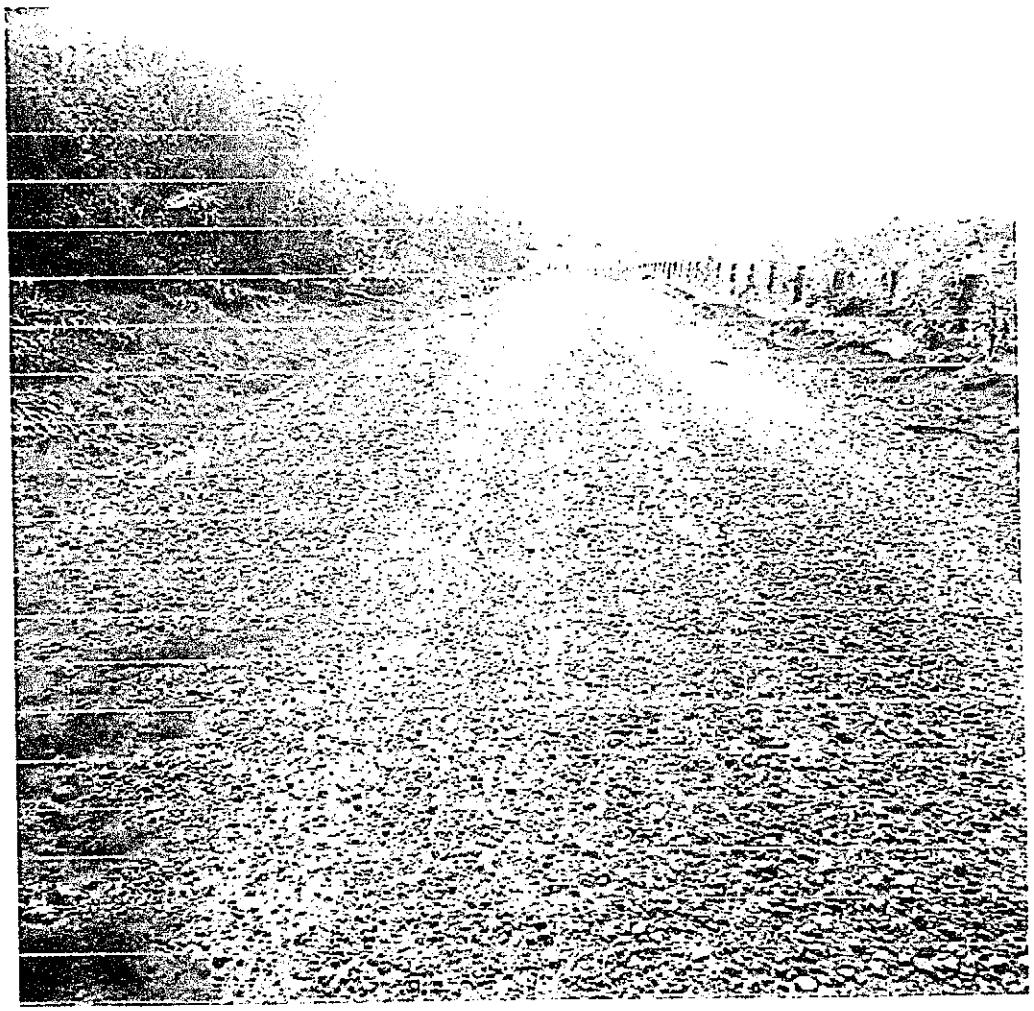
Digitalizado com CamScanner

62/598

Folha nº 117
Processo nº 170-2023
Rubrica

C.V. RAMOS TRANSPORTES

ESTADO DO MARANHÃO
C. V. RAMOS TRANSPORTES DE FORMOSA DA SERRA NEGRA
CNPJ: 02.595.895/0001-80
RUA SILVA JARDIMN, Nº99 – CENTRO – CEP:65.943 – 000 - FORMOSA DA SERRA NEGRA - MA
FONE /FAX: 3565-1105 cel: 99-984286222



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 845981/2021, emitida em 12/05/2021

Certidão nº 845981/2021
12/05/2021, 10:52
Chave de Impressão: cc9A5
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/05/2021 e contém 6 folhas

Digitalizado com CamScanner

631/148

C.V. RAMOS

Folha nº 1118
Processo nº 170-2023
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
C. V. RAMOS TRANSPORTES DE FORMOSA DA SERRA NEGRA
CNPJ: 02.595.895/0001-80
RUA SILVA JARDIMN, Nº99 – CENTRO – CEP:65.943 – 000 - FORMOSA DA SERRA NEGRA - MA
FONE /FAX: 3565-1105 cel: 99-984286222

Formosa da Serra Negra (MA), 27 de abril de 2021.

C. V. RAMOS - TRANPORTES - ME
CNPJ: 02.595.895/0001-80
CUSTODIO VERAS RAMOS
RG: 060857692016-5 SSP - MA
Proprietário

ANGELO ARRUDA MILHOMEM
ENG. CIVIL - CREA Nº 1117706672-MA
CPF:056.466.113-93

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 845981/2021, emitida em 12/05/2021

Certidão nº 845981/2021
12/05/2021, 10:52
Chave de Impressão: cc9A5
Odocumento neste ato registrado foi emitido em 10/05/2021 e contém 6 folhas

Digitalizado com CamScanner

64/148

Folha nº 419
Processo nº 170-2023

Laudo de Vistoria

Venho pelo presente laudo apresentar o resultado da vistoria realizada em Estrada Vicinal a abaixo discriminado, con- siderando que o mesmo teve seu início com a efetiva participação de um responsável técnico.

Para efeito de obtenção do **CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, ALVARÁ DE REGULARIZAÇÃO** da vicinal baixo identificado, afirmamos que os dados contidos no Projeto em anexo são fieis à(s) construção(ões) existente(s) no local em questão e atende às exigências da Lei Municipal de de Recuperação de Estradas Vicinais.

As disposições internas dos compartimentos, as dimensões, as funções e o desempenho da Vivinal resultante da regularização são de nossa responsabilidade.

Estamos cientes de que a aprovação deste projeto não implica em reconhecimento por parte do Município, sobre o direito de propriedade da vicinal e nem gera qualquer direito subjetivo à indenização ou retenção por benfeitoria.

A edificação a ser regularizada apresenta as condições mínimas de utilização, salubridade, segurança de uso, estabilidade e acessibilidade, quando se tratar de Estrada Vicinal.

Sob as penas da lei, somos responsáveis pela veracidade e exatidão das informações prestadas nesta Laudo Técnico e Projeto ora apresentado.

Referente.: **Projeto de Regularização – (Recuperação de Estrada Vicinal)**
Endereço do imóvel: Fazenda Manejo
Bairro: Zona Rural. – Formosa da Serra Negra - MA
Proprietário: Custodio Veras ramos - RG: 060857692016-5 SSP - MA
Data: 10/03/2021
ART nº MA20210403574

Uso da Vicinal: Fazenda
Estado de conservação da Vicinal: Novo
Idade aproximada da Vicinal: Meses
Características da Vicinal:
- Área Recuperada: 5.500,00m²
- Área Regularizada: 0,0m²
- Área à Regularizar: **5.500,00m²**
- Área à Demolir: 0,0m²
- Área Total: 5.500,00m²

CONCEPÇÃO DE PROJETO

As informações abaixo discriminadas visam fornecer orientações e diretrizes gerais sobre as atividades requeridas para a execução da obra de Melhoramento de Estradas vicinais no município de Formosa da Serra Negra/MA.

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 845981/2021, em 12/05/2021 emitida

Certidão nº 845981/2021
12/05/2021, 10:52
Chave de Impressão: cc9A5
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/05/2021 e contém 2 folhas

65/148

Folha nº 420
Processo nº 170-2023
Rubrica

- **TRECHO: DA LOCALIDADE COURO A FAZENADA MANEJO (1,1 KM):**

- ***CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS:***

Extensão: 1.100,00m;

Plataforma de rolamento: 5,00 m;

Espessura do revestimento primário: 0,2 m.

- ***SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:***

Serviços Preliminares: Placa de obra (4,80 x 3,00)m, Mobilização e desmobilização de equipamento, Barracão de obras e Administração local.

Serviços de Terraplenagem: Escavação e carga de material de jazida, Transporte local com basculante 10m³ de material de jazida, Limpeza Mecânizada, destocamento e limpeza de áreas com árvores de diâmetro de até 0,15mm, Transporte de material - bota-fora, D.M.T. 1,00km, Regularização de subleito e Compactação de aterro a 100% do proctor normal.

Serviços de Revestimento Primário: Limpeza superficial da área de jazida, Expurgo de material vegetal de jazida, Escavação e carga de material de jazida, Transporte local com basculante 5m³ em rodovia não pavimentada - DMT 1,78km e Compactação de aterros a 100% proctor normal.

Recuperação de Áreas Degradadas: Reparação de danos físicos ao meio ambiente.

Até a presente data e conforme vistoria desprovida de equipamentos e verificações laboratoriais, a citada edificação encontra-se em perfeitas condições de uso, garantindo-se desta forma sua estabilidade, conforto, salubridade e habitabilidade. Declaro ainda, que a edificação está de acordo com o projeto apresentado para sua regularização.

Formosa da Serra Negra-MA, 27 de abril de 2021.

Ângelo Arruda Milhomem
Engenheiro Civil
CPF:056.466.113-93
CREA: 1117706672-MA

C. V. RAMOS - TRANPORTES - ME
CNPJ: 02.595.895/0001-80
CUSTODIO VERAS RAMOS
RG: 060857692016-5 SSP - MA
Proprietário

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 845981/2021, emitida em 12/05/2021

Certidão nº 845981/2021
12/05/2021, 10:52
Chave de Impressão: cc9A5
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/05/2021 e contém 2 folhas

66/348

Folha nº 421
Processo nº 170 - 2023
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
C. V. RAMOS TRANSPORTES DE FORMOSA DA SERRA NEGRA
CNPJ: 02.595.895/0001-80
RUA SILVA JARDIMN, Nº99 – CENTRO – CEP:65.943 – 000-FORMOSA DA SERRA NEGRA-MA
FONE /FAX: 3565-1105 cel:99-984286222

DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

Eu, **Custódio Veras Ramos**, brasileiro, casado, **CPF:** 266.237.573-68, proprietário da imóvel Rural denenominado de Fazenda Manejo, localizado as Magem da MA 006 no Municipo de Formosa da Serra Negra/MA, declaro estar ciente e de acordo com o Laudo Técnico, bem como com os demais documentos apresentados pelo Engenheiro Civil–Ângelo Arruda Milhomem - CREA:1117706672-MA, que tem por finalidade regularizar a estrada vicinal acima discriminada.

Formosa da Serra Negra -MA, 27 de abril de 2021

CUSTODIO VERAS RAMOS
RG: 060857692016-5 SSP - MA
Proprietário

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 845981/2021, emitida em 12/05/2021

Certidão nº 845981/2021
12/05/2021, 10:52
Chave de Impressão: cc9A5
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/05/2021 e contém 1 folhas

Digitalizado com CamScanner

67/348

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
839442/2021
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JEREMIAS ANDRADE MACEDO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **JEREMIAS ANDRADE MACEDO**
Registro: **1000000265MA** RNP: **1015071694**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20190250515** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 23/04/2019 Baixada em: 21/01/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **J D SA COMBUSTÍVEIS EIRELI** CPF/CNPJ: **30.575.972/0001-75**
Endereço do contratante: AVENIDA JOSE DO PATROCINIO Nº: 10
Complemento: QD.162 Bairro: CAIXA D'AGUA
Cidade: FORMOSA DA SERRA NEGRA UF: MA CEP: 65943000
Contrato: Celebrado em:
Valor do contrato: R$ 254.002,50 Tipo de contratantee: Pessoa Juridica de Direito Privado
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA JOSE DO PATROCINIO Nº: 10
Complemento: QD.162 Bairro: CAIXA D
Cidade: FORMOSA DA SERRA NEGRA UF: MA CEP: 65943000
Data de início: 22/04/2019 Conclusão efetiva: 22/04/2020
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: J D SA COMBUSTÍVEIS EIRELI CPF/CNPJ: 30.575.972/0001-75

Atividade Técnica: **1 - ATUACAO** #A0107 - EDIFICIOS DE ALVENARIA P/ FINS COMERCIAIS 53 - EXECUCAO 99.05 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #A0301 - ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO 53 - EXECUCAO 15.00 metro cúbico; **1 - ATUACAO** #A0302 - ESTRUTURA METALICA 53 - EXECUCAO 225.05 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #A0435 - INSTALACOES HIDRAULICAS 53 - EXECUCAO 276.36 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #A0436 - INSTALACOES SANITARIAS 53 - EXECUCAO 276.36 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #B0414 - PARA-RAIOS 53 - EXECUCAO 1,00 unidade; 1 - **ATUACAO** #B0415 - ATERRAMENTO 53 - EXECUCAO 276,36 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #B1106 - INSTALACAO ELETRICA EM B.TENSAO P/ FINS RESID./COMERC. 53 - EXECUCAO 276.36 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #C1255 - EXTINTORES 53 - EXECUCAO 4.00 unidade;

Observações

ART DE EXECUÇÃO DE OBRA COMERCIAL - POSTO DE COMBUSTÍVEL (J D SA COMBUSTÍVEIS EIRELI, SITUADA NA AV. JOSE DO PATROCINIO, N.10, QD.162, BAIRRO CAIXA D'AGUA, CEP: 65943-000, FORMOSA DA SERRA NEGRA/MA.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 6 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 839442/2021
08/02/2021, 14:08
y639z

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: y639z

68/148

Folha nº 423
Processo nº 170-2021
Rubrica

J D SA COMBUSTÍVEIS EIRELI
CNPJ Nº 30.575.972/0001-75
Av. JOSE DO PATROCINIO, S/Nº - CAIXA D'AGUA
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **J D SA COMBUSTÍVEIS EIRELI**, situada à Av. José do Patrocínio, s/n, Caixa D`Água, Formosa da Serra Negra (MA), CNPJ nº 30.575.972/0001-75, representado pelo seu proprietário o Sr. José Damascena Sá, CPF nº 290.641.553-72, **ATESTAMOS** para os devidos fins, que sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Civil **Jeremias Andrade Macedo**, portador do Registro Nacional **CREA-GO nº 101507169-4 e Visto 1000000265/MA**, foram executados os serviços de **Execução de um Posto de Combustível**, com área Construída de 276,36 M2, Localizada na Av. José do Patrocínio, s/n, Bairro Caixa D'Água, Período de Execução: 22/04/2019 à 22/04/2020, conforme anotação de Responsabilidade Técnica da obra que foi efetivada no CREA sob o **nº MA20190250515 (Inicial)**, sendo responsável técnico pela execução o Engenheiro Civil **Jeremias Andrade Macedo**, portador do Registro Nacional **CREA-GO nº 101507169-4** e **Visto 1000000265/MA**, Residente na Rua 19 Novembro, 27, Centro, Formosa da Serra Negra (MA). Declaramos ainda, que os serviços foram executados a contento, conforme o projeto e especificação, dentro do prazo estabelecido.

Portanto, desde já o **CREA – MA** está autorizado a emitir a **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, devidamente averbado.

CARACTERISTICAS PRINCIPAIS DA OBRA:

Josedamascenasá

Digitalizado com CamScanner

69/148

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 839442/2021, emitida em 08/02/2021

Certidão nº 839442/2021
09/02/2021, 10:36
Chave de Impressão: y639z
O documento neste ato registrado foi emitido em 05/02/2021 e contém 4 folhas

Folha nº 424
Processo nº 170-2023
Rubrica

J D SA COMBUSTÍVEIS EIRELI
CNPJ Nº 30.575.972/0001-75
Av. JOSE DO PATROCINIO, S/Nº - CAIXA D'AGUA
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA

- INSTALACAO ELETRICA EM B. TENSAO: **276,36 m2;**
- INSTALACOES SANITARIAS: **276,36 m2;**
- INSTALACOES HIDRAULICAS: **276,36 m2;**
- ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO: **15,00m3;**
- ESTRUTURA METALICA: **225,05 m2;**
- PARA-RAIOS: 1,00 Und;
- ALVENARIA P/ FINS COMERCIAIS: **99,05 m2;**
- ATERRAMENTO: **276,36 m2;**
- EXTINTORES: 4,00 Und;

Segue a baixo imagens da obra concluída.

Formosa da Serra Negra (MA), 20 de janeiro de 2021.

José Damascena Sá

J D SA COMBUSTÍVEIS EIRELI
José Damascena Sá
CPF: 290.641.553-72
Proprietário

Ângelo Arruda Milhomem

ÂNGELO ARRUDA MILHOMEM
ENG. CIVIL - CREA Nº 1117706672-MA
CPF:056.466.113-93

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 839442/2021, em 08/02/2021 emitida

Certidão nº 839442/2021
09/02/2021, 10:36
Chave de Impressão: y639z
O documento neste ato registrado foi emitido em 05/02/2021 e contém 4 folhas

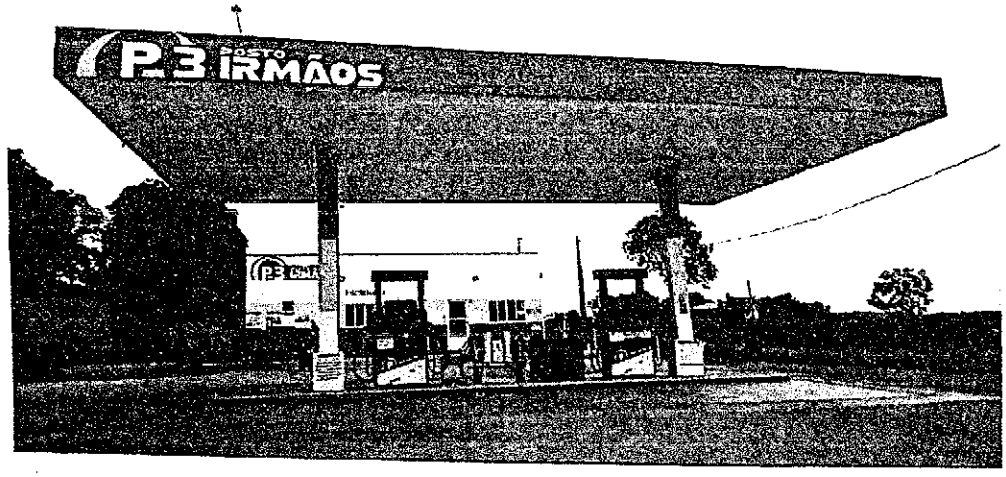
Digitalizado com CamScanner

70/148

Folha nº 425
Processo nº 170-2023
Rubrica

J D SA COMBUSTÍVEIS EIRELI
CNPJ Nº 30.575.972/0001-75
Av. JOSE DO PATROCINIO, S/Nº - CAIXA D'AGUA
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA





José damasceno Sá

Digitalizado com CamScanner

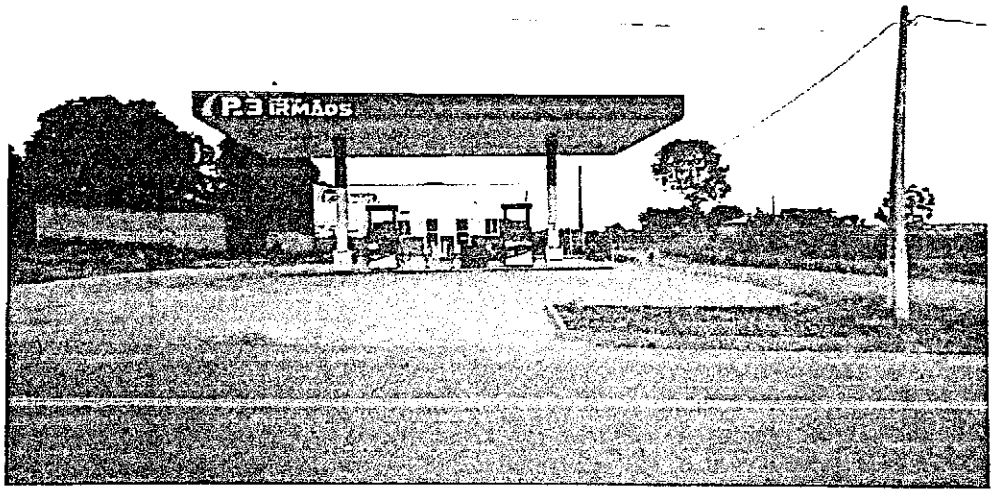
71/148

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 839442/2021, em 08/02/2021
emitida

Certidão nº 839442/2021
09/02/2021, 10:36
Chave de Impressão: y639z
O documento neste ato registrado foi emitido em 05/02/2021 e contém 4 folhas

Folha nº 426
Processo nº 170-2023
Rubrica

J D SA COMBUSTÍVEIS EIRELI
CNPJ Nº 30.575.972/0001-75
Av. JOSE DO PATROCINIO, S/Nº - CAIXA D'AGUA
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA



Jose damasceno

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 839442/2021, emitida em 08/02/2021

Certidão nº 839442/2021
09/02/2021, 10:36
Chave de Impressão: y639z
O documento neste ato registrado foi emitido em 05/02/2021 e contém 4 folhas

Digitalizado com CamScanner

721348

Laudo de Vistoria

Folha nº 127
Processo nº 170-2023
Rubrica

Venho pelo presente laudo apresentar o resultado da vistoria realizada em imóvel abaixo discriminado, considerando que o mesmo teve seu início com a efetiva participação de um responsável técnico.

Para efeito de obtenção do **CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, ALVARÁ DE REGULARIZAÇÃO e "HABITE-SE"** do imóvel baixo identificado, afirmamos que os dados contidos no Projeto em anexo são fieis à(s) construção(ões) existente(s) no local em questão e atende às exigências da Lei Municipal de Regularização de Imóveis Residenciais e não Residenciais

As disposições internas dos compartimentos, as dimensões, as funções e o desempenho da edificação resultante da regularização são de nossa responsabilidade.

Estamos cientes de que a aprovação deste projeto não implica em reconhecimento por parte do Município, sobre o direito de propriedade do imóvel e nem gera qualquer direito subjetivo à indenização ou retenção por benfeitoria.

A edificação a ser regularizada apresenta as condições mínimas de utilização, salubridade, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade e acessibilidade, quando se tratar de prédio comercial ou industrial.

Sob as penas da lei, somos responsáveis pela veracidade e exatidão das informações prestadas nesta Laudo Técnico e Projeto ora apresentado.

Referente.: **Projeto de Regularização**
Endereço do imóvel: Avenida José do Patrocinio Milhomem
Bairro: Caixa D'Água – Formosa da Serra Negra - MA
Proprietário: José Damascena Sá - CPF: 290.641.553-72
Data: 14/01/2021
ART nº MA20210394497

Uso do Imóvel: Comercial
Estado de conservação do Imóvel: Novo
Idade aproximada do imóvel: Meses
Características do Imóvel:
- Número de Pavimentos: 01
- Número de Banheiros: 02
- Área Construída: 276,63m²
- Área Regularizada: 276,63m²
- Área à Demolir: 0,0m²
- Área Total: 276,63m²
- Estrutura: 276,63m²
- Forro: 0,00m²
- Cobertura: 276,63m²
- Piso Interno: 0,00m²
- Piso Externo: 276,63m²

RELAÇÃO DAS CONDICÕES DA CONSTRUCÃO QUANTO A:

IMPLANTAÇÃO: Dimensões do terreno são de 25m x 30m, declive de 2% para a rua, construção acima do nível da rua, altura do imóvel pé direito de 3m.
ESTRUTURA: *Estrutura em Concreto Estrutural e Alvenária de fechamento, sua estabilidade e segurança da construção está em ótima condições, (in)existência de patologi- as.*

josedamascenasa

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 839442/2021, em 08/02/2021
emitida

Certidão nº 839442/2021
09/02/2021, 10:36
Chave de Impressão: y639z
O documento neste ato registrado foi emitido em 05/02/2021 e contém 2 folhas

73/148

Folha nº 428
Processo nº 170-2023
Rubrica

ALVENARIA: *Material utilizado Alvenária de fechamento, não de fissuras, não apresenta manchas de umidade nas pare- des, piso e etc.*

ESQUADRIAS: *Material das portas Madeira e Vidro Temperado , Material das janelas e vitrós utilisado Vidros Incolor , estado de conservação Bom, pintura Normal,etc.*

REVESTIMENTOS: *Revestimentos de paredes em argamassa de areia/cimento/cal, pisos em cerâmica e forros de GESSO.*

VENTILAÇÃO E INSOLAÇÃO: *À qualidade de ventilação e insolação nos cômodos Está adequada, dando garantia de salubridade.*

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: *Às condições das instalações elétricas está dentro das conformidades, quadro de distribuição, tomadas interruptores e etc.*

INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ESGOTO: *Às condições das instalações hidro sanitárias, bem como a destinação final do esgoto, está em perfeito estado dentro dos padrões.*

COBERTURA: *ÀS condições da cobertura está ótima, não existe laje, telhado executado em estrutura metálica e telha metálica, marquises, etc.*

ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: *(prédio residêncial) existe condições de acessibilidade no prédio.*

Até a presente data e conforme vistoria desprovida de equipamentos e verificações laboratoriais, a citada edificação encontra-se em perfeitas condições de uso, garantindo-se desta forma sua estabilidade, conforto, salubridade e habitabilidade. Declaro ainda, que a edificação está de acordo com o projeto apresentado para sua regularização.

Formosa da Serra Negra-MA, 14 de Janeiro de 2021.

Ângelo Arruda Milhomem
Engenheiro Civil
CPF:056.466.113-93
CREA: 1117706672-MA

J D SÁ COMBUSTÍVEIS EIRELI
José Damascena Sá
CPF: 290.641.553-72
Proprietário

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 839442/2021, em 08/02/2021

Certidão nº 839442/2021
09/02/2021, 10:36
Chave de Impressão: y639z
O documento neste ato registrado foi emitido em 05/02/2021 e contém 2 folhas

74/198

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA Rubrica

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
870651/2022
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JEREMIAS ANDRADE MACEDO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JEREMIAS ANDRADE MACEDO**
Registro: **1000000265MA** RNP: **1015071694**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20210487941** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 04/01/2022 Baixada em: 26/07/2022
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **REISIMAR C. DE OLIVEIRA**

Contratante: **MUNICIPIO DE GRAJAU** CPF/CNPJ: **06.377.063/0001-48**
Endereço do contratante: RUA FREI BENJAMIM Nº: 01
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: GRAJAÚ UF: MA CEP: 65940000
Contrato: 156/2021 Celebrado em:
Valor do *contrato*: R$ 88.640,71 Tipo de contratantee: Pessoa Juridica de Direito Público
Ação institucional: Agricultura familiar
Endereço da obra/serviço: AVENIDA EDSON LOBÃO Nº: S/N
Complemento: ESQUINA COM A RUA PAULO CASSITE Bairro: VILINHA
Cidade: GRAJAÚ UF: MA CEP: 65940000
Coordenadas Geográficas: -5.818956, -46.163747
Data de início: 27/12/2021 Conclusão efetiva: 27/06/2022
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: MUNICIPIO DE GRAJAU CPF/CNPJ: 06.377.063/0001-48

Atividade Técnica: **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.1 - DE ALVENARIA 49 - Execução de obra 82.99 metro quadrado; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL 49 - Execução de obra 82.99 metro quadrado; **16 - Execução** CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO 49 - Execução de obra 82.99 metro quadrado; **16 - Execução** ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO 49 - Execução de obra 2.50 metro cúbico; **16 - Execução** ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.3 - DE ESTRUTURA DE ARGAMASSA ARMADA 49 - Execução de obra 13.55 metro cúbico;

Observações

ART DE EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE DORMITÓRIOS E COZINHA NO (QUARTEL DA GUARDA MUNICIPAL DE GRAJAÚ-MA), SITUADO NA AV. EDSON LOBÃO, S/N, BAIRRO VILINHA, GRAJAU-MA, CEP:65.940-000. REFERENTE AO CONTRATO Nº 156/2021.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 12 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 870651/2022
13/09/2022, 12:21
94zBd

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 94zBd

75/148

Folha nº 130
Processo nº 170-2023
Rubrica

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERÁ

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 870651/2022, emitida em 13/09/2022

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAÚ/MA,** inscrita no CNPJ sob o nº 06.377.063/0001-48, situada na Rua: Patrocínio Jorge, Nº 05, Centro – Grajaú - MA, CEP: 65940-000, **ATESTAMOS** para os devido fins de direito, que sob a responsabilidade técnica do Engenheiro **Civil JEREMIAS ANDRADE MACEDO**, portador do CREA NACIONAL N° 1015071694 e visto 1000000265MA, a Empresa **REISIMAR C. DE OLIVEIRA,** inscrita no CNPJ sob o n.º 05.391.523/0001-20, executou o contrato a contento e dentro do prazo e normas contratuais, os serviços conforme descriminados abaixo:

1.0 – Processo Administrativo nº 6653/2021
2.0 - Contrato nº 160/2021**PMG** – ART nº MA20210487941
3.0 - Valor do Contrato: **R$ 88.640,71**
4.0 - Prazo de Execução do Contrato: 27/12/2021 a 27/06/2022
5.0 - Período de Execução da obra: 27/12/2021 a 20/06/2022
6.0 – Empresa contratada: REISIMAR C. DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.391.523/0001-20
7.0 - Objeto do Contrato: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE DORMITÓRIOS E COZINHA DO QUARTEL DA GUARDA MUNICIPAL DE GRAJAÚ – MA.**

ENDEREÇO DA OBRA: AVENIDA EDSON LOBÃO, ESQUINA COM A RUA PAULO CASSITE, S/N, BAIRRO VILINHA, GRAJAÚ – MA, CEP: 65.940-000.

SERVIÇOS EXECUTADOS:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE
1	INFRAESTRUTURA - FUNDAÇÃO			
1.1	96527	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_06/2017	M3	12,36
1.2	92883	ARMAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-25 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	68,00
1.3	102480	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,4 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ SEIXO ROLADO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M3	13,55
2	SUPERESTRUTURA E ALVENARIA			
2.1	95954	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR COM DOIS PAVIMENTOS (CASA EM EMPREENDIMENTOS). FCK = 25 MPA. AF_01/2017	M3	2,50
2.2	87513	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 11,5X19X19CM (ESPESSURA 11,5CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M2	131,84
3	COBERTURA			

Certidão nº 870651/2022
14/09/2022, 16:19
Chave de Impressão: 94zBd
O documento neste ato registrado foi emitido em 06/09/2022 e contém 12 folhas

76/148

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERÁ

Folha nº 438
Processo nº 170.2022
Rubrica

3.1	92539	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA DE ENCAIXE DE CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	88,48
3.2	94204	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	88,48
3.3	100434	CALHA DE BEIRAL, SEMICIRCULAR DE PVC, DIAMETRO 125 MM, INCLUINDO CABECEIRAS, EMENDAS, BOCAIS, SUPORTES E VEDAÇÕES, EXCLUINDO CONDUTORES, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	15,60
4	REVESTIMENTO E PISOS			
4.1	96486	FORRO DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2	54,20
4.2	89048	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, COM BETONEIRA DE 400L, EM PAREDES DE AMBIENTES INTERNOS, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL MULTIFAMILIAR (PRÉDIO). AF_11/2014	M2	263,68
4.3	94438	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIM E AREIA), EM BETONEIRA 400 L, ESPESSURA 3 CM ÁREAS SECAS E 3 CM ÁREAS MOLHADAS, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014	M2	82,99
4.4	93391	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_06/2014	M2	82,99
4.5	96467	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA COMERCIAL DE DIMENSÕES 35X35CM (PADRAO POPULAR). AF_06/2017	M	41,20
4.6	87265	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	M2	28,90
4.7	88415	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS. AF_06/2014	M2	131,84
4.8	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2	189,20
5	INSTALAÇÕES ELETRICAS			
5.1	91844	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	145,00
5.2	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	565,00
5.3	91967	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	6,00
5.4	91936	CAIXA OCTOGONAL 4" X 4", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	12,00
5.5	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	6,00
5.6	97592	LUMINÁRIA TIPO PLAFON, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED DE 12/13 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	8,00
5.7	101876	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 6 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00
5.8	93660	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	6,00
6	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS			
6.1	89957	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA (SUBRAMAL) COM TUBULAÇÃO DE PVC, DN 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA, INCLUSOS RASGO E CHUMBAMENTO EM ALVENARIA. AF_12/2014	UN	6,00
6.2	91794	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INST. TUBO PVC, SÉRIE N, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, (INST. EM RAMAL DE DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANITÁRIO, PRUMADA DE ESG. SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO), INCL. CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, P/ PRÉDIOS. AF_10/2015	M	5,00

Digitalizado com CamScanner

77 | 148

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 870651/2022, emitida em 13/09/2022

Certidão nº 870651/2022
14/09/2022, 16:19
Chave de Impressão: 94zBd
O documento neste ato registrado foi emitido em 06/09/2022 e contém 12 folhas

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERÁ

Folha nº 432
Processo nº 170-2023
Rubrica

6.3	89707	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00
6.4	91795	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INST. TUBO PVC, SÉRIE N, ESGOTO PREDIAL, 100 MM (INST. RAMAL DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANIT., PRUMADA ESG. SANIT., VENTILAÇÃO OU SUB-COLETOR AÉREO), INCL. CONEXÕES E CORTES, FIXAÇÕES, P/ PRÉDIOS. AF_10/2015	M	2,00
6.5	89710	RALO SECO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	UN	2,00
6.6	86888	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00
6.7	86889	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 1,50 X 0,60 M, PARA PIA DE COZINHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00
6.8	S86911S	Torneira cromada longa, de parede, 1/2? ou 3/4?, para pia de cozinha, padrão popular - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	1,00
6.9	86902	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, *44 X 35,5* CM, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00
6.10	00011680	BRACO OU HASTE COM CANOPLA PLASTICA, 1/2 ", PARA CHUVEIRO SIMPLES	UN	2,00
6.11	00007608	DUCHA / CHUVEIRO PLASTICO SIMPLES, 5 ", BRANCO, PARA ACOPLAR EM HASTE 1/2 ", AGUA FRIA	UN	2,00
6.12	102613	CAIXA D'ÁGUA EM POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, 1000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021	UN	1,00
7	**ESQUADRIAS**			
7.1	91295	PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 60X210CM, ESPESSURA DE 3CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	2,00
7.2	91297	PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	2,00
7.3	100701	PORTA DE FERRO, DE ABRIR, TIPO GRADE COM CHAPA, COM GUARNIÇÕES. AF_12/2019	M2	1,82
7.4	S07734	Grade de ferro com barra quadrada de 1/2" na vertical, quatro barras de ferro chata de 1 1/2"x3/16" na horizontal e montantes em perfil "u" dobrado de udc, de 75 x 38 x 2,65mm, inclus. portão. mureta h=0,35m revest c/ pedra miracema (padrão ESCOLAS)	m2	4,80
7.5	94570	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS, EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	2,00
8	**IDENTIFICAÇÃO DA OBRA**			
8.1	S00051	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada	m2	6,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 870651/2022, emitida em 13/09/2022

Certidão nº 870651/2022
14/09/2022, 16:19
Chave de Impressão: 94zBd
O documento neste ato registrado foi emitido em 06/09/2022 e contém 12 folhas

Digitalizado com CamScanner

78/348

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERÁ

Folha nº 433
Processo nº 170-2023
Rubrica

Grajaú (MA), 20 de Junho de 2022.

Greice Pereira Santos

Eng.º Greice Pereira Santos
Responsável Técnico pela Fiscalização
CREA/MA Nº 111568998-3

Mercial Lima de Arruda
Prefeito Municipal de Grajaú – MA
CPF Nº 025.345.923-00

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 870651/2022, emitida em 13/09/2022

Certidão nº 870651/2022
14/09/2022, 16:19
Chave de Impressão: 94zBd
O documento neste ato registrado foi emitido em 06/09/2022 e contém 12 folhas

79 1348

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERÁ

Folha nº 4134
Processo nº 170-2023
Rubrica



Foto 01: Serviços de infraestrutura - Fundação

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 870651/2022, emitida em 13/09/2022

Certidão nº 870651/2022
14/09/2022, 16:19
Chave de Impressão: 94zBd
O documento neste ato registrado foi emitido em 06/09/2022 e contém 12 folhas

Digitalizado com CamScanner

80/148

GRAJAÚ

Folha nº 435
Processo nº 170-2023
Rubrica

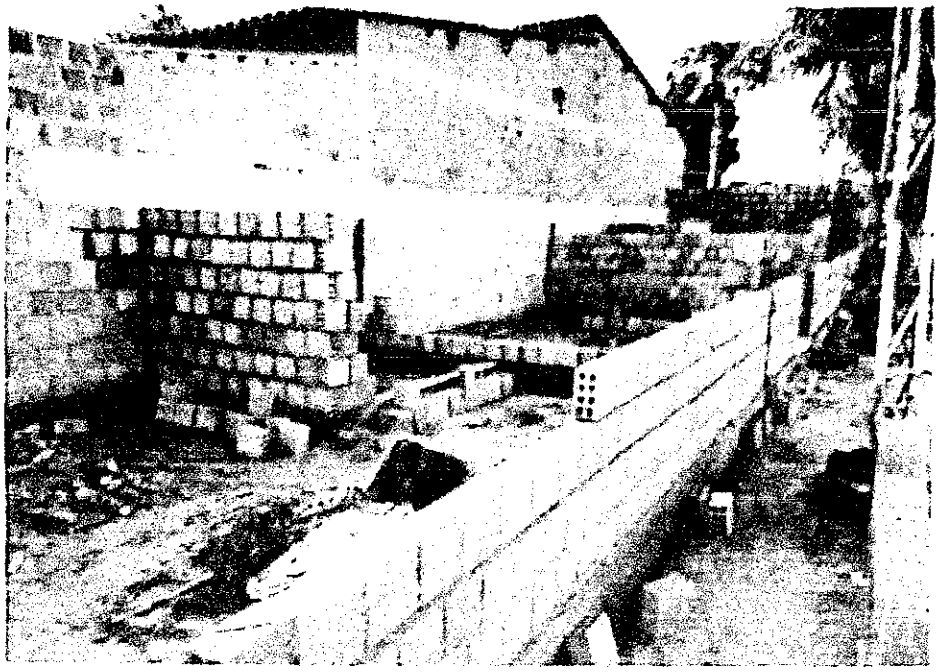


Foto 02. Superestrutura-alvenaria

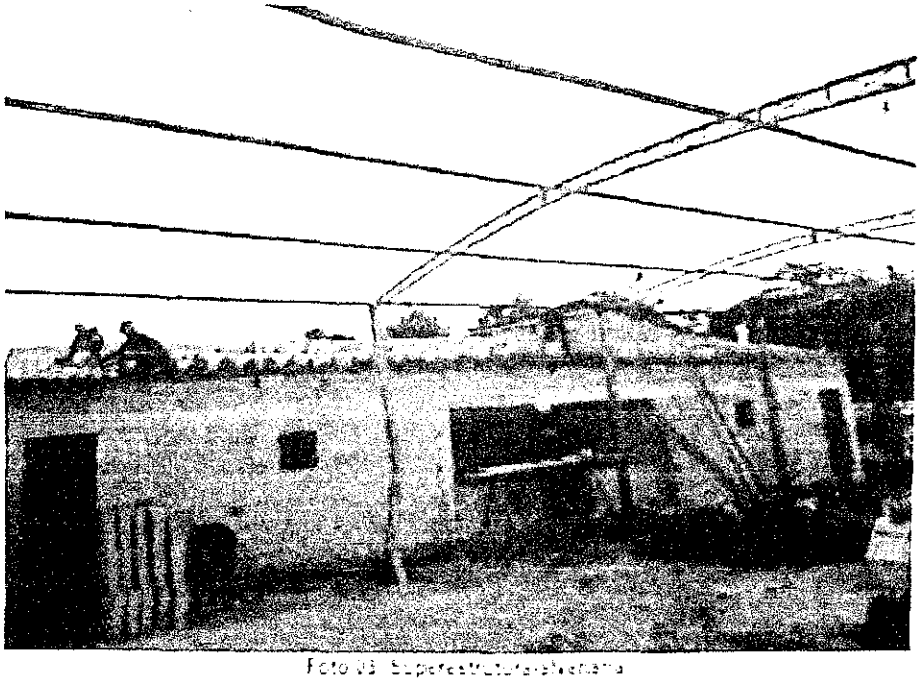


Foto 03. Superestrutura-alvenaria

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 870651/2022, emitida em 13/09/2022

Certidão nº 870651/2022
14/09/2022, 16:19
Chave de Impressão: 94zBd
O documento neste ato registrado foi emitido em 06/09/2022 e contém 12 folhas

81/148

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERÁ

Folha nº 436
Processo nº 170-2022
Rubrica

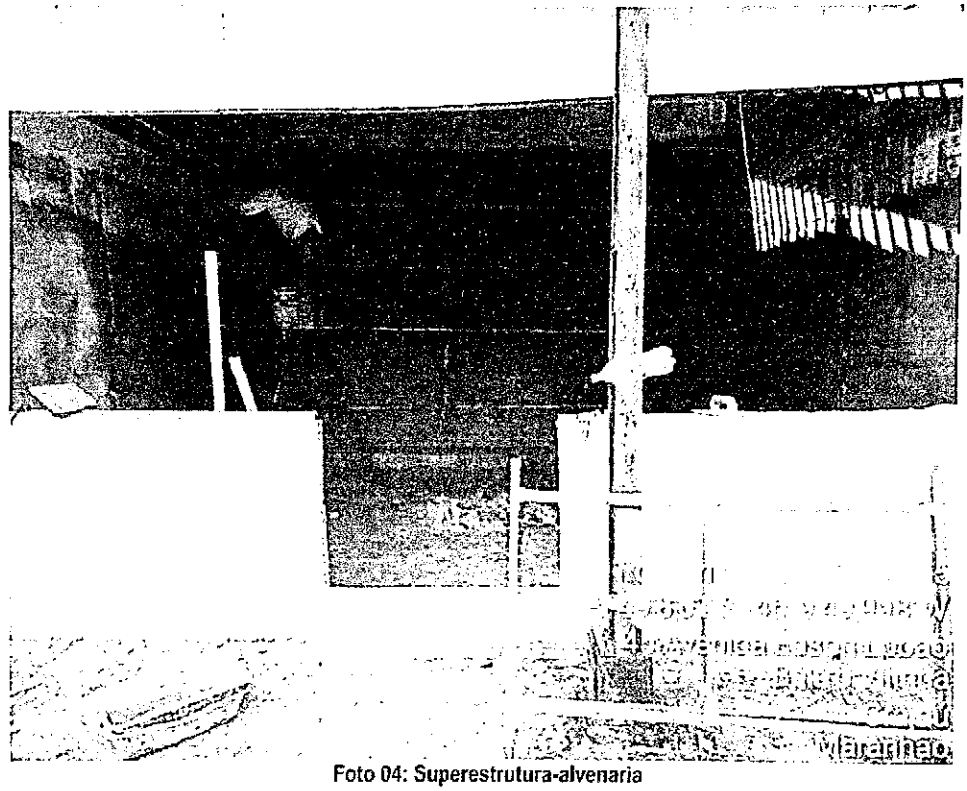


Foto 04: Superestrutura-alvenaria

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 870651/2022, emitida em 13/09/2022

Certidão nº 870651/2022
14/09/2022, 16:19
Chave de Impressão: 94zEbd
O documento neste ato registrado foi emitido em 06/09/2022 e contém 12 folhas

Digitalizado com CamScanner

82/148

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERÁ

Folha nº 437
Processo nº 170.2023
Rubrica

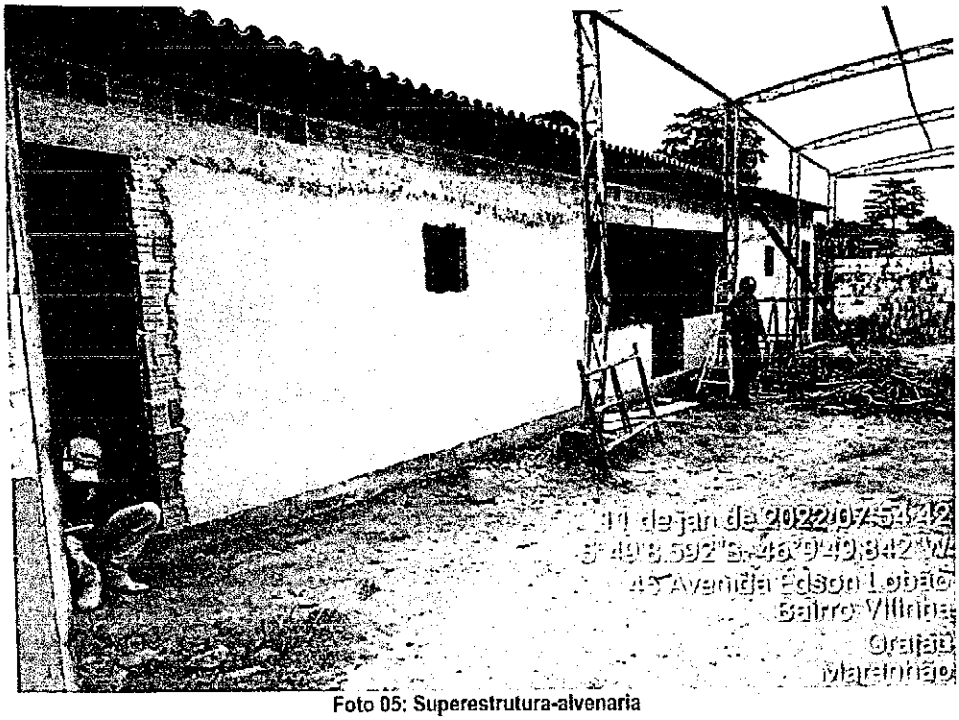


Foto 05: Superestrutura-alvenaria

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 870651/2022, emitida em 13/09/2022

Certidão nº 870651/2022
14/09/2022, 16:19
Chave de Impressão: 94zBd
O documento neste ato registrado foi emitido em 06/09/2022 e contém 12 folhas

Digitalizado com CamScanner

831178

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERÁ

Folha nº 4138
Processo nº 170-2023
Rubrica

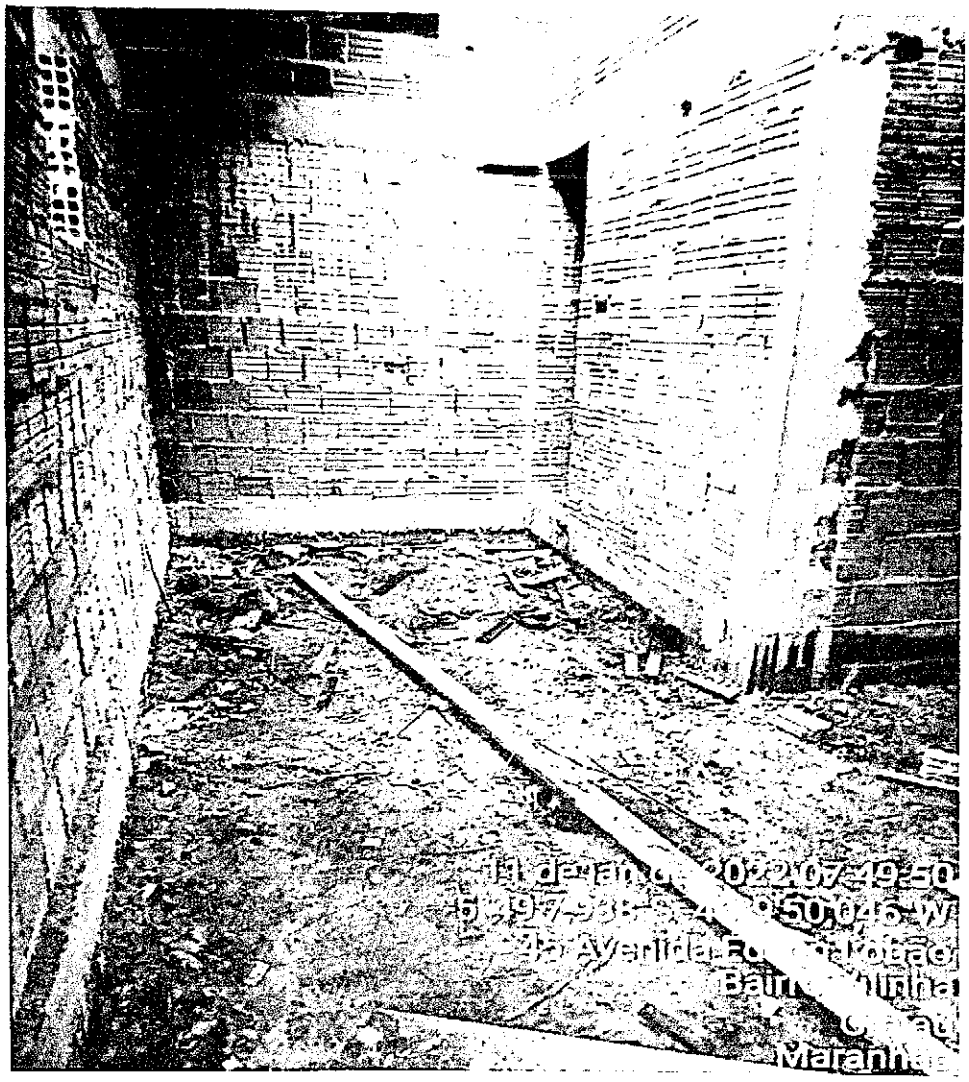


Foto 06: Superestrutura-alvenaria

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 870651/2022, em 13/09/2022 emitida

Certidão nº 870651/2022
14/09/2022, 16:19
Chave de Impressão: 94zBd
O documento neste ato registrado foi emitido em 06/09/2022 e contém 12 folhas

Digitalizado com CamScanner

84/548

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERÁ

Folha nº 439
Processo nº 170-2022
Rubrica



FOTO 07: VISTA DO PRÉDIO DA GUARDA MUNICIPAL, MUNICIPIO DE GRAJAÚ/MA.



FOTO 08: VISTA DA ENTRADA DA COZINHA, PRÉDIO DA GUARDA MUNICIPAL, MUNICIPIO DE GRAJAÚ/MA.

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 870651/2022, emitida em 13/09/2022

Certidão nº 870651/2022
14/09/2022, 16:19
Chave de Impressão: 94zBd
O documento neste ato registrado foi emitido em 06/09/2022 e contém 12 folhas

Digitalizado com CamScanner

85/198

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERÁ

Folha nº 440
Processo nº 170.2023
Rubrica

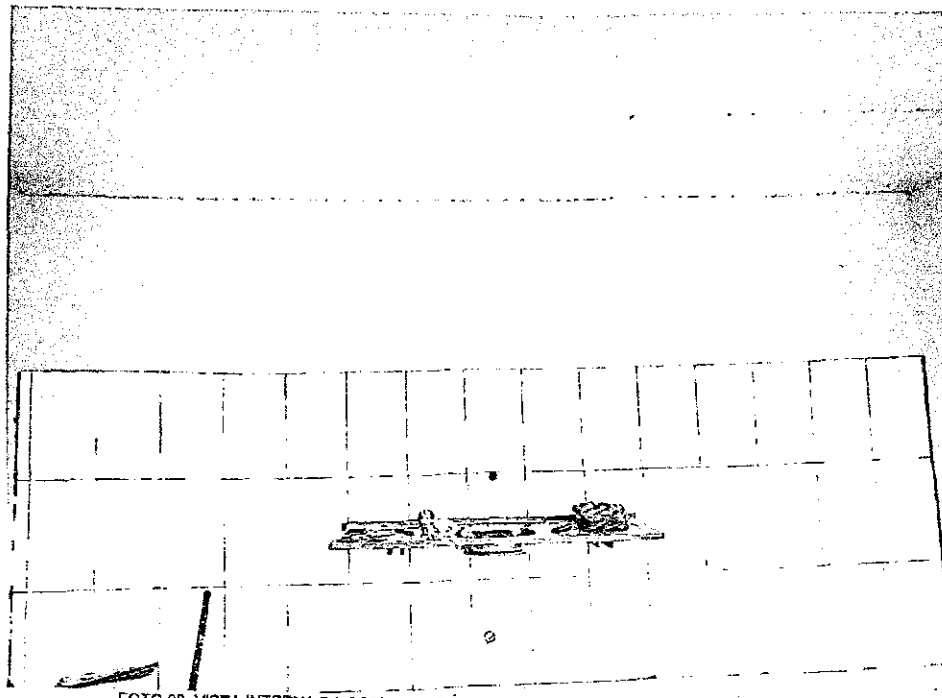


FOTO 09: VISTA INTERNA DA COZINHA, PRÉDIO DA GUARDA MUNICIPAL, MUNICIPIO DE GRAJAÚ/MA.

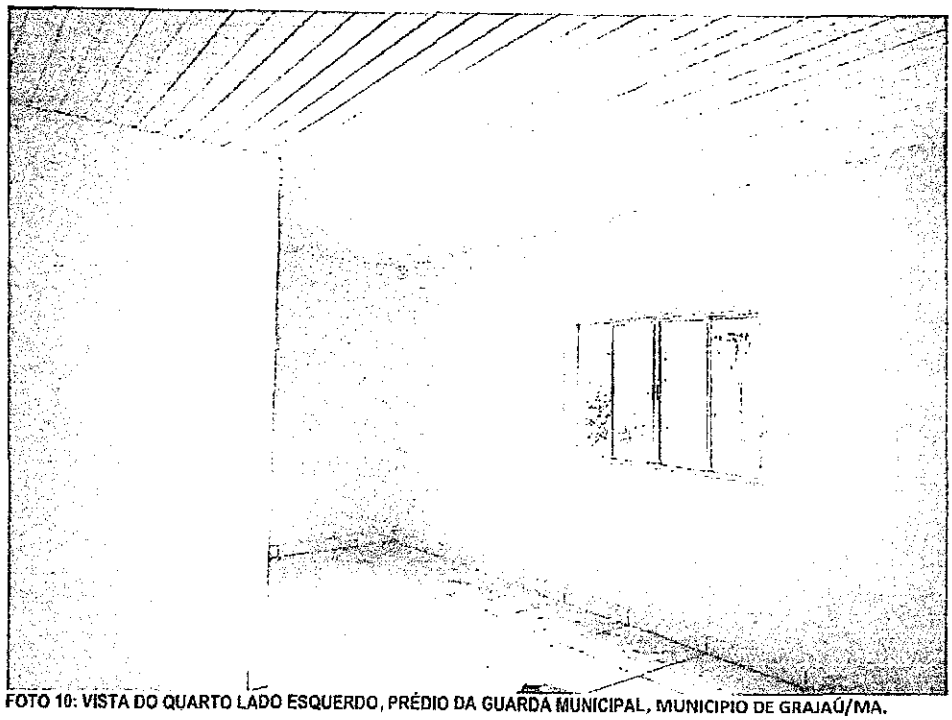


FOTO 10: VISTA DO QUARTO LADO ESQUERDO, PRÉDIO DA GUARDA MUNICIPAL, MUNICIPIO DE GRAJAÚ/MA.

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 870651/2022, emitida em 13/09/2022

Certidão nº 870651/2022
14/09/2022, 16:19
Chave de Impressão: 94zBd
O documento neste ato registrado foi emitido em 06/09/2022 e contém 12 folhas

Digitalizado com CamScanner

86/148

PREFEITURA DE GRAJAÚ
DEUS PROVERÁ

Folha nº 441
Processo nº 170-2023
Rubrica

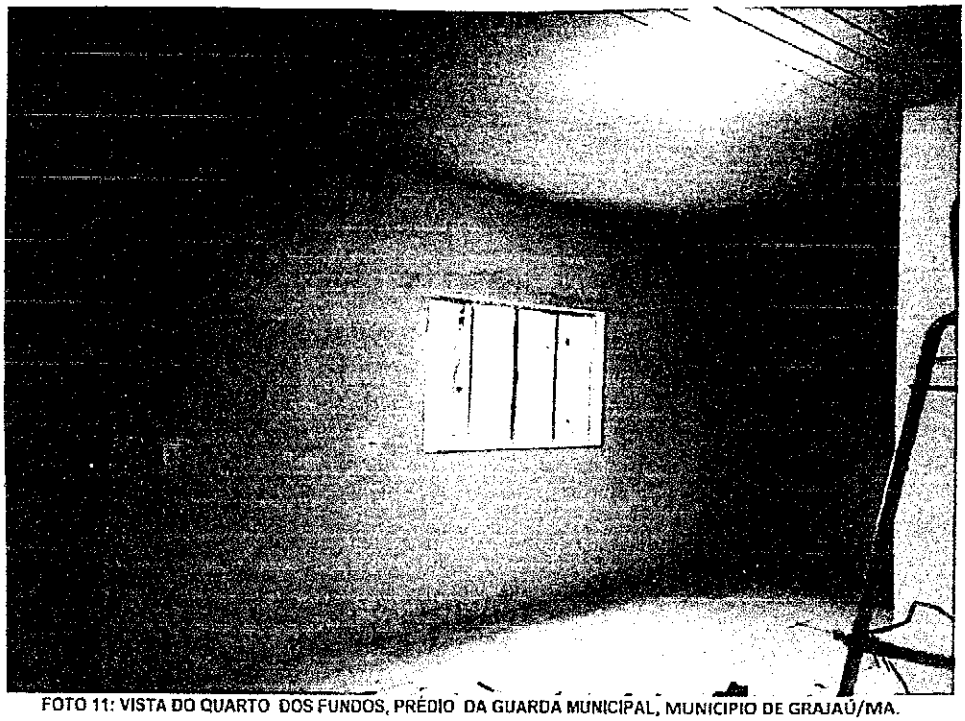


FOTO 11: VISTA DO QUARTO DOS FUNDOS, PRÉDIO DA GUARDA MUNICIPAL, MUNICIPIO DE GRAJAÚ/MA.

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 870651/2022, emitida em 13/09/2022

Certidão nº 870651/2022
14/09/2022, 16:19
Chave de Impressão: 94zBd
O documento neste ato registrado foi emitido em 06/09/2022 e contém 12 folhas

Digitalizado com CamScanner

87/148

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA Rubrica

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
856542/2021
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JEREMIAS ANDRADE MACEDO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JEREMIAS ANDRADE MACEDO**
Registro: **1000000265MA** RNP: **1015071694**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20210442437** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 09/08/2021 Baixada em: 08/11/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **REISIMAR C. DE OLIVEIRA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO** CPF/CNPJ: **05.631.031/0001-64**
Endereço do contratante: AVENIDA LEONARDO DE ALMEIDA Nº: S/N
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: SÍTIO NOVO UF: MA CEP: 65925000
Contrato: 117.2021 Celebrado em: 21/07/2021
Valor do contrato: R$ 554.923,45 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Agricultura familiar
Endereço da obra/serviço: ESTRADA VICINAIS NA ZONA RURAL Nº: S/N
Complemento: Bairro: ZONA RURAL DO MUNICIPIO
Cidade: SÍTIO NOVO UF: MA CEP: 65925000
Coordenadas Geográficas: -6.342253, -46.641664
Data de início: 21/07/2021 Conclusão efetiva: 21/01/2022
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO CPF/CNPJ: 05.631.031/0001-64

Atividade Técnica: **17 - Execução** TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #TOS_4.1.6 - DE BASE E SUB-BASE PARA RODOVIAS 49 - Execução de obra 95.30 quilômetro;

Observações

ART DE EXECUÇÃO DE OBRA, DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO EM ESTRADAS VICINAIS, NA ZONAL RURAL DO MUNICÍPIO DE SÍTIO NOVO - MA. RERENTE A TOMADA DE PREÇO 015/2021 E CONTRATO DE Nº 117/2021

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 4 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 856542/2021
12/11/2021, 13:54
B82WW

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: B82WW

88/148

Folha nº 443
Processo nº 170 - 2023

Prefeitura Municipal de Sítio Novo - MA

LAUDO DE CONCLUSÃO DA OBRA

Termo de recebimento definitivo da obra denominada **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE SÍTIO NOVO – MA.** Objeto do contrato de **nº 117/2021, referente a Tomada de preço nº015/2021-CPL**, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO – MA,** inscrito no **CNPJ: 05.631.031/0001-64** e a Empresa **REISIMAR C. DE OLIVEIRA,** inscrito no **CNPJ: 05.391.523/0001-20**, com sede na cidade de Formosa da Serra Negra – MA, Av. José do Patrocinio Milhomem, N° 05, Bairro Vila Viana, tendo como responsável técnico o **Eng.° Civil JEREMIAS ANDRADE MACEDO, CREA NACIONAL N° 1015071694.**

Com início dos serviços em 21 de julho de 2021 e término dos serviços em 03 de novembro de 2021. Atendendo à solicitação da empresa, foi vistoriado a obra denominada, **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE SÍTIO NOVO – MA, CONFORME TOMADA DE PREÇO N° 015/2021,** acompanhado pelo responsável técnico dos serviços, constatou-se que a obra foi executada sem alterações em relação ao projeto inicial, apresentando a mesma solidez e segurança, nada havendo que impeça o seu recebimento definitivo.

Sítio Novo – MA, 05 de novembro de 2021.

Marcos André Oliveira Sousa
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843-0

Eng.° Civil Marcos André Oliveira Sousa
Responsável Técnico pela Fiscalização
CREA/RNP N° 191948843-0
CPF N° 061.413.123-57

Antônio Coelho Rodrigues
Prefeito Municipal de Sítio Novo – MA
CPF N° 505.182.323-87

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 856542/2021, em 12/11/2021 emitida

Certidão nº 856542/2021
12/11/2021, 14:47
Chave de Impressão: B82WW
O documento neste ato registrado foi emitido em 12/11/2021 e contém 1 folhas

89/348

Folha nº 444

Processo nº 170 - 2021

Prefeitura Municipal de Sítio Novo - MA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO/MA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.631.031/0001-64, situada na Av. Leonardo de Almeida, S/N, Centro - Sítio Novo, CEP: 65925-000, **ATESTAMOS** para os devido fins de direito, que sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Civil **JEREMIAS ANDRADE MACEDO**, portador do CREA NACIONAL Nº 1015071694 e visto 1000000265MA, foram executados os serviços de **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE SÍTIO NOVO – MA**, com 95.30 km de extensão, sendo contratada a empresa **REISIMAR C. DE OLIVEIRA,** inscrita no CNPJ sob o n.º 05.391.523/0001-20, situada na cidade de Formosa da Serra Negra – MA, Av. José do Patrocínio Milhomem, Nº 05, Bairro Vila Viana, declaramos ainda, que os serviços foram executados a contento e dentro do prazo e normas contratuais, os serviços conforme descriminados abaixo:

Marcos Andre Oliveira Sousa
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843-0

1.0 – Tomada de Preços nº 015/2021
2.0 - Contrato nº 117/2021 – ART nº MA20210442437
3.0 - Valor do Contrato: R$ 554.923,45
4.0 - Prazo de Execução do Contrato: 21/07/2021 a 21/01/2022
5.0 - Período de Execução da obra: 21/07/2021 a 03/11/2021
6.0 – Empresa contratada: REISIMAR C. DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.391.523/0001-20
7.0 - Objeto do Contrato: **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE SÍTIO NOVO – MA.**

Porstanto, desde já o **CREA – MA** está autorizado a emitir a **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, devidamente averbado.

SERVIÇOS EXECUTADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT.
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,0 X 1,125* M	M²	6,00
2	LIMPEZA MECANIZADA DA ÁREA		
2.1	LIMPEZA MECANIZADA DA ÁREA, DESTOCAMENTO, LIMPEZA DE ÁREA E ESTOCAGEM DO MATERIAL DE LIMPEZA COM ÁRVORES DE DIÂMETRO ATÉ 0,15 M	M²	381.200,00
3	TERRAPLANAGEM		
3.1	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_11/2019	M²	476.500,00
3.2	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA - DMT DE 1.200 A 1.400 M - CAMINHO DE SERVIÇO EM LEITO NATURAL - COM ESCAVADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³	M³	2.978,13

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 856542/2021, em 12/11/2021

Certidão nº 856542/2021
12/11/2021, 14:47
Chave de Impressão: B82WW
O documento neste ato registrado foi emitido em 12/11/2021 e contém 3 folhas

90

Prefeitura Municipal de Sítio Novo - MA

Folha nº 415
Processo nº 170-2023
Rubrica

3.3	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_11/2019	M³	2.978,13
4	**REVESTIMENTO PRIMÁRIO**		
4.1	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF_05/2018	M²	74.453,13
4.2	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE JAZIDA COM TRATOR DE 97 KW E CARREGADEIRA DE 1,72 M³	M³	17.868,75
4.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M³xKM	107.212,50
4.4	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_11/2019	M³	17.868,75

Marcos André Oliveira Sousa
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843-0

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 856542/2021, em 12/11/2021
emitida

Certidão nº 856542/2021
12/11/2021, 14:47
Chave de Impressão: B82WW
O documento neste ato registrado foi emitido em 12/11/2021 e contém 3 folhas

91/198

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão
Avenida dos Holandeses, Quadra 35, Lote 8, Calhau, São Luís/MA
Tel: + 55 (98) 2106-8300 Fax: + 55 (98) 2106-8300 E-mail: faleconosco@creama.org.br
CREA-MA
Impresso em: 12/11/2021, às 14:47.

Prefeitura Municipal de Sítio Novo - MA

Folha nº 446
Processo nº 170-20
Rubrica

Sítio Novo (MA), 05 de novembro de 2021.

Eng.° Civil Marcos André Oliveira Sousa
Responsável Técnico pela Fiscalização
CREA/RNP N° 191948843-0
CPF N° 061.413.123-57

Antônio Coelho Rodrigues
Prefeito Municipal de Sítio Novo – MA
CPF N° 505.182.323-87

Marcos André Oliveira Sou
Engenheiro Civil
CREA/RNP: 191948843-0

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 856542/2021, em 12/11/2021
emitida

Certidão nº 856542/2021
12/11/2021, 14:47
Chave de Impressão: B82WW
O documento neste ato registrado foi emitido em 12/11/2021 e contém 3 folhas

92/148

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
839493/2021
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JEREMIAS ANDRADE MACEDO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **JEREMIAS ANDRADE MACEDO**
Registro: **1000000265MA** RNP: **1015071694**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20180179721** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 05/06/2018 Baixada em: 14/12/2018
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **A.R DE SOUSA E CIA LTDA** CPF/CNPJ: **11.428.860/0001-47**
Endereço do contratante: AVENIDA JOÃO DA MATA E SILVA Nº: 157
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORMOSA DA SERRA NEGRA UF: MA CEP: 65943000
Contrato: Celebrado em:
Valor do contrato: R$ 3.000,00 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Ação Institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA JOÃO DA MATA E SILVA Nº: 157
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORMOSA DA SERRA NEGRA UF: MA CEP: 65943000
Data de início: 11/06/2018 Conclusão efetiva: 31/12/2018
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: A.R DE SOUSA E CIA LTDA CPF/CNPJ: 11.428.860/0001-47

Atividade Técnica: **1 - ATUACAO** #A0107 - EDIFICIOS DE ALVENARIA P/ FINS COMERCIAIS 12 - PROJETO 425.69 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #A0107 - EDIFICIOS DE ALVENARIA P/ FINS COMERCIAIS 53 - EXECUCAO 425.69 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #A0320 - CONCRETO ESTRUTURAL 12 - PROJETO 19.63 metro cúbico; **1 - ATUACAO** #A0320 - CONCRETO ESTRUTURAL 53 - EXECUCAO 19.63 metro cúbico; **1 - ATUACAO** #A0435 - INSTALACOES HIDRAULICAS 12 - PROJETO 6.00 Pontos; **1 - ATUACAO** #A0435 - INSTALACOES HIDRAULICAS 53 - EXECUCAO 6.00 Pontos; **1 - ATUACAO** #A0436 - INSTALACOES SANITARIAS 12 - PROJETO 3.00 Pontos; **1 - ATUACAO** #A0436 - INSTALACOES SANITARIAS 53 - EXECUCAO 3.00 Pontos; **1 - ATUACAO** #B1106 - INSTALACAO ELETRICA EM B.TENSAO P/ FINS RESID./COMERC. 12 - PROJETO 425.69 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #B1106 - INSTALACAO ELETRICA EM B.TENSAO P/ FINS RESID./COMERC. 53 - EXECUCAO 425.69 metro quadrado;

Observações

PROJETO E EXECUÇÃO DE REFORMA DE PRÉDIO COMERCIAL, SITUADO NA AVENIDA JOÃO DA MATA E SILVA, Nº 157, CENTRO, FORMOSA DA SERRA NEGRA/MA, CEP:65943-000

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 6 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 839493/2021
08/02/2021, 14:08
7cyxd

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 7cyxd

931/48

Folha nº 148
Processo nº 170-2023
Rubrica

A.R DE SOUSA E CIA LTDA
CNPJ Nº 11.428.860/0001-47
Av. JOÃO DA MATA E SILVA, 157 - CENTRO
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **A.R DE SOUSA E CIA LTDA**, situada na Av. João da Mata e Silva, 157, Centro, Formosa da Serra Negra (MA), CNPJ nº **11.428.860/0001-47**, representado pelo seu proprietário o Sr. **Antonio Ronaldo de Sousa**, CPF nº 249.705.063-53, **ATESTAMOS** para os devidos fins, que sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Civil **Jeremias Andrade Macedo**, portador do Registro Nacional **CREA-GO nº 101507169-4 e Visto 1000000265/MA**, foram executados os serviços de **PROJETO E EXECUÇÃO DE REFORMA DE PRÉDIO COMERCIAL**, com área de 425,69, Localizada na Av. João da Mata e Silva, 157, Centro, Formosa da Serra Negra (MA), Período de Execução: **11/06/2018 à 31/12/2018**, conforme anotação de Responsabilidade Técnica da obra que foi efetivada no CREA sob o **nº MA20180179721 (Inicial)**, sendo responsável técnico pela execução o Engenheiro Civil **Jeremias Andrade Macedo**, portador do Registro Nacional **CREA-GO nº 101507169-4 e Visto 1000000265/MA**, Residente na Rua 19 Novembro, 27, Centro, Formosa da Serra Negra (MA). Declaramos ainda, que os serviços foram executados a contento, conforme o projeto e especificação, dentro do prazo estabelecido.

Portanto, desde já o **CREA – MA** está autorizado a emitir a **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, devidamente averbado.

CARACTERISTICAS PRINCIPAIS DA OBRA:

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 839493/2021, em 08/02/2021

Certidão nº 839493/2021
09/02/2021, 10:28
Chave de Impressão: 7cyxd
O documento neste ato registrado foi emitido em 05/02/2021 e contém 4 folhas

Digitalizado com CamScanner

94/148

Folha nº 419
Processo nº 170-2023
Rubrica

A.R DE SOUSA E CIA LTDA
CNPJ Nº 11.428.860/0001-47
Av. JOÃO DA MATA E SILVA, 157 - CENTRO
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA

- EDIFICIOS DE ALVENARIA P/ FINS COMERCIAIS: 425,69 m2;
- CONCRETO ESTRUTURAL: 19,63 m3;
- INSTALACOES HIDRAULICAS: 6,00 Pontos;
- INSTALACOES SANITARIAS: 3,00 Pontos;
- INSTALACAO ELETRICA EM B. TENSAO: 425,69 m2;

Segue em anexo imagens da reforma do prédio.

Formosa da Serra Negra (MA), 20 de janeiro de 2021.

A.R DE SOUSA E CIA LTDA
CNPJ: 11.428.860/0001-47
PROPRIETÁRIO – Antonio Ronaldo de Sousa
CPF:249.705.063-53

ÂNGELO ARRUDA MILHOMEM
ENG. CIVIL - CREA Nº 1117706672-MA
CPF:056.466.113-93

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 839493/2021, emitida em 08/02/2021

Certidão nº 839493/2021
09/02/2021, 10:28
Chave de Impressão: 7cyxd
O documento neste ato registrado foi emitido em 05/02/2021 e contém 4 folhas

95/148

Folha nº 450
Processo nº 170-2023
Rubrica

A.R DE SOUSA E CIA LTDA
CNPJ Nº 11.428.860/0001-47
Av. JOÃO DA MATA E SILVA, 157 - CENTRO
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA



FOTO 01 – (FRONTAL)

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 839493/2021, emitida em 08/02/2021

Certidão nº 839493/2021
09/02/2021, 10:28
Chave de Impressão: 7cyxd
O documento neste ato registrado foi emitido em 05/02/2021 e contém 4 folhas

Digitalizado com CamScanner

96/148

Folha nº 151
Processo nº 170-2023
Rubrica

A.R DE SOUSA E CIA LTDA
CNPJ Nº 11.428.860/0001-47
Av. JOÃO DA MATA E SILVA, 157 - CENTRO
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA

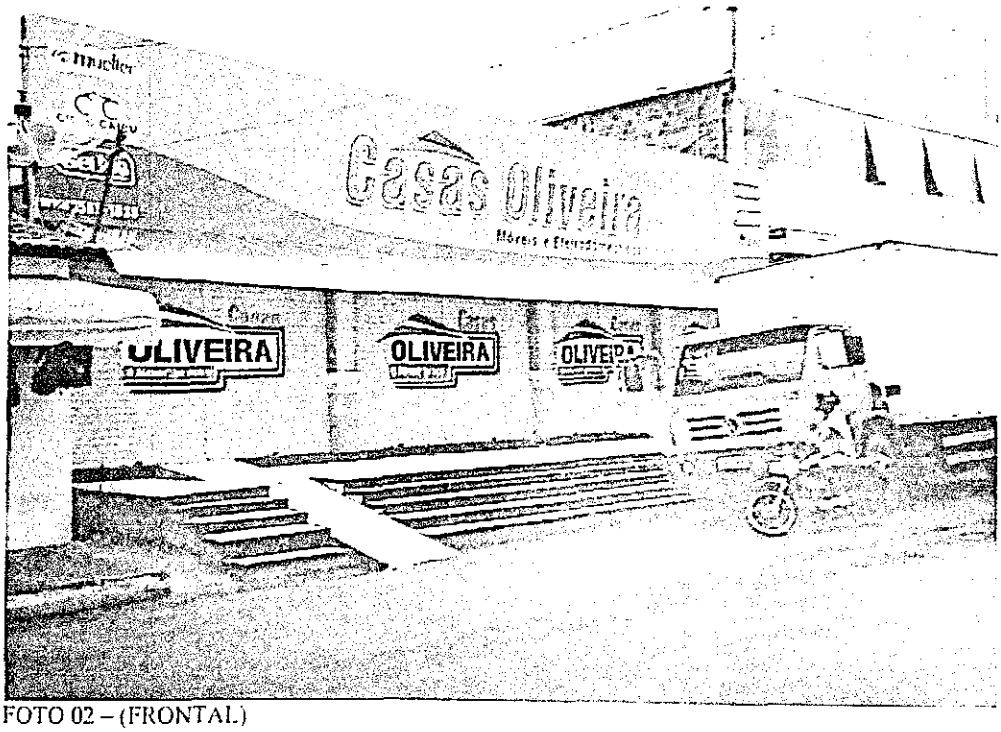


FOTO 02 – (FRONTAL)

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 839493/2021, emitida em 08/02/2021

Certidão nº 839493/2021
09/02/2021, 10:28
Chave de Impressão: 7cyxd
O documento neste ato registrado foi emitido em 05/02/2021 e contém 4 folhas

Digitalizado com CamScanner

97/148

Folha nº 4152
Processo nº 170/2023
Rubrica

Laudo de Vistoria

Venho pelo presente laudo apresentar o resultado da vistoria realizada em imóvel abaixo discriminado, considerando que o mesmo teve seu inicio com a efetiva participação de um responsável técnico.

Para efeito de obtenção do **CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, ALVARÁ DE REGULARIZAÇÃO e "HABITE-SE"** do imóvel baixo identificado, afirmamos que os dados contidos no Projeto em anexo são fieis à(s) construção(ões) existente(s) no local em questão e atende às exigências da Lei Municipal de Regularização de Imóveis Residenciais e não Residenciais

As disposições internas dos compartimentos, as dimensões, as funções e o desempenho da edificação resultante da regularização são de nossa responsabilidade.

Estamos cientes de que a aprovação deste projeto não implica em reconhecimento por parte do Município, sobre o direito de propriedade do imóvel e nem gera qualquer direito subjetivo à indenização ou retenção por benfeitoria.

A edificação a ser regularizada apresenta as condições mínimas de utilização, salubridade, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade e acessibilidade, quando se tratar de prédio comercial ou industrial.

Sob as penas da lei, somos responsáveis pela veracidade e exatidão das informações prestadas nesta Laudo Técnico e Projeto ora apresentado.

Referente.: **Projeto de Regularização**
Endereço do imóvel: Av. João da Mata e Silva, nº 157
Bairro: Centro. – Formosa da Serra Negra - MA
Proprietário: Antonio Ronaldo de Sousa - CPF: 249.705.063-53
Data: 14/01/2021
ART nº MA20210394485

Uso do Imóvel: Comercial
Estado de conservação do Imóvel: Novo
Idade aproximada do imóvel: Meses
Características do Imóvel:
- Número de Pavimentos: 01
- Número de Banheiros: 02
- Número de Dormitórios: 00
- Área Construída: 425,69m²
- Área Regularizada: 0,0m²
- Área à Regularizar: **0,00m²**
- Área à Demolir: 0,0m²
- Área Total: 425,69,00m²
- Estrutura: 425,69,00m²
- Forro: 425,69,00m²
- Cobertura: 425,69,00m²
- Piso Interno: 425,69m²
- Piso Externo: 0,00m²

RELAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CONSTRUÇÃO QUANTO A:

IMPLANTAÇÃO: Dimensões do terreno são de 16,19m x 27,25m, declive de 2% para a rua, construção acima do nível da rua, altura do imóvel pé direito de 3m.
ESTRUTURA: *Estrutura em Concreto Estrutural e Alvenária de fechamento, sua estabilidade e segurança da construção está em ótima condições, (in)existência de patologi- as.*

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 839493/2021, em 08/02/2021 emitida

Certidão nº 839493/2021
09/02/2021, 10:28
Chave de Impressão: 7cyxd
O documento neste ato registrado foi emitido em 05/02/2021 e contém 2 folhas

98/198

Folha nº 453
Processo nº 170-2023
Rubrica

ALVENARIA: *Material utilizado Alvenária de fechamento, não de fissuras, não apresenta manchas de umidade nas pare- des, piso e etc.*

ESQUADRIAS: *Material das portas Madeira e Vidro Temperado , Material das janelas e vitrôs utilisado Vidros Incolor , estado de conservação Bom, pintura Normal,etc.*

REVESTIMENTOS: *Revestimentos de paredes em argamassa de areia/cimento/cal, pisos em cerâmica e forros de GESSO.*

VENTILAÇÃO E INSOLAÇÃO: *À qualidade de ventilação e insolação nos cômodos Está adequada, dando garantia de salubridade.*

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: *Às condições das instalações elétricas está dentro das conformidades, quadro de distribuição, tomadas interruptores e etc.*

INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ESGOTO: *Às condições das instalações hidro sanitárias, bem como a destinação final do esgoto, está em perfeito estado dentro dos padrões.*

COBERTURA: *ÀS condições da cobertura está ótima, não existe laje, telhado executado em estrutura metálica e telha metálica, marquises, etc.*

ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: *(prédio residêncial) existe condições de acessibilidade no prédio.*

Até a presente data e conforme vistoria desprovida de equipamentos e verificações laboratoriais, a citada edificação encontra-se em perfeitas condições de uso, garantindo-se desta forma sua estabilidade, conforto, salubridade e habitabilidade. Declaro ainda, que a edificação está de acordo com o projeto apresentado para sua regularização.

Formosa da Serra Negra-MA, 14 de Janeiro de 2021.

Ângelo Arruda Milhomem
Engenheiro Civil
CPF:056.466.113-93
CREA: 1117706672-MA

A.R DE SOUSA E CIA LTDA
CNPJ: 11.428.860/00001-47
PROPRIETARIO –ANTONIO RONALDO DE SOUSA
CPF:249.705.063-53

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 839493/2021, em 08/02/2021 emitida em

Certidão nº 839493/2021
09/02/2021, 10:28
Chave de Impressão: 7cyxd
O documento neste ato registrado foi emitido em 05/02/2021 e contém 2 folhas

99/148

Folha nº 454

Processo nº 170-2023

Rubrica

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

840600/2021

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **JEREMIAS ANDRADE MACEDO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **JEREMIAS ANDRADE MACEDO**
Registro: **1000000265MA** RNP: **1015071694**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **MA20180183848** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 25/06/2018 Baixada em: 09/02/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS - MINISTÉRIO COMADESMA** CPF/CNPJ: **11.381.783/0001-17**
Endereço do contratante: RUA SILVA JARDIM Nº: 57
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORMOSA DA SERRA NEGRA UF: MA CEP: 65943000
Contrato: Celebrado em:
Valor do contrato: R$ 1.500,00 Tipo de contratantee: Pessoa Juridica de Direito Privado
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: RUA SILVA JARDIM Nº: 57
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: FORMOSA DA SERRA NEGRA UF: MA CEP: 65943000
Data de início: 10/06/2018 Conclusão efetiva: 31/12/2019
Finalidade: Residencial
Proprietário: IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS - MINISTÉRIO COMADESMA CPF/CNPJ: 11.381.783/0001-17

Atividade Técnica: **1 - ATUACAO** #A0301 - ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO 12 - PROJETO 7.00 metro cúbico; **1 - ATUACAO** #A0301 - ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO 53 - EXECUCAO 7.00 metro cúbico; **1 - ATUACAO** #A0302 - ESTRUTURA METALICA 12 - PROJETO 272.35 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #A0302 - ESTRUTURA METALICA 53 - EXECUCAO 272.35 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #A0435 - INSTALACOES HIDRAULICAS 12 - PROJETO 272.35 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #A0435 - INSTALACOES HIDRAULICAS 53 - EXECUCAO 272.35 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #A0436 - INSTALACOES SANITARIAS 12 - PROJETO 272.35 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #A0436 - INSTALACOES SANITARIAS 53 - EXECUCAO 272.35 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #B1106 - INSTALACAO ELETRICA EM B.TENSAO P/ FINS RESID./COMERC. 12 - PROJETO 272.35 metro quadrado; **1 - ATUACAO** #B1106 - INSTALACAO ELETRICA EM B.TENSAO P/ FINS RESID./COMERC. 53 - EXECUCAO 272.35 metro quadrado;

Observações

PROJETO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE OBRA RESIDÊNCIAL, SITUADA NA RUA SILVA JARDIM, N° 57, CENTRO, FORMOSA DA SERRA NEGRA-MA.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 7 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 840600/2021
10/02/2021, 15:00
5BZ6c

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 5BZ6c

100 1348

Folha nº 455
Processo nº 170-2023
Rubrica

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS - MINISTÉRIO COMADESMA
CNPJ Nº: 11.381.783/0001-17
RUA SILVA JARDIM, 57 - CENTRO
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS - MINISTÉRIO COMADESMA**, situada na Rua Silva Jardim, 57, Centro, Formosa da Serra Negra (MA), CNPJ nº **11.381.783/0001-17**, representado pelo Pastor o Sr. **José Pereira de Sousa**, CPF nº **124.676.503-91**, **ATESTAMOS** para os devidos fins, que sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Civil **Jeremias Andrade Macedo**, portador do Registro Nacional **CREA-GO nº 101507169-4 e Visto 1000000265/MA**, foram executados os serviços de **PROJETO E EXECUÇÃO DE PRÉDIO RESIDÊNCIAL**, com área de 272,35, Localizada na Rua Silva Jardim, 57, Centro, Formosa da Serra Negra (MA), Período de Execução: **10/06/2018 à 31/12/2019**, conforme anotação de Responsabilidade Técnica da obra que foi efetivada no CREA sob o **nº MA20180183848 (Inicial)**, sendo responsável técnico pela execução o Engenheiro Civil **Jeremias Andrade Macedo**, portador do Registro Nacional **CREA-GO nº 101507169-4 e Visto 1000000265/MA**, Residente na Rua 19 Novembro, 27, Centro, Formosa da Serra Negra (MA). Declaramos ainda, que os serviços foram executados a contento, conforme o projeto e especificação, dentro do prazo estabelecido.

Portanto, desde já o **CREA – MA** está autorizado a emitir a **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, devidamente averbado.

CARACTERISTICAS PRINCIPAIS DA OBRA:

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 840600/2021, emitida em 10/02/2021

Certidão nº 840600/2021
11/02/2021, 12:22
Chave de Impressão: 5BZ6c
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/02/2021 e contém 5 folhas

Digitalizado com CamScanner

10111 98

Folha nº 456
Processo nº 170-2023
Rubrica

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS - MINISTÉRIO COMADESMA
CNPJ Nº: 11.381.783/0001-17
RUA SILVA JARDIM, 57 - CENTRO
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA

- ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO: 7,00 m3;
- ESTRUTURA METALICA: 272,35 m2;
- INSTALACOES HIDRAULICAS: 272,35 m2;
- INSTALACOES SANITARIAS: 272,35 m2;
- INSTALACAO ELETRICA EM B. TENSAO: 272,35 m2;

Segue em anexo imagens da reforma do prédio.

Formosa da Serra Negra (MA), 22 de janeiro de 2021.

José Pereira de Sousa
IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS - MINISTÉRIO COMADESMA
CNPJ: 11.381.783/0001-17
Pastor Responsável – José Pereira de Sousa
CPF:124.676.503-91

Angelo Arruda Milhomem
ÂNGELO ARRUDA MILHOMEM
ENG. CIVIL - CREA Nº 1117706672-MA
CPF:056.466.113-93

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 840600/2021, em 10/02/2021 emitida

Certidão nº 840600/2021
11/02/2021, 12:22
Chave de Impressão: 5BZ6c
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/02/2021 e contém 5 folhas

1021/148

Folha nº 457
Processo nº 170-2023
Rubrica

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS - MINISTÉRIO COMADESMA
CNPJ Nº: 11.381.783/0001-17
RUA SILVA JARDIM, 57 - CENTRO
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA

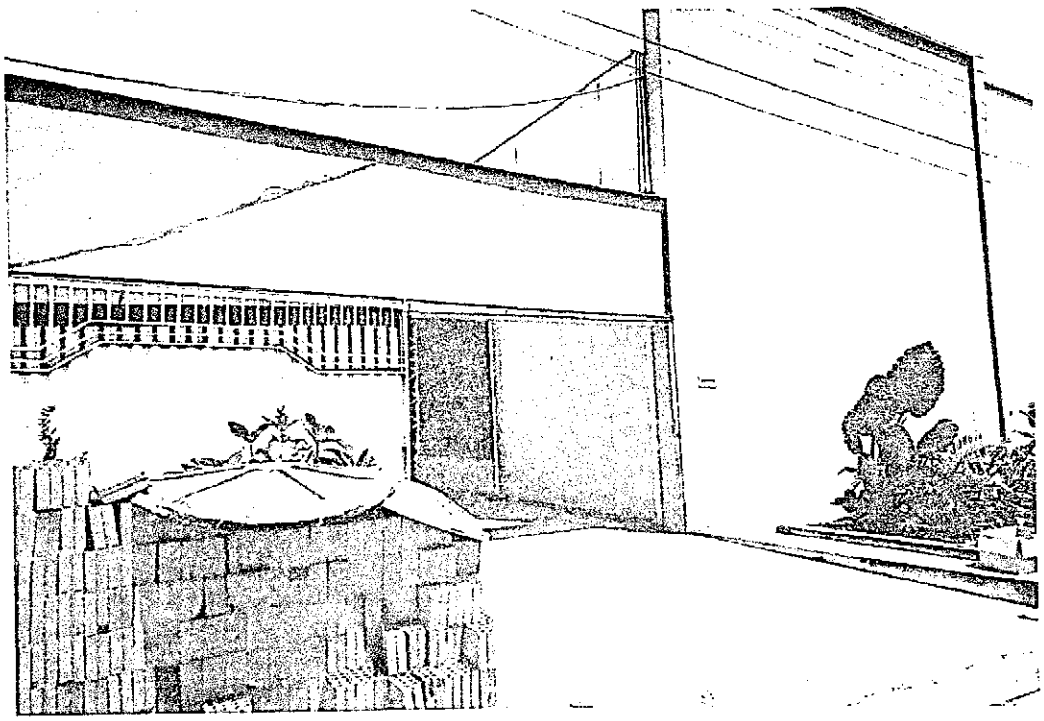


FOTO 01 – (FRONTAL)

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 840600/2021, emitida em 10/02/2021

Certidão nº 840600/2021
11/02/2021, 12:22
Chave de Impressão: 5BZ6c
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/02/2021 e contém 5 folhas

Digitalizado com CamScanner

103/148

Folha nº 458
Processo nº 170-2023
Rubrica

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS - MINISTÉRIO COMADESMA
CNPJ Nº: 11.381.783/0001-17
RUA SILVA JARDIM, 57 - CENTRO
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA

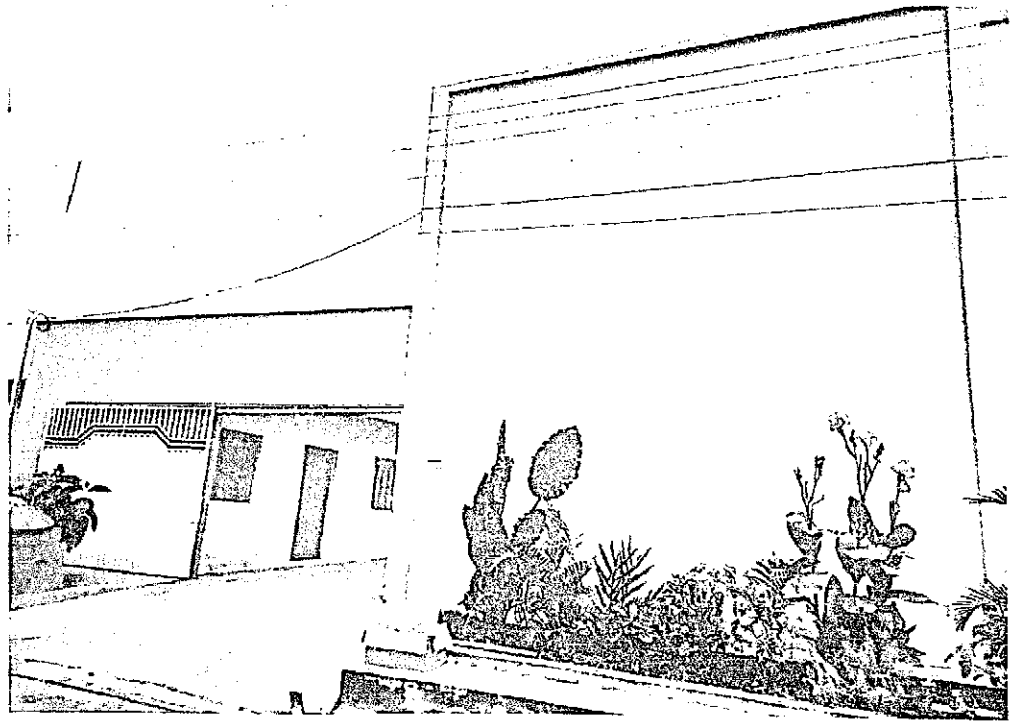


FOTO 02 – (FRONTAL)

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 840600/2021, emitida em 10/02/2021

Certidão nº 840600/2021
11/02/2021, 12:22
Chave de Impressão: 5BZ6c
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/02/2021 e contém 5 folhas

Digitalizado com CamScanner

104/148

Folha nº 459
Processo nº 170.2023
Rubrica

ASSEMBLÉIA DE DEUS

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS - MINISTÉRIO COMADESMA
CNPJ Nº: 11.381.783/0001-17
RUA SILVA JARDIM, 57 - CENTRO
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA

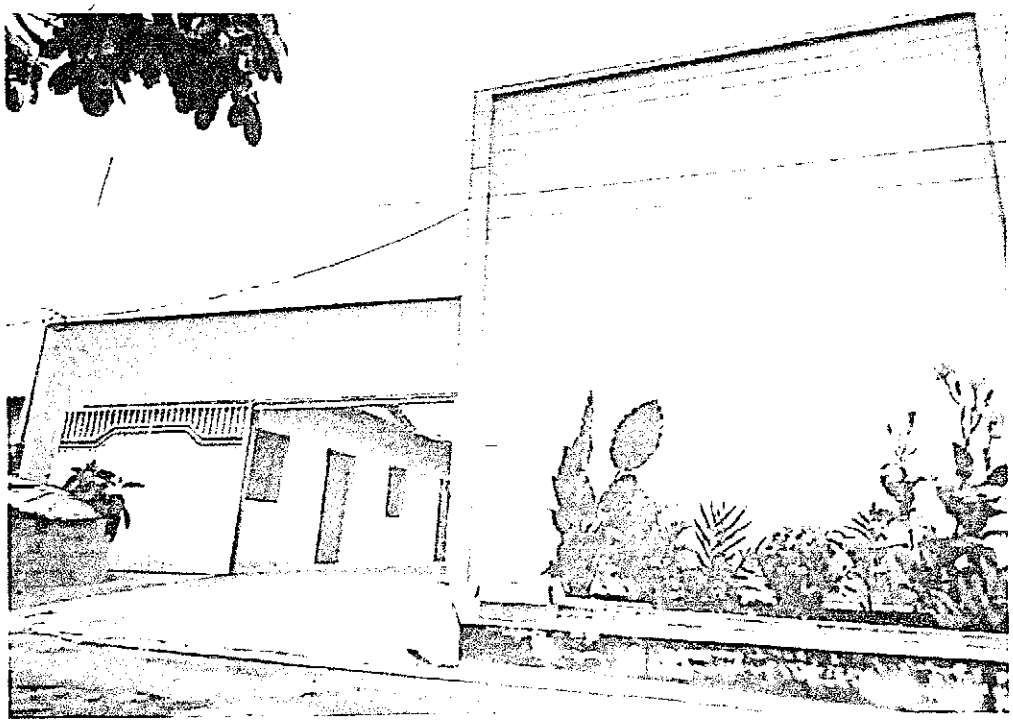


FOTO 03 – (FRONTAL)

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 840600/2021, emitida em 10/02/2021

Certidão nº 840600/2021
11/02/2021, 12:22
Chave de Impressão: 5BZ6c
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/02/2021 e contém 5 folhas

Digitalizado com CamScanner

105/148

Folha nº 460
Processo nº 170-2023
Rubrica

Laudo de Vistoria

Venho pelo presente laudo apresentar o resultado da vistoria realizada em imóvel abaixo discriminado, considerando que o mesmo teve seu início com a efetiva participação de um responsável técnico.

Para efeito de obtenção do **CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, ALVARÁ DE REGULARIZAÇÃO e "HABITE-SE"** do imóvel baixo identificado, afirmamos que os dados contidos no Projeto em anexo são fieis à(s) construção(ões) existente(s) no local em questão e atende às exigências da Lei Municipal de Regularização de Imóveis Residenciais e não Residenciais

As disposições internas dos compartimentos, as dimensões, as funções e o desempenho da edificação resultante da regularização são de nossa responsabilidade.

Estamos cientes de que a aprovação deste projeto não implica em reconhecimento por parte do Município, sobre o direito de propriedade do imóvel e nem gera qualquer direito subjetivo à indenização ou retenção por benfeitoria.

A edificação a ser regularizada apresenta as condições mínimas de utilização, salubridade, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade e acessibilidade, quando se tratar de prédio comercial ou industrial.

Sob as penas da lei, somos responsáveis pela veracidade e exatidão das informações prestadas nesta Laudo Técnico e Projeto ora apresentado.

Referente.: **Projeto de Regularização**
Endereço do imóvel: Rua Silva Jardim, nº 57.
Bairro: Centro. – Formosa da Serra Negra - MA
Proprietário: Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Comadesma - CNPJ: 11.381.783/0001-17
Data: 14/01/2021
ART nº MA20210394776

Uso do Imóvel: Residêncial
Estado de conservação do Imóvel: Novo
Idade aproximada do imóvel: Meses
Características do Imóvel:
- Número de Pavimentos: 01
- Número de Banheiros: 00
- Número de Dormitórios: 00
- Área Construída: 272,35,00m²
- Área Regularizada: 0,0m²
- Área à Regularizar: 272,35,00m²
- Área à Demolir: 0,0m²
- Área Total: 272,35,00m²
- Estrutura: 272,35,00m²
- Forro: 272,35,00m²
- Cobertura: 272,35,00m²
- Piso Interno: 272,35,00m²
- Piso Externo: 0,00m²

RELAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CONSTRUÇÃO QUANTO A:

IMPLANTAÇÃO: Dimensões do terreno são de 20,95m x 13m, declive de 2% para a rua, construção acima do nível da rua, altura do imóvel pé direito de 3m.
ESTRUTURA: *Estrutura em Concreto Estrutural e Alvenária de fechamento, sua estabilidade e segurança da construção está em ótima condições. (in)existência de patologi- as.*

Digitalizado com CamScanner

1061148

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 840600/2021, emitida em 10/02/2021

Certidão nº 840600/2021
11/02/2021, 12:22
Chave de Impressão: 5BZ6c
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/02/2021 e contém 2 folhas

Folha nº 461
Processo nº 172-2023
Rubrica

ALVENARIA: *Material utilizado Alvenária de fechamento, não de fissuras, não apresenta manchas de umidade nas pare- des, piso e etc.*

ESQUADRIAS: *Material das portas Madeira e Vidro Temperado , Material das janelas e vitrós utilisado Vidros Incolor , estado de conservação Bom, pintura Normal,etc.*

REVESTIMENTOS: *Revestimentos de paredes em argamassa de areia/cimento/cal, pisos em cerâmica e forros de GESSO.*

VENTILAÇÃO E INSOLAÇÃO: *À qualidade de ventilação e insolação nos cômodos Está adequada, dando garantia de salubridade.*

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: *Às condições das instalações elétricas está dentro das conformidades, quadro de distribuição, tomadas interruptores e etc.*

INSTALAÇÕES IIIDRÁULICAS E ESGOTO: *Às condições das instalações hidro sanitárias, bem como a destinação final do esgoto, está em perfeito estado dentro dos padrões.*

COBERTURA: *ÀS condições da cobertura está ótima, não existe laje, telhado executado em estrutura metálica e telha metálica, marquises, etc.*

ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: *(prédio residêncial) existe condições de acessibilidade no prédio.*

Até a presente data e conforme vistoria desprovida de equipamentos e verificações laboratoriais, a citada edificação encontra-se em perfeitas condições de uso, garantindo-se desta forma sua estabilidade, conforto, salubridade e habitabilidade. Declaro ainda, que a edificação está de acordo com o projeto apresentado para sua regularização.

Formosa da Serra Negra-MA, 14 de Janeiro de 2021.

Ângelo Arruda Milhomem
Engenheiro Civil
CPF:056.466.113-93
CREA: 1117706672-MA

Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Comadesma
Pastor José Pereira de Sousa
CPF: 124.676.503-91
Proprietário

Digitalizado com CamScanner

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 840600/2021, emitida em 10/02/2021

Certidão nº 840600/2021
11/02/2021, 12:22
Chave de Impressão: 5BZ6c
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/02/2021 e contém 2 folhas

107/148

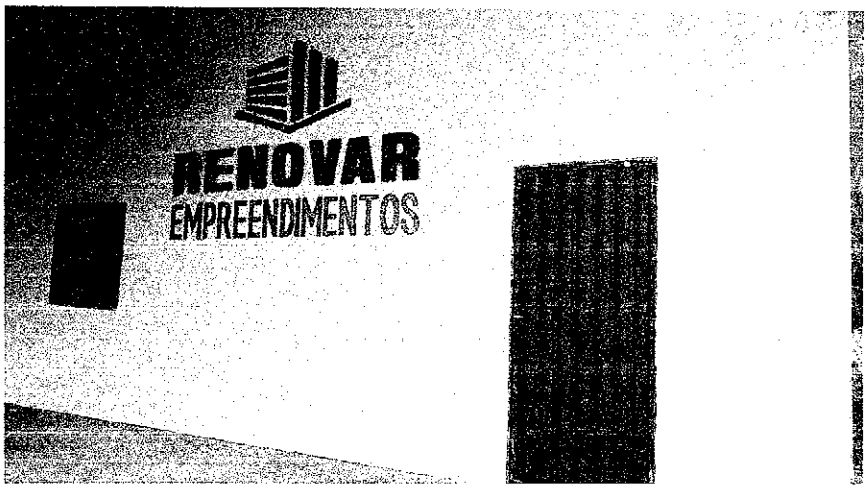
Folha nº 462
Processo nº 170-2023
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

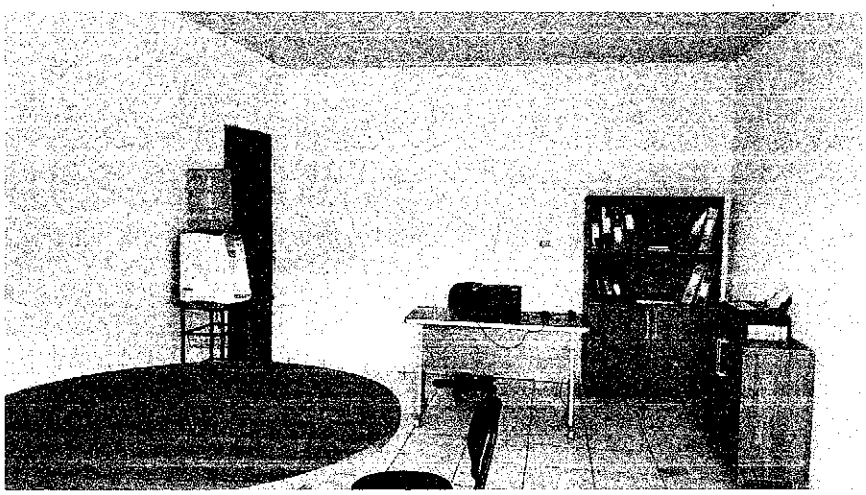
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 002 / 2023 – CPL

FOTOS FACHADA E INTERIOR ESCRITÓRIO EMPRESA



FACHADA



INTERIOR ESCRITÓRIO

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

CERTJUDONE-1VPF - 132024
Código de validação: 86EE8D939D

Número da guia: 24055701001690113.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL

USANDO da faculdade que me confere a Lei, **CERTIFICO**, a requerimento de pessoa interessada, que, dando busca nos arquivos dos feitos referentes às Varas **Cíveis**, a partir do dia 1º (primeiro) do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco (2005) até o dia **12** de **Janeiro** do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de **AÇÕES DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** contra a empresa **RENOVAR EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES LTDA - "RENOVAR"**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 37.651.837/0001-00**, endereço: Rua Alta Floresta, s/n, Vila Maciel, São João do Paraíso - MA (65.973-000). **CERTIFICO**, finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente no **Termo Judiciário** de Porto Franco, Estado do Maranhão. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Distribuição a meu cargo, no Fórum, nesta cidade. Eu, **Fernanda Carvalho Lima de Aguiar,** Auxiliar de Secretaria Judicial, consultei e digitei. E eu, **Rayssa Guimarães Rosa**, Secretária Judicial, subscrevo e assino. Porto Franco - MA, **12** de **Janeiro** de **2024**. Válida por 60 (sessenta) dias.

RAYSSA GUIMARÃES ROSA
Secretária Judicial de Entrância Intermediária
1ª Vara da Comarca de Porto Franco
Matrícula 209734

Documento assinado. PORTO FRANCO, 12/01/2024 13:49 (RAYSSA GUIMARÃES ROSA)

Folha nº 465
Processo nº 170-2023
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: 37.651.837/0001-00

RUA ALTA FLORESTA, SN°, CASA, VILA MACIEL, CEP: 65.973-000
SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA

NIRE: 21201272366

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2022

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO	570.753,25	**PASSIVO**	570.753,25
ATIVO CIRCULANTE	**149.814,08**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**16.706,28**
DISPONIBILIDADES	149.814,08	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**	**12.765,73**
CAIXA GERAL	15.656,96	INSS A PAGAR	1.350,79
BANCO	45.533,75	FGTS A PAGAR	1.285,43
		SALÁRIO A PAGAR	4.567,83
ESTOQUE		FÉRIAS A PAGAR	5.561,68
MERC. PARA REPOSIÇÃO	88.623,37		
		OBRIGAÇÕES FISCAIS	**3.940,55**
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**420.939,17**	IRPJ	1.756,45
IMOBILIZADO		CSLL	1.356,34
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	55.579,95	IRRF A RECOLHER	827,76
VEÍCULOS	275.856,97	**EXÍGIVEL A LONGO PRAZO**	**135.867,56**
TERRENO	89.502,25	FINANC. VEÍCULOS	135.867,56
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**418.179,41**
		C.SOCIAL INTEG	**350.000,00**
		LUCROS/PREJ./ACUM.	**12.215,55**
		LUCRO DO PERÍODO	**55.963,86**
ATIVO R$	**570.753,25**	**PASSIVO R$**	**570.753,25**

SÃO JOÃO DO PARAÍSO – GO, 31 DE DEZEMBRO DE 2022

EDSON OLIVEIRA RAMOS
Administrador, Sócio
CPF 323.460.932-20

MARCOS REIS NASCIMENTO
Contabilista CRCMA 010340/O-7
CPF: 677.779.963-04

111 | 148

Folha nº 466
Processo nº 170 - 2023
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: 37.651.837/0001-00

RUA ALTA FLORESTA, SN°, CASA, VILA MACIEL, CEP: 65.973-000
SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA

NIRE: 21201272366

DEMONSTRATIVO DE FATURAMENTO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

JANEIRO	111.191,74
FEVEREIRO	128.771,79
MARÇO	123.939,39
ABRIL	95.100,81
MAIO	62.851,39
JUNHO	52.650,60
JULHO	2.476,18
AGOSTO	65.000,00
SETEMBRO	29.446,01
OUTUBRO	74.008,19
NOVEMBRO	100.806,78
DEZEMBRO	84.806,79
TOTAL	931.049,67

SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA, 31 DE DEZEMBRO DE 2022

EDSON OLIVEIRA RAMOS
Sócio/Administrado
CPF 323.460.932-20

MARCOS REIS NASCIMENTO
Contabilista CRCMA 010340/O-7
CPF 677.779.963-04

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: 37.651.837/0001-00

RUA ALTA FLORESTA, SN°, CASA, VILA MACIEL, CEP: 65.973-000
SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA

NIRE: 21201272366

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO REALIZADO EM 31/12/2022

RECEITA BRUTA OPERACIONAL	**931.049,67**
CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS	**651.734,76**
LUCRO BRUTO	**279.314,91**

DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS COM PESSOAL	136.675,98
INSS	15.034,35
FGTS	10.934,07
ENERGIA	6.745,89
TELEFONE	3.075,98
ALUGUEL	14.400,00
DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS	14.508,33
MAT. ESCRITÓRIO/MANUTENÇÃO	2.976,45
ASSESORIA CONTÁBIL/JURÍDICA	13.500,00
DESPESAS DIVERSAS	5.500,00
TOTAL DAS DESPESAS	223.351,05
LUCRO DO PERÍODO	**55.963,86**

SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA, 31 DE DEZEMBRO DE 2022

EDSON OLIVEIRA RAMOS
Sócio/Administrador
CPF 323.460.932-20

MARCOS REIS NASCIMENTO
Contabilista CRCMA 010340/O-7
CPF 677.779.963-04

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: 37.651.837/0001-00

RUA ALTA FLORESTA, SN°, CASA, VILA MACIEL, CEP: 65.973-000

SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA

NIRE: 21201272366

ÍNDICES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2022

1) LIQUIDEZ GERAL

$$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} = \frac{238.437,81}{152.573,84} = \mathbf{1,56}$$

2) SOLVÊNCIA GERAL

$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} = \frac{570.753,25}{152.573,84} = \mathbf{3,74}$$

3) LIQUIDEZ CORRENTE

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{149.814,08}{16.706,28} = \mathbf{8,96}$$

4) GRAU DE ENDIVIDAMENTO

$$\frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}} = \frac{152.573,84}{418.179,41} = \mathbf{0,36}$$

SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA, 31 DE DEZEMBRO DE 2022

EDSON OLIVEIRA RAMOS
Administrador, Sócio
CPF 323.460.932-20

MARCOS REIS NASCIMENTO
Contabilista CRCMA 010340/O-7
CPF: 677.779.963-04

Folha nº 469
Processo nº 170-2023
Rubrica

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
32346093220	EDSON OLIVEIRA RAMOS
67777996304	MARCOS REIS NASCIMENTO

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/05/2023 11:14 SOB Nº 20230656781.
PROTOCOLO: 230656781 DE 17/05/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12307502109. CNPJ DA SEDE: 37651837000100.
NIRE: 21201272366. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/05/2023.
RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

115 / 148

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

Folha nº 470
Processo nº 170-2023
Rubrica

LIVRO DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente termo contém um Livro Diário, com páginas numeradas, do nº 01 ao nº 06, onde são demonstrados a escrituração contábil dos lançamentos próprios da empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA, município São João do Paraíso, CNPJ nº 37.651.837/0001-00, Número de Registro (NIRE) 21201272366.

ANEXO DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro(amos), sob as penas da Lei, que o livro diário apresentado para autenticação preenche todas as formalidades legais exigíveis, bem como que estou(amos) devidamente habilitado(s) para assinatura dos termos de abertura e de encerramento do livro.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 08/07/2020

São João do Paraíso,
01/01/2022

EDSON OLIVEIRA RAMOS
Administrador, Sócio
CPF 323.460.932-20

MARCOS REIS NASCIMENTO
Contabilista CRCMA 010340/O-7
CPF: 677.779.963-04

Folha nº 471
Processo nº 170-2023
Rubrica

Termo de Encerramento

LIVRO DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente termo contém um Livro do tipo Diário, com páginas numeradas, do nº01 ao nº 06, e serviu para escrituração no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, da empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA.

São João do Paraíso,
31/12/2022

EDSON OLIVEIRA RAMOS
Administrador, Sócio
CPF 323.460.932-20

MARCOS REIS NASCIMENTO
Contabilista CRCMA 010340/O-7
CPF: 677.779.963-04

Folha nº 172
Processo nº 170-2023
Rubrica

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
32346093220	EDSON OLIVEIRA RAMOS
67777996304	MARCOS REIS NASCIMENTO

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 20/11/2023 09:06 SOB Nº 20231430990.
PROTOCOLO: 231430990 DE 14/11/2023. NIRE: 21201272366.
RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 20/11/2023
empresafacil.ma.gov.br

118/148

NOTAS EXPLICATIVAS

- **BALANÇO PATRIMONIAL**
- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA., empresa individual de responsabilidade limitada, de natureza empresária, personalidade jurídica de direito privado, patrimônio e receitas próprios, tem sede e foro na cidade de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, jurisdição em todo território estadual e prazo de duração indeterminado.

Constitui objeto social da RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, (CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS), (GESTÃO DE REDES DE ESGOTO), (ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES), (COLETA DE RESÍDUOS NAO-PERIGOSOS), (CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS), (CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS), (OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS), (CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA), (CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA), CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO), (CONSTRUÇÃO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS), (OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE-OBRAS DE OUTROS TIPOS CONSTRUCAO), (PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO), (OBRAS DE TERRAPLENAGEM), (SERVICOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE), (INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA), (OBRAS DE FUNDAÇÕES), (ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS), (SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS), (PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA), SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE - ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS), (TRANSPORTE ESCOLAR), (TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL), (SERVICOS DE ARQUITETURA), (ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES), (MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS) Nas atividades mencionadas, compreendem a administração, coordenação, estruturação, terceirização e locação de mão de obra, assistência técnico-consultiva e estruturação de projetos de engenharia e construções, locação de veículos, máquinas e equipamentos para uso em obras e serviços de interesse de órgãos e entidades da Administração Pública,

NOTA 2 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA., mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ 37.651.837/0001-00
Rua Alta Floresta, SNº, Casa, Vila Maciel, São João do Paraíso, Maranhão, Brasil
Tel. Cel. (99)98446 3772 e-mail: renovarempreendimentos21@gmail.com

Balanço patrimonial (BP);
Demonstração do resultado do exercício (DRE)

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	Valor (R$)
Descrição	**2022**
Caixa	15.656,96
Total Caixa	**15.656,96**

b) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

	Valor (R$)
Descrição	**2022**
BANCO BRADESCO	45.533,75
Total das APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**45.533,75**

c) **Obrigações Fiscais e Tributárias:** São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela empresa, sejam eles tributos próprios ou retidos na fonte.

	Valor (R$)
Descrição	**2022**
CSLL a Recolher	1.356,34
IRRF a Recolher	827,76
IRRF P. Jurídico a Recolher	1.756,45
Total Obrigações Tributárias	3.940,55

d) **Obrigações Previdenciárias e Trabalhistas:** São registradas nessa rubrica os encargos sobre folha de pagamento a pagar, bem como, os encargos retidos a pagar.

	Valor (R$)
Descrição	**2022**
INSS a Recolher	1.350,79
FGTS a Recolher	1.285,43
Salários a pagar	4.567,83
Férias a pagar	5.561,68
Total Obrigações Tributárias	12.765,73

e) **Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

f) **Fornecedores a pagar:** São registradas nessa conta contábil os valores a pagar a fornecedores de bens ou serviços.

g) **As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

h) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Cerrado Empreendimentos Comércio e Serviços Ltda. e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

i) **Capital Social:** O capital Social integralizado em R$ 350.000,00 (trezentos e conquenta mil reais), divido em 350.000 (trezentos e cinquenta mil) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, em moeda corrente do país.

j) **Lucro do Exercício:** O lucro do período, como evidenciado no Balanço Patrimonial, foi de R$ 55.963,86 (cinquenta e cinco mil novecentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos)

NOTA 4 – ATIVO NÃO-CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 8 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO EM 31/12/2022

Tabela II

Rubrica Contábil	Adições	Baixas	Saldo Final - 2022
Móveis e Utensílios	0,00	0,00	55.579,95
Veículos	0,00	0,00	275.856,97
Terreno	89.502,25	0,00	89.502,25
TOTAL	**89.502,25**	**0,00**	**420.939,17**

As principais taxas anuais de depreciação por item, de acordo com a Receita Federal são as seguintes:

Tabela III

Item	Taxa Anual de Depreciação
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	20%
Terrenos	4%
Item	**Taxa Anual de Amortização**

NOTA 5 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisãoé reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

NOTA 6 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

Não houve provisão para as perdas contingentes prováveis e nem as perdas contingentes possíveis. A empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONTRUÇÕES LTDA não é parte em processos judiciais, seja como autor ou réu.

NOTA 7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido ou Capital Próprio representa os valores que os sócios têm na empresa em um determinado momento. No balanço patrimonial, a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos representa o Patrimônio Líquido, que é o valor contábil devido pela pessoa jurídica aos sócios ou acionistas, baseado no Princípio da Entidade.

	Valor (R$)
Descrição	**2022**
Patrimônio Líquido	418.179,41
Total do Patrimônio	**418.179,41**

NOTA 8 – RECEITAS (Resolução CFC No. 1.187/09)

Prejuízo do Exercício: Não existe prejuízo do período, como evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) em 31/12/2022

	Valor (R$)
Descrição	**2022**
Receita bruta operacional	931.049,67
Outras Receitas Operacionais	0,00
Total do Patrimônio	**931.049,67**

	Valor (R$)
Descrição	**2022**
Despesas c/ Pessoal	136.675,98
Outras Despesas operacionais	86.675,07
Total do Patrimônio	**223.351,05**

NOTA 9 – OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (FATOS EXTRAORDINÁRIOS)

Conforme a Resolução 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional.

NOTA 10 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O lucro do exercício de 2022 será incorporado ao Patrimônio Líquido em conformidade com as exigências legais.

NOTA 11 – TRIBUTAÇÃO

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA – Empresa optante pelo Regime Normal de Tributação de Lucro Presumido e de Competência para a determinação da base de cálculo do imposto de renda (IRPJ), e da Contribuição Social (CSLL).

NOTA 12- TERMO DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, foram aprovadas em 31 de Dezembro de 2022 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às empresas sociedades por quotas de responsabilidade limitada unipessoal, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade, com a Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas atualizações.

Informações Adicionais

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA **É UMA EMPRESA, QUE:**

- Possui certidão negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantêm sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por contador legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

MARCOS REIS NASCIMENTO:67777996304 Assinado de forma digital por MARCOS REIS NASCIMENTO:67777996304 Dados: 2023.05.21 13:19:33 -03'00'

MARCOS REIS NASCIMENTO
Contabilista CRCMA 010340/O-7
CPF 677.779.963-04

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

Folha nº 479
Processo nº 170.2023
Rubrica

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO, sob a autenticidade nº 12316566556 em 20/11/2023, protocolo 231430990. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa

Nome Empresarial:	RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA
Número de Registro:	21201272366
CNPJ:	37651837000100
Munícipio:	São João do Paraíso

Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/01/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
32346093220	EDSON OLIVEIRA RAMOS	
67777996304	MARCOS REIS NASCIMENTO	MA010340

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 20/11/2023 09:06 SOB Nº 20231430990.
PROTOCOLO: 231430990 DE 14/11/2023. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12316566556. NIRE: 21201272366.
RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 20/11/2023
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

125 | 148

Folha nº 480
Processo nº 70-2023
Rubrica

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - MA

Certidão n.º: MA/2023/00002669
Nome: MARCOS REIS NASCIMENTO CPF: 677.779.963-04
CRC/UF n.º MA-010340/O Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Validade: 21/02/2024
Finalidade: EDITAIS DE LICITAÇÃO
Livro: DIÁRIO
Nº 02 / Exercício: 2022

Confirme a existência deste documento na página www.crcma.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : **677.779.963-04** Controle : **4439.5381.6008.6322**

126 | 148 2/2

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

Folha nº 181
Processo nº 170-2023
Rubrica

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : MARCOS REIS NASCIMENTO
REGISTRO..... : MA-010340/O-7
CATEGORIA..... : TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... : ***.779.963-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 13/11/2023 as 10:53:22.
Válido até: 11/02/2024.
Código de Controle: 192487.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

Folha nº 482
Processo nº 170-2023
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DO MARANHÃO

Categoria
TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Nº Registro
MA-010340/O-7

Nome
MARCOS REIS NASCIMENTO

Nascimento
06/01/1977

Nacionalidade
BRASILEIRA

Naturalidade
IMPERATRIZ-MA



Assinatura do Profissional

Filiação
ANTONIO NASCIMENTO FILHO
RITA JACÓ NASCIMENTO

CPF
677.779.963-04

Documento de Identificação
13311593-3 SSP-MA

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, c/c art. 1º da Lei n.º 6.206/75.

Data de Registro
31/03/2008

Validado eletronicamente pelo Conselho Federal de Contabilidade
Código de Validação: **B7F1B2**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DO MARANHÃO

Aproxime um leitor de QR Code para validar ou acesse o endereço:
https://sistemas.cfc.org.br/validacao/profissional/cpf/67777996304/codigo/B7F1B2

Arquivo emitido pelo aplicativo CRCDigital em **quarta-feira, 18 de outubro de 2023, às 17:37.**

128/148

Folha nº 483
Processo nº 170 - 2023
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que JUNTO SEGUROS S.A., CNPJ 84948157000133, está autorizada a operar, conforme PORTARIA 1139, publicado(a) no D.O.U. de 03/12/1991, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR05436_22012024_094806_324**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 2024.

129 / 148

Folha nº 484
Processo nº 170-2023

APÓLICE ESPECIAL

junto SEGUROS

A sua apólice pode ser consultada através da leitura do QR Code. Entretanto, a simples leitura não dispensa a consulta das Condições Contratuais do produto na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (https://www.gov.br/susep) ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - Curitiba - PR

Data de Emissão: **22/01/2024 9:47:08**

Nº Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0204263**

Proposta: **4333745**

Controle Interno (Código Controle): **211436651**

Nº de Registro SUSEP: **05436202400120775020426 3**

DADOS DO SEGURADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

CPF/CNPJ: 01.597.629/0001-23 R DO COMERCIO, 150, PARAISO, CEP 65.973-000, SAO JOAO DO PARAISO - MA -

DADOS DO TOMADOR: RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

CPF/CNPJ: 37651837000100 R RUA ALTA FLORESTA S/N C C, CASA, VL MACIEL - CEP: 65.973-000 - SAO JOAO DO PARAISO - MA

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.203293-3 **AIRAM CORRETORA DE SEGUROS LTDA**

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Roque Jr. de H. Melo

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Eduardo de O. Nobrega

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Eduardo de Oliveira Nobrega Nº de Série do Certificado: 62FF6E26A0F8B264 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 7ABF101BBB728D55D1532D0F6E57775DCFEADD87

Autenticidade, integridade e validade jurídica em forma eletrônica garantida através de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep, poderão ser consultadas no site https://www.gov.br/susep/pt-br de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta. A certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site https://www.gov.br/susep/pt-br. Este produto está protocolado através do N.º de Processo SUSEP 15414.636371/2022-53 e nº 15414.636374/2022-97. Atendimento SUSEP: 0800.021.8484. Central de Atendimento: 0800.704. 0301, deficiente auditivo 0800.742.6060, Ouvidoria: 0800.643.0301, http://www.consumidor.gov.br.

130 / 148

Nº Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0204263**
Proposta: **4333745**
Controle Interno (Código Controle): **211436651**
Nº de Registro SUSEP: **05436202400120775020426 3**

Folha nº 485
Processo nº 170.202
Rubrica

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia Contratada

Licitante	R$ 47.000,00	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

		Início	Término
Licitante	R$ 47.000,00	26/01/2024	27/04/2024
Multas e Penalidades	R$ 47.000,00	26/01/2024	27/04/2024

Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Licitante	R$ 160,00
Adicional de Fracionamento	R$ 0,00
I.O.F	R$ 0,00
Prêmio Total	**R$ 160,00**

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R$)
1	29/01/2024	20158247	R$ 160,00

Em atendimento à Lei 12.741/12informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s).Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição

131 / 148

Nº Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0204263**
Proposta: **4333745**
Controle Interno (Código Controle): **211436651**
Nº de Registro SUSEP: **05436202400120775020426 3**

Folha nº 486
Processo nº 170-202
Rubrica

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, conforme termos e condições descritos no **Edital CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL.**

Ademais, esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes do inadimplemento de multas e penalidades administrativas impostas pelo Segurado ao Tomador, e não adimplidas no prazo definido no Contrato Principal ou notificação realizada ao Tomador.

O presente documento é emitido em consonância com a Circular SUSEP 662, de 11 de abril de 2022.

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

APÓLICE
132 | 148

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

LICITANTE
PROCESSO SUSEP n.º 15414.636371/2022-53.

1. OBJETIVO DO SEGURO - RISCOS COBERTOS
1.1. Este contrato de seguro garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, ou demais inadimplementos elencados nos termos e condições descritos no Edital os quais levem à execução da garantia de oferta.

2. RISCOS EXCLUÍDOS

2.1. Não estão incluídos na cobertura quaisquer prejuízos ocasionados direta ou indiretamente e ocorridos em consequência de:

a) obrigações trabalhistas e previdenciárias;

b) riscos cobertos por outros ramos ou modalidades de seguro, tais como, mas não se limitando a seguro de responsabilidade civil, lucros cessantes e eventos e riscos de natureza ambiental;

c) eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil;

d) inadimplência de obrigações garantidas, decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado, que tenham contribuído de forma determinante para ocorrência do Sinistro;;

e) inadimplência de obrigações do Edital que não sejam de responsabilidade do Tomador;

f) penalidades decorrentes do atraso do Tomador na apresentação desta Apólice e seus Endossos, ou da inadequação da Apólice para garantia do Edital;

g) atos de terrorismo conforme definido por legislação ou regulamentação aplicável;

h) atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, bem como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país por meio de atos de terrorismo, guerra, revolução, subversão e guerrilhas;

i) quaisquer perdas, destruição ou danos, de quaisquer bens materiais, prejuízos e despesas emergentes ou consequentes de qualquer forma de radiação, contaminação, resíduo ou fissão, inclusive, mas não se limitando, às nucleares e ionizantes;

j) obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas no Objeto da presente Apólice.

3. PRÊMIO

3.1. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente a Apólice, assim como de todos seus Endossos.
3.2. Esta Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não pagar o Prêmio nas datas convencionadas.
3.3. A presente modalidade de seguro-garantia não contempla a hipótese de devolução de prêmio em caso de cancelamento.

4. ALTERAÇÕES, RENOVAÇÕES E ATUALIZAÇÕES

.1. A Apólice acompanhará as modificações já previstas no Edital subscrito, mediante emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.2. Para alterações posteriores efetuadas no Edital, em virtude das quais se faça necessária a modificação da Apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.3. As alterações, renovações e atualizações não se presumem e serão precedidas de pedido do Segurado, acompanhado dos documentos que as demonstrem, inclusive para a atualização monetária do LMG pelo índice constante do Edital.
4.4. Ao aceitar a presente Apólice, Segurado e Tomador reconhecem o seu dever em comunicar à Seguradora, em prazo razoável, nunca superior a 10 (dez) dias úteis após o fato, de alterações ocorridas ao Edital ou da obrigação constante do Objeto da Garantia que influenciem o risco subscrito pela Seguradora, sendo, ou não, tais alterações formalizadas contratualmente.
4.5. A não observância pelo Segurado das obrigações constantes no item 4.4. importam em Perda de Direitos, conforme item 7, abaixo, desde que (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) isso tenha relação com o sinistro ou esteja comprovado, pela Seguradora, que o Segurado silenciou de má-fé.

5. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE SINISTRO

5.1. Reclamação de Sinistro: não sanado o inadimplemento e não assinado o contrato administrativo licitado, a Reclamação de Sinistro poderá ser realizada pelo Segurado, mediante envio de comunicação à Seguradora, ao "canal de sinistro" constante do sítio eletrônico da Seguradora, informando-a acerca da conclusão do processo administrativo para apuração de Prejuízos.
5.2. Caracterização do Sinistro: o Sinistro restará caracterizado quando da exigibilidade dos Prejuízos causados ao Segurado, por culpa ou dolo do Tomador.
5.3. Para a Reclamação de Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:
a) cópia do Edital de licitação e seus anexos;
b) cópia integral do processo licitatório correspondente ao Edital;
c) cópia da notificação do Tomador para assinatura do contrato administrativo licitado;
d) cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do Tomador e culminou na aplicação de multas e/ou apuração de Prejuízos ao Segurado;

APÓLICE
134 / 148

e) planilha, relatório e/ou correspondências informando os Prejuízos sofridos;
f) planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
g) cópia de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre Segurado e Tomador, relacionados à inadimplência do Tomador;
h) cópia do novo contrato firmado pelo Segurado com o Licitante Substituto, quando aplicável.

5.4. **Regulação do Sinistro**: a Seguradora deverá apresentar Relatório Final de Regulação do Sinistro em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Reclamação de Sinistro devidamente acompanhada dos documentos acima listados.

5.4.1. A Seguradora poderá solicitar, ao Segurado, outros documentos e/ou informações complementares para a análise de cobertura da Reclamação de Sinistro apresentada, hipótese na qual o prazo previsto no item 5.4. será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências da Seguradora.

5.4.2. Em caso de decisão judicial, ou arbitral, que impeça ou de alguma forma influencie na possibilidade de execução da garantia pelo Segurado, ou suspenda os efeitos da Reclamação de Sinistro comunicada à Seguradora, o prazo de 30 (trinta) dias constante do item 5.4. será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão, ou ausência de efeito suspensivo ao recurso.

6. INDENIZAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

6.1. Caracterizado o Sinistro, a Seguradora indenizará o Segurado, ou o Beneficiário mediante pagamento em dinheiro dos Prejuízos ocasionados em razão da inadimplência do Tomador.

6.1.1. O cálculo da Indenização corresponderá ao valor das multas aplicadas ao Tomador, conforme disposto no Edital.

6.1.2. Em complemento ao cálculo descrito no item 6.1.1 acima, na ocorrência de sinistro, os eventuais saldos de créditos do Tomador apurados junto ao Segurado, serão utilizados para amortização do valor da indenização, sem prejuízo de seu pagamento no prazo devido.

6.2. Caso o pagamento da Indenização aconteça antes da apuração dos saldos de créditos do Tomador, o Segurado devolverá à Seguradora os valores por ela pagos em excesso.

6.3. O pagamento da Indenização deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o Segurado colaborar com a assinatura do termo de quitação ou do termo de retomada, conforme o caso.

6.3.1. O não pagamento da Indenização no prazo previsto sujeitará a Seguradora ao pagamento de juros de mora e correção monetária, a partir daquela data, nos termos do Edital e sua legislação específica.

6.4. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-rogará nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro.

6.4.1. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

7. PERDA DE DIREITOS

7.1. Aplicam-se à presente Apólice as obrigações e responsabilidades do Segurado constantes dos artigos 765, 766, 768, 769 e 771 do Código Civil, ou outros que venham a substituí-los, bem como os direitos e faculdades da Seguradora emergentes de tais dispositivos legais.

7.2 O Segurado está ciente das hipóteses de perda de direito quanto à descumprimentos de suas obrigações, ônus, encargos, desembolsos e despesas de sua responsabilidade,

135 | 148

assumidos e acordados no âmbito do Edital e/ou desta Apólice.

8. EXTINÇÃO DA COBERTURA

8.1. A responsabilidade da Seguradora extinguir-se-á, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações abaixo:

a) o contrato administrativo decorrente do Edital garantido pela Apólice for definitivamente assinado entre Segurado e Tomador;

b) quando a Seguradora e o Segurado assim o acordarem;

c) quando o pagamento da Indenização ao Segurado atingir o LMG da Apólice;

d) quando o Objeto da Garantia for extinto; ou

e) término da vigência prevista na Apólice ou Endosso.

8.2. A responsabilidade da Seguradora está limitada aos Prejuízos decorrentes dos eventos de inadimplemento ocorridos durante a Vigência da Apólice, observado o prazo prescricional de 1 (um) ano aplicável ao contrato de seguro para sua caracterização e comunicação à Seguradora.

9. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES E GARANTIAS

9.1. É vedada a utilização de mais de um seguro-garantia na mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares.

9.2. No caso de existirem duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas obrigações do Objeto da Garantia, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas ao Edital, de modo a não resultar em auferição de lucro ao Segurado.

10. CONTROVÉRSIAS

10.1. Eventuais controvérsias entre Seguradora e Segurado serão processadas no foro do domicílio do Segurado.

11. ACEITAÇÃO

11.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

11.2. A Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento.

11.2.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 11.2. Nesta hipótese, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 11.2 ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

11.3. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, no prazo acima aludido, não caracterizará a aceitação tácita do seguro.

11.4. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 11.2. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a Seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

11.5. A emissão da Apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de

136 / 148

aceitação da proposta.
11.6. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Fica estabelecido que, para fins indenitários, esta Apólice não cobrirá quaisquer Prejuízos, perdas e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes.
12.2. No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente Apólice/Endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente Apólice/Endosso.
12.3. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto em suas Condições Contratuais.
12.4. Tomador e Segurado reconhecem que a validade do presente negócio jurídico e a eficácia do contrato de seguro é vinculada à aceitação do Segurado da presente Apólice ou Endosso em sua integralidade.
12.5. Esta Apólice é inalienável e irrevogável.
12.6. Considera-se como âmbito geográfico de cobertura todo o território nacional.
12.7. A presente Apólice não conta com franquias, participações obrigatórias do Segurado, carência de qualquer tipo, assim como não permite a reintegração do seu Limite Máximo de Garantia.
12.8. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.
12.9. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.
12.10. O segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico https://www.gov.br/susep.

13. DEFINIÇÕES

13.1. Em acréscimo aos termos definidos constantes das Condições Contratuais, aplicam-se também a esta Apólice, as seguintes definições:
I. **Apólice**: documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de seguro-garantia.
II. **Beneficiário**: pessoa jurídica, a qual possui interesse legítimo no Objeto da Garantia e que pode incorrer, direta ou indiretamente, em Prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual do Tomador.
III. **Condições Particulares**: conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.
IV. **Edital**: ato indicado no Objeto da Garantia, por intermédio do qual o Segurado faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas do eventual contrato a ser firmado, contemplando o instrumento de sua publicação, seus anexos, manuais, resumos, projetos e demais informações disponibilizadas pelo Segurado para elaboração de propostas pelos licitantes.
V. **Endosso**: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice.
VI. **Indenização**: contraprestação da Seguradora perante o Segurado relativa aos Prejuízos causados pelo Tomador em razão do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro, a qual

APÓLICE

137 / 148

poderá se dar por meio de pagamento em dinheiro dos Prejuízos apurados no âmbito dos Prejuízos cobertos pelo seguro.

VII. **Limite Máximo de Garantia (LMG)**: valor máximo de Indenização garantido pela Seguradora considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice.

VIII. **Prejuízos**: multas e penalidades aplicadas pelo Segurado ao Tomador, em decorrência da não assinatura do contrato administrativo, conforme definido no Edital, as quais não tenham sido adimplidas no prazo definido no Edital ou notificação ao Tomador.

IX. **Prêmio**: importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.

X. **Prêmio Mínimo**: a parcela do prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.

XI. **Relatório Final de Regulação de Sinistro**: documento no qual a Seguradora comunica existência de cobertura ou, conforme o caso, as razões técnico-legais para eventual negativa de cobertura ou extinção de cobertura/responsabilidade da Seguradora.

XII. **Segurado**: ente da Administração Pública que publica o Edital, nos termos da legislação.

XIII. **Seguradora**: é a Junto Seguros S/A.

XIV. **Seguro-garantia**: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme Condições Contratuais da Apólice

XV. **Tomador**: pessoa jurídica participante de processo licitatório correspondente ao Edital.

XVI. **Vigência**: as Apólices e Endossos terão seu início e término de vigência às 23:59hs das datas para tal fim neles indicadas.

138 / 148

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº002/2023

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA

7.1.5 OUTROS DOCUMENTOS

Folha nº 494
Processo nº 170-2023
Rubrica

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA

Protocolo: MAC2403186373

NIRE : 21201272366
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Ato Constitutivo	Início de Atividade
21201272366	37.651.837/0001-00	08/07/2020	08/07/2020

Endereço Completo
Rua ALTA FLORESTA, Nº SN, CASA CASA, VILA MACIEL - São João do Paraíso/MA - CEP 65973-000

Objeto Social
Construção de edifícios; Administração de obras; Obras de urbanização - ruas, praças e calçada; Gestão de redes de esgoto; Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes; Coleta de resíduos não-perigosos; Construção de rodovias e ferrovias; Construção de obras-de-arte especiais; Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica; Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de instalações esportivas e recreativas; Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente; Preparação de canteiro e limpeza de terreno; Obras de terraplenagem; Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente; Instalação e manutenção elétrica; Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; Obras de fundações; Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; Perfuração e construção de poços de água; Serviços especializados para construção não especificados anteriormente; Transporte escolar; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal; Serviços de arquitetura; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes.

Capital Social	Porte	Prazo de Duração
R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) **Capital Integralizado** R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)	EPP (Empresa de Pequeno Porte)	Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
EDSON OLIVEIRA RAMOS	323.460.932-20	R$ 350.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
EDSON OLIVEIRA RAMOS	323.460.932-20	Indeterminado

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos	Situação
19/01/2024	20240067746	002 / 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 22/01/2024, às 17:46:15 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **X3VTCPD6.**

MAC2403186373

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

140 / 148

Folha nº 495
Processo nº 170-2023
Rubrica

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que a empresa RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA
Portadora do CNPJ 37.651.837/0001-00
É registrada nesta Junta Comercial, como segue:

Protocolo: MAC2403186390

NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Início de Atividade
21201272366	37.651.837/0001-00	08/07/2020	08/07/2020

Endereço Completo
RUA ALTA FLORESTA, NºSN, CASA CASA, VILA MACIEL - São João do Paraíso/MA - CEP65973000

CERTIFICAMOS AINDA QUE CONFORME DOCUMENTO ARQUIVADO SOB NÚMERO 20240067746 POR DESPACHO DE 19/01/2024, A MENCIONADA EMPRESA ESTÁ ENQUADRADA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP.

Situação ATIVA
Status SEM STATUS

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
002	20240067746	19/01/2024	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20230656781	18/05/2023	BALANCO
002	20220981221	10/08/2022	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	21201272366	29/07/2022	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	21201272366	29/07/2022	TRANSFORMACAO
223	20220203849	16/02/2022	BALANCO
002	20210754010	08/06/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20210639741	11/05/2021	BALANCO
002	20210477466	23/04/2021	OUTROS
002	21600189471	23/04/2021	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
)02	21600189471	23/04/2021	TRANSFORMACAO
002	20210176687	19/02/2021	OUTROS
002	21201114043	19/02/2021	TRANSFORMACAO
002	21201114043	19/02/2021	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
223	20200745654	16/09/2020	BALANCO
315	20200467280	08/07/2020	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
080	21102325402	08/07/2020	INSCRIÇÃO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 22/01/2024, às 12:27:50 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **QHG1GKV0.**

MAC2403186390

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

141 / 148

Folha nº 496
Processo nº 170.2023

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕ
CNPJ: 37.651.837/0001-00

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO PREÇOS/CPL

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 002 / 2023 – CPL

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

O signatário da presente, para fins de participação na Concorrência em referência, em nome da Empresa **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 37.651.837/0001-00**, endereço na Rua Alta Floresta, s/n – Vila Maciel, São João do Paraíso - MA, neste ato representado pelo(s) **Sr. Edson Oliveira Ramos**, empresário, brasileiro, solteiro, portador do RG nº0290423220051 e CPF nº 323.460.932-20, **DECLARA**, sob as penas da Lei, nos termos do parágrafo 2º do Art. 32 da Lei 8.666/93 que até esta data não há contra si, qualquer fato que a impeça de participar desta licitação.

E, por ser a expressão da verdade, firma a presente.

São João do Paraíso, 22 de janeiro de 2024

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Edson Oliveira Ramos
(Proprietário)
CPF nº323.460.932-20

Rua: Alta Floresta, s/n – Vila Maciel – Cep: 65.973-000
São João do Paraíso – MA

142 / 148

Folha nº 497
Processo nº 170.2023

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕ
CNPJ: 37.651.837/0001-00

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO
PREÇOS/CPL

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 002 / 2023 – CPL

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MEN

A Empresa **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 37.651.837/0001-00**, endereço na Rua Alta Floresta, s/n – Vila Maciel, São João do Paraíso - MA, representada por seu representante legal, o **Sr. Edson Oliveira Ramos**, empresário, brasileiro, solteiro, portador do RG nº0290423220051 e CPF nº 323.460.932-20, **DECLARA**, para fins do disposto no Art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988, no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, nem na condição de aprendiz (maior de 14 anos).

E, por ser a expressão da verdade, firma a presente.

São João do Paraíso, 22 de Janeiro de 2024

Edson Oliveira Ramos

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Edson Oliveira Ramos
(Proprietário)
CPF nº323.460.932-20

Rua: Alta Floresta, s/n – Vila Maciel – Cep: 65.973-000
São João do Paraíso – MA

143 / 148

Folha nº 498
Processo nº 170.2023
Rubr

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕE
CNPJ: 37.651.837/0001-00

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
REF.: CONCORRÊNCIA Nº 002 / 2023 – CPL

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

A empresa, **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ nº 37.651.837/0001-00**, endereço na Rua Alta Floresta, s/n – Vila Maciel, São João do Paraíso - MA, neste ato representado pelo(s) **Sr. Edson Oliveira Ramos**, empresário, brasileiro, solteiro, portador do RG nº0290423220051 e CPF nº 323.460.932-20, **D E C L A R A**, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que se enquadra como:

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inc. II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

A licitante D E C L A R A ainda, que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão no § 4 do art. 3º da mencionada lei, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório de CONCORRÊNCIA PÚBLICA em epígrafe, realizado pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso.

São João do Paraíso, 22 de Janeiro de 2024

Edson Oliveira Ramos

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Edson Oliveira Ramos
(Proprietário)
CPF nº323.460.932-20

Rua: Alta Floresta, s/n – Vila Maciel – Cep: 65.973-000
São João do Paraíso – MA

149/148

Folha nº 149
Processo nº 170.2023
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 37.651.837/0001-00

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA

End.: Rua Marcos Silva s/nº, bairro Centro, cep 65.973-000 - SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 002 / 2023 – CPL

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE NEPOTISMO

Prezado Presidente,

A empresa **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 37.651.837/0001-00**, endereço na Rua Alta Floresta, s/n – Vila Maciel, São João do Paraíso - MA, **DECLARA**, que não contratará durante a vigência da avença decorrente da Concorrência nº 002/2023 - CPL/PMSJP empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afim, até o 3º grau, de cargo em comissão ou função de confiança.

E, por ser a expressão da verdade, firma a presente.

São João do Paraíso, 22 de Janeiro de 2024

Edson Oliveira Ramos

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LT
Edson Oliveira Ramos
(Proprietário)
CPF nº323.460.932-20

3º Ofício Extrajudicial – Tabelia Interina: Kamilly Borsoi Barros Musso – E-mail:3oficioextrajudicialimp@gmail.com – (99) 3072-9487 – Rua Alagoas, 704-B Centro, CEP: 65900-000 Imperatriz - MA
RECONHECIDO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE EDSON OLIVEIRA RAMOS. DOU FÉ. EM TEST. DA VERDADE. IMPERATRIZ-MA, 23/01/2024.
Maria da Luz Sousa da Silva – Escrevente Autorizada
Selo(s): REGIN03042SEFT2U7D3GL3330-Consulte em selos.tjma.jus.br

145 / 148

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Folha nº 500
Processo nº 170.2023
Rubrica

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (22/01/2024 às 16:43) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 323.460.932-20.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em www.divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65AE.C54D.5964.B589 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

146/148

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Folha nº 501
Processo nº 70-2023
Rubrica

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (22/01/2024 às 16:42) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 37.651.837/0001-00.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65AE.C51F.6A60.F543 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

147/148

Folha nº 502
Processo nº 170-2023
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

Ilmo. Sr. Presidente e demais Membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA

DECLARAÇÃO

Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023

Prezados Senhores,

A empresa, **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 37.651.837/0001-00**, endereço na Rua Alta Floresta, s/n – Vila Maciel, São João do Paraíso - MA, neste ato representado pelo(s) **Sr. Edson Oliveira Ramos**, empresário, brasileiro, solteiro, portador do RG nº0290423220051 e CPF nº 323.460.932-20, DECLARA, para os devidos fins, que o projeto básico da Concorrência pública nº 002/2023 lhe foram disponibilizados, com exceção de planilhas e tomou conhecimento de todas as informações contidas no referido projeto básico disponibilizado no portal da transparência até a data de elaboração desta declaração.

São João do Paraíso, 22 de janeiro de 2024

Edson Oliveira Ramos

RENOVAR EMPREENDIMENTOS - ME
Edson Oliveira Ramos
(Proprietário)
CPF nº323.460.932-20

Folha nº 503
Proc... 170-2023
Rubrica

TERMO DE RENÚNCIA DA FASE DE HABILITAÇÃO

O proponente abaixo assinado, participante da licitação na modalidade Concorrência nº 002/2023– CPL, por seu representante legal declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação, renunciando expressamente, ao direito de recurso da fase habilitatória e ao respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando se à fase de abertura dos envelopes de proposta de preços dos proponentes habilitados.

São João do Paraíso – MA, 26 de janeiro de 2024.

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00
Sr. Mizael de Oliveira Costa
CPF. 041.850.503-99
Licitante

TERMO DE RENÚNCIA DA FASE DE HABILITAÇÃO

O proponente abaixo assinado, participante da licitação na modalidade Concorrência nº 002/2023– CPL, por seu representante legal declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação, renunciando expressamente, ao direito de recurso da fase habilitatória e ao respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando se à fase de abertura dos envelopes de proposta de preços dos proponentes habilitados.

São João do Paraíso – MA, 26 de janeiro de 2024.

ALVORADA CONSTRUIR LTDA
CNPJ: 05.703.869/0001-16
Sr. Reinaldo Gomes da Silva
CPF. 505.086.953-68
Licitante

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO– MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Concorrência Pública nº 002/2023
Data: 26/01/2024 às 08:30hrs

Empresa: **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA**
Endereço: Rua Alta Floresta, s/n – Vila Maciel
São João do Paraíso –MA
Cep: 65.973-000

Folha nº 106
Processo nº 120-2023
Rubrica

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual **contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva** e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA.

Folha nº 506
Processo nº 170-2023
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

CARTA PROPOSTA COMERCIAL

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/CPL

À

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ref.: CONCORRÊNCIA N° 002/2023 - CPL

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidro-sanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO- MA, conforme descrição contida no Projeto Básico, ANEXO I, deste Edital, para atender as necessidades do Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, objeto do Edital de Concorrência n° 002/2023- CPL,

- **Lote I - SEC. MUN. DE OBRAS:** Diversas edificações de competência da secretaria: toda e qualquer edificação própria ou locada vinculada à secretaria municipal de OBRAS, incluindo praças, parques e logradouros públicos.

- Desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: 4,00%;

- BDI a ser adotado: regime desonerado – 28,83%

- Valor do Lote I: R$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais), com prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do Contrato Administrativo.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim, como representante legal desta empresa.:

Rua: Alta Floresta, s/n – Vila Maciel – Cep: 65.973-000
São João do Paraíso – MA

Folha nº 507
Processo nº 170.2023
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00

- Sr.: Edson Oliveira Ramos
- Carteira de Identidade n°. 0290423220051 GESP-MA
- CPF n° 323.460.932-20

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da licitação.

Cumpriremos rigorosamente toda a legislação aplicável ao Serviços contratado.

- Razão Social da Proponente: RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
- Endereço: Rua Alta Floresta, S/N
- Telefone:99 98446-3772
- CNPJ N°:37.651.837/0001-00
- Inscrição Municipal:1331
- Banco: 237 Agência nº 1816 e Conta Corrente nº 9112-9

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação em epígrafe e seus anexos.

São João do Paraíso, 22 de Janeiro de 2024

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Edson Oliveira Ramos
(Proprietário)
CPF nº323.460.932-20

Folha nº
Processo nº
Rubrica

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

REF: CONCORRENCIA Nº 002/2023.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

DATA DA ABERTURA: 26/01/2024 AS 08:30 HORAS;

LOCAL:RUA MARCOS SILVA S/Nº, CENTRO, CEP 65.973-000

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO Folha nº 509
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO Processo nº 170-2023
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023 Rubrica
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

PROPOSTA DE PREÇOS TOTAL

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V.Sª, a nossa proposta relativa a **CONCORRENCIA Nº 002/2023**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, declarando que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e que concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital. Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com os serviços do objeto da presente licitação.

- **LOTE II – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO:** DIVERSAS EDIFICAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA SECRETARIA: TODA E QUALQUER EDIFICAÇÃO PRÓPRIA OU LOCADA VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO
- DESCONTO ADOTADO EM CIMA DOS CUSTOS DA PLANILHA SINAPI: 3%
- BDI A SER ADOTADO: REGIME DESONERADO – 28,83%
- VALOR DO LOTE II 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS)
- **LOTE III** – SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO: DIVERSAS EDIFICAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA SECRETARIA: TODAS AS ESCOLAS DA ZONA URBANA E RURAL, QUADRAS, PRÉDIOS E /OU EDIFICAÇÕES PRÓPRIAS OU LOCADAS VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
- DESCONTO ADOTADO EM CIMA DOS CUSTOS DA PLANILHA SINAPI: 3%
- BDI A SER ADOTADO: REGIME DESONERADO – 28,83%
- VALOR DO LOTE III 2.000.000,00 (DOIS MILHÃO DE REAIS)
- **LOTE IV** SEC. MUN. DE SAÚDE: DIVERSAS EDIFICAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA SECRETARIA: TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE, HOSPITAL, ACADEMIAS DE SAÚDE, TODA E QUALQUER EDIFICAÇÃO PRÓPRIA OU LOCADA VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
- DESCONTO ADOTADO EM CIMA DOS CUSTOS DA PLANILHA SINAPI: 3%

- BDI A SER ADOTADO: REGIME DESONERADO – 28,83%
- VALOR DO LOTE IV 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)

Folha nº 510
Processo nº 170.2023
Rubrica

1. **PROPONENTE**: Construtora Alvorada

   RAZÃO SOCIAL: Alvorada Construir Ltda

   SEDE: Rua Ceará nº65, Vila Mariana, Ribamar Fiquene - ma

   C.N.P.J: 05.703.869/0001-16

   CONTATOS: (99) 98450-9992, (99) 3586-1187

   RESPONSAVEL PELA ASSINATURA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL: REINALDO GOMES DA SILVA

   DADOS BANCÁRIO: Banco do Brasil Agência nº 3280-8, Conta Corrente nº 30960-5, titular, Alvorada Construir Ltda, CNPJ nº 05.703.869/0001-16:

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal pelo prestador do serviço/fornecedores atesto pelo setor responsável da Administração Pública Municipal.

Ribamar Fiquene – Ma, 25 DE JANEIRO DE 2024

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
Sócio Administrador
CPF nº505.086.953-68, RG nº155357620006

Folha nº 511
Processo nº 170-2023
Rubrica

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

PROPOSTA DE PREÇOS LOTE II

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V.Sª, a nossa proposta relativa a **CONCORRENCIA Nº 002/2023**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, declarando que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e que concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital. Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com os serviços do objeto da presente licitação.

- **LOTE II – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO:** DIVERSAS EDIFICAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA SECRETARIA: TODA E QUALQUER EDIFICAÇÃO PRÓPRIA OU LOCADA VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO
- DESCONTO ADOTADO EM CIMA DOS CUSTOS DA PLANILHA SINAPI: 3%
- BDI A SER ADOTADO: REGIME DESONERADO – 28,83%
- VALOR DO LOTE II 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS)

1. **PROPONENTE**: Construtora Alvorada

   RAZÃO SOCIAL: Alvorada Construir Ltda

   SEDE: Rua Ceará nº65, Vila Mariana, Ribamar Fiquene - ma

   C.N.P.J: 05.703.869/0001-16

   CONTATOS: (99) 98450-9992, (99) 3586-1187

   RESPONSAVEL PELA ASSINATURA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL: REINALDO GOMES DA SILVA

   DADOS BANCÁRIO: Banco do Brasil Agência nº 3280-8, Conta Corrente nº 30960-5, titular, Alvorada Construir Ltda, CNPJ nº 05.703.869/0001-16:

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal pelo prestador do serviço/fornecedores atesto pelo setor responsável da Administração Pública Municipal.

Folha nº 512
Processo nº 170.2023
Rubrica

Ribamar Fiquene – Ma, 25 DE JANEIRO DE 2024

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
Sócio Administrador
CPF nº505.086.953-68, RG nº155357620006

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO –
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023

Folha nº 513
Processo nº 170.2023
Rubrica

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES A MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

PROPOSTA DE PREÇOS LOTE III

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V.Sª, a nossa proposta relativa a **CONCORRENCIA Nº 002/2023**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, declarando que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e que concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital. Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com os serviços do objeto da presente licitação.

- **LOTE III** – SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO: DIVERSAS EDIFICAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA SECRETARIA: TODAS AS ESCOLAS DA ZONA URBANA E RURAL, QUADRAS, PRÉDIOS E /OU EDIFICAÇÕES PRÓPRIAS OU LOCADAS VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
- DESCONTO ADOTADO EM CIMA DOS CUSTOS DA PLANILHA SINAPI: 3%
- BDI A SER ADOTADO: REGIME DESONERADO – 28,83%
- VALOR DO LOTE III 2.000.000,00 (DOIS MILHÃO DE REAIS)

1. **PROPONENTE**: Construtora Alvorada

   RAZÃO SOCIAL: Alvorada Construir Ltda

   SEDE: Rua Ceará nº65, Vila Mariana, Ribamar Fiquene - ma

   C.N.P.J: 05.703.869/0001-16

   CONTATOS: (99) 98450-9992, (99) 3586-1187

   RESPONSAVEL PELA ASSINATURA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL: REINALDO GOMES DA SILVA

   DADOS BANCÁRIO: Banco do Brasil Agência nº 3280-8, Conta Corrente nº 30960-5, titular, Alvorada Construir Ltda, CNPJ nº 05.703.869/0001-16:

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal pelo prestador do serviço/fornecedores atesto pelo setor responsável da Administração Pública Municipal.

Folha nº 514
Processo nº 170-2023
Rubrica

Ribamar Fiquene – Ma, 25 DE JANEIRO DE 2024

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
Sócio Administrador
CPF nº505.086.953-68, RG nº155357620006

SRº:
PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO
REF: CONCORRÊNCIA Nº002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2023

Folha nº 515
Processo nº 170-2023
Rubrica

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS INERENTES Á MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO SISTEMAS REDES E INSTALAÇÕES ELETRICAS, TELEFONICAS, LOGICAS HIDROSSANITARIAS E DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCENDIOS,SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFERICAS (SPDA) EXISTENTES, BEM COMO INTERVENÇÕES DE OBRA CIVIL, FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITTURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA

PROPOSTA DE PREÇOS LOTE IV

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V.Sª, a nossa proposta relativa a **CONCORRENCIA Nº 002/2023**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, declarando que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e que concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital. Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com os serviços do objeto da presente licitação.

- **LOTE IV** SEC. MUN. DE SAÚDE: DIVERSAS EDIFICAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA SECRETARIA: TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE, HOSPITAL, ACADEMIAS DE SAÚDE, TODA E QUALQUER EDIFICAÇÃO PRÓPRIA OU LOCADA VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
- DESCONTO ADOTADO EM CIMA DOS CUSTOS DA PLANILHA SINAPI: 3%
- BDI A SER ADOTADO: REGIME DESONERADO – 28,83%
- VALOR DO LOTE IV 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)
-

1. **PROPONENTE**: Construtora Alvorada

   RAZÃO SOCIAL: Alvorada Construir Ltda

   SEDE: Rua Ceará nº65, Vila Mariana, Ribamar Fiquene - ma

   C.N.P.J: 05.703.869/0001-16

   CONTATOS: (99) 98450-9992, (99) 3586-1187

   RESPONSAVEL PELA ASSINATURA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL: REINALDO GOMES DA SILVA

   DADOS BANCÁRIO: Banco do Brasil Agência nº 3280-8, Conta Corrente nº 30960-5, titular, Alvorada Construir Ltda, CNPJ nº 05.703.869/0001-16:

2 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal pelo prestador do serviço/fornecedores atesto pelo setor responsável da Administração Pública Municipal.

Folha nº 516
Processo nº 170.2023
Rubrica

Ribamar Fiquene – Ma, 25 DE JANEIRO DE 2024

Alvorada Construir LTDA
Reinaldo Gomes da Silva
Sócio Administrador
CPF nº505.086.953-68, RG nº155357620006

ATA DA SESSÃO DA CONCORRENCIA Nº 002/2023

Processo Administrativo nº 170/2023
TIPO: MAIOR DESCONTO
DATA: 26 de JANEIRO de 2024

ATA DE REUNIÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATORIO

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA

Às 08:30hs (oito horas e trinta minuto) do dia 26 (vinte e seis) de janeiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), na sala de reunião da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, situada na Rua Maranhão, s/n, centro, Cep 65.973-000, São João do Paraíso(MA), reuniram-se a CPL, os membros Ilton Rodrigues de Sousa, Raimundo José Santana Brito, designados através do Decreto nº 019/2021 de 28 de maio de 2021 e a servidora Vania Marinho Abreu, Decreto nº 091/2023 de 30 de novembro de 2023, constante nos autos deste processo, para realizarem os procedimentos inerentes à sessão pública da licitação na modalidade Concorrencia Pública de nº 002/2023.

A comissão de licitação iniciou a sessão informando a presença de 02(dois) licitantes no presente sertame.
01 – **ALVORADA CONSTRUIR LTDA** - CNPJ: 05.703.869/0001-16, neste ato representada pelo **Sr. REINALDO GOMES DA SILVA,** CPF. 505.086.953-68.
02 – **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00, neste ato representada pelo **Sr. Mizael de Oliveira Costa,** CPF. 041.850.503-99

O Presidente decidiu pela continuidade da sessão, uma vez que o edital foi publicado no jornal O Progresso do Maranhão (22/12/2023) e no Diário Dos Municípios FAMEM-MA (22/12/2023), publicado no DOE Diário Oficial do Estado (22/12/2023, no quadro de avisos desta prefeitura e também no portal da transparência no dia, a chamamento de quaisquer interessados, no entanto compareceu apenas as licitantes supracitadas. O presidente solicitou aos representantes das empresas que apresentassem os documentos para credenciamento, conforme Item 05 do Edital.
FICANDO CREDENCIADO A EMPRESA:
01 – RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 37.651.837/0001-00, neste ato representada pelo **Sr. Mizael de Oliveira Costa,** CPF. 041.850.503-99
02 - ALVORADA CONSTRUIR LTDA - CNPJ: 05.703.869/0001-16, neste ato representada pelo **Sr. REINALDO GOMES DA SILVA,** CPF. 505.086.953-68.
Os documentos pertinentes ao credenciamento ficaram à disposição de todos os presentes para eventuais questionamentos e foram rubricados pela Comissão e Licitantes Presentes. O Presidente informou aos licitantes que todos os documentos para credenciamento serão juntados aos autos do processo desta licitação e não serão devolvidos as empresas licitantes presentes. Continuando, a Comissão procedeu com o recebimento dos envelopes de nº 01 "documentos de Habilitação" nº 02 "Proposta de Preços" contendo a documentação dos licitantes presentes determinando que os mesmos fossem rubricados pelos representantes das empresas e pelos membros da comissão de Licitação e que conferissem sua inviolabilidade.
Em seguida a CPL procedeu com a abertura dos envelopes das documentações (Envelope nº. 01), examinados os documentos constantes dos envelopes, os quais foram rubricados pelos membros da Comissão e pela representante da empresa, a Comissão, considera habilitadas às empresas presentes: **01 – RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00, neste ato representada pelo **Sr. Mizael de Oliveira Costa,** CPF. 041.850.503-99
02 - ALVORADA CONSTRUIR LTDA - CNPJ: 05.703.869/0001-16, neste ato representada pelo **Sr. REINALDO GOMES DA SILVA,** CPF. 505.086.953-68 de acordo com item 7.1.1 do Edital, foi franqueada a palavra as licitantes, e as mesmas nada tendo a relatar ou questionar, logo apos foi asinado os termos de renuncia sobre as habilitações.

Logo após foi aberto o envelope de n.º 02 de proposta de preços, que foi rubricado pelos membros da Comissão e a representante da empresa licitante.

Feita análise dos preços das propostas, a empresa **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00, **somente apresentou sua proposta somente no lote I, o desconto adotado em cima**

dos custos da planilha SINAPI: DE 4,00% BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83% no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais).

A empresa ALVORADA COSTRUIR LTDA - CNPJ: 05.703.869/0001-16, **somente apresentou sua proposta nos lotes II,III E IV, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: 3,00%, BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%nos valores LOTE II de R$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais), LOTE III DE R$ 2.000.000,00 (Dois milhoes de reais), lote IV DE R$ 200.000,00 (Duzentos Mil reais).** Após análise dos preços das propostas das empresas, e estando os mesmos dentro dos limites que a região opera, e também seguindo os valores constantes da Planilha Orçamentária em conformidade com a Prefeitura, e ainda atendendo todos os requisitos do Edital conforme o item 8.1 do Edital.

A Comissão Permanente de Licitação – CPL considerou vencedoras com as propostas de Maior desconto o(a) licitantes **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00 vencedor(a) **no lote I, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: DE 4,00% BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83% no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais).**
E tambem a empresa: **ALVORADA COSTRUIR LTDA** - CNPJ: 05.703.869/0001-16, **somente apresentou sua proposta nos lotes II,III E IV, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: 3,00%, BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%nos valores LOTE II de R$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais), LOTE III DE R$ 2.000.000,00 (Dois milhoes de reais), lote IV DE R$ 200.000,00 (Duzentos Mil reais)**

E nada mais havendo o Presidente, encerrou a sessão. A presente Ata Foi lavrada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos licitantes presentes São João do Paraíso Estado do Maranhão em **26 de janeiro de 2024**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

Vania Marinho Abreu
Membro da CPL

Raimundo José Santana de Brito
Membro da CPL

EMPRESAS:

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00
Sr. Mizael de Oliveira Costa
CPF. 041.850.503-99
Licitante

ALVORADA COSTRUIR LTDA
CNPJ: 05.703.869/0001-16
Sr. Reinaldo Gomes da Silva
CPF. 505.086.953-68
Licitante

Folha nº 519
Processo nº 170-2023
Rubrica

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
CONCORRENCIA Nº 002/2023

A Prefeitura Municipal de São Paraíso do Paraíso, por intermédio do presidente e dos Membros da CPL, tornam publico o resultado da **CONCORRENCIA Nº 002/2023**, que teve como objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA. Saiu como vencedoras da licitação supracitada, as empresas: **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00 vencedor(a) **no lote I, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: DE 4,00% BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83% no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais).**
E tambem a empresa: **ALVORADA COSTRUIR LTDA** - CNPJ: 05.703.869/0001-16, **somente apresentou sua proposta nos lotes II,III E IV, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: 3,00%, BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%nos valores LOTE II de R$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais), LOTE III DE R$ 2.000.000,00 (Dois milhoes de reais), lote IV DE R$ 200.000,00 (Duzentos Mil reais).**

Os membros da Comissão informam ainda, que os autos do Processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de São Paraíso do Paraíso - MA a partir da data desta publicação, por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: **http://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br**. Eu ilton Rodrigues de Sousa Presidente da CPL confirmo o Resultado e assino esse resultado.

São Paraíso do Paraíso/MA, em 26 de Janeiro de 2024.

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

Folha nº 520
Processo nº 170-2023
Rubrica

ADJUDICAÇÃO

REFERÊNCIA.....: **CONCORRENCIA Nº 002/2023**

OBJETO.....: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de Execução de Bueiros, Aduelas, Artefatos de Concreto para substituição de pontes de madeira e/ou passagens molhadas para atender as necessidades do Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA.

AMPARO LEGAL.....: Lei n.º 8.666/93.
PRAZO.....: 12 (meses).

VALOR.....: **R$ 4.700.000,00 (quatro milhões, e setecentos mil reais)**.

A Comissão Permanente de Licitação – CPL, resolve adjudicar o objeto licitado ao licitante – **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00 vencedor(a) **no lote I, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: DE 4,00% BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83% no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais).**

E tambem a empresa: **ALVORADA COSTRUIR LTDA** - CNPJ: 05.703.869/0001-16, **somente apresentou sua proposta nos lotes II,III E IV, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: 3,00%, BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%nos valores LOTE II de R$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais), LOTE III DE R$ 2.000.000,00 (Dois milhoes de reais), lote IV DE R$ 200.000,00 (Duzentos Mil reais)**.

São João do Paraíso - MA, 26 de janeiro de 2024.

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

Folha nº 521
Processo nº 170.2023
Rubrica

Àо
Ilustríssimo Senhor
Dr. RAWLISON LOPES BEZERRA DE SÁ
Procurador do Município

Assunto: Solicitação de parecer jurídico conclusivo sobre o processo licitatório.

Prezado Procurador Jurídico,

Pelo presente, encaminhamos a V.Sa. Para apreciação e parecer conclusivo, os autos da licitação na modalidade **CONCORRENCIA Nº 002/2023**, originada do processo administrativo nº 170/2023, que teve como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA.

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, em 26 de janeiro de 2024.

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

CARTA CONVITE Nº 005/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2023

AVISO DE CONVOCAÇÃO AOS LICITANTES

O Presidente da CPL do **MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO/MA**, convoca, conforme constou na ata da sessão pública, os licitantes interessados na **CARTA CONVITE Nº 005/2023**, cujo objeto é a **Contratação de empresa de engenharia para a execução de serviços de implantação de obra de arte corrente de drenagem em estradas vicinais no Município de São Domingos do Azeitão - MA,** para continuação da sessão pública de julgamento das propostas.

Data: 01/02/2024
Horários: 10:30 horas

São Domingos do Azeitão/MA, 26 de janeiro de 2024.

Hugo Ribeiro Cardoso
Presidente da CPL

Publicado por: HUGO RIBEIRO CARDOSO
Código identificador: b9ba3f4b414d8cab6b46ad6622c1d267

PORTARIA Nº 002/2024 - SEC. DE SAUDE - CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 002/2024 - SEC. DE SAUDE - CONCESSÃO DE DIÁRIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de São Domingos do Azeitão, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em consonância com a Lei Municipal nº 059/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, ao Sr. José Ailton Rodrigues da Silva, **CPF:** 032.835.683-24**, Motorista**, 04 (quatro) diárias, para custeio de despesas a serem efetuadas em São Luís -MA, com valor unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando R$ 1.000,00 (um mil reais) **para transporte da paciente Ravena Alves Macedo, encaminhada para o Hospital Nina Rodrigues com Depressão Pós-parto e surto psicótico, no período de 02/01/2024 a 05/01/2024.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em São Domingos do Azeitão-MA, 02 de janeiro de 2024.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Folha nº 522
Processo nº 170-2023
Rubrica

CARLOS ALBERTO SILVA RIBEIRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: e0c4542d5b48af013d473627f4e139ab

PORTARIA Nº 019/2024 - GAB - CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 019/2024 - GAB - CONCESSÃO DE DIÁRIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL CHEFE DE GABINETE, do Município de São Domingos do Azeitão, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições, em consonância com a Lei Municipal nº 059/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, ao Sr. Lourival Leandro dos Santos Junior, **CPF:** 270.349.843-87**, Prefeito Municipal**, 05 (cinco) diárias, para custeio de despesas a serem efetuadas em São Luís- MA, com valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais), totalizando 3.000,00 (três mil reais), **Para cumprir Agenda em São Luís no Palácio dos Leões, Secretaria de Infraestrutura (SINFRA), Tribunal de Justiça e Correios** no período de 22/01/2024 à 26/01/2024.

Art. 2º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em São Domingos do Azeitão – MA, 22 de janeiro de 2024.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ FERNANDES DE CARVALHO JUNIOR
SECRETÁRIO CHEFE DE GABINETE

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: b6e55d8ff46917749c091de783f220d6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

ATA DE REUNIÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATORIO

ATA DA SESSÃO DA CONCORRENCIA Nº 002/2023

Processo Administrativo nº 170/2023
TIPO: MAIOR DESCONTO
DATA: 26 de JANEIRO de 2024

ATA DE REUNIÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATORIO

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA

Às 08:30hs (oito horas e trinta minuto) do dia 26 (vinte e seis) de janeiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), na sala de reunião da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, situada na Rua Maranhão, s/n, centro, Cep 65.973-000, São João do Paraíso(MA), reuniram-se a CPL, os membros Ilton Rodrigues de Sousa, Raimundo José Santana Brito, designados através do Decreto nº 019/2021 de 28 de maio de 2021 e a servidora Vania Marinho Abreu, Decreto nº 091/2023 de 30 de novembro de 2023, constante nos autos deste processo, para realizarem os procedimentos inerentes

Folha nº 525
Processo nº 170.2023
Rubrica

à sessão pública da licitação na modalidade Concorrencia Pública de nº 002/2023.

A comissão de licitação iniciou a sessão informando a presença de 02(dois) licitantes no presente certame.
01 – **ALVORADA CONSTRUIR LTDA -** CNPJ: 05.703.869/0001-16, neste ato representada pelo **Sr. REINALDO GOMES DA SILVA,** CPF. 505.086.953-68.
02 – **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00, neste ato representada pelo **Sr. Mizael de Oliveira Costa,** CPF. 041.850.503-99

O Presidente decidiu pela continuidade da sessão, uma vez que o edital foi publicado no jornal O Progresso do Maranhão (22/12/2023) e no Diário Dos Municípios FAMEM-MA (22/12/2023), publicado no DOE Diário Oficial do Estado (22/12/2023, no quadro de avisos desta prefeitura e também no portal da transparência no dia, a chamamento de quaisquer interessados, no entanto compareceu apenas as licitantes supracitadas. O presidente solicitou aos representantes das empresas que apresentassem os documentos para credenciamento, conforme item 05 do Edital.
FICANDO CREDENCIADO A EMPRESA:
01 – RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 37.651.837/0001-00, neste ato representada pelo **Sr. Mizael de Oliveira Costa,** CPF. 041.850.503-99
02 - ALVORADA CONSTRUIR LTDA - CNPJ: 05.703.869/0001-16, neste ato representada pelo **Sr. REINALDO GOMES DA SILVA,** CPF. 505.086.953-68.
Os documentos pertinentes ao credenciamento ficaram à disposição de todos os presentes para eventuais questionamentos e foram rubricados pela Comissão e Licitantes Presentes. O Presidente informou aos licitantes que todos os documentos para credenciamento serão juntados aos autos do processo desta licitação e não serão devolvidos as empresas licitantes presentes. Continuando, a Comissão procedeu com o recebimento dos envelopes de nº 01 "documentos de Habilitação" nº 02 "Proposta de Preços" contendo a documentação dos licitantes presentes determinando que os mesmos fossem rubricados pelos representantes das empresas e pelos membros da comissão de Licitação e que conferissem sua inviolabilidade. Em seguida a CPL procedeu com a abertura dos envelopes das documentações (Envelope nº. 01), examinados os documentos constantes dos envelopes, os quais foram rubricados pelos membros da Comissão e pela representante da empresa, a Comissão, considera habilitadas às empresas presentes: **01 – RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00, neste ato representada pelo **Sr. Mizael de Oliveira Costa,** CPF. 041.850.503-99
02 - ALVORADA CONSTRUIR LTDA - CNPJ: 05.703.869/0001-16, neste ato representada pelo **Sr. REINALDO GOMES DA SILVA,** CPF. 505.086.953-68 vde acordo com item 7.1.1 do Edital, foi franqueada a palavra as licitantes, e as mesmas nada tendo a relatar ou questionar, logo apos foi asinado os termos de renuncia sobre as habilitações.

Logo após foi aberto o envelope de n.º 02 de proposta de preços, que foi rubricado pelos membros da Comissão e a representante da empresa licitante.

Feita análise dos preços das propostas, a empresa **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00, **somente apresentou sua proposta somente no lote I, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: DE 4,00% BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83% no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais).**

A empresa ALVORADA COSTRUIR LTDA - CNPJ: 05.703.869/0001-16, **somente apresentou sua proposta nos lotes II,III E IV, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: 3,00%, BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%nos valores LOTE II de R$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais), LOTE III DE R$ 2.000.000,00 (Dois milhoes de reais), lote IV DE R$ 200.000,00 (Duzentos Mil reais).** Após análise dos preços das propostas das empresas, e estando os mesmos dentro dos limites que a região opera, e também seguindo os valores constantes da Planilha Orçamentária em conformidade com a Prefeitura, e ainda atendendo todos os requisitos do Edital conforme o item 8.1 do Edital.

A Comissão Permanente de Licitação – CPL considerou vencedoras com as propostas de Maior desconto o(a) licitantes **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00 vencedor(a) **no lote I, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: DE 4,00% BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83% no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais).**
E tambem a empresa: **ALVORADA COSTRUIR LTDA -** CNPJ: 05.703.869/0001-16, **somente apresentou sua proposta nos lotes II,III E IV, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: 3,00%, BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%nos valores LOTE II de R$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais), LOTE III DE R$ 2.000.000,00 (Dois milhoes de reais), lote IV DE R$ 200.000,00 (Duzentos Mil reais)**

E nada mais havendo o Presidente, encerrou a sessão. A presente Ata Foi lavrada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos licitantes presentes São João do Paraíso Estado do Maranhão em **26 de janeiro de 2024**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

Vania Marinho Abreu
Membro da CPL

Raimundo José Santana de Brito
Membro da CPL

EMPRESAS:

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 37.651.837/0001-00
Sr. Mizael de Oliveira Costa
CPF: 041.850.503-99
Licitante

ALVORADA COSTRUIR LTDA
CNPJ: 05.703.869/0001-16
Sr. Reinaldo Gomes da Silva
CPF: 505.086.953-68
Licitante

Folha nº 524
Processo nº 170.2023
Rubrica

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: e777f3bae408fa11156c9dfa6c4b3659

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO CONCORRENCIA Nº 002/2023

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO CONCORRENCIA Nº 002/2023

A Prefeitura Municipal de São Paraíso do Paraíso, por intermédio do presidente e dos Membros da CPL, tornam publico o resultado da **CONCORRENCIA Nº 002/2023**, que teve como objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA. Saiu como vencedoras da licitação supracitada, as empresas: **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00 vencedor(a) **no lote I, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: DE 4,00% BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83% no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais),**

E tambem a empresa: **ALVORADA COSTRUIR LTDA** - CNPJ: 05.703.869/0001-16, **somente apresentou sua proposta nos lotes II,III E IV, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: 3,00%, BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%nos valores LOTE II de R$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais), LOTE III DE R$ 2.000.000,00 (Dois milhoes de reais), lote IV DE R$ 200.000,00 (Duzentos Mil reais).**

Os membros da Comissão informam ainda, que os autos do Processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de São Paraíso do Paraíso - MA a partir da data desta publicação, por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: **http://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br**. Eu ilton Rodrigues de Sousa Presidente da CPL confirmo o Resultado e assino esse resultado. São Paraíso do Paraíso/MA, em 26 de Janeiro de 2024.

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 1a8e4530cbb8f590d075ff1b4a437912

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

Contratante: Prefeitura Municipal de São João do Sóter, Estado do Maranhão, CNPJ-01.612.628/0001-00. Contratada EVILASIO TEIXEIRA ALVES JUNIOR LTDA, CNPJ nº 42.127.194/0001-30. Fundamento Legal: Licitação na Modalidade Dispensa de Licitação Nº 001/2024. Objeto - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implementação de um Viveiro Florestal da Prefeitura Municipal de São João do Sóter do Maranhão. Data da Assinatura: 25/01/2024. Prazo de Vigência e Execução: O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura de 01 (um) mês, por se tratar de um contrato de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato. Fonte Pagadora: FMDMA. Valor Global de R$ 21.221,56 (vinte e um mil, duzentos e vinte e um reais e cinquenta e seis centavos). Pela Contratante: Francisco Henrique Junior e pela Contratado: Evilasio Teixeira Alves Junior.

São João do Sóter – MA, 26 de janeiro de 2024.
Publique-Se

Angelo Carlos Gomes Ferreira
CPF: 224.414.333-34
CONTRATANTE

Publicado por: JOSÉ FELIP WALLYSON SOARES DE SOUSA
Código identificador: 209cf2c05c3badfce3acf8956c6f50ec

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2023 - SRP - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 067/2023 - SRP – Processo Administrativo nº 141103/2023. Objeto: Fornecimentos combustíveis para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração. Empresa Vencedora: **RIBEIRO & FERNANDES LTDA - CNPJ nº: 03.549.504/0001-53**, localizada na Avenida Presidente Medici, Nº 1740 – Bairro Centro, São João dos Patos – MA CEP: 65.665 - 000. Representada pelo Senhor: Gilson Ribeiro Fernandes RG nº 1102844 SSP/PI CPF nº 470.349.633-04. Processo Licitatório Homologado no dia em 26 de janeiro de 2024, pela Secretária Municipal de Administração, a Senhora: Thuany Costa De Sá Gomes.

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: c5b20c6634f2cbcabab2fe08a76d21ee

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2023 - SRP SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2023

CNPJ: 37.651.837/0001-00
Sr. Mizael de Oliveira Costa
CPF. 041.850.503-99
Licitante

ALVORADA COSTRUIR LTDA
CNPJ: 05.703.869/0001-16
Sr. Reinaldo Gomes da Silva
CPF. 505.086.953-68
Licitante

Folha nº 595
Processo nº 170-2023
Rubrica

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: e777f3bae408fa11156c9dfa6c4b3659

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO CONCORRENCIA Nº 002/2023

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO CONCORRENCIA Nº 002/2023

A Prefeitura Municipal de São Paraíso do Paraíso, por intermédio do presidente e dos Membros da CPL, tornam publico o resultado da **CONCORRENCIA Nº 002/2023**, que teve como objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA. Saiu como vencedoras da licitação supracitada, as empresas: **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** - CNPJ: 37.651.837/0001-00 vencedor(a) **no lote I, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: DE 4,00% BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83% no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais).**

E tambem a empresa: **ALVORADA COSTRUIR LTDA** - CNPJ: 05.703.869/0001-16, **somente apresentou sua proposta nos lotes II,III E IV, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: 3,00%, BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%nos valores LOTE II de R$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais), LOTE III DE R$ 2.000.000,00 (Dois milhoes de reais), lote IV DE R$ 200.000,00 (Duzentos Mil reais).**

Os membros da Comissão informam ainda, que os autos do Processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de São Paraíso do Paraíso - MA a partir da data desta publicação, por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: **http://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br**. Eu Ilton Rodrigues de Sousa Presidente da CPL confirmo o Resultado e assino esse resultado.

São Paraíso do Paraíso/MA, em 26 de Janeiro de 2024.

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 1a8e4530cbb8f596d075ff1b4a437912

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

Contratante: Prefeitura Municipal de São João do Sóter, Estado do Maranhão, CNPJ-01.612.628/0001-00. Contratada EVILASIO TEIXEIRA ALVES JUNIOR LTDA, CNPJ nº 42.127.194/0001-30. Fundamento Legal: Licitação na Modalidade Dispensa de Licitação Nº 001/2024. Objeto - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implementação de um Viveiro Florestal da Prefeitura Municipal de São João do Sóter do Maranhão. Data da Assinatura: 25/01/2024. Prazo de Vigência e Execução: O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura de 01 (um) mês, por se tratar de um contrato de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato. Fonte Pagadora: FMDMA. Valor Global de R$ 21.221,56 (vinte e um mil, duzentos e vinte e um reais e cinquenta e seis centavos). Pela Contratante: Francisco Henrique Junior e pela Contratado: Evilasio Teixeira Alves Junior.

São João do Sóter – MA, 26 de janeiro de 2024.
Publique-Se

Angelo Carlos Gomes Ferreira
CPF: 224.414.333-34
CONTRATANTE

Publicado por: JOSÉ FELIP WALLYSON SOARES DE SOUSA
Código identificador: 209cf2c05c3badfce3acf8956c6f50ec

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2023 - SRP - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 067/2023 - SRP - Processo Administrativo nº 141103/2023. Objeto: Fornecimentos combustíveis para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração. Empresa Vencedora: **RIBEIRO & FERNANDES LTDA - CNPJ nº: 03.549.504/0001-53**, localizada na Avenida Presidente Medici, Nº 1740 – Bairro Centro, São João dos Patos – MA CEP: 65.665 - 000. Representada pelo Senhor: Gilson Ribeiro Fernandes RG nº 1102844 SSP/PI CPF nº 470.349.633-04. Processo Licitatório Homologado no dia em 26 de janeiro de 2024, pela Secretária Municipal de Administração, a Senhora: Thuany Costa De Sá Gomes.

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: c5b20c6634f2cbcabab2fe08a76d21ee

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2023 - SRP SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2023

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 002/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 170/2023

BASE LEGAL: ARTIGO 22, I, §1º E ARTIGO 23, I "C" DA LEI FEDERAL 8.666/93

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO SOB DEMANDA DE SERVIÇOS ENGENHARIA INERENTES MANUTENÇAO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇAO DE SISTEMAS, REDES E INSTALAÇOES ELETRICAS TELEFONICAS, LOGICAS , HIDROSSANITARIAS DE COBATE E PREVENÇÃO DE INDENDIOS , SISTEMAS DE PRTEÇAO DE DESCARGAS ATMOSFERIAS(SPDA) EXISTENTS, BEM COMO INTERVENÇOES DE OBRA CIVIL , FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVILÇOS , SOB DEMANDA DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA

1- RELATÓRIO: edital e minuta do contrato

Trata-se de parecer jurídico solicitado pela Comissão de Licitação à esta Procuradoria para análise e emissão de parecer jurídico concernente a legalidade do procedimento administrativo referente à licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 002/2023, cujo objeto esta supramencionado.

2- ANÁLISE JURÍDICA

O exame desta Procuradoria Geral se dá nos termos do Art. 22, inciso I § 1º c/c art. 23, inciso I aliena "C", ambos da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas pertinentes à espécie, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal de competência do cargo, com teor elucidativo não vinculativo da Autoridade Competente.

Vieram aos autos com os documentos necessários para instrução do procedimento licitatório, bem como a documentação dos participantes da Concorrência Pública 002/2023.

Ante o exposto, cumpre destacar que o presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei e o edital, levando-se em consideração, caso constatada alguma irregularidade, a natureza e extensão do vício quando for recomendada a homologação, o saneamento de algum ato, bem como a eventual anulação do certame.

Dessa forma, concluindo-se pela homologação do certame, esse parecer restringir-se-á tão-somente ao plano da legalidade, cabendo à autoridade Competente deliberar acerca da conveniência da licitação.

Considerando a presente licitação na modalidade de Concorrência Pública, que tem por objeto é a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO SOB DEMANDA DE SERVIÇOS ENGENHARIA INERENTES MANUTENÇAO PREDIAL CORRETIVA E/OU PREVENTIVA E RECUPERAÇAO DE SISTEMAS, REDES E INSTALAÇOES ELETRICAS TELEFONICAS, LOGICAS , HIDROSSANITARIAS DE COBATE E PREVENÇÃO DE INDENDIOS , SISTEMAS DE PRTEÇAO DE DESCARGAS ATMOSFERIAS(SPDA) EXISTENTS, BEM COMO INTERVENÇOES DE OBRA CIVIL , FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVILÇOS , SOB DEMANDA DE TODOS OS IMOVEIS PERTENCENTES OU OCUPADOS PELO PODER PUBLICO MUNICIPAL VINCULADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA

Considerando que a Concorrência Pública n° 002/2023 atendeu ao artigo 38 do citado diploma legal, bem como no tocante à sua formalização ao artigo 43, quanto ao seu processamento e julgamento.

Atendendo às exigências legais acima transcritas, foram juntados aos autos o Plano de trabalho, Projeto básico e as especificações técnicas.

Há comprovação da existência de recursos orçamentários para fazer face à despesa do presente objeto, bem como prova de que a ação foi adequada a Lei Orçamentária Anual e compatível com Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O ordenador de despesa autorizou a abertura do respectivo processo administrativo, atendendo o disposto no art. 38, caput, da Lei de Licitações e Contratos. licitação. Foi anexado aos autos cópia do ato de designação da comissão de licitação.

O aviso da licitação foi devidamente publicado no Diário Oficial da Amazônia, Diário Oficial do Estado do Pará e Famep, conforme a previsão do Caput do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, estando o seu instrumento convocatório devidamente divulgado dentro do prazo legal. Conforme podemos verificar, pela análise dos documentos que compõe os presentes autos, a Comissão de Licitação desta Prefeitura obedeceu, *in casu*, aos princípios da supremacia do interesse público, eficiência, economicidade, razoabilidade, isonomia, legalidade e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Diante do exposto, evidenciado que a CPL procedeu, em todos os atos inerentes ao procedimento licitatório, com absoluta submissão aos ditames legais norteadores da matéria, especialmente à Lei n° 8.666/93, atestamos a regularidade jurídico-formal do procedimento, o qual entendemos apto a ser submetido à homologação da autoridade superior, em tudo observadas as formalidades legais.

3-CONCLUSÃO

Isto posto, forte na análise da legalidade, moralidade, impessoalidade, conveniência e oportunidade do ato administrativo, na exação do certame e nos princípios que norteiam os contratos administrativos, entendemos pela inexistência de vício de forma ou nulidade que fulmine o ato administrativo, devendo, pois, o objeto do certame, ser adjudicado e homologado em favor da empresa vencedora.

E o parecer, salvo melhor juízo.

São João do , 29 de janeiro de 2024

Rawlison Lopes Bezerra de Sá
Advogado oab/ma 14578
Procurador municipal adjunto

Folha nº 530
Processo nº 170-2023
Rubrica

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRENCIA Nº 002/2023

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições constitucionais, e tendo em vista o conteúdo do presente processo regular de licitação na modalidade de Concorrencia Maior desconto, HOMOLOGO para fins de direito a proposta encaminhada e assinada por, **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00 vencedor(a) **no lote I, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: DE 4,00% BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83% no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais).**
E tambem a empresa: **ALVORADA COSTRUIR LTDA** - CNPJ: 05.703.869/0001-16, **somente apresentou sua proposta nos lotes II,III E IV, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: 3,00%, BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%nos valores LOTE II de R$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais), LOTE III DE R$ 2.000.000,00 (Dois milhoes de reais), lote IV DE R$ 200.000,00 (Duzentos Mil reais)**, já mencionada na própria Ata da Comissão Permanente de Licitação.

Assim, determino que os serviços contábeis deste Município façam o registro na forma da legislação em vigor e aplicada a espécie, visando assegurar os compromissos ora assumidos.

CUMPRA-SE NA FORMA RECOMENDADA.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, Gabinete do *SECRETARIO MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO*, 29 de janeiro de 2024.

VALDEMAR ALVES DE SOUSA
Secretário Municipal de Governo e Planejamento

AVISO DE ABERTURA DE PRAZO PARA CONTRARRAZÃO DA TOMADA DE PREÇO 012/2023

A Prefeitura de São João do Paraíso/MA, localizada a Avenida Maranhão, s/n, Centro, na cidade de São João do Paraíso/MA através da CPL, torna público para ciência dos interessados, no certame que tendo em vista O OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamentos destinados a limpeza pública, coleta de resíduos em geral de interesse da secretaria de Infraestrutura do Município de São João do Paraiso - MA.

QUE **FICA ABERTO O PRAZO DE (5) CINCO DIAS ÚTEIS PARA A EMPRESA:** POTENTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 06.325.699/0001-46, neste ato representada pelo **Sr. Arnaldo Nascimento Pereira,** CPF. 258.357.421-34 **FAZER SUA CONTRARRAZÃO.**

Findando esse prazo será remarcada uma data pra abetura dosenvelopes de habilitação e propostas das empresa.

Comissão Permanente de Licitação

São João do Paraíso – MA, 29 de janeiro de 2024.

Ilton Rodrigues de Sousa

Presidente da CPL.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: ec72d28821b45dc7de8e62e22a1c89aa

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2024, ASSINADO EM 29/01/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2024, assinado em 29/01/2024. Objeto: Contratação De Empresa Do Ramo Pertinente, P/ Fornecimento De Materiais De Expediente, Materiais de Limpeza e Gêneros alimentícios Em Geral, do SAAE do município de São João do Paraíso/MA. Processo Administrativo nº 020/2024. Modalidade: Dispensa sem Disputa nº 001/2024. CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43. Valor Global: R$50.871,79 (cinquenta mil, oitocentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos). Vigência Inicial: 30 de Janeiro de 2024. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2024. Luís Carlos Rosa Caldeira. São João do Paraíso - MA, 29 de Janeiro de 2024.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 1bf76a4dbc3ceb9f9e26e1a8d5b57324

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
(Art. 72, VIII, LEI FEDERAL 14.133/21)

R A T I F I C O a DISPENSA SEM DISPUTA nº 001/2024 para Contratação De Empresa Do Ramo Pertinente, P/ Fornecimento De Materiais De Expediente, Materiais de Limpeza e Gêneros alimentícios Em Geral, do SAAE do município de São João do Paraíso/MA, nos termos do Lei 14.133/2021, Art. 75, II - Dispensa em Razão de Valor para Serviços e Compras, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2024, cujo contratação deverá ser celebrada com a empresa L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 14.793.347/0001-43, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz-MA, representada, pelo srº Lindomar Pires de Sousa portador do CPF nº 963.930.763-72. A contratação terá seu valor global no importe de R$ 50.871,79 ((cinquenta mil, oitocentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos)), em conformidade com o que prevê a Lei 14.133/2021, Art. 75, II - Dispensa em Razão de Valor para Serviços e Compras.

São João do Paraíso – MA, 29 de Janeiro de 2024.

Luís Carlos Rosa Caldeira
Autoridade Competente

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 765e10172da5a0ba8b11e96a40606bbc

Folha nº 534
Processo nº 2.10.2023
Rubrica

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRENCIA Nº 002/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRENCIA Nº 002/2023

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições constitucionais, e tendo em vista o conteúdo do presente processo regular de licitação na modalidade de Concorrencia Maior desconto, HOMOLOGO para fins de direito a proposta encaminhada e assinada por, **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** - CNPJ: 37.651.837/0001-00 vencedor(a) **no lote I, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: DE 4,00% BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83% no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais).**

E tambem a empresa: **ALVORADA COSTRUIR LTDA** - CNPJ: 05.703.869/0001-16**, somente apresentou sua proposta nos lotes II,III E IV, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: 3,00%, BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%nos valores LOTE II de R$ 1.000.000,00 (um milhão mil reais), LOTE III DE R$ 2.000.000,00 (Dois milhoes de reais), lote IV DE R$ 200.000,00 (Duzentos Mil reais)**, já mencionada na própria Ata da Comissão Permanente de Licitação.

Assim, determino que os serviços contábeis deste Município façam o registro na forma da legislação em vigor e aplicada à espécie, visando assegurar os compromissos ora assumidos.

CUMPRA-SE NA FORMA RECOMENDADA.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, Gabinete do *SECRETARIO MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO*, 29 de janeiro de 2024.

VALDEMAR ALVES DE SOUSA
Secretário Municipal de Governo e Planejamento

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: d11ef8372018lcacc227812e9380acbd

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SOTER

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 RATIFICAÇÃO - AUTORIZAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Considerando os autos do processo, RATIFICO os termos e autorizo a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 001/2024 a empresa: **EVILASIO TEIXEIRA ALVES JUNIOR LTDA**, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implementação de um Viveiro Florestal da Prefeitura Municipal de São João do Sóter do Maranhão., no valor global de **R$ 21.221,56 (vinte e um mil, duzentos e vinte e um reais e cinquenta e seis centavos)**, tudo com espeque no Art. 75, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

São João do Soter (MA), 25 de janeiro de 2024.

Atenciosamente;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ sob o n.º inscrita no CNPJ sob o nº 01.597.629/0001-23, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO, neste ato representada pelo Secretário municipal de Governo e Planejamento, Sr. VALDEMAR ALVES DE SOUSA – portador do RG: 018006402001-7 e CPF. 026.694.643-78, residente e domiciliado nesta cidade, doravante designada simplesmente ORGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS, CONCORRÊNCIA Nº 002/2023, RESOLVE registrar os preços das empresas: **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00 com sede na Rua Alta Floresta, s/nº -Vila Maciel – São João do Paraíso-MA, neste ato representada pelo Sr. **EDSON DE OLIVEIRA RAMOS**, brasileiro, portador CPF nº 323.460.932-20, portador da Cédula de Identidade RG n.º 0290423220051 expedida pela GEJUSP-MA, e a empresa: **ALVORADA CONSTRUIR LTDA** CNPJ nº: **05.703.869/0001-16** Endereço: RUA CEARÁ, Nº 65, VILA MARIANA, RIBAMAR FIQUENE-MA Telefone: (99) 98450-9992/(99)3586-1187 E-mail: alvoradaconstruir64@gmail.com Representante Legal: Sr.(a). **REINALDO GOMES DA SILVA** CPF Nº 505.086.953-68, portador da Cédula de Identidade RG n.º 15535762000-6 expedida pela GEJUSPC-MA. e daqui por diante denominada simplesmente EMPRESAS REGISTRADAS, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo nº 151/2023, "**ex vi**" do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, tudo com fulcro nas disposições das **DECRETO Nº 9.488/2018, QUE ALTERA O DECRETO Nº 7.892/13, REGULAMENTADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP; DECRETO Nº 9.507/2018;** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, Decreto e Municipal nº 031/2020 – SRP**, subsidiariamente pela **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**, e mediante as seguintes cláusulas econdições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

RESOLVE:

Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00 . e a empresa: **ALVORADA CONSTRUIR LTDA** CNPJ nº: **05.703.869/0001-16**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, **MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **DECRETOS Nº 9.507/2018; DECRETO Nº 9.488/2018, QUE ALTERA O DECRETO Nº 7.892/13, REGULAMENTADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, Decreto e Municipal nº 031/2020 – SRP, subsidiariamente pela **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Parágrafo Primeiro - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I** do Edital do **CONCORRÊNCIA-SRP Nº 0022023 –PMSJP/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº 170/2023 – CPL.

Parágrafo Segundo - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas neste documento, podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 37.651.837/0001-00.	**Proposta para o lote I, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: DE 4,00% BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%**
VALOR PROPOSTO SOBRE a Secretária Municipal de Obras.....	**R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos reais)**

ALVORADA COSTRUIR LTDA - CNPJ: 05.703.869/0001-16,	**Proposta para os lotes II,III E IV, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: 3,00%, BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%**
VALOR PROPOSTO SOBRE a Secretaria Municipal de Governo e panejamento.....	**R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**
VALOR PROPOSTO SOBRE a Secretaria Municipal de Educação.....	**R$ 2.000.000,00 (dois milhões reais)**
VALOR PROPOSTO SOBRE a Secretaria Municipal de Saúde.....	**R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**

TOTALIZANDO O VALOR REGISTRADO DE R$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro - O gerenciamento deste instrumento caberá à **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, do Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO.

Parágrafo Segundo – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta de acordo com o **Decreto Municipal nº 031/2020 – SRP**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados 'no **inicio** da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE SERVIÇOS

Parágrafo Primeiro – A Contratada fica obrigada a prestar os serviços no endereço contidos na Ordem de Serviços emitida pelo Órgão Contratante

Parágrafo Segundo – O prazo para a contagem do início do Serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviços" ou "Nota de Empenho", de acordo com o Projeto Básico - **Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE SERVIÇOS

A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de Serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmenteconstante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

Parágrafo Primeiro - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
Parágrafo Segundo - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do Serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
Parágrafo Terceiro - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cem por cento dos quantitativos** dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;
Parágrafo Primeiro - Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido à análise das documentações de habilitação;
Parágrafo Segundo - A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;
Parágrafo Terceiro - Além do preço do 1° (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;
Parágrafo Quarto - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

a) O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelaAdministração, sem justificativa aceitável;
c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquelespraticados no mercado.
d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/1993.
e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou por fato surpeveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o(s) Fornecedor(es) será(ão) comunicado(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.

Parágrafo Terceiro – No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação seráfeita através de publicação no Diário Oficial do Municipio, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.
Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, facultando-se à este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO
O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o extrato da presente Ata no Diário Oficial, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.
CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSiÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.
Parágrafo Segundo - Integra esta Ata, o Edital de **CONCORRÊNCIA-SRP Nº 002/2023 – PMSJP/MA** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.
Parágrafo Terceiro - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.

Parágrafo Quarto - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de Junhode 1993, a Lei Complementar 123/2006.

CLÁUSULA TREZE - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca da cidade de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, na presença de duas testemunhas.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO, 29 de janeiro de 2024.

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
VALDEMAR ALVES DE SOUSA
Secretário Municipal de Governo e Panejamento
CONTRATANTE

ALVORADA CONSTRUIR LTDA
CNPJ: 05.703.869/0001-16
Sr. Reinaldo Gomes da Silva
CPF. 505.086.953-68
CONTRATADA

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00
Sr. EDSON DE OLIVEIRA RAMOS
CPF nº 323.460.932-20
CONTRATADA

Testemunhas:

.....
CPF n.º

.....
CPF n.º

urbanísticas e de polícia administrativa;
b) outra, enquanto perdurar o exercício da atividade no estabelecimento, para efeito de fiscalização das normas de que trata a alínea anterior e das posturas e regulamentos municipais.

Art. 7º. No caso de atividades intermitentes ou período determinado a taxa poderá ser calculada proporcionalmente aos meses de sua validade, quando devidamente comprovado, em processo administrativo.

Art. 8º. As licenças de que trata este Decreto terão validade no exercício em que forem concedidas.

Art. 9º. A taxa será recolhida, através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, pela rede bancária ou Agente de Arrecadação devidamente autorizado pela Prefeitura.

Art. 10. O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento da taxa, conforme prazo previsto no *caput* do art. 2º, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:
I - atualização monetária;
II - multa de mora;
III - juros de mora;
IV - multa por infração.
§1º. A multa de mora é calculada sobre o valor do principal atualizado monetariamente à data do seu pagamento.
§2º. Os juros de mora serão contados à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados do dia seguinte ao do vencimento sobre o valor do principal atualizado monetariamente.
§3º. A multa por infração, multa fiscal ou penalidade será aplicada sobre o valor do principal atualizado monetariamente, quando for apurada em ação fiscal mediante constatação da inobservância por parte do contribuinte de dispositivo da legislação tributária deste município.
§4º. Entende-se como valor do principal o correspondente ao débito atualizado monetariamente à data do seu pagamento, não incluindo a multa de mora, os juros e multa por infração.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, EM 26 DE JANEIRO DE 2024.

KLEBER ALVES DE ANDRADE
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL n.º 004/2024

REGULAMENTA O ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 331/2004 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, ESTIPULANDO REGRAS, CONDIÇÕES E DATAS DE VENCIMENTOS PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU, PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Folha nº 536
Processo nº
Rubrica 17/01/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO – MA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar nº 331/2004 – Código Tributário do Município

DECRETA:

Art. 1º. O IPTU do exercício de 2024 poderá ser lançado, conforme o caso, da seguinte forma:
I - em quota única;
II - parcelado em até 03 (três) vezes, em valores iguais e consecutivos.

Art. 2º. Para fins de regulamentação do art. 3º da Lei Complementar nº 331/2004, os prazos para pagamento do IPTU do exercício de 2024 serão:
I - no dia 30 (trinta) de março de 2024, para quota única, com redução de 30% (trinta por cento) ou 1ª (primeira) parcela;
II - no quinto dia útil dos meses subsequentes, para as demais parcelas.

Art. 3º. Fica isento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, o bem imóvel:
I - pertencente a particular, quanto à fração cedida gratuitamente para uso da União, dos Estados, do Distrito Federal, do Município ou de suas autarquias;
II - declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;
III - pertencente a viúva, filho menor ou inválido de Servidor Público, desde que possua um só imóvel e nele resida.

Art. 4º. Sempre que entender necessária, a autoridade fazendária poderá determinar a realização de vistoria *"in loco"* do imóvel declarado pelo contribuinte, conforme o artigo anterior, para atestar a propriedade e a sua destinação.

Art. 5º. A concessão das isenções de que trata o art. 3º tem caráter pessoal, não gera direito adquirido e será anulada no caso de restar evidenciado que o contribuinte beneficiado não preenche os requisitos legalmente exigidos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, EM 26 DE JANEIRO DE 2024.

KLEBER ALVES DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por: MARAN JÚNIOR OLIVEIRA SOARES
Código identificador: 97dfa0b5862fe8d51d704b73ac168966

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2023
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ sob o n.º inscrita no CNPJ sob o nº 01.597.629/0001-23, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO, neste ato representada pelo Secretário municipal de Governo e Planejamento, Sr. VALDEMAR ALVES DE SOUSA - portador do RG: 018006402001-7 e CPF. 026.694.643-78, residente e domiciliado nesta cidade, doravante designada simplesmente ORGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS, CONCORRÊNCIA Nº

537

PROCESSO Nº

002/2023, RESOLVE registrar os preços das empresas: **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00 com sede na Rua Alta Floresta, s/nº -Vila Maciel – São João do Paraíso-MA, neste ato representada pelo Sr. **EDSON DE OLIVEIRA RAMOS**, brasileiro, portador CPF nº 323.460.932-20, portador da Cédula de Identidade RG n.º 0290423220051 expedida pela GEJUSP-MA, e a empresa: **ALVORADA CONSTRUIR LTDA** CNPJ nº: **05.703.869/0001-16** Endereço: RUA CEARÁ, Nº 65, VILA MARIANA, RIBAMAR FIQUENE-MA Telefone: (99) 98450-9992/(99)3586-1187 E-mail: alvoradaconstruir64@gmail.com Representante Legal: Sr.(a). **REINALDO GOMES DA SILVA** CPF Nº 505.086.953-68, portador da Cédula de Identidade RG n.º 15535762000-6 expedida pela GEJUSPC-MA. e daqui por diante denominada simplesmente EMPRESAS REGISTRADAS, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo nº 151/2023, **"ex vi"** do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, tudo com fulcro nas disposições das **DECRETO Nº 9.488/2018, QUE ALTERA O DECRETO Nº 7.892/13, REGULAMENTADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP;** DECRETO **Nº 9.507/2018;** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, Decreto e Municipal nº 031/2020 – SRP**, subsidiariamente pela **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

RESOLVE:

Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ: 37.651.837/0001-00 . e a empresa: **ALVORADA CONSTRUIR LTDA** CNPJ nº: **05.703.869/0001-16**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, **MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **DECRETOS Nº 9.507/2018; DECRETO Nº 9.488/2018, QUE ALTERA O DECRETO Nº 7.892/13, REGULAMENTADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006,** Decreto e Municipal nº 031/2020 – SRP, subsidiariamente pela **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Parágrafo Primeiro - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação sob demanda de serviços de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva e/ou preventiva e recuperação envolvendo sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias e de combate e prevenção a incêndios, sistemas de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como intervenções de obra civil, fornecimento de material e serviços, sob demanda, de todos os imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Público Municipal, vinculados á PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO-MA, para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I** do Edital do **CONCORRÊNCIA-SRP Nº 0022023 - PMSJP/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº 170/2023 – CPL.

Parágrafo Segundo - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas neste documento, podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 37.651.837/0001-00.	**Proposta para o lote I, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: DE 4,00% BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%**
VALOR PROPOSTO SOBRE a Secretária Municipal de Obras.....	**R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos reais)**

ALVORADA COSTRUIR LTDA - CNPJ: 05.703.869/0001-16,	**Proposta para os lotes II,III E IV, o desconto adotado em cima dos custos da planilha SINAPI: 3,00%, BDI A SER ADOTADO : REGIME DESONERADO-28,83%**
VALOR PROPOSTO SOBRE a Secretaria Municipal de Governo e panejamento.....	**R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**
VALOR PROPOSTO SOBRE a Secretaria Municipal de Educação.....	**R$ 2.000.000,00 (dois milhões reais)**
VALOR PROPOSTO SOBRE a Secretaria Municipal de Saúde.....	**R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**

TOTALIZANDO O VALOR REGISTRADO DE R$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro - O gerenciamento deste instrumento caberá à **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**, do Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO.

Parágrafo Segundo – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta de acordo com o **Decreto Municipal nº 031/2020 – SRP**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados no **inicio** da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE SERVIÇOS

Parágrafo Primeiro – A Contratada fica obrigada a prestar os serviços no endereço contidos na Ordem de Serviços emitida pelo Órgão Contratante

Parágrafo Segundo - O prazo para a contagem do início do Serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviços" ou "Nota de Empenho", de acordo com o Projeto Básico - **Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE SERVIÇOS

A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de Serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

Processo nº 410-2023
Rubrica

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS
Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior a média dos preços de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.
CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
Parágrafo Primeiro - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
Parágrafo Segundo - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do Serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
Parágrafo Terceiro - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cem por cento dos quantitativos** dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS
Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;
Parágrafo Primeiro - Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido à análise das documentações de habilitação;
Parágrafo Segundo - A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;
Parágrafo Terceiro - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;
Parágrafo Quarto - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços;
CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Parágrafo Primeiro - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

a. O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/1993.
e. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o(s) Fornecedor(es) será(ão) comunicado(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.
Parágrafo Terceiro – No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.
Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, facultando-se à este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.
CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO
O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o extrato da presente Ata no Diário Oficial, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.
CLÁUSULA DOZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Parágrafo Primeiro - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.
Parágrafo Segundo - Integra esta Ata, o Edital de **CONCORRÊNCIA-SRP Nº 002/2023 – PMSJP/MA** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.
Parágrafo Terceiro - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.
Parágrafo Quarto - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, a Lei Complementar 123/2006.
CLÁUSULA TREZE – DO FORO
Fica eleito o foro da comarca da cidade de SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, na presença de duas testemunhas.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO, 29 de janeiro de 2024.

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
VALDEMAR ALVES DE SOUSA
Secretário Municipal de Governo e Panejamento
CONTRATANTE

ALVORADA COSTRUIR LTDA
CNPJ: 05.703.869/0001-16
Sr. Reinaldo Gomes da Silva
CPF: 505.086.953-68
CONTRATADA

Folha nº 519
Rubrica

RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 37.651.837/0001-00
Sr. EDSON DE OLIVEIRA RAMOS
CPF nº 323.460.932-20
CONTRATADA

Testemunhas:

.....

CPF n.º

.....

CPF n.º

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 2978fb3392d7e378fad09e3f7c367c63

PARECER JURÍDICO ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO PROCESSO 172/2023

Parecer Jurídico
Assunto: Recurso Administrativo referente ao processo 172/2023
A CPL

29 de janeiro de 2024

1.OBJETO DO PARECER

O Presente Parecer tem por objeto a análise do recurso administrativo Em face da inabilitação da empresa POTENTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA .". Decisão prolatada pelo Pregoeiro Municipal com alegação que a recorrente encontra se com restrições de licitar de acordo com a lei 10520/02, art.7º.

2. POSICIONAMENTO
2.1. Do não cumprimento de exigências do Edital

Trata se de um processo licitatório na categoria TOMADA DE PREÇO sob o numero 012/2023, com o objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamentos destinados a limpeza publica , coleta de resíduos em geral de interesse da secretaria de infraestrutura do Município de São João do Paraiso/MA
Em seu recurso, alega que a decisão de inabilitação foi inapropriada, uma vez que a empresa so tinha restrição em contratação na esfera federal ...
Ao observar a documentação acostada junto ao recurso, e posterior análise de todo o processo administrativo, é explicito que a empresa recorrida do certame, deixou de cumprir requisitos legais para estar classificada.

2.2 Dos Princípios Embasadores da Inabilitação

A Administração, ao proceder com uma contratação, deve atentar-se aos princípios norteadores da Licitação, tal como prega o art. 3º da Lei 8.666/93: Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, legalidade, publicidade, da moralidade, no mesmo sentido ao observar o art.7 da lei 10520/2002, estipula punições e restrições .
Os princípios elencados no artigo supra devem guiar a atividade do administrador, devendo, porém, sempre ser observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.
Nesse diapasão a empresa POTENTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, deixou de cumprir obrigações legais previstos no edital, uma vez que tem restrições de licitar de acordo com o artigo supramencionado, a restrição mesmo que apresentada pelo órgão federal, deve ser aplicada em todas as esferas da administração publica, pois a lei não faz distinção de esferas da administração publica.
2.Condusões

Conforme o exposto, mostra-se que a única e legítima decisão seria realmente a inabilitação da empresa POTENTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, uma vez que a empresa esta com restrição da lei 10520/2002. Art, 7º.
Este é o parecer.

São João do Paraiso/MA 29 de janeiro de 2024

Rawlison Lopes Bezerra de Sá
Advogado OAB/MA 14578
Procurador Municipal Adjunto

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 69a1419c38d03780b99dbda87a60b05f

TOMADA DE PREÇO 012/2023

AVISO DE ABERTURA DE PRAZO PARA CONTRARRAZÃO DA